



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento

Relatório Anual do Governo do Estado

Volume II

Exercício 2021



Governo do Estado de São Paulo

Rodrigo Garcia
Governador do Estado

Felipe Scudeler Salto
Secretário da Fazenda e Planejamento

Tomás Bruginski de Paula
Secretário Executivo da Fazenda e Planejamento

Diogo Colombo de Braga
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda e Planejamento

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Secretaria da Habitação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 25000 - Secretaria da Habitação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
3 - DESPESAS CORRENTES	221.733.447,00	227.571.170,00	195.004.194,34	19.480.207,59	214.484.401,93	211.743.621,51
Pessoal e Encargos Sociais	10.508.717,00	10.073.717,00	9.764.033,05	0,00	9.764.033,05	9.870.517,13
Outras Despesas Correntes	211.224.730,00	217.497.453,00	185.240.161,29	19.480.207,59	204.720.368,88	201.873.104,38
4 - DESPESAS DE CAPITAL	775.385.910,00	2.020.637.209,00	1.356.892.935,47	648.447.961,07	2.005.340.896,54	1.682.027.027,47
Investimentos	516.697.900,00	776.444.052,00	687.769.935,47	73.377.814,07	761.147.749,54	689.462.187,47
Inversões Financeiras	258.688.010,00	1.244.193.157,00	669.123.000,00	575.070.147,00	1.244.193.147,00	992.564.840,00
Despesa Total	997.119.357,00	2.248.208.379,00	1.551.897.129,81	667.928.168,66	2.219.825.298,47	1.893.770.648,98

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 25000 - Secretaria da Habitação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0001 - PARTICIPACAO SOCIETARIA	253.688.000,00	1.244.193.147,00	669.123.000,00	575.070.147,00	1.244.193.147,00	992.564.840,00
Despesas de Capital	253.688.000,00	1.244.193.147,00	669.123.000,00	575.070.147,00	1.244.193.147,00	992.564.840,00
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	1.586.835,00	1.506.835,00	1.469.273,26	0,00	1.469.273,26	1.463.887,23
Despesas Correntes	1.586.835,00	1.506.835,00	1.469.273,26	0,00	1.469.273,26	1.463.887,23
2505 - FOMENTO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL- CASA PAULO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.395,36
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.395,36
2505 - FOMENTO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL- CASA PAULISTA	587.544.638,00	630.602.513,00	605.174.466,75	17.871.679,85	623.046.146,60	615.110.497,35
Despesas Correntes	143.165.354,00	132.142.567,00	112.350.863,46	12.959.549,70	125.310.413,16	122.222.894,06
Despesas de Capital	444.379.284,00	498.459.946,00	492.823.603,29	4.912.130,15	497.735.733,44	492.887.603,29
2507 - REGULARIZACAO FUNDIARIA DE INTERESSE HABITACIONAL	44.970.653,00	60.970.653,00	58.307.739,47	2.662.913,53	60.970.653,00	63.385.207,28
Despesas Correntes	44.970.653,00	60.970.653,00	58.307.739,47	2.662.913,53	60.970.653,00	63.385.207,28

2508 - PROVISAO DE MORADIAS	80.808.383,00	84.744.383,00	44.522.660,33	37.762.234,16	82.284.894,49	46.024.764,62
Despesas Correntes	28.243.613,00	29.184.123,00	22.876.318,15	3.857.744,36	26.734.062,51	23.721.632,94
Despesas de Capital	52.564.770,00	55.560.260,00	21.646.342,18	33.904.489,80	55.550.831,98	22.303.131,68
2509 - REQUALIFICACAO HABITACIONAL E URBANA E INCLUSAO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.067,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.067,14
2510 - REQUALIFICACAO HABITACIONAL E URBANA	28.120.828,00	226.090.828,00	173.200.000,00	34.561.194,12	207.761.194,12	173.520.000,00
Despesas Correntes	3.766.962,00	3.766.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	24.353.866,00	222.323.866,00	173.200.000,00	34.561.194,12	207.761.194,12	173.520.000,00
2990 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	400.000,00	100.000,00	99.990,00	0,00	99.990,00	1.049.990,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
Despesas de Capital	399.990,00	99.990,00	99.990,00	0,00	99.990,00	99.990,00
Despesa Total	997.119.347,00	2.248.208.369,00	1.551.897.129,81	667.928.168,66	2.219.825.298,47	1.893.770.648,98

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES – SH/CDHU - REALIZAÇÕES FÍSICAS 2021

SH/Casa Paulista

Programa 2505 - Fomento A Habitação De Interesse Social

Descrição do Programa: Trata do fomento direcionado a programas habitacionais de interesse social que contemplem quaisquer das ações expressamente citadas no Artigo 16º da Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008.

A execução do Programa nº 2505 vem sendo efetuada por meio de quatro ações:

Ação 2486 - Subsídio para Crédito Imobiliário e para outras Ações de Habitação de Interesse Social

Descrição da Ação: No PPA 2020-2023 esta ação absorveu as antigas ações 2276 e 2502, conforme orientações dos coordenadores do PPA, visando maior racionalização do acompanhamento das realizações da Pasta. Por esta razão, a ação 2486 inclui, atualmente, diversas atividades realizadas pela Casa Paulista.

Lotes Urbanizados e Programa de Desenvolvimento Urbano. A antiga ação 2502 – hoje incorporada por esta ação 2486 – realiza-se por meio de aportes de recursos financeiros estaduais junto aos Municípios paulistas, Empresas Municipais de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – CDHU e/ou outros agentes promotores admitidos na Lei estadual nº 12.801/2008. Estes recursos destinam-se à produção de lotes urbanizados, obras de infraestrutura urbana, melhorias em unidades habitacionais prontas ou em construção e apoio financeiro complementar aos municípios paulistas com até 50 mil habitantes na modalidade oferta pública de recursos federais na forma da Lei

nº 11.977/2009. As atividades mencionadas acima são reguladas pelos Decretos Estaduais nº 58.019/2012, nº 58.183/2012 e nº 60.108/2014.

Durante o exercício de 2021 não foram celebrados novos convênios no âmbito destas atividades com Municípios, dando continuidade apenas aos convênios já em andamento. As parcelas de obras executadas foram quitadas por meio de recursos orçamentários de 2021 e parte em valores inscritos em restos a pagar.

Foram liberados, no total, R\$ 1.223.456,65 para parcerias com Pereira Barreto, Novo Horizonte e Itaóca. Destes valores, apenas R\$ 591.061,29 referem-se ao orçamento de 2021.

Contudo, foram assinados novos convênios em parceria com a CDHU, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano. Em 2021 foram assinados:

- (i) Convênio de retomada das obras do Programa Minha Casa Minha Vida – Sub-50
 - a. Objeto: Transferência de recursos financeiros pela SH à CDHU para a conclusão de obras de empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Complementar ao Programa Minha Casa, Minha Vida –PMCMV, na modalidade oferta pública – sub-50 – direcionado a Municípios com população de até 50 mil habitantes.
 - b. Valor Total do Convênio: R\$ 49.094.030,01 (quarenta e nove milhões, noventa e quatro mil, cento e trinta reais e um centavo) sendo: Exercício 2021 – R\$ 47.600.000 e para o exercício de 2022 – R\$ 1.494.030,01, de responsabilidade do ESTADO.
 - c. Data da assinatura do convênio: 15/12/2021.
 - d. Vigência: 30 meses a contar da data de assinatura do convênio
- (ii) Convênio para realização das obras de urbanização da Favela Vila Itália
 - a. Objeto: Transferência de recursos financeiros pela SH à CDHU para a promoção de atendimento habitacional às famílias ocupantes do assentamento irregular Vila Itália, no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano.
 - b. Valor Total do Convênio - R\$29.461.615,20 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos) sendo: Exercício 2021 – R\$ 24.000.000,00 e para o exercício de 2022 – R\$ 2.400.000,00, de responsabilidade do ESTADO.
 - c. Data da assinatura do convênio: 15/12/2021.
 - d. Vigência: 48 meses a contar da data de assinatura do convênio

Carta de Crédito Individual e Programa Nossa Casa. Na antiga ação 2276 era realizada a concessão de subsídios estaduais vinculados às operações de financiamentos habitacionais concedidos pelos agentes financeiros parceiros no âmbito do Programa Apoio ao Crédito Habitacional – Carta de Crédito Individual. Este programa incluiu ações de concessão de subsídio exclusivo a servidores públicos, bem como feirões de imóveis para estes servidores. Estas ações não são realizadas atualmente.

Na atual gestão, esta sistemática de fomento à habitação por meio de Carta de Crédito Individual foi aprimorada e, atualmente, esta atividade ocorre em articulação com Programa Nossa Casa. O Programa Nossa Casa foi instituído pelo Decreto Estadual nº 64.419 e é constituído por dois modelos de fomento: (i) Preço Social; e (ii) Apoio.

Neste ano de 2021, o Programa Nossa Casa prosseguiu com a execução do modelo Apoio, que tem por objetivo aumentar o poder aquisitivo das famílias, para o alcance da moradia própria, concedendo subsídios Estaduais em operações de financiamento habitacional realizadas pelo agente financeiro parceiro Caixa Econômica Federal. No exercício de 2021 foram transferidos à Caixa Econômica Federal recursos visando a realização destas operações de financiamento com subsídio estadual, no âmbito de convênio já em andamento. Foram repassados R\$ 145.494.191,00 para a Caixa Econômica Federal. Ao longo da execução da parceria em 2021, foi autorizada a concessão de subsídios para 15.410 unidades habitacionais, sendo de dessas, foram concluídas 6.242 operações de financiamento habitacional com subsídio médio do Estado no valor de R\$ 11.633,13, tornando possível reduzir o valor do financiamento realizado pelo Agente Financeiro parceiro e, portanto, aumentar a possibilidade de aquisição da moradia pelas famílias.

A modalidade Preço Social, do Programa Nossa Casa, promove a articulação entre as esferas Federais, Estadual e Municipal e a iniciativa privada objetivando a provisão de moradias às famílias de baixa renda. Em 2021, foram celebrados convênios com oito novos Municípios. Além disso, daqueles que já estavam em andamento, sete Municípios publicaram seu edital de licitação e vão passar para a

fase de elaboração e aprovação dos projetos, junto Caixa Econômica Federal, agente executor do Programa Federal Casa Verde Amarela no âmbito do qual os empreendimentos serão construídos. Importante ressaltar, contudo, que não houve, até o presente momento, repasse de recurso no âmbito desta modalidade.

Parceira com o Governo Federal – Programa Minha Casa Minha Vida. A ação 2486 contempla, também, a operacionalização das parcerias do Estado com a União, mediante Termos de Cooperação com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para o aporte de recursos financeiros estaduais em complementação aos recursos federais investidos na produção e aquisição de novas unidades habitacionais no território paulista no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - Programa Minha Casa Minha Vida – modalidades FAR, FDS e PNHR direcionado a famílias com até R\$ 1.800,00 (mil e seiscentos reais) de renda familiar bruta mensal (faixa1).

Em 2021, a continuidade da participação do Estado na produção das unidades habitacionais, contratadas pelas instituições financeiras conveniadas nos anos anteriores, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, consumiram recursos repassados também nos exercícios anteriores, razão pela qual não foram repassados recursos direcionados a tais convênios.

O Governo Federal não realizou a contratação de novas unidades com o apoio do Estado no exercício de 2021, de modo que não foram repassados novos recursos direcionados a estes.

Ação 2503 - Apoio Habitacional

Descrição da Ação: A Ação, embora integrante do Programa 2505 – Fomento à Habitação de Interesse Social – Casa Paulista, é inteiramente operacionalizada pela CDHU, por se tratar de recursos destinados ao cumprimento dos compromissos do Estado com o auxílio moradia emergencial e/ou provisório a cargo da Companhia. Em 2021, foram repassados R\$ 26.332.560,00 para a CDHU operacionalizar este convênio. Destes, R\$ 2.172.675,00 referem-se a restos a pagar de 2021. Maiores informações estão descritas abaixo, no item específico da CDHU.

Ação 2631 - Melhorias Habitacionais

Descrição da Ação: O Programa Viver Melhor, que tem como objeto a promoção de melhorias habitacionais concretizadas por meio de serviços de reparos, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias em núcleos regularizados ou passíveis de regularização no estado de São Paulo. Em 2021, foi assinado convênio com a CDHU para a realização destas obras de melhorias habitacionais, nos seguintes termos:

- (i) Valor: R\$ 350.000.000,00, conforme alteração de dezembro de 2021
- (ii) Objeto: Promoção de melhorias habitacionais
- (iii) Data de assinatura: 05/02/2021
- (iv) Vigência: 24 meses

Ação 2492 - Parceria Público Privada – PPP Habitacional

Descrição da Ação: Desenvolvimento de ações na forma de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, conforme Contrato nº 001/2015, firmado com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) PPP Habitacional Lote 1 S/A. Conforme estabelecido pelo Edital de Concorrência Internacional nº 001/2014 para o Lote 1 (um), está prevista a implantação de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2260 unidades de HIS (Habitação de Interesse Social) e 1.423 unidades de HMP (Habitação de Mercado Popular), a prestação de serviços aos condomínios de HIS de desenvolvimento de Trabalho Técnico Social de Pré e Pós Ocupação, de apoio à gestão condominial, gestão de carteira de mutuários e manutenção predial. Consta, ainda, a previsão de obras de infraestrutura, obras de equipamentos públicos e para usos não residenciais, a exemplo de áreas comerciais.

Em 2021, deu-se continuidade à gestão do Contrato de Parceria Público-Privada SH 001/2015, com o prosseguimento da comercialização das 1.433 unidades de HIS já construídas e aceitas. Foi concluída a construção de mais 210 unidades de HIS no Complexo Mauá, em janeiro de 2021, e em setembro de 2021, as primeiras 72 unidades de HMP, Empreendimento Bravo, foram entregues. Ambos os empreendimentos estão na região da Luz.

Também em 2021 o grupo da PPP permaneceu no desenvolvimento de atividades voltadas à plena disponibilização e regularização fundiária das áreas restantes que estão sendo utilizadas para

construção de mais 607 unidades de HIS, a saber: Terreno da Antiga Usina de Asfalto, na Barra Funda-SP, e Quadras 37/38, na região da Luz/Campos Elíseos-SP.

Programa 2507 - Regularização Fundiária De Interesse Habitacional

Secretaria da Habitação/Programa Cidade Legal

Ação 5702 - Apoio à Regularização Fundiária

Descrição: A irregularidade atinge em regra todos os municípios do Brasil, são cerca de 30 milhões de imóveis urbanos irregulares, imóveis que, em sua maioria, trazem insegurança jurídica, infraestrutura precária, danos urbanísticos, ambientais e sociais aos moradores.

A ausência da regularização fundiária impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município, isto porque, além da sonegação fiscal e da renúncia de receita, as ligações clandestinas de água e energia, o maior gasto com saúde pública, e a contaminação dos mananciais, oneram em grande escala os cofres públicos municipais.

O Programa Cidade Legal, instituído pelo Decreto Estadual nº 52.052 de 13 de agosto de 2007, destinado a apoiar os municípios do Estado de São Paulo, mediante orientação e suporte técnico nas ações municipais de regularização de parcelamento de solo e núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, destaca-se por sua importância dentre as políticas públicas implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

O trabalho desenvolvido pelo Programa possibilita benefícios imediatos aos moradores, principalmente a segurança jurídica do direito à posse de seu imóvel e o consequente direito de usufruir de sua propriedade, podendo transmitir o direito de uso e posse de sua moradia aos descendentes. Ainda, assegura a possibilidade de utilização desse bem como garantia real para a obtenção de financiamento destinado à aquisição de bens e serviços para a melhoria de sua qualidade de vida e a de seus familiares. Dessa forma, a regularização fundiária reflete diretamente em notáveis benefícios na situação econômica, social e até qualidade de vida de milhares de famílias menos favorecidas.

Assim, o objeto do Programa Cidade Legal é caracterizado como serviço contínuo, em razão da necessidade permanente de atuação da administração, sendo prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, posto à disposição em caráter permanente, de prontidão.

Objetivando auxiliar os Municípios interessados, fornecendo orientação e apoio técnico nas ações municipais, o Cidade Legal possui equipe técnica multidisciplinar que acompanha o município no passo a passo da regularização, auxiliando, sugerindo e adequando a área irregular às questões jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais.

Tal orientação da equipe do Cidade Legal não está restrita aos núcleos urbanos de Interesse Social, sendo que abrange também as áreas dos núcleos irregulares caracterizados como de Interesse Específico.

Contudo, o Programa intensifica suas ações, em núcleos de Interesse Social, com o apoio técnico, que, além da orientação, envolve toda a assessoria necessária na implantação e processamento da regularização fundiária. Contemplando o investimento do Estado nessas ações, o Programa Cidade Legal, cria estratégias e executa cada um dos passos e instrumentos necessários a finalização e efetivação de cada processo de Regularização.

A rubrica "Regularização Fundiária de Interesse Habitacional" remonta ao processo SH 292/05/14, correspondente ao Convênio entre a Secretaria da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU, tendo por fim a transferência de recursos financeiros para a implementação do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – Cidade Legal, cuja vigência expirou em agosto de 2020. Para a continuidade do Programa Cidade Legal, conforme Processo SH-PRC-2020-00016, foi assinado novo termo de Convênio em 30 de novembro de 2020, com vigência de 60 meses contados da data de sua assinatura, entre a Secretaria da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU. Também está incorporado nesta rubrica o Processo SH-EXP-2020/00042, relativo à contratação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU para a prestação de serviços de assistência técnica a esta Pasta, fornecendo apoio na estruturação e operacionalização dos Programas Habitacionais em curso na Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista, no Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB, na Coord. de Planejamento Habitacional – CPH, bem como, junto ao Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal.

Execução: Conforme dotação inicial na Lei nº 17.309 de 29 de Dezembro de 2020 (LOA 2021), estavam previstos R\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de reais) para a realização do Programa no exercício. Houve, porém, um contingenciamento de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), resultando em uma disponibilidade de R\$ 39.000.000,00 (Trinta e nove milhões de reais). A partir dos Decretos nº 66.107 de 8 de Outubro de 2021 e nº 66.108 de 8 de Outubro de 2021 (SAOs), houve, ainda, duas suplementações orçamentárias de, respectivamente, R\$13.000.000,00 e R\$3.000.000,00, totalizando R\$16.000.000,00

Dessa disponibilidade de R\$ 55.000.000,00, foram também recebidos R\$ 3.759.366,45 provenientes de Restos a Pagar de 2020, perfazendo o montante de R\$58.759.366,45 no exercício de 2021.

O Programa Cidade Legal atende por meio de convênios de cooperação técnica 592 municípios, com a inclusão de 14.790 núcleos habitacionais cadastrados, envolvendo mais de 2.782.481 lotes/famílias que necessitam de regularização fundiária. Em 2021, o Programa alcançou a regularização de 15.047 domicílios, beneficiando 187.140 pessoas.

CDHU

Ação 5703 – Regularização Fundiária de Conjuntos e Núcleos Habitacionais

Descrição: Ações voltadas a eliminar o passivo de imóveis promovidos pela Cia. que precisam ser regularizados. Conta com o suporte técnico de empresas especializadas para os trabalhos de regularização dos empreendimentos nessa situação, assim como com a contratação e desenvolvimento de obras específicas de melhorias nos conjuntos e núcleos habitacionais que são condicionantes à regularização.

Execução: Em 2021 os recursos foram aplicados de forma expressiva, mesmo com aportes no final do exercício, tendo sido averbados 47 empreendimentos, beneficiando 7.946 famílias que tiveram sua moradia regularizada. Os resultados são significativos, ainda mais se considerados os impactos da pandemia nas ações necessárias para sua realização.

Programa 2508 - Provisão De Moradias

CDHU

Ação 2006 - Provisão de Moradias para Demanda Geral: Além disso, em 2021 foram beneficiadas diretamente 12.852 famílias por Atendimento Social em Provisão de Moradias. Esse indicador em questão foi aprimorado no PPA 2020-2023, como indicador gerencial dentro da ação Provisão de Moradias para Demanda Geral. O atendimento social nos empreendimentos da CDHU à demanda geral atingiu 6.675 famílias beneficiadas por unidades habitacionais da CDHU e 6.177 unidades do Programa Minha Casa Minha Vida-MCMV em 2021, por meio da prestação de serviços da CDHU a municípios.

No ano registrou-se o impacto negativo da pandemia nas atividades e projetos para a provisão de moradias. As obras seguiram com as medidas adequadas de segurança, mas com diminuição do ritmo de execução por restrições de mão de obra e fornecimento de insumos. As entregas foram realizadas em acordo com as administrações municipais, os municípios e com ênfase nas atividades administrativas à distância. Verificaram-se também atrasos nos serviços sob responsabilidade dos municípios e na efetiva ocupação das unidades habitacionais.

Visando ao início de novas obras foram estabelecidas parcerias para obtenção de recursos complementares com a União/CAIXA e a SH/FPFIS para apoiar a execução de empreendimentos da CDHU viabilizados com os municípios, e que resultaram em entregas de unidades no exercício, incrementando a realização anual.

Cabe destacar que a realização dos recursos foi impactada por aportes adicionais expressivos realizados ao longo do exercício, que propiciaram o lastro para obras que foram iniciadas ou que se encontram em licitação/contratação com desembolsos nos próximos períodos.

O desenvolvimento dessa ação dá-se por um conjunto de modalidades de operação cuja descrição e realizações físicas estão detalhadas a seguir:

I. Parceria com Municípios – Demanda Aberta / Produção Direta

Descrição: Visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda e segmentos sociais específicos, concentrando o atendimento a famílias com renda média mensal de até 03 salários mínimos. A demanda geral/aberta é constituída principalmente por famílias com ônus excessivo de aluguel ou em situação de coabitação e inclui, ainda, cotas para demandas especiais, definidas em legislação específica, tais como idosos, deficientes e policiais.

Os empreendimentos habitacionais são promovidos em parceria com os pequenos e médios municípios do estado. Inicialmente realizados por meio da modalidade de Administração Direta dos Municípios, com recursos repassados pela CDHU, passaram a ser realizados na modalidade Empreitada com a produção direta pela CDHU, sendo agora a execução de obras dividida em duas etapas: Licitação e implantação dos loteamentos e – com os lotes implantados – uma segunda etapa de construção das moradias. Além das modalidades desenvolvidas diretamente pela CDHU encontram-se em finalização projetos realizados em modalidade de viabilização que conta com recursos da União/CAIXA e aportes complementares da SH/FPFIS, em empreendimentos viabilizados pela CDHU com os municípios e nos quais a Cia. desenvolve demais ações como trabalho social, etc.

Execução específica: Entrega de 2.880 unidades - modalidade Parceria com Municípios (31/12/2021)

Entrega de 1.182 unidades - modalidade Parceria CAIXA (31/12/2021)

Em canteiro ao final do exercício: 5.272 unidades (31/12/2021)

II. Parceria com Associações e Cooperativas

Descrição: Desenvolvidas para atender a demanda organizada em associações ou cooperativas/entidades habitacionais para habitação de interesse social, teve por fundamento os objetivos previstos na Lei Estadual nº 9.142, de 9 de março de 1995, com a alteração introduzida pela Lei Estadual nº 10.819, de 12 de junho de 2001.

Inclui a produção de moradias em parceria com entidades organizadoras, em atuação direta da CDHU na promoção de empreendimentos habitacionais resultantes de editais de seleção já realizados, ou em atuação da Cia. em apoio à Secretaria da Habitação/Casa Paulista na parceria com a União - PMCMV-Entidades. Em tais parcerias a viabilização pode contar com terrenos desapropriados pela Companhia sendo que, nos empreendimentos desenvolvidos diretamente pela CDHU, a parceria com as entidades abrange, entre outros, orientação social ao grupo alvo, participação sociocomunitária, inserção social, apoio à cidadania e orientação para gestão e manutenção da unidade e do condomínio.

Execução específica:

Não houve entrega no exercício 2021, ainda que continuem em desenvolvimento trabalhos técnicos e institucionais para viabilização de empreendimentos já compromissados com as entidades.

III. Moradia Indígena

Descrição: Desenvolvido para dar melhores condições de vida à população indígena que reside em áreas da União em comunidades reconhecidas e supervisionadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), promove soluções habitacionais adequadas à origem, cultura e costumes, de acordo com diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual nº 11.025/2001.

Execução específica: Entrega de 15 unidades no exercício 2021 (31/12/2021)

Em canteiro ao final do exercício: 30 unidades (31/12/2021)

Secretaria da Habitação - CPH (Execução pela CDHU)

Vida Longa

Descrição: O Programa Vida Longa visa a implantação de equipamento público comunitário de moradia gratuita, com a construção de até 28 (vinte e oito) unidades habitacionais especialmente projetadas para as pessoas idosas, em condomínios horizontais, dotadas de mobiliário básico, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, atendendo idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com até 02 (dois) salários mínimos de renda, sem vínculos familiares sólidos ou sós. O Programa prevê a gestão do equipamento através do atendimento na rede de serviços municipais, nas áreas da assistência, saúde, cultura, etc. O projeto foi desenvolvido com base no desenho universal, e conta com todos os itens de conforto, segurança e acessibilidade.

Em 2021 foram assinados 12 (doze) empreendimentos viabilizando um total de 324 (trezentos e vinte e quatro) moradias.

A expectativa no início da atual gestão era contratar 50 (cinquenta) empreendimentos no âmbito do programa ao longo dos quatro anos. Entretanto este número poderá ser revisto em razão das restrições orçamentárias impostas à Pasta nos dois primeiros anos (2019 e 2020). Nos três anos da atual gestão foram contratados 23 (vinte e três) empreendimentos, ou seja, 46% da meta.

Execução específica (CDHU): Em canteiro ao final do exercício: 262 unidades (31/12/2021)

Em 2021, foram assinados 12 convênios do Vida Longa num total 324 unidades (Rio Claro J, Catanduva P, São Carlos J, Cerquilha E, Santa Cruz do Rio Pardo L, Salto de Pirapora F, Ibitinga F, Boituva H, Pederneiras K, Olímpia J, Araçatuba L, Americana I)

Programa 2510 - Requalificação Habitacional E Urbana

Secretaria da Habitação - CPH

Ação 5057 - Melhorias Urbanas (Programa Especial de Melhorias - PEM)

Descrição: Repasse de recursos da Secretaria da Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, com o objetivo de realizar intervenções físicas que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais.

O programa foi instituído através do Decreto Estadual nº 54.199, de 02 de abril de 2009.

Execução:

Conforme Programação Orçamentária de 2021, houve previsão de recursos para Despesa de Capital - Fonte 1, para a Ação 5057 - Melhorias Urbanas, onde se desenvolve o Programa Especial de Melhorias – PEM. (Fonte: Tesouro do Estado), no valor de R\$ 10.766.962,00 (dez milhões, setecentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais) e suplementação de R\$ 24.970.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta mil reais). Em 2021, foram formalizados 167 (cento e sessenta e sete) novos convênios através do PEM. Os repasses de recursos (execução) ao longo do exercício de 2021 foi decorrente de 01 (um) convênio firmado no próprio exercício orçamentário de 2021.

Fundo Estadual da Habitação (Exta Orçamentário)

Instituído em setembro de 2001, os recursos financeiros do Fundo Estadual da Habitação, gerados pela extinta Loteria da Habitação, são geridos e desenvolvidos pela Secretaria da Habitação, sendo integralmente aplicados em programas habitacionais de interesse social. Sendo os recursos destinados à infraestrutura urbana, bem como, aquisição, construção, reforma ou ampliação de equipamentos sociais em conjuntos habitacionais.

Em 2021, não foram formalizados convênios através do Fundo

CDHU

Ação 5057 - Melhorias Habitacionais e Urbanas

Descrição: Realização de obras para melhorias em conjuntos habitacionais promovidos pela Cia e já entregues aos beneficiários, que agregam, entre outros, apoio a regularização e benefícios de sustentabilidade, tais como: reforma de áreas condominiais, paisagismo, melhorias nos sistemas de infraestrutura, entre outras atividades.

Execução:

Em 2021 foram 3.879 domicílios beneficiados por Melhorias Habitacionais e Urbanas.

As melhorias habitacionais tiveram sua execução realizada mediante avaliação de necessidades mais relevantes, tendo em vista o contingenciamento geral de recursos.

No caso de melhorias urbanas, a meta foi ultrapassada, especialmente com ações de apoio à regularização de empreendimentos habitacionais, que teve desempenho expressivo no exercício, conferindo-se prioridade a esses casos.

Ação 2005: Urbanização de Assentamentos Precários

Descrição: Atuação em favelas e assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visando à melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação socioambiental articulada ao desenvolvimento urbano, prevendo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária, e podendo demandar ações complementares de reassentamento habitacional.

Execução:

Não houve entregas no exercício 2021. Novas obras em preparação para os próximos períodos.

Com o advento da COVID-19 e a restrição de recursos orçamentários dos anos anteriores, não foram executadas ou iniciadas novas obras de urbanização previstas. Para superar as restrições de recursos, foram modeladas novas alternativas de viabilização dessas ações em 2020/2021, tais como projetos de parceria público privada, iniciativas de editais de venda de áreas com obrigação de implantação de obras e serviços, além de solicitação de recursos federais para esses programas. Essas iniciativas estão em revisão diante dos retornos do próprio Governo do Estado e/ou dos processos de análise pelos órgãos pertinentes.

Cabe destacar que a realização dos recursos foi impactada por aportes realizados apenas no final do exercício, que serão empregados em obras em licitação/contratação e ações em preparação para execução nos próximos períodos.

Ação 2004: Reassentamento Habitacional

Descrição: Atendimento habitacional de interesse social para famílias provenientes de remoções de áreas de risco e/ou de urbanização/erradicação de assentamentos precários. Realiza-se por meio da produção de empreendimentos habitacionais para essa finalidade e, complementarmente, pela concessão de cartas de crédito para aquisição de imóveis no mercado. As operações incluem:

- 1) Parceria com municípios – reassentamento para atendimento a risco e favelas;
- 2) Parceria com órgãos públicos estaduais – de suporte à implantação de obras estruturantes e/ou de recuperação ambiental e urbana (DERSA, CPTM, Metro, etc.);
- 3) Promoção direta CDHU na modalidade Empreitada.

Execução:

Nº unidades entregues em 2021: 790 (31/12/2021)

Nº cartas de crédito entregues em 2020: 82 (31/12/2021)

Nº unidades em canteiro ao final do exercício: 1.392 (31/12/2021)

Além disso, em 2021 foram beneficiadas diretamente 15.526 famílias por Atendimento Social em Reassentamento Habitacional. Esse indicador em questão foi aprimorado no PPA 2020-2023, como indicador gerencial dentro da ação Reassentamento Habitacional.

Apesar do impacto negativo da pandemia sobre o desempenho das atividades e projetos para o reassentamento habitacional, as obras seguiram com as medidas adequadas de segurança e foi entregue parcela das unidades previstas para famílias afetadas por obras de requalificação urbana, em função das restrições de atividades de urbanização em áreas ocupadas.

Ações de destaque durante o ano:

- Expressivo incremento do desenvolvimento de parcerias para execução de empreendimentos em municípios da Região Metropolitana de São Paulo;
- Viabilização de soluções habitacionais para apoio às obras de infraestrutura estratégicas do GESP nos setores de transportes e saneamento. Nesse caso destacam-se as cartas de crédito contratadas para as famílias removidas das áreas afetadas pelas obras do Rodoanel Norte, obras da Secretaria de Transportes Metropolitanos, Metrô, STM, CPTM, DAEE, dentre outros. Destaca-se especialmente o novo convênio firmado pela CDHU com a SH e DER para viabilizar o atendimento das famílias removidas pela DERSA das áreas de influência do Rodoanel Norte e Sul e do Corredor Jacu-Pêssego, retomando o repasse de recursos à Cia. para a viabilização desses atendimentos que havia sido interrompido pela DERSA em processo de extinção.
- Continuidade do apoio às obras de urbanização da Cia, além de reassentamento de favelas e áreas de risco em municípios do interior do Estado.

Ação 2432 - Habitação para Litoral Sustentável

Descrição/Destaques: A ação envolve um conjunto de iniciativas habitacionais vinculadas a ações de recuperação urbana e ambiental na região do Litoral Paulista.

São destaques:

Programa de recuperação socioambiental da Serra do Mar: Visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar, maior área contínua de Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa que configura um conjunto de ações e intervenções da SH e da SIMA, envolvendo o Parque Estadual e outros remanescentes do bioma Mata Atlântica. As ações contaram com recursos de financiamento do BID e encontram-se em fase de conclusão.

Programa de desenvolvimento sustentável do Litoral Paulista: Em 2021 prosseguiram estudos para o desenvolvimento habitacional nos municípios da região costeira e áreas de influência da Serra do Mar, em especial no Guarujá, como parte integrante de iniciativa de desenvolvimento sustentável do litoral paulista, com ações como urbanização de favelas e reassentamento habitacional, erradicação de áreas de risco e provisão de moradias, como fundamento para captação de novos recursos do BID em parceria com a SIMA.

Durante 2020 e 2021, na fase de preparação do Programa e em consonância com as políticas do BID, foram elaborados diversos documentos e estudos que detalham os planos de ação, as diretrizes de execução e monitoramento e ferramentas de planejamento e gestão, expressos nos seguintes documentos: EIAS – Estudo e Impacto Ambiental e Social; MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social; PGAS – Plano de Gestão Ambiental e Social; PER – Plano Executivo de Reassentamento; MRI – Marco de Reassentamento Involuntário; ROP – Regulamento Operativo do Programa; PEP – Plano de Execução Plurianual; POA – Plano Operativo Anual; PA – Plano de Aquisições; Definição de Amostra Representativa; Análise Institucional; Análise de Impactos de Mudanças Climáticas; Análise Econômica-Ambiental Ex-ante; Matriz de Eficácia; Matriz de Resultados; Matriz de Riscos; Perfil do Projeto; Plano de Monitoramento e Avaliação; Proposta de Desenvolvimento da Operação; Relatório de Componentes do Projeto; Acordos Fiduciários e Requisitos. Foram iniciadas também audiências públicas em 2020. Entretanto, o prosseguimento do programa depende de definições do Estado.

Programa Vida Digna: Em 2021 ocorreu o lançamento desta iniciativa que consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Estado da Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente. As famílias serão transferidas para novos

conjuntos habitacionais a serem construídos nestas cinco cidades da Baixada Santista. Com investimento na ordem de R\$ 600 milhões do governo paulista – parte dos quais começaram a ser objeto de aportes adicionais do Tesouro à CDHU nessa ação em 2021, o Vida Digna promoverá a recuperação socioambiental e requalificação das áreas ocupadas por palafitas na orla do estuário de Santos. O programa contará com apoio dos municípios na disponibilização de terrenos para construção das unidades e contrapartidas nas remoções, trabalho social e recuperação das áreas degradadas desocupadas. Caberá aos municípios a gestão do uso e ocupação do solo, licenciamento e regularização urbanística e fundiária, articulação de investimentos em drenagem, saneamento, educação, saúde, cultura e das políticas sociais em cada território abrangido. Outra ação articulada com as prefeituras será a implantação de áreas de lazer e outros usos compatíveis naqueles locais que serão desocupados, permitindo a prevenção de novas ocupações habitacionais irregulares.

Além de promover o atendimento habitacional definitivo, o programa irá retirar uma população em situação de vulnerabilidade do contato direto com os vetores que causam inúmeros doenças transmitidas pela poluição da água e situações que impactam a qualidade urbana, social e ambiental de toda a região.

No ano de 2021 foram iniciadas as obras em um empreendimento habitacional em Santos e estão em preparação as contratações dos demais empreendimentos já definidos em todos os municípios, com **desembolsos programados nos próximos exercícios.**

Execução:

Nº unidades entregues em 2021: 102 (31/12/2021)

Nº de cartas de crédito entregues em 2021: 13 (31/12/2021)

Nº unidades em canteiro ao final do exercício: 892 (31/12/2021)

Programa 2990 - Desenvolvimento De Ações Decorrentes De Emendas Parlamentares

Secretaria da Habitação/Programa Cidade Legal

Ação 5702 - Apoio à Regularização Fundiária

Descrição: O Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais, conhecido como Programa Cidade Legal, foi criado pelo Decreto Estadual nº 52.052 de 13 de agosto de 2007, sendo fruto do Decreto Estadual 48.340 de 18 de dezembro de 2003.

O Programa Cidade Legal tem por objetivo auxiliar municípios paulistas mediante a orientação e apoio técnicos nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, assim definidas por legislação municipal.

Emendas parlamentares, ou emendas impositivas, são o instrumento que o Assembleia Legislativa do Estado possui para participar da elaboração do orçamento anual, tendo por base Emendas Individuais que, aprovadas, correspondem a 0,3% da receita líquida prevista, para aplicação nas ações e programações constantes do Projeto de Lei Orçamentária, nos termos do Artigo 175, §6º da Constituição Estadual.

O Programa Cidade Legal foi objeto de Emenda Parlamentar (Emenda Impositiva nº 2021.058.22550 no valor de R\$ 100.000,00) proveniente do Exmo. Sr. Deputado Estadual, Luiz Fernando Teixeira, contemplando o Município de São Paulo, com base no 22º Termo de Aditamento, constante do Processo SH 5915/2018.

Execução:

Conforme dotação na Lei nº 17.309, Anexo III, p.152, *in fine*, de 30/12/2020 (LOA 2021), foi previsto o total de R\$100.000,00 (Cem mil reais) em Emenda Parlamentar, sendo que, à vista do que consta da supracitada Lei Orçamentária, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021, a referida Emenda Parlamentar teve a seguinte composição:

Deputado	Município Beneficiado	Objeto	Valor da Emenda	Lei nº 17.309 de 30/12/2020 - Anexo III
Luiz Fernando Teixeira	São Paulo	Recursos para regularização em área do Núcleo Anchieta/Grajaú	R\$100.000,00	PG. 152

Foi efetivado o empenho no exercício de 2021, mediante Nota de Empenho nº 2021NE00270, datada de 22/11/2021, no valor total de R\$99.990,00. Atualmente, encontram-se em execução as correspondentes Ordens de Serviço.

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO
AMBIENTE**

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

26000 - Secretaria Infraestrutura e Meio Ambiente

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	1.473.996.931,00	1.769.415.880,00	1.489.794.777,90	74.629.677,79	1.564.424.455,69	1.512.378.247,38
Pessoal e Encargos Sociais	859.950.820,00	973.649.997,00	930.295.195,18	0,00	930.295.195,18	937.761.736,50
Outras Despesas Correntes	614.046.111,00	795.765.883,00	559.499.582,72	74.629.677,79	634.129.260,51	574.616.510,88
Despesas de Capital	903.172.463,00	1.826.067.052,00	774.880.474,03	458.794.990,95	1.233.675.464,98	589.612.864,97
Investimentos	903.172.403,00	1.825.285.618,00	774.099.100,70	458.794.990,95	1.232.894.091,65	588.831.491,64
Inversões Financeiras	60,00	781.434,00	781.373,33	0,00	781.373,33	781.373,33
Despesa Total	2.377.169.394,00	3.595.482.932,00	2.264.675.251,93	533.424.668,74	2.798.099.920,67	2.101.991.112,35

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

26000 - Secretaria Infraestrutura e Meio Ambiente

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.464,09
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.464,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	137.287.246,00	234.087.246,00	224.756.105,53	0,00	224.756.105,53	233.355.548,45
Despesas Correntes	137.287.246,00	234.087.246,00	224.756.105,53	0,00	224.756.105,53	233.355.548,45
2604 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUCAO DA PEGADA AMBIENTAL	472.899.945,00	681.768.161,00	559.171.843,05	66.459.815,92	625.631.658,97	440.921.516,82
Despesas Correntes	464.795.705,00	509.839.344,00	446.647.045,41	18.374.841,99	465.021.887,40	434.729.181,00
Despesas de Capital	8.104.240,00	171.928.817,00	112.524.797,64	48.084.973,93	160.609.771,57	6.192.335,82
2617 - EDUCACAO AMBIENTAL, CIDADANIA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	62.652.731,00	68.677.891,00	56.617.774,63	10.847.254,10	67.465.028,73	63.812.637,68
Despesas Correntes	62.652.721,00	68.667.881,00	56.617.774,63	10.841.714,10	67.459.488,73	63.812.637,68
Despesas de Capital	10,00	10.010,00	0,00	5.540,00	5.540,00	0,00
2618 - CONSERVACAO AMBIENTAL E RESTAURACAO ECOLOGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.853,14

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.853,14
2618 - CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE E PROTECAO AMBIENTAL	16.859.281,00	47.646.154,00	26.282.156,62	15.023.342,55	41.305.499,17	32.644.074,71
Despesas Correntes	16.783.256,00	36.625.753,00	21.056.572,10	10.183.223,10	31.239.795,20	27.172.729,91
Despesas de Capital	76.025,00	11.020.401,00	5.225.584,52	4.840.119,45	10.065.703,97	5.471.344,80
2619 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E GESTAO AMBIENTAL	121.414.244,00	399.716.741,00	110.840.169,95	273.014.004,95	383.854.174,90	116.016.862,30
Despesas Correntes	112.222.988,00	121.220.384,00	107.677.857,12	5.828.681,91	113.506.539,03	112.840.705,27
Despesas de Capital	9.191.256,00	278.496.357,00	3.162.312,83	267.185.323,04	270.347.635,87	3.176.157,03
2620 - GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS NO ESTADO DE SAO PAULO	12.295.569,00	4.979.558,00	4.830.008,01	14.788,61	4.844.796,62	4.829.324,07
Despesas Correntes	5.295.569,00	4.979.558,00	4.830.008,01	14.788,61	4.844.796,62	4.829.324,07
Despesas de Capital	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2621 - UNIDADES DE CONSERVACAO, PESQUISA E INOVACAO EM MEIO AMBIENTE	177.252.233,00	265.418.053,00	216.866.860,07	5.980.573,29	222.847.433,36	212.825.921,60
Despesas Correntes	174.367.340,00	246.777.864,00	200.813.648,69	5.601.207,02	206.414.855,71	197.524.769,66
Despesas de Capital	2.884.893,00	18.640.189,00	16.053.211,38	379.366,27	16.432.577,65	15.301.151,94
2622 - INFRAESTRUTURA HIDRICA E COMBATE A ENCHENTES	1.130.146.732,00	1.578.351.747,00	799.157.890,39	147.763.463,92	946.921.354,31	730.377.607,69
Despesas Correntes	467.137.549,00	510.690.787,00	404.858.412,45	18.169.185,74	423.027.598,19	413.472.325,43
Despesas de Capital	663.009.183,00	1.067.660.960,00	394.299.477,94	129.594.278,18	523.893.756,12	316.905.282,26
2623 - PLANEJAMENTO, FORMULACAO E APOIO A IMPLEMENTACAO POLITICA DO SANEAMENTO	20.878.973,00	58.789.675,00	34.213.505,37	10.664.699,36	44.878.204,73	34.780.755,31
Despesas Correntes	12.319.525,00	12.517.779,00	4.197.567,95	3.668.189,20	7.865.757,15	4.764.817,89
Despesas de Capital	8.559.448,00	46.271.896,00	30.015.937,42	6.996.510,16	37.012.447,58	30.015.937,42
2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLITICA DE RECURSOS HIDRICOS E IMPLEMENTACAO DE SUAS ACOES	205.777.253,00	241.242.988,00	220.992.387,63	516.628,47	221.509.016,10	219.709.637,41
Despesas Correntes	9.262.554,00	11.260.586,00	7.393.235,33	145.748,55	7.538.983,88	7.487.448,34
Despesas de Capital	196.514.699,00	229.982.402,00	213.599.152,30	370.879,92	213.970.032,22	212.222.189,07
2626 - FOMENTO AOS PROJETOS HIDROENERGETICOS PAULISTA E A PRODUCAO MINERAL	11.872.429,00	12.038.960,00	10.946.550,68	1.092.398,57	12.038.949,25	11.880.224,67
Despesas Correntes	11.872.429,00	12.038.960,00	10.946.550,68	1.092.398,57	12.038.949,25	11.880.224,67
2990 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	7.832.699,00	2.765.699,00	0,00	2.047.699,00	2.047.699,00	471.459,13
Despesas Correntes	10,00	709.699,00	0,00	709.699,00	709.699,00	454.007,50
Despesas de Capital	7.832.689,00	2.056.000,00	0,00	1.338.000,00	1.338.000,00	17.451,63

3913 - PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DOS RECURSOS HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,28
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,28
3932 - PLANEJAMENTO, FORMULACAO E IMPLEMENTACAO DA POLITICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.015,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.015,00
5123 - COMUNICACAO SOCIAL	29,00	29,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	29,00	29,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	2.377.169.364,00	3.595.482.902,00	2.264.675.251,93	533.424.668,74	2.798.099.920,67	2.101.991.112,35

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA é o resultado da ampla reestruturação administrativa determinada, pelo Governador do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 64.059 de 01/01/2019 que dispôs sobre as alterações de denominação, transferências e desativações de Órgãos Públicos logo no início da sua gestão.

Assim, a Secretaria do Meio Ambiente passou a denominar-se Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA e no novo formato institucional incorporou as funções e competências estatais relacionadas às áreas de energia e mineração, de saneamento e recursos hídricos, e do meio ambiente.

Para dar conta da multiplicidade de ações, atividades, projetos e programas vinculados a esses setores definiu-se, no Decreto 64.132 de 11 de março de 2019, a estrutura secretarial composta de: a) Gabinete do Secretário, b) Subsecretaria de Infraestrutura, c) Subsecretaria do Meio Ambiente; d) Ouvidoria Ambiental e de Infraestrutura e Comissão de Ética.

A Subsecretaria de Infraestrutura foi composta pelas Coordenadorias de Petróleo, Gás e Mineração; de Energias Elétrica e Renováveis; de Saneamento; e de Recursos Hídricos para subsidiar o Gabinete do Secretário no planejamento e execução das políticas direcionadas a esses importantes setores para o desenvolvimento da economia e sociedade paulistas.

Integraram a Subsecretaria do Meio Ambiente nas definições do decreto referido acima, as Coordenadorias de Fiscalização e Biodiversidade; de Planejamento Ambiental; de Educação Ambiental; e de Parques e Parcerias responsáveis pelo assessoramento secretarial nas políticas ambientais do Estado de São Paulo e os Institutos de Pesquisa de Botânica; Geológico; e Florestal.

Além dos órgãos da administração direta referidos anteriormente compõem o conjunto de entidades com funções técnicas, regulatórias e executivas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE; a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.; a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal; e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, entidades da administração indireta do Estado de São Paulo.

Aos órgãos executivos somam-se órgãos colegiados que contribuem, em diversos níveis, com a estruturação das principais políticas públicas sob a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Destaque-se, entre outros, o Conselho Estadual de Política Energética – CEPE; o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Diversos colegiados colabora ainda na orientação e fiscalização de programas, projetos, fundos e setores específicos relacionados aos campos funcionais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente. Mencione-se, entre outros, o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia – CORE; o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável – CORA; o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO; o Conselho de Coordenadores do Programa Mananciais; o

Conselho Consultivo do Sistema Integrado de Gestão de Áreas Protegidas - CCSIGAP; o Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga – CONDEPEFI; o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural; o Conselho Estratégico do Programa Parque Várzeas do Tietê; a Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – CERESP; a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo – CIEA; a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos – CEGRS; a Comissão Paulista da Biodiversidade – CPB; a Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo – Pró-Primatas Paulistas; a Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação; o Comitê Gestor do Programa Paulista de Biogás; o Comitê de Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo; e a Câmara de Compensação Ambiental.

No apoio financeiro às funções institucionais secretariais destacam-se: o Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, instituído pela Lei nº 10.107, de 8 de maio de 1968; o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991; o Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009; e o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002.

As atividades realizadas pelos programas que compõe a estrutura da Pasta estão apresentadas abaixo.

Programa 2604 – Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental

Melhorar a eficiência dos processos de licenciamento ambiental, monitorar a qualidade do ar, das praias, das águas e dos aterros de resíduos urbanos, bem como dar pronta resposta ao acionamento às emergências químicas no Estado de São Paulo.

No tocante a execução orçamentária, pode-se afirmar que o ano de 2021 foi marcante pelo fato da arrecadação com o licenciamento ambiental ter sido muito significativa. Tal fato ocorreu porque houve o pagamento de diferenças de preços que estavam sendo questionados na justiça desde 2018 e que não mais se repetirão. Foram editados os Decretos nº 62.973 de 28/11/2017 e nº 64.512 de 03/10/2019, tratando da revisão dos preços das licenças ambientais. Algumas entidades representativas do empresariado ingressaram na justiça requerendo a ilegalidade dos decretos e obtiveram liminares. Por força de tais liminares o pagamento passou a ser efetuado com o preço anterior estabelecido pelo Decreto nº 47.397 de 04/12/2002. Em meados de 2021, as liminares foram derrubadas, obrigando ao recolhimento das diferenças de preços desde 2018. Referidas ações ainda não transitaram em julgado, portanto, o resultado final ainda é incerto. A dotação original para o Programa 2604 – Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental era de R\$ 472 milhões e no final do exercício atingiu o montante de R\$ 681 milhões.

Os indicadores de resultado 0628: % de classificação boa de qualidade do ar de acordo com as medições da rede de monitoramento da CETESB e 0630: % de pontos monitorados em rios e reservatórios classificados como adequados para a proteção da vida aquática apresentaram resultados dentro do esperado. Com relação aos indicadores 3101: Tempo médio efetivo de análise da CETESB no licenciamento ambiental com avaliação de impacto (dia) e 3103: Tempo médio efetivo de análise da CETESB no licenciamento ambiental (dia), apresentaram resultado abaixo do esperado, com 38% e 84% de atingimento, respectivamente. A CETESB não tem domínio sobre os tipos de solicitações que são protocolados pelos empreendedores e os licenciamentos demandam tempo de análise muito diferenciado entre si, a depender da complexidade da tipologia. Além disso, o retorno ao trabalho presencial, a demanda por outras atividades (vistorias, reuniões com interessados, pareceres de apoio e outros), aliado à redução do nº de empregados impactou sobremaneira o resultado.

Ação 2622 – Contrapartidas Ambientais e Convênios

Unidade Executora: CETESB

Aplicação dos recursos oriundos de contrapartida ambiental, convênios, ação civil pública firmada por meio de Termo de Compromisso e outros, para aquisição de bens e serviços destinados ao monitoramento, fiscalização e melhoria ambiental.

Em 2021 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnico-Científica com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, tendo como objeto o Monitoramento da Qualidade do Ar - Rio Pinheiros - Trecho próximo à Usina São Paulo, como parte do Projeto do Governo de São Paulo “Novo Rio Pinheiros”.

Produto: Aprimoramento das Ações de Monitoramento, Fiscalização e Melhoria Ambiental

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 1 convênio firmado

Meta alcançada: 1

Ação 5065 – Medição da Qualidade das Águas e do Ar

Unidade Executora: CETESB

Monitoramento da qualidade das águas e do ar de forma a fornecer um diagnóstico ambiental do estado de São Paulo, verificar o atendimento aos padrões legais, subsidiar o licenciamento ambiental, orientar programas de controle e informar a população, entre outros.

O indicador LOA 1155: Nº de amostras de água de poço coletadas na rede de monitoramento de qualidade, atingiu 85% da meta, visto que houve redução no nº de empregados em trabalho presencial para realização de amostragens de águas subterrâneas e análises laboratoriais. Os indicadores 1159: Nº de dados de concentração de poluentes atmosféricos coletados e 3118: % de pontos de praias monitorados classificados como próprios tiveram resultados satisfatórios.

Produto: Monitoramento da Qualidade Ambiental.

Metas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 617 coletas

Meta alcançada: 522

Ação 5071 – Licenciamento de Baixo Impacto Ambiental

Unidade Executora: CETESB

Implantação de fluxos automatizados para melhoria na tramitação de processos por meio de sistema informatizado, com a finalidade de aprimorar os processos de licenciamento ambiental ordinário.

O indicador LOA 3108: Nº documentos emitidos apresentou resultado de 76,6%. Esse % foi considerado satisfatório, uma vez que a meta lançada no POS deveria ser de 32.000 documentos e não 56.651. A divergência se originou de erro operacional de lançamento no POS, quando deveria ser lançada a diferença entre a meta anterior de 25.505 e a meta proposta de 32.000, porém os 32.000 foram lançados como diferença a ser acrescentada à meta anterior. Houve também um aumento em cerca de 15% na entrada de solicitações em comparação à 2020. Os outros dois indicadores desta ação, 1226: % de solicitações de licenças analisadas e 3593: % remanescente de processos físicos, apresentaram resultados satisfatórios.

Produto: Licenças de Empreendimentos e Atividades Sem Avaliação de Impacto Ambiental

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 56.651 documentos emitidos

Meta alcançada: 43.473

Ação 6299 - Licenciamento de Alto Impacto Ambiental

Unidade Executora: CETESB

Licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente e avaliação de impacto ambiental.

Em 2021, com a retomada do trabalho presencial, as reuniões com interessados e vistorias, entre outras que tomam bastante hora/técnico, voltaram a fazer parte da rotina. Houve um aumento relevante de saídas de outros produtos, fazendo com que o indicador LOA 3111: Nº de processos de licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental encerrados não atingisse o estimado. Como exemplo, o indicador 3112: Nº de normativas publicadas e revisadas apresentou resultado de 450%.

Produto: Licenças de Empreendimentos e Atividades com Avaliação de Impacto Ambiental

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 184 processos

Meta alcançada: 156

Ação 6357 – Fiscalização de Veículos a Diesel

Unidade Executora: CETESB

Fiscalização da emissão de escapamento de veículos diesel no estado de São Paulo, com a finalidade de realizar a fiscalização de veículos com motor do ciclo diesel que estiverem emitindo fumaça preta acima do limite legal e proceder a autuação, com o apoio da Polícia Militar Ambiental, de Trânsito e Rodoviária e Polícia Rodoviária Federal (fiscalização de fumaça preta, de opacidade e do insumo ARLA-32)

Em razão das restrições da pandemia da COVID-19, em 2020 a fiscalização foi prejudicada. Assim, em 2021 houve um esforço adicional na fiscalização para reduzir eventuais desconformidades da frota, fazendo com que o indicador LOA 3597: Nº de ações de fiscalização superasse o previsto. O indicador 3599: % de não conformidade das medições efetuadas apresentou resultado satisfatório.

Produto: Controle da Emissão Veicular

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 85 ações de fiscalização

Meta alcançada: 149

Ação 6364 – Ações em Emergências Químicas

Unidade Executora: CETESB

Pronta resposta ao acionamento às emergências químicas por equipe técnica especializada dotada de recursos humanos, materiais e de comunicação adequados aos riscos e perigos do cenário acidental, de modo a minimizar os impactos ao meio ambiente e intervir como Agência Ambiental do estado de São Paulo, em cenários acidentais que geram, ou possam gerar, por sua natureza, efeitos adversos ao meio ambiente, bem como a saúde e segurança da população.

Todos os indicadores dessa ação apresentaram ótimos resultados. O indicador LOA 3121: % de atendimento, o 3124: Avaliação da atuação em campo da equipe de atendimento a emergências químicas da CETESB e o 3847: Tempo médio de mobilização da equipe de atendimento a emergências químicas da CETESB apresentaram 100%, 119% e 141%, respectivamente.

Produto: Ações em Emergências Químicas Decorrentes de Riscos Tecnológicos

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 100% de atendimento

Meta alcançada: 100%

Ação 1359 – Apoio a Projetos de Melhoria de Meio Ambiente

Unidade Executora: CETESB

Coordenar e implementar programa para aplicação dos recursos do FECOP; Propor critérios para a verificação da viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos; Coordenar o fluxo de processos, mantendo o controle de prazos para análise e conclusão; Autorizar o agente financeiro a celebrar contratos de financiamento para a implementação dos projetos, atendendo os aspectos técnicos e legais; Elaborar pareceres econômicos e financeiros; Acompanhar a utilização e aplicação de recursos destinados ao FECOP; Elaborar relatórios financeiros e das atividades desenvolvidas; Recebimento e análise das demandas por recursos do Fundo.

A meta de financiamento para 2021 pelo FECOP era de 90 projetos, atendendo cerca de 1,1 milhões habitantes, indicadores 1260: Nº de projetos financiados pelo FECOP (LOA) e 2948: População beneficiada pelos projetos financiados pelo FECOP. No entanto, foram liberados recursos no orçamento do Fundo, para atendimento às Demandas Parlamentares, Decreto nº 65.681 de 07/05/2021, Decreto nº 66.062 de 29/09/2021, Decreto nº 66.226 de 17/11/2021 e Decreto nº 66.368 de 22/12/2021 com o objetivo de melhoria da gestão ambiental dos municípios paulistas, que resultou no financiamento de 224 projetos e no atendimento de maior nº de habitantes.

Produto: Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 90 contratos

Meta alcançada: 224

Ação 2311 – Apoio à Investigação e Remediação de Áreas Contaminadas

Unidade Executora: CETESB

Coordenação e implementação de programas para aplicação dos recursos do FEPRAC; Propor critérios para a verificação da viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos; Receber e analisar demandas por recursos do Fundo; Coordenar fluxo de processos, mantendo o controle de prazos para análise e conclusão; Autorizar o agente financeiro a celebrar contratos de financiamentos para a implementação de projetos, atendendo os aspectos técnicos e legais; Elaborar pareceres técnicos, econômicos e financeiros; Acompanhar a utilização e aplicação de recursos destinados ao FEPRAC; Elaborar relatórios financeiros e das atividades desenvolvidas.

A apresentação e aprovação de projetos têm sido impactadas pela falta de recursos na conta do FEPRAC, pois em 2020 houve um remanejamento dos recursos, conforme Lei Estadual nº 17.293/2020 (remanejamento de R\$ 8.171.605,96) e Decreto Estadual nº 65.051/2020 (remanejamento de R\$ 331.255,40), cujos valores não foram reconstituídos. O único projeto aprovado pelo agente técnico do FEPRAC está em fase de elaboração do contrato de financiamento junto ao agente financeiro. Por ser o primeiro financiamento aprovado pelo fundo, seu trâmite corre de forma mais lenta, visto haver um processo de aprendizagem e estabelecimento de procedimentos.

Produto: Financiamento de Projetos em Áreas Contaminadas pelo FEPRAC

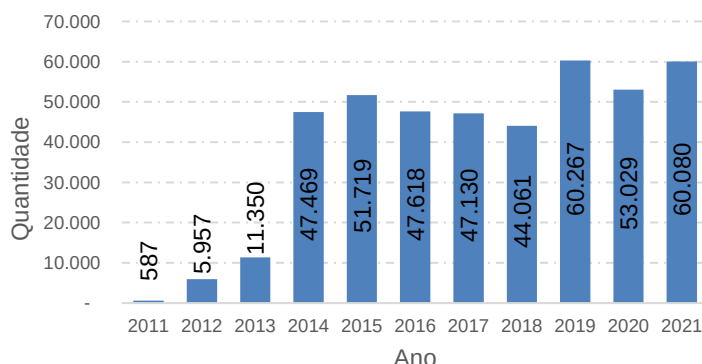
Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 2 projetos

Meta alcançada: 0

PRINCIPAIS AÇÕES

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE RITO ORDINÁRIO – Foram analisadas 60.080 solicitações de licença ambiental de rito ordinário, que representam um aumento de 13% em relação a 2020.

Indicadores do Licenciamento – Evolução Histórica



LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL – Estima-se que tenha viabilizado investimentos no Estado na ordem de R\$ 6,1 bilhões, com a implantação de projetos de terminais rodoviários, ferrovias, hidrovias, linhas de metrô, rodovias, usinas termelétricas, gasodutos e linhas de transmissão, entre outras obras de grande vulto, com reflexo na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos no mercado de trabalho paulista.

IMPACTO DOS TRANSPORTES NA FAUNA – De forma inédita no país, a CETESB organizou a 1ª Conferência Brasileira sobre Impacto dos Transportes na Fauna, com mesas-redondas, palestras e minicursos, para representantes de agências públicas reguladoras, da polícia rodoviária e da polícia ambiental, profissionais, pesquisadores, estudantes e público em geral, com especialistas internacionais. Os empreendimentos de transporte (rodoviário, ferroviário, aquático ou aéreo) são muito importantes para o desenvolvimento econômico do Estado, porém podem causar impactos na biodiversidade, especialmente na fauna, como o atropelamento nas rodovias, que compromete a segurança operacional e gera custos para os usuários e administradores ([youtube.com/cetesboficial](https://www.youtube.com/cetesboficial)).

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL – Foram realizados cerca de 210 mil ensaios físicos, químicos, microbiológicos, hidrobiológicos, ecotoxicológicos e toxicológicos para o monitoramento da qualidade do ar, água e solo. Os laboratórios ainda atuaram no Projeto Novo Rio Pinheiros, mantendo a ampliação de pontos e de frequência de monitoramento na área de abrangência do projeto; na vigilância ambiental de SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19 -

<https://cetesb.sp.gov.br/sars-cov-2/>, em esgotos e águas superficiais, auxiliando na determinação da circulação do vírus na população; no monitoramento de poluentes emergentes (disruptores endócrinos, cortisona, cafeína, gadolínio, entre outros) e no Plano de Monitoramento Global – GMP de Poluentes Orgânicos Persistentes – POPs do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA pela realização das análises dos compostos listados a Convenção de Estocolmo.

ÁREAS CONTAMINADAS – A gestão global dos casos de áreas contaminadas cabe à CETESB, com a participação dos órgãos responsáveis pela saúde, recursos hídricos e planejamento urbano, nos níveis estadual e municipal. Em 2021 a Companhia liberou 354 pareceres técnicos para reutilizações de áreas contaminadas, com 243 Termos de Reabilitação emitidos. O estado de São Paulo dispõe de 78% de áreas aptas para uso ou com solução aprovada.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – Firmado um Acordo de Cooperação Técnica com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes - ABETRE e a Green Platforms, empresa especializada em gerenciamento de dados, ferramenta essencial para o exercício das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

LOGÍSTICA REVERSA – Estabelecimento dos Termos de Compromisso de Logística Reversa – TCLR para: medicamentos domiciliares de uso humano vencidos ou em desuso e suas embalagens (pioneiro no país), embalagens em geral (com representantes da Coalisão Embalagens), embalagens de aerossóis pós-consumo e para baterias chumbo-ácido.

SIGOR – MÓDULO MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – MTR – Implantado em 2021, com mais de 2,3 milhões de documentos emitidos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS – A CETESB publicou uma nova regra em abril, ampliando os setores produtivos que devem enviar, anualmente suas informações sobre as emissões de gases de efeito estufa – GEE, para a elaboração de planos e programas de mitigação. Dentre os novos segmentos, destacam-se os aeroportos, aterros sanitários e frotas de veículos a diesel, dependendo do porte. A nova regra também traz outras definições, como a contabilização e envio das emissões indiretas de GEE do setor de transportes de bens e serviços, aquelas provenientes de atividades realizadas por empresas terceirizadas e de caráter voluntário. Com o intuito de acompanhar a evolução das emissões de GEE de atividades paulistas com alto potencial de emissão desses gases, estabeleceu-se a Decisão de Diretoria nº 254/2012, que prevê a elaboração e o envio anual de inventários de GEE. Desde então a CETESB recebeu, ao longo desses 9 anos, um total de 1.820 inventários de 321 empreendimentos diferentes, iniciando a formação de um robusto banco de dados. Em novembro, a CETESB representou o estado de São Paulo na *Planet Budapest 2021 Sustainability Expo and Summit*, reunião de chefes de estado e de governo, com participação do secretário-geral da ONU e renomados especialistas do mundo científico e empresarial para discutir respostas viáveis aos desafios do desenvolvimento sustentável, dentre os quais o combate às mudanças climáticas. Em relação a esse tema, e buscando reforçar o compromisso do Governo do Estado de São Paulo de apoiar o cumprimento das metas nacionais do Acordo de Paris, foi lançado o Acordo Ambiental São Paulo, que incentiva empresas e associações paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de GEE, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C. O sucesso do Acordo é visível, saltando de 184 empresas e associações aderentes em novembro de 2020 para 1.346 em novembro de 2021.

CÂMARAS AMBIENTAIS – O programa CETESB de Portas Abertas, no ambiente das Câmaras Ambientais, manteve a comunicação direta com os setores produtivos e de infraestrutura do Estado, que possibilitou a continuidade de transferência de conhecimentos entre os setores. As 13 Câmaras em funcionamento realizaram 37 reuniões Plenárias Ordinárias e 70 reuniões de Grupos Técnicos. Estão em funcionamento as Câmaras: Indústria da construção, Indústria têxtil, Setor da madeira, do mobiliário e de papel, papelão e celulose, Indústrias químicas e petroquímicas, Comércio de derivados de petróleo, Gerenciamento de áreas contaminadas, Setor de mineração, Setor de refrigeração, ar condicionado, aquecimento e ventilação, Setor de resíduos, Setor sucroenergético, Mudanças climáticas, Conciliação e Setor de suinocultura.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU – Com o objetivo de promover a integração de esforços para a adoção voluntária dos ODS, a CETESB, e pelo setor privado, entidades do Setor Produtivo de SP, de Cloro-Álcalis e Têxtil, protagonizaram a assinatura de dois Protocolos de Intenção, para desencadear nos ambientes institucional e privado, uma troca de experiências, especialmente na adoção de ações que envolvam avaliação e aplicação de melhores tecnologias e soluções ambientais, carimbando o compromisso com a diretriz CETESB de Portas Abertas.

ENERGIA SOLAR – O uso da energia solar fotovoltaica, mais uma vez, demonstra o papel relevante e de protagonismo da CETESB, na promoção e execução das políticas públicas ambientais e de

desenvolvimento sustentável. Em 2021 receberam sistemas de geração de energia solar fotovoltaica as Agências Ambientais de Paulínia, São Carlos e São Sebastião, que se juntaram às de Cubatão e Osasco/Santo Amaro, ampliando o parque de geração de energia solar fotovoltaica.

Programa 2617 – Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida

Objetivo do Programa: Fortalecer a educação ambiental como um processo de conscientização, cidadania ambiental, melhoria da qualidade de vida, engajamento e participação no desenvolvimento e articulação de políticas públicas, no âmbito estadual e municipal, e fomentar a difusão de conhecimentos relacionados ao meio ambiente e à gestão ambiental.

Ação 6050 - Educação Ambiental integrada e participativa na gestão ambiental pública

Unidade Executora: Coordenadoria de Educação Ambiental

Inserção e engajamento da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas na perspectiva ambiental, por meio de processos educativos, divulgação de conceitos e práticas socioambientais, promoção de ações e campanhas de sensibilização e conscientização voltadas para a sociedade civil, municípios e demais órgãos estaduais. Em 2021 foram realizadas cerca de 244 ações formativas distribuídas em nossas frentes de atuação: No Programa de Ampliação da Participação da Sociedade na Educação Ambiental, nossos projetos estão voltados ao acesso e produção de informação e conhecimento ambiental de acordo com as ações elencadas; **1) Portal de Educação Ambiental:** tem como objetivo facilitar o acesso a informações que permitam às pessoas entenderem os problemas socioambientais para intervirem em seu contexto, buscando promover o exercício da cidadania, através de conteúdos, atividades e publicações disponíveis; contando com 228.764 acessos, ação do portal o Participe! bate papos online com abordagem de temas socioambientais promoveu 36 edições com 48.497 interações, contou com 294 produções de textos materiais audiovisuais, matérias e publicações de notícias, foram 37 eventos registrados com 142.824 acessos, **2) Distribuição de Publicações:** 3.223 publicações impressas em Gestão e Educação Ambiental distribuídas a municípios, escolas e centros de educação ambiental; **3) Mostra Ecofalante:** realização de 1 exibição de filmes e documentários (online) com temática socioambiental, abertas ao público e seguidas de debate com especialistas de diferentes segmentos da sociedade e áreas governamentais em parceria com a Mostra Ecofalante, contando com 690 participantes; **4) Verão no Clima:** Coordenação, organização e desenvolvimento do Projeto, que tem entre seus objetivos a realização de ações de educação ambiental, com o intuito de mobilizar a sociedade para o engajamento no cuidado com os ambientes costeiros e marinhos, de difundir informações e conscientizar o público das praias e incidir na formulação de políticas públicas para enfrentar o problema dos resíduos no mar e na região costeira. Em 2021 (Edital CEA nº 01/2020), o Projeto ocorreu nos 16 municípios do litoral paulista, contando com a contratação de 277 pessoas para a formação das equipes de praia, entretanto, nesta edição as ações passaram a ser virtuais em decorrência da pandemia do COVID-19. O treinamento das equipes contratadas, foi realizado em 3 dias e contou com a elaboração de materiais educativos, para subsídio das ações e capacitação dos atores envolvidos. A campanha, com duração de 4 fins de semana (15 dias), realizou 15 posts pelas redes sociais oficiais do Projeto, alcançando 394 interações nas redes sociais no Instagram e Facebook. Foram desenvolvidos vídeos, cards educativos e lives no Youtube e um levantamento de 14 clippings de matérias sobre o Projeto em portais de notícia da região litorânea do estado. Para a implantação do Programa e execução foram realizadas mais de 24 reuniões de trabalho, internas e externas, além da elaboração e lançamento do Edital de Chamamento Público para Edição 2021, o Termo de Convênio assinado entre SIMA e a empresa TM Lab Produções Criativa Eirelli; e os termos de adesão das prefeituras do litoral assinados. **5) Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA,** instituída pelo Decreto 63.456-2018 (Regulamenta PEEA e implementa CIEA), órgão colegiado, de caráter consultivo, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, com a finalidade de discutir, acompanhar e avaliar a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.780-2007), tendo a CEA como responsável pela Secretaria Executiva, realização de 07 reuniões com foco na atuação da comissão, realização de oficina participativa para apresentação, discussão e contribuições ao documento base da elaboração de proposta do ProEEA, coordenação do GT ProEEA com foco na elaboração de documento base que subsidiou a proposta de minuta do Programa Estadual de Educação Ambiental, processo em tramitação; No Programa de Educação Ambiental nas Políticas Setoriais, a CEA realizou ações estruturantes tais como: **1) “Programa Alfabetização Ambiental”,** Programa instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SEDUC 01/2019, que visa fortalecer a perspectiva socioambiental na educação formal da rede pública de ensino do Estado, promovendo o desenvolvimento de temáticas

socioambientais nos processos de ensino e de aprendizagem de professores e de alunos em consonância com o Currículo Paulista. O planejamento desta edição, contou com 27 reuniões de trabalho (SEDUC e SIMA), para a elaboração e execução do Programa em um novo formato, remoto, focando na capacitação da comunidade escolar, tendo em vista os impactos da pandemia nas ações do Programa em 2020 e 2021. Nesta edição, foram tratadas as temáticas de Conservação da Biodiversidade e Resíduos Sólidos, em 6 Diálogos, contou com a participação de 4.218 profissionais da rede, fornecimento de materiais de referência e mídias educativas, as apresentações foram veiculadas via Centro de Mídias de São Paulo - CMSP (canal de comunicação entre todos os profissionais da rede de ensino da SEDUC), Youtube e obteve um alcance de 5.824 visualizações; Além dos Diálogos, foram compartilhados (como material complementar, via boletins comunicativos) 25 vídeos educativos para os professores como instrumento de aprofundamento nas temáticas abordadas pelo Programa e utilização em aula. A partir dos conteúdos das apresentações, foram apresentadas também pautas formativas via EFAP (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo) com a utilização dos subsídios do Programa, para aprofundamento na formação continuada dos professores da rede estadual, abordando as temáticas de Conservação da Biodiversidade e Resíduos Sólidos, contou com a participação de 7.066 professores, **2) EA na Gestão integrada de Recursos Hídricos:** orientação e acompanhamento permanente de projetos realizados com recursos do FEHIDRO, com a emissão de 162 pareceres técnicos emitidos, participou da mesa abertura do “XVIII Diálogos Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”, evento online que contou 541 participantes (visualização).. No Programa de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente as ações são: **1) Educação Ambiental em Áreas Protegidas:** Participação no curso formação de monitores autônomos (EaD) – módulo institucional – Educação Ambiental como Política Pública; **2) EA na Fiscalização Ambiental:** cujas ações se pautam pelo Plano de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental (Resolução SMA 123/18 e Portaria CG - 49, de 06/11/2018 e se expressam na formação continuada de agentes públicos, na formação socioambiental nos conselhos afetos à gestão ambiental pública e à reeducação de cidadãos autuados. Realização de edições do Participe! com temas relacionados à fiscalização: Ações Para Proteção da Fauna – O que precisamos entender e o que podemos fazer? - Criação de abelhas nativas sem ferrão (Parte 1 e Parte 2), - Fogo na Mata! Como ajudar os animais em incêndios florestais? - Políticas de Meio Ambiente para o Litoral: Planejamento, Fiscalização e Educação Ambiental;; **3) Educação Ambiental na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:** Coordenação do GT 06 – Educação Ambiental e Comunicação no âmbito do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, Resolução SIMA nº 12/2019, com realização de 14 reuniões com foco na elaboração do plano de trabalho para a execução metas de EA propostas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos; R-GOV – Participação junto ao Projeto Piloto de Gestão de Resíduos Sólidos do Palácio dos Bandeirantes, com o intuito de valorização do conhecimento ocorreram capacitações abordando as temáticas de resíduos sólidos, Realização de 07 edições do Participe, com ênfase na temática de resíduos sólidos, contou com de 4.353 participantes (online), elaboração de 03 vídeos com foco na separação dos resíduos domésticos e descarte correto de medicamentos com 580 acessos, exibição do filme: “A História do Plástico” contou com 820 participantes (online), através do convênio Mostra Ecofolantes; **4) EA no Desenvolvimento Sustentável em Atividades Agropecuárias e Florestais;** Realização de edições do Participe! Sobre Sistemas Agroflorestais e sobre o Projeto Conexão Mata Atlântica, voltadas para a capacitação de produtores rurais, extensionistas rurais e representantes da administração municipal nos temas de produção sustentável de alimentos, conservação da vegetação nativa, adoção de sistemas mais produtivos e melhoramento da gestão de unidades de conservação; **5) Educação Ambiental em Espaços Educadores da SIMA: AICHI:** o Programa de Mobilidade Virtual - Intercâmbio de Jovens São Paulo-Brasil & Aichi-Japão, coordenado pela Assessoria Internacional e a Coordenadoria de Educação Ambiental, tem como objetivo a promoção de intercâmbio científico e cultural, via remota (virtual), entre jovens do Estado de São Paulo e da Província de Aichi - Japão, de modo a proporcionar uma experiência internacional dentro do âmbito de cooperação entre as instituições, trabalhando como tema central a temática de Biodiversidade e Lixo no Mar. O Programa teve início em Out/2021, contando com um Edital (SIMA/Int/CEA 01/2021), para a seleção de 5 participantes de São Paulo, o grupo de trabalho SIMA/AICHI realizou 16 reuniões no âmbito do projeto e realizou o 1º Workshop dos ciclos formativos previstos no Programa.

No Programa de Consolidação da Identidade de Educação Ambiental da SIMA: **1) Comitê de Integração de Educação Ambiental,** : ocorre no âmbito do Comitê de Integração de Educação Ambiental que tem como atribuição fundamental integrar e definir linhas de atuação, objetivos e estratégias para os projetos e ações de educação ambiental desenvolvidas no âmbito da SIMA, sendo composto por representantes de todas as instituições da SIMA, tem a CEA como responsável pela Secretaria Executiva tendo realizado 14 reuniões com a participação dos representantes das instituições da SIMA; Realização da “10ª Edição dos Diálogos de EA”: Educação Ambiental no Saneamento Básico, contou com 871 participantes (online), Produção de 05 vídeos pelas áreas da

SIMA apresentando brevemente “Como o trabalho das suas instituições se relacionam com as mudanças climáticas, e como os seus projetos contribuem para redução das emissões e mitigação do efeito estufa; **Grupos de Trabalho:** Atuação de 05 Grupos de Trabalho: GT Diálogos – Realização de 15 reuniões com foco na elaboração da 10ª edição dos Diálogos de Educação Ambiental; GT Diretrizes – Realização de 16 reuniões com foco na sistematização das contribuições dos Diálogos e elaboração da respectiva minuta da diretriz de educação ambiental no saneamento, GT Museus – Realização de 17 reuniões com foco na preparação da edição dos Diálogos de EA: A importância dos Museus para a Educação Ambiental” a ser realizado, GT Comunicação – Realização 08 reuniões com foco na elaboração de estratégias de divulgação das ações das instituições que o compõem e divulgação do próprio Comitê; GT Metodologia - Realização de 05 reuniões com objetivo de elaborar publicação de roteiro metodológico com sistematização do percurso e dos processos formativos que embasam a elaboração das diretrizes de EA de forma participativa no âmbito da SIMA.

. No Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas em Meio Ambiente e Educação Ambiental que tem como ação: **1) Formação e Capacitação de Gestores Ambientais Municipais**, desdobra-se em cursos na modalidade de “Educação à Distância” - EaD, planejamento do Módulo de Educação Ambiental, elaboração de termo de referência para contratação futura; Realização de 07 edições do Participe! em parceria com o Programa Município VerdeAzul (PMVA), voltadas a gestores e conselheiros municipais, abordando políticas desenvolvidas pelas instituições da SIMA, relacionadas aos temas das diretrizes do PMVA.; as ações de Educação Ambiental que envolveram os municípios se caracterizam por processos formativos, capacitações, orientação técnica, campanhas, ações de mobilização, parcerias, disponibilização de materiais e outras atividades, somando mais de 350 municípios atendidos por meio das ações citadas acima e ouvidoria.

Produto: Ações educativas para o desenvolvimento de políticas públicas e na gestão ambiental

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 13

Meta alcançada: 17

Ação 5677 - Gestão de Parques Urbanos

Unidade Executora: Coordenadoria de Parques e Parcerias

Descrição: Integração das atividades de gerenciamento de parques urbanos orientadas pela implementação de ferramentas de avaliação, monitoramento e execução de projetos e parcerias, visando a ampliação de atividades de lazer, esporte e cultura, educação ambiental e melhoria da qualidade de vida e cidadania.

A Coordenadoria de Parques e Parcerias (CPP) atua na gestão dos Parques Alberto Löfgren (Horto Florestal), Estadual do Belém -Manoel Pitta, Candido Portinari, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa (Água Branca), Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Jequitibá, Juventude -Dom Paulo Evaristo Arns, Ecológico da Várzea do Embu Guaçu - Professor Aziz Ab´Saber, Villa-Lobos e o Projeto Pomar Urbano e Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. Além dos parques mencionados, a CPP também responde pela gestão conjunta com o Departamento de Águas e Energia – DAEE do Parque Ecológico Tietê (núcleo Engenheiro Goulart) e núcleos de lazer Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena (Ação 4029 – Manutenção e Conservação de Parques, em virtude de convênio celebrado no âmbito da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA. No exercício de 2021 foram executados R\$ 38,2 milhões em contratos, ações e melhorias e 8.594.501 milhões de cidadãos foram atendidos nos parques urbanos, sendo importante ressaltar que devido à pandemia do Covid 19 os parques estaduais estiveram fechados para visita pública de 06 de março de 2021 até 23 de abril de 2021, quando se iniciou a reabertura gradual até abertura total em 01 de junho de 2021, com restrições de funcionamento e mediante adoção de protocolos sanitários conforme previsto no Plano São Paulo. Dentre as principais ações realizadas em 2021, destacam-se: 1) convênios firmados com: a) DAEE, prorrogação da vigência para 12 meses em 30/01/2021, para a gestão compartilhada do Parque Ecológico do Tietê e Núcleos Biacica, Jardim Helena e Jacuí ; b) Best Players Produções, em 22/09/2021, com vigência de 12 meses, visando a revitalização das áreas de Caminhada e Ciclovia do Parque Estadual Villa-Lobos, e promoção de atividades esportivas gratuitas e ações voltadas a saúde e bem estar dos frequentadores; c) Prefeitura Municipal de Guarulhos, prorrogação da vigência, visando a aquisição de equipamento para auxiliar na manutenção e manejo em áreas de plantio de espécies arbóreas para recuperação e compensação ambiental; d) Consórcio Parque Pinheiros, em 13/06/2021, com vigência de 5 anos, visando a conjunção de esforços para implantação do trecho 2 do Parque Linear na margem oeste do canal Pinheiros; e) Social Service Comunicação Mkt, prorrogação da vigência em 05/02/2021, visando a promoção gratuita de atividades desportivas e de lazer, com orientação profissional, no Parque Candido Portinari. Como contrapartida ao Convênio, foi realizada a revitalização das placas de

sinalização do Parque Candido Portinari; 2) publicação do Edital 2021 de Manifestação de Interesse para doação de bens móveis, serviços, recursos financeiros e direitos à SIMA/CPP; 3) formalização de Termos de Doação para o recebimento de: a) árvores fotovoltaicas nos Parques Villa-Lobos, Candido Portinari, Juventude, Belém, Chucre, Água Branca, Embu e Jequitibá (doador: Eletropaulo/ Enel); b) doação de serviços de plantio de mudas e manutenção nos Parques Villa-Lobos e Candido Portinari (doador: CCR ViaOeste S/A); c) doação de pedra tipo brita 41 toneladas no Parque Ecológico do Tietê (doador: Socorro Olivina ME); d) doação de arte em grafite no Núcleo de Lazer Jardim Helena (doador: Clube da Comunidade Jardim Helena); e) serviço de conserto de bombas para o orquidário no Parque Villa-Lobos (doador: Social Service Comunicação Mkt); f) doação de projeto executivo para o Orquidário localizado no Parque Villa-Lobos (doador: Social Service Comunicação Mkt); g) doação reforma de terras para pista BMX no Núcleo de Lazer Vila Jacuí (doador: Alexandre Domingues da Silva); h) doação de 2 notebooks para os Núcleos Jardim Helena e Itaim Biacica (doador: Clube da Comunidade Jardim Helena); 3) licitação e formalização de permissão de uso do estacionamento do Parque da Juventude; 4) elaboração do Plano Diretor do Parque Villa-Lobos e Candido Portinari para submissão à consulta pública; 5) conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para a concessão dos Parques Villa-Lobos, Candido Portinari e Água Branca e abertura para consulta pública. 6) Conselhos de Orientação a) implementação e criação nos Núcleos de Lazer Jardim Helena e Itaim Biacica; b) designação de novos membros nos Parques da Juventude e Jequitibá.

Produto: Parques Urbanos conservados e com atividades aos visitantes

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 15.814.305 (número de visitantes dos parques).

Meta alcançada: 8.594.501 visitantes (meta impactada em razão da pandemia de Covid-19)

Ação 4029 - Manutenção e Conservação de Parques

Unidade Executora: Coordenadoria de Parques e Parcerias em conjunto com o Departamento de Águas e Energia – DAEE

Descrição: Manutenção e Conservação de parques destinados à prevenção e controle de enchentes, incluindo o seu aproveitamento para uso público.

A Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP em conjunto com o Departamento de Águas e Energia – DAEE, em virtude de convênio celebrado no âmbito da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, atuam na gestão do Parque Ecológico Tietê (núcleo Engenheiro Goulart) e núcleos de lazer Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena. No exercício de 2021 foram executados R\$ 19,7 milhões em contratos, ações e melhorias e 1.895.011 milhões de cidadãos foram atendidos nos parques, importante ressaltar que devido à pandemia do Covid 19 os parques estaduais estiveram fechados para visitação pública de 06 de março de 2021 até 23 de abril de 2021, quando se iniciou a reabertura gradual até abertura total em 01 de junho de 2021, com restrições de funcionamento e mediante adoção de protocolos sanitários conforme previsto no Plano São Paulo.

Produto: Parques Mantidos e conservados em área de várzeas

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 4.584.000 (número de visitantes dos parques)

Meta alcançada: 1.895.011 visitantes (meta impactada em razão da pandemia de Covid-19)

Ação 6247 - Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental

Unidade Executora: Escola Superior da CETESB

Transferência de conhecimentos desenvolvidos e consolidados no âmbito das competências e exercício das atividades da CETESB, visando o fortalecimento da atuação profissional nas questões ambientais, à melhoria do desempenho das instituições e o fortalecimento de políticas públicas e suas interfaces com a área ambiental.

Realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e curta duração, por meio da Escola Superior da CETESB, ensino a distância (EaD), estágios de desenvolvimento técnico, instruções técnicas, oficinas de trabalho, além de outras participações como congressos e seminários.

O público alvo envolve profissionais do Estado de São Paulo, demais estados em âmbito nacional, outros países e funcionários provenientes das agências ambientais da CETESB no interior.

Os dados demonstram que os números de capacitações realizadas nos meses de janeiro e fevereiro costumam ser pequenos por caracterizar-se com períodos de férias do quadro de pessoal. Ainda,

devido a pandemia da COVID 19, os cursos presenciais previstos foram suspensos de abril a julho e retornaram no formato de Ensino a Distância (EaD), de forma ainda incipiente, no segundo semestre.

O contrato internacional com Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, para realização de cursos fechados, na modalidade presencial, foi suspenso a pedido do cliente. O período de produção foi praticamente reduzido pela metade e a alteração de metodologia de ensino EaD no período de 6 meses não teve a mesma eficiência que a anterior.

Produto: Capacitação e difusão do conhecimento ambiental – Escola Superior da CETESB

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 3.421 participações

Meta alcançada: 4.591 participações

Ação 2565 – Implementação da Política Estadual de Defesa dos Animais Domésticos

Unidade Executora: Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal – CDSA - Secretaria da Saúde

A Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal, criada pelo Decreto 64.553/2019, tendo como finalidade a defesa dos animais domésticos, considerando-se, exclusivamente, cães e gatos de convívio do ser humano, dele dependentes e que não repelem a tutela humana.

O Plano Plurianual desta Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal encontra-se incluso no Programa 2617 - Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida, e prevê a Ação 2565 – Implementação da Política Estadual de Defesa dos Animais Domésticos, que cumpre a finalidade de desenvolver ações nos seguintes eixos: identificação e registro da população animal, promoção da esterilização cirúrgica, incentivo à adoção responsável, campanhas de conscientização quanto à guarda responsável e vacinação periódica, além da capacitação de recursos humanos.

No presente ano, as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal – CDSA se sucederam através dos projetos abaixo listados:

1. Acréscimo de 5 (cinco) unidades de clínicas veterinárias do Programa Meu Pet, totalizando 10 (dez) unidades anunciadas pelo Governo do Estado;
2. Expansão do Programa Meu Pet, através da criação do PETContainer, que consiste na implantação de 130 consultórios veterinários de atendimento gratuito em municípios de pequeno porte;
3. Execução do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos em todo o estado, através da efetivação de convênios com os beneficiários de Emendas/Demandas Parlamentares e/ou Transferências Voluntárias para as Prefeituras Municipais e/ou Entidades;
4. Criação e gerenciamento do sistema PetCadastro, que servirá como banco de dados para o cadastramento de animais domésticos;
5. Desenvolvimento de uma campanha de posse responsável de animais de estimação, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Produto: Apoio aos Municípios e OSCIPS em ações de defesa dos animais domésticos

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 30

Meta alcançada: 222

Justificativa no Nível de Execução do Programa

Os percentuais de execução foram obtidos pelas despesas realizadas em todas as fontes de recursos frente à dotação atualizada que compreende: a dotação inicial (-) contingenciado (+) créditos adicionais ao longo do exercício. Fontes de recursos do programa em questão: 001 – Tesouro do Estado e 003-Fundo Especial de Despesa exclusivamente arrecadações nos Parques Urbanos.

Ação Gestão de Parques Urbanos e em Área de Várzeas: Durante o exercício de 2021 foram realizados investimentos em contratos e ações para melhorias nas estruturas, instalações dos parques, sendo importante ressaltar que devido à pandemia do Covid 19 os parques estaduais estiveram fechados para visitação pública de 06 de março de 2021 até 23 de abril de 2021, quando se iniciou a reabertura gradual até abertura total em 01 de junho de 2021, com restrições de funcionamento e mediante adoção de protocolos sanitários conforme previsto no Plano São Paulo.

Ação: Educação Ambiental Integrada e Participativa na Gestão Ambiental Pública: No produto educação ambiental, observa-se que as ações formativas cumpriram a meta estabelecida no PPA, mantendo as ações realizadas em conjunto com outras instituições da Secretaria de Infraestrutura e

Meio Ambiente, em cumprimento ao objetivo de integrar a educação ambiental nas políticas públicas ambientais e com outras instituições, como a Secretaria de Estado da Educação e ações voltadas à comunicação com a difusão de conhecimento.

Ação: Capacitação e difusão do conhecimento ambiental (Escola Superior da CETESB): Devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19, houve necessidade de alterar o perfil dos cursos e eventos, historicamente realizados na modalidade presencial, para realização à distância. Com isso, foi possível obter maior capilaridade e ampliar o público participante, com destaque para o curso EaD "Gerenciamento de Recursos Hídricos" que contou com recursos do FEHIDRO.

Ação: Implementação da política estadual de defesa dos animais domésticos (Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal – CDSA - Secretaria da Saúde- Os percentuais de execução ficaram acima da meta para 2021 por conta do novo direcionamento dado pelo Governo às ações executadas neste Produto. Sendo assim, foram celebrados convênios com 130 municípios para instalação de equipamento de assistência à saúde animal, amparados pelo recurso recebido no crédito SAO do Decreto 66.075/2021, no valor de R\$ 55.900.000,00. Outra ocorrência que ampliou a execução da meta, foi o aumento das demandas parlamentares direcionadas às ações de Saúde Animal, também atendidos através de crédito suplementar. A fontes de recursos do produto em questão: 001 – Tesouro do Estado.

Programa 2618 – Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental

Objetivo do Programa: promover a conservação da biodiversidade, a proteção e a fiscalização ambiental no estado de São Paulo, contribuindo com a redução das perdas de biodiversidade, de serviços ecossistêmicos e da fragmentação das paisagens.

Ação 6073 – Gestão e Conservação Integrada da Fauna Silvestre (orçamentária)- consiste em aprovar e implementar a Política Estadual de Fauna Silvestre; desenvolver sistema para gestão da fauna e integra-lo com outros sistemas; desenvolver e implementar instrumentos econômicos; elaborar manuais de boas práticas para uso de espécies exóticas e normas/procedimentos para subsidiar a gestão de fauna; revisar lista de espécies ameaçadas; participar de PANs; elaborar e implementar planos de conservação estaduais e Planos Estaduais de Destinação de Fauna Silvestre e de Estratégias "ex situ" para Conservação da Fauna Silvestre; elaborar com SAA planos de ordenamento pesqueiro das espécies ameaçadas e com SES diagnóstico, diretrizes técnicas e planos sobre zoonoses; definir diretrizes/estratégias para fauna no licenciamento e para o processo de fiscalização a ela relacionado.

Quanto aos empreendimentos de fauna e áreas de soltura, houve um total de 333 processos ativos em 2021 nas categorias incluídas na Resolução CONAMA 489/2018, para os quais foram requeridas 866 autorizações afetas à regularização e funcionamento, das quais foram analisadas e emitidas 477, 127 canceladas ou indeferidas e 262 ainda em aberto. Tivemos 1512 requerimentos de autorizações relativas ao transporte, com análise e emissão de 1291, 126 canceladas ou indeferidas e 95 em aberto. Quanto as autorizações especiais, foram 358 requerimentos, com 242 emitidas, 94 indeferidas ou canceladas e 22 em aberto. Finalmente, houve 116 requerimentos concernentes à soltura de fauna silvestre, sendo emitidos 110, 4 cancelados ou indeferidos e 2 em aberto. Adicionalmente, houve também a emissão de 4153 autorizações de transporte para venda ao consumidor final em criadouros comerciais e estabelecimentos comerciais de fauna silvestre, feita de forma automática no GEFAU, sem necessidade de análise pelos técnicos da SIMA.

Especificamente no que se refere à criação amadorista de passeriformes, em 2021 foram realizadas (entre janeiro e outubro) 11329 análises de solicitações de novos cadastros, resultando em 5970 homologações e 5359 indeferimentos, somando-se 109 mil cadastros de criadores no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SisPass) para o estado de São Paulo.

O instrumento normativo que regulamenta o licenciamento, a autorização, o funcionamento, o acompanhamento e o encerramento dos empreendimentos de fauna silvestre do Estado de São Paulo, que se encontrava em fase final de elaboração em 2020, teve dificuldades em avançar em decorrência na falta de recursos humanos.

No que se refere às estratégias de conservação in situ de flora e fauna, em 2021 a CFB deu continuidade a sua participação nos Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), coordenados pelo ICMBio, seja via Oficinas de Elaboração, na execução direta ou colaboração em ações específicas ou nas Oficinas de Monitoria e Avaliação destes

PANs. No total, a CFB esteve presente em 11 PANs: Canídeos, Pequenos Felinos (2º. Ciclo), Grandes Felinos, Primatas e preguiça-de-coleira, Aves da Mata Atlântica, Papagaios, Paraíba do Sul, Rivulídeos, Peixes e Eglas da Mata Atlântica, Ungulados e Pequenos mamíferos Ameaçados de Extinção – Áreas Florestais.

Ainda em contribuição a este tema, em 2021 a CFB passou a ser ponto focal do ICMBio para apoio à elaboração, execução, monitoramento e avaliação de todos os PANs em que o estado de São Paulo está representado. Em função deste papel a CFB sistematizou e priorizou (ao longo de 18 reuniões de grupo de trabalho interno) as ações contidas nos PANs circunscritas ao território do estado, de modo a subsidiar etapas posteriores para organização da atuação da SIMA nos PANs, quais sejam: a orientação dos representantes SIMA sobre a participação nestes PANs; a articulação com os demais órgãos do Sistema Ambiental para execução ou apoio às ações prioritárias de sua competência e; a sensibilização dos tomadores de decisão sobre a importância de incorporação das preocupações dos diversos PANs na agenda ambiental paulista.

Em continuidade à elaboração de planos de ordenamento pesqueiro para as espécies de fauna aquática ameaçadas de extinção com interesse econômico (integrantes do Anexo IV do Decreto estadual no. 63853/2018) a CFB coordenou em 2021 um total de 17 reuniões do GT instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SAA no. 03 de 11 de maio de 2020, com o objetivo de discutir as estratégias de elaboração destes planos, bem como os dados de diagnóstico. Até o presente momento ainda não foi finalizado nenhum Plano. Contudo, estão em elaboração 36 dentre as 38 espécies previstas.

Além disso, a CFB continuou seu apoio ao Programa de Conservação do mico-leão-da-cara-preta (MLCP; *Leontopithecus caissara*) coordenado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) para contribuir com a proteção das populações desta espécie no Parque Estadual do Lagamar de Cananéia e no Parque Nacional do Superagui. O principal produto concluído no período foi o documento técnico "Análise de risco da febre amarela para o mico-leão-da-cara-preta", finalizado em agosto de 2021. Por fim, em dezembro de 2021 foi realizada a IV Oficina de Planejamento Integrado do Programa de Conservação do MLCP, permitindo atualizar o planejamento das atividades do Programa para o ano de 2022.

Destaca-se também, este ano, a instituição do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SSP no. 01/2021, com o objetivo de elaborar Protocolo de atuação dos agentes públicos estaduais no resgate e atendimento de ocorrências que envolvam espécimes da fauna silvestre, a partir da elaboração de diagnóstico sobre as ocorrências de apreensão e resgate, a identificação dos órgãos com atribuições legais sobre o tema, a definição de papéis e responsabilidades à luz destas atribuições, a definição de protocolos do manejo da fauna apreendida ou resgatada, dentre outros. Até o momento foram realizadas 4 reuniões com vistas à elaboração do diagnóstico citado.

No que se refere ao manejo de fauna in situ, foram emitidas, entre janeiro e novembro de 2021, 361 autorização, além de elaborados 557 ofícios, 429 informações técnicas e 346 pareceres técnicos.

- **Indicador LOA 3139**, "percentual de planos, programas, projetos e ações, visando dar diretrizes ou subsidiar gestão da fauna silvestre, elaborados e/ou implantados": a meta prevista de 98,39 não foi atingida, chegando-se a 59,25%. Isto se deve principalmente à prorrogação do prazo para finalizar os 38 planos de ordenamento pesqueiro de 2021 para maio de 2022, impactando a meta (VIA RESOLUÇÃO CONJUNTA SIMA-SAA 03/2021).

- **Indicador 1334**, "Índice de implementação da Política Estadual de Fauna Silvestre": a meta alcançada praticamente atingiu o previsto para 2021, respectivamente, 10,53% frente a 10,526%.

Ação 6233 – Proteção e Fiscalização Ambiental (orçamentária) – consiste no planejamento e execução de ações preventivas e repressivas, com a Polícia Militar Ambiental e outros órgãos e monitoramento de temas e áreas de vulnerabilidade ambiental, buscando a proteção dos bens ambientais contra a degradação, como remanescentes de vegetação nativa, produtos florestais, fauna, recursos pesqueiros e a conservação da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e de áreas especialmente protegidas, como unidades de conservação, áreas de preservação permanente e mananciais; além da coordenação do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

O **indicador LOA 2997** é mensurado pelo Número de Ações de Prevenção, Fiscalização e Monitoramento, composto pela soma total de ações de prevenção e redução de pressões aos bens ambientais e de riscos de incêndios florestais, envolvendo: proteção da flora, fauna, fauna ictiológica e recursos pesqueiros, recursos minerais, áreas especialmente protegidas, unidades de conservação, fiscalização de atividades madeireiras, uso irregular do fogo e balões; e o monitoramento de áreas de vulnerabilidade ambiental. Em 2021, registra neste indicador um total de 89.373 ações, sendo:

- (a) 29.651 ações para proteção da Flora;
- (b) 17.762 ações para proteção da Fauna Silvestre, Doméstica ou Exótica;
- (c) 6.555 ações para proteção da Fauna Ictiológica e dos Recursos Pesqueiros;
- (d) 73 ações para proteção dos Recursos Minerais;
- (e) 7.568 ações para proteção das Unidades de Conservação;
- (f) 238 registros de ocorrências de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação;
- (g) 759 ações de fiscalização do uso irregular do Fogo ou de atividades relacionadas aos Balões;
- (h) 527 ações de fiscalização relacionadas aos Produtos e Subprodutos florestais;
- (i) 26.239 de outras ações de proteção e fiscalização em áreas especialmente protegidas ou em área comum.
- (j) 1,06 vezes em que o território do Estado foi monitorado.

O **indicador PPA 3351** é mensurado pelo Percentual de Ações de Prevenção, Fiscalização e Monitoramento realizadas em Áreas e Temas Prioritários para Conservação e Proteção Ambiental, como em áreas especialmente protegidas, unidades de conservação, remanescentes de vegetação nativa, fauna silvestre, fauna ictiológica e recursos pesqueiros, produtos florestais, atividades de risco a incêndios florestais, como uso irregular do fogo e balões. Em 2021, registra percentual atingido de 43% resultante de 38.153 ações em áreas e temas prioritários, de um total de 89.373,06 ações.

Aponta-se que a meta do indicador LOA 2997 extrapolou em cerca de 15% a meta estabelecida para o ano, o que pode estar relacionado à informatização das atividades de fiscalização ambiental, o que permitiu uma maior eficácia nas ações. Já o percentual associado ao indicador PPA 3351 ficou 11% menor do que a meta estabelecida para o ano, o que pode ser atribuído à sazonalidade de algumas atividades e ao atendimento de demandas que dependem de fatores externos, como por exemplo, às diversas denúncias em temas e áreas nem sempre prioritários.

Ação 6303 – Estruturação e Gestão da Fiscalização e Conciliação Ambiental (orçamentária) – consiste na estruturação e modernização da fiscalização, capacitação dos agentes e ações para gestão dos Autos de Infração Ambiental, envolvendo a realização dos Atendimentos Ambientais pelos Técnicos e Policiais Ambientais voltados à conciliação e à consolidação das infrações e à orientação e reeducação do infrator; julgamento de recursos interpostos; definição e acompanhamento de medidas de reparação de danos ou regularização de atividades e controle de pagamento e conversão de multas em serviços ambientais.

O **indicador LOA 3017** é mensurado pelo Número de Autos Consolidados no Atendimento Ambiental, Recursos Julgados, Vistorias realizadas para acompanhamento da Reparação de Danos e Multas convertidas em serviços ambientais. Em 2021, registrou-se neste indicador, o total de 38.532 ações relacionadas ao processamento dos Autos de Infração Ambiental, sendo:

- (a) 33.278 Atendimentos Ambientais realizados para consolidação dos Autos de Infração Ambiental;
- (b) 3.082 recursos julgados;
- (c) 1.680 vistorias realizadas para acompanhamento da reparação de danos ao meio ambiente;
- (d) 307 Autos de Infração Ambiental com compromisso firmado para conversão de multas em serviços ambientais.

O indicador ficou 48% acima da meta estabelecida para o ano, o que pode ser atribuído principalmente aos impactos da medida de quarentena, instituída por meio do Decreto Estadual 64.881/20, que acarretou na suspensão da realização dos Atendimentos Ambientais (a) de março a setembro de 2020, de forma que estes foram realizados em 21. Em função desse cenário houve a publicação da Resolução SIMA nº 05/21, que instituiu novas modalidades de AA (Res SIMA 5/21), visando aumentar a capacidade de atendimento por ano, através da implantação de novas modalidade de Atendimento Ambiental em formato remoto ou de forma presencial. Destaca-se ainda a instituição de novos procedimentos de conversão de multas (d) que ampliou o número de termos firmados para conversão no ano de 2021. Além disso, houve a retomada da realização de vistorias (c), com destaque para a

realização da Operação Caipora com objetivo de realizar vistorias para acompanhamento da reparação de danos ao meio ambiente.

O indicador PPA 3028 é mensurado pelo Índice de Autos Conciliados no Atendimento Ambiental e Compromissos Firmados para Reparação de Danos ou Regularização de Atividade. Em 2021, registrou-se o índice de 53% neste indicador, superando a meta definida em 36% a mais, o que pode ser atribuído à manutenção da qualidade dos Atendimentos Ambientais e à importância desta fase do procedimento administrativo para o encaminhamento e finalização dos processos relacionados às infrações, especialmente com o compromisso firmado para a reparação dos danos ambientais causados ou regularização de atividades objetivo de autuações; sendo registrado:

- (a) 15.627 Autos de Infração Ambiental Conciliados, que correspondem a 47% do total de Autos Consolidados nos Atendimentos Ambientais, e representam 70% do índice do indicador;
- (b) 6.875 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) firmados, que correspondem a 63% do total de Autos com medidas de reparação definidas e representam 30% na mensuração do índice do indicador.

Destaca-se ainda, para além dos indicadores apontados, a manutenção das estruturas e modernização da fiscalização, por meio de 100% dos Autos lavrados digitalmente e gestão dos processos administrativos originados destes de forma eletrônica por meio do sistema e-Ambiente, possibilitando agilidade nos trâmites de documentos, maior transparência, economia e acesso a funcionários e cidadãos; melhoria dos sistemas da Polícia Militar Ambiental e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Ação 2483 - Gestão Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista

Consiste em desenvolver parcerias e sistemática de atuação integrada com municípios e outros órgãos do Estado, com suporte de sistemas de informações geográficas, inteligência e monitoramento remoto, buscando a otimização de recursos e ganho de efetividade na gestão ambiental e na capacidade do poder público de controlar a intensa dinâmica de expansão irregular e desordenada de ocupações em áreas ambientalmente protegidas e risco de desastre natural. Ação executada com recursos já contemplados nas outras ações do programa. Seu produto é a rede de operações ambientais.

A meta LOA é avaliada por meio do indicador 2490 que mede o número de áreas de pressão por expansão de ocupação irregular mapeadas que tiveram no período algum tipo de ação de monitoramento remoto/ presencial, fiscalização estadual e/ou fiscalização municipal. Em 2021 foram objeto de ação de monitoramento/fiscalização 88 áreas, considerada a média de medição dos dois semestres, equivalente a 100% do previsto.

A meta PPA é avaliada pelo indicador 3178, percentual de atuação em áreas de alta pressão de expansão da ocupação. Foi medido em 100 que corresponde a 125% do previsto.

Ação 2353 - Sustentabilidade Ambiental – Microbacias

Unidade Executora: Unidade de gestão Local do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – UGL/PDRS - GTAPE

A ação consiste na promoção do desenvolvimento econômico sustentável pelo incentivo a pequenos agricultores familiares que desenvolvam atividades inovadoras em áreas de interesse ou restrição ambiental; fomento às iniciativas que contribuam para manter ou ampliar a geração de serviços ecossistêmicos, instituindo projetos de pagamento por serviços ambientais e o fortalecimento da gestão ambiental.

A ação vincula-se ao "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável" - PDRS Sustentabilidade Ambiental - MICROBACIAS II, executado entre 2010 e 2018 pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e pela Secretaria do Meio Ambiente, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA.

Embora o projeto tenha encerrado em 30/09/2018, foi incluída a ação no PPA com atividades voltadas a sustentabilidade e complementaridade do que foi implantado, especialmente o monitoramento das medidas de recuperação e/ou proteção acordadas em propriedades selecionadas para o recebimento de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA e a divulgação de informações produzidas sobre espécies nativas adequadas para restauração das reservas legais exigidas pela legislação florestal (LEI FEDERAL Nº 12.651/2012).

Em 2021 houve a continuidade de serviço terceirizado contratado para realizar o monitoramento em 29 SAFs implantados entre 2013 e 2017, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Microbacias II. Adicionalmente, foi assinado convênio entre a SIMA e a ESALQ/USP para viabilizar as análises dos dados de monitoramento, as quais serão realizadas no 2º. Semestre de 2022. Foi também contratado novo serviço de monitoramento para dar continuidade às coletas no primeiro semestre de 2022.

Para o indicador LOA , “percentual de serviços e equipamentos disponibilizados – código 1367”, apontadas em 2021 266 ações no primeiro semestre e outras 549 no segundo semestre de um total de 2819 necessárias, fechando 2021 com 19,47%, muito próximo aos 20% da meta estabelecida.

O alcance da meta para o indicador PPA (percentual de disponibilização ao público, de portal eletrônico e aplicativo de celular ativos - 3387) foi zero. Foi prevista a contratação de serviços de tecnologia de informações para o desenvolvimento de um webportal e aplicativo de celular para disponibilizar informações produzidas pela SIMA no âmbito do PDRS. Para tanto, depende-se de definições prévias acerca da implementação do programa de regularização ambiental – PRA, que passou a ser de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com o envolvimento da SIMA (conforme Decreto 64.131, de 3/3/2019 e Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 1, de 12/3/2019). Tais definições, ainda pendentes, não são de governança exclusiva da pasta, razão pela qual não foi possível avançar na atividade até o momento.

Ação Conexão Mata Atlântica - GEF/BID (2539) – orçamentária - corresponde ao Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil – Conexão Mata Atlântica: (Executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Estados de São Paulo - SIMA e FF, Rio de Janeiro e Minas Gerais) com doação do Global Environmental Facility - GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e biodiversidade e à captura de carbono no Corredor Sudeste da Mata Atlântica.

O produto da ação é o incentivo a proteção e recuperação da cobertura vegetal e da biodiversidade (1266). Seu indicador PPA é o percentual de execução dos contratos de PSA que alcançou 100% da meta prevista para o ano. O Indicador LOA (3344) é a área restaurada e protegida por meio de PSA (ha). O total de área contratada até 2021 de 13.419,36ha, enquanto a meta para total definida para o PPA previa 12.800ha, assim correspondendo a 104,84% da meta prevista para o ano.

Ação 8331 – Restauração Ecológica e Proteção da Biodiversidade - não orçamentária

As atividades consistem em: monitoramento da restauração ecológica, da exploração sustentável da flora nativa e de projetos de redução de pressão; captação de novas áreas, recursos e instituições parceiras para incremento da restauração; fomento à restauração com foco em unidades de conservação e suas zonas de amortecimento e em terras de povos e comunidades tradicionais; disseminação de métodos e conhecimentos associados à restauração e incorporação do tema nos instrumentos de gestão de recursos hídricos. O produto desta ação é o monitoramento da Restauração Ecológica e Exploração Sustentável da Flora Nativa.

A implementação se dá por meio de: recepção, análise e monitoramento de projetos de restauração ecológica cadastrados em sistemas informatizados; análise e gestão de projetos financiados pelo FEHIDRO; elaboração de projetos de fomento; captação de recursos e parcerias estratégicas para os projetos; ações de sensibilização e capacitação relacionadas às ações de restauração ecológica e proteção da biodiversidade, voltados ao público interno e externo.

As atividades consistem em: monitoramento da restauração ecológica, da exploração sustentável da flora nativa e de projetos de redução de pressão; captação de novas áreas, recursos e instituições parceiras para incremento da restauração; fomento à restauração com foco em unidades de conservação e suas zonas de amortecimento e em terras de povos e comunidades tradicionais; disseminação de métodos e conhecimentos associados à restauração e incorporação do tema nos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Em dezembro de 2021 o estado de São Paulo contava com mais de 24900 ha em processo de restauração registrados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE sob diferentes motivações. 657 são projetos em fase de monitoramento com motivações geridas pela SIMA. 360 já inseriram seus dados de monitoramento no sistema.

No tocante à exploração sustentável da vegetação nativa, foram registradas 39 comunicações de roças de coivara. Ação resultante da Resolução SMA 28/2020, que instituiu as autorizações emergenciais de

roças para povos e comunidades tradicionais, severamente afetados pela pandemia e com riscos à soberania alimentar de suas comunidades.

O indicador LOA é mensurado pelo indicador 3309, número de ações de capacitações oferecidas relacionadas aos temas restauração ecológica, exploração sustentável de espécies vegetais nativas e redução de pressão à biodiversidade, incluindo aquelas sobre uso de sistemas de suporte. Em 2021 foram realizadas 34 das 116 capacitações previstas, ou seja, 29,31% da meta. Isto justifica-se por atrasos em contratação de serviços para oferecer no ano 100 capacitações no âmbito do Projeto FEHIDRO Monitoramento de SAF e principalmente da pandemia, com restrição às atividades presenciais. O indicador PPA é mensurado pelo percentual de projetos de restauração ecológica e exploração sustentável de espécies nativas sob acompanhamento gerencial considerando aqueles cadastrados em status execução e monitoramento. A meta foi pouco superada, alcançando-se 109,59% do previsto para 2021.

Ação 8294 – Ação GEF- Pró Espécies - não orçamentária

O Projeto Pró-Espécies é coordenado pelo Governo Federal por meio MMA e financiado pelo Global Environment Facility – GEF (www.thegef.org), tendo como agência implementadora o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e como agência executora o WWF-Brasil. Tem como objetivo geral elaborar e implementar políticas públicas para conservação de espécies ameaçadas de extinção em pelo menos 12 territórios-alvo (ou áreas-chave), totalizando 9 milhões de hectares, a partir do envolvimento de 13 estados brasileiros.

O Estado de São Paulo passou a integrar oficialmente o Projeto em 14/05/2020, por meio da assinatura de Acordo de Cooperação Técnica em que figuram como partes, por um lado, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, a Fundação Florestal-FF e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo -FPZSP e, por outro, o WWF-Brasil. Como objetivo central deste Acordo de Cooperação Técnica está a elaboração e implementação de Planos de Ação Territoriais (PATs) para espécies de fauna e flora alvo (espécies criticamente ameaçadas de extinção e que não sejam objeto de outras iniciativas de conservação) em dois território (conforme consta do Produto relativo a esta Ação) quais sejam: Território 19, no Alto Paranapanema, trabalhado juntamente com o governo do estado do Paraná; e o Território 20, integralmente localizado no estado de São Paulo e coincidente com o território da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde do Município de São Paulo (RBCV).

O produto da ação são os Planos de Ações Territoriais para Espécies da Fauna e Flora ameaçadas de extinção.

O indicador LOA é mensurado através do índice de execução do projeto (%), consideradas atividades que serão definidas no plano operativo anual a ser apresentado ao financiador. Este indicador fechou o ano de 2021 com 43,5% de alcance da meta, considerando-se, neste cálculo, PAT 19 (57%*50%) + PAT 20 (30%*50%). Neste período tivemos maiores avanços no PAT 20 (preparação, realização e sistematização dos resultados da Oficina de Elaboração deste Plano de Ação Territorial). Para PAT 19, publicou-se 2 cartas convite para contratação de serviços voltados à implementação de 2 ações prioritárias.

O indicador PPA é mensurado pela porcentagem de espécies ameaçadas de extinção incorporadas em estratégias de conservação nos territórios de atuação definidos pelo projeto para o Estado de São Paulo. A mensuração indicou 73,19% em relação ao previsto. Do total de 36 espécies previstas (somados os dois PAT em elaboração por São Paulo), em 2021 foram contempladas 22, todas relativas ao PAT Caminho das Tropas Paraná – São Paulo, contabilizando-se 10 a menos com relação a 2020. Isto porque os taxonomistas em fauna e flora solicitaram revisão na lista de espécies-alvo finalizada na Oficina de nov/2020, com vistas ao pleno atendimento dos critérios do projeto (espécie-alvo não estar contemplada em qualquer outra iniciativa de conservação, como Unidades de Conservação ou Planos de Ação Nacionais). Além disso, este total ainda não sofreu incremento do PAT do Território 20, uma vez que o mesmo ainda não foi concluído devido a sua complexidade (volume de atores envolvidos e por envolver a RMSP).

Programa 2619- Fortalecimento Do Planejamento E Gestão Ambiental

OBJETIVO DO PROGRAMA

Promover o planejamento articulado entre diferentes políticas públicas, a partir do oferecimento de subsídios técnicos e instrumentos para apoio ao diagnóstico, prognósticos e monitoramento, bem como suporte à elaboração e implementação dessas políticas regionais e/ou setoriais, sempre estimulando a integração municipal por meio das ações do Município Verde Azul no estado de SP.

Ação 2017 - Município Verdeazul - Protocolo De Conduta Ambiental

Unidade Executora: Coordenação do Programa Município Verde Azul - PMVA

Descrição da Ação: Capacitação da estrutura de meio ambiente e dos quadros das administrações municipais do Estado de São Paulo, transferindo o conhecimento do sistema ambiental paulista, de forma a obter a eficácia da gestão e planejamento ambiental, incorporando ao dia a dia dos municípios a variável ambiental

Descrição do realizado no exercício: Em 2021 foram realizados 154 processos formativos pela equipe PMVA, entre eles: palestras, oficinas, capacitações individuais (por município), regionais e tiradúvidas sobre as diretrizes do PMVA e Palestras sobre o Conselhos de Meio Ambiente e Princípios de Poda. Houve uma demanda maior por capacitações e treinamentos, já que esse foi um período mudanças nos quadros de funcionários devido às novas gestões em diversos municípios.

Produto: 1249 - CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS

Indicador de produto: 3494 - Quantidade de capacitações (processos formativos)

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 95 processos formativos

Meta alcançada: 154 processos formativos

Ação 2463 - Integração Da Gestão Ambiental E Gestão De Riscos - Bird

Unidade Executora: Unidade de Coordenação do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – UCP/TLMA

Descrição da Ação: Desenvolvimento do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); melhoria do monitoramento e controle ambiental, por meio da inovação na fiscalização, fortalecimento da capacidade de monitoramento do ar e da água e da modernização do sistema de licenciamento ambiental; integração do gerenciamento de risco de desastres naturais no setor de transportes e fortalecimento da capacidade de gerenciamento de risco de desastres, no âmbito do programa de transporte, logística e meio ambiente, gerenciado pelo DER, com recursos de financiamento externo (BIRD) e de contrapartida do Estado de São Paulo

Descrição do realizado no exercício: No exercício de 2021 não foram concedidos recursos orçamentários do Tesouro (contrapartida) destinados à Ação 2463. As atividades do Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo – Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente foram realizadas exclusivamente com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8272/BR, celebrado com o BIRD, e alocados no DER/SP, até o dia 30/03/2021, data em que o Projeto foi encerrado.

Equipamentos recebidos: 10 Câmeras HP IP para a CETESB; Tubos e frascos de vidro de borossilicato para o monitoramento da qualidade do ar; 25 workstations para a Polícia Militar Ambiental, 12 workstations para a Coord. Fiscalização e Biodiversidade; Dois servidores com licença Windows Server Datacenter instalada para a Coord. Planejamento Ambiental; Dois servidores de dados para o Núcleo de Geoprocessamento - IPA.

Serviços concluídos: Elaboração de Planos de Contingência frente a riscos de eventos geodinâmicos em trechos rodoviários das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs) Caraguatatuba, Mogi das Cruzes e São Vicente; Serviços de medição de movimentos do terreno a partir do método InSAR na Região Metropolitana de São Paulo e parte da Baixada Santista e Litoral Norte; Serviços de preparação, digitalização, reconhecimento óptico de caracteres, processamento de imagens, indexação e inserção de metadados de documentos, bem como, fornecimento de sistema de gerenciamento eletrônico e busca de documentos da CETESB; Serviços técnicos especializados para a formulação, estruturação e implementação de uma plataforma integradora de Gestão de Riscos de Desastres.

Produto: 439 - MELHORIA NA INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS - BIRD

Indicador de produto: 1116 - Número de municípios da região metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e Litoral Norte com mapeamento de riscos de desastres

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 45 unidades

Meta alcançada: 45 unidades

Ação 4302 - Avaliação E Mapeamento De Áreas De Risco

Unidade Executora: Instituto Geológico – IG / Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA

Descrição da Ação: Execução de avaliações de risco de desastres geodinâmicos por meio de trabalhos de campo, sensoriamento remoto e análises espaciais, gerando mapas de perigos, vulnerabilidades e riscos em diferentes escalas, disponibilizados em sistemas de informações geográficas, banco de dados, relatórios e pareceres.

Descrição do realizado no exercício: A área de atuação em Gestão de Risco de Desastres desenvolveu suas atividades alinhada às prioridades do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos - PDN, no sentido de produzir conhecimento científico sobre os processos geodinâmicos perigosos, as vulnerabilidades e exposições dos sistemas sociais, econômicos e ambientais, a fim de garantir a segurança e qualidade a todos os setores da sociedade. As pesquisas foram organizadas em 9 eixos principais de projetos: (a) Mudanças climáticas em ambientes costeiros, (b) Medidas de adaptação em ambientes costeiros, (c) Inventário de eventos geodinâmicos e desastres, (d) Aplicação, inovação e operação da Plataforma de Gestão de Riscos de Desastres (GRD), (e) Avaliação e Mapeamento de Riscos, (f) Sistema inovador para identificação, prevenção e mitigação de desastres em cenários de mudanças climáticas, (g) Educação e comunicação para aumento da resiliência aos desastres, (h) Insumos de GRD para políticas ambientais e (i) Políticas de Proteção e Defesa Civil), que deram suporte e promoveram a transferência do conhecimento de risco de desastres no suporte às políticas públicas, entre as quais se destacam: a participação e suporte técnico aos planos de proteção e defesa civil, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP, os planos municipais e regionais de adaptação e resiliência aos impactos das mudanças climáticas, os planos de manejo de Unidades de Conservação Paulistas e a recuperação ambiental de ambientes costeiros. Foram elaborados Mapeamentos de Riscos para os 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo por meio de contratação com recursos do BIRD e elaboração de sistema de alerta e operação de plano de contingência de rodovias junto ao DER, concluído o Mapeamento de Riscos Geológicos e Hidrológicos no Município de Mairinque e início de trabalhos nos Municípios de Ibiúna, Ilhabela e Mogi Mirim.

Produto: 456 - AVALIAÇÕES PARA REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES GEODINÂMICOS

Indicador de produto: 1134 - Avaliações de risco de desastres geodinâmicos

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 28 avaliações

Meta alcançada: 46 avaliações

Justificativa: A meta foi ultrapassada pela ampliação da demanda da SIMA para a participação da equipe na elaboração de diretrizes para os Planos de manejo das Unidades de Conservação do Estado e retomada das solicitações do Ministério Público.

Ação 4640 - Gerenciamento E Difusão De Informações Para Planejamento Ambiental

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento ambiental - CPLA

Descrição da Ação: Manutenção e atualização da plataforma DATAGEO no aspecto tecnológico (hardware, software e rede), e de produção e atualização de informações ambientais e territoriais.

Descrição do realizado no exercício:

- Elaboração e publicação do Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo 2021 (RQA), que disponibiliza séries históricas de indicadores ambientais e socioeconômicos paulistas, assim como informações das ações realizadas pelo Estado que buscam a melhoria da qualidade ambiental.

- Geoportal DataGEO: Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – IDEA-SP, que permite a organização, catalogação, conversão, padronização e disponibilização de informações ambientais espacializados, via Portal WEB. Link: <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/> ;

•Publicação de novas informações ambientais territoriais: 151 camadas acrescentadas ao GeoPortal das quais 57 camadas são atualizações anuais, exemplificadas pelos dados de qualidade ambiental do Estado de São Paulo, Focos de Queimadas, Emergências Químicas e Índices socioeconômicos. Das 94 novas camadas disponibilizadas destacam-se as camadas do Inventário Florestal 2020 separadas por UGRHI e as publicações referentes aos planos de manejo de 02 Unidades de Conservação.

•Desenvolvimento e implantação da RedeZEE -SP - Plataforma de Informação Territorial

Produto: 412 - PLATAFORMA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS - DATAGEO

Indicador de produto: 1679 - Número de novas informações incorporadas ao DataGeo

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 130 camadas

Meta alcançada: 151 (Quantidade de camadas publicadas, aprovadas e disponibilizadas para o público-alvo no DataGEO)

Ação 5960 - Fortalecimento Da Proteção E Gestão De Águas Subterrâneas

Unidade Executora: Instituto Geológico – IG / Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA

Descrição da Ação: Desenvolvimento de projetos coordenados para proteção dos aquíferos e fomento do uso sustentável das águas subterrâneas.

Descrição do realizado no exercício: O IPA desenvolveu onze projetos em Hidrogeologia no exercício de 2021: 1) “Delimitação de Perímetros de Proteção de Poços de Abastecimento Público–SAB” (FEHIDRO nº 2017-CORHI-170), com finalização do contrato com IPT e da prestação de contas da última parcela ao Agente Financeiro do FEHIDRO; 2) “Estudo isotópico do Sistema Aquífero Tubarão na porção leste da Bacia Sedimentar do Paraná no Estado de São Paulo, Brasil” (Contrato IAEA estendido até dezembro/2022); 3) “Aquíferos On-Line – Implementação do Banco de Dados Bibliográficos da Hidrogeologia do Estado de São Paulo” (recursos do PDIP-FAPESP - previsão de prorrogação e término em 03/2022), com serviço contratado em finalização; 4) “Modelo Geométrico de Fraturas e Modelo Conceitual Hidrogeológico do Maciço Cantareira – São Paulo-SP”; 5) “Curso de transferência de conhecimento visando a gestão em águas subterrâneas no âmbito dos Comitês de Bacia do Estado de São Paulo” (Políticas Públicas-FAPESP); 6) “Proteção dos Recursos Hídricos na perspectiva de políticas públicas: abordagem no ambiente escolar” (Finalizado em agosto/2021); 7) “Uso consciente de espaços públicos numa perspectiva de educação ambiental” (Finalizado em agosto/2021); 8) “Potabilidade da água: conhecimento e conscientização” (iniciado em novembro/21); 9) “Um exercício de divulgação científica em espaço escolar por meio da comunicação ambiental” (iniciado em novembro/21); 10) “Estudos de detalhe sobre a contaminação por nitrato nas águas subterrâneas em cidades prioritárias do oeste paulista abastecidas pelo Sistema Aquífero Bauru” (PROGESTÃO-ANA, Projeto iniciado em outubro/2021); 11) “Soluções integradas de água para cidades resilientes” (FAPESP-Temático; Coordenação Geral IGc/USP; IPA como uma de suas sub-coordenações nos módulos de pesquisa).

Dentre as ações desenvolvidas pelo IPA, enumeram-se: 1) Suporte e apoio técnicos com atendimentos a: órgãos da SIMA e externos; 2) Elaboração análise documental e de 2 pareceres técnicos relacionados aos diagnósticos do meio físico (recursos hídricos) de planos de manejo (MOJAC e outras 3 UCs); 3) Atuação como agente técnico FEHIDRO na análise e acompanhamento de 6 empreendimentos; 4) Atuação na coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e na coordenação do GT Nitrato desta CTAS; 5) Atuação na coordenação do GT-Controle da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ (UGRHI 5); 6) Participação no Comitê de Bacia do Alto Tietê e atuação no GT-Jurubatuba (CT-AS); 7) Apoio ao desenvolvimento das atividades relativas à formulação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo.

Há uma proposta de projeto em análise junto à FAPESP, intitulado “Uso de multi-traçadores, nanotecnologia e modelagem numérica de transporte reativo de multicomponentes geoquímicos para o entendimento do nitrato em aquíferos urbanos”, que envolve um Projeto Jovem Pesquisador e um Projeto com Auxílio à Pesquisa.

Produto: 499 - DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO PARA PROTEÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA

Indicador de produto: 1204 - Ações e projetos em águas subterrâneas

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 19 unidades

Meta alcançada: 15 unidades (11 projetos e 7 ações desenvolvidas)

Ação 6056 - Apoio À Formulação E À Gestão De Políticas Públicas

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento ambiental - CPLA

Descrição da Ação: Manutenção e atualização da plataforma da rede ZEE - Zoneamento Ecológico - econômico para articulação e pactuação entre os atores dos processos de elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas regionais, setoriais e temáticas.

Descrição do realizado no exercício: Em 2021, foram desenvolvidos 6 instrumentos de políticas públicas. Entre as cinco variáveis que compõem a ação, foram realizadas:

VARIÁVEL A - Política de proteção e conservação de mananciais: 3 - Compatibilização dos PDs do município de Ribeirão Pires à APRM Alto Tietê Cabeceiras e dos municípios de Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo à APRM Billings.

VARIÁVEL C - Gerenciamento Costeiro: 1 - Publicação do Portal Gerco-SP, com diagnóstico interativo em Power BI.

VARIÁVEL D - Gestão de unidades de conservação: 1 - Aprovação no Consema da minuta de decreto da APA Marinha Litoral Norte.

VARIÁVEL E – Zoneamento Ecológico-Econômico: 1 - Encaminhamento da minuta de decreto que dispõe sobre o ZEE no âmbito da PEMC.

A esses registros, somam-se os 82 instrumentos contabilizados anteriormente (incluindo valores do PPA anterior), englobando também aqueles referentes à variável da Política de mineração (Variável B).

Produto: 411 - INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDOS

Indicador de produto: 3365 - Número de instrumentos desenvolvidos por política pública

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 91 instrumentos

Meta alcançada: 88 instrumentos

Ação 6187 - Desenvolvimento De Ações Em Infraestrutura E Meio Ambiente Com Recursos Fehidro

Unidade Executora: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

Descrição da Ação: Definição de diretrizes para utilização, proteção e conservação das águas, bem como prioridades de ações para tal finalidade. A SIMA, como órgão gestor, contribui para o alcance dos objetivos e metas propostos, financiando projetos no seu âmbito de atuação com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Descrição do realizado no exercício: O produto é coordenado pela SIMA envolvendo a CETESB e os projetos no âmbito da pasta. Em 2021, a meta estabelecida para a CETESB no indicador LOA 2139: nº de contratos celebrados com o FEHIDRO consolidando as modalidades financiadas foi de 1 projeto e foram contratados 4, sendo projetos indicados pelos colegiados para recebimento de financiamento no 2º semestre de 2020, cujos contratos foram assinados no 1º semestre de 2021. No indicador 3456: execução financeira dos projetos financiados pelo FEHIDRO, foram apresentados 3 projetos, sendo 1 aprovado e os outros 2 foram indicados em outubro e dezembro, não havendo tempo hábil para análise e aprovação pelo agente técnico. O indicador 3464: % empreendimentos aprovados no FEHIDRO apresentou resultado satisfatório.

Produto: 540 - AÇÕES EM INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE FINANCIADAS PELO FEHIDRO NA SIMA

Indicador de produto: 2139 - Número de contratos celebrados com o FEHIDRO consolidando as modalidades financiadas

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 1 contrato

Meta alcançada: 4

Programa 2620 - Gestão E Gerenciamento De Resíduos Sólidos No Estado De São Paulo

OBJETIVO DO PROGRAMA

Promover um melhor planejamento, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, enfatizando as soluções regionalizadas; melhorar a qualidade dos aterros, assim como a redução dos resíduos lá dispostos; desenvolver sistemas de monitoramento da política de Resíduos e de rastreamento dos resíduos sólidos. Aprimorar a logística reversa no estado e a adoção de tecnologias para o Tratamento

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

AÇÃO 6355 - INSPEÇÃO DE ATERROS

Unidade Executora: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

Descrição da Ação: Realização de vistorias nos aterros do Estado de São Paulo, visando executar as ações de controle, bem como avaliar as condições ambientais, orientando os responsáveis quando necessário.

Descrição do realizado no exercício: Todos os indicadores, 3624: nº de inspeções em aterros (LOA), 3622: % de aterros sanitários com Índice de Qualidade de Resíduos – IQR adequados e 3491: % de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada (indicador de resultado), apresentaram resultados dentro do esperado. As Agências Ambientais da CETESB atuam de forma contínua junto aos municípios e entidades privadas, na fiscalização e na orientação visando à melhoria da operação dos aterros. No entanto, variáveis climáticas, desajustes operacionais, esgotamento das áreas de disposição, indisponibilidade de novas áreas, dificuldades na implantação de políticas de redução, reutilização e reciclagem e a dificuldade financeira dos municípios implicam em problemas nos aterros.

Produto: 1670 - FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS VISANDO À ELIMINAÇÃO DOS ATERROS INADEQUADOS

Indicador de produto: 3624 - Número de inspeções em aterros

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 1.026 inspeções

Meta alcançada: 1.075

Ação 6358 - Soluções Regionais E Novas Rotas Tecnológicas Para Gestão De Resíduos Sólidos

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento ambiental - CPLA

Descrição da Ação: Promoção e fortalecimento dos arranjos regionais e/ou consorciados na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos e atuação conjunta com os mesmos para a implementação das corretas ações de tratamento dos resíduos sólidos visando a disposição apenas de rejeitos em aterros.

Descrição do realizado no exercício: Em 2021, dando continuidade no objetivo de fortalecer os arranjos regionais na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos foram firmados protocolos de intenções com consórcios intermunicipais do estado que, de modo geral, visavam a cooperação técnica no tema. No ano foram 5, em um total de 20, os protocolos celebrados, com os seguintes consórcios:

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD; Consórcio de Municípios da Mogiana - CMM, Consórcio Intermunicipal do Centro do Estado De São Paulo - CICESP, Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista - CONDERG, Consórcio Intermunicipal CEMMIL - Saneamento Ambiental - CEMMIL, Consórcio Intermunicipal Do Pontal Do Paranapanema – CIPP; e Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA.

Ainda em 2021 houve o prosseguimento do planejamento da plataforma para subsidiar a implantação de soluções tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos no estado. Definidas as informações e aperfeiçoada a forma de organização dos dados que, inicialmente, constituirão a base da plataforma que acompanhará a implantação e desenvolvimento das soluções tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos implantadas no estado, discutiu-se as possibilidades de arquitetura para esta plataforma e definiu-se pela criação de um módulo específico dentro da RedeZEE, hoje implementada.

Produto: 1592 - SOLUÇÕES REGIONAIS PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Indicador de produto: 3460 - Percentual de desenvolvimento de plataforma para subsidiar a implantação de soluções tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos no estado

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 50 %

Meta Alcançada: 50 %

Ação 6365 - Implementação Do Plano Estadual De Resíduos Sólidos

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento ambiental - CPLA

Descrição da Ação: Execução da revisão quadrienal obrigatória do PERS - Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, publicado pela primeira vez em 2014, incluindo as ferramentas de implementação e monitoramento das ações.

Descrição do realizado no exercício: O Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo foi revisado e publicado em dezembro de 2020 conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305/2010. A nova versão Plano adequa as metas para o horizonte temporal de 20 anos, com estratégias até 2035, organizadas em ações de curto, médio e longo prazo. Até 2020 estávamos baseando nossas metas no Plano de 2014. A partir de 2021 utilizamos uma metodologia de transição entre os instrumentos de gestão e gerenciamentos do Plano de 2014, ainda em andamento, e do Plano de 2020 (versão revisada do Plano). Desta forma, foi possível manter conforme o previsto ao cumprimento das metas. Já fizemos uma modificação nas metas para 2022 onde será computado apenas os instrumentos de gestão e gerenciamento estabelecidos no Plano de 2020.

Produto: 1598 - PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS REVISADO E IMPLEMENTADO

Indicador de produto: 3383 - Instrumentos de gestão e gerenciamento de resíduos previstos no Plano entregues

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 50 %

Meta alcançada: 50 %

Ação 8264 - Sigor Módulo Construção Civil

Unidade Executora: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

Descrição da Ação: Elaboração de cadastros (prefeitura, geradores, transportadores e áreas de destino), do Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGR e de obras e emissão do Controle de Transporte de Resíduos - CTR e seu desdobramento.

Descrição do realizado no exercício: Os técnicos que fazem a implantação do SIGOR estavam em teletrabalho desde março/2020, o que prejudicou a implantação do sistema em novos municípios. Com a volta ao trabalho presencial em agosto/2021, essa ação foi priorizada e, como resultado, partiu-se de 6 para 11 municípios. Em relação aos indicadores 3687: nº de usuários cadastrados por ano a cada 100 mil habitantes e 3690: nº de documentos de CTR por ano a cada 100 mil habitantes, após a implantação do SIGOR e a capacitação dos técnicos da prefeitura pela CETESB, é responsabilidade do município acompanhar o PGR de cada obra cadastrada no sistema, solicitar o cadastro dos usuários, e controlar a emissão do CTR para a destinação adequada dos resíduos. O aumento do nº de CTR emitidos decorreu, principalmente, em razão do município de São José do Rio Preto tornar obrigatória a utilização do sistema para obras acima de 400m2.

Produto: 0620 - SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS – SIGOR MÓDULO CONSTRUÇÃO CIVIL

Indicador de produto: 1375 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM IMPLEMENTAÇÃO DO SIGOR INICIADA

Meta em 2021: 16 municípios – Ação não orçamentária

Meta alcançada: 11

Ação 8263 - Responsabilidade Pós-Consumo

Unidade Executora: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

Descrição da Ação: Promoção do processo de logística reversa nos setores produtivos abrangidos pela Resolução SMA nº 45/2015 e acompanhamento do seu cumprimento, compreendendo os

seguintes resíduos: óleo lubrificante automotivo, para a logística reversa do óleo lubrificante usado e contaminado e de suas embalagens plásticas, baterias automotivas, pilhas e baterias portáteis, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e luz mista, pneus inservíveis, agrotóxicos e tintas imobiliárias, estes dois últimos para a logística reversa de suas embalagens vazias.

Descrição do realizado no exercício: Em 2021 entrou em vigor a última linha de corte da Decisão de Diretoria CETESB nº 114/2019/P/C que previa a cobrança, quando da solicitação ou renovação da licença de operação, para todos os empreendimentos dos setores relacionados em seu item 2.4.2, sujeitos ao licenciamento ordinário. Além dessa linha de corte incluir um grande número de empreendimentos, foi a primeira vez que foram cobrados para esse atendimento e, por isso, o indicador LOA 2138: nº de empresas inseridas em Planos de Logística Reversa superou o previsto. O incremento do nº de empresas aderentes reflete em consequente aumento do indicador 3676: nº de Planos de Logística Reversa dos setores abrangidos pela Resolução SMA 45, de 23/06/2015, verificados com sucesso.

Produto: 0629 - SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA IMPLEMENTADO 0629 SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA IMPLEMENTADO

Indicador de produto: 2138 - NÚMERO DE EMPRESAS INSERIDAS EM PLANOS DE LOGÍSTICA REVERSA

Meta em 2021: 2.045 empresas – Ação não orçamentária

Meta alcançada: 3.758

Programa 2621 - Unidades de Conservação, Pesquisa e Inovação em Meio Ambiente

Descrição: Conservar a biodiversidade e a geodiversidade; promover o ecoturismo e a visitação pública; desenvolver a pesquisa científica, a inovação tecnológica e a gestão de acervos para suporte às políticas públicas ambientais; e fomentar o desenvolvimento econômico e socioambiental da população abrangida do entorno das unidades de conservação e do Estado de São Paulo.

Ação 5716 – Gestão do Jardim Botânico e Áreas Protegidas

Descrição: Gerenciamento do Jardim Botânico de São Paulo e áreas protegidas, visando a melhoria de infraestrutura e a proteção patrimonial, a conservação da biodiversidade e de recursos hídricos, atendimento a visitantes, pesquisadores e estudantes de escolas públicas.

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Descrição do realizado no exercício:

O Jardim Botânico de São Paulo (JBSP) recebeu no ano de 2021, 149.236 visitantes. Neste ano, enfrentou dois desafios: continuar atendendo ao público ainda sob as condições impostas pela pandemia, e atravessar a fase de transição na sua administração, com a concessão à iniciativa privada e a extinção do Instituto de Botânica pelo Decreto Estadual nº 65.796, de 16 de junho de 2021.

Devido aos fatos relatados acima, apenas dois eventos foram realizados neste ano.

Produto: Conservação, Proteção e Atendimento ao público do Jardim Botânico e Áreas Protegidas

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 200.000 visitantes (número de público atendido)

Meta alcançada: 149.236,00 visitantes.

A meta não foi alcançada, em parte devido aos desdobramentos da situação atual da pandemia do novo coronavírus, com a redução na circulação de pessoas pela cidade, impactando na compra de ingressos, visitação das escolas e o cumprimento do distanciamento social. Soma-se a isso a fase de transição da administração do JBSP, com a concessão à iniciativa privada e a extinção do Instituto de Botânica, que impossibilitaram a realização de ações, atividades e eventos que durante os anos anteriores fomentaram a visitação pública.

Ação 6180 – Compensação Ambiental

Descrição: Compensação ambiental estabelecida pela Lei Federal 9.985/2000, que prevê a destinação de recursos para as unidades de conservação por empreendimentos licenciados por EIA-RIMA.

Unidades Executoras: Gabinete da SIMA e Fundação Florestal

Descrição do realizado no exercício:

Em 2021, a Fundação Florestal obteve aprovação de 02 (dois) novos planos de trabalho pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA (IDs 071 e 073), com a destinação de recursos financeiros para a proteção e gestão de unidades de conservação, bem como de recursos complementares para outros dois planos de trabalhos (IDs 071 e 023), no total de R\$ 50.900.390,09.

Cabe destacar que, em 2021, houve o cancelamento de dois planos de trabalhos, a conclusão de nove planos e outros 25 se encontram em execução, envolvendo ações fundamentais para as unidades de conservação como proteção e combate a incêndios, restauração florestal, revitalização de estruturas, aquisições de equipamentos, demolições de imóveis, vigilância, plano de manejo, entre outros projetos estratégicos.

Produto: Projetos estratégicos para as Unidades de Conservação.

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 70% (percentual de unidades de conservação beneficiárias de destinações de recursos de compensação ambiental e contempladas com projetos estratégicos)

Meta alcançada: 90,09% de unidades de conservação beneficiadas.

Ação 5063 - Gestão De Unidades De Conservação

Descrição: Gestão das unidades de conservação de proteção integral, de uso sustentável e de outras áreas protegidas estaduais com a finalidade de proteção e/ou manejo da biodiversidade, da geodiversidade e dos ecossistemas e desenvolvimento do uso público nas unidades criadas com tal objetivo.

Unidade Executora: Fundação Florestal

O último ano de gestão continuou marcado pelas restrições impostas pela pandemia da Covid-19. O governo do estado reagiu à pandemia através de uma reforma administrativa visando à redução e otimização do gasto público. A Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, extinguiu o Instituto Florestal, incorporando-o ao Instituto de Botânica e Instituto Geológico num instituto de pesquisas ambientais único, o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA). O Decreto 65.274 transferiu a gestão de Unidades de Conservação (UC) então administradas pelo Instituto Florestal e Instituto de Botânica à Fundação Florestal. Assim, o número de áreas geridas pela FF passou de 102 para 151 e soma atualmente 4,7 milhões de hectares. Algumas das novas áreas se enquadram em categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e, portanto, constituem Unidades de Conservação (UC). Outras, que não são UCs, são Áreas Protegidas de Produção Florestal tais como as Estações Experimentais e algumas Florestas não caracterizadas legalmente em sua criação como Florestas Estaduais.

A Fundação Florestal - FF passou a ser responsável pela gestão de 66 unidades de Proteção Integral (34 Parques Estaduais, 25 Estações Ecológicas, 03 Monumentos Naturais, 02 Reservas Biológicas e 02 Refúgios de Vida Silvestre); 53 de Uso Sustentável (30 Áreas de Proteção Ambiental, 03 Áreas de Proteção Ambiental Marinha, 07 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 06 Florestas Estaduais, 02 Reservas Extrativistas e 05 Áreas de Relevante Interesse Ecológico) e ainda 32 Áreas de Produção (18 Estações Experimentais, 11 Florestas, 02 Viveiros Florestais e 01 Horto Florestal), totalizando 4,7 milhões hectares de áreas protegidas incidentes sobre os Biomas de Mata Atlântica, Cerrado e ecossistema marinho.

Ao mesmo tempo em que assumiu novas demandas, a FF seguiu implantando seu Planejamento Estratégico, que foi construído com base no Planejamento Plurianual (PPA), nas diretrizes do governo do estado e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e nas demandas territoriais. Importante contextualizar que o Planejamento da FF, elaborado em 2019 e executado em 2020, contou com a implantação de 25 ações estratégicas tais como: • realização do diagnóstico geral das UCS, • criação de base de dados unificada e geoespacializada, • incorporação de novas tecnologias, • estruturação de núcleos estratégicos no organograma da instituição, • renovação e manutenção de Conselhos Gestores das unidades de conservação, • revisão e aprimoramento de contratos, • aumento da eficiência de execução de recursos (em especial do Fundo de Compensação Ambiental) e • geração de receitas próprias, dentre outras. O Planejamento 2021 contou com 24 ações estratégicas que estão sendo tratadas como Projetos Prioritários. Cada projeto possui cronograma de execução próprio, um coordenador e uma equipe de elaboração e execução. Os coordenadores de projetos são funcionários da instituição que possuem expertise técnica e perfil para os diferentes temas, independentemente do

cargo ou função. Alguns são gestores, outros gerentes, assessores de diretoria, como também auxiliares de pesquisas lotados na FF e vinculados ao IPA.

A criação e a atuação dos Conselhos Gestores – CG das UCs estão amparadas pela Lei do Snuc (Lei Federal 9.985/2000). São formados por representantes dos setores público, privado e do terceiro setor e funcionam como controle social das ações, decisões e da execução de despesas de recursos públicos pelo governo. Além dessa prestação de contas, é nos conselhos que a sociedade manifesta demandas, sugere melhorias e contribui com a gestão das UCs. Atualmente, 92,2% dos conselhos das UCs estão formalizados. Apenas nove unidades ainda não têm seus conselhos instituídos estando, entretanto, em fase de instrução processual. Entre os conselhos formalizados, posição de julho de 2021, 27 (ou 25%) encontram-se em processo de renovação.

Um dos objetivos da FF é transformar os parques estaduais em destinos turísticos marcantes. Estudos e projetos estão sendo elaborados com diretrizes de modernização dos ativos e diversificação de atividades. Essas medidas estão alinhadas com as medidas de conservação e educação ambiental para turistas e para a população local. A implementação ocorre através de parcerias de concessão de uso, por meio da qual se delega ao setor privado a operação de atividades, manutenção de investimentos e exploração econômica das áreas de visitação. Salienta-se que as UCs continuam a ser geridas pelo estado.

Desde abril de 2019 a concessionária responsável pelo atendimento nas áreas de visitação pública do Parque Estadual Campos do Jordão desenvolve serviços de manutenção e de modernização das áreas de uso público do parque.

No Caminhos do Mar a empresa parceira iniciou operação em junho de 2021 e realiza ações de fomento ao ecoturismo, manutenção da área de uso público, assim como pelo restauro dos monumentos históricos tombados.

Sendo parques vizinhos e conectados por suas áreas naturais, Cantareira e Alberto Loeffgren (Horto Florestal) serão integrados otimizando seus respectivos potenciais de visitação e serviços. O leilão foi realizado em setembro de 2021 e a empresa vencedora prepara-se para iniciar a operação.

Através de estudos técnicos, econômico-financeiros e escutas de mercado, foi possível definir e escalonar etapas do projeto no Mosaico do Paranapiacaba. Iniciando com a concessão do P.E. Turístico do Alto Ribeira (Petar) as propostas concentram-se em áreas já definidas para o uso público e as atividades respeitam as capacidades de cargas estabelecidas através do PM. Como parte dos encargos, o futuro parceiro deverá realizar o monitoramento dos impactos de visitação, bem como atuar na mitigação e eliminação das fontes de impactos. Também estão sendo previstas melhorias nos sistemas de gerenciamento de resíduos, abastecimento e tratamento de água, implementação de sistemas de tratamento de esgoto e soluções de geração de energia. A proposta segue uma importante fase de apresentação junto ao território, iniciando pelo Conselho Consultivo do Petar, municípios e atores locais para esclarecer o assunto e colher opiniões, críticas e sugestões.

No P.E. Ilha Anchieta foi realizado um amplo trabalho de estudos e diálogo com os atores do território, resultando numa proposta de permissão de uso que viabilizará a operação dos serviços de receptivo, alimentação e hospedagem. Realizadas as consultas públicas e oitivas, o edital encontra-se na fase final de elaboração para publicação.

No âmbito do Programa de Educação Ambiental – EA das UCs (PEA-FF), as ações foram online (vídeos, tour virtual e fotos), com a abertura gradual seguindo os protocolos da pandemia. A equipe da Assessoria Técnica de EA integra dois projetos prioritários da FF. O primeiro, Curso de Formação de Monitores Ambientais Autônomos, priorizado pelo PEA-FF, com formato híbrido de ensino à distância (EaD) e presencial, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico/Centro Paula Souza (CPS). Com objetivo de integrar os esforços para ampliar e fortalecer as oportunidades de formação e de suporte para o empreendedorismo local estará disponível na plataforma do CPS no início de 2022. O segundo, Programa Abelhas Nativas, propõe a conservação de abelhas nativas nos biomas presentes nas UCs e a divulgação da importância desses polinizadores por meio de pesquisa, educação e comunicação. As UCs estão em processo de autorização dos meliponários e ninhos-isca no GeFau (Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre/SIMA), resultando em 15 unidades cadastradas. Além da participação no projeto de pesquisa de EA nas UC, do Edital SIMA e Biot/FAPESP.

A Operação Corta Fogo em sua fase "vermelha", a mais crítica do ano, em que a estiagem se intensifica (junho a outubro) teve 192 ocorrências, sendo 91 somente dentro de UCs, 92 somente no entorno, e 9 dentro e fora das unidades. Foram atingidos 12.669,26 ha no total, sendo 9.878,27 ha dentro e 2.790,99 no entorno. Cabe destacar que foram realizados 823 km de aceiros preventivos em UCs com áreas críticas, 4 treinamentos regionais em EaD e 2 presenciais, para a capacitação de 719 brigadistas.

Também foram contratados 45 bombeiros civis temporários para atuação em 7 polos regionais, bem como adquiridos 245 Kits de Equipamento de Proteção Individual e Uniformes para os funcionários públicos, 6 motobombas e 168 mochilas costais (das quais 84 foram custeadas por meio de Emenda Parlamentar Impositiva da Parlamentar Monica da Bancada Ativista, Código 2021.070.227-57). Foram utilizadas ainda 217 horas de voo de aeronave de asa fixa para ações de combate em áreas remotas e de difícil acesso. Ressalte-se que os investimentos feitos pelo Estado de São Paulo contribuíram para mitigar os efeitos dessas ocorrências, evitando danos maiores.

Sobre a agenda de Projetos de Conservação, foi dada continuidade e consolidação aos projetos:

- **Projeto-Piloto de Monitoramento de Mamíferos de Médio e Grande Portes:** Foi realizada a capacitação teórica e prática de funcionários e colaboradores que teve o objetivo de garantir autonomia à FF na execução do monitoramento em longo prazo. A capacitação teórica foi online e teve a participação de 146 técnicos, gestores e pesquisadores do Sistema Ambiental Paulista. Já a capacitação prática foi realizada para 45 pessoas, incluindo as que estão ligadas diretamente às UCs do projeto-piloto (gestores e funcionários), técnicos e representantes de todas as diretorias regionais, a fim de se tornarem multiplicadores do conhecimento na fase de ampliação.
- **Repovoamento de Palmeira-Juçara:** O repovoamento da espécie está em curso e se dá por meio do plantio de toneladas de sementes no interior das Unidades de Conservação. O lançamento se dá por meio aéreo, imitando a chuva de sementes realizada pela palmeira. Em 2021, foram repovoados 600 hectares em Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI), sendo sete no Vale do Ribeira e em 10 núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar.
- **PSA Juçara:** Adicionalmente ao repovoamento da espécie dentro das Unidades de Conservação públicas, está sendo estruturado o programa de Pagamento por Serviço Ambiental, o PSA Juçara. Ele visa estimular o plantio da palmeira dentro das propriedades particulares que estão nas Zonas de Amortecimento das UCPI, que integram o programa, bem como nas UCs de Uso Sustentável. Pretende-se com isso que a extração e o comércio ilegais do palmito sejam substituídos pelo manejo e comércio sustentável da polpa da semente e também pelo manejo sustentável do palmito plantado. Para que isso ocorra, os produtores rurais devem extrair indivíduos híbridos (que advêm da fecundação da juçara pelo açaí) ou de açaís, devem plantar juçara em suas áreas e fazer a manutenção das palmeiras existentes no local.
- **Polinizadores - Conservação de Abelhas Nativas:** O Programa Abelhas Nativas propõe a conservação de abelhas nativas nos biomas presentes nas UCs e a divulgação da importância desses polinizadores por meio de pesquisa, educação e comunicação. Os polinizadores são fundamentais para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, incluindo a produção agrícola de alimentos em todas as suas escalas. Nesse contexto, as UCs têm grande importância por serem locais de abrigo para diversas espécies, funcionando como centros de irradiação de biodiversidade, principalmente para áreas rurais degradadas. Simultaneamente, o projeto vem monitorar o efeito de defensivos agrícolas em colmeias de abelhas nativas no Parque Estadual Vassununga, que já se apresenta como uma unidade-piloto.
- **Projeto-Piloto de Monitoramento e Controle do Javali:** Desde 2020, iniciou-se a execução do projeto-piloto no Parque Estadual Vassununga e na Estação Ecológica de Jataí por meio da contratação de serviços de confecção e instalação dos cercos de captura de cinco modelos diferentes: Mississippi I, Mississippi II, Mississippi III, Mississippi IV e ICMBio. Todos são metálicos e modulares para facilitar o transporte e a realocação em campo. A diferença está no tipo e na quantidade de portas, nos sistemas de monitoramento (remoto ou não) e de acionamento das portas (manual ou automatizado), além de alguns contarem com um curral de manejo (uma estrutura anexa para manejo de animais maiores). Todos contam com um alimentador central que dispara milho automaticamente, duas vezes ao dia.
- **Monitoramento e Conservação de Primatas:** Este projeto já tem como área de monitoramento 13 km de trilhas, que resultou em um esforço de aproximadamente 133 km de busca dos primatas da região de abrangência do projeto. Além da observação dos muriquis, macacos prego um novo grupo de bugio-ruivo foi identificado em local, até então, desconhecido. Esta informação é muito valiosa em consequência da perda da espécie por conta da febre amarela.

As atividades de apoio a infraestrutura nas UCs geridas pela FF foi dada continuidade às ações de revitalização integral de UCs tendo por objeto do exercício o Parque Estadual Morro do Diabo, em que 13 edificações foram plenamente refeitas desde os seus acabamentos até os componentes de infraestrutura, entregando ambientes com alta qualidade em termos de conforto e usabilidade para desempenho das atividades propostas. Além das atuações focadas nas edificações a revitalização contou com o refazimento de toda a distribuição elétrica do conjunto atendendo às normas e leis vigentes. A obra já teve seu recebimento provisório e em caráter definitivo previsto para março de 2022. Outro projeto de grande relevância foi o projeto de reestruturação de trilhas dentro de UCs com proposta de intervenção em 57 trilhas, distribuídas em 27 UCs e somando, aproximadamente, 187 quilômetros de extensão. Em apoio à Concessão realizada no PESM - Caminhos do Mar, vem sendo

desenvolvido o gerenciamento e fiscalização das obras de restauro do conjunto arquitetônico do local, com atividades iniciadas em 04/10/2021, e as ações terão desenvolvimento até o primeiro semestre de 2023.

O Projeto Conexão Mata Atlântica (Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica), financiado por meio do GEF, abrange 4 UCs e suas zonas de amortecimento: APA São Francisco Xavier, EEc Bananal, PESM – Itariru e PESM – Santa Virgínia. Para as UCs, foram adquiridos equipamentos de comunicação e de informática, cadeira para acessibilidade de visitantes com limitação motora e capacitação das equipes de funcionários, conselheiros e parceiros. Para os produtores rurais foi lançado mais um edital de pagamento de serviços ambientais. Os resultados indicam melhoria na efetividade da gestão das UCs, 281 contratos de PSA (pagamento por serviços ambientais), 160 contratos de apoio à certificação dos quais 70 estão certificados e 50 em transição agroecológica, 184 contratos de apoio a cadeias de valor sustentável e 7 contratos com organizações de produtores, todos no intuito de incentivar a sustentabilidade (ambiental, econômica e social) de áreas privadas, em consonância com as unidades de conservação, para o incremento da biodiversidade.

A FF é também um órgão interveniente no licenciamento ambiental, previsto no § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985/2000, Resolução CONAMA nº 428/2010, e a Resolução SMA nº 85/2012 e participa da avaliação de impactos ambientais com manifestações que contribuem para melhorias nos estudos e na implantação de atividades e obras que possam interferir nas UCs. Este ano já ocorreram 731 demandas relacionadas a licenciamento ambiental. Destas, 10 referem-se a Estudos de Impactos Ambientais (EIA) de grandes empreendimentos que interferem de forma direta ou indireta nos atributos das UCs e nas funções ecossistêmicas. Além destes, foram 11 solicitações de contribuições para compor Termos de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e 06 são Relatórios Ambiental Preliminares (RAP).

A FF mantém o trabalho de identificação, quantificação e mapeamento das áreas degradadas dentro das UCs de proteção integral e domínio público. Em 2021 foi direcionado maior esforço para planejamento e ampliação do banco de áreas disponíveis para restauração, sendo construído e implementado protocolo para elaboração de projetos de recuperação ambiental e/ou restauração florestal nas UCs. Além disso, foi realizado aperfeiçoamento técnico para 90 funcionários entre gestores e monitores de UCs. Com esse esforço foram cadastrados 733 hectares no Banco de Áreas para restauração e aprovados 22 projetos de restauração que totalizam 1560 hectares.

Em relação ao assunto Regularização Fundiária, em junho de 2021, a FF tomou posse da área da Fazenda Pirambeiras com 8.127,30 hectares, inserida nos Núcleos Bertioga e Padre Dória do Parque Estadual da Serra do Mar. A propriedade foi objeto de ação de desapropriação indireta proposta em 1982 e recentemente finalizada.

Também, foram analisados 154 imóveis (cada um com seu respectivo processo eletrônico no Portal E-ambiente) que totalizam 74.512,29 hectares em 13 UCs no âmbito da Resolução SIMA 165/2018, que prevê a doação de imóvel, ao Estado, inserido em UC pendente de regularização fundiária por meio da compensação de reserva legal. Este mecanismo inaugurou a valorização de imóveis particulares sobrepostos com UCs e, portanto, a comercialização de florestas pelo mercado privado.

Além disto, foi iniciado o contrato de georreferenciamento e retificação imobiliária de 20 UCs, no valor de R\$ 4.321.345,42 por um período de 15 meses.

Além do processo de alienação de área inserida em UCs, implantou-se mais três processos que podem ser iniciados através do portal e-ambiente com localização e identificação fundiária de área em UC, anuência de confrontantes e anuência de georreferenciamento no Sigef/Incra. Com isso, a análise dos processos tornou-se mais rápida e dinâmica. Os interessados podem acompanhar o andamento e receber as respostas da FF diretamente pelo sistema.

O mecanismo de firmar parcerias na forma de patrocínios e de doações foi criado em 2019, trazendo uma ferramenta fundamental para que a FF pudesse buscar e formalizar novas parcerias junto ao setor privado e ao terceiro setor. Para tanto, através da Portaria Normativa 306/2019 foi criado o Programa de Parcerias com a Iniciativa Privada, cujo comitê apoia todas as UCs oferecendo suporte técnico para a busca de parceiros, publicação de chamamentos públicos e formalização de termos. A partir desta regulamentação, as equipes das UCs passaram a ter postura mais proativa no sentido de prospectar parceiros com o devido respaldo técnico e jurídico e, principalmente, conhecendo as contrapartidas que o estado pode oferecer ao parceiro, o que é fundamental para garantir o interesse do patrocinador ou doador. Até 2021, foram firmados termos de patrocínio e de doação, cujos objetos vão desde a doação de insumos e equipamentos, até a reforma de edificações existentes nas Unidades de Conservação. Desde sua criação, o programa de parcerias já firmou 19 termos de parcerias e outras estão propostas de doações estão sendo negociadas.

Em relação ao uso público, destaca-se neste último ano os novos atrativos implementados nas UCs com o objetivo de explorar a capacidade operacional das unidades através da criação de novos roteiros para os visitantes. Seus principais objetivos incluem a elaboração de um modelo para os Planos de Uso Público e a criação de Planos Emergenciais e Sistemas de Gestão de Segurança específicos para roteiros. Além disso, o projeto pretende oferecer novos roteiros e roteiros autoguiados ao visitante, de forma segura e de acordo com a legislação vigente. Por fim, busca-se criar e estabelecer a “cultura da segurança” nas atividades de uso público das UCs. O projeto também prevê a possibilidade de geração de novos negócios, de emprego e renda aos moradores do entorno por meio da Autorização de Uso concedida a operadores de turismo regionais como associações de monitores, agências e empresas interessadas em operar comercialmente os roteiros com seus clientes, neste caso, sem a utilização de imóveis - galpões, casas etc - das UCs como ponto de apoio. Para poder se beneficiar dessa oportunidade, é necessário apresentar uma proposta de trabalho em resposta ao chamamento a ser publicado pela FF. As contrapartidas para a exploração comercial de serviços de turismo em UCs estão previstas no modelo de contrato e incluem manutenção de trilhas, roçada de áreas verdes, sinalização, controle de acesso, dentre outras. No total foram implementados 121 novos atrativos nas unidades, especialmente em parques estaduais.

Com relação à geração de Receitas Próprias registra-se a tendência de crescimento na arrecadação por meio das vendas de madeira e resina, sendo que, em 2021 foram contabilizados praticamente a arrecadação de R\$ 56 milhões.

Cabe destacar que havia a previsão de novas vendas, entretanto, diante da valorização do preço do quilo de resina no mercado, acima da média prevista – que alavancou as receitas dos contratos formalizados e em andamento de venda de resina, as vendas previstas foram postergadas.

Produto: Proteção e Manutenção de Unidades De Conservação

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2121: 4.257.586 hectares

(área total de unidades de conservação e outras áreas protegidas geridas e com ações de proteção e conservação) (ha)

Meta alcançada: 4.700.467,41 hectares.

Ação 4311 - Pesquisa, Inovação e Capacitação em Geodiversidade e Biodiversidade

Descrição: Desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica e de inovação sobre os recursos naturais, visando a caracterização, o monitoramento, a conservação e a valoração da geodiversidade e biodiversidade aplicados às políticas públicas de meio ambiente e na capacitação especializada de pessoal para atuação na gestão ambiental.

Unidades Executoras: Três institutos de pesquisas (Instituto de Botânica, Instituto Geológico e Instituto Florestal) até junho de 2021, quando foram integrados no Instituto de Pesquisas Ambientais-IPA (Decreto Estadual Nº 65.796, de 16 de junho de 2021).

Descrição do realizado no exercício

Em virtude da edição da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 que, entre outras providências, extinguiu o Instituto Florestal e do Decreto 65.796, de 16 de junho de 2021 que reorganizou sob a denominação de Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) os Institutos de Botânica, Geológico e Florestal da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, primeiramente, são apresentadas as informações referentes aos Institutos de Botânica, Geológico e Florestal para o período de 01/01 a 16/06/2021. Na sequência, são apresentadas as atividades desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas Ambientais, a partir de 17/06/2017 até o presente momento.

INSTITUTO DE BOTÂNICA – IBt

Na gestão do produto “**Pesquisa ambiental, gestão de acervos e capacitação em biodiversidade e meio ambiente**”, o IBt produziu no primeiro semestre de 2021 um total de 333 publicações e serviços técnico-científicos, sendo 62 Artigos Científicos, 4 Livros, 8 Capítulos de Livros, Manuais, 4 Teses e Dissertações, 18 Apresentações de Trabalhos e 205 Laudos e Pareceres 32 Cursos e Palestras. Não houve alteração na incorporação das coleções do Herbário SP do IBt sendo o número atual da coleção em 2021 de 514.925 exsicata. Ao longo de 2021 foram desenvolvidos 26 projetos de pesquisa científica sendo 20 projetos em Biodiversidade e Conservação, 04 em Mudanças Climáticas Globais, 01 em Bioprospecção e 01 em Recursos Hídricos. Em 2021 o programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Meio Ambiente (PPG-IBt) do então IBT formou 10 profissionais na área, sendo 3 mestres e 7 doutores. O PPG-IBt teve financiamento das agências de fomento CAPES, CNPQ e FAPESP, no valor total de R\$

1.100.000,00, referente às bolsas de Mestrado e Doutorado, e convênio PROAP/CAPES no valor de R\$ 61.674,00.

O IBt possuía 10 grupos de pesquisa cadastrados e certificados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Já na gestão do produto “**Conservação, proteção e atendimento ao público do jardim botânico e áreas protegidas**”, o Jardim Botânico de São Paulo (JBSP) recebeu até outubro do corrente exercício: 124.067 visitantes.

INSTITUTO GEOLÓGICO – IG

Em 2021 o Instituto Geológico desenvolveu 44 projetos de pesquisa (em andamento), dos quais 16 são executados parcial ou exclusivamente com financiamento externo, inclusive com recursos internacionais, contemplando as áreas de hidrogeologia (11 projetos), desastres naturais (17), geologia (4), paleontologia (2), climatologia (3), geomorfologia (5), de acervos/museu (1 projeto) e o projeto de modernização institucional (1). Outros 12 estavam em elaboração ou fase de submissão.

O Instituto Geológico ainda atuou nas Ações de Apoio e Suporte às Políticas Públicas, realizando atendimentos, que incluem vistoria, pareceres e laudos, assim distribuídos: a) foram 08 atendimentos para a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de São Paulo (ação PPDC – Plano Preventivo de Defesa Civil, Decretos Estaduais nº 42.565/1997; 40.151/1995 e 48.526/2004); b) 6 atendimentos foram realizados por solicitação do Ministério Público Estadual através das procuradorias de Justiça ou Tribunal de Justiça, nas áreas de risco geológico, erosão, nascentes/cursos d'água; c) 02 atendimentos realizados em apoio à CETESB, para avaliações de risco e áreas de nascentes/cursos d'água e avaliação de estudo hidrogeológico; d) para a Fundação Florestal foram 15 atendimentos para apoio à elaboração de Planos de Manejo no Estado de São Paulo; e) outros atendimentos: relatorias de artigos científicos e projetos (12) e demandas do público em geral (24), informações técnicas para prefeituras e órgãos públicos em geral (11).

A área de atuação em Gestão de Risco de Desastres desenvolveu suas atividades alinhada às prioridades do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos - PDN, no sentido de produzir conhecimento científico sobre os processos geodinâmicos perigosos, as vulnerabilidades e exposições dos sistemas sociais, econômicos e ambientais, a fim de garantir a segurança e qualidade a todos os setores da sociedade, que deram suporte e promoveram a transferência do conhecimento de risco de desastres no suporte às políticas públicas, entre as quais se destacam: a participação e suporte técnico aos planos de proteção e defesa civil, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP, os planos municipais e regionais de adaptação e resiliência aos impactos das mudanças climáticas, os planos de manejo de Unidades de Conservação Paulistas e a recuperação ambiental de ambientes costeiros. Foram elaborados Mapeamentos de Riscos para os 39 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo por meio de contratação com recursos do BIRD e elaboração de sistema de alerta e operação de plano de contingência de rodovias junto ao DER, concluído o Mapeamento de Riscos Geológicos e Hidrológicos no Município de Mairinque e início de trabalhos nos Municípios de Ibiúna, Ilhabela e Mogi Mirim; No apoio à gestão dos recursos hídricos subterrâneos, houve a participação em fóruns nos níveis federal e estadual (coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CTAS/CRH), além dos comitês de bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS), e do Alto Tietê (GT-Jurubatuba), contribuindo com a experiência, conhecimento e aplicação dos resultados das pesquisas desenvolvidas nos seus Planos de Trabalho e ações em recursos hídricos subterrâneos. A equipe também atuou como Agente Técnico do FEHIDRO na análise de 3 empreendimentos.

Na área da Hidrogeologia os projetos concluídos ou em desenvolvimento são: a) Modelo Geométrico de Fraturas e Modelo Conceitual Hidrogeológico de porção do Maciço Cantareira – São Paulo-SP (finalizado); b) Estratigrafia dos basaltos e da sua tectônica deformadora aplicadas à proteção do Sistema Aquífero Guarani entre São Pedro e Analândia, SP (finalizado); c) Avaliação do fluxo de águas subterrâneas em meios fraturados para auxílio de obras lineares: estudo de caso em túneis da rodovia Tamoios – Litoral Norte do Estado de São Paulo; d) Proteção dos Recursos Hídricos nas Perspectivas das Políticas Públicas: uma abordagem no ambiente escolar (finalizado); e) Uso consciente de espaços públicos numa perspectiva de educação ambiental (finalizado); f) Consistência de dados de águas subterrâneas como fonte de suporte à decisão (finalizado); g) Delimitação das Zonas Potenciais à contaminação por NO₃ nas Águas Subterrâneas dos SAB e SAG, no ESP - FEHIDRO (2014 CORHI-160) (finalizado); h) PPP-SAB Fase 2 - Delimitação de Perímetros de Proteção de Poços de Abastecimento Público–SAB (FEHIDRO) (finalizado); i) Estudo isotópico do Sistema Aquífero Tubarão na porção leste da Bacia Sedimentar do Paraná no Estado de São Paulo, Brasil; j) "Curso de transferência de conhecimento visando a gestão em águas subterrâneas no âmbito dos Comitês de

Bacia do ESP (FAPESP - Políticas Públicas FAPESP); k) Implementação do Banco de Dados Bibliográficos da Hidrogeologia do Estado de São Paulo (PDIP-FAPESP); l) Projeto Coleção Natural - Tema Aquíferos.

Na área de Recursos Minerais, houve continuidade das atividades relacionadas com o aperfeiçoamento e ampliação da Segurança das Barragens no Estado de São Paulo. Tais atividades são executadas por um Comitê de Acompanhamento da situação das barragens do Estado, enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Constituído pela Resolução Conjunta SIMA/CMIL/SDE nº 1/2020 de 09 de abril de 2020, o Comitê, que conta com a participação do Instituto Geológico, tem atuado no sentido de viabilizar as recomendações do Relatório “Segurança de Barragens no Estado de São Paulo”, produzido em 2019 pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SIMA-CMIL nº 01 de 29/01/2019. As atividades desenvolvidas em 2021 por profissionais do Instituto Geológico junto ao referido Comitê envolveram: participação em reuniões ordinárias e extraordinárias para desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de plano de trabalho para ampliar a capacidade de gestão estadual sobre o tema; proposição e gerenciamento de plano de educação e comunicação em segurança de barragens; coordenação e organização do Boletim Informativo “Segurança de Barragens no Estado de São Paulo”, do ano de 2021; avaliação e prospecção de ferramentas geotecnológicas para a elaboração de um sistema de acompanhamento e informação das barragens estaduais; acompanhamento de reuniões e eventos técnicos interinstitucionais associados ao tema; preparação preliminar de base de dados para a inserção de informações sobre segurança de barragens em plataformas integradas à gestão de riscos de desastres. Tais atividades foram continuadas pela mesma equipe do Instituto Geológico até o final do ano de 2021, mesmo após a instituição do IPA em junho de 2021.

INSTITUTO FLORESTAL – IF

No período de janeiro a junho de 2021, com um quadro de 61 Pesquisadores Científicos, os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas pelo Instituto Florestal em diversas áreas do conhecimento totalizaram 213 publicações e serviços técnico-científicos sendo: 21 Trabalhos publicados; 01 Livro; 04 Capítulos de Livros; 12 Cursos e palestras; 169 Assessorias/Pareceres e 06 Bancas. Quanto à formação e aperfeiçoamento do corpo técnico, tivemos em curso dois mestrandos e três doutorandos.

Em 2021, coube ainda ao Instituto à gestão da pesquisa científica desenvolvida por instituições públicas e privadas nos mais de 2 milhões de hectares de florestas públicas estabelecidos como unidades de conservação e outras áreas protegidas no território paulista - e que prestam serviços ecossistêmicos essenciais para a agricultura e a economia do Estado e o bem-estar de quase 50 milhões de pessoas. Desde 1989, consta o registro de mais de 3670 projetos de pesquisa e, em 2021, até o mês de junho foram aprovados 50 novos projetos de pesquisas, apesar das restrições impostas pelas medidas de contágio do COVID-19. Considerando o primeiro projeto cadastrado em 1989, em média, foram realizados o registro de cerca de 115 projetos de pesquisa/ano, sendo o total de projetos aprovados no período de 2011 a 2021 equivalente a 52% do total de registros, evidenciando a excelência do trabalho de fomento realizado pelos gestores e pela Diretoria do Instituto para ampliar o número de estudos realizados nas áreas protegidas do Sistema Ambiental Paulista.

De forma geral, todas as pesquisas realizadas no Instituto Florestal têm sido disseminadas: no âmbito da comunidade científica, por meio de artigos, livros, teses e dissertações, e apresentações em eventos nacionais e internacionais; no âmbito técnico, por meio de manuais, cartilhas e cursos; e, para a população em geral, com apoio de canais de mídia, e por meio de publicações de divulgação e da realização de cursos e eventos.

INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS - IPA

Instituído pelo Decreto nº 65.796, de 16 de junho de 2021, o Instituto de Pesquisas Ambientais tem como atribuições: i. planejar, coordenar, monitorar e orientar a aplicação de normas e políticas relacionadas à ciência, tecnologia e inovação, em especial aos campos da biodiversidade, botânica, geociências e ciências florestais; ii. Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas com vistas ao conhecimento, proteção e uso da diversidade biológica; iii. realizar estudos e pesquisas em geociências, com vistas à conservação e a proteção dos recursos naturais, ao respectivo uso racional, ao ordenamento territorial e à mitigação de problemas ambientais; iv. Desenvolver pesquisas voltadas à conservação e produção do setor florestal; v. garantir o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento na área ambiental; vi. Capacitar e formar profissionais de áreas de biodiversidade e meio ambiente para realização de pesquisas científica, produção de conhecimento e gestão ambiental; vii.

Gerir a política institucional de inovação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente nos campos de biodiversidade, botânica, geociências e ciências florestais.

Em sua estrutura, o Instituto de Pesquisas Ambientais abriga os Departamentos Técnico Científico, de Tecnologia e Inovação e de Gestão do Conhecimento, ademais de seus Conselhos Científico, Conselho Editorial, Comissão de Ética e Biossegurança e Comissão de Ensino e Extensão.

O Departamento Técnico Científico - DTC exerce a presidência do Conselho Científico do IPA, no período em tela foram realizadas cinco reuniões ordinárias, sendo que os principais produtos foram a elaboração de minuta de regimento interno encaminhada para apreciação da d. Consultoria Jurídica da SIMA, a discussão sobre critérios para orientar a implementação da política científica do IPA e a aprovação de projetos de pesquisa. O DTC está implantando a Comissão de Ética e Biossegurança e cadastrou o IPA, assumindo a representação da instituição, no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), do Ministério do Meio Ambiente.

Por meio do Centro de Pesquisas, o DTC está definindo as linhas de pesquisa prioritárias para a implementação do Plano Institucional de Produção Técnico-Científica, buscando-se subsidiar ou atender as políticas públicas da SIMA. Tal definição conta com a ampla participação do corpo técnico do IPA, inicialmente através de formulários eletrônicos e em breve pela realização de workshops. O documento com a proposta consolidada será encaminhado para avaliação do Conselho Científico ainda no primeiro trimestre de 2022. O DTC definiu os fluxos internos para o atendimento das demandas administrativas do corpo técnico sob sua gestão, evitando prejuízos aos projetos de pesquisa em andamento, buscando otimizar o uso dos recursos, sanar as dificuldades e dar transparência às decisões tomadas.

O Núcleo de Acompanhamento de Pesquisas Institucionais (NAPIN), do Centro de Gestão de Pesquisas, cadastrou em seu banco de dados 135 pesquisas em andamento ou submetidas para a aprovação do Conselho Científico, sendo que 112 contam com apoio de recursos de agências de fomento (Capes, CNPq e FAPESP) e 20 com outros recursos externos ao IPA, como os provenientes de fundações, empresas privadas, etc. Outros seis projetos a serem executados no interior de unidades de conservação por técnicos do DTC receberam recursos da Câmara de Compensação Ambiental – CCA

O Centro de Apoio Técnico Científico (CATC) do DTC iniciou a organização dos novos espaços (salas, laboratórios, etc) e alocou funcionários de apoio para trabalharem nos laboratórios, nas áreas experimentais e nas coleções espalhadas nas diversas unidades do IPA. Iniciou também, a reforma de um espaço para instalar um laboratório novo para gerenciamento de áreas de risco na unidade Vila Mariana. Entre as coleções sob a responsabilidade do CATC, o destaque foi para o aumento no acervo do Herbário SP no período, que até o final de novembro incorporou 518 novas exsiccatas, sendo que o número total de amostras preservadas atingiu 515.443 e os acessos presenciais ou virtuais a esta coleção somaram 1.244.753 (Fonte: <http://inct.splink.org.br/showUsage> SP, SP-Algae, SP-Bryophyta, SP-Fungi).

No referido período, o Departamento de Gestão de Conhecimento, por meio de seu Centro de Ensino e Extensão (CENEX), promoveu a criação de estrutura básica e corpo funcional do Centro e implementação de políticas de integração entre os núcleos; ademais de elaborar o diagnóstico das principais lacunas e necessidades dos Núcleos para o bom andamento das atividades. Coube ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu a manutenção do funcionamento do Programa de Pós-graduação – em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente (início em 2003) e ao Núcleo de Pós-Graduação Lato Sensu a proposição de grupo de trabalho para elaboração e estruturação do programa Lato Sensu; realização de pesquisa do público alvo e diagnóstico dos cursos a serem oferecidos e elaboração de proposta preliminar do Programa de Pós-graduação Lato Sensu, incluindo as expertises acadêmicas do IPA. Por meio do Núcleo de Treinamento, Capacitação e Eventos, o Seminário Anual do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do então Instituto Geológico, de Botânica e Florestal foi unificado, assim como foi feito levantamento e compilação das atividades (treinamento, eventos, estágios), incluindo consulta junto à equipe técnica e administrativa e compilação das normas de estágios para unificação da regulamentação e elaboração de manual a ser disponibilizado em plataforma de gestão aderido ao site do IPA. A unificação dos programas PIBIC, promoveu a realização do “1º Seminário de Iniciação Científica do Instituto de Pesquisas Ambientais”, no período de 04 a 05 de outubro de 2021. Enquanto o Núcleo de Relações Institucionais realizou diagnóstico das parcerias nacionais e internacionais já existentes e interação com o NIT, visando o entendimento das normativas para prospectar cooperação interinstitucionais.

Ainda no âmbito do Departamento de Gestão do Conhecimento, o Centro de Difusão e Divulgação do Conhecimento, por meio de seus diversos núcleos, instrumentalizou a formação do Conselho Editorial do IPA, promoveu a indexação das publicações: Revista Hoehnea; Revista Derbyana, Revista do Instituto Florestal. Foi criado o banco de dados (mailing list) do IPA e está em preparação o site institucional da entidade, com recuperação parcial e arquivamento de entrevistas de pesquisadores do IPA e criação de novo memorial de ex diretores para o Instituto. No referido período, ainda foram elaboradas a Política de Gestão de acervos e Manual de Procedimentos; minuta de Resolução para serviços e produtos gerados no Centro de Gestão de Acervos; minuta de Termo de Uso de Acervos e determinar fluxos; listagem dos acervos do Museu JBR que foram entregues a Reserva Paulista (Concessionária). Nos acervos de biblioteca e mapoteca das três unidades do IPA (Horto Florestal, Vila Mariana e Jardim Botânico), foram realizadas diversas ações, incluindo: processamento técnico, leitura técnica e catalogação, com descrição física dos documentos bibliográficos; cadastramento de todos documentos em banco de dados; levantamento do Acervo documental da Memória técnica do antigo “Serviço Florestal do Estado de São Paulo”; higienização e restauro dos documentos bibliográficos; levantamento e diagnóstico dos Acervos e Museus nas Unidades do IPA;

Em síntese, a gestão do produto “Pesquisa ambiental, gestão de acervos e capacitação em biodiversidade e meio ambiente” considerando a reorganização editada pelo Decreto 65.796/21, somou como atividade do IPA até o presente momento, entre produtos e serviços um total de 946 publicações e serviços técnico-científicos, sendo 136 Artigos Científicos, 5 Livros, 17 Capítulos de Livros, 16 Manuais, 23 Teses e Dissertações, 42 Apresentações de Trabalhos, 647 Laudos e Pareceres e 72 Cursos e Palestras.

De igual relevância foram as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Tecnologia e Inovação (DTI), que tem como missão a gestão da política institucional de inovação nos campos de biodiversidade, botânica, geociências e ciências florestais. Em conjunto com seus Centro de Inovação Tecnológica (CIT) e Núcleo de Apoio a Projetos e Parcerias (NAPP) destaca como principais atividades no período de 16/06 até o presente a institucionalização e operacionalização do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT-IPA) por meio da Portaria IPA 003/2021, bem como, a instrução e encaminhamento de processos que visam a atualização e implementação da Política de Propriedade Intelectual (PPI-IPA; Proc. SIMA 049552/2021-91), Política de Inovação (PI-IPA; Proc. SIMA 061573/2021-46) e o Regulamento de Bolsas de Estímulo à Inovação (BE-IPA; Proc. SIMA 061576/2021-57). Por meio da realização de 3 reuniões ordinárias do NIT-IPA e nos termos do Decreto 62.817/17 realizou a instrução e o encaminhamento dos pedidos de credenciamento (Proc. SIMA 053593/2021-91 e 053970/2021-80) e de acordos de cooperação (Proc. SIMA 054070/2021-35 e 53104/2021-02) com as Fundações de Apoio FUNDAG e FUNDEPAG, respectivamente. Com o apoio do CIT e NAPP aprovou por meio do NIT-IPA 02 acordos de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (Proc. SIMA 030254/2021-57 e 055265/2021-02) e 02 Contratos de Prestação de Serviços Técnicos Especializados (Proc. SIMA 061591/2021-24 e 062824/2021-24) que juntos perfazem um potencial de captação inicial de recursos da ordem de R\$ 1.7 milhões de reais para a pesquisa científica institucional.

Produto 1275 - Pesquisa e Inovação Em Meio Ambiente, Coleções e Acervos Protegidos

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 1.293 (Número de produtos e serviços técnico-científicos realizados – unidades)

Meta alcançada: 1.307 unidades.

Ação 2315 – Programa De Recuperação Socioambiental Da Serra Do Mar E Mosaicos Da Mata Atlântica

Descrição: Conclusão das ações de recuperação e manejo florestal de áreas prioritárias no Parque Estadual da Serra do Mar; proteção da biodiversidade e da oferta de água; ações de desenvolvimento do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins e do Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas.

Unidade Executora: Fundação Florestal

Descrição do realizado no exercício

No âmbito do Programa, tendo em vista o encerramento do Contrato de Empréstimo 2376/OC-BR, referente ao seu financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, foram desenvolvidas ações visando a sustentabilidade do Programa. Portanto, as ações se concentraram na continuidade de serviços essenciais à gestão e proteção das 18 Unidades de Conservação abrangidas,

como: i) prestação de serviços de monitoria ambiental nas UCs; ii) serviços de gerenciamento do abastecimento e manutenção preventiva, corretiva e seguro dos veículos e embarcações adquiridos pelo Programa; iii) serviços de manutenção predial de edificações das UCs; iv) locação de garagem náutica para embarcação da APA Marinha Litoral Sul.

Produto – Recuperação Florestal da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: - (Percentual de áreas beneficiadas pelas ações de conclusão do programa - %)

Meta alcançada: 100%

A meta foi alcançada plenamente em razão das unidades de conservação elencadas como estratégicas e prioritárias no âmbito do programa, terem sido atendidas com serviços e demais ações previstas na gestão do programa. Entre as unidades beneficiadas destaca-se o Parque Estadual da Serra do Mar e as unidades que compõem o Mosaico da Juréia-Itatins, totalizando aproximadamente 400 mil hectares.

Ação 5315 - Gestão Da Fundação Zoológico

Descrição: Estabelecimentos de protocolos de manejo e promoção da reprodução ex situ para a conservação de animais ameaçados de extinção no ambiente natural e sob cuidados humanos; recuperação de animais apreendidos pelos órgãos fiscalizadores provenientes do tráfico de animais silvestres; estabelecimento de parcerias em projetos de revigoramento populacional e de reintrodução de indivíduos de espécies ameaçadas e a realização de projetos científicos que visam o aumento do conhecimento sobre a fauna brasileira e prestação de serviços.

Unidade Executora: Fundação Parque Zoológico de São Paulo

Descrição do realizado no exercício:

Em 2021, a Fundação aderiu aos programas de conservação ex situ de mais três espécies ameaçadas de extinção, perfazendo um total de 19 espécies. Tivemos o nascimento de filhotes de micos-leão-preto, sagüis-da-serra-escuro, araras-azuis-de-Lear e foram recebidos mais seis indivíduos de perereca-pintada para compor a população sob cuidados humanos. Foram realizados manejos genéticos (transferências) com outras instituições através de movimentações de micos-leões-pretos, micos-leões-cara-dourada, miquiqui-do-sul, araras-azuis-de-Lear, jacutingas e pererecas-pintadas, no caso de espécies ameaçadas.

Em relação a espécies que compõem o plantel foram recebidas novas espécies como os axolotes, sapinhos-andarilhos, sapos-de-chifre, rãzinhas-da-mata, truíras-peva e papagaio-do-peito-roxo. Foram realizados cuidados/manejos de diversas espécies que habitam a Unidade de Conservação (PEFI) como: bugios, gambás, preguiças, ararinha-nobre, beija-flor, urubus, sabia-laranjeira, corujinha-do-mato, guaxe, rolinha, sanhaços, gansos-do-egito e carcará. No geral a população de animais da Fundação é composta por espécies nativas brasileiras (em torno de 63,3% do plantel) e em torno de 32,3% das espécies de animais está classificadas em alguma categoria de ameaça de extinção pelas listas oficiais nacional, estadual e mundial (IUCN).

Nossos técnicos propuseram 11 pesquisas científicas, publicaram 8 artigos científicos em revistas internacionais e nesse ano tivemos 18 alunos no mestrado profissional PPG-CFau FPZSP/UFSCar. No nosso biobanco estão acondicionadas mais de 21.800 amostras biológicas de animais silvestres, exóticos e ambientais disponíveis para a realização de novos projetos de pesquisa.

No ano de 2021, continuamos sob efeitos da pandemia causada pelo vírus da COVID19, sendo assim as atividades voltadas aos estudantes e professores, ou mesmo as visitas monitoradas foram suspensas. Por conta do período de fechamento do parque para o público, tivemos uma drástica redução no número de visitantes. Ao mesmo tempo que em dezembro deste ano, parte das atividades da Fundação foram concedidas de acordo para a Concessionária Reserva Paulista Administradora de Parques S/A. Mesmo assim, tivemos a visitação de 761.686 pessoas até novembro.

Produto - Conservação e Manutenção das Espécies e Projetos de Educação Ambiental do Zoológico

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 2.091 (Número de animais mantidos pelo Zoológico de São Paulo – unidade)

Meta alcançada: 9.598

Justificativa: embora a concessão dos ativos biológicos ter sido efetivada em dezembro deste ano, o número total de animais refere-se aos animais mantidos pela Fundação até 30/11/2021, mais os

indivíduos recebidos pelo CRAS-PET e os indivíduos que integram os Programas de Conservação ex situ AZAB/ICMBio/WAZA na qual a Fundação é parceira.

Programa 2622 - Infraestrutura Hídrica, Combate A Enchentes E Saneamento

Ação 1021 - Implantação De Sistemas De Drenagem E Combate Às Enchentes

Execução de estudos, projetos, gerenciamento, serviços, obras de interligações, canalizações de rios, córregos e travessias quando relacionadas à melhoria das condições de escoamento de canais, corpos d'água e reservatórios de retenção (piscinões), bem como a implantação de outras estruturas hídricas no Estado.

Produto: Projetos e Obras de Sistemas de Drenagem nos Cursos d'Água

RESERVATÓRIO DE RETENÇÃO:

META ESTABELECIDADA: 2 obras

META ALCANÇADA: 2 obras

Execução de Obras do Reservatório de Contenção de Cheias EU-08, a ser implantado no Ribeirão Eusébio, município de Franco da Rocha.

Execução do Reservatório de Contenção de Cheias EU-09, a ser implantado no Ribeirão Eusébio, município de Franco da Rocha.

CANALIZAÇÃO

Execução de obras de canalização do Ribeirão Vermelho, desde o KM 15 da Rodovia Anhanguera até a Avenida Brasil, numa extensão de 3,8 KM, nos Municípios de São Paulo e Osasco.

META ESTABELECIDADA: 01 obra

META ALCANÇADA: 01 obra

JUSTIFICATIVA DA META: Em andamento as obras de canalização do Ribeirão Vermelho.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA AÇÃO:

Execução de projeto executivo para contenção de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas em diversos municípios do Estado.

Contrato para Monitoramento de Gases, Vapores e Águas Subterrâneas no entorno do Piscinão Guamiranga.

Supervisão da Cava de Carapicuíba (monitoramento ambiental) (contínuo).

Contratação de empresa de engenharia consultiva para prestação de serviços de consultoria técnica especializada no apoio à supervisão ambiental do enchimento da Cava de Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo.

Convênio com a CETESB para Monitoramento da Qualidade da Água no reservatório da barragem de Pirapora.

Convênio com a Prefeitura de Osasco para Auxílio Moradia das famílias removidas para execução das obras de canalização do Ribeirão Vermelho.

Execução de serviços relativos aos estudos conceituais, projetos básicos e projetos executivos para adequação e construção do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto no Município de Monte Alegre do Sul - SP, sede e distrito de Mostardas, para atender as exigências quanto às condições e padrões de lançamento de efluentes no rio Camanducaia, conforme Resolução CONAMA nº 357/05, com eficiência de remoção de 96% do fósforo.

Contratação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva para elaboração de projeto executivo de canalização do rio Tamanduateí, no trecho de 5 km a montante da foz do córrego oratório, em São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André, e monitoramento geotécnico das contenções das margens.

Contratação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo de canalização do córrego Oratório, nos municípios de São Paulo e Santo André.

Contratação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva para elaboração de projeto executivo, estudos de viabilidade técnica/econômica do reservatório para amortecimento de picos de cheias, TG-09 e obtenção de Licença de Implantação, no córrego Tapera Grande, nos municípios de Francisco Morato e Franco da Rocha.

Contratação de serviços de engenharia consultiva para execução do projeto básico das obras de combate às enchentes no trecho inferior do córrego Três Pontes, localizado na divisa dos municípios de São Paulo e Itaquaquecetuba.

DESASSOREAMENTO

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do rio Guaió no trecho compreendido entre a sua foz junto ao rio Tietê e a travessia da Rodovia SP-066, numa extensão aproximada de 1.500 metros, município de Suzano.

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do Rio Lajeado.

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do rio Jaguari no trecho compreendido junto à foz do rio Tietê até a travessia da Estrada do Preju, numa extensão aproximada de 1.300 metros, município de Itaquaquecetuba e Suzano.

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do rio Jundiá no trecho compreendido imediatamente a jusante da Avenida das Orquídeas, na várzea do rio Tietê, até as proximidades da Rua José Pereira, numa extensão aproximada de 3.000 metros, município de Mogi das Cruzes.

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do córrego Itaim no município de São Paulo.

Serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento no trecho compreendido imediatamente da foz do córrego das Pedrinhas junto ao rio Tietê até a jusante da travessia da rodovia Ayrton Senna (SP-070)

LOTE 5 - Serviços de limpeza, desobstrução, desassoreamento e remoção de vegetação aquática em dois trechos críticos do rio Tietê no denominado "LOTE 5", sendo o primeiro trecho a partir da foz do rio Paraitinga até a foz do córrego Capela e o segundo trecho a partir Estrada Santa Catarina até o canal de adução da SABESP, numa extensão total de aproximadamente 3.000 metros, no município de Biritiba-Mirim.

LOTE 4,5 - Limpeza, desobstrução, desassoreamento e remoção de vegetação macrófita (aquática) no rio Tietê, no trecho denominado "Lote 4,5", a partir do córrego Sabino até a Ponte da Av. João XXIII, numa extensão aproximada de 4.950 metros, entre os municípios de Mogi das Cruzes e Biritiba-Mirim.

PAISAGISMO

Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção de áreas verdes implantada no Jardim Metropolitano, no trecho compreendido entre a Barragem da Penha e o acesso ao aeroporto de Guarulhos (Rodovia Hélio Smidt), nos municípios de São Paulo e Guarulhos.

OBRA

Execução de obra de contenção da margem direita do córrego Tijuco Preto, no município de São Paulo.

Execução das obras de recuperação do Sistema de Barragens do Grande Lago, no município de Lindóia.

Obras de recuperação do Barramento Mateus Mariano, município de Arthur Nogueira.

Execução de Obras de Implantação de galeria de desvio para alívio do trecho final da galeria do córrego Mooca, município de São Paulo.

Ação - 6306 - Apoio A Municípios Em Intervenções Nos Recursos Hídricos

DESCRIÇÃO:

Realização direta ou mediante a contratação de terceiros, ou ainda mediante convênios, de estudos, projetos, serviços e obras de infraestrutura nas áreas de recursos hídricos e saneamento envolvendo perfuração de poços profundos, construção de travessias e de galerias de águas pluviais, combate à erosão, regularização e canalização de rios e córregos e manutenção, limpeza e desassoreamento de corpos d'água, barragem de regularização.

PRODUTO: Atendimento aos municípios em Saneamento, Combate às Enchentes e outras demandas no campo dos Recursos Hídricos.

META ESTABELECIDADA: 2 municípios atendidos

META ALCANÇADA: 2 municípios atendidos

FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS:

Convênio entre o DAEE e o município de Pradópolis, objetivando a execução obras de construção da Nova Estação de Tratamento de Esgoto – ETE.

Convênio entre o DAEE e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO RIBEIRÃO PIRAÍ – CONIRPI, objetivando a execução, pelo último, de obras para construção e implantação da barragem do Pirai, divisa com os municípios de Salto e Itu.

JUSTIFICATIVA META:

Os convênios formalizados com os Municípios Paulistas obedecem ao instrumento padrão definido no Decreto nº 41.927/97 e depende de Autorização Governamental prevista no Decreto nº 59.215/13, atualmente o Decreto nº 64.063/20, que disciplina essa Autorização Governamental por meio do “Aprovo” do senhor Secretário da Secretaria de Ação Regional quanto ao objeto, valor e o município, e é publicada no DOE, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

A partir dessa aprovação inicia-se o processo administrativo para a formalização dos Convênios, bem como a Solicitação de Crédito Suplementar no valor, objeto e município.

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Repasse financeiro para o Município, por meio de Convênio, para execução de obras e serviços no campo de atuação de DAEE. Esses convênios são determinados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional cabendo às Prefeituras a execução das obras com apoio técnico e fiscalização do DAEE juntamente com a fiscalização da Prefeitura por meio dos respectivos Coordenadores.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA AÇÃO

Gestão de recursos hídricos no interior do Estado de São Paulo, especificamente na gestão das águas superficiais visando à implementação de projetos, serviços e programas que melhorem a qualidade e disponibilidade de água.

Ação 2301 - Implantação Do Projeto Renasce Tietê

O Projeto Renasce Tietê está dependendo da finalização do Acordo de Empréstimo junto ao BID, o qual está viabilizado pela SIMA.

As atividades abaixo relacionadas serão executadas pelo DAEE e estão previstas no escopo do referido Acordo de Empréstimo e incorporadas ao mesmo após a sua formalização.

Contratação de serviços especializados de consultoria para a elaboração de projeto executivo do Parque Salesópolis.

Contratação de empresa de engenharia consultiva especializada para elaboração de estudos de alternativas, para redução de carga poluidora lançada na área urbanizada do município de Mogi das Cruzes.

Ação 2500 - Implantação Do Sistema De Macrodrenagem Do Rio Baquirivú-Guaçu

DESCRIÇÃO:

Realização de intervenções de controle e contenção de eventos de cheias na RMSP, previstos no Plano Diretor da Macro drenagem do Alto Tietê - PDMAT, contemplando entre outros, o controle de vazões do rio Baquirivú - Guaçu, implantação de canalização 3 km do rio.

PRODUTO: Obras do Sistema de Macro drenagem do rio Baquirivú - Guaçu

META ESTABELECIDADA: 1 obra.

META ALCANÇADA: 23,85% de avanço na obra.

REALIZADO: Esta Ação está sendo executada conjuntamente com a Ação 2534 através do contrato de financiamento com a CAF, sendo que os contratos de gerenciamento, supervisão e auditoria correm por esta Ação. Resultaram infrutíferas, por razões legais, fundiárias e econômicas, as negociações com a Prefeitura de Guarulhos relativas à cessão de terreno para implantação do reservatório RBA 05. Esse reservatório foi substituído pela canalização de 3 km do rio Baquirivú Guaçu, da estaca 135 a 270 e consta do 2º Termo Aditivo do Contrato de Empréstimo com a CAF.

JUSTIFICATIVA META: A canalização de 3 km vai atenuar as ondas de cheias em Guarulhos, com impactos positivos na bacia Metropolitana do rio Tietê. A Prefeitura Municipal iniciou as atividades para concluir a canalização completa do rio Baquirivú - Guaçu no município e de dois reservatórios de contenção de cheias, que complementarão assim a quase totalidade do projeto original concebido pelo DAEE para essa sub-bacia.

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO:

Concluído o edital licitatório e contratado Consórcio para obras de canalização, cuja ordem de início de serviços foi assinada em 02/03/2021.

Ação 2534 - Implantação Do Sistema Adutor Regional E Das Barragens Duas Pontes E Pedreira

DESCRIÇÃO: Construção das Barragens de regularização Duas Pontes, no rio Camanducaia, município de Amparo e Pedreira, no rio Jaguari, divisa entre os municípios de Campinas e Pedreira.

PRODUTO: Obras do Sistema Produtor Regional das Barragens Duas Pontes e Pedreira que deverá ser complementado em futuro próximo com o projeto do Sistema Adutor Regional da Bacia PCJ (dos rios Piracicaba, Capivari) e, em fase de gestação.

META ESTABELECIDADA: 2 obras.

META ALCANÇADA: 38,46% de avanço nas obras da Barragem Pedreira e 32,27% de avanço na Barragem Duas Pontes.

REALIZADO: Barragem Pedreira teve início das obras em janeiro/2019 e Barragem Duas Pontes em agosto/2020, com paralisação entre outubro/20 a janeiro/21, por embargo da justiça federal, já superado.

JUSTIFICATIVA META: Obras imprescindíveis para garantir a disponibilidade hídrica da Bacia PCJ, mediante a reservação de água e a regularização de vazão dos rios Jaguari e Camanducaia, além de contribuir para a flexibilização da operação do Sistema Cantareira.

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Houve atraso na obtenção de outorga da ANA e das Licenças de Instalação da Barragem Pedreira e de Duas Pontes, porém as obras estão em andamento.

Ação - 4033 - Manutenção/Operação De Estruturas Hidráulicas De Sistemas De Drenagem E Retenção

DESCRIÇÃO: Execução de serviços e obras nas barragens, estruturas hidráulicas e em equipamentos eletromecânicos.

PRODUTO: Manutenção e Operação de Sistemas de Drenagem e Retenção

META ESTABELECIDADA: 26 estruturas atendidas

META ALCANÇADA: 40 estruturas atendidas

REALIZADO: Em 2021, foram realizados os serviços de Limpeza, Manutenção e Operação nos 26 Piscinões, Bacias do Tamanduateí, Pirajuçara e Ribeirão Vermelho, sob responsabilidade deste Departamento, e mais 12 polders (Calha do rio Tietê) sendo 6 que são de responsabilidade do DAEE somados a 6 repassados ao DAEE pela PMSP, e 2 barragens: Móvel e Penha.

PISCINÕES

META ESTABELECIDADA: 165.807 m³ retirados

META ALCANÇADA: 210.000 m³ retirados

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Trata-se da manutenção dos equipamentos de detenção de pico de cheias e outras estruturas hídricas voltadas à manutenção e operação do Sistema de Combate às Enchentes na RMGSP.

Com relação à manutenção e desassoreamento dos Piscinões, o acréscimo deu-se por conta da disponibilidade orçamentária.

Ação – 2625 - Reservatório De Retenção Jaboticabal

DESCRIÇÃO: Combate à enchente por meio da construção do Piscinão "JABOTICABAL" que tem por objetivo o controle de cheias na porção inferior da Bacia do Ribeirão dos Meninos, bem como atenuar também os picos de cheias no próprio rio Tamanduateí. O reservatório prevê uma intervenção em uma área de cerca de 154.000 m², com capacidade nominal de detenção de aproximadamente 900 mil m³.

META ESTABELECIDADA: 1 obra

META ALCANÇADA: 1 obra

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Por razões judiciais relacionadas à desocupação da área, o contrato foi assinado em 27/12/2021 de 2021, cumprindo 0,71% do cronograma físico.

Ação 6157 - Preservação E Manutenção Da Calha Do Tietê

DESCRIÇÃO: Elaboração de estudos, projetos, gerenciamento, e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento de corpos d'água, objetivando manter as melhores condições de escoamento dos canais e armazenamento nos reservatórios de água do Estado.

PRODUTO: Recuperação, Manutenção da Calha do Tietê.

META ESTABELECIDADA: 750.000 m³

META ALCANÇADA: 401.381 m³

REALIZADO: Em 2021, foram removidos 401.381 m³, entre a barragem Edgard de Souza e a barragem da Penha.

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Devido à restrição orçamentária a meta não foi alcançada.

OUTROS SERVIÇOS EXECUTADOS NESTA AÇÃO

Serviços de engenharia de manutenção agrônômica do paisagismo com limpeza das margens e sistemas de drenagem e retirada total dos detritos provenientes com sua

destinação final no trecho compreendido da Barragem Móvel (Cebolão) até a Barragem da Penha.

Contratação de empresa de engenharia consultiva para apoio à supervisão das obras e serviços de combate às enchentes na Bacia do Alto Tietê.

Ação 2355 - Novo Rio Pinheiros

DESCRIÇÃO: Remoção de material rochoso e execução de serviços de desassoreamento desaterro de bota foras, proteção e revestimento das margens da calha, objetivando conservar e restabelecer a capacidade de vazão, através de remoção de vegetação e detritos flutuantes

PRODUTO

Serviços de limpeza e desassoreamento e obras para contenção de processos erosivos e paisagismo no Canal do rio Pinheiros.

META ESTABELECIDADA: 167.282 m³

META ALCANÇADA: 204.919 m³

JUSTIFICATIVA EXECUÇÃO: Acréscimo da disponibilidade financeira.

Programa 2623 – Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação da Política do Saneamento

O Programa tem o objetivo de modernizar e adequar os mecanismos de atuação do Estado às diretrizes estabelecidas pela lei nº 11.445/07 e a LC nº 1025/07, para apoiar e desenvolver o setor de saneamento mediante a obtenção de fontes de recursos para o desenvolvimento de ações que proporcionarão benefícios socioambientais e de saúde pública, atendendo técnica e financeiramente os municípios do Estado de São Paulo.

Ação 1597 - Água Limpa

A partir de 2018, a ação ganhou uma nova forma de financiamento: em parceria com a Desenvolve-SP, criou-se uma linha de financiamento específica para que as prefeituras captem recursos para obras dos serviços de esgotamento sanitário, com os juros equalizados por recursos do Tesouro Estadual em até 100% do valor.

Atualmente são 7 contratos vigentes entre a Desenvolve-SP e as Prefeituras de Descalvado, Itapira, Pedreira, Pitangueiras, Monte Azul Paulista, Taquaritinga e Rio das Pedras no valor aproximado de R\$ 26,5 milhões.

Produto - 944 – Fomento ao financiamento através da equalização dos juros para melhorias do esgotamento sanitário

Indicador de Resultado - 2791 – Montante financeiro alavancado pela equalização dos juros (R\$)

Meta 2021: -- R\$ 50.000.000,00

Resultado: -- 0

% Meta 2021 - 0

Em razão de necessidade de adequação financeira, não houve dotação orçamentária no exercício 2021 para alavancar recursos de financiamento no Desenvolve/SP em novos contratos.

Ação 2144 – SISESP – Sistema Integrado De Saneamento Do Estado De São Paulo

A Ação é responsável pela implementação dos instrumentos de gestão na área de saneamento compreendendo Planos Municipais de Saneamento, Plano Estadual de Saneamento, CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento, FESAN – Fundo Estadual de Saneamento e SISAN - Sistema de Informação de Saneamento do Estado de São Paulo.

Dentro desta ação temos como principais iniciativas a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB/SP que está em fase de execução, com previsão de entrega para março de 2023 e a revisão dos Planos Municipais específicos para os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de 243 municípios regulados pela ARSESP, iniciada em dezembro/2020 e com previsão de término em setembro de 2022.

Produto - 844 – Instrumentos de gestão e de política de saneamento no Estado de São Paulo

Indicador de Resultado - 1925 - Número de instrumentos (elaborados/revisados/implementados) entregues (unidade)

Meta 2021 – 230

Resultado – 61

% Meta 2021 – 26,5%

Foi realizada licitação para a revisão dos Planos Municipais em 2020 e emitida a ordem de serviço à empresa vencedora em outubro/2020, por esse motivo, a entrega dos produtos começou em 2021 e continuará em 2022.

Ação 2145 – Sanebase

A Ação realiza o apoio financeiro aos municípios através de convênios para execução de obras e/ou serviços de água e esgoto, com municípios paulistas que operam seus sistemas.

Em 2021, tivemos em andamento o convênio celebrado em 2017 com o município de Aramina e a assinatura de convênio com o município de Morro Agudo no valor de R\$ 338.981,60.

Produto - 1524 – Infraestrutura de saneamento básico no Estado de São Paulo

Indicador de Resultado - 3216 - Número de convênios vigentes (unidade)

Meta 2021 - 8

Resultado - 2

% Meta 2021 – 25%

Não houve recursos para a celebração de mais convênios em razão da necessidade de adequação orçamentária.

Ação 2080 – Água é Vida

A Ação realiza apoio financeiro aos municípios através de convênios para implantação de obras, serviços e/ou instalação de equipamentos de infraestrutura em saneamento básico, nas áreas rurais e em localidades isoladas predominantemente ocupadas por população de baixa renda.

Celebramos no primeiro semestre de 2021, 1 convênio com o município de Pedro de Toledo, com investimento de R\$ 252.000,00, beneficiando 112 habitantes com a instalação de 28 USÍ's. No segundo semestre de 2021 foram assinados 3 convênios com os municípios de Itaoca e Sete Barras com a instalação de 261 fossas, beneficiando 1.044 habitantes e um investimento de R\$ 2.349.000,00. Em 2019, o programa Água é Vida foi incluído nas ações do Projeto Vale do Futuro, com projeto de Gestão de Resíduos Sólidos em áreas isoladas / rurais, e em 2021 celebramos 1 convênio com o município de Barra do Turvo beneficiando 228 habitantes com investimento de R\$ 23.049,00 para coleta seletiva.

Produto - 1524 – Infraestrutura de saneamento básico no Estado de São Paulo

Indicador de Resultado - 3216 - Número de convênios vigentes (unidade)

Meta 2021 - 15

Resultado - 14

% Meta 2021 – 93,3%

Não houve recursos para a celebração de mais convênios em razão da necessidade de adequação orçamentária.

Ação 2461 – Pró Conexão

Reembolso financeiro à Sabesp para a execução de obras intradomiciliares de ligação de esgoto à rede pública coletora, beneficiando a população de baixa renda (renda familiar de até 3 salários mínimos) e com índices de vulnerabilidade social média, alta e muito alta (IPVS 4,5 e 6), residentes em municípios operados pela Sabesp.

Em 2020-2021 não foram executadas novas ligações em virtude das tratativas entre a SIMA, a SABESP e a Secretaria da Fazenda e Planejamento para reformulação do programa que foi instituído para 8 anos (de 2012 a 2019). A previsão é que o decreto com as novas diretrizes seja publicado em breve e o programa seja retomado em 2022.

Produto - 1150 - Ligações intradomiciliares de esgoto à rede pública de esgoto da Sabesp

Indicador de Resultado - 2215 - Número de ligações intradomiciliares reembolsadas (unidade)

Meta 2021 – 9.337

Resultado - 0

% Meta 2021 - 0

Não houve ligações reembolsadas no exercício de 2021, em razão da reformulação do programa.

Ação 1154 - FESAN – Fundo Estadual de Saneamento

O FESAN – Fundo Estadual de Saneamento foi instituído pela Lei Estadual 7.750 de 31 de março de 1992 (artigos 22, 23 e 26) e tem como objetivo dar suporte financeiro à execução da Política Estadual de Saneamento.

Não houve projetos em 2021.

Produto - 1527 – Implementação do Fundo Estadual de Saneamento - FESAN

Indicador de Resultado - 3238 – Número de projetos financiados e concluídos (unidade)

Meta 2021 - 1

Resultado - 0

% Meta 2021 - 0

Não houve recursos para projetos em razão da necessidade de adequação orçamentária.

Ação 2618 - Infraestrutura Sustentável

O objetivo desta ação é a de, através de convênios com municípios e entidades do setor público paulista, incentivar e viabilizar obras e/ou serviços sustentáveis de saneamento como: melhorias na rede de distribuição de água para redução de perdas, utilização do lodo vindo das estações de tratamento de água e esgoto, reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, entre outras.

Não houve convênios celebrados em 2021.

Produto – 1531 – Implantação de ações sustentáveis em serviços de saneamento

Indicador de Resultado - 3255 – Número de convênios celebrados para projetos sustentáveis do setor de saneamento (unidade)

Meta 2021 - 1

Resultado - 0

% Meta 2021 - 0

Não foram celebrados convênios com recursos da fonte 1 em razão da necessidade de adequação orçamentária. No entanto, a ação recebe recursos federais na fonte 5 para subsidiar o Termo de Compromisso 0292.887-72/2009 – Ministério das Cidades / Caixa, visando transferência da União para a execução de canalização do Ribeirão Vermelho nos municípios de São Paulo e Osasco – SSRH 66/2010. No exercício de 2021 não houve repasses. O DAEE não solicitou a liberação dos recursos estimados em R\$ 6.159.438,00.

O Programa 2623 terminou o ano de 2021 com execução de 16,4%.

Produto – 1328 - População beneficiada (unidade)

Indicador de Resultado – 3.573.463

Meta 2021 – 21.777.324

Programa 2624 – Abastecimento De Água E Esgotamento Sanitário Na Área Operada Pela Sabesp

A Sabesp prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, investindo cerca de R\$ 3,6 bilhões, em moeda corrente, até setembro de 2021, para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Desempenho Financeiro

Até setembro de 2021, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 1.738,4 milhões. No mesmo período de 2020, a Companhia havia registrado R\$ 141,8 milhões.

(³) Valores referentes aos resultados de 2021 disponíveis na data do relatório. Valores de 2020 para o mesmo período.

A Sabesp, com o objetivo de garantir os recursos financeiros necessários para a execução das obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, buscou as fontes de recursos mais adequadas ao perfil dos seus negócios, cujos montantes dos repasses efetivados pelos Agentes Financeiros, até setembro de 2021, estão descritos a seguir:

Agente	Valor (R\$ milhões)
CAIXA	113,0
BNDES	207,1
BID	78,5
JICA	16,2
BANCO DO BRASIL (FEHIDRO)	0,3
FINEP	2,7
TOTAL	417,8

Gestão do Endividamento

Principais eventos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Debêntures

Em 16 de julho de 2021, a Companhia realizou a 28ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública, no valor total de R\$ 1.200.000.000,00, cujas características são as seguintes:

	Valor (R\$ milhões)	Vencimento	Remuneração
1ª série	127,8	julho/2024	CDI + 1,20% a.a.
2ª série	888,2	julho/2026	CDI + 1,44% a.a.
3ª série	184,0	julho/2028	CDI + 1,60% a.a.

Os recursos provenientes da captação por meio da 28ª Emissão de Debêntures serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vencidos em 2021 e à recomposição de caixa.

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Em abril de 2021, a Companhia formalizou a contratação de 3 (três) operações de crédito junto ao FEHIDRO no montante de R\$ 8,7 milhões. Os recursos serão utilizados para execução dos empreendimentos relacionados no quadro abaixo:

A amortização do principal será feita em 41 meses após o período de carência de 18 meses. Sobre o montante principal incidem juros de 3,00% ao ano.

Reajuste e revisões tarifárias

Reajuste e revisão tarifária são mecanismos pelos quais as tarifas podem ser alteradas monetariamente. Tais mecanismos estão previstos em leis, contratos e normas regulamentares e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e do próprio contrato de concessão.

De acordo com a Lei 11.445 / 2007, as revisões podem ser ordinárias ou extraordinárias. A revisão tarifária ordinária ocorre a cada quatro anos e visa manter o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços. Essa revisão leva em consideração as expectativas de custos, despesas, investimentos e demanda, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, como foi o caso da revisão tarifária da Sabesp. Essa revisão calcula a receita necessária (ou receita de saldo), o Fator X que permite compartilhar os ganhos de produtividade com os

consumidores e o Fator Q, que incentiva a melhoria da qualidade. Além disso, é importante reconhecer todos os investimentos feitos durante o período de “interciclo” pela concessionária, como é o caso da Sabesp, e redefinir seus custos operacionais eficientes de acordo com a evolução de outras distribuidoras e a taxa de retorno (WACC) de acordo ao cenário socioeconômico do país.

As revisões tarifárias extraordinárias, por outro lado, podem ocorrer a qualquer momento independentemente dos referidos reajustes e revisões, caso ocorram alterações relevantes nas condições que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Após as revisões, as tarifas são reajustadas anualmente nos anos entre as revisões tarifárias periódicas. Nos contratos da Sabesp é utilizado o índice de preços IPCA (acumulado em 12 meses), deduzido do fator de produtividade apurado na revisão tarifária periódica (Fator X) e, desde 2020, o reajuste do IGQ - Índice Geral de Qualidade que pode ser zero, positivo ou negativo, conforme o desvio entre a meta estabelecida e os valores reais.

A primeira revisão tarifária ordinária correspondeu ao período de abril de 2013 a abril de 2016. Em 2015, devido à redução do volume de água faturado em função da crise hídrica e ao aumento imprevisto das tarifas de eletricidade, a Companhia solicitou à ARSESP uma revisão tarifária extraordinária. A solicitação foi parcialmente acatada o que resultou em um índice de reposicionamento tarifário de 6,92%.

O segundo ciclo de revisão tarifária ordinária iniciado em abril de 2017 terminará em abril de 2021. No entanto, devido a atrasos no processo, a revisão foi dividida em duas etapas. A primeira parte foi concluída em 10 de outubro de 2017 e a segunda parte foi concluída em maio de 2018.

Como parte da primeira etapa desta revisão, a ARSESP autorizou a aplicação do índice de reposicionamento tarifário de 7,8888%, com vigência em 10 de novembro de 2017. Com relação à segunda etapa desta revisão, em 9 de maio de 2018, a ARSESP emitiu a Deliberação nº 794 / 2018, que autorizou a implementação de um índice de reposicionamento de 3,5070% às tarifas atuais, que passou a vigorar em 9 de junho de 2018.

Em 24 de maio de 2018, em decorrência da Segunda Revisão Tarifária Ordinária, a Sabesp protocolou: (i) recurso administrativo questionando a metodologia utilizada para aplicação do reajuste compensatório sobre receita, energia elétrica e investimentos realizados no primeiro ciclo tarifário; (ii) um pedido de esclarecimento dos motivos que levaram a uma redução significativa nas projeções de OPEX para o período 2017-2020; (iii) pedido de revisão de estimativas para os cálculos do Fator X do ajuste compensatório pelo atraso na aplicação da Segunda Revisão Tarifária Ordinária; e (iv) um pedido de revisão do cálculo do componente financeiro relacionado aos fundos municipais, em relação ao contrato com o município de São Paulo. O resultado dessas aplicações foi publicado em 28 de fevereiro de 2019 e resultou de um índice de 0,8408%, aplicado na mesma época do reajuste tarifário anual de maio de 2019.

Em 09 de abril de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.150/2021 com o resultado da 3ª RTO – Revisão Tarifária Ordinária (Nota Técnica da ARSESP - NT.F-0016-2021), juntamente com o resultado da Revisão da Estrutura Tarifária da SABESP (Nota Técnica da ARSESP - NT.F-0017-2021). Esta nova Estrutura Tarifária contará com a substituição da cobrança pelo volume mínimo de 10 m³ mensais por uma cobrança composta por parcela fixa e outra variável de acordo com o volume consumido.

As principais alterações promovidas pela ARSESP na estrutura tarifária da SABESP, incluem:

- Substituição do volume mínimo de 10m³ mensais pela cobrança por uma parcela fixa e outra variável;
- Ampliação da base do Cadastro Único como referência para aplicação de tarifas sociais e vulneráveis;
- Unificação das tabelas tarifárias que anteriormente eram regionais;
- Cobrança pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Em razão dos efeitos que a alteração de estrutura tarifária pode promover, a ARSESP determinou que, exclusivamente para o ciclo tarifário de 2021 a 2024 irá definir um limite de 2,5% para variação para a receita anual, de modo que, caso a SABESP obtenha receita superior ao limite, o valor adicional será revertido para efeito de modicidade tarifária já no ano seguinte, no processo de reajuste anual. Caso a SABESP obtenha receita inferior ao limite, a diferença será adicionada à sua receita requerida para o ano seguinte.

Reajuste Tarifário

A Após as revisões, as tarifas são reajustadas anualmente nos anos entre as revisões tarifárias periódicas. Para reajustar as tarifas da SABESP, a ARSESP utiliza o índice de preços IPCA (acumulado em 12 meses) em seus contratos, deduzido do fator de produtividade apurado na revisão tarifária periódica (Fator X) e, desde 2020, o reajuste do IGQ - Índice Geral de Qualidade que pode ser zero, positivo ou negativo, conforme o desvio entre a meta estabelecida e os valores reais.

Em 9 de maio de 2018, a ARSESP emitiu a Deliberação nº 794/2018, que autorizou a implementar um índice de reposicionamento de 3,5070% para suas tarifas atuais, com vigência em 9 de junho de 2018.

Em 10 de abril de 2019, a ARSESP emitiu a Deliberação nº 859/2019 que autorizou a Sabesp implementar um reajuste tarifário de 4,7242% às tarifas atuais, que consiste em: (i) variação do IPCA no período de vigência de 4,5754%; e (ii) fator de eficiência (Fator X) de 0,6920%; e (iii) ajuste compensatório de 0,8408%. Esse reajuste tarifário entrou em vigor em 11 de maio de 2019.

Em 9 de abril de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 980/2020 autorizando um reajuste tarifário de 2,4924%, consistindo em: (i) variação do IPCA no período de 3,3032%; (ii) fator de eficiência (Fator X) de 0,6920%; e (iii) Fator de Qualidade (Fator Q) de -0,1188%. Devido ao estado de calamidade pública decorrente da pandemia COVID-19, a ARSESP postergou esse reajuste inicialmente por 90 dias. No entanto, em decorrência da pandemia da COVID-19 outras postergações ocorreram e em 15 de julho de 2020 a ARSESP emitiu a Deliberação nº 1.021 autorizando a Companhia a aplicar um reajuste tarifário de 3,4026% às suas tarifas atuais, composto por: (i) reajuste anual 2,4924% e (ii) um ajuste compensatório de 0,8881% pela postergação do reajuste tarifário anual.

Em 09 de abril de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.150/2021 com o resultado da 3ª RTO – Revisão Tarifária Ordinária (Nota Técnica da ARSESP - NT.F-0016-2021), juntamente com o resultado da Revisão da Estrutura Tarifária da SABESP (Nota Técnica da ARSESP - NT.F-0017-2021). Esta nova Estrutura Tarifária contará com a substituição da cobrança pelo volume mínimo de 10 m³ mensais por uma cobrança composta por parcela fixa e outra variável de acordo com o volume consumido.

Para 2021, o reajuste foi limitado ao IPCA de 7,6% para os usuários residenciais e não residenciais, exceto para os usuários residenciais com tarifa social que contaram com uma redução de -1% em suas tarifas. As tarifas para o atacado tiveram reajuste de 5,45%.

Além dos ajustes acima, o reajuste de 2021, contou com a aplicação do Fator X aprovado para o ciclo tarifário de 2021 a 2024, de 0,2142%; aplicação do IGQ de 2020 em 0,1490%; reversão de R\$ 0,0038/m³ referente à ajuste compensatório do IGQ de 2019; e ajuste de alíquotas de Cofins/Pasep (Nota Técnica da ARSESP - NT.F-0018-2021).

Além disso, a nova Estrutura Tarifária terá a expansão dos beneficiados com tarifa social e vulnerável de acordo com os critérios baseados no Cadastro Único, que é base para os programas sociais.

Covid-19

Entre as medidas de caráter mitigatório dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19 amparadas por meio de Deliberações da ARSESP nº 979; nº 1005; nº 1017; e nº 1038/2020, a SABESP anunciou isenção do pagamento das contas de água e esgoto dos clientes das categorias de uso Residencial Social e Residencial Favela, que irá abranger mais de 2,5 milhões de pessoas em todo o Estado. A medida inicialmente tinha validade por três meses (abril, maio e junho) para contas emitidas a partir de 1º de abril, mas foi prorrogada para até 15 de setembro de 2020.

Os efeitos da isenção na tarifa social e as favelas foram considerados cálculo do P0 da 3ª RTO.

Em 17 de abril de 2020, a ARSESP publicou as Deliberações nº 985 e nº 991/2020 que tratam dos efeitos decorrentes da pandemia COVID-19. A Deliberação nº 985/2020 suspende, de forma excepcional e transitória, de maio a dezembro de 2020, o pagamento da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização para a ARSESP. Nesse período, a alíquota foi reduzida de 0,50% para 0,25% da receita anual. Os repasses adiados serão corrigidos monetariamente e pagos em 24 parcelas mensais iguais a partir de janeiro de 2021.

A Deliberação nº 991/2020 prevê o adiamento da implantação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de Quatro Anos para Inovação em Serviços de Saneamento, previsto para maio de 2020 a maio de 2021. O valor do Montante Autorizado de recursos financeiros para o ano de 2020 (Ciclo 2017-2020), corrigido pela inflação pelo IPCA acumulado de 2020, integrará o cálculo do Valor Autorizado a ser investido em 2021 e 2022.

Desempenho Operacional:

A Sabesp opera atualmente (setembro de 2021) 375 municípios no Estado de São Paulo, abastecendo diretamente cerca de 27,7 milhões de paulistas e vendendo água tratada a outros dois municípios que operam seus sistemas. Além disso, cerca de 24,6 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados. O quadro funcional da Companhia, em Set/21 é de 12.598 empregados, representando um decréscimo de 1,6% em relação a Dez/2020.

Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas para o ano e as realizações em 2021 seguem na tabela abaixo:

Indicador	Meta para 2021	Realização 2021
Nº de Novas Ligações de água (ligações x 1.000)	192	144 ⁽¹⁾
Nº de Novas Ligações de esgoto (ligações x 1.000)	246	174 ⁽¹⁾
Atendimento em Água (%)	Tendendo universalização ⁽²⁾	à Tende à universalização (95%) ⁽¹⁾
Cobertura com abastecimento de água (%)	Tende universalização ⁽³⁾	à Tende à universalização (98%) ⁽¹⁾
Atendimento em coleta de esgoto (%)	85%	85% ⁽¹⁾
Cobertura com coleta de esgoto (%)	92%	92% ⁽¹⁾
Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)	77%	78% ⁽¹⁾
Índice de Perdas por Ligação IPDt (litros/ligação.dia)	268	253 ⁽⁴⁾

(1) Valores referentes a setembro/2021.

(2) 95% ou superior.

(3) 98% ou superior.

(4) Valor referente a agosto/2021.

Gestão Ambiental:

A gestão ambiental na Sabesp integra a estratégia de negócio da empresa, pautada nas diretrizes de sua Política de Meio Ambiente, sendo baseada em dois pilares: a conformidade ambiental e a mudança da cultura ambiental, visando a melhoria do desempenho ambiental e a sustentabilidade. Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes:

(1) **Implantação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Estações de Tratamento de Água (ETAs).** A norma ISO 14001 é aplicada a um escopo limitado de estações certificadas e, para as demais estações é utilizado um modelo próprio (denominado SGA Sabesp), sem objetivos de certificação. O SGA está presente atualmente em 533 estações, sendo que 36 destas estão certificadas na ISO 14001. A perspectiva é implantar o SGA em todas as estações até 2024; (2) **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos;** (3) **Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental das ETEs, ETAs e Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs);** (4) **Programa Corporativo de Regularização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs),** com plantio e manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais no período de dez anos, para fazer frente às obrigações atuais, bem como às futuras compensações ambientais decorrentes da implantação de novos empreendimentos; (5) **Participação nos colegiados de recursos hídricos,** incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água, leis específicas e planos de bacia. A SABESP está representada nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos quatro Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo e nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; (6) **Programa Corporativo de Educação Ambiental – PEA Sabesp** que busca conscientizar sobre o uso responsável dos recursos hídricos, a importância do saneamento básico e o uso correto de sua estrutura. Integra atividades diversas

naturezas como cursos e palestras para os públicos interno e externo, atividades de arte-educação, visitas monitoradas às ETEs e ETAs, plantio de árvores, entre outras. Conta com envolvimento da sociedade e parcerias com instituições de ensino, prefeituras, secretarias de estado e organizações não governamentais; (7) **Programa Sabesp 3Rs** de gerenciamento de resíduos sólidos gerados em atividades administrativas, visando a minimização da geração, a reutilização e a destinação para reciclagem; (8) **Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa**, alinhado às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). O Programa possui quatro frentes de atuação, englobando diversas atividades e iniciativas: elaboração de inventários corporativos anuais de emissões de GEE, estímulo à mitigação das emissões, ações de adaptação e resiliência às mudanças do clima e capacitações corporativas na temática em questão. (9) **Programa Corporativo de ETEs Sustentáveis**, visa a disseminação da cultura da sustentabilidade na Sabesp e a aplicação de tecnologias e práticas para transformar os subprodutos gerados nas estações (biogás, lodo e efluente), em recursos sustentáveis para uso benéfico com valor agregado para o mercado, considerando o seu aproveitamento energético. O Programa apresenta um sistema próprio de certificação, sendo que das 39 unidades do programa, 6 encontram-se certificadas. As demais estações encontram-se em fase de estudos e de melhorias da infraestrutura, com previsão de ampliação do escopo do Programa nos próximos anos.

Relacionamento com clientes:

Na constante busca pelo aprimoramento do relacionamento com seus clientes, a Sabesp está desenvolvendo um projeto para substituição do sistema comercial e de atendimento aos clientes, dentro do escopo do Projeto SiiS – Sistema Integrado de Informações Sabesp. A substituição do sistema traz diversas novidades como: sistema de atendimento; inovações na interação com os clientes com uso de novas tecnologias; modernização dos processos de faturamento, cobrança e gestão de serviços; atendimento de forma plena aos requisitos da ARSESP. Para ampliar o acesso e a inclusão de clientes com deficiência auditiva, os novos contratos de atendimento presencial contam com cláusula onde o fornecedor deve disponibilizar atendimento por libras (Língua Brasileira de Sinais) aos clientes. Paralelamente, há o desenvolvimento e implantação de novos serviços e funcionalidades no aplicativo Sabesp Mobile e Agência Virtual, que trazem maior comodidade ao cliente em suas solicitações de serviços.

Satisfação dos clientes:

Para aprimorar o atendimento, a Sabesp realiza durante o ano a “pesquisa de satisfação” e a “Pesquisa da Experiência do Cliente” que monitoram a satisfação dos clientes em relação ao atendimento e execução de serviços considerando as melhores práticas de mercado. Em 2021 (até Setembro) o resultado da pesquisa de satisfação atingiu 85% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos.

Novos Negócios:

Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria: Um dos principais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que tem se mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado de São Paulo, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos. A Sabesp participa de quatro SPEs na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim. Essas SPEs são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas.

Em Mogi Mirim, a estação trata 90% de todo o esgoto sanitário gerado no município, com 97% de eficiência e atendendo 100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribui para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu. O volume de efluente final reaproveitado na forma de reuso representa 94% de toda água consumida no processo. A estação de tratamento é certificada ISO 9001, estando em fase de análise as condições para certificação ISO 50.001.

Em Mairinque, a construção da primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do município foi concluída em Setembro de 2021 a qual passará a atender 40% do volume coletado a partir de fevereiro de 2022. No tocante às perdas de água, a empresa fechou setembro de 2021 com um índice de perdas de 25%.

Em Andradina, a concessionária realizou um estudo de modelagem hidráulica resultando em uma melhor setorização do sistema de água, passando de 18 para 26 setores e com isso intensificando o combate a perdas. No último ano houve investimentos para atingimento da meta de redução de perdas cujo índice atual é 25 %, além da ampliação da reservação do sistema de abastecimento de água com automação e perfuração de novos poços. A empresa opera muito próxima da universalização de seus

serviços, com índice de coleta de esgoto de 99%.

Em Castilho, a empresa já atingiu a universalização dos serviços de água e esgoto e as obras realizadas atualmente são para manutenção dos indicadores operacionais e crescimento vegetativo.

Energia Elétrica: Foi constituída uma sociedade de propósito específica (SPE) entre a Sabesp e parceiros privados para a utilização do potencial hidrelétrico das ETA Guaraú (4,1 MW) e Vertedouro Cascata (2,9 MW). A SPE celebrou um contrato de fornecimento de energia elétrica por um prazo de 20 anos com grande consumidor. As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) Guaraú e Cascata têm previsão para início de operação comercial a partir de março/22 e abril/22, respectivamente.

Produção e comercialização de Água de Reuso: A Sabesp participa do maior empreendimento para a produção de água de reuso na América do Sul e um dos maiores do mundo, o AQUAPOLO foi desenvolvido como uma solução para gestão hídrica das mudanças climáticas e fornece água de reuso para o Polo Petroquímico de Capuava e indústrias da Região do ABC Paulista. Projeto inovador e sustentável, pioneiro no Brasil, tem capacidade de produzir até 1.000 litros de água de reuso por segundo, utilizando os mais avançados processos tecnológicos existentes no tratamento de água e efluentes. Esse volume equivalente ao do abastecimento de uma cidade de 500 mil habitantes. A cada litro de água produzida em suas instalações, outro litro de água potável é economizado.

Tratamento de Efluentes Não Domésticos: A Sabesp, juntamente com parceiro privado, oferece soluções em tratamento de efluentes não-domésticos para clientes públicos e privados e se destaca pelo emprego de tecnologias avançadas tanto no trabalho com os resíduos quanto na comunicação com os clientes. Este serviço é oferecido pela Attend Ambiental que conta atualmente com 6 linhas de tratamento, sendo 2 de tratamento físico e 4 de tratamento físico-químico, com capacidade total para 4,4 milhões m³/ano.

Tecnologia e inovação para destinação de resíduos a destinação final dos resíduos provenientes dos sistemas de tratamento de água e esgotos, tem sido uma das áreas de concentração de estudos e projetos em busca de soluções economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Destacam-se estudos e projetos para a melhoria do modelo integrado de recuperação de energia do lodo e seu aproveitamento como insumo agrícola, bem como iniciativas para secagem por irradiação solar e beneficiamento de biogás para uso veicular e produção de energia elétrica, entre outras alternativas.

Soluções Ambientais:

A Sabesp desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos, destacando-se como principais resultados em 2020:

Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos (PREND): Para dar destino adequado aos efluentes resultantes de processos produtivos de empresas, a Sabesp, de forma indireta, disponibiliza estrutura adequada para o recebimento desses materiais recebidos via caminhão-tanque. Com esse fim, a Attend Ambiental, onde a Sabesp é acionista, possui uma central de pré-tratamento, cujo objetivo é enquadrar os efluentes de diversas atividades industriais, comerciais e de serviços aos padrões legais exigidos para lançamento na rede coletora da Sabesp. As instalações de recebimento da Attend dispõem de 36 baias de descarga com capacidade para receber até 611 caminhões por dia que equivalem a 12.360 m³. As empresas também podem conectar seus efluentes diretamente nas redes coletoras, desde que precedidos de um pré-tratamento, que é aprovado e monitorado pela Sabesp, de modo a garantir a eficiência de remoção da carga poluidora.

Programa de Uso Racional da Água (PURA): O Programa do Uso Racional da Água (PURA) é um conjunto de ações, que promove a redução no consumo de água do cliente, sem comprometer o conforto e a higiene do usuário no seu dia a dia. As intervenções do Programa são basicamente: pesquisa e correção de vazamentos em ramal predial, reservatórios, pontos de consumo; substituição de aparelhos hidros sanitários por aparelhos de baixo consumo de água; campanha educacional visando estimular a redução do consumo de água, e gestão do consumo de água via IoT.

A implantação do PURA nesses imóveis colabora para a postergação de investimentos em Sistemas de Água e Esgoto e ainda, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública de 136 litros/segundo, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 75 mil habitantes.

Medição Individualizada: Resultados do programa até setembro de 2021, na RMSP:

Condomínios Implantados: 400

Total de Ligações Individuais: 49.512

Condomínios atendidos desde o início do programa: 4.702

Modernização da gestão e investimentos:

Em 2021, a Sabesp deve investir cerca de R\$ 4,0 bilhões em recursos orçamentários (valor financeiro; não contábil). Estes investimentos estão focados nos **Programas Estruturantes**, cujos principais resultados estão descritos a seguir.

Programa Metropolitano de Água: As medidas emergenciais que garantiram uma travessia sem o colapso do abastecimento durante o período mais crítico foram possíveis pela existência de um sistema de abastecimento robusto, que vem sendo estruturado há mais de duas décadas por meio do Programa Metropolitano de Água (PMA) implantado em meados da década de 90.

Ao contrário do fenômeno climático ocorrido no biênio 2014-2015, as intermitências do abastecimento dos anos 90 eram decorrentes de gargalos estruturais, com a insuficiente capacidade de tratamento, adução e distribuição da água em uma região densamente povoada e com acentuado crescimento demográfico. Desde 2000, o PMA aumentou a capacidade de produção em 14,1 m³/s com destaque para: ampliação de 5,0 m³/s do Sistema Produtor Alto do Tietê por meio da Parceria Público Privada concluída em 2011; ampliação de 1,0 m³/s do Sistema Produtor Rio Grande, ampliação de 2,1 m³/s no Sistema Produtor Guarapiranga concluída em 2015; e mais 6,0 m³/s com a implantação do Sistema Produtor São Lourenço em 2018. Em continuidade ao objetivo de ampliar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, o destaque ficou para a execução da interligação entre as represas Jaguari (bacia do Rio Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PCJ) integrante do Sistema Produtor Cantareira, concluída em 2018. Em 2021, a Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 175 milhões no PMA. O destaque em 2021 é a execução da reversão do rio Itapanhaú para o Sistema Produtor Alto Tietê.

Projeto Tietê: Instituído em 1992, o projeto tem como objetivo contribuir para a revitalização progressiva do rio Tietê e seus afluentes, na bacia hidrográfica do Alto Tietê, onde está inserida a RMSP, por meio da ampliação e otimização do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgotos. Desde que foi iniciado, o projeto já levou coleta e tratamento de esgoto a mais de 11 milhões de pessoas na RMSP – contingente maior do que toda a população de países como a Suécia. Com investimentos de aproximadamente US\$ 3,1 bilhões, por meio de financiamentos contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal, foram executados 1,8 milhão de ligações domiciliares de esgoto e instalados 4,5 mil quilômetros de interceptores, coletores-tronco e redes para coletar e transportar o esgoto da RMSP até as estações de tratamento. A capacidade instalada de tratamento foi triplicada, com a construção das ETEs ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel e ampliação da ETE Barueri, maior estação da América do Sul e uma das maiores do mundo. Como resultado, a cobertura com rede de coleta de esgoto que atendia 70% da área urbanizada da RMSP, em 1992, saltou para 91%, e o tratamento dos esgotos foi ampliado de 24% para 81% do volume coletado. Em 2021, continuaram as ações de ampliação de coleta e afastamento de esgotos em toda área de atuação da RMSP, com destaque para ampliação de coleta e tratamento no Sistema fazendinha em Santana de Parnaíba. Em 2021, estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 702 milhões no Projeto Tietê.

Onda Limpa: A universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos, também, na qualidade das águas das praias paulistas, sua balneabilidade e, conseqüentemente, na atividade turística dessa que é uma das regiões de maior crescimento no país atualmente. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela JICA, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Em 2021, foram investidos aproximadamente R\$ 184 milhões neste programa.

Água no Litoral: O programa beneficia aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, entre moradores e turistas que afluem à região, e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada Santista, com a ampliação da capacidade de produção, destacando-se as obras do Sistema de Abastecimento de Água de Boiçucanga em São Sebastião, Sistema de Abastecimento de Água Guaraú em Peruíbe.

O investimento nesse programa em 2021 será de aproximadamente R\$ 75 milhões.

Esgoto no Litoral: A universalização da coleta e tratamento de esgotos nos municípios da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos também sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. Em 2021, estão sendo realizadas obras de expansão do atendimento em Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, entre outros, com previsão de investimento de cerca de R\$ 119 milhões.

Programa de Água e Esgotos do Interior: A Sabesp opera em 334 municípios no interior do Estado de São Paulo, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados, realizando diversas ações para a garantia de abastecimento de água nos municípios operados no interior. Em 2021, somados estes dois programas estruturantes, estão sendo investidos aproximadamente R\$ 290 milhões.

Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água: Iniciado em 2009, o programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros (dezembro de 2008) para 268 litros diários por ligação até 2021. Em agosto de 2021, a perda de água verificada foi de 253 litros por ligação por dia. Em virtude do impacto negativo da crise hídrica sobre nossa receita em 2014 e 2015 e da necessidade de priorizar os investimentos na produção de água, o escopo e as metas do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água foram revistos. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento de R\$ 6,2 bilhões.

Projeto Novo Rio Pinheiros: O projeto Novo Rio Pinheiros é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para despoluir o rio Pinheiros até 2022, da qual participam Sabesp, EMAE, Cetesb e DAEE, sob coordenação da SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, além de outros órgãos estaduais. No âmbito Sabesp, trata-se de um conjunto de ações e empreendimentos para retirada da carga de poluição por esgotos domésticos do rio Pinheiros, por meio da atuação em todas as sub-bacias dos seus principais afluentes, que ainda tenham necessidade de intervenção como, por exemplo, de obras estruturantes (construção de redes e coletores de esgoto) e ligação de imóveis não conectados às redes de esgotamento sanitário, evitando assim os despejos de esgoto doméstico nos afluentes do rio Pinheiros. Até setembro de 2021 foram conectadas ao tratamento de esgoto aproximadamente 425 mil economias na bacia do rio Pinheiros. Em locais de ocupação informal, onde não é possível a implantação de infraestrutura de coleta e afastamento, haverá tratamento dos próprios corpos d'água por meio de estações locais de tratamento das águas. São previstos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, em investimentos totais.

Programa 2625 – Desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos e Implementação de suas Ações

O Programa tem por objetivo promover o desenvolvimento da política de recursos hídricos mediante articulação para aplicação e melhoria de seus instrumentos (planos de recursos hídricos, outorga de direito de uso dos recursos hídricos, cobrança pelo uso da água, enquadramento dos corpos d'água em classes de usos preponderantes e sistema de informações sobre recursos hídricos) e apoio à implementação de suas ações, principalmente com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), visando à recuperação e melhoria da qualidade das águas, à segurança hídrica, à preservação, à proteção, à conservação, ao controle e ao aproveitamento múltiplo das águas.

Ação 1153 – Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO

Unidade Executora: Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi

Tem por objetivo o financiamento de atividades previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a partir de duas fontes de recursos: 1. Parcela dos recursos oriundos da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos (CFURH / aproveitamentos hidrelétricos e royalties de Itaipu); e 2. Cobrança pelo uso da água. Sua finalidade é o financiamento de ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas, visando à melhoria dos aspectos de gestão, qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

Financiamento de Ações nas UGRHi com recursos da compensação financeira - CFURH

A meta prevista na Lei Orçamentária de 2021 era de 114 contratos assinados e durante o exercício foram assinados 71 contratos, indicando uma realização abaixo do previsto. A diferença deve-se ao fato de uma prorrogação de prazo para contratação dos empreendimentos, estendendo-se até abril de 2022. A prorrogação de prazos deve-se em boa parte ainda aos efeitos da pandemia do Covid-19 que impactou no fluxo dos empreendimentos pelas diversas instâncias do FEHIDRO (Tomador/Colegiado/SECOFEHIDRO/Agentes Técnicos/Agente Financeiro).

Produto: Empreendimentos financiados pelo Fehidro

Indicador 1114: Contratos assinados

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 114 contratos assinados

Meta alcançada: 71 contratos assinados

Financiamento de Ações nas UGRHI com recursos da cobrança pelo uso da água

As receitas de cobrança pelo uso da água são, por lei, vinculadas ao FEHIDRO, e destinadas diretamente às subcontas do FEHIDRO por bacia hidrográfica, mediante pagamento dos boletos gerados pelas entidades responsáveis pela cobrança (DAEE ou Fundações Agências de Bacias Hidrográficas) e pagos pelos usuários nas contas específicas abertas pelo Agente Financeiro.

A meta prevista na Lei Orçamentária para 2021, para todas as 21 UGRHI, era de 192 contratos assinados. Durante esse período foram assinados 242 contratos (126% da meta), realização acima do previsto. A diferença se deve ao fato de parte das contratações ocorridas em 2021 serem referentes a indicações do exercício de 2020, uma vez que no exercício anterior houve prorrogação de prazo para contratação dos empreendimentos.

Produto: Empreendimentos financiados pelo Fehidro – Cobrança pelo Uso da Água

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 192 contratos assinados

Meta alcançada: 242 contratos assinados

Ação 1624 – Gestão dos Recursos Hídricos

Unidade Executora: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE

Tem por objetivo o desenvolvimento, normatização e aplicação de instrumentos de outorga de direito de uso, fiscalização, cobrança pelo uso da água e cadastramento de usuários. Elaboração de planos, projetos, estudos e ações de aproveitamento, proteção, recuperação e controle dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos nas bacias hidrográficas do Estado, sistematização e divulgação de informações de disponibilidade hídrica.

Em 2021, além da emissão de 16.036 atos de outorga, e da execução da cobrança pelo uso da água em 18 das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado, foi realizado o Ato Convocatório para início da implementação da cobrança na UGRHI Litoral Norte. Concluído em 2021 o contrato de apoio ao Sistema de Outorga Eletrônica com o Módulo Operacional de Fiscalização, Controle e Evolução do Sistema. Contratada a sustentação do Sistema de Outorga Eletrônica, além do Sistema de Suporte à Decisão para Sistemas Produtores, ambos em execução.

Produto: Eficiência na emissão de outorgas

Indicador 1865: Número de outorgas de direito de uso expedidas

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 12.436 outorgas de direito de uso expedidas

Meta alcançada: 16.036 outorgas de direito de uso expedidas

Ação 5416 – Monitoramento dos Recursos Hídricos

Unidade Executora: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE

Tem por objetivo o financiamento de atividades de ampliação e manutenção da Rede Hidrológica Básica do DAEE previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a partir de duas fontes de recursos: 1. Parcela dos recursos oriundos da compensação pelo uso dos recursos hídricos (CFURH / aproveitamentos hidrelétricos e royalties de Itaipu); e 2. Cobrança pelo uso da água.

A Rede Hidrológica Básica monitora precipitações, níveis e vazões de rios e níveis de águas subterrâneas, com uma rede de postos hidrométricos e disponibilização via internet, em seu site www.daee.sp.gov.br/hidrologia, visando quantificar a distribuição espacial e temporal da água no estado, de forma a permitir o planejamento e a gestão dos recursos hídricos estaduais.

O DAEE sofreu em 2021 significativas restrições de ordem orçamentária, sendo que apenas uma parcela dos recursos foi liberada no segundo semestre com prazo para empenho até novembro (2 a 3 meses), o que impactou significativamente o andamento de licitações/aquisições e, conseqüentemente,

restrições às atividades de campo de hidrometria por falta de compra de novos equipamentos, o que impediu a instalação dos novos postos hidrológicos.

Foi possível iniciar em dezembro as instalações de 9 novos poços piezométricos. Outros 11 novos poços não puderam ser iniciados devido à insuficiência de tempo hábil para depósito do dinheiro em conta.

Produto: Medição de dados hidrometeorológicos

Indicador 2790: Total de postos hidrometeorológicos implantados

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 1.128 postos hidrometeorológicos implantados

Meta alcançada: 818 postos hidrometeorológicos implantados

Ação 5946 – Suporte ao SIGRH e Implementação dos Instrumentos da Política de Recursos Hídricos

Unidade Executora: Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi

Refere-se ao desenvolvimento e operacionalização de sistemas para garantir transparência e controle dos produtos e ações afetas ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, bem como o suporte, coordenação e elaboração de documentos relacionados ao desenvolvimento dos instrumentos da política de recursos hídricos, e ainda promover o suporte ao funcionamento das instâncias do SIGRH: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) e Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH).

Cobertura das UGRHI por salas de situação de recursos hídricos

As salas de situação visam coletar dados de chuvas, níveis e de vazão dos principais rios, reservatórios e bacias hidrográficas, sendo importante para tomada de decisão em situação de eventos hidrológicos críticos, especialmente na articulação com a Defesa Civil.

Em 2021 foi concluído o protocolo de instalação de Sala de Situação, aprovado por meio de Deliberação CRH 256/21, com objetivo de subsidiar os colegiados a concluírem etapa de instalação das salas de situação até 2023, conforme metas propostas no PPA 2020-23.

Diante da situação atípica do ano de 2021, em decorrência do combate ao COVID-19, e da prorrogação do planejamento e execução dos planos de ação e programas de investimentos dos Comitês de Bacias, as atividades relacionadas à articulação, mobilização institucional e social e futuras contratações foram prejudicadas.

Capacitação em recursos hídricos - Programa Capacita-SIGRH, programa permanente de capacitação em recursos hídricos instituído pela Deliberação CRH nº 214 de 2018. Em 2021, foram ofertadas 5 capacitações referentes aos módulos do curso “Gestão de Recursos Hídricos”, oferecido pela CETESB na modalidade EAD, no total de 70 horas, e 2.868 registros de certificações concluídas.

Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH - Acompanhamento da execução do Plano de Ação e Programa de Investimentos do PERH 2020-2023, a partir de informações colhidas junto às secretarias de estado, empresas, autarquias, fundações e demais instituições responsáveis pela execução das 152 ações previstas para 2020, envolvendo investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões, constituindo capítulo do Relatório de Situação do Estado de São Paulo – ano 2020 aprovado por meio da Deliberação CRH 257/21.

Planos de Bacias Hidrográficas - suporte técnico aos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas para atualização de seus Planos de Bacias Hidrográficas, em conformidade com as diretrizes das deliberações CRH 146/12, CRH 188/16, CRH 246/21 e CRH 254/21.

Relatórios anuais de Situação dos Recursos Hídricos

Coleta e sistematização de dados secundários para elaboração dos bancos de dados e planilhas *template* dos Relatórios de Situação das UGRHIs – ano base 2020, disponibilização do material e suporte técnico aos CBHs para sua elaboração.

Elaboração do Relatório de Situação do Estado de São Paulo – ano base 2020, aprovado por meio da Del. CRH 257/21 a ser divulgado no portal do SIGRH http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursos_hidricos, após a diagramação e editoração.

Cobrança pelo uso da água – Acompanhamento da realização da cobrança pelos comitês de bacias.

Bases Cartográficas e Sistemas de Informação - Elaboração de cerca de 160 mapas temáticos e dezenas de arquivos *shapefiles* para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação do Estado e das bacias hidrográficas nos temas de saneamento básico, caracterização física, dinâmica demográfica e social, demanda/disponibilidade e qualidade das águas.

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO

Elaboração e encaminhamento à Agência Nacional de Águas - ANA do relatório de desenvolvimento, referente à primeira certificação do II Ciclo (2020), das cinco Metas de Cooperação Federativa no âmbito do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SINGREH, a saber: I.1) Integração dos Dados de Usuários de Recursos Hídricos I.2) Capacitação em Recursos Hídricos, I.3) Contribuição para Difusão do Conhecimento I.4) Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos I.5) Atuação para Segurança de Barragens e recebimento de 1ª parcela de recursos financeiros.

Aprovação da aplicação dos recursos financeiros advindos da primeira certificação do PROGESTÃO (Ciclo II) por meio da Deliberação CRH 258/21.

Aprovação do formulário de auto avaliação (Deliberação CRH 250/21) relativo à 1ª certificação (Ciclo II) de 31 variáveis que compõem as Metas de Gestão de Águas no âmbito do SIGRH. Disponibilizado no portal do SigRH em: www.sigrh.sp.gov.br/progestao.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS

Aprovação do Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período 2020 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITES, para o Estado de São Paulo (Deliberação CRH 252/21), com a obtenção de 100% do alcance das metas

Aprovação da destinação dos recursos financeiros advindos da segunda parcela do PROCOMITÊS (Deliberação CRH 262/21) para equipar as Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas com notebooks e mobiliário, a fim de atender a demanda dessas instâncias.

Elaboração dos editais e compra de televisores, kits de comunicação e sistemas de videoconferência para as secretarias executivas dos comitês de bacias, com recursos da primeira parcela do PROCOMITÊS.

Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH – realização de cinco reuniões do CRH, com aprovação de 18 deliberações, cujos temas de maior relevância são: o Relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo 2021 - base 2020; a indicação ao FEHIDRO de empreendimentos de abrangência estadual; a revisão da metodologia de distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO de investimento entre as UGRHs a vigorar a partir do exercício de 2022; a revisão dos Programas de Duração Continuada para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos; orientações para diagnóstico hidrogeológico de detalhe nas regiões identificadas como Áreas Potenciais de Restrição e Controle de águas subterrâneas e Critérios Técnicos para Autorização de Perfuração de Poços Tubulares Profundos no município de Ribeirão Preto; e Manual de Instalação de Salas de Situação.

Coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) – realização de 14 reuniões, com participação dos representantes de suas entidades básicas: CPLA e CRHi,,da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, DAEE e CETESB.

Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH - acompanhamento permanente e apoio administrativo às atividades das sete Câmaras Técnicas do Conselho: (i) Assuntos Jurídicos e Institucionais; (ii) Águas Subterrâneas; (iii) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; (iv) Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; (v) Proteção das Águas; (vi) Planejamento; (vii) Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos.

Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH - interação permanente com as Secretarias Executivas dos 21 CBHs, promovendo o intercâmbio de informações; realização de três encontros estaduais para nivelamento e diretrizes sobre assuntos afetos ao Sistema.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH - acompanhamento permanente das atividades e apoio à participação dos representantes do CRH nas seis Câmaras Técnicas (Planejamento e Articulação; Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; Integração com Gestão Ambiental e Territorial; Educação, Informação, Ciência e Tecnologia; Assuntos Legais e Segurança de Barragens).

Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH - produção de 12 edições do informativo eletrônico “Correnteza Express”.

Sistemas de comunicação social - investimento permanente na transparência das informações e na democratização da gestão por meio do gerenciamento e criação de conteúdo para o Portal SIGRH (www.sigrh.sp.gov.br) e de ferramentas de comunicação como Facebook e YouTube (TV Água).

Publicações disponibilizadas no portal de informações do SIGRH - no ano de 2021 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos apreciou e aprovou um total de 24 publicações que contemplam os seguintes temas: (a) Relatório de Situação das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs); (b) Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Estado; (c) Diretrizes e normas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) acerca dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Produto: Publicações e capacitações relativas aos instrumentos de recursos hídricos

Indicador 1082: Publicações disponibilizadas no portal de informações do SIGRH (www.sigrh.sp.gov.br)

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021: 23 publicações

Meta alcançada: 24 publicações

Justificativa no Nível de Execução do Programa

A execução orçamentária do Programa é considerada muito boa, com um índice de 91,83%, considerando os valores liquidados em relação às dotações atuais, sendo que a **Ação 1153 – Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos** teve uma execução de 89,86%, e as 20 ações referentes ao financiamento de ações em 20 UGRHs do estado executaram, em média, 93,60%, com algumas cumprindo meta de 100% e uma que ainda não teve a cobrança pelo uso da água implantada e, portanto, não houve arrecadação e conseqüentemente a execução prevista (UGRHI – Litoral Norte).

Na execução das ações **1624 – Gestão dos Recursos Hídricos** e **5416 – Monitoramento dos Recursos Hídricos**, com percentuais de 27,14% e 50,52% respectivamente. As principais atividades previstas para a Ação 1624 (fiscalização em campo) para o período 2020-2021 da FASE 1 do PROFISC-DAEE foram diretamente afetadas pelos reflexos da pandemia do Coronavírus, que se estenderam ao longo do ano de 2021. Do mesmo modo, as ações que previam investimentos foram impactadas pela pandemia, destacadamente no que se refere à alta nos índices de preços que tornaram os processos de licitação fracassados ou desertos. Assim deu-se novo aditamento de prazo e de valor da FASE 1, para o período 2020-23, de modo a viabilizar a retomada desses processos e demais ações do programa, conforme Deliberação COFEHIDRO Ad Referendum nº 242, de 29 de dezembro de 2021. Na ação 5416, apenas uma parcela pequena dos recursos foi liberada no segundo semestre de 2021, em agosto, com prazo para empenho até novembro (3 meses), o que impactou significativamente o andamento de licitações/aquisições, dado que o processo se inicia somente após a reserva dos recursos. Acresce-se a isso também outras licitações do próprio DAEE e severas restrições em relação às atividades de campo de hidrometria, que impediram a instalação de postos novos devido à pandemia de coronavírus. O DAEE vem desenvolvendo continuamente atividades de hidrometria e de implantação de sistemas de análise e disponibilização de dados em função das metas propostas e vai ampliar em 2021 e 2022, por exemplo, em 25 % o número de estações piezométricas, de 81 para 102 estações. O DAEE trabalha com a perspectiva de cumprimento, a partir de 2022, das metas previstas, porém sofre desde 2018 com significativas restrições de ordem orçamentária (LOAs) e de perda de pessoal não repostas, fatores que impedem e dificultam a manutenção e ampliação da rede.

A **Ação 5946 – Implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos** teve execução orçamentária de 74,87% em função de entraves burocráticos no trâmite dos processos licitatórios para aquisição de bens e prestação de serviços em 2021.

Programa 2626 – Fomento aos Projetos Hidro Energéticos Paulista e à Produção Mineral

Ação 5859: Gestão do Fornecimento de Energia Elétrica

Produto: Fomento à segurança energética por meio de fontes limpas e renováveis no estado

Indicador: Quantidade de projetos contratados

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 2

Meta alcançada: 0

Nenhum projeto foi contratado em 2021 devido à continuidade da Pandemia da COVID-19, o que gerou incertezas aos investidores.

Suprimento de Energia Elétrica ao Estado:

A Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis – CEER contribui no planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais, às concessionárias de energia elétrica e instituições do Estado. Dentre suas atividades, destacam-se:

✓ Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostos pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, através do Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo (GET/SP), coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no qual a Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis possui um representante indicado oficialmente e do Grupo de Transmissão São Paulo (GT/SP), coordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Estudos concluídos e /ou em andamento em 2021:

✓ Reforço do Sistema de 88 kV na Região de Guarulhos: Esse estudo tem por objetivo definir reforços para atendimento à Região Norte da cidade de São Paulo, Região de Guarulhos e no atendimento ao Aeroporto de Guarulhos;

✓ Atendimento ao Litoral Paulista: Elaboração de Nota Técnica recomendando um conjunto de reforços emergenciais, visando atender os próximos verões sem reforços estruturais. Definido a instalação em 2022 de Banco de Baterias na SE Registro para no atendimento emergencial ao litoral sul, até que os empreendimentos estruturais entrem em operação; (concluído)

✓ Atendimento à Região de Jaú: Esse estudo tem por objetivo atender a região de Jaú que sofre influência das Usinas Hidrelétricas do rio Tietê e das UTEs à biomassa da cana de açúcar da região;

✓ Reforço no atendimento à Região Central da cidade de São Paulo: Este estudo prevê, entre outras, a modernização da Subestação Centro que atende a região central da cidade de São Paulo e mudança da tensão de 230 kV para 345 kV

Estudos: iniciados em 2021

✓ Avaliação da transformação 440/138 kV na SE Água Vermelha: Esse estudo prevê o reforço na transformação devido a implantação de Usinas Fotovoltaica na região;

✓ Avaliação da transformação 345/138 kV na SE Campinas: Esse estudo prevê o reforço na transformação para reforço no atendimento à Região Metropolitana de Campinas;

✓ Avaliação da transformação 345/138 kV na SE Porto Colômbia: Esse estudo prevê o reforço na transformação para reforço no atendimento à região de Barretos e São José do Rio Preto;

Acompanhamento das obras e execução de ações necessárias para implantação dos principais empreendimentos de suprimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo.

✓ Os principais Subestação Padre Manoel da Nóbrega 230/138/88 kV, linha de transmissão em circuito duplo 230 kV Henry Borden – Manoel da Nóbrega, e a subestação Domênico Rangoni 345/138 kV: Empreendimentos para atendimento ao Litoral sul e norte de São Paulo. O acompanhamento desses empreendimentos foi retomado devido a repactuação do Contrato de Concessão feita pela ANEEL com a Concessionária de Transmissão proprietária das instalações. Foram realizadas reuniões periódicas com o empreendedor (ELTE), Elektro, CPFL, CETESB, ONS e EPE para o acompanhamento dos empreendimentos, previstos para 2024; (em andamento)

✓ Subestação Lorena 230/88 kV: Empreendimento que tem por objetivo o reforço no atendimento à Região do Vale do Paraíba;(concluído, subestação energizada em outubro).

Interações com órgãos do Governo Federal

Ações junto aos órgãos federais de planejamento, operação e regulador do setor elétrico (MME - Ministério de Minas e Energia, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, EPE - Empresa de Pesquisa Energética e ONS - Operador Nacional do Sistema), com o objetivo de acompanhar os assuntos institucionais que afetam o Estado de São Paulo.

Os principais assuntos acompanhados foram:

- ✓ Acompanhamento das tratativas entre a ANEEL e o empreendedor para implantação das SE Padre Manoel da Nobrega 230/138/88 kV, de reforço ao atendimento de energia elétrica à região da Praia Grande e da SE Cônego Rangoni, de reforço no atendimento à região do Guarujá;
- ✓ Participação junto ao ONS na elaboração do “PAR/PEL - Plano de Ampliação e Reforços 2022/2026 do sistema elétrico do Estado de São Paulo.

Ações gerais e setoriais

- ✓ Participação na elaboração do “Plano Verão 2021/2022” de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão (ISA CTEEP) e de distribuição (EDP São Paulo, Elektro e CPFL Piratininga) para o período de novembro/2021 a fevereiro/2022;
- ✓ Articulação junto à Cetesb no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de energia elétrica;
- ✓ ICMS Ambiental, Participação na elaboração do ICMS Ambiental na parte de informações sobre reservatórios para geração de energia elétrica;
- ✓ Emenda Parlamentar, Participação na viabilização da Emenda parlamentar 2020.089.18430, para implantação de energia fotovoltaica na Casa de São Vicente, entidade assistencial no município de Pirassununga; (em andamento)

Informações Energéticas:

A execução de uma série de atividades realizadas em 2021 teve como base a elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio de levantamentos de dados, análises, tabulações de resultados e elaboração de uma série de documentos técnicos, além da responsabilidade pela atualização permanente do site da SIMA. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- ✓ Anuário Energético por Municípios 2021 (ano base 2020): Relatório que contempla dados de consumo dos principais energéticos (eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo), dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO₂;
- ✓ Balanço Energético do Estado de SP 2021 (ano base 2020): Relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial. Apresenta dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano;
- ✓ Boletim Energético: Relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade (geração, transmissão e distribuição), gás canalizado, derivados de petróleo e carga processada pelas refinarias de petróleo localizadas no Estado de São Paulo;
- ✓ Resumos Executivos (energia elétrica, energias renováveis e petróleo & gás): Relatórios bimestrais comparativos entre as atividades da Subsecretaria de Infraestrutura e suas correlatas de origem federal, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros;
- ✓ Relatório sobre Áreas Inundadas 2021 (ano base 2020): Levantamento de municípios que possuam áreas inundadas decorrentes da formação de reservatórios destinados à geração de eletricidade, para estabelecimento por parte da Secretaria da Fazenda do Estado, de rateio na arrecadação do ICMS correspondente;
- ✓ Folder de GD Fotovoltaica: Folder de divulgação da expansão quantitativa da Geração Distribuída em Energia Fotovoltaica no Estado de São Paulo, demonstrando o avanço dessa tecnologia como uma alternativa ao fornecimento de eletricidade cativa oriunda das concessionárias de eletricidade.

Participação em GTs e Divulgação de Atividades

- ✓ Participação em Grupos de Trabalho (GT Clima e GT Biodiversidade): Contribuições e encaminhamentos de diretrizes e ações ligadas a área energética para o Comitê de Integração de Políticas Globais de Sustentabilidade – CIPOG, visando a atualização de medidas estabelecidas pela PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas;
- ✓ Divulgação de Atividades: Apresentação do Plano Paulista de Energia PPE 2020 aos membros dos GTs Clima e Biodiversidade e Apresentação do Perfil Energético Paulista no canal PARTICIPE! do Portal de Educação Ambiental.

DESENVOLVIMENTO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL

As ações e os projetos desenvolvidos em 2021 tiveram como base o incentivo a projetos visando a expansão das energias renováveis na matriz paulista, bem como a incorporação da eficiência energética em todo o espectro produtivo do Estado de São Paulo. Essas ações e projetos buscam ainda, ampliar a oferta interna de energia, o aprimoramento do conhecimento na área e a geração de empregos por meio da absorção desse desenvolvimento tecnológico.

Dentre as ações descritas, destacam-se:

- ✓ Acordo de Cooperação com a ABGD – celebração com a Associação Brasileira de Geração Distribuída, visando a utilização da “Carreta FV Itinerante”, que contempla, a ampla divulgação do uso de fontes renováveis e geração de energia, em cidades do Estado de São Paulo, em especial na região do Vale do Ribeira; O projeto itinerante denominado “Road Show Solar” foi realizado entre os dias 3 de maio e 12 de junho de 2021 no Vale do Ribeira, contemplando 13 municípios, teve o objetivo de qualificar gratuitamente até 260 pessoas por meio de curso básico introdutório de instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica, estimulando, assim, o mercado de energias renováveis na região.
- ✓ Protocolo de Intenções com a ABSOLAR – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, visando o aproveitamento de energia solar fotovoltaica nos prédios públicos do Estado de São Paulo e a estruturação de um programa estadual de desenvolvimento do setor fotovoltaico no Estado de São Paulo;
- ✓ Protocolo de Intenções com a ELEKTRO Desenvolvimento de ações de Eficiência Energética em prédios públicos de cidades do Vale do Ribeira, com trocas lâmpadas por outras mais eficientes e de substituição de geladeiras em hospitais e postos de saúde da região, por outras específicas para armazenamento de vacinas;
- ✓ Convênio com a DESENVOLVE SP e INVEST SP para prestar orientação técnica e aprovação de projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública, encaminhado pelas Prefeituras, incluindo a adequação ao projeto apresentado da lista de itens financiáveis na LIP- Linha de Iluminação Pública da Desenvolve SP (em finalização, ainda não assinado);
- ✓ Convênio com a DESENVOLVE SP e INVEST SP, celebração com a Desenvolve SP e INVEST SP visando mútua e ampla colaboração para a capacitação técnica e o financiamento de projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública aos municípios paulistas, para atendimento da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 414/2010, onde os ativos de Iluminação Pública que antes eram das distribuidoras de energia elétrica
- ✓ Ações de Eficiência Energética com a CPFL, Acompanhamento e apoio junto a CPFL para ações de Eficiência Energética em Hospitais Públicos e Privados do Estado de São Paulo com instalação de Usinas Foto Voltaicas, para diminuição dos gastos com contas de energia.

Ação 5403 – Planejamento E Incremento Da Produção Mineral

Produto: Promoção e difusão de políticas minerais

Indicador: Municípios orientados a partir do sistema de informações minerais por ano

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 40

Meta alcançada: 90

Foram inseridas novas cartografias geológicas realizadas pelo CPRM/SGB em projeto com orçamento do Governo Federal, o que possibilitou, aos municípios contemplados pela atualização de normativas, o alcance de mais municípios atingidos pela política de mineração do que o esperado.

As ações da Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração, no que tange a mineração, buscam sistematizar as informações do setor mineral, ambiente geológico e legislação ambiental identificando as necessidades do setor e articulando junto aos municípios e órgãos responsáveis medidas para impulsionar a atividade mineral no ESP.

- ✓ **Apoio aos municípios:** Devido à característica locacional da atividade mineral, a ação de apoio aos municípios é preponderante para que a mesma ocorra de maneira harmônica com outras atividades de uso e ocupação do solo.
- ✓ **CFEM e Legislação Ambiental:** assistência prestada frente às demandas específica de cada município, principalmente no que se refere à legislação ambiental/mineral e arrecadação de CFEM.

✓ **Apoio aos mineradores:** a) A presente coordenadoria promoveu junto à CETESB, ANM e Fundação Florestal seção de alinhamento e supressão de dúvidas quanto a processos de licenciamento de empreendimentos minerários, visando ampliar a celeridade para regularização das operações; b) Junto aos arranjos produtivos locais realizou sessão de apoio para obtenção de recursos e realização de projetos; c) Desenvolvimento de estudos para criação do Cadastro Estadual de empresas que produzam bens minerais no Estado de São Paulo.

✓ **Mineração do Vale do Ribeira:** No contexto do Programa Vale do Futuro, foram realizadas diversas ações afim de induzir o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer o setor produtivo mineral. a) Realizada a Constituição da Comissão de Política Mineral do Vale do Ribeira com objetivo de incrementar a atividade de mineração do Vale do Ribeira em bases sustentáveis, gerando emprego e renda; b) Contratação do Projeto de Ordenamento Territorial Geomineiro, junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, para análise do meio físico, interação da atividade mineral com o meio biótico e antrópico envolvendo todos os segmentos da comunidade local e regional, estabelecendo ferramentas para articulação das correspondentes políticas públicas para a melhor gestão e desenvolvimento social e econômico integrado; c) Realização de reuniões e webinars com o setor mineral, em especial com a AMAVALE - Associação de mineradores de areia do Vale do Ribeira, para incentivar e capacitar os mineradores para inscrição das empresas como Arranjo Produtivo Local - APL de base mineral, contemplando as regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema.

✓ **Meio Ambiente e Responsabilidade Social:** a) Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – contribui-se com as discussões relacionadas à implementação das ODS nas políticas minerais e desenvolvendo de ações vinculadas ao setor; b) Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – participou-se das discussões de revisão e elaboração do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (PERS), inserindo no que tange a temática mineração, dados e ações sobre os rejeitos oriundos do processamento mineral depositados em estruturas de barramento; c) Participou-se da elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental 2021/2020 buscando atualizar os conceitos e valores da atividade mineral paulista em 2020.

✓ **Acompanhamento de Barragens do Estado de São Paulo:** Por meio do Comitê de Acompanhamento das ações relacionadas à Segurança de Barragens do Estado de São Paulo foram realizadas diversas atividades afim de acompanhar a aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB, no Estado de São Paulo: a) a partir da ação dos órgãos fiscalizadores interlocução junto a município, órgão fiscalizador e Secretarias de Estado para obtenção de recurso para manutenção e recuperação da Barragem do Grande Lago de Lindóia, em Lindóia - SP e Barragem de Cotrins, em Arthur Nogueira – SP; b) Elaboração Boletim de Barragens 2020; c) Elaboração da página do Comitê de Barragens do Estado de São Paulo no site da SIMA afim de divulgar as ações do grupo; d) Elaboração e Publicação da Resolução SIMA 125/2021 que regula os procedimentos técnicos e administrativos necessários para a supressão de vegetação em componentes e em área a jusante de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais; e) Realização de Seminário de Segurança de Barragens para Empreendedores - Implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE); f) Apoio para elaboração do Curso de Barragens, por meio de recurso do PROGESTÃO, para técnicos do Estado de São Paulo responsável pela fiscalização de Barragens no ESP (DAEE e CETESB); g) Estruturação da base de dados do Sistema de Barragens Estadual junto ao Sistema de Risco do Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA.

Ação 6095 - Promoção Da Indústria Estadual De Petróleo, Gás E Mineração.

Produto: Formulação e disseminação de políticas de petróleo e gás

Indicador: Novos projetos termelétricos a gás natural em São Paulo.

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2020: 0

Meta alcançada: 0

A implantação de projetos termelétricos a gás depende de diversos fatores, como a ocorrência de leilão de energia promovido pela ANEEL para atendimento ao mercado regulado e à disponibilidade de gás, a preços competitivos. Os leilões realizados em 2021 contrataram energias de outras fontes mais baratas (eólicas e solares) no país, reduzindo a competitividade dos projetos a gás.

Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Coordenadoria ao longo de 2021 atuou no fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo.

1. Reservas de Petróleo e Gás Natural

a) Nova Política de E&P e Calendário Plurianual de Rodadas – Acompanhamento das rodadas e áreas confrontantes ao Estado de São Paulo para atração de empresas estrangeiras e divulgação das oportunidades para empresas, fornecedores e desenvolvimento socioeconômico.

2. Oferta de Petróleo e Gás

a) Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo - A Coordenadoria vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo (via importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito – GNL), para promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista.

Em 2019 foram aprovadas pelo Consema as Licenças Prévias – LP do terminal de GN, Projeto de Reforço Metropolitano e das duas termelétricas a gás natural no Estado – Complexo Pedreira, da EMAE, com 2,5 GW, e Lins, com 2,1 GW. Em 2020 foram obtidas as Licenças de Instalação do Terminal de GNL na Baixada Santista e do Projeto de Reforço Metropolitano, que devem garantir suprimento para o Estado. Em 2021 foi debatida a possibilidade e conferido apoio institucional para a venda de energia pela termelétrica de Lins no leilão emergencial promovido pelo Governo Federal em razão da escassez hídrica. Além disso, foram realizadas discussões com o empreendedor da UTE Lins para identificar potenciais fornecedores de gás.

3. Exploração e Produção

a) Leilões de Blocos Exploratórios – Acompanhamento dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás na Bacia de Santos nas modalidades de concessão e partilha, e consolidação dos resultados das áreas contratadas em São Paulo.

b) Operadoras – Realizadas reuniões e discussões para manter competitivo o ambiente de negócios em São Paulo, incluindo tratativas com a Secretaria da Fazenda. Realizados debates com o IBP para garantir estabilidade regulatória e com a Secretaria da Fazenda para internalização de Regimes Especiais visando ampliar a competitividade dos ativos em São Paulo.

c) Sumário Executivo de Petróleo e Gás – Publicação com informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços e arrecadação de royalties, permitindo o acompanhamento e monitoramento do mercado de petróleo, gás e derivados.

d) Boletim da Produção – Publicação elaborada mensalmente, divulgando volumes de produção dos Estados e das Bacias Sedimentares, permitindo posicionar o São Paulo entre os produtores.

e) Mapeamento Geoespacial – Atualização da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas a ofertadas em 2021 na Rodada da Partilha e na Rodada de Concessões. Além disso, foi realizado o acompanhamento da produção individualizada por campo, com a atualização periódica dos Mapas da Exploração e Produção da Bacia de Santos.

f) Atualização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo – Atualização do Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, com dados e indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região da Baixada Santista.

g) Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2031 – Análise crítica e comentários ao Plano elaborado pela EPE e colocado em Consulta Pública, avaliando os efeitos de sua implantação na economia paulista.

h) Participação na Câmara de Petróleo e Gás da Associação Comercial de Santos – ACS, para fortalecimento da região da Baixada Santista.

4. Arrecadação de Participações Governamentais (Royalties e Participação Especial)

a) Monitoramento e Elaboração de estimativas do potencial de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties na Bacia de Santos – Informações divulgadas mensalmente, na forma de Boletim de Arrecadação das Participações Governamentais de Petróleo e Gás.

b) Assessoramento Técnico – A Coordenadoria continuou prestando assessoria técnica à PGE, IGC e Fazenda na avaliação de impactos sobre ações no STF, como a envolvendo o traçado das linhas interestaduais marítimas e potencialmente o campo de Baúna (paulista) – julgada desfavorável a São Paulo, a referente ao ICMS do gás importado da Bolívia – julgada desfavorável a São Paulo, e a constitucionalidade da Lei que redistribui as participações governamentais entre Estados e Municípios – aguardando andamento do julgamento pelo STF.

5. Transporte de Gás Natural

a) Tarificação de Entrada e Saída – Em 2021 a Coordenadoria acompanhou as discussões da ANP sobre a mudança de tarificação no sistema de transporte.

b) Apoio nas discussões do CONFAZ para aprovação da alteração do ajuste SINIEF nº 01/2021 para acesso à UPGNs e contratação dos serviços de transporte, a fim de permitir a abertura do mercado.

6. Acompanhamento dos Derivados de Petróleo

a) Preços dos Combustíveis – A Coordenadoria acompanhou e sistematizou informações sobre as variações e preços da gasolina, do diesel e do GLP decorrente na política de preços de combustíveis da Petrobras, bem como.

7. Distribuição de Gás Natural

a) Revisão Tarifária - Em 2021 foram realizadas tratativas com a ARSESP para criar as condições regulatórias e tarifárias para ampliar os investimentos, dentre os quais o projeto Cidades Sustentáveis, da Gás Brasileiro, que irá para construir 65 km de gasodutos de distribuição para levar o biometano produzido na usina Cocal, localizada em Narandiba, para as cidades de Presidente Prudente e Pirapozinho.

b) Novo Mercado de Gás – Em 2021 foram realizadas discussões com diversos atores para construção de consenso que permitisse a aprovação do PL da Nova Lei do Gás, aprovado pela Câmara dos Deputados, que está em análise no Senado Federal.

A Coordenadoria acompanhou ainda o processo de Tomada Pública de Contribuições pela ANP, sobre as medidas regulatórias no tocante ao mercado de gás que podem ser adotadas para acelerar a transição para o mercado de gás.

c) Prorrogação do Contrato de Concessão da Comgás – Apoio técnico e institucional na conclusão da prorrogação do Contrato de Concessão da Comgás até 2049.

8. Cadeia de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás

a) Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores - Cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas.

Participação na Fenasucro em 2021, envolvendo a indústria sucroalcooleira e representantes locais.

b) Formulação de Agenda Competitiva para a cadeia produtiva paulista de petróleo – Atuação com a Investe São Paulo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, relacionada à sistematização de dados e análises de viabilidade das atividades da indústria de Petróleo e Gás Paulista, envolvendo a evolução da oferta no Estado e investimentos em Exploração & Produção.

9. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

a) Apoio institucional à implantação do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS –Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp), utilizando recursos de P&D da Petrobras.

b) Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural – Parceria Fapesp e Shell – Em 2021 a Coordenadoria participou de diversos eventos do RCGI.

c) Pesquisa e Desenvolvimento de motor flex Diesel/Gás para veículo pesado (caminhão) – Apoio na construção do Acordo de Cooperação entre a Usina São Martinho e GasBrasileiro para o desenvolvimento de projeto de P&D visando a conversão de motor de caminhão diesel para gás, para testes e simulações de bancada quanto à eficiência, taxa de substituição e custos de operação com ambos os combustíveis.

d) Centro de Pesquisa Statoil e Unicamp – Acompanhamento dos projetos em desenvolvimento.

e) Chamada Pública FAPESP Ciência para o Desenvolvimento – articulação e proposição de projetos para financiamento pela FAPESP, nas temáticas de resíduos, energia e meio ambiente.

f) Under2Coalition – Cooperação com a iniciativa do The Climate Group, em apoio à Assessoria Internacional, visando elaboração cenários no projeto Under2Coalition.

g) Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – Participação nos eixos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Mudanças Climáticas.

h) Grupo de Trabalho – GT 05 do CIRS – Rotas Tecnológicas – Coordenação das atividades de novas rotas tecnológicas para o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, em consonância às diretrizes do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (esta última em revisão pela SIMA), do Plano Estadual de Saneamento Básico (em elaboração), com base no conceito de aterro mínimo e foco na regionalização e consórcios.

10. Institucional

a) Orientação a Investidores – Realizadas mais de 15 reuniões com empresas de diferentes segmentos para orientação e apoio institucional para realização de investimentos no Estado.

b) Parcerias em 2021 - Protocolos de Intenção firmados: 1) Instituto de Engenharia - Desenvolvimento de estudos e ações conjuntas, notadamente com operadoras e empresas do setor, 2) ABENDI – Elaboração de estudos, desenvolvimento, treinamento, qualificação e formação profissional, em temas multisetoriais; 3) Prefeitura do Guarujá – Atração de investimentos e criação de polo de desenvolvimento no município; 4) Unicamp – Apoio à elaboração e proposição de projetos de eficiência energética; 5) GBC-BRASIL – projetos e certificação de edifícios eficientes; 6) FAPESP – pesquisa e projetos em bioenergia, incluindo o aproveitamento de resíduos sólidos

c) Protocolos e acordos em negociação: 1) Swedfund – Em tratativas para assinatura de Convênio para avaliação do biogás e biometano, com financiamento por fundo sueco, 2) Consulado Britânico – Proposto projeto para aproveitamento energético de resíduos (em análise).

- d) Ação realizada em parceria com a PGE, Secretaria da Fazenda e IBP para combater o comércio irregular de combustíveis no Estado de São Paulo e reduzir a sonegação fiscal.
- e) Participação de reunião e evento com Transpetro e Secretaria da Segurança Pública para combater o furto de combustíveis derivados de petróleo em dutos da companhia.
- f) Articulação com ARTESP e ARSESP para integração de ações
- g) Realizadas reuniões com empreendedores e operadoras para viabilizar a implantação de base offshore na Baixada Santista.
- h) Suporte técnico à Secretaria da Fazenda na avaliação das receitas de royalties e participações especiais (GT).
- i) Representação no COMFROTA-SP, PAC 2050 e ZEE Baixada Santista

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Secretaria da Justiça e Cidadania

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

17000 - Secretaria da Justiça e Cidadania

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	1.905.763.095,00	2.045.574.473,00	1.901.484.702,67	48.655.281,76	1.950.139.984,43	1.927.692.188,14
Pessoal e Encargos Sociais	1.129.350.568,00	1.276.647.150,00	1.263.506.553,95	0,00	1.263.506.553,95	1.282.278.439,43
Outras Despesas Correntes	776.412.527,00	768.927.323,00	637.978.148,72	48.655.281,76	686.633.430,48	645.413.748,71
Despesas de Capital	16.514.032,00	93.365.487,00	39.995.095,66	30.109.803,94	70.104.899,60	46.818.283,19
Investimentos	16.513.982,00	93.365.437,00	39.995.095,66	30.109.803,94	70.104.899,60	46.818.283,19
Inversões Financeiras	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.922.277.127,00	2.138.939.960,00	1.941.479.798,33	78.765.085,70	2.020.244.884,03	1.974.510.471,33

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

17000 - Secretaria da Justiça e Cidadania

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	1.385.617,00	1.386.717,00	1.271.150,69	0,00	1.271.150,69	1.276.687,64
Despesas Correntes	1.385.617,00	1.386.717,00	1.271.150,69	0,00	1.271.150,69	1.276.687,64
1711 - PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	120.114.645,00	135.956.156,00	110.790.005,69	0,00	110.790.005,69	101.511.406,44
Despesas Correntes	119.964.545,00	122.707.043,00	104.571.784,08	0,00	104.571.784,08	95.268.741,05
Despesas de Capital	150.100,00	13.249.113,00	6.218.221,61	0,00	6.218.221,61	6.242.665,39
1714 - PERICIA JUDICIAL NA AREA DE MEDICINA LEGAL E DE INVESTIGACAO DE VINCULO GENETICO	21.794.584,00	25.729.528,00	16.903.120,56	553.070,94	17.456.191,50	16.544.274,83
Despesas Correntes	21.794.584,00	25.729.528,00	16.903.120,56	553.070,94	17.456.191,50	16.544.274,83
1724 - METROLOGIA E QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVICOS	88.662.333,00	130.699.481,00	103.695.432,23	0,00	103.695.432,23	122.798.565,29
Despesas Correntes	88.593.416,00	129.786.437,00	102.943.484,81	0,00	102.943.484,81	121.774.456,09
Despesas de Capital	68.917,00	913.044,00	751.947,42	0,00	751.947,42	1.024.109,20
1729 - ATENCAO AO ADOLESCENTE/JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR	1.506.351.780,00	1.643.412.344,00	1.577.845.175,86	55.283.484,33	1.633.128.660,19	1.590.347.980,23
Despesas Correntes	1.506.351.770,00	1.618.501.516,00	1.563.461.070,02	45.458.106,74	1.608.919.176,76	1.581.436.051,72

Despesas de Capital	10,00	24.910.828,00	14.384.105,84	9.825.377,59	24.209.483,43	8.911.928,51
1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	113.628.974,00	113.871.050,00	59.055.686,40	20.348.526,35	79.404.212,75	69.933.981,33
Despesas Correntes	97.333.979,00	59.578.558,00	40.414.865,61	64.100,00	40.478.965,61	39.496.769,56
Despesas de Capital	16.294.995,00	54.292.492,00	18.640.820,79	20.284.426,35	38.925.247,14	30.437.211,77
1731 - JUSTICA E CIDADANIA NO CAMPO E NA CIDADE	65.919.285,00	83.274.775,00	68.477.840,64	2.580.004,08	71.057.844,72	70.032.472,61
Despesas Correntes	65.919.285,00	83.274.775,00	68.477.840,64	2.580.004,08	71.057.844,72	69.830.104,29
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.368,32
2990 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	4.419.899,00	4.609.899,00	3.441.386,26	0,00	3.441.386,26	2.065.102,96
Despesas Correntes	4.419.899,00	4.609.899,00	3.441.386,26	0,00	3.441.386,26	2.065.102,96
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.922.277.127,00	2.138.939.960,00	1.941.479.798,33	78.765.085,70	2.020.244.884,03	1.974.510.471,33

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

17001 – SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Programa 1730 - Direitos Humanos e Cidadania

Objetivo: Acesso ampliado da sociedade e das instituições do poder público às leis, às políticas, ao processo de elaboração de políticas e ao conhecimento referentes à cidadania e aos direitos humanos.

Ação 4213 - Monitoramento de políticas públicas em direitos humanos. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos no território do Estado de São Paulo, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas. Deve, por lei, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes aos direitos humanos inclusive fazendo recomendações ao Governo do Estado sobre políticas públicas. O **Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas** discute e elabora Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo, estabelecendo diretrizes e parâmetros para as ações de prevenção, tratamento, repressão e redução de danos no Estado. Ademais, fomenta a formação de Conselhos Municipais sobre Drogas nos municípios e orienta Comunidades Terapêuticas. Para estas ações promove encontros tanto com os Conselhos, como com as Comunidades Terapêuticas. Por fim, capacita seus conselheiros nos temas supracitados. Em 2021, foram realizadas as seguintes ações: Publicação da Política Editorial do CONED; Autógrafo 32.994 referente PL 576/20 e 33.001 sobre PL 629/15; Atualização do Manual de Orientação para as Comunidades Terapêuticas; *Lives*: “Vulnerabilidades na infância e adolescência em tempos de pandemia”; “35 Anos do CONED”; Dois Encontros Regionais com Conselhos Municipais sobre Drogas; “32 anos de Redução de Danos no Brasil”; X Encontro de Conselhos Municipais sobre Drogas do Estado de São Paulo; Participação em Live do Conselho Estadual do Paraná; Participação no II Fórum de Combate as Drogas de Osasco; Participação da XXIII Semana Nacional sobre Drogas de Mato Grosso. O **Conselho Estadual da Condição Feminina** tem entre suas atribuições, formular diretrizes e promover, em todos os níveis da Administração Direta e Indireta, atividades que visem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações que a atingem, propiciando a sua integração e autonomia na vida socioeconômica, político-cultural e no exercício pleno da cidadania. Em 2021, realizou palestras/lives com os seguintes temas: Feminicídio Desfecho de dor e Violência, Órfãos da Pandemia, O Quarteto da Felicidade na Pandemia, Perseguição agora é Lei nº 14.132, Inteligência Emocional, Amor Passional, O Direito do Trabalho na Pandemia, Empoderamento da Mulher Negra, Sequela da Pandemia na Saúde Emocional, Perda e Danos Econômicos na Família, Violência Psicológica contra a Mulher, Webinar: Homenagem a Mulher Negra Latina, Americana e Caribenha, Outorga da Medalha Ruth Cardoso, Outubro Rosa Revogada de Balões. O **Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra** tem como objetivo desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem à defesa dos seus direitos, eliminação das discriminações e plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural. Em 2021 realizou as seguintes atividades: Palestras na UNISANTOS, no Conselho Gestor e Promotoria Aberta, Capacitação para formação de Conselheiros, Parlamentares e Lideranças Negras de Barretos e Região em Políticas de Promoção da Igualdade Racial, A Década Internacional dos Afrodescendentes e os 35 Anos da

CPDCN-SP, *Lives* “Brasil e Estados Unidos Manifestações no Enfretamento ao Racismo Estrutural”; “Poder Negro no Brasil”; “Diálogo escurecendo sobre o processo eleitoral para a nova gestão do CPDCN”; Divulgação nas redes sociais de vídeo com a campanha Vidas Negras Importam. O **Conselho Estadual dos Povos Indígenas**, criado por meio do Decreto nº 48.532, de 9 de março de 2004, tem como objetivo propor os princípios e subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas. Em 2021, não realizou atividades devido à pandemia de coronavírus. O **Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina** foi criado pela Lei Estadual nº 12.061/2005 e Decreto nº 50.587/ 2006 e, tem como principal vetor de suas políticas a conscientização e informação da comunidade e o incentivo a divulgação das tradições e dos costumes do povo nordestino, enfrentando as discriminações e valorizando sua cultura. Em 2021, passou por processo de seleção de conselheiros(as) para a sua nova gestão 2021/2023, o novo colegiado tomou posse dia 11/11/2021. O **Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** que foi instituído pelo Decreto nº 55.587/10, com alterações promovidas pelo Decreto nº 58.527/12, não está em atividade. O mandato dos Conselheiros para o biênio 2013-2015 foi prorrogado excepcionalmente por duas vezes, até 30/06/2016 (Decreto nº 61.659/15) e, por fim, até 31/01/2017 (Decreto nº 62.088/16), sem que se tenham ocorrido novas eleições, resultando na paralisação das atividades do colegiado. Inaplicáveis os dispositivos do regimento interno do colegiado, salvo por uma lacuna, e com base no próprio decreto que o instituiu, o processo passou a ser organizado, com o apoio da própria Secretaria da Justiça e Cidadania, por uma comissão composta por sociedade civil e poder público, constituída por Resolução publicada no dia 6 de dezembro de 2019.

Ação 5901- Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania (CGAPDC): É responsável por assessorar a Secretaria da Justiça e Cidadania na área dos direitos fundamentais, e conta com as seguintes atividades: Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP: foram emitidos 46 (quarenta e seis) cadastros, não houve indeferimento; Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humano: foram emitidos 34 (trinta e quatro) certificados; A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado por meio da Lei nº 2.574/80: entre janeiro e novembro foram emitidas 1.446 (mil, quatrocentos e quarenta e seis) certidões de Declaração Pública Estadual; Juiz de Casamento: apesar de este órgão não ser mais a responsável pelo cadastro de juiz de casamento, ainda são recebidos *e-mails* com solicitações de informações desse serviço, que são respondidas pelo *e-mail* setorjustica@sp.gov.br; Diálogos da Cidadania - Direitos Humanos em Debate: Trata-se de uma série de discussões com especialistas que aborda conceitos e apresenta casos concretos para debates e reflexões sobre os direitos humanos e a luta pela cidadania no Estado de São Paulo. Os eventos aconteceram no SESC Itaquera, São Paulo (SP), para público jovem. Em 2021, não houve devido à pandemia de coronavírus; A Lei estadual 14.947/09 autorizou a SJC a instituir, em caráter permanente, o **Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença** e a Resolução SJDC-3 de 8/4/2016 instituiu o mesmo na SJC, com o objetivo de promover no âmbito estadual a implementação de políticas de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e a difusão da cultura de paz. Em 2021, realizou as seguintes atividades: Webinar em comemoração ao Dia Estadual da Liberdade Religiosa, em parceria com a Unesco Mil Alliance, com o tema “Diálogos sobre Liberdade Religiosa à Luz do Fórum Inter-religioso da Secretaria da Justiça e Cidadania e da Perspectiva Cidades Mil Alliance de Unesco”. Diálogos sobre intolerância religiosa, nas perspectivas: educacional, jurídica, midiática, e os desafios enfrentados por igrejas e templos; 2) Webinar “Espiritualidade e Saúde”, disponível no Canal da Cidadania na plataforma *Youtube*, com mais de 1000 visualizações; 3) Evento alusivo ao Dia Internacional da Paz; 3) Ciclo de palestras, contendo 27 (vinte e sete) palestras: proferidas pelas lideranças religiosas que integram o Fórum Inter-religioso, tema “Diálogo Inter-religioso: Construção para Paz”, disponíveis no Canal da Cidadania na plataforma *Youtube*; 4) Diálogo Inter-religioso, na I Semana Raízes Fé e Axé, em celebração a “Grande Mãe”, exposição, arte cultura, literatura, moda em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande. Palestras ministradas: 1) Palestra no módulo II do Curso “O Planeta é Sagrado e quer Paz”, tema “Fórum Inter-religioso”, histórico e importância na implementação de políticas públicas em defesa da liberdade religiosa, combate à intolerância e promoção da cultura de paz no estado de São Paulo”; 2) Palestras, tema “Racismo, Intolerância e Educação Antirracista”; 3) Palestra nas Diretorias Regionais de Ensino de Limeira e Rio Claro (2.200 professores), e Diretoria Regional de Ensino de Araçatuba e Birigui (264 professores); 4) Palestra no município de Sorocaba com o tema “Experiências do Fórum Inter-religioso” e importância dessa iniciativa para Estado de São Paulo”; 5) Palestra para apresentação do Fórum Inter-religioso, em reunião do Grupo Mulheres do Axé do Brasil, representados por lideranças das religiões afro de Salvador e São Paulo, com a participação de oficiais da Polícia Militar de Salvador, integrantes do Núcleo de Religião de Matriz Africana - NAFRO; 6) Palestra para os funcionários da Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil, tema “Intolerância Religiosa no Brasil”: Instrumentos Legais e Melhores Práticas para a Promoção da Tolerância e Inclusão. Experiência e importância da iniciativa do Fórum

para o Estado de São Paulo; 7) Palestra na reunião do Comitê Central da Sociedade Civil em Apoio à Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa, com o tema “Defesa e Proteção da Liberdade Religiosa”; 8) Palestra “Fórum Inter-religioso, intolerância religiosa, discriminação étnico-racial, no Programa Rose Moraes município de Franca, disponível no canal do Youtube.

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CPDS): criada em 2009 pelo Decreto Estadual nº 54.032 e tem como objetivo elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans. Além disso, a CPDS elabora, coordena, desenvolve e acompanha programas, projetos e atividades, visando a efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, independente da orientação sexual e identidade de gênero. Uma de suas atribuições é receber e encaminhar denúncias de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com base na Lei Estadual 10.948/01, além de dar encaminhamento às denúncias de discriminação contra as pessoas que vivem com HIV/AIDS, com base na Lei Estadual 11.199/02. Com o objetivo de combater a LGBTfobia, a CPDS promove campanhas, palestras e capacitações das referidas legislações, de outros marcos legais referentes ao segmento LGBT. A Secretaria da Justiça e Cidadania, possui um canal de DENÚNCIA online, gerenciado pela Ouvidoria da Pasta, onde a cidadã ou o cidadão poderão realizar sua denúncia de LGBTfobia e discriminação em razão de HIV/AIDS. Em 2021 foram recebidas pela ouvidoria 268 denúncias por discriminação razão da orientação sexual/ou identidade de gênero e 17 denúncias de discriminação contra pessoas vivendo com HIV/AIDS. A CPDS manifestou-se em 95 expedientes de denúncias de discriminação, sugerindo ao D. Gabinete os seguintes encaminhamentos: 1) instauração de processo administrativo, 2) mediação, 3) arquivamento. Foi registrada a instauração de 27 (vinte e sete) processos administrativos com base na Lei Estadual 10.948/01 e 01 (um) com base na Lei Estadual 11.199/02. A CPDS realizou 393 (trezentos e noventa e três) registros de: manifestações, despachos, certidões, memorandos, ofícios, instruções, indicações parlamentares, projetos de lei, emendas parlamentares, expedientes de denúncia e outros, processos administrativos. A CPDS participou, ainda, de 26 (vinte e seis) sessões de mediação, com resultado frutífero em 12 (doze) expedientes. O tema de diversidade sexual (gênero, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero) foi abordado pessoalmente e virtualmente para aproximadamente 6.593 (seis mil, quinhentos e noventa e três) pessoas, sendo do poder público 463 (quatrocentos e sessenta e três) e 6.130 (seis mil, cento e trinta) da sociedade civil. Ações e Palestras: 9ª Edição SP TRANSVISÃO – Semana da Visibilidade Trans: - Live Da Associação Da Parada Do Orgulho LGBT e lançamento da Cartilha “Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT” – 4ª edição, com a participação do Secretário de Justiça e Cidadania; Live com Diversidade Tucana em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans; Almoço solidário em parceria com a Associação da Parada do Orgulho LGBT e o Projeto Séforas – distribuição de 500 (quinhentas) marmiteiras e 2.500 (dois mil e quinhentos) copos de água em frente ao prédio da SJC; Live com Associação da Parada LGBT do litoral com o tema “Visibilidade Trans”; Live com a Comissão de Transexuais e Travestis da APOGLBT de Vinhedo. Lançamento da Cartilha “Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT” – 4ª edição com Secretário de Justiça e Cidadania. Visitas no Museu da Diversidade e no CRT/Ambulatório Trans com o Secretário de Justiça e Cidadania, Sra. Lia Ferreira Gomes (Secretária de Direitos Humanos do governo do Estado do Ceará) e Sra. Natália Herculano (primeira-dama de Fortaleza). Elaboração, análise e encaminhamento da minuta do anteprojeto de alteração da Lei nº 11.199/2002.

Coordenação de Políticas para a Mulher (CPMULHER): criada e organizada pelo Decreto nº 58.428, de 08 de outubro de 2012, tem por finalidade fomentar a implementação de políticas públicas que visem à equidade de gênero, a eliminação de qualquer forma de discriminação e de violência contra a mulher, assegurando-lhe a plenitude de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Os pilares de atuação da coordenação são: articulação com os demais órgãos, capacitação de servidores e colaboradores das redes e apoio às ações dos demais setores da Secretaria. No exercício de 2021 foram articuladas Políticas Públicas para as Mulheres com grupos de trabalho já existentes, e houve a formação de novos grupos. Segue descrição: Conselho da Condição Feminina: Criado em 1983, sendo composto por representante da Sociedade Civil e do Governo do Estado, apresenta reuniões mensais onde os integrantes versam sobre a elaboração de novas políticas públicas estaduais e acompanhamento das já existentes que combatam as discriminações de gênero. Projeto De Vida: parceria do Governo do Estado de São Paulo com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Secretaria da Saúde - implantação do modelo estadual do programa Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família, atualmente desenvolvido pelo Ministério Público de São Paulo. Com reuniões online mensais os parceiros discutem estratégias e ações que visam o enfrentamento à violência doméstica. Núcleo de Trabalho Região Taubaté: Com reuniões online mensais os integrantes discutem estratégias e ações que visam o enfrentamento à violência doméstica e o fortalecimento das redes locais e regionais de atendimento. Promove capacitações para os servidores públicos municipais da região. Núcleo de Trabalho Região Central: Formação do grupo de trabalho com representantes da Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria do Desenvolvimento e Econômico e Secretaria do Desenvolvimento Social da região central do estado. Com reuniões online mensais os integrantes discutem estratégias e ações que visam

o enfrentamento à violência doméstica e o fortalecimento das redes locais e regionais de atendimento. Comitê Intersecretarial de Defesa da Mulher: Formação do comitê previsto no decreto nº 58.428, de 08 de outubro de 2012, tendo as funções de articular providências tendo em vista o desenvolvimento de ações para o aprimoramento de políticas, programas, projetos e atividades pertinentes à promoção de igualdade de gêneros e ao enfrentamento da discriminação contra a mulher; elaborar e propor políticas públicas que valorizem o respeito e a isonomia entre os gêneros; promover o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o pleno exercício das atribuições da Coordenação de Políticas para a Mulher, em especial as de promoção da igualdade de gêneros; avaliar os resultados das ações desenvolvidas. Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo/ Pacto de Enfrentamento à Violência: Formação da Câmara Técnica prevista no decreto nº.54.295, de 04 de maio de 2009, tendo as funções de propor e elaborar metas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres; deliberar sobre a destinação dos recursos federais destinados à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; definir as microrregiões e municípios-pólo para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas propostas e da execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; formular seu regimento interno. Em 2021 houve a manutenção e o aperfeiçoamento de projetos de Políticas Públicas para as Mulheres, já existentes e a criação e desenvolvimento de novos projetos: Campanha Direitos Iguais: Lançamento da Campanha Direitos Iguais: Chega de Machismo, Chega de Preconceito, Chega de Feminicídio; Campanha permanente abarca temas variados ao longo do ano (como Dia da Mulher, Outubro Rosa, Dia Internacional de combate à violência contra a mulher, Dia da Mulher Negra e Caribenha, entre outras); Conscientizar e sensibilizar a população para o fim da desigualdade de direitos entre homens e mulheres, superando todos os tipos de discriminação no sentido de construir uma sociedade melhor e mais igualitária e combater a violência. Mapeamento das políticas estaduais para mulheres: Levantamento das ações, programas e políticas públicas estaduais relativas à defesa dos direitos das mulheres. Diagnóstico realizado em parceria com a Casa Civil (Subsecretaria dos ODS) e com grupos de pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da USP. Tem como objetivo apurar as falhas no sistema para desenvolver políticas e programas defesa dos direitos das mulheres que visa suprir as necessidades da mulher como um todo. Sinal Vermelho: Campanha contra a violência doméstica em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Associação dos Magistrados Brasileiros e setores da iniciativa privada. Termo de adesão assinado pelo Governador em 20/08/21, tem por objetivo criar um mecanismo de denúncia, onde através de um sinal marcado na mão, a mulher pode pedir ajuda caso esteja sofrendo algum tipo de violência. Outra meta da Campanha é estabelecer um protocolo para atendimento a essas mulheres. SOS Mulher: A Plataforma SOS Mulher traz vídeos educativos sobre temas como violência doméstica, relacionamento abusivo, empoderamento econômico, saúde mental e outros. O conteúdo é gravado por mulheres especialistas como delegadas, promotoras, juízas, médicas, psicólogas e economistas, que participam do projeto de forma voluntária. A curadoria dos vídeos é realizada em parceria com a iniciativa privada. A plataforma é também um canal de comunicação para divulgação das iniciativas do governo do Estado de São Paulo na defesa e promoção dos direitos das mulheres, no enfrentamento à violência entre outras. Ela disponibiliza informações sobre serviços de atendimento no Estado e link com instituições como Defensoria, Ministério Público, Segurança Pública e outras. O projeto pretende consolidar a plataforma SOS Mulher como referência estadual para consulta de conteúdos relativos a políticas públicas para mulheres. O objetivo da plataforma SOS Mulher é ser referência estadual para consulta de conteúdos relativos a políticas públicas para mulheres. A manutenção da plataforma SOS Mulher é realizada em parceria com a Prodesp, já os conteúdos são em parceria com vários órgãos do poder público. Projeto Justiça de Saia: Em articulação com o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - INDES. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações para o enfrentamento da violência contra a mulher e suas consequências, bem como o apoio à autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica, residentes no Estado de São Paulo. São previstas ações de capacitação de profissionais da rede de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica; atendimento especializado multidisciplinar para mulheres em situação de violência por meio dos CICs, das Casas da Mulher e do projeto “Justiceiras”; promoção da autonomia financeira das mulheres em situação de violência e implantação de grupos reflexivos de responsabilização e educação para homens autores de violência. Casa da Mulher em São Paulo: implementação do programa em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esse local denominado Casa da Mulher em São Paulo será uma casa de referência, que visa suprir as necessidades da mulher como um todo. O intuito do Governo do Estado é construir um local de fácil acesso, que irá proporcionar acolhimento, atendimento, políticas de prevenção na saúde da mulher: adolescente, adulta e idosa. Este espaço, tem como objetivos, aumentar a qualidade de vida da mulher em todos os aspectos físico, psicológico e socioeconômico. Encorajar e dar dignidade a essas mulheres trazendo programas especializados que tenham um olhar para as verdadeiras necessidades da mulher Paulista. Promover ações de

prevenção, qualificação profissional (em várias áreas) e qualificação para o exercício da cidadania e promoção da inclusão digital. Tem como premissa amparar mulheres em situação de vulnerabilidade a terem autonomia. Cartilha: lançamento da cartilha de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher que tem como objetivos a promoção dos direitos das mulheres, no enfrentamento à violência, diminuir a desigualdade de gênero, orientar as mulheres e os profissionais capazes de auxiliá-las a romper com o ciclo da violência e recorrer aos serviços públicos existentes. Projeto Maria da Penha Vai à Escola: Em articulação com a Secretaria da Educação e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) - Capacitar e sensibilizar orientadores educacionais, gestores de ensino, coordenadores e docentes com aulas presenciais ou síncronas à distância, com o foco educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher. A fim de orientar a população para o fim da desigualdade de direitos entre homens e mulheres, prevenir, combater e enfrentar a violência doméstica, foram realizados por essa coordenação os seguintes eventos e atividades: 03/05/2021: Palestra Os Desafios da Mulher no Século XXI. Participação de 145 alunos da ETEC Anna de Oliveira Ferraz no Contexto da Semana Paulo Freire; 10/06/2021: Bem Querer Mulher - Roda de conversa com às mulheres e meninas com o tema menstruação e saúde emocional, com entrega de caixas com absorventes e Kits de higiene pessoal com orientações de higiene íntima; 07/07/2021: Live Escola do Parlamento de Itapevi com o Tema Mulheres na Política e a importância de sua representatividade; 21/07/2021: Evento - Dia da Trabalhadora doméstica - os desafios durante a pandemia; 26/07/2021: Evento Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (evento realizado juntamente com a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena). 09/08/2021: Cerimônia de posse do Comitê Intersecretarial de Defesa da Mulher, em alusão ao aniversário de quinze anos da Lei Maria da Penha, no Auditório da Secretaria da Justiça e Cidadania. 20/08/2021: Live Uninove - Como enfrentar a violência doméstica (youtube); 25/08/2021: Oficina do Banco Mundial sobre Assédio Sexual no Transporte Público. Realização: Banco do Povo, SPTrans/ CPTM; 27/08/2021: Entrevista para a TV Tribuna (JT1) Sobre o programa Casa da Mulher em São Paulo; 23/09/2021: Live - Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, com o objetivo de debater a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças, com as participantes Dra. Dalila Figueiredo e Dra. Edna Martins. 29/09/2021: Entrevista para a TV Câmara de Campinas sobre o Câncer de Mama em Mulheres; 19/10/2021: Evento em alusão ao Dia Internacional de Combate ao Câncer de Mama Outubro em Rosas: Cuidados e Reflexões. Observação: Evento realizado juntamente com o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença.; 25/10/2021: Evento Políticas de Defesa da Mulher: um Código para São Paulo; 25/11/2021: Evento em alusão ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres São Paulo: pela eliminação da violência. **Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena (CPPNI):** tem por missão combater as discriminações raciais, étnicas e religiosas, o desenvolvimento de políticas públicas específicas deve resultar de sua atuação na elaboração, execução, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento de ações e programas e projetos com o objetivo de implementar políticas públicas que visem a efetiva promoção da igualdade de oportunidades em favor dos segmentos étnicos e religiosos considerados historicamente vulneráveis. Inspirada no Programa Estadual dos Direitos Humanos e na legislação correlata, a Coordenação atua para a garantia de direitos e o exercício pleno da cidadania e para o respeito à dignidade da pessoa humana, podendo estabelecer parceria com órgãos e entidades públicas do Estado e municípios, bem como organizações da sociedade civil. O Estado de São Paulo é o único ente da Federação que possui uma lei administrativa que dispõe sobre as penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos discriminatórios por motivo de raça ou cor, ocorridos em seu espaço territorial, pela aplicação da Lei Estadual nº 14.187 de 19 de julho de 2010 (atualizada pela Lei Estadual nº 16.762 de 11 de junho de 2018), por qualquer pessoa jurídica ou física, inclusive a que exerça função pública. Destacam-se entre as suas metas, ainda, o acompanhamento de programas para as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, a busca de promoção do diálogo inter-religioso e colaboração com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Ao desenvolver estas ações, além do órgão referido anteriormente, mantém vínculo com o Grupo Gestor de Quilombos, Centro de Equidade Racial, aproximadamente 100 (cem) Conselhos da Comunidade Negra e 80 (oitenta) organismos vinculados às Administrações Municipais voltados às questões raciais. Algumas das ações do CPPNI do exercício de 2021: “Comunidade Negra - Ações Afirmativas de Políticas Públicas - Curso Racismo Estrutural e Equidade Racial”, envolvendo a capacitação de mais de aproximadamente 300 (trezentas) pessoas; “Cerimônia de Evento 11º aniversário da Lei 14.187”, criada em 19 de julho de 2010. O evento presencial reuniu cerca de 100 (cem) pessoas entre representantes das coordenações de Promoção de Políticas de Igualdade Racial dos municípios de Sorocaba, Araraquara, Marília, Piracicaba, Osasco, Guarulhos, Itapevi, Taboão da Serra e Consórcio do ABC, composto pelas prefeituras de: São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra. Além de conselheiros do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), COSISP – Conselho da População Indígena, OAB, Entidades Sociais, lideranças comunitárias; “Realização do 1º Seminário Tereza de Benguela”, “A cidadania de Mulher Negra no

Estado de São Paulo”, em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, e Dia Nacional de Tereza Benguela; “Participação na homenagem ao Dia Internacional da Mulher e no lançamento da Campanha Direitos iguais – Chega de Machismo”, “Chega de Feminicídio”. “Políticas Públicas contra a Discriminação Racial” promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, “Lançamento da campanha de enfrentamento ao racismo”, fundamentada na Lei 14.187/10 – “São Paulo contra o racismo”, denominada “Racismo não é mimimi”, em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular; Projeto “Cidades Antirracistas” visando estabelecer Termo de Cooperação com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Secretaria de Justiça e Cidadania; Projeto “Trilhas Antirracistas” visando estabelecer Termo de Cooperação com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, para acompanhamento dos casos de discriminação racial no âmbito da educação bem como realização de cursos voltados à questão racial. “Desenvolvimento de ações em conjunto com Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP” para titulação de terras para quilombolas. “Desenvolvimento de ações em conjunto com o Instituto Florestal para Curso de Monitores para a proteção da floresta”. “Desenvolvimento de ações em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para o estabelecimento de preferências para a comunidade negra no Programa Bolsa Empreendedor”. Exposição “Olhos que emocionam” no hall da Secretaria de Justiça e Cidadania, em relação à Semana da Consciência Negra. “Desenvolvimento em conjunto com o Centro de Equidade Racial e Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Fórum SP AFRO BRASIL, no Memorial da América Latina, para aproximadamente 700 pessoas presenciais e acompanhamento pela plataforma youtube”. Desenvolvimento de cursos, palestras e participações junto à Comissões de Igualdade Racial da OAB SP; escolas e Diretorias Regionais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Conselhos da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, Câmaras Municipais, apresentando as ações afirmativas e a Lei 14.187/2010 – São Paulo Contra o Racismo”. “Participação no Curso Beleza Negra da FIESP/CIESP em conjunto com o Centro de Equidade Racial e Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. “Organização em conjunto com a 34ª Bienal de São Paulo”, com o apoio da Fundação Casa, com a transporte e participação de mais de 500 (quinhentos) alunos, professores e familiares das comunidades quilombolas e indígenas do Estado de São Paulo”. Comunidade Indígena e Quilombola - Ações Afirmativas de Políticas Públicas Semana do Indígena de 19 a 25 de abril de 2021 e Lançamento da “Campanha permanente Indígena Urbanos”, realização Prefeitura de Osasco, por meio da Secretaria Executiva de Políticas para Promoção de Igualdade Racial – Apoio CPPNI. “Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Cultural Indígena do Estado de São Paulo”, organizado pela Secretaria de Educação com participação de representantes do Conselho de Políticas para os Povos Indígenas; Programa de Educação do Comitê Inter-Aldeia; Aldeias do Estado de São Paulo; Fundação da População Indígena do Estado de São Paulo (FAPISP); Unicamp; Unesp; Unifesp; UFSCAR e; do Procurador da República, Dr. Steven Shuniti Zwicker. O curso é destinado aos professores indígenas que atuam nas escolas localizadas nas aldeias no Estado de São Paulo, com acompanhamento efetivo da Secretaria de Educação de São Paulo por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo. Composição do Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas (CIAI) com representação de 20 (vinte) secretarias. Composição do Grupo Gestor de Quilombos com representação de 13 (treze) secretarias, sendo 09 (nove) com indicações (Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Secretaria Casa Civil, Secretaria da Cultura e Economia Criativa, Secretaria da Educação, Secretaria da Habitação, Secretaria Infraestrutura e Meio Ambiente, além da Procuradoria Geral do Estado e Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra), Secretaria da Saúde, Coordenação Nacional de Quilombos, OAB e Comunidade de Quilombola de São Paulo. Bolsa de Proteção Ambiental, em estudo para implementação conjunta da Secretaria de Justiça e Cidadania e o Instituto Florestal, para atendimento de comunidades indígenas e quilombolas. Atendimento às diversas demandas da Aldeia Jaraguá em relação à presença de animais abandonados e reforma da unidade escolar local. Organização em conjunto com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP de cestas básicas para a comunidade quilombola e indígena do Estado. Organização em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde para a vacinação de membros das comunidades quilombolas e indígenas contra o Covid-19. **Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP):** instituído pelo Decreto Estadual 54.101/2009, com o nome de “Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, teve sua denominação alterada pelo Decreto Estadual nº 60.047/2014 para “Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, sendo subordinado ao Gabinete do Secretário da Justiça e Cidadania. Tem como objetivo estabelecer diretrizes para articular e integrar o poder público e sociedade civil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, conforme as normas nacionais e internacionais de direitos humanos, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, promover o encaminhamento dos casos para atendimento das demandas de assistencial integral às vítimas junto aos órgãos competentes, nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Articula diversas instituições para o enfrentamento desses ilícitos, dentre elas: Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia

Rodoviária Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público da União, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União, incluindo organizações da sociedade civil, importantes parcerias no acolhimento e atendimentos às vítimas. O NETP é muito importante no momento do pós-resgate e na assistência às vítimas, pois articula o encaminhamento para acolhimento, atendimentos psicossociais e de saúde, bem como eventuais retornos aos seus locais de origem. Coordena: a) Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEETP/SP); b) Comitês Regionais de Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba; c) Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP); d) Comitê Estadual para os Refugiados (CER/SP) no Estado de São Paulo. Ações do NETP no exercício de 2021: a) Aprovação do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo, fruto de intenso trabalho da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP), coordenada pela Secretaria da Justiça e Cidadania, pelo Governador, por meio do Decreto nº 65.528, de 17 de fevereiro de 2021; b) Secretariado das reuniões periódicas do CEETP/SP, COETRAE/SP e CER/SP; c) Reativação de 14 (quatorze) Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de São Paulo, localizados nos Municípios de Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba; d) Secretário da Justiça e o NETP integraram importante operação policial que resgatou jovens chinesas em uma casa de prostituição no bairro da Acimação que, segundo as investigações, elas eram mantidas reféns por uma quadrilha também do país asiático. Nos locais invadidos pela polícia, além das garotas, foram encontrados milhares de reais e armamento; e) Palestra "Rede de Enfrentamento e fluxograma", realizada em 04/03, na Sede da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo, com a presença de 20 (vinte) policiais rodoviários federais; f) Palestra "Recebimento de denúncias, diligências e forças-tarefa" no Webinar Trabalho em condições análogas a de escravo no âmbito doméstico e urbano: problemas práticos e formas de enfrentamento, promovido pela Escola Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – 545 (quinhentos e quarenta e cinco) visualizações (zoom e youtube), realizada em 10/03; g) Debate virtual "Ser humano não é mercadoria: diga não ao tráfico de pessoas", promovida pelo Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), com participação de representantes do MPT-15 e do COMTRA, realizada em 23/07, com 160 (cento e sessenta) pessoas. Em 2021, o NETP abriu 15 (quinze) Expedientes de denúncias de possíveis casos de tráfico de pessoas, envolvendo 49 (quarenta e nove) vítimas (das quais 05 eram adolescentes), nos municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, São Sebastião, São Bernardo do Campo e Bady Bassit, das seguintes nacionalidades: brasileira, paraguaia, boliviana, iraniana, chinesa, venezuelana, haitiana e colombiana.

Ação 5995 - Gestão do Fundo de Interesses Difusos: O Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, previsto na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, teve sua criação autorizada no âmbito do Estado de nº. 13.555, de 9 de junho de 2009. Inicialmente o Fundo, então denominado Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados integrava a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de São Paulo, tendo permanecido por sob aquela Gestão até junho de 2009, quando passou a vincular-se a esta Secretaria e denominar-se Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID. Objetivo: gerir os recursos destinados à reparação dos danos (ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado) devolvendo-os à população de São Paulo como ressarcimento. Podem ser financiados projetos relativos à: reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos interesses difusos ou coletivos, no Estado de São Paulo. Convênios assinados em 2021: Com o fim de promover a reparação de bens e de direitos relacionados ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado de São Paulo, o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID promoveu a assinatura de 2 (dois) novos convênios e 1 (um) termo de fomento, totalizando R\$ 2.721.564,43 (dois milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos) com recursos do FID, além dos valores oferecidos como contrapartida pelos proponentes, que foram: Prefeitura Municipal de Taubaté, Prefeitura Municipal de Emilianoópolis e a Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais. No exercício de 2021, foram concluídos e entregues 19 (dezenove) projetos em parceria com as Prefeituras Municipais de São Simão, Olímpia, Santa Gertrudes, Sabino, Nipoã, Ibirá, Pedranópolis, Meridiano, Novais, Cerquilha, São Miguel Arcanjo, Pereiras, Rifaina, Alto Alegre, Avanhandava, Nova Independência, e Faculdade de Botucatu, que somam o valor de R\$ 26.510.960,38 (vinte e seis milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e oito centavos).

Ação 6202 - Gestão e aprimoramento do Centro de Apoio à Vítima: O Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI) é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania, criado em julho de 1998 pelo Governo do Estado de São Paulo, e tem como missão ser referência para ações e políticas públicas que visam a superar os ciclos de violência e promover reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes violentos. O CRAVI oferece atendimento público e gratuito às vítimas de violência e conta com uma equipe interdisciplinar, formada por assistentes sociais e psicólogos, especializada em acolher, atender e, quando for o caso, encaminhar os usuários para a rede ou serviços pertinentes às suas demandas. Desde sua inauguração o CRAVI realizou 52.642 (cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois) atendimentos à população. O principal perfil do público atendido pelo CRAVI é formado por mulheres, vítimas diretas ou indiretas de violência. Ao todo se encontram em funcionamento 07 (sete) unidades do Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI: Araçatuba, Suzano, Barueri, Guarulhos, São Vicente, Santos, Sede (no Fórum Criminal da Barra Funda). Estão previstas a inauguração de mais 06 (seis) unidades: Feitico da Vila, Grajaú, Leste, Jova Rural, Pindamonhangaba e Caieiras. A soma dos números de atendimentos de todas as unidades no período entre Janeiro e Dezembro de 2021 é de 7.421 (sete mil, quatrocentos e vinte e um) atendimentos – maior número de atendimentos já registrados na história do programa. Para a realização do atendimento jurídico, o CRAVI conta com parceria estabelecida com o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Além destas parcerias, o CRAVI conta com um convênio firmado com a Pontifícia Universidade Católica para realização de pesquisas e atendimentos realizados pelo Centro. A parceria estabelecida com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é responsável pelo atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica cujos autores são submetidos à audiência de custódia, no fórum criminal da barra funda. Os boletins de ocorrência de violência doméstica são encaminhados, juntamente com a sentença do Juiz, pelo cartório diretamente ao CRAVI, possibilitando a equipe entrar em contato telefônico com a vítima, avaliando sua situação emocional, informando a vítima quanto a situação do autor, além de oferecer atendimento e orientação. Eventos e Capacitações: Realiza mensalmente capacitações sobre temas pertinentes à cidadania e aos direitos humanos. No entanto, diante dos novos protocolos de saúde estipulados na quarentena, tais eventos foram apresentados por meio de lives, realizadas ao longo do ano de 2021. Foram realizados ao todo 51 (cinquenta e uma) ações de cidadania (eventos, lives e palestras) que capacitaram 1.706 (mil, setecentos e seis) pessoas. Pandemia da COVID-19: Com o surgimento da pandemia do COVID-19 em 2020, o CRAVI estabeleceu um protocolo de ação a fim de garantir a continuidade dos atendimentos oferecidos às vítimas diretas e indiretas de violência, vem como objetivando manter o fluxo de encaminhamentos de novos casos- principalmente de violência doméstica, considerando o significativo aumento decorrente de isolamento social. Em 2021, ainda com o preocupante cenário pandêmico, o CRAVI permaneceu realizando triagens, acolhimentos e atendimentos online, garantindo o direito das vítimas de violência. Tendo alcançado o maior número de atendimentos/ano, desde o início das atividades do programa.

Ação 6204 - Proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte: O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo (PPCAAM/SP) é um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 (vinte e um) anos. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade. Público-alvo: Crianças com até 12 (doze) anos incompletos; Adolescentes com idade até 18 (dezoito) anos; Jovens de até 21 (vinte e um) anos, se egressos do sistema socioeducativo. Atendimento/ Serviços: A inclusão no programa é realizada por equipe técnica executora, após o encaminhamento do caso por um dos seguintes órgãos (Porta de Entrada): Conselho Tutelar, autoridade judiciária competente, Defensoria Pública e Ministério Público (Decreto Estadual nº 58.238, de 20 de julho de 2012). A duração do programa é de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogada em situações excepcionais, e depende da voluntariedade do ameaçado e de anuência dos representantes legais ou da autoridade judiciária competente, quando for o caso. Após a inclusão no programa, o protegido e seus familiares serão acompanhados pela equipe técnica que dará todo o suporte necessário para a adaptação ao novo local de proteção, devendo, em contrapartida respeitar e seguir determinadas regras, sob pena de desligamento. Requisitos para ingresso no Programa: Ser criança (até 12 anos incompletos), adolescente (de 12 anos a 18 anos incompletos) ou ter até 21 (vinte e um) anos, neste último caso desde que egresso do sistema socioeducativo; Não ser possível ou não ser indicada outra medida de menor impacto na vida da criança ou adolescente e a impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça por outros meios convencionais; Voluntariedade do ameaçado; Anuência dos representantes legais do ameaçado ou, na ausência, impossibilidade ou incompatibilidade da anuência, o suprimento pela autoridade judicial competente; Não se encontrar o menor em cumprimento de medida socioeducativa de privação de (internação ou semiliberdade, previstos nos artigos 120 e 121 do ECA); Aceitar as regras impostas para a inclusão do programa.

Número de solicitações: Foram realizadas 92 (noventa e duas) solicitações para avaliação do Programa (dado refere-se de janeiro até 31 de dezembro de 2021). Atendimentos: Durante o ano de 2021, o PPCAAM/SP atendeu em média mensalmente 74 (setenta e quatro) casos (crianças, adolescente, jovens, adultos e familiares) no tange à proteção. Sobre os recursos financeiros, foram dispendidos durante o exercício de 2021, o montante de R\$ 2.945.164,36 (dois milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 1.675.811,33 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e onze reais e trinta e três centavos), de responsabilidade do Estado de São Paulo e, R\$ 1.269.353,03 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e três centavos) de responsabilidade do Governo Federal.

Ação 6198 - Proteção à Vítima e à Testemunha Ameaçada - O Programa Estadual de Proteção à Vítima e à Testemunha Ameaçada (PROVITA/SP), instituído legalmente pelo Decreto do Estado de São Paulo nº 44.214/1999, que regulamentou a Lei Federal nº 9.807/1999, tem como base a garantia dos direitos humanos e a produção de prova no processo ou procedimento criminal com objetivo de combater a impunidade existente em nosso país. Desde sua criação já logrou a proteção de mais de 2.300 (duas mil e trezentas) pessoas, não havendo registro de protegido que sofreu atentado ou teve a vida ceifada enquanto em proteção. A legislação que criou o programa prevê que ele será executado por meio de convênio entre o Governo Federal e o Governo Estadual através das Secretarias de Segurança e da Justiça, que por sua vez, através de termo de colaboração, escolhe uma organização não governamental para a execução do programa. A execução do programa cabe à Entidade Operacional (ou Órgão Executor), a quem cabe a operacionalização do Programa, atua por meio de uma equipe técnica interdisciplinar especializada, composta por psicólogos, advogados, assistentes sociais e assistentes operacionais. Metas para o ano de 2021, conforme Plano de Trabalho:

- a) O objetivo é o de garantir proteção das vítimas, testemunhas, réu colaboradores e informantes coagidos ou expostos à grave ameaça em razão de colaborarem com o inquérito policial ou com o processo criminal;
- b) Atendimento previsto para o ano de 2021 foi de 110 (cento e dez) pessoas, dentre vítimas, testemunhas, réu colaboradores e informantes coagidos ou expostos à grave ameaça, bem como aos seus familiares, com realização de entrevistas iniciais, acolhimento, atendimento na rede de proteção. No ano de 2021 o programa atendeu 100 (cem) pessoas dentre vítimas, testemunhas, réu colaboradores e informantes coagidos ou expostos à grave ameaça e seus familiares;
- c) Para o atendimento dessas pessoas, o Estado de São Paulo repassou para o programa o valor total de R\$ 5.166.557,25 (cinco milhões, cento e sessenta e reais mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos);
- d) a diminuição no atendimento e custo dos protegidos se deu frente a pandemia do COVID- 19 que diminuiu o número de pedidos de proteção, bem como impediu diligências presenciais da equipe e protegidos;
- e) Todos os pedidos foram acompanhados pela Secretaria Executiva do PROVITA/SP, e a inclusão no programa se deu por decisão do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Estado de São Paulo – CONDEL/SP, bem como após o acolhimento os custos e demais despesas são deliberados pelo CONDEL que é sempre consultado a respeitadas medidas de proteção aplicadas para cada protegido;
- f) O programa garante a apresentação dos protegidos em seus diversos procedimentos jurídicos. Realização de encontros familiares. Tratamento de saúde. Incentivo a reinserção cidadã, facilitando e incentivando realização de cursos de qualificação ou requalificação profissional;
- g) o programa mantém constante a ampliação e capacitação da rede voluntária de proteção;
- h) Articulação com instituições estaduais e entidades buscando ampliar a rede de parceiros, que realizam o atendimento seguro do protegido em diferentes atendimentos – saúde, odontologia, psiquiatria, entre outros;
- i) Capacitação e treinamento continuado da equipe. Este ano além de capacitações internas, pudemos, sob coordenação da Polícia Militar – Corregedoria e do Ministério Público Federal realizar treinamento na área da segurança, buscando aprimorar o atendimento e as ações do programa e utilização de rede segura de internet;
- j) Também foi realizado treinamento pela Secretaria de Saúde da equipe com vistas a capacitá-la no atendimento durante o período de pandemia;
- k) Fortalecimento do PROVITA/SP e Sistema Nacional de Proteção por meio de intercâmbio, articulação, estudos e sistematização escrita da prática;
- l) Estudos internos de diferentes temas relativos ao trabalho, a sua dinâmica, procurando o aprimoramento das atividades;
- m) Fortalecimento das relações com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Defensoria Pública da União e MPSP, mediante cursos a respeito do PROVITA/SP para Magistrados e servidores;
- n) Fortalecimento das relações com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mediante grupo de trabalho com vistas a criar protocolo que regulamente o fluxo e normas de serviço referentes ao programa;
- o) Fortalecimento das relações com a Justiça Federal, mediante curso de capacitação o Tribunal de Justiça – cursos sobre o PROVITA/SP para Magistrados e servidores. Valor total previsto para o ano de 2021 foi de R\$ 5.166.557,25, (cinco milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos), sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) proveniente da Secretaria de Segurança Pública, R\$ 2.964.557,25 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos) provenientes da Secretaria de Justiça e Cidadania e R\$ 1.202.000,00 (um milhão duzentos e dois mil reais) provenientes

da União. Projetos relacionados a Proteção: a) Protocolo de segurança: estabelecimento de protocolos de segurança institucionalizados, com o fito de melhorar a proteção dos usuários do programa; b) Projeto “local provisório” implantação de equipamento para inicial acolhimento de vítimas e testemunhas em situações urgentes ou de risco acentuado, seja pelo programa seja com a criação de um programa específico que atenderia todos os programas de proteção; c) Projeto Troca de Nome: construção de um protocolo de atuação institucionalizado para troca de nome de testemunhas e vítimas, acentuando sua proteção e facilitando sua reinserção; d) Projeto RG provisório com dados alterados para protegido e membros da equipe; e) Projeto regulamentação da emissão de RG’s com digitais cadastradas com vistas a garantir o sigilo de dados do protegido; f) Projeto Atendimento a casos de Violência doméstica com vistas a interlocução com o Judiciário e Ministério Público no atendimento de casos que não se enquadram nas regras do programa; h) Projeto Aposentadoria Segura de protegido com nome alterado evitando a supressão de direitos do protegido. Melhoria na reinserção social: a) Educação: Protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos na rede de ensino, em especial a educação universitária: normativa e parceiros estratégicos; b) Moradia: Protocolo de atuação para adequado acesso dos protegidos a programas habitacionais; c) Reinserção laboral: Protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos no mercado de trabalho; d) Saúde: Protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos na rede de saúde

4151 - Gestão e aprimoramento dos Centros de Integração da Cidadania - O Centro de Integração da Cidadania (CIC) é um Programa vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, nos termos do Decreto Estadual 46.000/2010, que tem como objetivo a integração de diversos serviços e atividades para a população em um único espaço. Isso se dá por meio de parcerias com diversos entes do 1º e 3º Setor, tais como: Defensoria Pública Estadual e Federal, Fundação PROCON, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde, Secretaria da Administração Penitenciária, Fundo Social, Prefeituras Municipais, Tribunal de Justiça, Centro Paula Souza, dentre outros. Atualmente o CIC conta com 18 Unidades que estão instaladas em regiões de alta vulnerabilidade social. O Programa CIC realizou de janeiro a dezembro de 2021, o total de **973.580** (novecentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta) atendimentos. O ano de 2021 foi também atípico em decorrência do contexto do Covid-19 que transformou todo o cenário social e econômico mundial. Mas também foi o início do processo de vacinação que foi se intensificando durante o decorrer do ano. Consequentemente, os índices de contágio e óbitos decorrentes da pandemia foram se reduzindo. E nesse cenário, as Unidades CIC foram retomando gradativamente, a partir do 2º trimestre, os atendimentos presenciais por meio de seus serviços e atividades. Ainda no começo do 1º trimestre, no auge da pandemia, as Unidades CIC suspenderam temporariamente os atendimentos presenciais, exceto os serviços essenciais como o Centro de Referência da Assistência Social e emissão de RG. Contudo, apesar de portas fechadas, permaneceram os atendimentos de serviços e orientações como auxílio emergencial, mais de 10.000 (dez mil) encaminhamentos para vagas de emprego por meio de telefones, whatsapp, APP/CIC e Facebook. No ano de 2021, foram distribuídos mais de 105.000 (cento e cinco mil) itens como cestas básicas, kit higiene, produtos de limpeza, máscaras e roupas. As entregas dos itens estavam vinculadas às ações de empregabilidade e educação em direitos. Foi criado o Selo Amigo da Cidadania, que tem como objetivo fomentar ações junto à iniciativa privada a melhoria e modernização dos CICs. Foram abertas inscrições para o teste de DNA em todos os CICs. Foram ainda realizadas: a capacitação de mulheres vítimas de violência e empregabilidade junto à COMESP - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo e ao Projeto as Justiceiras; a implantação de hortas comunitárias nos CICs, em parceria com o Itesp; o curso de elaboração de projetos sociais e a inscrição em editais do Proac junto à Secretaria da Cultura; a elaboração de materiais online para refugiados em crises humanitárias e sanitárias, em parceria com o Memorial da América Latina; Lives onde foram abordados os seguintes temas: “Cotas Raciais: Lapidação de Talentos”, “INSS - Orientações sobre Previdência Social”; “combate à exploração e abuso sexual”; “regularização migratória”; “mercado de trabalho”; “o uso abusivo do álcool no período da pandemia e o trabalho da Justiça Terapêutica”; “Adoção de crianças”, “orientações jurídicas”, “a pandemia e o papel da psicologia”, “orientações do INSS”, “Formação e Empoderamento para a Defesa dos Direitos das Mulheres”, “Construção da Identidade Negra no Brasil”; Rodas de Conversas tratando dos seguintes temas: “Preconceito e inclusão Social”, “Relações Sociais e Culturais”, “Tendências do Empreendedorismo”, “Processo de Naturalização”, “juventude na periferia”, “igualdade de gênero”, “prevenção de câncer”, “prevenção ao suicídio”, “violência contra a mulher”, “alimentação saudável” e “Lei Maria da Penha”; a celebração do dia das mães com doações de cestas e kit higiene em todos os CICs; a parceria com a Ong Gerando Falcões para implementação do projeto Recomeçar para ressocialização de egressos nos CICs; a capacitação sobre Patrulha Maria da Penha que cuida do monitoramento de mulheres vítimas de violência doméstica junto à ação “matar e combater a fome”; tratativas com o Instituto Rede Mulher Empreendedora - IRME, por meio de curso para mulheres empreendedoras em todos os CICs; a parceria com o Fundo Social para prestação de serviços dos CICs nas Praças da Cidadania; a parceria com o Instituto Justiça para realização de

atendimentos jurídicos nas áreas trabalhista e previdência nos CICs Leste, Feitico da Vila e Oeste; a viabilização da semana de cidadania no CIC do Imigrante, em alusão ao Dia Mundial do Refugiado em parceria com o ACNUR; a ação comemorativa do Dia Mundial Contra Violência da Pessoa Idosa e do Dia do Orgulho Gay no CIC Leste; a capacitação de 100 (cem) mulheres no Projeto Ela Pode; a participação da Campanha Pobreza Menstrual; a oficina de Conscientização sobre a Importância da Vacinação em parceria com a UBS do Parque Santo Antônio no CIC Sul; a implantação nos CICs do Projeto Justiceiras, idealizado pela promotora de Justiça de São Paulo Gabriela Manssur, fundadora do Instituto Justiça de Saia; a abertura de inscrição para o projeto Nós Junto Delas – Formação e Empoderamento para a Defesa dos Direitos das Mulheres, em parceria com a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ-SP); o início dos cursos do Fundo Social (moda, beleza, pedreiro, confeitaria) nos CICs; o evento em alusão ao Dia de Combate ao Feminicídio na Estação de Metrô do Jabaquara; os serviços de renovação do protocolo de Refugiado via portal SISCONARE, com voluntários da Caritas no CIC do Imigrante; a capacitação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo - COMESP, com mais de 120 (cento e vinte) mulheres inscritas; o processo seletivo para Jovens Aprendizes Transgêneros no CIC Oeste; o curso agente Maria da Penha no CIC Ferraz de Vasconcelos para atuarem no CAM - Centro de Auxílio à Mulher no CIC ; a assinatura do Acordo de Cooperação para a disponibilização de aprendizes para atuação na Secretaria da Justiça e Cidadania e nas unidades CIC; a implantação do totem do Poupatempo em 17 (dezessete) unidades CIC; a qualificação para o mercado de trabalho pelo projeto Capacita-me; a parceria com Bem Querer Mulher/ESSA/EMTU para o projeto Mulheres em Expansão; a parceria com o Rotary de Jundiaí para projeto de capacitação de mulheres em situação de violência; a disponibilização de exames de mamografia e papanicolau para mulheres em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Hospital de Amor; a campanha de doação de sangue com 100 (cem) doadores no CIC Grajaú; a campanha de castração, vacinação, chips de cães e gato nos CICs Leste e Sul; a implantação do Projeto Renova no CIC Casa da Cidadania; a pré-conferência da Assistência Social em parceria com o CRAS Novo Tempo no CIC Campinas; o curso de EJA para imigrantes/refugiados no CIC do Imigrante em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Migrações e o SESI. Destacaram-se a realização do casamento comunitário no Centro de Tradições Nordestinas, envolvendo 60 (sessenta) casais; a inauguração da 18ª Unidade CIC de Juquiá; o início do atendimento do CRAVI nos Postos; a inauguração do CAM – Centro de Auxílio à mulher no CIC Leste, CIC Norte e CIC Ferraz de Vasconcelos; a inauguração do CEJUSC no CIC Grajaú e finalização de implantação no CIC Pirapora do Bom Jesus; a inauguração do anexo do CIC Pirapora do Bom Jesus na sede da Associação Comercial, Industrial e de Turismo de Pirapora do Bom Jesus; a assinatura do convênio da ARPEN para modernização do sistema de emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito nos CICs; o início dos atendimentos do CIC na Praça da Cidadania de Paraisópolis; o lançamento do APP /CIC para agendamento de atendimento aos serviços e cursos nas Unidades CIC; a proposta de realização de Curso de Mediação para capacitação de mediadores idosos nos CICs; a formalização do acordo de Cooperação com o Instituto Crescer que tem por objeto estabelecer diretrizes sobre as ações de divulgação e empregabilidade do Projeto Geração Crescer. Com relação aos projetos e ações externas, com atividades de documentação, de beleza, saúde, shows e brincadeiras para crianças, destacaram-se as Ações periódicas nos SIATs – II - Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, em parceria com diversas entidades e associações, atendendo mais de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas em situação de rua; o Sabadania nos CIC Cajamar, Sul e Ferraz de Vasconcelos; a Ação Cidadania Agosto Lilás com atendimentos a 365 (trezentos e sessenta e cinco) mulheres que sofreram violência; o Cidadania em Movimento em Barretos com 6.234 (seis mil, duzentos e trinta e quatro) atendimentos diretos; o Cidadania em Movimento de Embu Guaçu com 8.266 (oito mil, duzentos e sessenta e seis) atendimentos; a Ação no Centro São Martinho para 800 (oitocentas) pessoas em situação de rua em parceria com o Padre Júlio Lancellotti; a ação Você Pode, com mutirão de documentação e doação de cestas básicas no CIC Grajaú; o Cidadania em Movimento no CEU Caminho do Mar; a participação do CIC no Projeto Retoma SP nos municípios de Santos e Registro; o evento sobre consciência negra e sobre o Novembro Azul no metrô Jabaquara; a ação “Brincando na Praça” no CIC Guarulhos; a criação do Grupo de Trabalho Catavento de combate ao trabalho infantil no CIC Oeste; a ação Junto por Todos para moradores em situação de rua no Pátio do Colégio em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Foram também realizados ações de mutirões como, o mutirão de empregabilidade nos CIC Oeste, Sul São Vicente e Grajaú; o mutirão da boa visão no CIC Leste e Jundiaí; o mutirão de documentação nos CIC Campinas; o mutirão da boa visão no CIC Francisco Morato; o mutirão de entrega de DIE e exame de Papanicolau no CIC Oeste; o mutirão do Sebrae para acerto dos Micro Empreendedores Individual no CIC Pirapora do Bom Jesus; o mutirão do CATe móvel no CIC Sul. Foram realizadas diversas ações comemorativas ao dia da Consciência Negra e Novembro Azul como, as Lives “ Construção da Identidade Negra no Brasil: avanços e desafios” em parceria com o CRAS; Live “Violência contra a População Negra” no metrô Jabaquara; a exposição de quadros com o tema “Mulheres Negras” no CIC Guarulhos; o curso de capacitação profissional para mulheres no CIC Oeste, em parceria com o Instituto Sorridents.

Ação 1430 - Construção, ampliação e reforma de fóruns: Garantir o acesso à justiça requer instalações adequadas, além de conforto e segurança. As obras acompanhadas pelo **Grupo de Planejamento e Fiscalização de Obras e Serviços (GPFOS)** têm como objetivo garantir o conforto ambiental das edificações forenses, promovendo ainda um espaço totalmente acessível à população que necessita dos serviços prestados pelos judiciários locais. Não houve obras forenses concluídas em 2021. Obras em Andamento: Construção (01): Caraguatatuba; Acessibilidade (13) Grupo 04 (Cerqueira Cesar, Fartura, Miracatu e Laranjal Paulista), Grupo 05 (Garça, Pirajuí e Barra Bonita), Grupo 06 (Caconde, Espírito Santo do Pinhal, Sta. Rita do Passa Quatro, Mogi Guaçu e São Simão), Carapicuíba (Emenda Parlamentar); Acesso Viário (01): Mirandópolis; Reforma e Ampliação (01): Indaiatuba (Emenda Parlamentar); Reforma (01): Taboão da Serra. Obras Paralisadas: Construção: (02): Boituva (previsão de retomada em 2022) e Francisco Morato (sem previsão);

Obras Diretas				
Comarca	Tipo	Valor Total do Contrato	Valor total <u>medido</u> em 2021	
Caraguatatuba	Construção	R\$ 14.724.424,26	Medição + Reajuste	R\$ 4.127.628,26
Cerqueira Cesar, Fartura, Miracatu, Laranjal Paulista - Grupo 04	Acessibilidade	R\$ 1.268.951,68	Medição + Reajuste	R\$ 1.267.697,90
Garça, Pirajuí e Barra Bonita - Grupo 05	Acessibilidade	R\$ 1.079.007,22	Medição + Reajuste	R\$ 930.616,75
Caconde, Espírito Santo do Pinhal, Sta. Rita do Passa Quatro, Mogi Guaçu e São Simão - Grupo 6	Acessibilidade	R\$ 1.886.554,19	Medição + Reajuste	R\$ 1.815.416,31
TOTAL				R\$ 8.141.359,22

Obras via EMENDA PARLAMENTAR				
Comarca	Tipo	Valor Total do Contrato	Valor total <u>medido</u> em 2021	
Carapicuíba	Acessibilidade	R\$ 254.936,44	Medição	R\$ 245.086,99
Taboão da Serra	Reforma	R\$ 179.982,10	Medição	R\$ 131.624,88
Indaiatuba	Ampliação e Reforma	R\$ 1.094.573,90	Medição	R\$ 341.942,07
TOTAL				R\$ 718.653,94

Ação 5616 - Pagamento de Indenizações a Ex-Presos Políticos: A Lei Estadual nº 10.726/01 prevê a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo. Os pedidos de indenização são julgados pela Comissão Especial de Ex-presos Políticos, vinculada à CGAPDC. Em 2021, a CGAPDC realizou o acompanhamento dos casos em tramitação no governo que aguardam pagamento.

Ação 1930 - Financiamento Projeto Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema: O **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (FUNDESPAR)** é voltado para o apoio aos municípios que formam a 10ª Região Administrativa (formada por 53 municípios), cujos objetivos são financiar e investir em programas e projetos de interesse da área, apropriar tecnologia com vistas à modernização das atividades produtivas da área, contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais; acompanhar e controlar a execução dos programas e projetos financiados pelo Fundo, participar das atividades de planejamento regional do Pontal do Paranapanema e contribuir com recursos técnicos e financeiros para a regularização fundiária da região. Atualmente são 30 (trinta) projetos aprovados, sendo 17 (dezesete) com a Fundação ITESP como proponente e 13 (treze) com municípios que possuem assentamentos em seus territórios como proponentes. Os recursos são utilizados em reformas, compra de insumos, equipamentos, maquinários, veículos, entre outros nos assentamentos da região. Em 2021, o FUNDESPAR fechou um novo convênio com a Fundação ITESP, no valor de R\$ 75.063,67 (setenta e cinco mil, sessenta e três reais e sessenta e sete centavos). Neste mesmo ano, o convênio com a Prefeitura de Presidente Venceslau foi encerrado após cumprimento total do objeto; Face à pandemia, o fechamento de outros cinco novos convênios, cujos projetos já estavam aprovados pelo Conselho de Orientação, ficou prejudicado, considerando as dificuldades de os proponentes encaminharem os documentos necessários, pois as repartições municipais e estaduais estavam em regime excepcional de funcionamento (01 com o ITESP e 04 com os municípios de Marabá Paulista, Piquerobi, Sandovalina e Tupi Paulista). A administração financeira é exercida pela DESENVOLVE-SP.

Ação 6274 - Perícias Judiciais: Foi suportado pela Pasta uma despesa no valor total de R\$ 8.191.780,01 (oito milhões, cento e noventa e um mil, setecentos e oitenta reais e um centavo), destinados para um total de 7.488 (sete mil, quatrocentos e oitenta e oito) peritos, que finalizaram a contento 18.809 (dezoito mil, oitocentos e nove) processos periciais.

Ação 8324 - Proteção e Defesa dos Direitos Humanos A Secretaria da Justiça e Cidadania, possui um canal de DENÚNCIA virtual, gerenciado pela Ouvidoria da Pasta, onde o cidadão pode realizar sua denúncia de LGBTfobia, discriminação em razão de HIV/AIDS, discriminação por motivos étnico-raciais ou religiosos, respectivamente no âmbito das Leis Estaduais 10.948/2001, 11.199/2002, 14.187/2010 e 17.157/2019. Total de Sessões de Mediação realizadas na Secretaria da Justiça e Cidadania (avaliação do período de 01/01/2021 a 31/12/2021): 43 (quarenta e três); Resultado: Frutíferas: 17 (dezessete), Infrutíferas: 05 (cinco), Prejudicada: 09 (nove), Redesignada: 11 (onze) e Suspensa: 01 (uma). Total de Denúncias de Discriminação (período de 01/01/2021 a 31/12/2021): 650 (seiscentos e cinquenta). Étnico-racial: 155 (cento e cinquenta e cinco); Intolerância Religiosa: 210 (duzentas e dez); Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero: 268 (duzentas e sessenta e oito); HIV/AIDS: 17 (dezessete). Comissão Especial - Discriminação em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero (Lei estadual nº 10.948/2001): Processos instaurados em 2021: 25 (vinte e cinco); Em andamento: 77 (setenta e sete); Em Fase Recursal: 08 (oito); Decisões em 2021: Improcedente: 09 (nove), estando 02 (dois) na fase recursal; Procedente: 18 (dezoito), sendo 09 (nove) condenações à pena de advertência, dentre as quais 03 (três) estão aguardando a fase recursal e 08 (oito) à pena de multa de 1.000 (mil) UFESP's, estando 04 (quatro) na fase recursal e 01 (um) à pena de multa de 5.000 (cinco mil) UFESP's, em fase de recurso. Comissão Especial - Discriminação aos Portadores do Vírus HIV ou às Pessoas com AIDS (Lei estadual nº 11.199/2002): Processos instaurados em 2021: 02 (dois); Em andamento: 01 (um); Em Fase Recursal: 0 (zero); Decisões em 2021: Improcedentes: 01 (um); Procedentes: 0 (zero). Comissão Especial - Discriminação Racial (Lei estadual nº 14.187/2010): Processos instaurados em 2021: 20 (vinte); Em andamento: 83 (oitenta e três); Fase Recursal: 03 (três), extinto por Litispendência: 0 (zero), Arquivamento por morte: 0 (zero), Encerrados: 20 (vinte); Decisões em 2021: Improcedente: 01 (uma); Procedente: 19 (dezenove), sendo nenhuma por advertência, 10 (dez) à pena de multa de 500 (quinhentas) UFESP's, 05 (cinco) à pena de multa de 1.000 (mil) UFESP's e 01 (uma) à pena de multa de 3.000 (três mil) UFESP's. Comissão Especial - Discriminação Religiosa (Leis nº 17.157/2019 e nº 17.346/2021) Processos instaurados em 2021: 02 (dois). Comissão Especial - Vacinação contra a Covid-19, criada pelo Decreto estadual nº 65.725/2021, que regulamentou a Lei estadual nº 17.320/2021, para apurar o não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no plano nacional e/ou estadual de imunização contra a Covid-19, e a aplicação das penalidades previstas no mencionado diploma legal. Denúncias anteriores à Lei estadual nº 17.320/2021: 111 (cento e onze), Denúncias posteriores à Lei estadual nº 17.320/2021: 127 (cento e vinte e sete), Processos instaurados em 2021: 33 (trinta e três), Decisões: Até o presente momento, sem decisões proferidas. Observação: dos processos instaurados, 04 (quatro) deles apresentam mais de um denunciado. Confecção dos Relatórios Semestrais de atividades e consolidação de informações e relatórios das Ouvidorias dos Órgãos vinculados, dando cumprimento ao disposto no parágrafo único, do artigo 9º, da Lei nº 10.294/1999, e Decreto nº 60.399/ 2014, combinado com o Decreto nº 61.175/2015. O relatório final é submetido ao parecer do Secretário da Justiça e Cidadania e enviado ao Secretário de Governo. Participação no desenvolvimento dos Projetos: Projetos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, referente à Lei estadual nº 14.187/2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial. Atividade desempenhada, esclarecimentos sobre: Operacionalização do sistema de denúncias do Governo do Estado de São Paulo / Atribuições da Ouvidoria; Projetos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, referente à Lei estadual nº 10.948/2001, que pune administrativamente casos de LGBTfobia. Atividade desempenhada: Esclarecimentos sobre operacionalização do sistema de denúncias do Governo do Estado de São Paulo / Atribuições da Ouvidoria. Reunião com o Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial de Minas Gerais, com o fito de demonstrar como funciona o Sistema de denúncias, via Ouvidoria/Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Manifestação/Análise do Autógrafo nº 33.095, atinente ao Projeto de Lei nº 372 de 2021, que altera a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Ação 8325 - Emissão de certificados e pareceres que atestam a execução de atividades em direitos humanos. Criado pelo Decreto Estadual 57.234/2011, sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania, tem a função de garantir a transparência e o reconhecimento público a entidades de defesa dos direitos humanos. Em 2021 emitidos 46 (quarenta e seis) Cadastros de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP. O **Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos (CEDHESP)** é um benefício legal que visa a estimular e

fomentar as entidades que se dedicam à promoção dos Direitos Humanos. Com a concessão do Certificado, a entidade terá isenção de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD sobre doações. Ao receber um imóvel por doação, se apresentar o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos, não precisará recolher o imposto que incide sobre a doação de imóveis, que atualmente é de 4% sobre o valor do imóvel doado. Em 2021 foram emitidos 34 (trinta e quatro) certificados. No âmbito da Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania- CGAPDC, por meio do Setor Justiça, são desenvolvidas as seguintes atividades: Utilidade Pública - A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado por meio da Lei nº. 2.574/80. Em 2021, foram emitidas 1.446 (mil, quatrocentos e quarenta e seis) certidões de Declaração Pública Estadual. Juiz de Casamento - Apesar de a SJC não ser mais a responsável pelo cadastro de juiz de casamento ainda são recebidos *e-mails* com solicitações de informações desse serviço e, que são respondidas pelo e-mail setorjustica@sp.gov.br.

Ação 2584 - Implantação de equipamentos e serviços para ampliação do acesso à justiça: Em razão da pandemia e seus efeitos, e a consequente priorização de recursos de órgãos parceiros para mitigá-los, não foi possível dar prosseguimento para as tratativas para a regionalização dos Centros de Integração da Cidadania. A falta de dotação orçamentária e de diretrizes nacionais prejudicaram a implantação de nova modalidade de acolhimento do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM. Por outro lado, foi possível a implantação de novas unidades do Centro de Referência e Apoio à Víctima- CRAVI em Suzano, Barueri, Araçatuba, São Vicente e Santos.

Programa 2990- Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares

Objetivo: Atender as Demandas dos Parlamentares no tocante às emendas aprovadas e realizar a gestão dos recursos alocados na Lei Orçamentária

Ação 2272- Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares. Em 2021 foram celebradas 22 (vinte e duas) parcerias, sendo 06 (seis) convênios com o 1º setor e 16 (dezesesseis) fomentos com entidades do 3º setor, totalizando R\$ 3.402.716,92 (três milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e dezesseis reais e noventa e dois centavos).

17055 – Instituto De Medicina Social Criminologia Do Estado De São Paulo - IMESC

Programa 1714 - Perícia judicial na área de medicina legal e de investigação de vínculo genético

Objetivo: Realizar perícias de Medicina Legal (clínicas e psiquiátricas) e de Investigação de Vínculo Genético (exame de DNA) para autoridades competentes do Estado de São Paulo, produzindo e difundindo conhecimento na sua área de atuação.

Ação 5641 - Perícias na área de medicina legal: Laudo pericial de Medicina Legal; Quantidade de laudos expedidos de perícias de medicina legal ao ano: 26.350 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta); Quantidade de perícias realizadas em interdição e domiciliar ao ano: 5.000 (cinco mil) perícias realizadas. Percentual de comparecimentos nas perícias de medicina legal ao ano: 52,1261%

Ação 4135 - Perícias de investigação de vínculo genético (DNA): Laudo pericial de DNA. Quantidade de laudos periciais de DNA expedidos ao ano: 5.942 (cinco mil, novecentos e quarenta e dois) laudos expedidos. Quantidade de laudos periciais de DNA pré-processuais ao ano: 566 (quinhentos e sessenta e seis) laudos expedidos. Percentual de comparecimento nas perícias de DNA ao ano: 48,71887%.

Ação 6114 - Educação Continuada: Ações de educação continuada para servidores e peritos. Quantidade de ações de educação continuada para servidores e peritos: 25 (vinte e cinco) ações realizadas.

Ação 9001 - Contribuição do Estado para o regime de previdência dos servidores: Contribuição do Estado para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS e do RPPM decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a insuficiência apurada em casa um dos Poderes, entendida como o valor resultante da diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciários servidores, dos Poderes do

Estado. Incluir as despesas correspondentes ao pagamento à SPPREV da taxa pela administração nos Regimes Próprios e de Previdência dos Servidores Públicos e dos Militares do Estado de São Paulo.

17047 - Fundação Instituto De Terras Do Estado De São Paulo José Gomes Da Silva - ITESP

Programa 1731 – Política Agrária E Fundiária:

Objetivo: Planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado; participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros estados e municípios; promover a regularização fundiária em terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente; implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar; prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados; capacitar os beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas áreas agrária e fundiária; Identificar e propor soluções para os conflitos fundiários; promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

A Fundação Itesp, com base no Decreto nº 62.738/2017, que regulamenta a Lei nº 4.957, de 1985, com as alterações introduzidas pela Lei nº 16.115, de 2016, que dispõe sobre Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários instituiu, através da Portaria ITESP Nº 80/2017, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social Familiar - PPAIS Família, definindo a operacionalização dos novos direitos: concessão de uso, hereditariiedade, e parceria agropecuária entre beneficiários. Desde sua criação, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) ultrapassou R\$ 48 milhões, gerando renda aos agricultores familiares do Estado de São Paulo, sendo que no ano de 2021 mais de R\$ 7 milhões em contratos firmados com agricultores familiares.

Ação 4960 – Fortalecimento da Agricultura Familiar. Desenvolvimento de ações de assistência técnica agropecuária e extensão rural. Inclui formação e capacitação específica para as famílias assentadas, quilombolas e outros beneficiários da reforma agrária bem como obras, serviços de manutenção para viabilizar o uso econômico das áreas e o convívio social das famílias. Ainda se somam as intervenções de distribuição de materiais e a prestação de serviços necessários objetivando o incremento da comercialização e da geração de renda. Todas essas ações visam fortalecer a agricultura familiar das famílias assistidas pela Fundação Itesp. Em 2021 o Itesp prestou assistência técnica e extensão rural a 7.132 (sete mil, cento e trinta e duas) famílias de trabalhadores rurais instaladas em 140 (cento e quarenta) assentamentos de domínio estadual, a 3.587 (três mil, quinhentos e oitenta e sete) famílias de trabalhadores rurais instaladas em 39 (trinta e nove) assentamentos de domínio federal e a 1.405 (mil, quatrocentos e cinco) famílias remanescentes de quilombos pertencentes a 33 (trinta e três) comunidades reconhecidas. As atividades de assistência técnica e extensão, medida pelo número de atendimentos/famílias foram de 20.251. (vinte mil, duzentas e cinquenta e uma). O programa “Cultivando Negócios” reflete a 6.857 (seis mil, oitocentos e cinquenta e sete) cadastros de comercialização, os valores comercializados no montante de R\$ 437.324.024,34 (quatrocentos e trinta e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil, vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos) os trabalhadores rurais obtiveram uma renda média de 4,49 salários-mínimos/mês, ou 53,90 salários-mínimos anual. Em relação a renda, a referência utilizada foi o salário-mínimo de São Paulo praticado em 2021, sendo aplicado a faixa 1 que se enquadra os trabalhadores rurais que foi de R\$ 1.183,33 (mil, cento e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

Ação 4959 – Regularização Fundiária Urbana e Rural. Com o objetivo de auxiliar os municípios paulistas no enfrentamento do grave problema da irregularidade fundiária, especialmente em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em áreas consideradas de interesse social, a Fundação Itesp, em razão da sua missão institucional estabelecida pela Lei Estadual nº 10.207/1999, desenvolve o Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural. Oficializado pelo Decreto Estadual nº 55.606/2010, esse programa prevê a realização de ações em parceria com os municípios conveniados para regularizar imóveis urbanos (inclusive em núcleos urbanos informais) ou rurais, em terras públicas e particulares. Na execução dos trabalhos técnicos não há repasses financeiros entre Itesp e municípios. O Itesp entra com recursos humanos e materiais calculados pela hora técnica, enquanto as prefeituras fornecem alimentação e hospedagem para as equipes da entidade, além de mão de obra local. No ano de 2021 foram cadastradas 3.109 (três mil, cento e nove) unidades.

17048 - Fundação Centro De Atendimento Socioeducativo Ao Adolescente - FUNDAÇÃO CASA

Programa 1729 – Atenção ao Adolescente/Jovem em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Cautelar

Objetivo: O referido programa tem por objetivo dar efetividade aos direitos individuais e sociais aos adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, bem como internação provisória e atendimento inicial, visando ao retorno ao convívio social.

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA é responsável pelo atendimento aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Estado de São Paulo; conta com 121 (cento e vinte e um) centros socioeducativos em funcionamento em todo o Estado, presentes em 47 (quarenta e sete) municípios, divididos e supervisionados por 08 (oito) divisões regionais. De acordo com dados consolidados até 31 de dezembro de 2021, das 10.677 (dez mil, seiscentos e setenta e sete) entradas diretas de adolescentes na Instituição durante o ano de 2021, 38,58% dos adolescentes possuíam residência na região da Grande São Paulo e Capital, seguido de Campinas (16,08%), Sorocaba (6,89%), Santos (5,99%) e demais municípios. A maioria é do gênero masculino (94,90%). O gênero feminino representa 5,10% dos adolescentes que entram na Instituição. Quanto ao tipo de ato infracional praticado, que segue a tipificação legal já existente para o sistema adulto, a predominância é do tráfico de drogas, representando 55,91% do total das entradas. Em segundo lugar está o roubo qualificado, com 27,49%, seguido do roubo simples, com 2,47% e do furto qualificado, com 2,26%. Os demais atos somam 11,88%, constando, dentre outros, os tipos como furto, homicídio qualificado, estupro, receptação, homicídio simples e latrocínio. Sobre o perfil, dos 10.677 (dez mil, seiscentos e setenta e sete) entrantes em relação à cor da pele, a maioria se autodeclara parda (56,73%), seguidos por aqueles que se autodeclararam como brancos (27,53%), pretos (14,91%), indígenas (0,47%) e amarelos (0,37%). Em relação à idade, a faixa etária predominante vai dos 15 aos 17 anos, correspondendo a 83,93% das entradas - 38,77% entre aqueles com 17 (dezessete) anos, 28,43% com idade de 16 (dezesesseis) anos e 16,72% com 15 (quinze) anos. A segunda faixa etária predominante vai dos 12 (doze) aos 14 (quatorze) anos, com 10,86% do total. Os jovens com idades entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) anos (ou 21 anos incompletos) somam 5,21%. Na Fundação, em 31 de dezembro de 2021, 4.499 (quatro mil, quatrocentos e noventa e nove) adolescentes cumprem medida socioeducativa – internação ou semiliberdade – ou estão em programa de atendimento – internação provisória, internação sanção e atendimento inicial. Desse total, estão divididos da seguinte forma, conforme o programa ou medida socioeducativa: 3.775 (83,91%) na internação; 470 (10,45%) na internação provisória; 155 (3,45%) na semiliberdade; 51 (1,13%) no atendimento inicial; e 48 (1,07%) na internação sanção. A maioria é do gênero masculino, com 95,78% - elas correspondem a 4,22%. O índice médio de reiteração de ato infracional, medido durante 2021, indicou que 25,99% dos adolescentes e jovens atendidos estavam cumprindo pelo menos a sua segunda internação na Fundação CASA. Em 2021, com a continuidade da pandemia da Covid-19, as ações da Superintendência de Saúde e a Gerência de Medicina e Saúde do Trabalhador – GMST se mantiveram necessárias para a manutenção da saúde e cuidados entre adolescentes e servidores, assim como a vacinação dos atendidos e do corpo funcional. Para os adolescentes, até 31 de dezembro de 2021, de acordo com a Assessoria de Inteligência Organizacional (AIO) da Fundação CASA, 21 (vinte e um) centros socioeducativos foram transformados em Centros de Atenção Especial – CAEs, sendo a porta de entrada para a Fundação CASA na qual ficaram em isolamento preventivo. Neste ano, até o dia 31 de dezembro, foram realizados 5.934 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro) testes – 3.713 (três mil, setecentos e treze) pelo Instituto Butantã e 2.221 pela rede pública municipal –, sendo 336 (trezentos e trinta e seis) casos positivados, mas nenhum registro de óbito entre os jovens. Já 5.724 (cinco mil, setecentos e vinte e quatro) adolescentes em atendimento ou atendidos foram vacinados contra a Covid-19, a partir de articulação junto aos municípios, sendo 3.057 (três mil e cinquenta e sete) adolescentes com a 1ª dose, 2.639 (dois mil, seiscentos e trinta e nove) com o esquema de imunização completo e 25 (vinte e cinco) jovens vacinados com o imunizante da Janssen. Entre os servidores, foram efetuados e gerenciados, em parceria com o Instituto Butantan, 10.411 (dez mil, quatrocentos e onze) testes para detecção do novo Coronavírus. Ao longo do ano, a GMST acompanhou e registrou 5.109 (cinco mil, cento e nove) casos suspeitos entre os funcionários, sendo que 2.076 (dois e setenta e seis) foram confirmados e, destes, 34 (trinta e quatro) servidores faleceram. Tanto familiares dos falecidos quanto os servidores confirmados foram acompanhados – estes últimos, desde a confirmação até o restabelecimento da saúde e retorno às atividades profissionais. Ambos os setores de saúde continuaram com as ações de conscientização e cuidados preventivos para evitar a propagação da Covid-19 nos espaços institucionais. A persistência da pandemia durante o ano de 2021 levou, num primeiro momento, à continuidade das atividades pedagógicas no formato virtual e, quando possíveis, com aplicação presencial. A vacinação paulatina de servidores e adolescentes, assim como da população em geral, permitiu a retomada das atividades pedagógicas presencial especialmente no

último trimestre, mas com a permanência do meio on-line que se tornou mais uma opção pedagógica na execução da medida socioeducativa. Neste ano, em média 5.000 (cinco mil) adolescentes frequentaram mensalmente o ensino formal. Alguns exames nacionais que eles e elas participam foram transferidos de 2020 para 2021, como o Exame Nacional do Ensino Médio Para Pessoas Privadas de Liberdade – Enem PPL, cujas provas ocorreram nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2021 e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Adolescentes e Adultos Privados de Liberdade – ENCCEJA PPL, com provas aplicadas nos dias 13 e 14 outubro. Para o Enem PPL, a Fundação CASA inscreveu 160 adolescentes. Desses, 117 (cento e dezessete) realizaram as provas. No ENCCEJA PPL, foram inscritos 1.816 (mil, oitocentos e dezesseis) adolescentes. Participaram da prova 1.044 (mil e quarenta e quatro). Desses, 108 (cento e oito) concluíram o Ensino Fundamental e 108 (cento e oito) concluíram o Ensino Médio. Alcançaram declaração parcial de proficiência em uma ou mais áreas do Ensino Fundamental 422 (quatrocentos e vinte e dois) estudantes e no Ensino Médio 163 (cento e sessenta e três) estudantes. A edição 2021 do Enem PPL teve inscrições abertas no dia 12 de agosto e 280 (duzentos e oitenta) adolescentes da Fundação CASA foram inscritos para realizar as provas nos dias 09 e 16 de janeiro de 2022. Já na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, foram inscritos 1.804 (mil, oitocentos e quatro) adolescentes na 1ª fase e 589 (quinhentos e oitenta e nove) na 2ª fase. A Gerência de Governança da Educação – GGE da Fundação CASA iniciou a implantação do projeto de enfrentamento ao analfabetismo funcional dos adolescentes atendidos na Instituição. O objetivo é auxiliá-los a superar as defasagens. A estratégia foi elaborada após ser identificado o alto índice de defasagem idade/série desses jovens, resultado dos encontros realizados com coordenadores pedagógicos e pedagogos dos centros de internação provisória, que aplicaram avaliação Diagnóstica de Leitura Escrita e Conhecimentos Básicos de Matemática. Depois, ocorreram 23 (vinte e três) encontros com os coordenadores pedagógicos e pedagogos dos centros de internação e profissionais das divisões regionais, visando à implantação do projeto. O processo contou com a participação da Universidade Corporativa da Fundação CASA – UNICASA. Na área de Educação Física e Esporte, como durante a maior parte do ano houve restrições às atividades presenciais e coletivas, para evitar a propagação da Covid-19, houve prioridade para ações pedagógicas virtuais que atendessem ao maior número possível de centros socioeducativos no Estado de São Paulo, em geral organizadas pela Gerência de Educação Física e Esporte – GEFESP. A seguir estão números sobre participações de adolescentes e servidores em atividades virtuais e presenciais – estas últimas iniciadas no último trimestre de 2021, após a vacinação de jovens e funcionários Torneio Estadual de Damas On-line: 1.416 (mil, quatrocentos e dezesseis) adolescentes participantes de 105 (cento e cinco) centros de atendimento; Dia Mundial da Atividade Física: 165 (cento e sessenta e cinco) Ações, com 2.061 (duas mil e sessenta e uma) pessoas envolvidas – 1.792 (mil, setecentos e noventa e dois) adolescentes e 279 (duzentos e setenta e nove) servidores – de 63 (sessenta e três) centros de atendimento; Dia do Desafio: 1.490 (mil, quatrocentos e noventa) pessoas envolvidas – 1.200 (mil e duzentos) adolescentes e 290 (duzentos e noventa) servidores – de 62 (sessenta e dois) centros de atendimento; Ginástica para Todos Online: 1.200 (mil e duzentos) adolescentes de 60 (sessenta) centros de atendimento envolvidos na etapa regional e 196 (cento e noventa e seis) participantes na etapa estadual; Gincana Olímpica e Paraolímpica On-line: 4.500 (quatro mil e quinhentas) pessoas envolvidas – 4.000 (quatro mil) adolescentes e 500 (quinhentos) servidores de 96 (noventa e seis) centros de atendimento, que realizaram 15 (quinze) ações/tarefas; Agita Galera: realizadas 255 (duzentos e cinquenta e cinco) ações que envolveram 3.034 (três mil e trinta e quatro) pessoas envolvidas de 60 (sessenta) centros de atendimento – 2.387 (dois mil, trezentos e oitenta e sete) adolescentes e 653 (seiscentos e cinquenta e três) servidores; Move: 138 (cento e trinta e oito) ações realizadas com 782 (setecentos e oitenta e dois) adolescentes e 221 (duzentos e vinte e um) servidores – totalizando 2.003 (duas mil e três) pessoas envolvidas – de 63 (sessenta e três) centros de atendimento; II Torneio Estadual de Xadrez On-line: 1.350 (mil, trezentos e cinquenta) adolescentes de 90 (noventa) centros de atendimento envolvidos; X Torneio Estadual de Futsal (primeiro evento presencial e coletivo do ano): com 740 (setecentos e quarenta) adolescentes participantes, de 74 (setenta e quatro) centros de atendimento, na etapa regional e 120 (cento e vinte) jovens envolvidos na etapa estadual; e VII Torneio Estadual de Futebol Society Feminino (atividade presencial e coletiva): 20 (vinte) adolescentes de 02 (dois) centros socioeducativos femininos. Durante o ano de 2021, a Fundação CASA, por meio da GEFESP, promoveu parcerias que desenvolveram diversos projetos: Ação Educativa: Futebol de Rua envolveu 29 (vinte e nove) adolescentes e 03 (três) servidores de 02 (dois) centros socioeducativos femininos. A proposta discutiu temas sobre a diversidade de gênero e cultura da paz; Projeto de bolsas de estudos da Acer Brasil: iniciativa envolveu 200 (duzentos) adolescentes e 208 (duzentos e oito) servidores de 89 (oitenta e nove) centros de atendimento. Os profissionais de Educação Física abordaram o esporte e a atividade física como mecanismos de capacitação de jovens, desenvolvendo a confiança e oportunidade de superarem barreiras e alcançarem uma vida ativa e saudável, por meio da prática contínua de atividades corporais; Projeto GAME: proposta piloto com 50 (cinquenta) adolescentes de 04 (quatro) centros de atendimento. A meta é levar jogos eletrônicos pelo PC's de forma recreativa, tendo como objetivo o estímulo ao trabalho em

equipe e o respeito para com o outro. Nas áreas de educação profissional e arte e cultura, até meados de 2021 as aulas dos cursos de qualificação e as oficinas permaneceram exclusivamente de forma remota – e com aplicação de atividades pelos agentes educacionais, quando o caso. Já no segundo semestre, os cursos de educação profissional foram retomados no formato presencial, bem como as oficinas de arte e cultura, em parceria com organizações da sociedade civil – OSC e o Projeto Guri. Em matéria de qualificação profissional, trimestralmente cerca de 1.054 (mil e cinquenta e quatro) adolescentes frequentaram cursos ministrados pelo Senac/SP: 1.270 (mil, duzentos e setenta) jovens entre janeiro e março; 1.379 (mil, trezentos e setenta e nove) de abril a junho; 806 (oitocentos e seis) de julho a setembro e 763 (setecentos e sessenta e três) no último trimestre do ano. A partir de setembro de 2021, a Fundação CASA abraçou o projeto piloto Novotec Expresso em 02 (dois) centros socioeducativos, atendendo a 23 (vinte e três) adolescentes. O Novotec Expresso é realizado em conjunto com Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional estão sendo atendidos 50 (cinquenta) adolescentes com o Projeto Negócio Próprio, ministrado pela Agência Besouro. Há ainda a partir de outubro de 2021, oferta de cursos básicos de programação com Somas-Mastertec que atende 32 (trinta e dois) adolescentes. Neste ano houve continuidade da parceria entre a Fundação CASA e o Centro Paula Souza para isenção dos adolescentes atendidos pela Instituição para que pudessem se inscrever nos processos seletivos das Escolas Técnicas Estaduais – ETECS e das Faculdades de Tecnologia – FATECS. Para as ETECS, no primeiro semestre, participaram do vestibulinho 196 (cento e noventa e seis) adolescentes de 85 (oitenta e cinco) centros de socioeducativos, sendo que 57 (cinquenta e sete) jovens foram aprovados. No segundo semestre de 2021 foram 246 (duzentos e quarenta e seis) adolescentes participantes, de 85 (oitenta e cinco) centros socioeducativos, que resultaram em 56 (cinquenta e seis) aprovações. Já entre as FATECS, no primeiro semestre de 2021, 40 (quarenta) adolescentes de 29 (vinte e nove) centros socioeducativos participaram do vestibular, com 12 (doze) aprovações. No segundo semestre, foram 15 (quinze) adolescentes de 29 (vinte e nove) centros de atendimento que participaram da seleção. Quanto às oficinas de arte e cultura com parceiros colaborativos, durante o ano de 2021 participaram trimestralmente, em média 958 (novecentos e cinquenta e oito) adolescentes das aulas, sendo 1.154 (mil, cento e cinquenta e quatro) jovens de janeiro a março; 1.300 (mil e trezentos) adolescentes de abril a junho; 883 (oitocentos e oitenta e três) jovens de julho a setembro; e 495 (quatrocentos e noventa e cinco) no último trimestre. As oficinas do Projeto Guri atenderam trimestralmente à média de 1.017 (mil e dezessete) adolescentes – 1.058 (mil e cinquenta e oito) entre os meses de janeiro e março; 963 (novecentos e sessenta e três) entre abril e junho; 952 (novecentos e cinquenta e dois) de julho a setembro; e 1.095 (mil e noventa e cinco) no último trimestre do ano. Em 2021, a Fundação CASA deu continuidade à reestruturação administrativa, aprovada a partir de estudo técnico, com o objetivo de adequar a estrutura organizacional para torná-la mais funcional e eficiente frente à diminuição do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, ao impacto econômico causado pela pandemia da Covid-19 (comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais mantidas pela Administração estadual) e à demanda técnica na execução das medidas socioeducativas em regime fechado. As principais medidas foram: (i) a suspensão de atividades de 10 (dez) Centros de Atendimento (CASAs Rio Negro, Novo Horizonte, Guaianazes II, Arpoador, Cedro, Nova Aliança, Semiliberdade de Mogi Mirim, Madre Tereza de Calcutá II, Tanabi, Escola Rio Claro) e 1 centro extinto (CASA de Semiliberdade Fernandópolis), com a transferência dos adolescentes para centros localizados próximos da residência familiar e adequados para a recepção dos mesmos, respeitando o programa de medida socioeducativa e a elegibilidade; e (ii) a alteração do modelo de gestão de 18 (dezoito) Centros de Atendimento de compartilhada com organizações da sociedade civil, para a gestão plena apenas com servidores da própria Fundação CASA, permitindo a otimização da força de trabalho. Dos centros com modelo de gestão modificado, dois (CASA Tanabi e CASA Escola Rio Claro) tiveram as atividades suspensas e um foi extinto (CASA de Semiliberdade de Fernandópolis). A busca do equilíbrio das contas da Fundação CASA permitiu, em 2021, o investimento de aproximadamente R\$ 71,9 milhões (R\$ 60,4 milhões em obras e reformas mais R\$ 11,5 milhões em materiais permanentes) com diversas ações, como implantação do projeto de inclusão digital dos adolescentes em atendimento; a execução de obras, reformas e revitalizações de centros de atendimento; e aquisições de bens permanentes. Os objetivos foram de aprimorar o atendimento socioeducativo, por meio do uso de ferramentas tecnológicas atuais, e melhorar as condições físicas e estruturais dos centros socioeducativos.

Ação 2208 – Construção e Ampliação dos Centros Socioeducativos. Tem por finalidade a execução de obras de construção e ampliação da infraestrutura predial dos centros socioeducativos. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 24.209.483,43 (vinte e quatro milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos), tendo como meta física - LOA: 0 (zero), e indicador de execução: 03 (três).

Ação 2570 – Reformas e Adequações de Imóveis da Sede e dos Centros Socioeducativos. Tem por finalidade a execução de obras de conservação, reforma e adequação de imóveis. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 53.850.952,51 (cinquenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), tendo como meta física - LOA: 0 (zero), e indicador de execução: 13 (treze).

Ação 5905 – Atenção Integral à Educação do Adolescente/Jovem em Medida Socioeducativa e Cautelar: Tem por finalidade o atendimento integral à educação do adolescente/jovem por meio da promoção de ensino formal, educação profissionalizante/qualificação profissional básica, arte e cultura e educação física e práticas esportivas. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 143.643.426,68 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta oito centavos), tendo como meta física - LOA: 783.245 (setecentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco), e indicador de execução: 410.194 (quatrocentos e dez mil, cento e noventa e quatro).

Ação 5906 – Atenção Básica à Saúde do Adolescente/Jovem em Medida Socioeducativa e Cautelar. Tem por finalidade a atenção à saúde básica do adolescente/jovem, realizada por meio de atendimento clínico, odontológico, de enfermagem e psicossocial. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 193.398.284,48 (cento e noventa e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), tendo como meta física - LOA: 2.661.152 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e dois), e indicador de execução: 1.618.801 (um milhão, seiscentos e dezoito mil, oitocentos e um).

Ação 5907 – Execução das Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Cautelares. Tem por finalidade a execução das medidas socioeducativas aos adolescentes determinadas pelo Poder Judiciário. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 979.885.974,75 (novecentos e setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), tendo como meta física - LOA: 10.086 (dez mil e oitenta e seis), e indicador de execução: 5.986,83 (cinco mil, novecentos e oitenta e seis e oitenta e três décimos).

Ação 2582 – Impacto Social no Pós-Medida Socioeducativa. Tem por finalidade executar ação de impacto social no pós-medida socioeducativa. No ano de 2021 foi liquidado R\$ 2.703.884,82 (dois milhões, setecentos e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), tendo como meta física - LOA: 240 (duzentos e quarenta), e indicador de execução: 0 (zero).

Ação 2583 – Execução de Medidas Socioeducativas em Parceria Público Privada. Tem por finalidade a construção de centros de atendimento e execução das medidas socioeducativas aos adolescentes/jovens determinadas pelo poder judiciário através de parcerias. No ano de 2021 não houve liquidação, tendo como meta física - LOA: 0 (zero), e indicador de execução: 0 (zero).

17056 - Instituto De Pesos E Medidas Do Estado De São Paulo – IPEM-SP

Programa 1724 – Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços

Objetivo: Executar atividades que envolvem o controle metrológico e a qualidade de produtos e serviços, com vistas a garantir o cumprimento das normas e assegurar o respeito à sociedade.

Ação 5669 – Fiscalização e Controle Metrológico. Consiste na fiscalização/verificação de todos os instrumentos de pesar e medir utilizados no comércio em geral e indústrias, tais como: IPNA's (balanças), bombas medidoras de combustíveis líquidos, taxímetros, hidrômetros, caminhões e vagões tanques, medidores de velocidade e outros instrumentos de pesar e medir. Essa atividade é executada na Capital do Estado de São Paulo (Regional Capital Norte, Sul, Leste e Oeste) e em nossas delegacias regionais nas cidades de Santos, Santo André, São José dos Campos, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, Campinas e Piracicaba, sendo que os serviços de verificação de caminhões tanques estão restritos às cidades de Paulínia, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Regional Capital Norte, os de vagões tanques na cidade de Paulínia e Ribeirão Preto. A atividade de fiscalização/verificação de instrumentos de pesar e medir está dividida em cinco grupos, sendo que foram fiscalizados/verificados no ano de 2021, 30.988 estabelecimentos e homologados 4.043 (quatro mil e quarenta e três) autos. A verificação dos instrumentos de pesar e medir teve o seguinte desempenho: a) Verificação Subsequente - Efetuada anualmente nos estabelecimentos comerciais e industriais do Estado de São Paulo. Foram verificados em 2021, 500.901 (quinhentos mil, novecentos e um) instrumentos, sendo que foram reprovados

12.309 (doze mil, trezentos e nove) destes instrumentos, no total estão incluídos os 11.029 (onze mil e vinte e nove) instrumentos verificados pelo Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI); b) Verificação Após Reparo - Efetuada em instrumentos reprovados na verificação subsequente ou nos instrumentos que sofreram reparos por firmas credenciadas. Em 2021, foram verificados 3.303 (três mil, trezentos e três) instrumentos; c) Verificação Inicial - Efetuada nas dependências dos fabricantes ou importadores de instrumentos de medição, antes de serem colocados à venda. No estado de São Paulo há, em torno de 140 (cento e quarenta) fabricantes. No ano de 2021, foram verificados 442.110 (quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e dez) instrumentos; d) Autoverificação - Consiste na supervisão dos instrumentos fabricados ou reparados, através de auditorias e venda de selos de verificação, efetuada somente em cronotacógrafos, esfigmomanômetros, instrumentos de medição para fluxo de água fria (hidrômetros), instrumentos de medição de gás e instrumentos de medição de eletricidade (medidor de energia elétrica). No ano de 2021 foram autoverificados 6.005.182 (seis milhões, cinco mil, cento e oitenta e dois) instrumentos; e) Declaração do fabricante - Em função da pandemia da Covid-19, e, para diminuir o fluxo de pessoas, o INMETRO autorizou, desde que solicitado, que os fabricantes de instrumentos de pesar e medir, comuniquem aos IPEM's que está colocando no mercado os instrumentos fabricados, sendo que estes fabricantes efetuam o recolhimento das taxas devidas. Em 2021, foram declarados pelos fabricantes 958.878 instrumentos.

Ação 6302 – Fiscalização de Produtos Pré-Embalados. Produto pré-medido é todo produto embalado e medido sem a presença do consumidor e em condições de comercialização, cabendo a fiscalização verificar a fidelidade da informação contida na embalagem. A grande maioria dos produtos consumidos pela população, tais como: arroz, feijão, manteiga, leite, óleo comestível, detergente, sabão em pó e muitos outros são produtos pré-medidos. O IPEM-SP dispõe de laboratórios e equipes coletoras que atuam em todo o Estado de São Paulo. As equipes de fiscalização do IPEM-SP percorrem os pontos de venda, os depósitos e as fábricas desses produtos, procedendo a avaliação preliminar (pesagem do produto, com a embalagem inclusive), coletando as amostras para o laboratório daqueles produtos com suspeita de irregularidade. As empresas são devidamente convidadas a presenciar toda a ação fiscalizatória nos laboratórios. A atividade de fiscalização de produtos pré-medidos em 2021, realizou 7.137 (sete mil, cento e trinta e sete) exames em produtos, sendo que 59 (cinquenta e nove) destes exames foram nos fabricantes e foram homologados 1.569 (mil, quinhentos e sessenta e nove) autos de infração: a) Fiscalização de Produtos e Serviços com a Conformidade Avaliada. Consiste na fiscalização de produtos e serviços com a Avaliação da Conformidade Compulsória (certificação de produtos, declaração do fornecedor, etiquetagem, etc.), estabelecida através de Portarias do INMETRO, sendo que os produtos com avaliação da conformidade são identificados através da Marca de Conformidade do INMETRO (Selo de Identificação da Conformidade reconhecido no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade aposto no produto ou embalagem). O uso do selo somente é autorizado, após a constatação de que os produtos atendem a requisitos pré-estabelecidos em Normas e Regulamentos Técnicos, proporcionando um adequado grau de confiança. Em 2021, o IPEM-SP fiscalizou 261.238 (duzentos e sessenta e um unidades destes produtos, sendo 228.000 (duzentos e vinte e oito mil) aprovadas, 6.367 (seis mil, trezentos e sessenta e sete) reprovadas, 21.613 (vinte e um mil, seiscentos e treze) apreendidas, 5.193 (cinco mil, cento e noventa e três) interditadas e 65 (sessenta e cinco) coletadas. Foram fiscalizados 6.660 (seis mil, seiscentos e sessenta) estabelecimentos (incluindo os estabelecimentos dos produtos têxteis) e emitidos 1.295 (mil, duzentos e noventa e cinco mil) autos de infração; b) Fiscalização de Produtos Têxteis. Consiste na verificação da existência de etiqueta com informações obrigatórias referente aos dados do fabricante/importador, instruções de conservação, composição têxtil e tamanho, em roupas, tecidos, artigos de cama, mesa e banho, etc. Durante o ano de 2021 foram fiscalizadas 168.368 (cento e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito) unidades de produtos têxteis, sendo 156.570 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta) aprovadas, 11.458 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e oito) reprovadas, 246 (duzentas e quarenta e seis) apreendidas e 94 (noventa e quatro) coletadas, sendo emitidos 695 (seiscentos e noventa e cinco) autos de infração; O Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI) é dividido em três centros: o de Calibração, o de Ensaio e o de Medições e Verificações Especiais, constituídos de laboratórios metrológicos e setores que oferecem à indústria, comércio e órgãos governamentais prestação de serviços em metrologia. Nestes serviços, incluem-se as calibrações e medições especiais realizadas a pedido dos interessados para diversos instrumentos e produtos. No âmbito da metrologia legal, o DMCI executa verificações compulsórias em termômetros clínicos e industriais, em densímetros e flutuadores e etilômetros (bafômetros). Os laboratórios de massa, pressão e volume são acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE), o que nos permite integrar a RBC (Rede Brasileira de Calibração) e prestar serviços de melhor exatidão metrológica com rastreabilidade reconhecida. O laboratório de ensaios realiza serviços de inspeção em fios e cabos elétricos para tensões até 750V. O Centro de Verificações e Medições Especiais executou serviços de arqueação de tanques de armazenamento de óleo diesel, gasolina, querosene e álcool utilizados para transferência de custódia, além de calibração de medidas de volume de grande

capacidade. Durante o ano de 2021, foram calibrados, ensaiados ou verificados 11.029 (onze mil e vinte e nove) em verificação subsequente, 41.233 (quarenta e um mil, duzentos e trinta e três) em verificação inicial e 940 (novecentos e quarenta) em após reparo. Pelo Departamento de Avaliação e Certificação do IPEM-SP (DACE) realiza-se atividade de inspeção e certificação de veículos que transportam GLP fracionado (botijões de gás de cozinha), em atendimento a legislação estadual, específica para o assunto. Em 2021, foram inspecionados 380 (trezentos e oitenta) veículos utilizados neste tipo de transporte; atingindo uma execução de R\$ 103.695.432,23 (cento e milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos).

17046 – Fundação De Proteção E Defesa Do Consumidor – PROCON/SP

Programa 1711 - Proteção e Defesa do Consumidor

Descrição

Objetivo: O programa de Proteção e Defesa do Consumidor visa a proteger e defender os consumidores nas relações de consumo por meio do cumprimento da legislação consumerista por parte dos fornecedores, bem como, a conscientização de consumidores e fornecedores quanto aos seus direitos e deveres, em busca do equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável e responsável socialmente. O público-alvo são os consumidores em geral, tendo o horizonte temporal contínuo e com abrangência no Estado de São Paulo, sendo um programa setorial. A estruturação do Programa considerou a adoção de políticas públicas descentralizadas na área da educação para o consumo, tanto para consumidores como fornecedores, como forma preventiva aos problemas das relações de consumo; fiscalização do mercado; atendimento e orientações aos consumidores, bem como adoção de medidas de âmbito coletivo. Para possibilitar o desenvolvimento dessas políticas públicas e garantir a acessibilidade aos serviços e cobertura no estado é necessário ampliar e fortalecer a infraestrutura do órgão, bem como ampliar e fomentar o desenvolvimento dos Procons Municipais e implantar Núcleos Regionais da Fundação, desta forma o programa é composto pelas ações orçamentárias adiante elencadas.

Ação 6349 - Regionalização dos Serviços de Proteção e Defesa do Consumidor. Tem por finalidade realizar a cobertura da política de proteção e defesa do consumidor no estado de São Paulo, através da realização de forma descentralizada dos serviços de: educação para o consumo (consumidores e fornecedores); aplicação de pesquisas qualitativas e quantitativas; capacitação técnica dos agentes municipais conveniados; articulação e coordenação de operações de fiscalização e acompanhamento dos convênios assinados para a defesa do consumidor, considerando as características regionais. No ano de 2021, foram realizadas ações de proteção e defesa do consumidor em 535 (quinhentos e trinta e cinco) municípios do estado. O principal objetivo dos Núcleos Regionais é possibilitar a efetiva promoção da proteção e defesa do consumidor no Estado de São Paulo de forma mais participativa, articulada e coordenada, com atividades voltadas à educação para o consumo, ações fiscalizatórias e incentivo a municipalização da proteção e defesa do consumidor, com ampliação do número de órgãos municipais conveniados. Semelhante ao ano de 2020, o ano de 2021 manteve a atipicidade, haja vista a manutenção e prorrogação de algumas medidas restritivas diante da pandemia do Covid-19, como por exemplo a quarentena estabelecida no estado de São Paulo até o mês de agosto. Neste sentido, seguindo diretriz da Diretoria Executiva, os recursos dos Núcleos Regionais foram priorizados para a execução de atividades de fiscalização, tais como, a operação Toque de Restrição, cujo objetivo foi assegurar que as medidas sanitárias estabelecidas no Estado de São Paulo fossem cumpridas. Também foram realizadas ações de fiscalização no mercado de consumo, seja fiscalizações de rotina ou operação, com o objetivo de inibir infrações à legislação consumerista e visando assegurar a efetiva proteção e cumprimento dos direitos dos consumidores. Em 2021 foram realizadas pelas equipes dos Núcleos Regionais o total de 11865 visitas/inspeções fiscalizatórias, em estabelecimentos em 535 (quinhentos e trinta e cinco) municípios. Com relação à execução de atividades não essenciais e que pudessem ocasionar eventualmente um agendamento, reunião de cidadãos, as foram suspensas na modalidade presencial. Desta forma, no ano de 2021, as equipes dos núcleos regionais praticamente não realizaram atividades de educação para o consumo, uma vez que não foram realizadas orientações para fornecedores e, excepcionalmente, foram realizadas apenas duas palestras sobre Direitos Básicos do Consumidor. Foram realizadas 02 (duas) palestras em 02 (dois) municípios - Agudos e Macatuba - com a participação de 51 (cinquenta e um) pessoas, entre consumidores (dentre eles 11 idosos). Não obstante, importante consignar que, os cidadãos não foram privados do acesso ao conteúdo dos materiais educativos produzidos pela Fundação PROCON-SP, na medida que a atual gestão proveu recursos tecnológicos para que a equipe da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor da Fundação PROCON-SP disponibilizasse palestras e realizasse pesquisas na modalidade virtual, não presencial.

Ação 4161- Atendimento Municipal ao Consumidor mediante celebração de convênios.

Tem por finalidade implantar a municipalização da defesa do consumidor nos municípios e fomentar, quando possível com recursos de infraestrutura, a implantação de Procons Municipais, permitindo desta forma acesso da população às informações sobre direitos e deveres relacionados ao consumo, através dos serviços de atendimento e orientação ao consumidor, educação para o consumo, fiscalização, pesquisas, etc, com vistas ao exercício da cidadania, por meio da celebração de convênios com municípios para instalação de unidades de atendimento ao consumidor e para a efetivação da política do sistema de defesa e proteção do consumidor. No ano de 2021 foram celebrados 44 (quarenta e quatro) convênios. Visando a implementação, realiza-se contato com os Prefeitos Municipais para sensibilizá-los quanto à necessidade e importância da Municipalização da Defesa do Consumidor, celebração de convênios com municípios para instalação de unidades de atendimento ao consumidor e para a efetivação da política do sistema de defesa e proteção do consumidor no âmbito do estado de São Paulo. Tendo em vista que a cobertura estadual compete a Fundação a estratégia utilizada é o firmamento de convênios com Prefeituras para a implantação de órgãos de defesa do consumidor, em 2013 foi editado o Decreto nº 58.963/13, que estabelece o Novo Programa de Municipalização de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, que tem como objetivo fortalecer ainda mais a Política Estadual de Defesa do Consumidor e potencializar as atividades de fomento do órgão. O Novo Programa de Municipalização trouxe inovações: intensificação das ações de educação para o consumo para os fornecedores e consumidores; possibilidade de custeio de despesas para viabilizar a participação dos Procons nos cursos de capacitação técnica realizados na capital; previsão da aplicação integral de recursos arrecadados com as sanções administrativas na manutenção e aprimoramento dos serviços de defesa do consumidor pelos entes municipais; possibilidade de firmar convênios com Consórcios de Municípios, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual, ampliando ainda mais os serviços de proteção e defesa do consumidor. Em 2021 mesmo sendo um ano atípico, foram assinados 20 (vinte) Convênios novos, sendo executados: 5.613 (cinco mil, seiscentos e treze) atendimentos técnicos aos Procons conveniados ou não, através de telefone, e-mail, ofícios e ofícios circulares; Distribuição de 8.135 (oito mil, cento e trinta e cinco) unidades de materiais educativos à população; Realização de 03 cursos técnicos para Procons Municipais, sendo 02 (dois) deles desenvolvidos e ministrados on-line, com a participação de 150 (cento e cinquenta) pessoas, de 91 (noventa e um) Procons; Planejamento e execução 08 (oito) ações itinerantes, a sua maioria com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidor em bairros mais distantes na Capital, eventos especiais de cidadania e diversos municípios do Estado (atividade prejudicada pela pandemia). Em 2021, foram assinados 33 (trinta e três) Convênios novos, sendo executados: 13.015 (treze mil e quine) atendimentos técnicos aos Procons conveniados ou não, por meio de telefone, e-mail, ofícios e ofícios circulares; Distribuição de 61.330 (sessenta e um mil, trezentos e trinta) unidades de materiais educativos à população; Realização de 08 (oito) cursos técnicos para Procons Municipais, sendo todos eles desenvolvidos e ministrados on-line, com a participação de 573 (quinhentos e setenta e três) pessoas, de 391 (trezentos e noventa e um) Procons; Planejamento e execução de 16 (dezesesseis) ações itinerantes, a sua maioria com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidor em bairros mais distantes na Capital, eventos especiais de cidadania e diversos municípios do Estado. Foram realizadas 06 (seis) Oficinas virtuais sobre a Nova Lei do Superendividamento com participação de 311 (trezentas e onze) pessoas. Realizadas 09 (nove) Reuniões regionais virtuais.

Ação 5486 - Processamento de Demandas dos Consumidores. Tem por finalidade efetivar os direitos e deveres do consumidor e fornecedores nas relações de consumo. Descrição: Intermediação da Fundação Procon, com acolhimento de consultas, denúncias, reclamações e orientações, nos casos apresentados pelos consumidores envolvendo questões de consumo, fazendo cumprir as normas consumeristas. No ano de 2021 foram realizados 896.097 (oitocentos e noventa e seis mil e noventa e sete) atendimentos a consumidores, superando a meta programada em 186,69%. Forma de Implementação: Através de Postos de Atendimentos instalados para acolhimento de consultas e reclamações sejam por atendimento pessoal (postos Poupatempo Sé, Santo Amaro e Itaquera e os Centros de Integração da Cidadania) seja por canais de atendimento à distância (telefônico, por carta, redes sociais ou internet). Pandemia covid-19: em razão da pandemia os atendimentos à distância foram priorizados, sobretudo o do portal do Procon SP na Internet que passou a ficar aberto ininterruptamente e pelo qual conseguiu-se atender mais consumidores

Evolução da Quantidade de Atendimentos						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Média Mensal	41.621	43.591	39.419	34.411	63.205	74.674
Total Anual	499.443	523.101	473.031	412.928	758.456	896.097

Na atuação da DAOC podemos destacar as seguintes realizações: Redução no Tempo de tramitação das CIPs (Cartas De Informações Preliminares): Houve redução do tempo de tramitação das CIPs, passando de uma média de 28,5 dias em 2020, para 24,3 em 2021. Operações de atendimento especial: “Black Friday” Em 2020, foram feitos 1.029 atendimentos. No ano de 2021, foram 6.681 (seis mil, seiscentos e oitenta e um). Aumento na quantidade de CIPs emitidas, passando de um total de 613.698 (seiscentos e treze mil, seiscentos e noventa e oito), em 2020, para 796.145 (setecentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e cinco) CIPs em 2021. Reuniões com empresas: Foram realizadas 90 (noventa) reuniões com os fornecedores mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas. Monitoramento das demandas e encaminhamento de ofícios a diversos órgãos (Ministério Público/SP, Ministério Público Federal, Defensoria Pública/SP, Tribunal de Justiça/SP, Tribunal de Justiça/MG, Câmara Municipal, totalizando em 2021: 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) encaminhamentos. Atendimento nas redes sociais: Foram feitos em 2021, 47.257 (quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete) atendimentos pelas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram), representando um aumento de 13,7% em relação ao ano anterior. Lista Evite Esses Sites: Monitoramento existe desde julho/2011 e que até dez/2021 relaciona 92 (noventa e dois) sites não recomendados. Os sites são retirados após 05 (cinco) anos da lista. Plataforma consumidor.gov.br: Gestão da plataforma disponibilizada a partir de junho de 2014, pela SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor, para a Fundação Procon SP, abrangendo consumidores domiciliados em todo o estado de São Paulo. O sistema permite interação direta, por internet, entre os consumidores e grandes fornecedores que aderem às condições de uso. Em 2021, 350.041 (trezentos e cinquenta mil e quarenta e um) atendimentos de consumidores paulistas foram registrados neste canal, um aumento de 12,6% em relação a 2020, que registrou 310.913 (trezentos e dez, novecentos e treze) atendimentos. A Fundação Procon-SP também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. Em 2021 foram realizadas cerca de 41.041 (quarenta e um mil e quarenta e uma) interações deste tipo. Acesso digital às reclamações com autenticação: que proporciona celeridade, diminuição de custos, gerenciamento por parte do fornecedor de suas demandas, passando de um total de 892 (oitocentos e noventa e duas) empresas habilitadas em 2020, para 1.634 (mil, seiscentos e trinta e quatro) Fornecedores que acessam com login e senha em dezembro/2021. Pedidos de Esclarecimentos Preliminares: 331 (trezentos e trinta e um) em 2021, sobre diversas atitudes das empresas no mercado de consumo. O Núcleo de Tratamento do Superendividamento passou a integrar a DAOC teve em 2021 um total de 7.805 (sete mil, oitocentos e cinco) cadastros trabalhados no período. Entre treinamentos, orientação e palestras online houve a participação de 1.053 (mil e cinquenta e três) pessoas. Convênio com Secretaria de Segurança Pública: foi consolidado o primeiro posto avançado na 8ª Delegacia de Polícia, que servirá como modelo de ampliação para mais unidades. Cerca de 35% do público em 2021 foi de pessoas acima dos 61 anos. Implantação do Procon SP Digital: novo sistema de atendimento ao consumidor, implantado em julho/2021. Permite maior automação do envio da reclamação aos fornecedores, interação entre consumidor e fornecedor na própria plataforma, processo de autenticação do fornecedor (obtenção de login e senha) via digital. O total de atendimentos no sistema anterior soma, entre jan e jun: 381.818 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito), sendo que o novo sistema entre jul e dez totalizou: 514.404 (quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e quatro). Publicação de nova Portaria: Portaria Normativa Nº 0247/2021, de 10 de novembro de 2021, institui o Código Estadual de Procedimentos no âmbito da Diretoria de Atendimento e Orientação do PROCON/SP, que prevê a possibilidade de audiência online.

Ação 5488 - Atos Fiscalizatórios. Visa a orientação, prevenção, inibição, coibição e repressão aos abusos praticados no mercado de consumo. Descrição: Fiscalização do cumprimento da legislação de defesa do consumidor no estado de São Paulo e aplicação das respectivas sanções. No período de janeiro a dezembro de 2021, foram efetuadas 24.425 diligências, gerando a execução de 15.739 (quinze mil, setecentos e trinta e nove) atos fiscalizatórios de consumo no estado de São Paulo, tendo sido lavrados 6.965 autos de infração, compreendidas as campanhas vinculadas à Leis Estaduais nº 13.541/2009 (Lei Antifumo) e 14.592/11 (Lei Antiálcool para menores) e as demais operações anuais, megaoperações e diligências especiais. A formação da equipe de Fiscalização Externa, junção de equipes de fiscalização, resultou maior efetividade à proteção do consumidor e eficiência à administração pública, sendo responsável pelas fiscalizações de todo o comércio e prestadores de serviços, independentemente do produto ou serviço oferecido. No que diz respeito à verificação do cumprimento ao Código de Defesa do Consumidor em Postos de Combustíveis, foram realizadas ações conjuntas com ANP e Ipem, além das inúmeras coletas de combustíveis realizadas pelos agentes fiscais do Procon, para posterior análise de qualidade, dando continuidade do Termo de Cooperação entre a Fundação Procon SP e a Agência Nacional do Petróleo, reforçando a parceria de sucesso existente entre os dois órgãos. Importante destaque para a Força Tarefa Intersecretarial – SJC, que em 2021 fiscalizou 22 (vinte e dois) postos e autuou 21 (vinte e um) deles. Foram realizadas,

ainda, fiscalizações tendo como base denúncias originadas na Diretoria de Atendimento – DAOC e solicitações de outros órgãos – com foco na fiscalização repressiva, além de fiscalizações preventivas, visitando o comércio e prestadores de serviços, especialmente em razão das datas comemorativas (Dia das Crianças, Black Friday, Natal, Volta às Aulas, Transportes), além de outras Operações destacadas: Operação Toque de Restrição de 26.02.2021 a 15/08/2021, mais de 80 (oitenta) fiscalizações em conjunto com a Força Tarefa do Estado de São Paulo (Centro de Vigilância Sanitária, Covisa, Polícia Militar do Estado e Polícia Civil cumprimento do Decreto Estadual 64.881/20 (Quarentena no Estado de São Paulo): totalizou 2.113 (dois mil, cento e treze) atos e 551 (quinhentos e cinquenta e um) autos; Operação Floresta Amiga: em conjunto com a Polícia Militar Ambiental, de 13/08/21 a 22/09/21, irregularidades na compra/origem das madeiras para revenda ao público consumidor, 14 (quatorze) atos e 13 (treze) autos; Operação Aeroporto 2021: por requisição do Ministério Público Federal para a fiscalização da Resolução 400 ANAC, em Guarulhos e Cumbica, 69 (sessenta e nove) atos e 01 (um) auto lavrado; Operação GLP13: revendedoras de botijão de gás (09,10/03 e 22, 23/04) 46 (quarenta e seis) atos, 23 (vinte e três) autos; Operação Dia das Crianças: diversos segmentos, produtos voltados para o público infantil, de 04 a 08/10, 247 (duzentos e quarenta e sete) atos e 89 (oitenta e nove) autos; Operação Fórmula 1 Heineken Grande Prêmio São Paulo 2021: 08 (oito) atos e 01 (um) auto; Operação Black Friday: 25 e 26/11, 116 (cento e dezesseis) atos e 51 (cinquenta e um) autos; Operação Natal: 06 a 14/12, 279 (duzentos e setenta e nove) atos e 92 (noventa e dois) autos; Operação Transportes: 29/12, 16 (dezesseis) atos e 06 (seis) autos. Em 2021, pela Equipe Externa de Fiscalização (compreendidas as atividades de Operações, Combustíveis e Denúncias) foram realizados 2.533 (dois mil, quinhentos e trinta e três) atos fiscalizatórios, sendo lavrados 1.191 (mil, cento e noventa e um) Autos de Constatatórias. Municípios com fiscalização e agentes fiscais credenciados - Em dezembro do ano corrente, contabilizamos 165 (cento e sessenta e cinco) municípios com fiscalização e 255 (duzentos e cinquenta e cinco) agentes fiscais conveniados para atuação no Interior, sendo que, em 2021, foram lavrados por eles 236 (duzentos e trinta e seis) Autos de Infração. A equipe responsável pela orientação e atendimento aos fiscais conveniados e dos Núcleos Regionais realizaram, no período de janeiro a dezembro, 664 (seiscentos e sessenta e quatro) atendimentos telefônicos e 4.415 (quatro mil, quatrocentos e quinze) atendimentos por e-mail, quanto ao Monitoramento de Recalls - No ano de 2021 foram abertas 29 (vinte e nove) Averiguações Preliminares para notificação, análise e acompanhamento das campanhas de “Recall” publicadas, todas incluídas no banco de dados mantido pela Fundação Procon-SP. As atividades realizadas pela Equipe de Atividade de Análise (EAA), para maior eficiência, foram divididas em duas equipes com atividades distintas: Equipe de Atividade de Análise (EAA), responsável pelas Averiguações Preliminares de demandas oriundas de despacho “ex officio” do Diretor de Fiscalização, do Ministério Público do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça, associações, sindicatos, reclamações registradas por consumidores diretamente à Diretoria, ou encaminhadas em razão de condutas reiteradas de empresas; Equipe Operacional de Análise (EOA), criada em setembro de 2020, encarregada pelas operações que demandam diligências internas. Em 2021 foram instauradas 87 (oitenta e sete) Averiguações e lavrados 64 (sessenta e quatro) autos de infração, com destaque para as ações: Operação Black Friday 2021, e-commerce, instauração de 13 (treze) Averiguações Preliminares; Cancelamentos de Voos: Natal e Ano Novo, 04 (quatro) Averiguações; Suspensão de Temporária de Atividades de Transporte Aéreo: em 17/12/2021; Vazamento de dados de Aplicativo de Restaurantes: ataque hacker trocou nomes de restaurantes por mensagens de apoio a Bolsonaro e contra a vacina; Quebra de Trava de Segurança de montanha-russa denominada “Montezum” em parque de diversão; Transparência das Informações no âmbito da Saúde Suplementar (RN ANS nº 432/17, Anexo I da RN nº 389/15), 07 (sete) averiguações; Venda de Ingressos Falsos para entrada em Mirante localizado em prédio na cidade de São Paulo; Má Prestação de Serviço dos Aplicativos de Redes Sociais (04/10, serviço indisponível); Comercialização de Celulares Sem Carregador de Energia e publicidade enganosa de aparelho supostamente resistentes à água; Cláusulas Abusivas em Termo de Adesão de Academia, Má Prestação de Serviços Bancário, deixar de garantir segurança que se espera na prestação de serviços bancários, cobranças indevidas, suposto estelionato, autorizar pagamento de cheques cujas assinaturas do emitente ou do endossante eram falsas, permitir transações financeiras não autorizadas pelos consumidores, furtos, roubo, sem que tais transações fossem identificadas e bloqueadas pelos sistemas de segurança do fornecedor, entre outras; Prática Abusiva na Comercialização de Planos de Saúde, parâmetros desconformes de reajustes de valores por faixa etária (RN ANS n.º 3º, inciso II); Deixar de Apresentar Esclarecimentos a operadora de Plano de Saúde, quanto a reajustes dos planos de saúde (mensalmente e mudança de faixa etária), não informa os percentuais de reajuste; Má Prestação de Serviços no fornecimento de Energia Elétrica, deixou de garantir a segurança se pode esperar, em virtude do rompimento de fiação elétrica em via pública, uma transeunte foi eletrocutada e faleceu no local e em razão de não assegurar um tratamento dos dados pessoais adequado, admitido a ocorrência de vazamento de dados pessoais de parcela de seus consumidores: nome, CPF, RG, Data de Nascimento, idade, telefone fixo, telefone celular, e-mail, carga instalada, consumo estimado, tipo de instalação, leitura e endereço.

Ação 6045 - Educação para o consumo. No período de Janeiro a Dezembro de 2021, o Núcleo de Informações e Registros (NIR) da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor realizou as seguintes atividades: revisão e diagramação da Apostila LGPD para curso interno de capacitação; criação e diagramação das Cartilhas LBTQIA+ e Procon Racial; desenvolvimento de pop up e arte para evento de Mestres do Consumidor tema “Superendividamento”; atualização e diagramação das seguintes publicações: Código de Defesa do Consumidor (para impressão); 03 (três) cartilhas edição especial Coronavírus; do Guia dos Direitos do Consumidor e Guia Prático do Fornecedor; Bloqueio Telemarketing “ Não me Ligue”; Dicas para o Consumidor Turista; Manual do Idoso; Consumo de Água e Luz e de mais 11 (onze) publicações com alterações devido a Lei 14.181, de 1º julho de 2021 (prevenção e tratamento do superendividamento). De janeiro a dezembro de 2021 foram contabilizadas 53 (cinquenta e três) pesquisas, sendo: 14 (quatorze) Pesquisas Bancárias, 24 (vinte e quatro) Pesquisas de Cesta Básica, 10 (dez) Pesquisas Comparativas de Preços de diversos segmentos, 04 (quatro) Pesquisas Comportamentais e 01 (um) Levantamento quanto à comercialização do Detox Pro. Destas destacamos a Pesquisa Comportamental “Poder de Compra do Consumidor na Pandemia”. Efetuada em 2021, em dois momentos distintos, o foco foi a percepção dos consumidores quanto ao seu poder de compra durante a pandemia, suas eventuais dívidas e expectativas quanto ao seu futuro, ao da economia brasileira e ao da mundial. Após flexibilização das medidas de isolamento foi importante repetir o levantamento, com o objetivo de observar se ocorreram alterações na percepção dos entrevistados. Quanto ao PPA de 2021, informamos que o NIP superou a meta pré-estabelecida, mas a meta da ATAR não foi atingida já que as pesquisas comparativas de preços nos núcleos Regionais estão suspensas, em função da pandemia. Pelo CEA - Centro de Estudos Avançados (incluídas as atividades educativas realizadas pelo Núcleo de Tratamento do Superendividamento e pela ATAR-Assessoria Técnica de Ação Regional) - Palestras, cursos e eventos em geral. No ano de 2021 foram realizadas 105 (cento e cinco) atividades educativas dirigidas a consumidores e educadores, atingindo 10.207 (dez mil, duzentas e sete) pessoas, conforme discriminado a seguir: 64 (sessenta e quatro) palestras para consumidores; 02 (duas) palestras para fornecedores; 08 (oito) atendimentos a estudantes; 09 (nove) Eventos Online: (debates, seminários, congressos, bate-papo virtual; encontros); 22 (vinte e dois) Cursos EAD sobre temas diversos da defesa do consumidor veiculadas pelas Plataformas online; 16.263 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta e três) visualizações de aulas em formato de vídeos publicados em 2021 (acessíveis pelo *site* e pelas redes sociais do Procon) sobre temas da defesa do consumidor. Com a pandemia da COVID-19, as atividades educativas presenciais foram suspensas, acarretando excepcional redução no número de ações, diversas das quais foram retomadas na modalidade a distância (*online*), com destaques para palestras, capacitações, cursos, videoaulas, e outros eventos (seminários, congressos, encontros, debates). O atingimento da meta programada nas ações ficou fortemente prejudicado em decorrência da extensão da pandemia da COVID-19 no ano de 2021.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Secretaria de Logística e Transportes

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 16000 - Secretaria de Logística e Transportes

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	2.082.205.547,00	1.977.369.568,00	1.297.446.538,96	343.228.588,90	1.640.675.127,86	1.423.922.314,30
Pessoal e Encargos Sociais	403.875.424,00	255.179.692,00	247.546.511,72	0,00	247.546.511,72	249.106.847,47
Outras Despesas Correntes	1.678.330.123,00	1.722.189.876,00	1.049.900.027,24	343.228.588,90	1.393.128.616,14	1.174.815.466,83
Despesas de Capital	4.073.126.967,00	3.946.328.366,00	1.374.447.533,21	2.091.191.371,59	3.465.638.904,80	1.469.706.657,31
Investimentos	4.073.126.967,00	3.946.328.366,00	1.374.447.533,21	2.091.191.371,59	3.465.638.904,80	1.469.706.657,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	6.155.332.514,00	5.923.697.934,00	2.671.894.072,17	2.434.419.960,49	5.106.314.032,66	2.893.628.971,61

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 16000 - Secretaria de Logística e Transportes

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	20.432.992,00	2.895.059,00	2.895.058,06	0,00	2.895.058,06	4.386.035,99
Despesas Correntes	20.432.992,00	2.895.059,00	2.895.058,06	0,00	2.895.058,06	4.386.035,99
1601 - PLANEJAMENTO DE LOGISTICA E TRANSPORTES	174.034.031,00	9.224.222,00	5.244.100,08	583,84	5.244.683,92	4.746.499,83
Despesas Correntes	174.033.991,00	9.224.212,00	5.244.100,08	583,84	5.244.683,92	4.746.499,83
Despesas de Capital	40,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1602 - GESTAO DA LOGISTICA HIDROVIARIA	369.518.478,00	422.740.866,00	250.737.637,98	5.029.769,99	255.767.407,97	217.568.286,28
Despesas Correntes	172.719.088,00	226.958.476,00	203.955.437,67	0,00	203.955.437,67	170.750.215,01
Despesas de Capital	196.799.390,00	195.782.390,00	46.782.200,31	5.029.769,99	51.811.970,30	46.818.071,27
1605 - OPERACAO, CONSERVACAO E SEGURANCA DA MALHA RODOVIARIA ADMINISTRADA PELO DER	1.659.732.265,00	1.663.491.806,00	1.011.809.927,01	339.611.008,48	1.351.420.935,49	1.172.748.921,41
Despesas Correntes	1.657.214.550,00	1.658.723.308,00	1.011.626.747,39	339.584.580,48	1.351.211.327,87	1.170.715.581,76
Despesas de Capital	2.517.715,00	4.768.498,00	183.179,62	26.428,00	209.607,62	2.033.339,65
1606 - MELHORIAS DA MALHA RODOVIARIA	2.872.806.744,00	3.715.289.672,00	1.298.080.426,04	2.085.414.833,92	3.383.495.259,96	1.387.976.830,54
Despesas Correntes	2.872.806.744,00	3.715.289.672,00	1.298.080.426,04	2.085.414.833,92	3.383.495.259,96	1.387.976.830,54
1607 - MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	58.804.966,00	89.053.269,00	82.126.923,00	4.363.764,26	86.490.687,26	85.202.397,56
Despesas Correntes	57.804.916,00	79.568.503,00	73.725.195,76	3.643.424,58	77.368.620,34	73.323.981,71
Despesas de Capital	1.000.050,00	9.484.766,00	8.401.727,24	720.339,68	9.122.066,92	11.878.415,85
1611 - TRANSPOSICAO RODO-FERROVIARIA DA RMSP	1.000.003.028,00	21.003.030,00	21.000.000,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Despesas Correntes	1.000.003.028,00	21.003.030,00	21.000.000,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Despesa Total	6.155.332.514,00	5.923.697.934,00	2.671.894.072,17	2.434.419.960,49	5.106.314.032,66	2.893.628.971,61

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Programa: 1601 – Planejamento de Logística e Transportes

Modernizar a Gestão da Organização no que se refere ao planejamento e implantação dos recursos de Gestão Operacional e de Projetos (Estratégia, Estrutura, Pessoas, Processos e TI) visando obter maior eficiência e eficácia. Desenvolver estudos que permitam aumento da competitividade da economia paulista através da intermodalidade via elaboração do plano diretor de logística e Transportes – PDLT.

As ações orçamentárias que tiveram valores executados referem-se a suporte administrativo e de pessoal.

Programa: 1602 – Gestão da Logística Hidroviária

Prover a infraestrutura de transportes, melhorando a capacidade e eficiência do transporte marítimo e hidroviário e promovendo a modernização da infraestrutura do porto de São Sebastião e da Hidrovia Tietê-Paraná, de modo a garantir segurança, aumento de velocidade de tráfego e de volume de cargas. Aumentar a eficiência das travessias litorâneas através da melhoria nas instalações, embarcações e construção de novos atracadouros.

Em razão do contingenciamento do orçamento inicial de 2021, houve necessidade de revisão no cronograma de obras e serviços do Departamento Hidroviário, com o intuito de apropriar, de forma mais adequada, os recursos disponibilizados, podemos imputar o resultado acumulado de 29,4 % de avanço físico, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, para as obras e projetos de melhoria e ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná. Em 2021, foi concluída a obra de implantação do Canal de Montante da Eclusa de Ibitinga. Teve prosseguimento a execução da revisão do projeto do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. Registramos como avanço a contratação da revisão do projeto do Canal de Anhembi. Esses dois se encontram em andamento. O projeto do Canal a Jusante da Eclusa de Nova Avanhandava, concluído em 2020, foi encaminhado à análise do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, que solicitou a execução de ajustes e complementações, sendo que a aprovação ainda está em fase de formalização.

O total de carga movimentada na Hidrovia Tietê-Paraná em 2021 foi 869 milhões TKU, que corresponde a 39,98%, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, observando que não foi obtida a movimentação no trecho do rio Paraná (Federal), apurada pela Administração da Hidrovia do Paraná - AHRANA. Os principais motivos para não atingimento da meta são: (A) restrição da navegação à jusante da eclusa de Nova Avanhandava, em razão das obras de melhoria do canal, mesmo estando paralisadas; (B) redução de calado no trecho do canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, devido às condições hidrológicas dos reservatórios; (C) paralisação do transporte nesse trecho, em vista da insuficiência de nível d'água para a navegação, que permanece até nova avaliação da Sala de Crise da Hidrovia Tietê-Paraná, em que participam a Agência Nacional de Águas - ANA, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Departamento Hidroviário, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, as concessionárias de geração de energia e os operadores de transporte na hidrovia.

Ação 5873- Operação e Manutenção do Sistema Hidroviário

Implantação e manutenção da sinalização e de equipamentos de auxílio à navegação; afastamento de vegetação nos pontos críticos da via navegável; elaboração de levantamentos topográficos e batimétricos; revisão/atualização de cartas náuticas; operação e manutenção do sistema de monitoramento e controle do tráfego hidroviário, por meio do Centro de Controle Operacional (CCO), e plano de comunicação social.

A manutenção da sinalização da via tem sido executada a contento pelo DH. O Centro de Controle Operacional tem operado apesar de enfrentar dificuldade no que diz respeito à manutenção dos softwares e hardwares e instalações dos sistemas de monitoramento do tráfego de hidrovia. Em 2021 não houve atividade de revisão e atualização de cartas náuticas.

Os indicadores apontaram resultados superiores às metas estabelecidas:

O índice de disponibilidade das eclusas do trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, em 2021, atingiu 98,77%, acima da meta anual estabelecida de 95%.

O índice de sinais náuticos operacionais no trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, em 2021, atingiu 97,38%, acima da meta anual estabelecida de 85%.

Ação 1291 – Ampliação e Melhorias Hidrovia Tietê Paraná

Elaboração de projeto e execução de obras para a eliminação de gargalos na Hidrovia Tietê - Paraná: ampliação e proteção de navegação de pontes, ampliação e retificação de canais, melhorias em eclusas - atracadouro de espera, muro guia, amortecedor de ondas e outro - e terminais hidroviários. Elaboração de projeto e execução de obras de novos trechos: extensão, duplicação de eclusas e outros.

A ação tem como objetivo envidar os melhores esforços para a implantação do programa, visando à execução de estudos, projetos e obras complementares na Hidrovia Tietê-Paraná, em especial para a expansão do sistema e a remoção de gargalos operacionais na via. Para tanto foram firmados o Protocolo de Intenções MT 001/2011 entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado de Logística e Transportes, com a interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, do Departamento Hidroviário - DH e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, e, o Contrato de Financiamento nº 13.2.1150.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Estado de São Paulo.

Concluído:

- **Canal a Montante da Eclusa Ibitinga – Melhoria da rota de navegação e escavação subaquática de altos fundos**

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga.

Localização: Reservatório de Ibitinga.

Contrato assinado em 15/03/2019 – Término dos serviços: 22/09/2021

Em andamento:

- **Manutenção da HTP – integração dos serviços de sinalização, topografia e batimetria.**

Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Manutenção do Balizamento e Levantamentos Topo batimétricos na Hidrovia Tietê-Paraná.

Contrato assinado em 16/05/2019 – Início dos serviços: 06/06/2019

- **Supervisão de Obras Alto e Médio Tietê e Baixo Tietê Paraná.**

Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras do Programa para a Eliminação de Gargalos da Hidrovia Tietê-Paraná.

Localização: Hidrovia Tietê-Paraná.

Contrato assinado em 27/12/2019 – Início dos serviços: 27/12/2019

- **Revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do canal de Anhembi.**

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do Canal de Anhembi, situado entre os km 72 e 89,1 da rota de navegação da Hidrovia Tietê-Paraná, no rio Tietê, no Reservatório de Barra Bonita.

Localização: Reservatório de Barra Bonita.

Contrato assinado em 04/02/2021 – Início dos serviços: 01/03/2021

O DH realiza periodicamente levantamentos batimétricos para avaliar e acompanhar as profundidades e condições para a navegação, tendo-se observado significativos índices de assoreamento naquele trecho, que comprometem significativamente a navegação, uma vez que a limitação das profundidades acarreta a diminuição do calado operacional das embarcações, dificultando, e até impedindo, o transporte de cargas.

O levantamento batimétrico do Canal de Anhembi, realizado em janeiro de 2016, revelou um expressivo aumento no assoreamento, cerca de 71%, comparado com o levantamento anterior, de 2012.

A obra do Canal de Anhembi está prevista para ser executada com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 01/11 - MT, e é objeto do Termo de Compromisso nº 685/2013.

/ contratar:

• **Elaboração de projeto executivo e estudos ambientais das obras de ampliação do canal de navegação sob a ponte da rodovia SP-425.**

A obra para a ampliação do canal da ponte da rodovia SP-425, entre os km 30 e 36 da rota de navegação no rio Tietê, no reservatório de Nova Avanhandava, tem como objetivo a eliminação do gargalo operacional existente, que exige o desmembramento dos comboios na passagem sob a ponte, e está incluída no Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, previsto para ser executado com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 01/11 - MT.

Para contratação da elaboração do projeto foi lançada a Concorrência DH-129/2019, que, em vista da limitação de recursos e necessidade de reprogramação de investimentos do Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, foi cancelada. Deverá ser aberta nova licitação no 1º semestre de 2022.

Paralisadas, complementação a contratar em 2022:

• **Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava**

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava.

A obra consiste na execução de derrocamento para equacionamento da questão da eliminação de pontos altos localizados no trecho, de forma a permitir a navegação sem restrições de calado.

Localização: Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama.

Obra paralisada em junho de 2019. Previsão de retomada: 1º semestre de 2022.

Execução com recursos do Ministério dos Transportes.

• **Obra na Eclusa de Bariri – Implantação do Atracadouro de Espera**

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri.

A obra visa a aproximação dos pontos de desmembramento e recomposição dos comboios à eclusa, reduzindo o tempo da operação de eclusagem.

Localização: Reservatórios de Ibitinga e Bariri - Município de Boracéia.

Obra paralisada em março de 2017. Previsão de retomada: 2º semestre de 2022.

Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES.

• **Obra na Ponte SP 425 – Proteção dos pilares do vão de navegação**

Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado.

Localização: Reservatório de Nova Avanhandava - Municípios: Barbosa e José Bonifácio

Início depende do termino da obra em andamento do DER e solução para impasse jurídico envolvendo contratação anterior da obra rescindida pelo DH.

Previsão de início das obras: 2º semestre de 2022.

Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES.

• **Obra na Ponte SP 333 – Proteção dos pilares do vão de navegação**

Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado.

Localização: Reservatório de Promissão - Municípios: Pongá e Novo Horizonte

Início depende de solução para impasse jurídico envolvendo contratação anterior da obra rescindida pelo DH.

Previsão de início das obras: 2º semestre de 2022.

Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES.

1421 – Melhoria Operação Inst.Travessias Litorâneas

Operação das travessias litorâneas, elaboração de projetos básicos, estudos ambientais, projetos executivos e execução das obras de reforma dos estaleiros, reforma e ampliação das gavetas de atracação/desatracação e construção/reforma de embarcações.

O Sistema de Travessias Litorâneas é um dos mais importantes serviços de mobilidade urbana do Litoral Paulista. O serviço para transporte de veículos por balsas existe desde 1918 na atual Travessia Santos-Guarujá. O Sistema foi operado pelo Departamento Hidroviário dos anos 1960 até 1989, quando passou a ser administrado pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. Com a promulgação do Decreto Estadual nº 65.262/2020 os serviços de travessias litorâneas, permitidos à DERSA, a partir de 01/11/2020, passaram a ser de responsabilidade do Departamento Hidroviário.

O acumulado de 44,92% do Avanço Físico de Modernização das Embarcações e Instalações das Travessias, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, refere-se ao período de 2016 a 2021. Entre as principais ações realizadas, destaque para:

Melhoramento de Instalações, Reforma de Embarcações e Atracadouros

Reforma, modernização e adequação de embarcações: continuidade e conclusão da reforma do Ferry Boat FB-24. Assinados os contratos para reforma das lanchas Valongo; Paicará e Itapema; e, reforma dos ferry boats FB-Bacharel; FB-Ribeira; FB-Valda II; FB-13 e FB-17.

Melhoramentos de Atracadouros

Execução de obras de construção de 2 (dois) novos flutuantes metálicos e 2 (duas) novas pontes de estruturas metálicas nos atracadouros da Travessia Cananéia-Continente; início da reforma das estruturas metálicas de 6 (seis) rampas articuladas dos atracadouros de gavetas da Travessia Santos-Guarujá; início da reforma e docagem do Flutuante DERSA III, de Ilha Comprida, na Travessia Cananéia-Ilha Comprida; início da reforma e docagem do flutuante DERSA VII, de Guarujá, na Travessia Bertioga-Guarujá; início de obras de reforma da ponte de estrutura metálica de Ilhabela, da Travessia São Sebastião-Ilhabela; início de obras de reforma da ponte de estrutura metálica e reforma do flutuante no atracadouro flutuante de Santos, da Travessia Santos-Guarujá; implantação de novo atracadouro flutuante de Guarujá, na Travessia Santos-Guarujá, contemplando a reforma do flutuante, a ponte de veículos e a passarela de pedestres, em função dos danos causados pelo navio da Hamburg Sud, no acidente ocorrido em 20/06/2021; manutenção preventiva, corretiva e programada dos atracadouros de gaveta e grupos geradores da Travessia Santos-Guarujá.

Serviços de Conservação e Manutenção de Embarcações

Preparação das embarcações para vistorias de renovações de CSN (Certificado de Segurança Naval) – Vistorias Anuais: 39 embarcações/flutuantes, incluindo 07 embarcações/ flutuantes que estavam pendentes do ano de 2020, as quais foram regularizadas em 2021, além de 03 embarcações / flutuantes que foram antecipados do ano de 2022, em função de estarem com vistorias no período da temporada de final de ano. Reativação de CSN – 03 flutuantes, DERSA IX, instalado na margem de Cananéia, da Travessia Cananéia x Ilha comprida; DERSA X, instalado na margem de Juréia, e DERSA XI, instalado na margem de Iguape, da travessia Iguape x Juréia, os quais estavam com documentação vencida e irregular desde o ano de 2017. Realização de ensaio não destrutivo de ultrassom em 08 embarcações / flutuantes – Lancha Itapema; FB-14; FB-17; FB-25; FB-29; Flutuante DERSA IX; Flutuante DERSA X; Flutuante DERSA XI. Vistorias da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) – 26 embarcações e flutuantes vistoriados. Serviços de recondicionamento de motores de propulsão, reversores, sistema de comando e grupos geradores das embarcações – 38 unidades recondicionadas.

Companhia Docas de São Sebastião – CDSS

A Companhia Docas de São Sebastião é uma sociedade de economia mista, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, que se tornou em 2017 empresa dependente do Governo do Estado. Foi constituída pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 29 de agosto de 2007, com a finalidade precípua de administrar e desenvolver a infraestrutura do Porto Organizado de São Sebastião, delegado pela União ao Estado de São Paulo por Convênio de Delegação firmado em 15 de junho de 2007, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos prorrogáveis por igual período.

Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

para fins de desestatização. Após a conclusão, em julho de 2021, dos estudos contratados pelo BNDES junto a um Consórcio para que fosse efetuada a "... avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, ...", o Ministério da Infraestrutura os encaminhou para a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários para continuidade do processo.

A Companhia forneceu ao BNDES e ao Consórcio contratado, as informações e dados para subsidiar os referidos estudos para a desestatização, bem como expôs suas considerações e críticas em relação às conclusões e à modelagem adotada.

Em 17 de dezembro de 2021, a ANTAQ publicou o AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021 comunicando aos usuários e agentes do setor aquaviário nacional e, bem assim, aos demais interessados em geral, que realizaria consulta e audiência públicas, no período de 27/12/2021 a 09/02/2022, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório de concessão do Porto Organizado de São Sebastião.

A destinação (liquidação ou reaproveitamento com mudança do objeto social) da Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesse processo.

Ação 6266- Operação do Porto de São Sebastião

Operação do Porto de São Sebastião compreende as movimentações de cargas de exportação e importação, visando principalmente a oportunidade de novos negócios em busca da eficiência logística e da segurança operacional.

A Companhia Docas de São Sebastião administra e disponibiliza as infraestruturas terrestre e marítima para a movimentação de cargas, além de prestar serviços de armazenagem para parte delas. Supervisiona todas as movimentações, visando propiciar um ambiente favorável para novos negócios e consequente aumento de volumes de cargas movimentadas e garantir alto padrão de eficiência e eficácia operacional, segurança e gestão ambiental para a cadeia logística de sua área de influência. As operações portuárias de cargas e descargas de exportação e importação são totalmente realizadas por operadores privados qualificados pela Companhia.

Desempenho Operacional

Em 2021, atracaram 51 navios no berço principal do Porto e 967 embarcações de menor porte nos demais berços internos. Além disso, 738 navios-tanque transportando petróleo e derivados atracaram no TEBAR - Terminal Almirante Barroso, operado pela TRANSPETRO e 8 navios de turismo fundearam próximo ao centro do Município de Ilhabela, utilizando apenas a infraestrutura marítima de canal de acesso e as áreas de fundeio.

O PPA 2020-2023 estabeleceu como meta para 2021 a movimentação de 797.500 toneladas de carga no Porto de São Sebastião, que mesmo com o agravamento das dificuldades ocasionadas pela pandemia do corona vírus, movimentou 705.380 toneladas, redução de 11,8 % em relação a 2020 e 11,55 % abaixo da meta do PPA. As principais cargas movimentadas foram os graneis sólidos: barrilha, malte, cevada e silicato de sódio.

A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas em 2021 ficou assim definida:

- **Graneis Sólidos:** 94,0 %
- **Carga Geral:** 5,0 %
- **Animais Vivos:** 0,5 %
- **Outras:** 0,5 %

No Terminal de Uso Privativo - TEBAR, o movimento foi de 53.150.172 toneladas entre petróleo e derivados.

As receitas operacionais da Companhia apresentaram decréscimo de 1,34 % em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 22.313.051,88, valor este 51% superior à receita de 2017, ano no qual se tornou dependente. O valor total das cargas movimentadas registrou, em 2021, US\$ 28.726.000, sendo US\$ 20.740.000 de importação e US\$ 7.986.000 de exportação. Esse resultado representou apenas 8,1% da meta prevista de US\$ 354.750.000 e decorre da queda no volume de carga movimentado no período

e, principalmente, da predominância das cargas de baixo valor (matérias primas) nessa movimentação, acrescidas do efeito da desvalorização do real frente ao dólar estadunidense.

Outros destaques

Em virtude da pandemia do corona vírus e visando manter a operação em sua totalidade, a Companhia adotou todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades, como a obrigatoriedade do uso de máscaras; disponibilização de álcool gel em diversos pontos; higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso; distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios; medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails. Estas medidas proporcionaram resultados satisfatórios e permanecem em vigor.

A Companhia revisou o PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, tendo como parâmetros o Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião publicado em 2018 e a sua futura desestatização, encaminhando sua proposta para aprovação da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA em 22 de setembro de 2021.

Foi dada continuidade, junto com a SPU - Secretaria do Patrimônio da União, as medidas necessárias para regularização fundiária das áreas do Porto, com prazo previsto para o primeiro trimestre de 2022 e que servirá também ao processo de desestatização.

Desde 2019 o calado máximo operacional para o berço 101, único para navio cargueiro, foi reduzido em função de assoreamento no local. A Companhia realizou procedimento licitatório e contratou no final de 2020 empresa para realizar a dragagem, com o intuito de restabelecer a profundidade de 10 metros. Após longo processo para sanar pendências ambientais e administrativas, foi iniciada em dezembro de 2021 e deverá ser concluída até o final de junho de 2022.

A Resolução Normativa ANTAQ nº 32/2019 estabeleceu uma estrutura tarifária padronizada a ser adotada por todas as Administrações Portuárias. A Companhia entregou a sua proposta e os seus estudos em novembro/2020 e a ANTAQ aprovou por intermédio de seu Acórdão nº 207, de 20 de abril de 2021, que também estabeleceu os valores teto para os itens tarifários. A nova estrutura foi implantada a partir de 1º de julho de 2021.

A Companhia concluiu a implantação do novo sistema de controle de acesso de pessoas e veículos na Área Primária do Porto de São Sebastião para atendimento ao Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 2 de 26/09/2003, que especifica os requisitos técnicos, formais e prazo para 'implantação de sistema informatizado de controle aduaneiro domiciliar e de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro. O sistema possibilitou agilizar o processo de identificação e acesso de pessoas e veículos com o apoio tecnológico, aproveitando de melhor forma a infraestrutura do Porto, bem como facilitando a gestão da logística e controle das áreas primárias, no que se refere às operações de carga e descarga, armazenamento/retirada de mercadorias e movimentação de carga em geral, trazendo confiabilidade e segurança.

Em atendimento ao art. 7º da Instrução Normativa nº 39 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Porto de São Sebastião requereu em 2020 e obteve em 2021 sua habilitação para garantir que a realização das atividades relacionadas ao comércio e ao trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário seja conduzida em espaços físicos que disponham de condições adequadas para as referidas atividades. Entende-se por habilitação, a autorização concedida pelo MAPA e, para tanto, houve a necessidade de adequação da estrutura operacional do Porto.

Encontra-se em fase de aprovação o projeto executivo para instalação de dutos e equipamentos em área interna do Porto, interligando o Terminal de Armazenagem de Óleo Vegetal, situado em área contígua à Área do Porto Organizado, ao cais de atracação, conforme estabelecido no Contrato de Passagem firmado com a empresa Olfar S/A Alimento e Energia. O prazo de duração do contrato é de 25 (vinte e cinco) anos, estando estabelecida a movimentação mínima contratual de 120.000 (cento e vinte mil) toneladas ao ano de grânéis líquidos vegetais.

Em dezembro, a empresa RC Technica Caldeiraria e Montagem Industrial Ltda., com sede no município de Taubaté/SP, formalizou o pleito de locação temporária de espaço dentro da Área Portuária, ao amparo da Resolução Normativa ANTAQ nº 7/2016, com o propósito de concluir a montagem de módulos de medição para navio-plataforma offshore e posterior loadout pelo cais do Porto.

A Companhia Docas de São Sebastião obteve o segundo lugar entre os Portos Organizados, na Categoria Conformidade Regulatória do PRÊMIO ANTAQ 2021, que contempla as empresas que, no quinquênio 2016-2020, apresentaram as melhores conformidades regulatórias, de acordo com o novo modelo de Perfil de Risco da Fiscalização da Agência. No Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ o Porto de São Sebastião ficou classificado em 6º lugar entre 31 portos públicos.

Ação 1423- Modernização Ampliação Porto de São Sebastião

Execução de obras de ampliação das instalações portuárias-Pátio 4 (obra em aterro); implantação de rede de combate a incêndio nos pátios e cais, de sistema de segurança de monitoramento por câmeras e controle de acesso para certificação ISPS-CODE e ponte de acesso como originalmente prevista no projeto de ampliação do Porto; adequação da área de preservação do manguezal e construção do local de visitação pública.

O Projeto de Expansão do Porto encontra-se paralisado, pois a Licença Prévia nº 474/2013 emitida pelo IBAMA em 17/12/2013, para suas fases 1 e 2 e que possibilitaria o incremento da área portuária para 800 mil m² e a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura e profundidade mínima de 16 m, foi suspensa por ação impetrada pelos Ministérios Público Federal e Estadual, permanecendo ainda sub judice. Em 28/05/2014, foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual em face do IBAMA e da Companhia, com trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11/07/2014. Após diversos trâmites na Justiça, em 07/03/2019 foi juntado o recurso de apelação dos Ministérios Público Estadual e Federal, razão pela qual a Companhia Docas de São Sebastião protocolou no dia 05/04/2019 as contrarrazões do recurso de apelação. Após permanecer longo prazo na Primeira Instância - Vara de Caraguatatuba, o processo foi, finalmente, remetido para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 06 de outubro de 2021.

Programa: 1605 – Gestão, Operação E Segurança De Rodovias

Operar e conservar o sistema rodoviário visando garantir segurança e conforto aos usuários.

Ação 4900 – Policiamento nas Rodovias sob Jurisdição do DER

Fiscalização e policiamento preventivo e ostensivo nas rodovias estaduais sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem, realizados pelo Comando do Policiamento Rodoviário, por meio da utilização de sistema de comunicação integrado, digitalizado, de apoio operacional e atividades conveniadas.

Manutenção das atividades de fiscalização e policiamento, preventivo e ostensivo, nas rodovias estaduais sob jurisdição do DER, realizadas pelo Comando do Policiamento Rodoviário - CPRV, por meio da utilização de sistema de comunicação integrado, digitalizado e de apoio operacional.

Ação 4901 – Implantação e Operação de Postos de Pesagem

Operação dos serviços contínuos de aferição e gerenciamento dos sistemas de pesagem dinâmica, fixa e portátil móvel dos veículos rodoviários de carga que trafegam por rodovias estaduais.

Operação dos serviços contínuos para verificação do peso dos veículos de carga, pois o excesso de peso, além de ser infração de trânsito com penalidades e sanções previstas em Lei, traz consequências danosas não apenas ao patrimônio público, pois o pavimento deteriora-se rapidamente devido à repetição de cargas acima dos limites estabelecidos e considerados em seu projeto, com drástica redução da sua vida útil, mas também aos próprios condutores, transportadores ou proprietários dos veículos, que sofrem prejuízos com as multas, as despesas de transbordo da carga, o atraso na entrega de mercadorias, o aumento dos custos de manutenção e a diminuição da vida útil também do veículo, consequências naturais do excesso de peso. Além disso, os demais usuários das rodovias têm as condições de segurança de tráfego prejudicadas pelos veículos infratores, tanto devido ao aumento nos índices de acidentes quanto devido aos perigos de uma via danificada pelo excesso de peso dos veículos de carga.

Em 2021, teve continuidade a operação ininterrupta dos postos fixos (iniciada em 2018), bem como da mobilização Volante com Instrumento de Pesagem não Automático – IPNA para as Regionais: DR.1, DR.2, DR.3, DR.4/DR.13, DR.5/DR.6, DR.7, DR.9/DR.14, DR.10, DR.11 e DR.12.

A nova contratação da operação volante (balança móvel) através do edital de licitação nº 004/2018, foi finalizada, tendo os contratos assinados, com emissão de Nota de Serviço estabelecendo o início em 16/10/2021, com exceção do lote 12 (DR.13) que iniciou em 16/12/2021, nesta contratação estão previstas a construção de mais 18 bases, sendo 10 (dez) na malha da DR.1, 01 (um) da DR.4, 06 (seis) da DR.3 e 01 (um) da DR.9, para serem concluídas nos primeiros 90 dias e a efetiva operação com início previsto no quarto mês de contrato. Nas demais Regionais estão previstas obras de recuperação das plataformas e acessos, também a serem realizadas nos primeiros 03 (três) meses.

Os pontos de fiscalização de peso (postos e bases) são os abaixo indicados:

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto
SP 031	37+000	Leste	Riacho Grande/ Ribeirão Pires	DR 10	Fixo
SP 042	168+615	Sul	Paraisópolis (MG) / S. B. do Sapucaí (SP)	DR 06	Fixo
SP 050	100+500	Sul	Monteiro Lobato/São José dos Campos	DR 06	Móvel
SP 052	222+000	Sul	Cruzeiro (SP) / Passa Quatro (MG)	DR 06	Móvel
SP 055	223+000	Sul	Bertioga / São Sebastião	DR 05	Móvel
SP 055	371+000	Leste	Pedro de Toledo / Itariri	DR 05	Fixo
SP 066	67+000	Oeste	Guararema / Mogi das Cruzes	DR 10	Fixo
SP 079	100+000	Norte	Piedade/ Sorocaba	DR 02	Móvel
SP 079	112+000	Sul	Sorocaba / Piedade	DR 02	Móvel
SP 097	19+000	Norte	Sorocaba / Porto Feliz	DR 02	Móvel
SP 123	25+991	Norte	Taubaté/Campos do Jordão	DR 06	Móvel
SP 129	63+200	Sul	Tatuí/Itapetininga	DR 02	Móvel
SP 129	65+500	Norte	Itapetininga/Tatuí	DR 02	Móvel
SP 139	10+200	Sul	Sete Barras / Registro	DR 05	Móvel
SP 151	5+500	Oeste	Limeira / Itacemópolis	DR 13	Móvel
SP 171	2+800	Norte	Cunha/BR 116	DR 06	Móvel
SP 226	1+300	Sul	Registro / Pariquera-Açú	DR 05	Móvel
SP 250	72+624	Leste	Piedade / Ibiúna	DR 02	Móvel
SP 250	159+846	Leste	São Miguel Arcanjo / Pilar do Sul	DR 02	Móvel
SP 253	169+400	Leste	Pradópolis / Luiz Antônio	DR 08	Fixo
SP 253	169+700	Oeste	Luiz Antônio / Pradópolis	DR 08	Fixo

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto
SP 253	207+000	Norte	Jaboticabal / Pradópolis	DR 04	Móvel
SP 264	111+000	Norte	Salto Pirapora / Sorocaba	DR 02	Móvel
SP 270	193+700	Oeste	Itapetininga / Angatuba	DR 02	Fixo
SP 270	193+700	Leste	Angatuba/Itapetininga	DR 02	Fixo
SP 291	23+975	Sul	Dumont / Pradópolis	DR 08	Móvel
SP 304	154+000	Sul	Piracicaba / Santa Bárbara d' Oeste	DR 13	Móvel
SP 304	354+000	Norte	Itaju / Ibitinga	DR 04	Móvel
SP 304	410+000	Norte	Ibitinga / Novo Horizonte	DR 09	Móvel
SP 305	4+000	Norte	Monte Alto / Jaboticabal	DR 04	Móvel
SP 310	495+700	Sul	Nhandeara / Mt. Aprazível	DR 09	Móvel
SP 310	540+000	Oeste	Magda / General Salgado	DR 11	Móvel
SP 310	602+000	Leste	Pereira Barreto/Auriflama	DR 11	Fixo
SP 320	460+700	Oeste	Bálsamo/Votuporanga	DR 09	Móvel
SP 320	637+700	Sul	Ap.do Taboado / Santa Fé do Sul	DR 09	Fixo
SP 322	407+855	Norte	Monte Azul Paulista / Bebedouro	DR 14	Móvel
SP 322	407+855	Sul	Bebedouro / Monte Azul Paulista	DR 14	Móvel
SP 322	450+000	Sul	Guaraci / Olímpia	DR 14	Móvel
SP 324	84+350	Leste	Indaiatuba / Vinhedo	DR 01	Móvel
SP 331	12+000	Norte	Gavião Peixoto / Araraquara	DR 04	Móvel
SP 333	16+940	Oeste	Cajuru / Serrana	DR 08	Móvel
SP 333	48+100	Leste	Ribeirão Preto / Serrana	DR 08	Móvel
SP 350	294+000	Sul	Guaxupé / Tapiratiba	DR 13	Móvel
SP 351	18+915	Oeste	Sto. Antônio da Alegria / Altinópolis	DR 08	Móvel
SP 373	185+000	Leste	Severínia / Colina	DR 14	Móvel
SP 379	14+000	Oeste	Ibirá / Urupês	DR 09	Móvel

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto
SP 413	24+435	Sul	Usina Volta Redonda / Miguelópolis	DR 14	Móvel
SP 421	148+015	Norte	Nantes / Taciba	DR 12	Móvel
SP 425	162+200	Leste	S.J.R. Preto / Olímpia	DR 09	Móvel
SP 425	251+000	Oeste	Barbosa / José Bonifácio	DR 11	Móvel
SP 425	284+000	Sul	Penápolis / Braúna	DR 11	Móvel
SP 425	434+100	Sul	Indiana/Martinópolis	DR 12	Móvel
SP 425	521+806	Norte	Itororó (PR) / Estrela do Norte (SP)	DR 12	Móvel
SP 463	63+000	Sul	Sto. Antônio do Aracanguá / Araçatuba	DR 11	Móvel
SP 563	121+055	Sul	Ouro Verde / Presidente Wenceslau	DR 12	Móvel
SP 613	75+953	Leste	Rosana / Teodoro Sampaio	DR 12	Fixo

Atualmente o DER tem 13 contratos de operação de balança em execução, sendo (03) três só de fixo (DR.6, DR.8 e DR.14), 06 (seis) de fixo + IPNA (DR.2, DR.5, DR.9, DR.10, DR.11 e DR.12) e 04 (quatro) só de IPNA (DR.1, DR.3, DR.4/DR.13 e DR.7).

A Operação com IPNA não necessita de base própria para a instalação do instrumento de pesagem, podendo ser instalado em qualquer ponto da rodovia que ofereça condições (planicidade e segurança para abordagem).

No ano de 2021, na malha viária paulista, foram fiscalizados 6.986.409 veículos e autuados 206.140, por excesso de peso e por outros enquadramentos (evasão, dimensão, falta de comprimento de medida administrativa, falta AET ou AET em desacordo), assim distribuídos:

Rodovias Administradas pelo DER

Fiscalizados = 2.756.325

Autuados por excesso de peso = 58.405

Autuados por outros motivos = 58.207

Total autuados DER = 116.612

Rodovias Concedidas

Fiscalizados = 4.230.084

Autuados por excesso de peso = 22.555

Autuados por outros motivos = 66.973

Total Concessionárias = 89.528

AET - Autorização Especial de Trânsito

Em 2021, foram expedidas um total de 147.198 AET (144.599 via internet e 2.599 de modo presencial), assim distribuídas:

- **AET PRESENCIAL** = 918 para PBTC (Peso Bruto Total Combinado) até 45 t., 462 para PBTC de 46 a 100 t, 375 para PBTC acima de 100 t, 258 para CVC's e 586 para guindastes.
- **AET DIGITAL** = 29.112 para indivisível anual até 45 t, 30.092 para PBTC de 46 a 100 t, 6.437 para Cegonhas, 813 para máquinas agrícolas, 2.578 para guindastes até 45 t., 75.032 para CVC e 535 para transp. de piscinas.

Ação 4903 – Operação e Segurança da Malha Rodoviária

Manutenção das atividades de apoio operacional em rodovias estaduais sob jurisdição do DER realizadas pelas Unidades Básicas de Atendimento (UBAs) e Central de Operações e Informações (COI), envolvendo acompanhamento das ocorrências de trânsito verificadas, aferição periódica das condições de tráfego das vias, prestação de informações e assistência aos usuários, recolhimento de veículos, promoção de campanhas de educação para o trânsito voltadas à redução de acidentes, operação de sistemas eletrônicos destinados aos registros de irregularidades cometidas nas rodovias estaduais.

Através do Atendimento aos Usuários-UBAs e pela Central de Operações e Informações - COI (telefone diuturno 0800 055 5510) são realizadas as manutenções das atividades de apoio operacional em rodovias estaduais sob jurisdição do DER, envolvendo: acompanhamento das ocorrências de trânsito verificadas; aferição periódica das condições de tráfego das vias; operação de sistemas eletrônicos destinados aos registros de irregularidades cometidas nas rodovias; prestação de informações e assistência aos usuários e promoção de campanhas de educação de trânsito voltadas à redução de acidentes, com a finalidade de proporcionar segurança e fluidez na malha rodoviária.

Em 2021 a COI recebeu um total de 575.364 ligações (0800). E as UBAs, responsáveis diuturnamente pela operação das rodovias sob jurisdição do DER, realizaram um total de 260.505 atendimentos aos usuários

Pátios e Bolsões – Remoção, Guarda e Leilão de Veículos Irregulares.

O objetivo do DER com a contratação de empresas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção e guarda de veículos é oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo Policiamento Militar Rodoviário do Estado de São Paulo, garantindo assim a função institucional e legal da Autarquia.

Atualmente, há 32 pátios e 08 bolsões em operação para a exclusiva guarda de veículos removidos em razão de infrações administrativas esculpidas na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), que resultam em remoção.

Com a celebração de convênios com municipalidades paulistas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção, guarda e liberação de veículos, o objetivo do DER é oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo Policiamento Militar Rodoviário do Estado de São Paulo, garantindo assim, a função institucional e legal da Autarquia. Além disso, destaca-se a observância ao princípio da economicidade, uma vez que, para o desempenho dos convênios, não se faz necessária a transferência de erário entre Conveniente e Conveniado. Atualmente, há 19 pátios conveniados em operação.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2021, o DER recolheu 1.816 veículos, liberou 663 e leiloou, aproximadamente, 28.926 veículos.

O passivo no ano de 2021 é de aproximadamente 23.194 veículos, estimando-se que 25% deste total apresentam algum tipo de restrição judicial/policial, o que os torna inaptos para liberação e os outros 75% estão sendo preparados para alienação em hasta pública.

Radar - Fiscalização de Trânsito.

Em 2021, foram operados 852 equipamentos fiscalizadores de trânsito, sendo 500 medidores de velocidade e 352 equipamentos não metrológicos, sendo aplicadas 4.093.556 penalidades aos motoristas transgressores as normas de trânsito.

OCR – Reconhecimento de Caracteres de Placas

O DER-SP possui 220 equipamentos instalados nas rodovias do Estado de São Paulo que, captam as imagens dos veículos em passagem, identificam suas placas automaticamente e, desta forma, permitem levantamentos estatísticos e averiguações de passagens veiculares com registro de crimes e/ou irregularidades administrativas. Após a captura de informações e avaliação de relevância, são encaminhados a 1.300 tablets fornecidos ao Policiamento Militar Rodoviário, avisos seletivos sobre a localização dos veículos com registros de desvios criminais ou administrativos. Desta forma, o policiamento rodoviário tem a possibilidade de interceptações assertivas. Trata-se de uma ferramenta estratégica para planejamento de operações e investigações policiais.

Estes equipamentos são monitorados diuturnamente para que não sejam interrompidas suas operações e produzam os efeitos necessários.

No ano de 2021 os equipamentos registraram as passagens de:

2021 Passagens de veículos

Jan	46.715.951
Fev	46.537.184
Mar	47.279.346
Abr	34.754.511
Mai	32.240.291
Jun	33.430.425
Jul	37.172.208
Ago	38.226.318
Set	36.546.537
Out	38.439.523
Nov.	39.462.336
Dez.	41.125.648

Estes números também permitem avaliar a performance econômica do País, através das reduções ou aumento de trânsito veicular de passageiros e cargas, enriquecendo as estatísticas e permitindo planejamento estratégico de investimentos.

Ação 4904 – Patrulha Rodoviária

Execução de obras de restauração e reparo de pequena monta em rodovias estaduais e municipais por meio de utilização de recursos técnicos e operacionais da Autarquia.

A atuação da patrulha rodoviária nas rodovias estaduais visa à concretização de obras para realização de reparos emergenciais, não previstas nos contratos de conserva. Os reparos são ocasionados, em sua maioria, por casos fortuitos que provocam a interrupção do tráfego ou risco de acidentes, caracterizando uma emergência. Os principais serviços prestados são relativos à recuperação de base do pavimento, reconformação de acostamento entre outros e também limpeza de caixa do sistema e desafogamento de linhas de tubo do sistema de drenagem, remendo profundo entre outros.

Concluído, através de Patrulha Rodoviária, serviços de pavimentação em estradas vicinais. As rodovias atendidas pela patrulha rodoviária foram:

- SP. 457 - KM 52, 57, 62, 67
- SP. 457 - KM 53,54,55,56
- SP.457 - KM 050, 51
- SPA-001/563 - KM 087+000 AO 87+200; KM 013+600 AO 13+700; KM 013+400 AO 12+500; KM 015+400 AO 15+100; KM 008+000 AO 008+200
- SP.457 - KM 001,5 AO 003
- SP.421 - KM 94
- SP.421 KM 4,7,10,98,101,103,106,109,110,111 E 116
- SP.421 KM 26,94,95,98,100
- SP.501 KM 67 AO 68.

Ação 4907 – Conservação, Sinalização Segurança Rodovias

Execução de serviços de conservação de rotina, abrangendo o pavimento das vias, recomposição do revestimento vegetal de encostas, adequação dos sistemas de drenagem, bem como atuação nos demais elementos de segurança, incluindo os serviços de sinalização horizontal e vertical na malha rodoviária sob administração do Departamento de Estradas de Rodagem.

No ano de 2021, por parte da Conservação da Sinalização:

- Implantação de Sinalização Horizontal (Tachões/Tachas Refletivas) 400.000 unidades
- Sinalização Horizontal (Pintura) 1.301.735 m²
- Sinalização Vertical (Placas) 32.722 m²
- Elementos de Segurança (Defensas Metálicas) 97.901 m

No ano de 2021, por parte da Conservação de Rotina foram utilizados:

- Reparo de Cerca: 24.400 m;
- Limpeza de Drenagem (Bueiros, Galerias, Drenagem de plataforma, Drenagem fora de plataforma e etc.): 10.354.747 m;
- Remendos, Panos e Tapa Buracos: 43.000 m³;
- Reconformação de Plataforma (Pista e Acostamento): 905 km;
- Guias e sarjetas: 1.460 m³;
- Gabião: 990 m³;
- Roçada: 56.567 ha;
- Capina: 8.469 ha.

Ação 1413 - Modernização Monitoração de Rodovias Estaduais

Modernização de rodovias estaduais mediante instalação de pontos de monitoração constituídos de câmeras, contadores de fluxo de tráfego, sensores de temperatura, pluviômetros, painéis de mensagens variáveis, dispositivos de radiocomunicações, entre outros.

Existem, vinculados a esta ação, dois serviços distintos sendo: 1- Analisadores de Tráfego e 2-Câmeras de Monitoramento, ambos estavam em fase de licitação no ano de 2021, entretanto, por ser um procedimento técnico e precisar de autorização de COETIC (Conselho Estadual da Tecnologia da Informação e Comunicação), o Contrato n.º 21.459-0 foi celebrado no final do ano de 2021 e prevê a instalação de 47 equipamentos analisadores de tráfego que serão instalados ao longo do ano de 2022. Quanto às câmeras de monitoramento o processo licitatório foi considerado deserto e não foi possível a sua efetivação. Em 2022, o processo licitatório será retomado.

Programa 1606 – Adequação Da Malha Rodoviária

Manter e aprimorar a malha rodoviária estadual e apoiar os municípios na execução de obras de recuperação e pavimentação em estradas vicinais e, quando for o caso, auxiliar na implantação ou reforma de terminais rodoviários de passageiros, contemplando os aspectos de mobilidade e acessibilidade.

Ação 1114 - Estradas Vicinais

Execução de obras de pavimentação e/ou recuperação e ampliação de capacidade em estradas vicinais.

Em 2021 foram concluídos 19,75 km de obras em estradas vicinais, conforme segue:

- **MIRANTE DO PARANAPANEMA** - Execução das obras e serviços de pavimentação de um trecho da Estrada Vicinal que liga Mirante do Paranapanema à Usina Taquaruçu com 1,8 km de extensão;
- **OSCAR BRESSANE** - Execução das obras e serviços de recapeamento da Estrada Vicinal OCB- 030 com 1,50 km de extensão, no município de Oscar Bressane;

- **FERNANDÓPOLIS** - Execução das obras e serviços de pavimentação asfáltica, implantação de guias, sarjetas, sistema de drenagem e sinalização no prolongamento da Avenida Marginal Luiz Brambati com 450m de extensão, no município de Fernandópolis;
- **MARÍLIA** - Execução das obras e serviços de recapeamento, construção de acostamento, implantação de ciclovia, sinalização vertical e horizontal na Estrada Vicinal Danilo Gonzales, que liga o Município de Marília ao Distrito de Avenças com extensão de 16 km. Estão em andamento 09 convênios celebrados com 09 municípios na modalidade Repasse de Verba para execução de obras nas estradas vicinais abaixo relacionadas:
- **ANDRADINA** - Execução das obras e serviços de pavimentação da Estrada Vicinal Emitério Castilho Gimenez, interligando a Vila Passareli ao Patrimônio com 5,7 km de extensão, no município de Andradina;
- **CRUZEIRO** - Execução de obras e serviços de pavimentação da estrada vicinal Mário Covas com 2,00 km de extensão;
- **MOGI DAS CRUZES** - Execução das obras e serviços de pavimentação da estrada vicinal Yoneji Nakamura, no Distrito Industrial - Bairro Taboão, com extensão de 2.820,73 metros;
- **PILAR DO SUL** - Execução de obras e serviços de recuperação da Estrada Vicinal Miguel Batista Nicomedes com 2,3 km de extensão, no município de Pilar do Sul;
- **SALESÓPOLIS** - Execução das obras e serviços de pavimentação da estrada municipal do Serrote que promove a ligação Guararema - Salesópolis, na extensão total de 10,102 km sendo 4,50 km no município de Salesópolis;
- **SANTA BRANCA** - Execução das obras e serviços de pavimentação da estrada vicinal SAB 030 que liga o município de Santa Branca a Guararema com 13,5 km de extensão;
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** - Execução das obras e serviços de recapeamento de 2 km, de implantação de 3,3 km, incluindo a construção da ponte do Rio Paraíba do Sul, ligação da estrada do Jaguarí a vicinal SJC-247;
- **TAUBATÉ** - Execução das obras e serviços de recuperação de pista e melhorias da SP-062 do km 123+700 ao km 130+000 com 6,3 km de extensão;
- **UBIRAJARA** - Execução das obras e serviços de construção de galeria celular dupla BDCC 3x3 metros e pavimentação do prolongamento da via Vereador Rubens Alves de Oliveira, acesso de Ubirajara/São Pedro do Turvo com a SP-315, com 220 metros de extensão.

Estão em andamento 384 convênios celebrados na modalidade Licitação dentro do 'Programa Novas Estradas Vicinais', para recuperação funcional e pavimentação, são eles: **FASE 01** – 91 – convênios; **FASE 02** – 101 – convênios; **FASE 03** – 97 – convênios; **FASE 04** – 95 – convênios.

As obras relacionadas a duplicação, recapeamento, conservação especial e implantação de melhorias são realizadas por meios de diversas ações e, durante o ano de 2021, totalizaram 304,37 km de rodovias. Abaixo segue o detalhamento das obras e suas respectivas ações

Ação 1418 - Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias

Execução de obras de duplicação viária e de desenvolvimento contínuo do programa de recuperação de rodovias, por meio de intervenções de restauro, melhorias, recapeamento de vias e de recuperação de encostas, entre outras, no âmbito da malha rodoviária estadual sob jurisdição do DER.

- SP 008 – Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 00,00 ao km 4,50 da spa 070/230 - Trecho Mairiporã - Atibaia – extensão na SP 008 = 8,67 km;
- SP 043 – Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do

km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 0,00 ao km 4,50 da SPA 070/230 – Trecho Ribeirão Pires – Suzano – Mogi das Cruzes - extensão na SP 043 = 27,25 km;

- SP 055 – Contratação de obras e serviços para implantação de cercas condutoras (alambrados) com extensão de 100 metros para cada lado das passagens de fauna localizadas na altura do km 341,143 e km 342,600 da rodovia SP 055 no Trecho entre Itanhaém e Peruíbe;

- SP 057 – Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 0,00 ao km 4,50 da SPA 070/230 – Trecho Juquitiba - extensão na SP 057 = 9,54 km;

- SP 063 - Contratação de serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da SP 063, entre o km 18,600 e o km 26,000 - município de Itatiba. – Extensão na SP 063 = 7,4;

- SP 092 - Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 0,00 ao km 4,50 da SPA 070/230 – Trecho Biritiba Mirim - extensão na SP 092 = 19,76 km;

- SP 102 - Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 0,00 ao km 4,50 da SPA 070/230 – Trecho Mogi das Cruzes - extensão na SP 102 = 8 km;

- SP 165 – Contratação de serviços de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da SP 165, do km 072,900 ao km 113,050 - Trecho Eldorado/Divisa Iporanga – extensão de 40,15 km;

- SP 165 – Contratação de obras de perenização, recuperação da plantação e drenagem da rodovia SP 165 no trecho entre Iporanga até Apiaí; vários trechos entre os km 143,500 ao 167,700, lados direito e esquerdo. - extensão de 25,34 km;

- SP 215 – Contratação das obras e serviços emergenciais para retaludamento do corte existente entre o km 170,351 e o km 170,726 com extensão de 375,00 metros - Trecho São Carlos; e correção de erosão na SPA 174/333 no km 0,300 em Taquaratinga;

- SPA 070/230 - Contratação de serviços de reparo do revestimento primário e nivelamento do leito nas estradas não pavimentadas do km 36,15 ao km 43,45 e do km 48,55 ao km 49,92 da SP 008; do km 53,90 ao km 81,15 da SP 043; do km 64,60 ao km 74,14 da SP 057; do km 75,60 ao km 95,36 da SP 092; do km 78 ao km 86 da SP 102 e do km 0,00 ao km 4,50 da SPA 070/230 – Trecho Juquitiba - extensão na SPA 070/230 = 4,50 km;

- SP 249 - Contratação emergencial das obras e serviços de perenização de segmentos intercalados na SP 249, entre os km 24,000 e o km 42,450 nos municípios de Apiaí e Ribeirão Branco - extensão de 18,45 km;

- SP 261 - Contratação emergencial das obras e serviços de adequação do sistema de drenagem, estabilização e contenção de erosões no km 352,54 da SP 321 e do km 138,35 ao km 138 le e ld , do km 144 ao km 145 le e km 146 da SP 261 nos municípios de Bauru e Pederneiras, extensão de 1,650 km;

- SP 304 - Contratação emergencial de contenção de taludes com execução de muro de gabião entre os km 129,600 e 132 pistas leste e oeste, municípios de Americana, Santa Barbara d'Oeste, extensão de 2,40 km.

Foram executadas obras emergenciais de contenção, recuperação de taludes, substituição de linha de tubo, recuperação de aterro, readequação do sistema de drenagem em 44 rodovias sendo, SP 046, SP 050, SP 052, SP 055, SP 056, SP 057. SP 066, SP 068, SP 073, SP 079, SP 103, SP 121, SP 123, SP 125, SP 129, SP 141, SP 147, SP 150, SP 153, SP 171, SP 193, SP 215, SP 249, SP 268, SP 270, SP 274, SP 304, SP 305, SP 321, SP 322, SP 331. SP 334, SP 345, SP 421, SP 425, SP 461, SP 463, SPA 162/050, SPA 042/125, SPA 002/171, SPA 552/230, SPA 354/294, SPA 147/333 e SPA 279/340.

Ação 2392 - Transporte, Logística e Meio Ambiente – BIRD

Recuperação e melhoria das condições do sistema rodoviário e da logística de integração com o sistema hidroviário, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo com financiamento do Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

No ano de 2021 foram concluídas obras de recuperação no total 19,01 km de rodovias relacionadas abaixo:

- SP 250 - Obras e serviços de duplicação e melhorias, divididos em dois lotes, a saber: lote 01: do km 45,25 ao km 48,70 no município de Vargem Grande Paulista, incluindo a elaboração do projeto executivo de 02 (duas) passarelas - (extensão 3,45 km);
- SP 270 - Obras de recuperação e melhorias do km 295,40 ao km 373,00, dividido 4 lotes, lote 2 - km 329,82 ao km 345,38, trecho Piraju – Ipaussu - (extensão 15,56 km).

Ação 2477 - Investimento Rodoviário do Estado De São Paulo – BID

Recuperação e melhoria das condições do sistema rodoviário e da logística de integração com outros modais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

No ano de 2021 foi concluída obra de recuperação em 23,07 km, na rodovia relacionada abaixo:

- SP 310 - Obras e serviços de recuperação da pista e melhorias do km 542,30 ao km 565,37, trecho General Salgado- Auriflama - lote 05.

Ação 2478 - Logística e Transportes do Estado de São Paulo - MIGA

Recuperação e melhoria das condições do sistema rodoviário e da logística de integração com outros modais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo com financiamento da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos - MIGA.

No ano de 2021 foram concluídas obras de recuperação em 88,22 km, nas rodovias relacionadas abaixo:

- SP 088 – Obras de melhorias entre o km 32,00 e o km 33,300, e duplicação e melhorias no trecho entre o km 33,300 e o km 39,453, nos municípios de Arujá e Mogi das Cruzes, incluindo quatro passarelas no km 33,54; km 35,23; km 37,97 e km 38,81 - (extensão 7,453 km);
- SP 147 - Obras e serviços de recuperação e melhorias, trecho do km 211,025 ao km 235,800, no município de Anhembi - (extensão 24,775 km);
- SP 270 – Obras de recuperação e melhorias do km 169,00 ao km 295,40, div.4 lotes - lote 1 - km 169,00 ao km 196,90, duplicação 173,1/177,8187,1/188,3; 192,1/192,9 e 193,9/196,6 trecho Itapetininga – Angatuba – (extensão 27,60 km);
- SP 270 - Obras de recuperação e melhorias do km 169,00 ao km 295,40, div.4 lotes, - lote 2 - km 196,60 ao km 219,00, duplicação 196,6/197,5200,1/209,00 – trecho Angatuba - Campina do Monte Alegre - (extensão 22,40 km).

Ação 2510 - Investimento Rodoviário Estado de São Paulo – BID FASE II

Recuperação e melhoria das condições do sistema rodoviário e da logística de integração com outros modais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID Fase II.

Durante o exercício de 2021, não houve conclusão de obras. Abaixo relação das obras em andamento – BID-Fase II

- SP 226 – Pariquera-Açu/Cananéia - Contratação de obras de recuperação de pista e implantação de melhorias em trecho da rodovia SP-226 e duplicação da SPA-110/330, totalizando 37,64 km de extensão divididos em 02 (dois) lotes lote 01 - SP 226, entre km 9+620 ao km 45+460 - trecho Pariquera-Açu/Cananéia;
- SPA 193 e 197/253 – Pradópolis - Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP 291, SPA 193/253 e SPA 197/253, totalizando 31,68 quilômetros de extensão, divididos em três lotes, entre o km 00+000 e o km 2+420, e da SPA 197/ 253, entre o km 00+000 e o km 2+920-trecho Dumont-Barrinha-Pradópolis. lote 3;

- SP 291 - Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP 291, SPA 193/253 e SPA 197/253, totalizando 31,68 quilômetros de extensão, divididos em três lotes, entre o km 0+000 ao km 10+000-trecho Ribeirão Preto - Dumont. lote 1.
- SP 291 – Dumont - Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rod. SP-291, SPA-193/253 e SPA-197/253, totalizando 31,68 km de extensão, divididos em três lotes, entre o km 010,000 e o km 012,000 - trecho Ribeirão Preto - Pradópolis. lote 2.
- SPA 110/330 – Sumaré - Contratação de obras de recuperação de pista e implantação de melhorias em trecho da rodovia SP-226 e duplicação da SPA-110/330, totalizando 37,64 km de extensão divididos em 02 (dois) lotes. lote 02 – SPA-110/330 entre o km 1,00 e o km 2,80 trecho Sumaré - Paulínia.
- SP 461 – Nhandeara - Contratação de Obras de recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-461 e SP-250, totalizando 58,92 km de extensão, divididos em 3 lotes: lote 01 - recuperação da pista da SP-461 - Rod. Péricles Bellini, entre km 94,76 e o km 109,37, no município de Nhandeara, com uma extensão de 14,61 km.
- SP 461 – Nhandeara/Votuporanga - Contratação de Obras de recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-461 e SP-250, totalizando 58,92 km de extensão, divididos em 3 lotes: lote 02 - recuperação da pista da SP-461 - Rod. Péricles Bellini, entre km 109,37 e o km 124,00, no municípios de Votuporanga, com uma extensão de 14,63 km.

Ação 2097 - Terminais Rodoviários

Execução de obras de construção ou de reforma em terminais rodoviários municipais de passageiros.

Não houve conclusão de terminais rodoviários no exercício de 2021. Atualmente existe dois convênios de transferência de recursos para obras nos terminais rodoviários dos municípios de Mairinque e Presidente Venceslau. No entanto, em razão de problemas com documentação incompleta não foi possível efetivar a conclusão dos mesmos, pois o não cumprimento de quaisquer cláusulas acordadas nesses convênios inviabiliza as transferências de recursos para a conclusão das obras.

Ação 2497 – Nova Tamoios – Contornos

Implementação da Nova Tamoios - Interligação rodoviária Contorno Caraguatatuba Norte e Contorno Caraguatatuba Sul/São Sebastião. Lote 1-Contorno Norte: SP-55-Martim de Sá-SP-99Tamoios existente. Lote 2-Contorno Sul: Tamoios existente-Jaraguá (Costa Norte S.S). Lote 3-Contorno Sul Costa Norte São Sebastião-Morro do Abrigo. Lote 4-Contorno Sul-Morro do Abrigo-Porto SS.

A retomada das obras se deu em outubro de 2021 e a responsabilidade de administração do seu contrato é da ARTESP.

A Nova Tamoios – Contornos apresenta, em 2021, uma execução física das obras de 82,73%.

Ação 2505 - Apoio a Parceria Público-Privada para Rodovia dos Tamoios - Trecho Serra

Participação do Governo do Estado de São Paulo na viabilização da parceria público-privada nas obras de duplicação do Trecho de Serra (17,08 km) e do Trecho de Planalto (3,92km), obras de adequação (canteiros, sinalização, ajuste geométrico e segurança) no Trecho de Serra existente e obras complementares (monitoramento, iluminação, ventilação e contenção de incêndio). Serviços de gestão, manutenção e conservação (Serra, Planalto e Contornos).

Em 2021, a execução física das obras atingiu 98,88%.

Programa 1607: Modernização Da Infraestrutura Aeroportuária

Modernizar os aeroportos e ampliar a malha aeroviária que atende o interior do Estado.

Ação 4914 - Manutenção dos Aeroportos

Execução/ contratação de serviços e ações para manter a infraestrutura e os serviços prestados nos aeroportos atualmente sob gestão do Estado, dentro dos padrões normativos de segurança e operação vigentes.

O exercício de 2021 ainda reflete os impactos da pandemia da corona vírus. Contudo, apesar do constante desafio, o DAESP segue na missão de manter a operação, segurança, modernização da infraestrutura e na melhoria da prestação de serviços nos aeroportos regionais que compõem a sua rede.

A Lei Estadual nº 17.203, de 15 de outubro de 2020, determinou, em seu Art. 2º, a extinção do DAESP, concedendo o prazo de 180 dias para efetivação da extinção, prorrogáveis por iguais períodos até duas vezes. O referido prazo foi prorrogado por meio dos Decretos Estaduais Nºs 65.594, de 25 de março de 2021 e 66.015, de 15 de setembro de 2021. Desta forma, Autarquia permanecerá atuando até abril de 2022. De modo que acompanhará a transição das operações aeroportuárias à iniciativa privada, em razão da Concorrência Pública Internacional nº 01/2021 da concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração dos complexos aeroportuários.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS E AERONAVES

Comparado com o ano de 2020, o número consolidado de 2021 para a rede de aeroportos do DAESP apresenta crescimento de cerca de 26% do movimento de passageiros. Chega-se ao final de dezembro de 2021 com mais de 1 milhão de passageiros em voos comerciais realizados nos aeroportos da rede estadual de São Paulo. Ao final do primeiro quadrimestre de 2021, iniciou um aumento contínuo no número de passageiros.

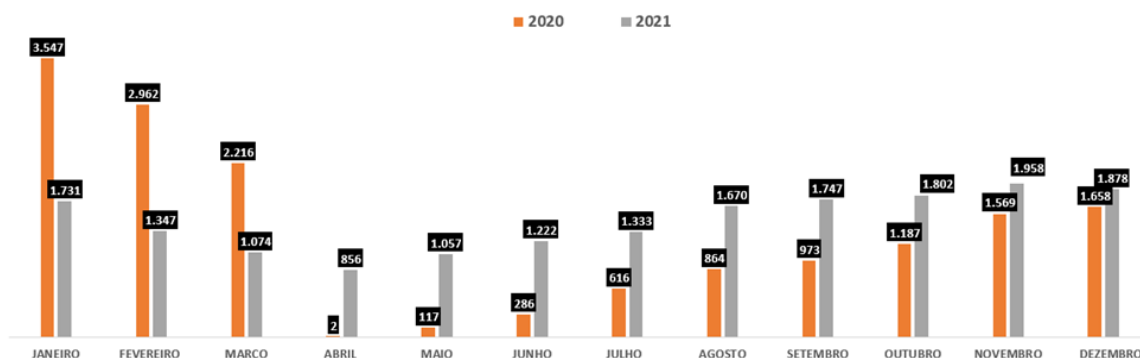
Com relação ao número de voos, em 2021 mostra que o número é cerca de 10% daquele realizado em 2020.

As tabelas a seguir mostram os movimentos de passageiros e aeronaves em aeroportos com voos regulares/comerciais, comparando o realizado de janeiro a dezembro de 2021 contra os mesmos períodos realizados em 2020.

PAX DE VOOS REGULARES/ COMERCIAIS			
MÊS	2020	2021	2020 X 2021
JANEIRO	211.648	109.425	-51,7%
FEVEREIRO	181.168	80.730	-44,6%
MARÇO	125.539	55.892	-44,5%
ABRIL	0	41.316	100,0%
MAIO	1.804	58.558	3246,0%
JUNHO	6.935	64.772	934,0%
JULHO	21.628	92.467	427,5%
AGOSTO	34.666	100.381	289,6%
SETEMBRO	48.866	117.512	240,5%
OUTUBRO	67.775	126.498	186,6%
NOVEMBRO	89.088	132.572	148,8%
DEZEMBRO	107.849	150.830	139,9%
TOTAL DO ANO	896.966	1.130.953	26%

VOOS REGULARES/ COMERCIAIS			
MÊS	2020	2021	2020 X 2021
JANEIRO	3.547	1.731	-48,8%
FEVEREIRO	2.962	1.347	-45,5%
MARÇO	2.216	1.074	-48,5%
ABRIL	2	856	42800,0%
MAIO	117	1.057	903,4%
JUNHO	286	1.222	427,3%
JULHO	616	1.333	216,4%
AGOSTO	864	1.670	193,3%
SETEMBRO	973	1.747	179,5%
OUTUBRO	1.187	1.749	147,3%
NOVEMBRO	1.569	1.958	124,8%
DEZEMBRO	1.658	1.878	113,3%
TOTAL DO ANO	15.997	17.622	110,2%

Abaixo pode-se ver gráfico com comparativos mensais entre 2021 e 2020 com relação ao número de voos comerciais.



Entre as atividades realizadas, destacam-se o acompanhamento mensal e fiscalização do desenvolvimento dos contratos de serviços contínuos, tais como o controle da qualidade da água nos aeroportos de Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Sorocaba e Bauru/Arealva; gerenciamento de resíduos sólidos em Ribeirão Preto e Sorocaba; controle integrado de pragas em Sorocaba e São Carlos; e o contrato de apoio a gestão ambiental do DAESP, voltado para todos os aeroportos da rede. No âmbito dos processos de concessão dos aeroportos de Jundiaí, Campinas-Amarais, Bragança Paulista, Itanhaém e Ubatuba, concedidos à empresa VOA-SP (Contrato de Concessão Nº 356/ARTESP/2017), a equipe do DAESP realizou vistorias semestrais no intuito de acompanhar e fiscalizar as questões ambientais inerentes a operação dos Aeroportos e manutenção da regularidade das licenças ambientais. Já para o novo lote de concessão (Concorrência Internacional nº 001/2021) a equipe do DAESP deu todo suporte necessário a ARTESP e já iniciou as tratativas de transição operacional junto aos vencedores CONSÓRCIO AEROPORTOS PAULISTA – ASP e CONSÓRCIO VOA NW E VOA SE.

Ação 1110 - Implantação, Ampliação e Modernização de Aeroportos

Adequação da rede aeroportuária, instaladas nas diversas regiões administrativas do estado, por meio de execução de obras, implantação de equipamentos de auxílio e proteção aos voos e seções de combate a incêndio, mediante a participação eventual de recursos provenientes do Governo Federal - através da SAC - Secretaria de Aviação Civil e Programa de Investimento de Logística (PIL): transportes.

DAESP tem focado seus projetos de investimento para manter a operacionalidade dos aeroportos, com segurança e qualidade de serviço, em cumprimento à legislação vigente, e não tem medido esforços para conseguir atender as necessidades dos aeroportos da rede.

Para 2021, o orçamento para investimentos foi utilizado para a execução de 23 projetos, a maior parte dos projetos são destinados à manutenção da infraestrutura, sendo 1 deles o investimento de restauração do pavimento asfáltico da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Ribeirão Preto.

Alguns deles, com início marcado em 2020.

- Aeroporto de Presidente Prudente: Instalação de cobertura do Ponto de Acesso de veículos e implantação de sinalização vertical de instrução obrigatória.
- Aeroporto de Penápolis: Restauração do pavimento asfáltico da pista de pouso e decolagem.
- Aeroporto de Presidente Epitácio: Revitalização da sinalização horizontal dos sistemas de pistas.
- Aeroporto de Araçatuba: Recuperação e reforma do SCI (seção contra incêndio).
- Aeroporto de Sorocaba: Depósito de material de limpeza e sanitários; Sinalização vertical de instrução obrigatória IFR; Serviços de supressão de vegetação arbórea; Sinalização e atualização da sinalização horizontal para IFR e recuperação do pavimento dos sistemas de pistas e taxis.
- Aeroporto de Bauru/Arealva: Recuperação de pavimento da pista de pouso e decolagem.
- Aeroporto de Dracena: Recuperação de talude em faixa de pista; Revitalização da sinalização horizontal.
- Aeroporto de Registro: Revitalização da sinalização horizontal dos sistemas de pista e pátio.
- Aeroporto de Araraquara: Recuperação da cerca patrimonial.
- Aeroporto de São José do Rio Preto: Recuperação e ampliação da cerca patrimonial.

- REDE DAESP: Contratação de serviços de medição de Microtextura e Macrotextura dos Aeroportos da rede – 22 Aeroportos; Remoção de acúmulo de borracha e medições de atrito da pista de pouso, dos aeroportos de Araçatuba, Bauru-Arealva, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão e São José do Rio Preto.
- Aeroporto de Guaratinguetá: Recuperação da cerca patrimonial.
- Aeroporto de Tupã: Revitalização do pavimento asfáltico da pista de pouso e decolagem, taxi, pátio das aeronaves.
- Aeroporto de Ribeirão Preto: Restauração do pavimento asfáltico da pista de pouso e decolagem, selagem de aberturas e juntas de dilatação do pátio de concreto.

Apesar dos efeitos adversos ocasionados pela Pandemia COVID-19, as atividades desenvolvidas na temática Meio Ambiente e Sustentabilidade pelo DAESP tiveram êxitos em seus resultados. Dentre as ações, destacam-se diversas obras de engenharia que ampliaram a capacidade de desenvolvimento dos programas ambientais dos aeroportos.

Concernente à gestão dos resíduos sólidos, os aeroportos de Presidente Prudente e Sorocaba receberam intervenções de adequação e ampliação das centrais de armazenamento temporário, além de novos conjuntos de coletores, permitindo desenvolver o gerenciamento dos resíduos gerados na operação dos aeroportos promovendo a segregação dos sólidos, conforme os grupos preconizados, distribuídos entre: rejeitos, orgânicos, recicláveis e perigosos. Ainda, foram contratadas empresas especializadas para realizar a coleta e destinação adequada de resíduos sólidos gerados nos aeroportos de Penápolis e Sorocaba. Já no tema Gestão de Recursos Hídricos e Efluentes, o DAESP realizou a construção das Unidades de Recebimento de Dejeito de Aeronaves (Cloaca) nos aeroportos de São José do Rio Preto e Sorocaba, assegurando a destinação adequada dos efluentes sanitários gerados nas aeronaves, incrementando a qualidade ambiental e sanitária dos aeroportos. Em paralelo, foram obtidas as respectivas licenças de exploração de água (outorga junto ao DAEE) dos poços profundos instalados nos aeroportos de Franca, São Manuel e Ribeirão Preto.

Visando a segurança das operações aeroportuárias, foram realizadas as atividades de supressão e poda da vegetação nos aeroportos de Sorocaba, Franca, Barretos, Votuporanga e Registro. As supressões tiveram anuência dos órgãos ambientais, as quais originaram Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, que ficarão sob responsabilidade dos novos concessionários.

Para a continuidade do planejamento da expansão aeroportuária, em consonância com a legislação aeronáutica, foram contratados os serviços de elaboração, validação e cadastramento de Planos Diretores Aeroportuários - PDIR e Planos Específicos de Zoneamento de Ruído Aeronáutico – PEZR para os maiores aeroportos da rede do DAESP (Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Sorocaba, Araçatuba e Marília).

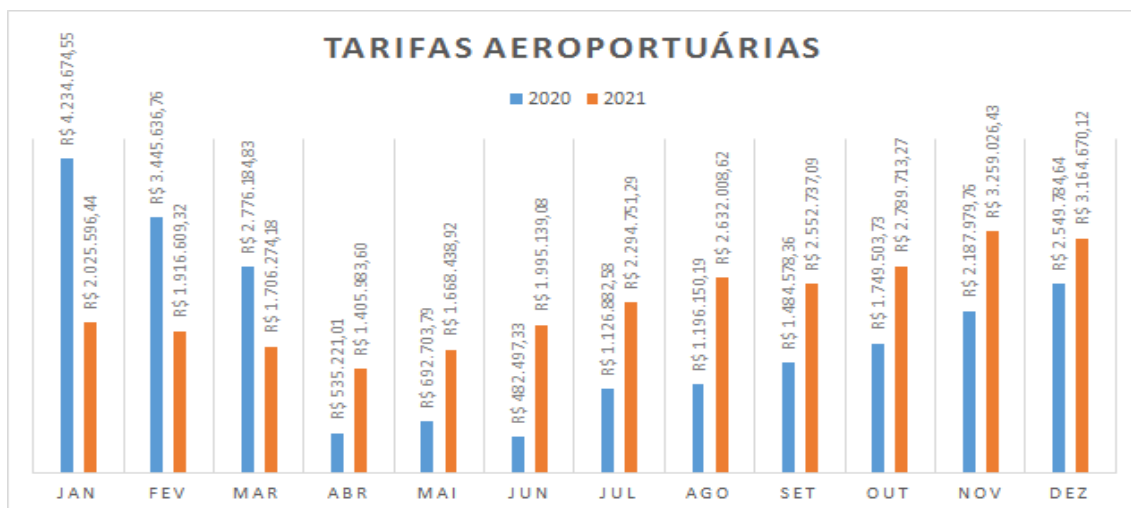
No âmbito do processo de internacionalização do aeroporto de Sorocaba, com intuito de atender as aeronaves executivas destinadas à manutenção, o DAESP tem se empenhado para atendimento a todas as exigências realizadas pelos órgãos federais ANVISA, VIGIAGRO, Polícia Federal, Receita Federal e ANAC. A previsão para início dos voos é final do primeiro trimestre de 2022.

RECEITAS COMERCIAIS E TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

A arrecadação obtida com as tarifas aeroportuárias, resultante da movimentação de aeronaves e passageiros, adicionada às receitas decorrentes dos contratos de exploração comercial nos aeroportos, desempenha sempre papel fundamental como recursos financeiros para fazer frente às necessidades orçamentárias do DAESP.

Com o crescimento no movimento de voos e passageiros em 2021, a arrecadação de tarifas aeroportuárias no período de janeiro a dezembro teve uma evolução de 22%, com relação ao mesmo período de 2020.

Abaixo se pode ver gráfico com comparativos mensais entre 2021 e 2020.



DESTAQUES

- Gestão diária e efetiva do Caixa do DAESP: projeções, possibilidades de otimização, transparência e frequência na comunicação com o Governo do Estado de São Paulo e demais stakeholders;
- Discussões e negociações constantes com a cadeia de clientes e fornecedores, no intuito de garantir o melhor resultado e a continuidade da operação dos aeroportos;
- Formalização de acordos para débitos comerciais de clientes;
- Negociação de dívidas relacionadas a processos de autuação da ANAC;
- Proatividade para concluir etapas de processo que eram possíveis enquanto se aguardava liberação dos projetos de investimento pelo CGGP, de forma que as licitações pudessem ocorrer mais rapidamente;
- Trabalhos desenvolvidos pela Procuradoria do DAESP e pela Procuradoria Geral do Estado revelaram que o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Congonhas pertencem ao patrimônio do Governo do Estado de São Paulo. É o que se lê no Relatório PJ DAESP nº 06, de 19 de dezembro de 2019, e nos Pareceres nº 34/2017, 90/2019 e 5/2020, emitidos pela Assistência de Gestão de Imóveis da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- Status do Projeto de Desestatização: Resultado da Concorrência Internacional foi divulgado em 18 outubro de 2021. O **Consórcio Aeroportos Paulista - ASP**, constituído pelas empresas Socicam Infraestrutura e Participações Ltda e Dix Empreendimentos Ltda foi declarado vencedor e habilitado para o **Bloco Noroeste**, composto pelo Aeroporto de São José do Rio Preto – Aeroporto Professor Eriberto Manoel Reino (SBSR), Aeroporto de Presidente Prudente – Aeroporto de Presidente Prudente (SBDN), Aeroporto de Araçatuba – Aeroporto Dario Guarita (SBAU), Aeroporto de Votuporanga – Aeroporto Domingos Pignatari (SDVG), Aeroporto de Barretos – Aeroporto Chafei Amsei (SNBA), Aeroporto de Dracena – Aeroporto Moliterno de Dracena (SDDR), Aeroporto de Tupã – Aeroporto José Vicente Faria Lima (SDTP), Aeroporto de Presidente Epitácio – Aeroporto Geraldo Moacir Bordon (SDEP), Aeroporto de Andradina – Aeroporto Paulino Ribeiro de Andrade (SDDN), Aeroporto de Assis – Aeroporto Marcelo Pires Halzhausen (SNAX), Aeroporto de Penápolis – Aeroporto Doutor Ramalho Franco – (SDPN). E o **Consórcio Voa NW e Voa SW**, constituído pelas empresas Terracom Concessões E Participações Ltda, Nova Ubatuba Empreendimentos E Participações Ltda, Mpe Engenharia E Serviços S/A E Estrutural Concessões De Rodovias Ltda, foi declarado vencedor e habilitado para o **Bloco Sudeste**, composto pelo Aeroporto de Ribeirão Preto – Aeroporto Leite Lopes (SBRP), Aeroporto de Bauru-Arealva – Aeroporto Moussa Nakhil Tobias (SBAE), Aeroporto de Marília – Aeroporto Frank Miloye Milenkovich (SBML), Aeroporto de Sorocaba – Aeroporto de Sorocaba (SDCO), Aeroporto de Araraquara – Aeroporto Bartolomeu Gusmão (SBAQ), Aeroporto de São Carlos – Aeroporto Mário Pereira Lopes (SDSC), Aeroporto de Franca – Aeroporto Tenente Lund Pressoto (SIMK), Aeroporto de Guaratinguetá – Aeroporto Edu Chaves (EEAR), Aeroporto de Registro – Aeroporto de Registro (SSRG), Aeroporto de São Manuel – Aeroporto Nelson Garófalo (SDNO) e Aeroporto de Avaré-Arandu – Aeroporto Luiz Gonzaga Lutti (SDRR). Em 15 de fevereiro de 2022 foram assinados os Contratos de Concessão, com previsão de início de operação pelas concessionárias em 01 de abril de 2022.

Programa 1611 – Transposição Rodoferroviária Da RMSP

Melhorar a circulação, o tráfego de cargas e fluxo de passageiros com a implantação do Rodoanel Mário Covas e do Ferroanel no entorno da região metropolitana de São Paulo.

Ação 2283 – Execução das Obras do Rodoanel – Trecho Norte

Execução de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA), apoiando as desapropriações/reassentamentos, remoção de interferências, acompanhamento do projeto executivo e execução de obras.

As obras permaneceram paralisadas durante o ano de 2021, após a rescisão contratual em 2019, portanto não houve evolução na obra. Em função da paralisação, foram mantidos os serviços de vigilância patrimonial nas instalações institucionais e áreas desapropriadas do trecho norte do rodoanel, também foi realizada a celebração de convênio entre o Departamento de Estradas de Rodagem com a Secretaria da Habitação e Cia.de Desenvolvimento Habitacional (CDHU), para assim, atender ao programa de reassentamentos dos empreendimentos Rodoanel e foram realizadas ações para retomada do empreendimento.

Entre as principais ações, para a retomada das obras, destaque para a publicação da ata da 28ª reunião conjunta ordinária no qual se concluiu pela concessão patrocinada do serviço rodoviário do trecho norte do Rodoanel Mario Covas, nos moldes de uma PPP, e também a publicação do Decreto 66.445/22 que autoriza a abertura de licitação para a concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado "Lote Rodoanel Norte".

A próxima etapa será a publicação do novo edital, que sendo homologado permitirá a retomada das obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria Estadual de Logística e Transportes foi criada em 19 de fevereiro de 1963, pela Lei 7.833, devido à necessidade de uma administração que coordenasse o setor de transportes de responsabilidade do Estado, sendo um órgão articulador de políticas que promovam a integração dos modais e que resultem em eficiência logística a serviço das demandas da sociedade e das futuras gerações, desenvolvendo um sistema de transportes seguro, rápido, econômico, integrado, confortável e abrangente que assegure a mobilidade de bens e de pessoas e estimule o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis para o Estado de São Paulo. Possuem vinculadas à sua estrutura as unidades relacionadas:

Departamento de Estradas de Rodagem (DER): opera, conserva e mantém 13,4 mil quilômetros de rodovias estaduais. Foram concluídas obras de recuperação, duplicação de rodovias em 304,37 km.

Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP): administra, mantém e explora 22 aeroportos e fiscaliza 05 aeroportos transferidos à iniciativa privada em novembro de 2017. A Lei Estadual nº 17.203, de 15 de outubro de 2020 determinou, em seu Art. 2º, a extinção do DAESP, concedendo o prazo de 180 dias para efetivação da extinção, prorrogáveis por iguais períodos até duas vezes. O referido prazo foi prorrogado por meio dos Decretos Estaduais nºs 65.594, de 25 de março de 2021 e 66.015, de 15 de setembro de 2021. Desta forma, Autarquia permanecerá atuando até abril de 2022.

Departamento Hidroviário (DH): planeja, implanta e mantém a infraestrutura da Hidrovia Tietê-Paraná, além de monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas operacionais; Em novembro de 2020, passou a operar as travessias litorâneas, de acordo com Decreto 65.262 de 20/10/20.

Companhia Docas de São Sebastião: administra o Porto, atuando como Autoridade Portuária, além de investir e manter sua infraestrutura.

Através dessas unidades e da Administração Superior de Secretaria e Sede são desenvolvidos os programas previstos no Plano Plurianual – PPA, conforme orçamento definido anualmente, através da Lei Orçamentária Anual demonstrada neste relatório.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento e Gestão

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

53000 - Secretaria de Orçamento e Gestão

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	42.277.101.593,00	41.894.309.092,00	39.007.013.893,50	55.796.669,48	39.062.810.562,98	35.920.441.877,32
Pessoal e Encargos Sociais	40.657.561.198,00	39.974.004.229,00	37.294.537.724,39	0,00	37.294.537.724,39	34.312.367.468,85
Outras Despesas Correntes	1.619.540.395,00	1.920.304.863,00	1.712.476.169,11	55.796.669,48	1.768.272.838,59	1.608.074.408,47
Despesas de Capital	48.461.355,00	133.443.166,00	117.301.123,76	8.499.462,53	125.800.586,29	85.713.069,51
Investimentos	48.461.345,00	18.443.156,00	5.114.123,76	8.499.462,53	13.613.586,29	4.713.069,51
Inversões Financeiras	10,00	115.000.010,00	112.187.000,00	0,00	112.187.000,00	81.000.000,00
Despesa Total	42.325.562.948,00	42.027.752.258,00	39.124.315.017,26	64.296.132,01	39.188.611.149,27	36.006.154.946,83

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

53000 - Secretaria de Orçamento e Gestão

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Inicial	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	2.157.520,00	1.966.697,60	0,00	1.966.697,60	109.737,60
3 - DESPESAS CORRENTES	10,00	2.157.520,00	1.966.697,60	0,00	1.966.697,60	109.737,60
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	0,00	15.503.749,00	15.338.061,86	0,00	15.338.061,86	13.859.819,89
3 - DESPESAS CORRENTES	0,00	15.503.749,00	15.338.061,86	0,00	15.338.061,86	13.859.819,89
1601 - PLANEJAMENTO DE LOGISTICA E TRANSPORTES	0,00	203.427.316,00	142.902.202,57	10.227.683,95	153.129.886,52	135.041.123,67
3 - DESPESAS CORRENTES	0,00	203.427.296,00	142.902.202,57	10.227.683,95	153.129.886,52	135.041.123,67
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000 - GESTAO FISCAL E TRIBUTARIA	121.243.268,00	90.343.688,00	24.961.400,74	6.797.451,57	31.758.852,31	23.704.002,06
3 - DESPESAS CORRENTES	121.243.258,00	90.343.678,00	24.961.400,74	6.797.451,57	31.758.852,31	23.704.002,06
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021 - GESTAO DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA ESTADUAL	40.230.883.421,00	39.471.415.556,00	36.820.257.392,46	10.967.265,53	36.831.224.657,99	33.873.456.947,88
3 - DESPESAS CORRENTES	40.229.941.889,00	39.470.474.024,00	36.819.740.050,46	10.626.723,53	36.830.366.773,99	33.872.940.124,88

4 - DESPESAS DE CAPITAL	941.532,00	941.532,00	517.342,00	340.542,00	857.884,00	516.823,00
2027 - GESTAO DE SERVICOS PRESTADOS A ADMINISTRACAO ESTADUAL	234.926.106,00	244.083.505,00	237.551.172,17	2.369.433,28	239.920.605,45	217.002.409,56
3 - DESPESAS CORRENTES	234.926.096,00	244.083.495,00	237.551.172,17	2.369.433,28	239.920.605,45	217.002.409,56
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2028 - GESTAO INOVADORA E ORIENTADA PARA RESULTADOS	18.846.910,00	3.523.168,00	1.555.745,25	445.149,09	2.000.894,34	1.480.280,41
3 - DESPESAS CORRENTES	18.846.900,00	3.523.158,00	1.555.745,25	445.149,09	2.000.894,34	1.480.280,41
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	11.372.239,00	5.230.476,00	1.847.414,09	265.925,73	2.113.339,82	1.778.419,96
3 - DESPESAS CORRENTES	11.372.229,00	5.230.466,00	1.847.414,09	265.925,73	2.113.339,82	1.778.419,96
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5100 - PLANEJAMENTO, COORDENACAO E GESTAO EFICIENTE DO GOVERNO	31.519.085,00	132.892.378,00	123.688.373,26	181.119,53	123.869.492,79	91.608.262,50
3 - DESPESAS CORRENTES	31.519.065,00	17.892.358,00	11.501.373,26	181.119,53	11.682.492,79	10.608.262,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	20,00	115.000.020,00	112.187.000,00	0,00	112.187.000,00	81.000.000,00
5104 - ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVACAO E GESTAO DOCUMENTAL	11.873.594,00	11.967.376,00	4.733.022,22	4.229.925,65	8.962.947,87	4.690.722,54
3 - DESPESAS CORRENTES	6.862.421,00	5.974.412,00	4.724.809,02	732.116,67	5.456.925,69	4.682.509,34
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.011.173,00	5.992.964,00	8.213,20	3.497.808,98	3.506.022,18	8.213,20
5115 - DESENVOLVIMENTO DE PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA	34.761.800,00	34.761.800,00	17.529.548,68	0,00	17.529.548,68	6.307.260,62
3 - DESPESAS CORRENTES	34.761.790,00	34.761.790,00	17.529.548,68	0,00	17.529.548,68	6.307.260,62
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5120 - INFORMACOES ESPACIAIS, DEMOGRAFICAS, SOCIOECONOMICAS E DA ACAO GOVERNAMENTAL	13.033.381,00	13.033.381,00	979.260,31	368.999,36	1.348.259,67	342.973,32
3 - DESPESAS CORRENTES	13.033.371,00	13.033.371,00	979.260,31	368.999,36	1.348.259,67	342.973,32
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5121 - ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	1.617.103.124,00	1.799.412.335,00	1.731.004.726,05	28.443.178,32	1.759.447.904,37	1.636.772.986,82
3 - DESPESAS CORRENTES	1.574.594.554,00	1.787.903.765,00	1.726.416.157,49	23.782.066,77	1.750.198.224,26	1.632.584.953,51
4 - DESPESAS DE CAPITAL	42.508.570,00	11.508.570,00	4.588.568,56	4.661.111,55	9.249.680,11	4.188.033,31
5123 - COMUNICACAO SOCIAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - DESPESAS CORRENTES	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	42.325.562.948,00	42.027.752.258,00	39.124.315.017,26	64.296.132,01	39.188.611.149,27	36.006.154.946,83

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Orçamento e Gestão - SPOG foi criada em 2020 por força da edição do Decreto nº 64.998. Em setembro de 2021, com a publicação do decreto nº 66.017, passou a denominar-se Secretaria de Orçamento e Gestão e teve a sua estrutura administrativa e organizacional definida. Dentre suas macro funções, destacam-se, resumidamente, a condução das políticas, programas e ações de planejamento de Estado, os quais envolvem elaboração, coordenação e o acompanhamento de instrumentos, tais como PPA, LDO e LOA; o acompanhamento do Plano de Metas do Governo; a centralização e a coordenação de ações e de políticas de gestão pública, notadamente as que se referem a recursos humanos, compras eletrônicas, patrimônio do Estado; a administração previdenciária, a coordenação e o controle o acompanhamento da gestão e o controle econômico-financeiro das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e das empresas por este controladas.

Dentre as ações de relevância em 2021, importante destacar a edição da Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro, a liquidação da empresa CPOS, a incorporação da IMESP pela PRODESP. Está em curso no presente exercício também a liquidação da empresa DERSA e da COESP.

Programa 2000 - Gestão Fiscal e Tributária

Departamento De Entidades Descentralizadas

a) Análise e manifestação:

- Análise e manifestação prévia de processos e expedientes à deliberação da Comissão de Política Salarial - CPS, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, referentes a: fixação e alteração dos quadros de pessoal, contratação de empregados, implantação de planos de empregos e salários, envolvendo correção de curva salarial, impacto financeiro proveniente de Acordos, Convênios e Dissídios Coletivos de Trabalho, programa de demissão incentivada.
- Análise e manifestação prévia de processos e expedientes à deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, referentes a: planos de Previdência Complementar, Programas de Participação nos Lucros e Resultados, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

REALIZADO EM 2021	
Processos e Expedientes	212

b) Liberação de Recursos Financeiros: Análise e proposta de liberação de recursos financeiros para Empresas Dependentes, Fundações e Autarquias visando a cobertura de despesas com Pessoal e Custeio, além do acompanhamento e proposta de liberação de recursos de ressarcimento de gratuidades.

Em R\$ mil

PESSOAL E CUSTEIO - REALIZADO EM 2021	
Autarquias	5.587,5
Fundações	2.160,4
Empresas	1.629,3
TOTAL	9.377,2
RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES - REALIZADO EM 2021	
METRÔ	268,8
CPTM	109,5
TOTAL	378,3
TOTAL LIBERADO *	9.755,5

c) **SIEDESC** - Acompanhamento, análise e manutenção dos dados de Fluxo de Caixa e quadro de pessoal das entidades descentralizadas no Sistema de Acompanhamento e Controle Econômico e Financeiro – SIEDESC.

Acompanhamento SIEDESC	MENSAL	2021
Autarquias	24	240
Fundações	16	160
Empresas Dependentes *	6	54
Empresas Não Dependentes	11	110
Total	57	570

* 1 empresa extinta em abril/2021 (CPOS)

d) **Entidades Extintas:** Os Decretos nº 64.152 de 22/03/2019 e nº 64.998, de 29/05/2020, atribuíram a este Departamento o zelo pelo adequado encaminhamento dos assuntos pertinentes às entidades descentralizadas extintas, cujo acervo esteja sob sua responsabilidade, cujas atividades englobam:

- A análise da demanda, busca documental e elaboração de ofícios, relatórios e certidões, bem como, a prestação de contas e providências quanto a possíveis pendências das entidades extintas;
- O acompanhamento da liquidação das entidades em extinção e/ou incorporação.

REALIZADO EM 2021	
Demandas das Entidades Extintas	180

Programa 2021 – Gestão Dos Regimes Próprios De Previdência Estadual

Apresentamos detalhado o Quadro com os dados do Programa 2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual:

R\$ 1

Despesa do programa Categoria Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada (*)	% de Execução
				Realizado/ Previsto
Programa	R\$ 40.230.883.421	R\$ 39.471.415.556	R\$ 36.831.224.658	93,31%
Despesas correntes	R\$ 40.229.941.889	R\$ 39.470.474.024	R\$ 36.830.366.774	93,31%
Despesa de capital	R\$ 941.532	R\$ 941.532	R\$ 857.884	91,12%

Fonte: SIGEO/SP

* Valor incluído os lançamentos de inscrição em restos a pagar não processados

O Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual tem como objetivo gerir o Regime Próprio de Previdência do Estado de São Paulo e o Sistema de Proteção Social dos Militares, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão.

O programa é composto por duas ações orçamentárias e uma ação não orçamentária.

Ações orçamentárias:

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais. A execução orçamentária da ação, em 2021 foi de 83,03%.

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões. Em 2021 foram efetuados 473.435 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões), quantidade correspondente ao fechamento do exercício.

A meta física estabelecida na LOA para o ano foi de 536.984 pagamentos mensais efetuados, a ação atingiu 88,17% dessa meta.

Quanto à execução orçamentária da ação, em 2021 foi de 93,34%.

Na meta física estabelecida, havia a expectativa de absorver as folhas dos inativos das Universidades Paulistas neste exercício (USP, Unicamp e UNESP), esse processo não foi concluído no exercício e encontra-se em andamento conforme Portaria Cruesp-2, de 7-7-2020, alterada pela Portaria Cruesp-6 de 10.11.2020.

Ações não orçamentárias:

Ação 8185 – Prevenção e Combate a Fraudes Previdenciárias, cujo produto é o valor economizado atuarialmente com pagamentos indevidos (extintos) e que gerou uma economia de R\$ 222,77 milhões no exercício de 2021, superando a meta estabelecida para o ano em R\$ 52,77 milhões.

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

R\$ 1

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)*	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	40.229.941.889	39.470.474.024	36.819.740.050	10.626.723	36.830.366.7734	39.766.726.856
Pessoal e Encargos Sociais	40.143.679.820	39.384.211.955	36.762.721.649	-	36.762.721.649	39.704.337.153
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.262.069	86.262.069	57.018.401	10.626.723	67.645.125	62.389.703
Despesas de Capital	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
Investimentos	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	40.230.883.421	39.471.415.556	36.820.257.392	10.967.265	36.831.224.658	39.767.248.600

Fonte: SIGEO/SP

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

R\$ 1

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)*	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
09122202157520000 - ADMINISTRACAO DA SAO PAULO PREVIDENCIA	128.555.978	128.555.978	95.972.594	10.772.784	106.745.379	101.054.637
Despesas Correntes	127.614.446	127.614.446	95.455.252	10.432.242	105.887.495	100.532.893
Despesas de Capital	941.532	941.532	517.342	340.542	857.884	521.744
09272202157530000 - CONCESSAO E PAGAMENTO DE BENEFICIOS	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.284.798	194.481	36.724.479.279	39.666.193.963
Despesas Correntes	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.284.798	194.481	36.724.479.279	39.666.193.963
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	40.230.883.421	39.471.415.556	36.820.257.392	10.967.265	36.831.224.658	39.767.248.600

Fonte: SIGEO/SP

* Valor excluindo os lançamentos de inscrição em restos a pagar não processados

Benefícios Previdenciários

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada	% Liquidação
Despesa Previdenciária	40.102.327.443	39.342.859.578	36.724.479.280	93%
Aposentadoria	31.853.697.058	31.621.571.344	29.506.719.800	93%
Pensões	7.784.380.365	7.397.038.214	6.979.322.869	94%
Despesas exerc. Anteriores	360.000.000	220.000.000	135.430.930	62%
Outras Despesas Correntes	104.250.020	104.250.020	103.005.680	99%

Fonte: DAF-GFC

Proporção da Despesa Previdenciária

Proporção de Despesa Previdenciária

Tipo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Aposentadoria	75%	75%	75%	75%	76%	76%	77%	77%	77%	78%	79%	79%	79%	81%
Pensão	25%	25%	25%	25%	24%	24%	23%	23%	22%	22%	21%	21%	21%	19%

Fonte: DAF-GFC

DESPESA PREVIDENCIÁRIA ANUAL SPPREV (R\$ 1.000)				
Ano	Aposentadoria	Pensão	Outras despesas	Total
2008	9.795.669	3.229.727	14	13.025.410
2009	10.539.575	3.520.804	16	14.060.395
2010	11.416.763	3.876.718	387	15.293.868
2011	13.150.409	4.354.438	2.757	17.507.604
2012	15.898.066	5.030.252	19.309	20.947.627
2013	17.552.450	5.554.253	22.575	23.129.278
2014	19.422.913	5.902.676	29.534	25.355.123
2015	21.469.115	6.403.888	35.051	27.908.054
2016	23.016.494	6.689.541	59.110	29.765.145
2017	24.457.088	6.979.686	37.493	31.474.267
2018	26.901.946	7.281.290	59.007	34.242.243
2019	28.860.757	7.527.410	71.949	36.460.116
2020	33.335.515	8.769.817	253.282	42.358.614
2021	29.600.358	7.021.130	103.006	36.724.493

Fonte: DAF-GFC

Despesa Anual SPPREV

Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural

ROYALTIES

Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade.

No exercício de 2021 foram recebidos R\$ 2.412.717.246,15 - distribuídos da seguinte forma:

Royalties e Participação Especial – Quota parte do Estado SPPREV 2021			
Mês	Royalties ⁽¹⁾	Participação Especial ⁽²⁾	Total
Janeiro	16.418.907,26	-	16.418.907,26
Fevereiro	46.642.789,44	196.426.080,55	243.068.869,99
Março	57.750.327,38	-	57.750.327,38
Abril	58.582.251,43	298.082,43	58.880.333,86
Maio	72.112.527,12	410.451.464,63	482.563.991,75
Junho	70.726.817,04	-	70.726.817,04
Julho	73.089.674,49	-	73.089.674,49
Agosto	73.279.639,57	478.605.799,66	551.885.439,23
Setembro	76.658.838,71	-	76.658.838,71
Outubro	79.151.155,78	-	79.151.155,78
Novembro	73.592.128,73	539.043.311,95	612.635.440,68
Dezembro	89.887.449,98	-	89.887.449,98
Total	787.892.506,93	1.624.824.739,22	2.412.717.246,15

(1) O Royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (Fonte: ANP).

(2) A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Para apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural, alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no §1º do Art.50 da Lei nº 9.478/1997, royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos (Fonte: ANP).

Os recursos recebidos são utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários, sendo a alocação distribuída entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público proporcional à insuficiência financeira do órgão / entidade com base na média móvel dos últimos cinco anos, como deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

SPPREV realizou em 2019 lançamento do Projeto de Securitização de Royalties e Participações Especiais (R&PE). Foi assinado contrato com o Banco BNP Paribas.

Comitê de Investimentos

Em atendimento a Portaria Ministério da Previdência Social (MPS) 519, de 24-08-2011, a SPPREV editou em 04 de dezembro de 2015 a Portaria nº 214 disciplinando a criação, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos, órgão participante do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de investimentos, sendo seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da SPPREV em 2021.

O Comitê de Investimentos tem entre as suas principais atribuições:

- ✓ Avaliar a política anual de investimentos, deliberando sobre necessidade de alterações e recomendações, inclusive revisões da política de investimentos vigente em decorrência de fatos conjunturais relevantes.
- ✓ Monitorar a adequação dos investimentos do RPPS à política de investimentos anual, devendo deliberar e recomendar providências a serem adotadas, quando detectada a não conformidade;
- ✓ Monitorar a carteira de investimentos quanto aos aspectos de enquadramento legal e àqueles relacionados ao desempenho desses investimentos, visando as melhores estratégias para o cumprimento da meta atuarial;

Estado de São Paulo se vale do regime de repartição e não do regime de capitalização. A grande diferença entre esses dois sistemas é que o de repartição traz como principal característica a solidariedade entre os beneficiários, ou seja, os servidores ativos contribuem para o pagamento dos benefícios do grupo em inatividade e pensionistas. Quando os servidores da ativa passarem à inatividade ou mesmo gerarem uma pensão, novos servidores da ativa estarão contribuindo e arcando com o pagamento destes benefícios e assim por diante. O regime de capitalização, por sua vez, tem como característica principal a individualidade. Cada segurado contribuiria, em tese, para o seu próprio benefício futuro.

Ressalta-se que os investimentos conservadores da SPPREV se destinam tão somente a assegurar o valor real das disponibilidades financeiras no regime de repartição simples, adotado para o Regime Próprio Paulista.

Cumprir informar que, de acordo com o Decreto Estadual nº 62.867, de 03/10/2017, o Banco do Brasil S.A. foi designado como agente financeiro do tesouro estadual, designação esta extensível a Administração Indireta.

No dia 24 de dezembro de 2020 foi assinado o 2º Termo de Aditamento, entre o Governo do ESTADO de São Paulo e o Banco do Brasil S.A., disciplinando a atuação do Banco do Brasil S.A., como agente financeiro do tesouro estadual, além de estabelecer condições gerais e diretrizes técnicas para prestação de serviços financeiros e a execução de atividades bancárias correlatas, no interesse do ESTADO de São Paulo ("Acordo Base"), estendendo o prazo da parceria institucional até 28 de setembro de 2027.

Em que pese a obrigatoriedade de contratação com o Banco do Brasil, este deverá apresentar segregação bem definida entre gestão de investimentos e tesouraria, além de oferecer produtos compatíveis com as metas de rentabilidade fixados na política de investimentos, com os menores custos, em especial quanto à taxa de administração.

Apesar da Resolução CMN nº 3.922, de 25/11/2010, ter sido revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.963/2021, no exercício em análise, foi ela que serviu de parâmetro para o estabelecimento das limitações e condições para a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social.

Desta forma, em dezembro de 2021, os recursos da SPPREV estavam alocados da seguinte forma:

Resolução CMN 3922	Limite	Carteira
Artigo 7º, Inciso I, 'b'	100%	50,25%
Artigo 7º, Inciso IV, 'a'	40%	39,79%
Artigo 8º, Inciso III	10%	9,96%

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I -até 100% (cem por cento) em:

b. cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de renda fixa); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018);

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

(...)

IV - até 40% (quarenta por cento) no somatório dos seguintes ativos: (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017)

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017);

Art. 8º No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites: (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017)

(...)

III - até 10% (dez por cento) em cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem (fundos de renda variável); (Redação dada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017).

Dito isto, a Carteira de Investimentos da SPPREV, observado a sua Política de Investimentos, estava posicionada, em 31 de dezembro de 2021, da seguinte forma:

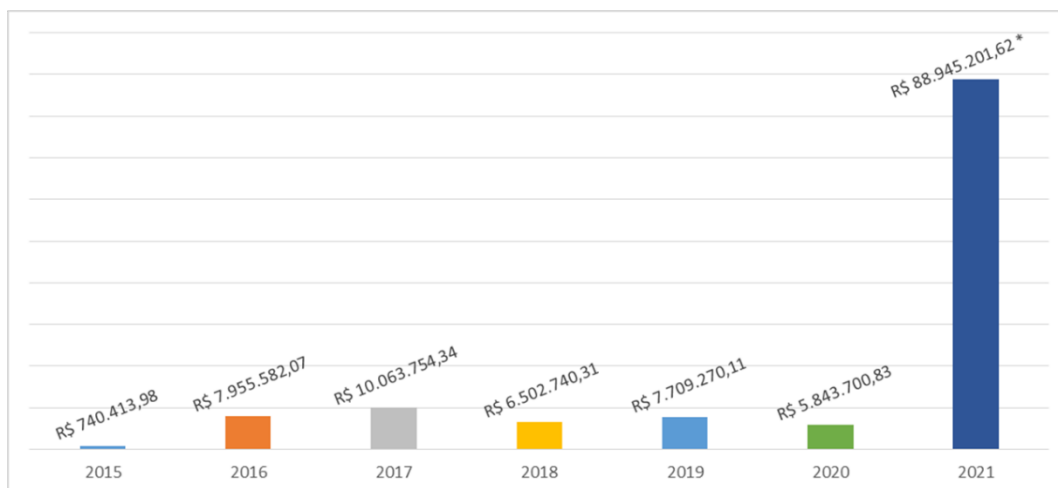
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS SPPREV - Acumulada até dezembro de 2021

		BB Previd RF IRF-M1	BB PREVID RF IDKA 2	SPUBLICO DIFERENCIA	BB RF Ref/DI TP FI	BB Previd RF Perfil	BB IRF-M1 FI RF	BB Previd RF Fluxo	MM Juros e Moedas	TOTAL
ADM	Saldo Inicial				-			-		-
	Aplicação				112.349.482,64			95.086.800,41		207.436.283,05
	Resgate				36.678.706,37			95.494.548,88		132.173.255,25
	Rend. ACC				2.411.829,70			407.748,47		2.819.578,17
	Saldo Final				78.082.605,97			0,00		78.082.605,97
PREVID.	Saldo Inicial	1.293.738.377,20	-	-	-	-	-	323.049.151,33	-	1.616.787.528,53
	Aplicação	1.100.636.491,21	2.296.536.360,46	837.123.806,62	1.565.219.403,52	936.024.532,15	1.834.147.231,86	239.067.821,27	343.026.352,42	9.151.781.999,51
	Resgate	1.589.086.079,94	2.307.955.139,37	793.220.594,97	1.362.959.571,09	645.381.760,40	1.837.907.083,62	563.190.855,73	182.410.782,65	9.282.111.867,77
	Rend. ACC (R\$)	25.522.590,97	11.418.778,91	3.834.034,85	17.837.881,50	21.387.933,39	3.759.851,76	1.073.883,13	4.110.247,11	88.945.201,62
	Saldo Final	830.811.379,44	0,00	47.737.246,50	220.097.713,93	312.030.705,14	0,00	0,00	164.725.816,88	1.575.402.861,89
TOTAL	Rend. ACC	25.522.590,97	11.418.778,91	3.834.034,85	20.249.711,20	21.387.933,39	3.759.851,76	1.481.631,60	4.110.247,11	91.764.779,79
	Rend. ACC Fundo (%)	0,84	0,71	0,70	0,76	0,80	-	-	0,73	0,80
	Saldo Final	830.811.379,44	0,00	47.737.246,50	298.180.319,90	312.030.705,14	0,00	0,00	164.725.816,88	1.653.485.467,86
	Proporção	50%	0%	3%	18%	19%	0%	0%	10%	100%
	Volatilidade anual (%)	0,64	2,61	0,13	0,14	0,15			0,31	

O rendimento apurado em 2021 pode ser dividido levando-se em consideração os recursos administrativos e previdenciários, nesse sentido o retorno de cada unidade gestora foi o seguinte:

- Administração: R\$ 2.819.578,17 (dois milhões oitocentos e dezenove mil quinhentos e setenta e oito reais e dezessete centavos);
- Previdência: R\$ 88.945.201,62 (oitenta e oito milhões novecentos e quarenta e cinco mil duzentos e um reais e sessenta e dois centavos).

Em relação a Previdência o ingresso desse montante é utilizado para pagamento de benefícios previdenciários e sua evolução desde 2015 pode ser observada no gráfico abaixo (fonte: Relatório Mensal de Investimentos – dezembro de 2021):



Programa 2027 – Gestão De Serviços Prestados À Administração Estadual

O **Programa 2027**– Gestão de Serviços Prestados à Administração Estadual tem como objetivo formular e implementar a política de Gestão de Pessoas e Recursos Materiais de forma a promover a profissionalização do Serviço Público Paulista e otimizar a prestação de serviços públicos de qualidade ao cidadão.

A excepcionalidade do período de Pandemia causou à Administração sérios entraves burocráticos, como a implementação de medidas restritivas, priorizando assuntos relativos às atividades consideradas estritamente essenciais e urgentes, visando à redução de despesas em geral, bem como com pessoal, haja vista a deterioração do cenário econômico nacional.

Com a gradual retomada das atividades administrativas, a Administração tem proferido esforços a fim de dar andamento a todos os processos.

Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH

A Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, como órgão central do Sistema de Administração de Pessoal, tem por atribuição formular, implementar, acompanhar, avaliar e controlar as políticas voltadas à gestão de pessoas das Secretarias de Estado e Autarquias. Tem sua estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto nº 66.017, de 15 de setembro de 2021 e atualmente está subordinada à Secretaria de Orçamento e Gestão.

Indicador 2571 – Taxa de Percepção dos Servidores em relação ao alcance e à qualidade das Políticas de Gestão de Pessoas (%)

Busca aferir a percepção do servidor a respeito da existência, adequação e alcance das políticas de Gestão de Pessoas praticadas no Estado de São Paulo.

A realização da pesquisa para obtenção da taxa de percepção dos servidores em relação ao alcance e à qualidade das políticas de gestão de pessoas foi realizada durante o ano de 2021 e contou com a participação de 320.769 (Trezentos e vinte mil setecentos e sessenta e nove) servidores. Esta pesquisa foi realizada pela plataforma do sistema de Recadastramento Anual. A taxa de percepção obtida foi de 37,27%, o que significa que mais de 37% dos servidores reconhecem a existência de políticas de gestão de pessoas realizadas pelos Órgãos da Administração Estadual.

Meta: 19%

Resultado 2021: 37,27%

Produto 1114 – RH-Folha – Sistema integrado de Recursos Humanos e folha de pagamento

O **Indicador 2103** – Cumprimento do cronograma de atividades relacionadas ao desenvolvimento do sistema Rh Folha, tem como objetivo acompanhar o cumprimento do cronograma de atividades relacionadas ao desenvolvimento do sistema RH-Folh@, as atividades são de levantamento de regras e requisitos de RH, saneamento de tabelas e homologação do sistema após desenvolvimento de cada módulo entregue.

Ação 5884 – Integração, operação e suporte à Gestão dos órgãos de Recursos Suporte operacional e tecnológico aos órgãos central, setoriais e subsetoriais de recursos humanos do Estado de São Paulo, por meio do desenvolvimento e implantação de sistema integrado à folha de pagamento para a gestão da vida funcional dos recursos humanos (RH-Folh@), e de iniciativas de modernização e manutenção dos sistemas de informação em operação que apoiam as atividades de gestão de pessoas.

A contratação para o desenvolvimento do sistema Rh Folh@ foi realizada apenas no final do Ano, dessa maneira não houve avanço no cronograma de execução das tarefas e das atividades do Projeto Rh Folh@.

Meta: 75%

Resultado 2021: 60%

Produto 1125 - Avaliação de competências adicionais

O **Indicador 2119** – Número de processos de Avaliação de Competências Técnicas concluídos, tem como objetivo a Promoção da Universalização das práticas de avaliação de pessoal e realização dos processos de avaliação de competências técnicas para fins de Promoção e mobilidade funcional.

Ação 6042 - Avaliação de Pessoal: Promoção da Universalização das práticas de avaliação de pessoal e realização dos processos de avaliação de competências técnicas para fins de promoção e mobilidade funcional.

Encontra-se em andamento proposta de nova redação para regulamentação vigente no tocante a previsão dos artigos 28 a 31 da Lei Complementar nº 1.080/2008 com o intento de alterar os regimentos e exigências visando à desburocratização das fases do processo do concurso de promoção que ainda necessitam de manifestação conclusivas das áreas competentes, com análise de todos os aspectos que envolvem a matéria e autorização governamental.

Dessa maneira não foi possível a realização do Processo de Avaliação no presente ano.

Meta: 1

Resultado 2021: 0

Produto 1322 – Auxílio-alimentação ao servidor – Administração Geral

Pagamento do auxílio alimentação conforme a Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 8.106, de 27 de outubro de 1992 e regulamentado e regulamentado pelo Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991.

Ação 4769 – Gerenciamento do Benefício Auxílio Alimentação – Administração Geral

Classificação – Apoio Administrativo

Produto 1323 - Auxílio-alimentação ao servidor – Segurança Pública

Pagamento do auxílio alimentação conforme a Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 8.106, de 27 de outubro de 1992 e regulamentado e regulamentado pelo Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991.

Ação 5429 - Gerenciamento do Benefício Auxílio Alimentação – Segurança Pública

Classificação – Apoio Administrativo

Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME

O Departamento de Perícias Médicas do Estado tem como principal atribuição realizar perícias médicas nos servidores públicos estaduais paulistas, para fins de ingresso no serviço público, pré-avaliação de candidatos declarados com deficiência, licença médica, readaptação funcional, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, aposentadoria especial por deficiência, isenção de imposto de renda/contribuição previdenciária, avaliação de capacidade laborativa e perícias em servidores de outros Estados, além da análise de processos de acidente de trabalho e de insalubridade.

Cabe também ao DPME decidir sobre pedidos de reconsideração das decisões periciais, bem como proceder à realização de perícias para instrução de processos judiciais ou administrativos.

Finalmente, o Departamento tem como competência subsidiar a formulação de políticas de promoção da saúde ocupacional e controle do absenteísmo do servidor estadual, disponibilizando as

informações relacionadas aos afastamentos dos servidores públicos do exercício de suas atividades às autoridades competentes.

Indicador de Produto 2573 - Quantidade de Perícias Médicas, Laudos e Pareceres

As atividades do DPME encontram-se identificadas no PPA 2020-2023, no âmbito do Programa 2027 – Gestão de Serviços Prestados à Administração Estadual, da atual Secretaria de Orçamento e Gestão, organizando-se em torno da Ação 5971 - Realização de Perícias Médicas.

Ação 5971	Meta Anual	Resultado 2021
Realização de Perícias Médicas	346.200 perícias médicas realizadas e laudos/pareceres emitidos	186.488 perícias médicas realizadas e laudos / pareceres emitidos

Na tabela abaixo segue o detalhamento das atividades periciais realizadas:

Perícias Médicas, Laudos e Pareceres – 2021

Perícias Médicas	165.474
Licença Médica	160.971
Ingresso	4.473
Capacidade Laborativa	16
Outro Estado	14
Laudos	17.787
Aposentadoria por Invalidez	111
Isenção de IR	408
Readaptação	5.621
Insalubridade	11.647
Pareceres	3.227
Acidente de Trabalho	2.176
Contrário à Aposentadoria	406
Contrário à Readaptação	602
Ingresso - instância recursal	43
Total Geral	186.488

Apesar da retomada mais consistente das perícias presenciais, a atividade pericial ainda sofreu em 2021 as consequências da suspensão em vários períodos das perícias médicas presenciais, em função das medidas restritivas adotadas pelo governo estadual para conter a disseminação da Covid-19. Por outro lado, observou-se a continuidade do impacto positivo da implantação do teletrabalho nos órgãos do governo estadual, bem como do ensino à distância nas escolas estaduais, diminuindo expressivamente o número de licenças saúde solicitadas, principalmente pelos servidores da educação, que historicamente são responsáveis por mais da metade das licenças saúde concedidas.

Realizou-se, dessa forma, um total de 186.488 perícias, laudos e pareceres, atingindo-se 53,87% da meta de 346.200 estabelecida para o período.

Atividade Pericial	2017	2018	2019	2020	2021
Perícias Médicas	288.334	246.770	223.126	118.544	165.474
Laudos Médicos	14.570	34.134	32.254	50.801	17.787
Pareceres Médicos	7.124	8.295	6.730	3.122	3.227
TOTAL	310.028	289.199	262.110	172.467	186.488

Indicador de Resultado 2574 – Absenteísmo por Adoecimento:

Cabe ao DPME a apuração anual do indicador de resultado do Programa 2027- Gestão de Serviços Prestados à Administração Estadual, referente ao absenteísmo por adoecimento de servidores e funcionários públicos estaduais, tendo por base os dados referentes às licenças saúde concedidas. Considerando o ônus gerado por tais afastamentos ao erário público e à qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade, tem-se o objetivo de alcançar a redução gradativa do índice.

O índice de absenteísmo sofreu uma importante redução nos exercícios de 2020 e 2021, em decorrência das medidas restritivas adotadas pelo Governo Estadual para conter a disseminação da Covid-19. Nesse sentido, novamente surgem o teletrabalho e o ensino à distância como fatores determinantes para que houvesse uma diminuição significativa na demanda por licenças saúde. No segundo semestre de 2021, com a flexibilização daquelas medidas restritivas e com a volta gradual dos servidores às atividades presenciais, pudemos observar um aumento de demanda naquela modalidade pericial, provocando crescimento do índice de absenteísmo com relação ao ano de 2020, quando prevaleceu o teletrabalho e foi obtido o índice de 3,31. Mesmo assim, a meta de 4,98 prevista para 2021 foi superada em 17,47%, fechando-se o exercício com o índice de 4,11.

	2017	2018	2019	2020	2021
Absenteísmo (%)	5,33	4,98	4,74	3,31	4,11

Indicador Gerencial de Produto 2568 - Tempo para Publicação dos Resultados das Perícias Médicas de Licença Saúde e Ingresso:

Vários fatores têm contribuído, ao longo dos últimos anos, para incrementar a agilidade no desempenho das atividades do DPME. Dentre eles destacam-se a descentralização das perícias e a informatização dos procedimentos periciais.

Dando continuidade à parceria iniciada em 30/10/2012, foi celebrado novo Convênio, entre a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, atual Secretaria de Orçamento e Gestão e o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, com vigência de 01/04/2021 a 30/09/2023, garantindo, dessa forma, o atendimento descentralizado no interior e na Região Metropolitana de São Paulo, através de 76 polos já implantados, 14 dos quais especificamente destinados às avaliações de readaptação funcional, que necessitam de médicos especialistas nas patologias relacionadas ao seu atendimento.

Conta-se atualmente com 389 médicos credenciados, que atuam em 173 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado, permitindo significativa redução no prazo médio de dias transcorridos entre a solicitação e a publicação dos resultados das perícias de licença saúde e ingresso no Diário Oficial do Estado.

Desde a implantação das perícias online, em 2013, o DPME vem dando continuidade à informatização dos procedimentos periciais, na medida dos recursos disponíveis, com destaque, neste período, para a informatização dos pedidos de reconsideração, cuja funcionalidade entrou em operação em 11 de

janeiro de 2021 (Comunicado DPME Nº 001, de 04/01/2021), proporcionando maior agilidade na tramitação e análise dos milhares de requerimentos encaminhados ao DPME.

Em 2021, à semelhança do ocorrido no exercício anterior, as restrições impostas à realização de perícias médicas presenciais afetaram esse prazo médio, que foi definido como indicador gerencial da Ação 5971 - Realização de Perícias Médicas e para o qual nossa meta era de 15 dias.

Com a gradual regularização das perícias que foram realizadas fora do prazo, observou-se, a partir de agosto, uma redução expressiva do intervalo médio mensal, inclusive superando em vários meses a meta definida para o ano. Mesmo assim, não foi possível compensar os resultados negativos dos meses anteriores, ultrapassando em 24,79% a meta proposta, fechando o exercício com o prazo médio de 18,72 dias, conforme segue:

2021	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	anua l
Prazo Médio em dias	4,98	8,52	12,91	45,13	47,03	33,33	20,13	9,74	10,42	10,94	12,84	8,64	18,72

Produto 1667 - Sistema de Gestão de Estruturas Organizacionais

Indicador 3610 - Percentual de Implementação do Novo Perfil da Administração Pública (%) – Esse indicador reflete o processo de implementação do projeto Perfil 2.0, que é o sítio eletrônico do Governo do Estado de São Paulo que acompanha e atualiza a estrutura administrativa, fornecendo informações sobre atribuições, organogramas e legislação de todos os órgãos e entidades da administração direta e autárquica. Elaborado a partir de uma parceria técnica entre o Departamento de Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Gestão, e os Departamentos de Gestão Estratégica e de Projetos (DGEP) e de Tecnologia da Informação (DTI), ambos da Secretaria da Fazenda, o projeto pretende modernizar tecnologicamente o sistema e melhorar a sua acessibilidade e usabilidade.

Com a criação da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SPOG, e posteriormente se tornou Secretaria de Orçamento e Gestão – SOG, Decreto nº 66.017/21, o projeto foi interrompido. Em julho/21, o Gabinete SOG contratou a Prodesp para retornar esse projeto, contudo a empresa reportou dificuldade de contratações de técnicos e de realocação de suas equipes.

Meta: 50%

Resultado 2021: 0

O Acumulado do PPA (2020/2021) ficou em 35% tendo em vista que, a regra de totalização do indicador nos 4 anos de PPA é o último valor.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Gestão

Nome do Gestor do Produto: Marcos Toffoli Simoens da Silva.

Indicador 3611 - Quantidade de Acessos ao Sistema Perfil da Administração Pública (unidade)

No ano de 2020 foi solicitada a descontinuidade desse indicador por duas razões:

1 – A transferência da Coordenadoria de Gestão para Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão e logo depois para Secretaria de Orçamento e Gestão (Decreto 66.017/21), fez com que o Projeto tenha sido interrompido até que houvesse uma nova contratação pela nova Secretaria.

2 – A ferramenta de contagem de acessos ao site só estaria pronta após o término do projeto, que até o presente momento permanece em retomada de seu desenvolvimento.

Dessa forma, o indicador foi descontinuado, tendo em vista que não seria possível realizar o monitoramento da ação pela ausência de ferramentas de medição.

Resultado 2021: indicador descontinuado em 2020.

Ação: Novo Perfil da Administração Pública - Desenvolvimento e implementação de sistema de gestão das estruturas organizacionais que consolide as informações pertinentes à estrutura, hierarquia e atribuições dos órgãos e entidades do Poder Executivo, registrando as transformações das organizações públicas ao longo de sua evolução.

Programa 2028 – Gestão Inovadora E Orientada Para Resultados

Produto 485 – Itens negociados na BEC - Coordenadoria de Compras Eletrônicas – CCE

A BEC/SP é o sistema eletrônico para a negociação de preço de bens e serviços adquiridos pela administração pública direta e indireta do Estado de São Paulo e municípios paulistas conveniados, que permite ampla competitividade e igualdade de condições de participação a todos os usuários.

Este produto acompanha as atividades da Bolsa Eletrônica de Compras na realização de compras públicas com eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. A principal entrega deste produto para a administração estadual são itens de bens e serviços lançados no sistema BEC/SP que possuem sucesso efetivo no resultado das negociações.

No ano de 2021 foram efetivamente negociados 258.148 itens, o que corresponde a 71,74% do total de itens lançados. O sistema BEC/SP foi avaliado positivamente por 79% de seus usuários, conforme mensurado no indicador 3694 do programa 2028.

Gestor do Programa: Jair Rodrigues

Programa 2029 – Fortalecimento Do Sistema Estadual De Planejamento E Orçamento

O programa reúne ações executadas pelas áreas de planejamento e orçamento que se organizavam como uma única coordenadoria (Coordenadoria de Planejamento e Orçamento), na época de elaboração do Plano Plurianual. Em maio de 2020, ambas foram transferidas para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG) e passaram a atuar como áreas autônomas. O Decreto nº. 66.017, de 15 de setembro de 2021, organizou a Secretaria de Orçamento e Gestão (que sucedeu a SPOG) formalizando as estruturas da Subsecretaria de Orçamento e da Subsecretaria de Gestão.

As iniciativas promovidas pelo Programa 2029 estão subdivididas entre a Coordenadoria de Planejamento, que integra a Subsecretaria de Planejamento e conta com 3 (três) departamentos e a Coordenadoria de Orçamento, que integra a Subsecretaria de Orçamento e conta com 6 (seis) departamentos. Articuladamente, tais áreas têm a missão de coordenar os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual – PPA, das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e dos Orçamentos Anuais – LOA.

Em 2021, a interação ocorreu com, aproximadamente, 31 (trinta e um) órgãos orçamentários e 162 (cento e sessenta e duas) Unidades Orçamentárias, entendidas como unidades responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, das quais 34 (trinta e quatro) são Autarquias, 17 (dezessete) Fundações, 8 (oito) empresas dependentes e 11 (onze) empresas não dependentes, componentes da lei orçamentária estadual.

O compartilhamento de esforços, experiências e competências em um único programa visa a contribuir para uma gestão mais qualificada dos programas governamentais e para maior eficiência dos recursos públicos.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelas equipes de seus Departamentos, ao longo de 2021, destacam:

Ação 6237 – Gestão do Plano Plurianual

Definição de diretrizes e orientações técnicas para elaborar e executar o Plano Plurianual; apoio técnico aos órgãos setoriais do Estado para: elaborar, monitorar e rever seus programas, produtos, ações, indicadores e metas; acompanhar e analisar as informações prestadas pelos setoriais nos sistemas de gerenciamento do PPA; consolidar o PPA e seus resultados; e elaborar relatórios de prestação de contas sobre os resultados alcançados.

Produto 1041 - Plano Plurianual elaborado, monitorado e revisto

No contexto desta ação, está a coordenação dos processos de planejamento, monitoramento e revisão de programas governamentais organizados no Plano Plurianual (PPA). Inclui, ainda, as iniciativas ligadas à prestação de contas aos órgãos de controle externo, com a coleta, organização e consolidação de informações enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), por

ocasião do processo de tomadas de contas anual do Governador. Todas sob a gestão do Departamento de Planejamento do Plano Plurianual (DPPP).

Quanto à atividade de elaboração, no ano de 2021, não houve nenhuma iniciativa que envolvesse processos que pudessem ser caracterizados como “elaboração do Plano Plurianual”. Isso se justifica pela fase em curso do plano, de execução. Esses processos de trabalho ocorrem, em geral, somente no último do ano do plano vigente e estão previstos para 2023.

Quanto às atividades de monitoramento, 2021 foi um ano de consolidação de novas ferramentas de trabalho. As reuniões que costumavam ser presenciais e periódicas passaram a ser feitas através de ferramentas de vídeo conferência e o contato entre os grupos técnicos passou a ser constante, facilitado pela comunicação através de aplicativos instantâneos de mensagens. Dessa forma, foi possível disseminar conceitos de planejamento a mais pessoas com a mesma quantidade de recursos humanos. É possível notar essa situação através do nosso indicador “Índice de satisfação dos gerentes do PPA com as atividades de apoio ao monitoramento” que obteve uma melhora apesar do indicador “tempo dedicado às agendas conjuntas com os órgãos setoriais” ter cumprido apenas 44% da meta prevista para 2021.

Já no que diz respeito à prestação de contas, ela engloba processos de trabalho que representam grande esforço dos órgãos setoriais e das equipes da Secretaria, desdobrando-se em tarefas específicas, que se concentram no período de novembro a abril. As informações são enviadas trimestralmente ao TCE, porém, anualmente, os órgãos consolidam as justificativas relativas ao desempenho dos produtos e programas, informando a execução orçamentária e os resultados obtidos (execução física). A equipe do DPPP além de acompanhar e orientar os órgãos do estado no fornecimento dessas informações, também as analisa, verificando se há correlação entre as informações prestadas e as justificativas elencadas.

Quanto ao processo de revisão, que estava previsto no cronograma para 2021, em virtude da conjuntura econômica mundial e de seus impactos, que afetaram todas as áreas, optou-se pela sua não realização, uma vez que as mudanças esperadas seriam inúmeras e acarretariam na desconfiguração do PPA.

Ação 4485 – Gestão do Processo Orçamentário do Estado

Aprimoramento dos mecanismos e das metodologias que garantem o incremento da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado, em todas as suas etapas e ao longo da rede de instituições componentes dos sistemas de administração orçamentária e financeira. Definição de diretrizes e orientações técnicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas.

Produto 1042 - Orçamentos Anuais Elaborados e Acompanhados

A ação é executada pelos quatro Departamentos de Planejamento Orçamentário, pelo Departamento de Planejamento Orçamentário de Pessoal e pelo Departamento de Consolidação e Normas da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento.

No âmbito dessa ação, em 2021, o Governo do Estado de São Paulo elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022 (Lei nº. 17.387/2021) e a Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 (Lei nº. 17.498/2021). Simultaneamente, no que se refere aos expedientes de movimentação orçamentária, em 2021, foram concluídos mais de 3 mil pedidos, pela Coordenadoria de Orçamento e o seu encaminhamento ao órgão interessado e/ou instância superior de decisão, de acordo com a modalidade de alteração orçamentária formalizada, a saber: crédito suplementar, crédito automático, reprogramação entre elementos, liberação/contingenciamento, antecipação de cotas-crédito suplementar de pessoal, reprogramação de pessoal, transposição de cotas e reprogramação de empresas não dependentes.

Ação 4483 – Avaliação de Políticas Públicas e Desempenho de Programas do PPA

Estabelecimento de diretrizes e orientações técnicas para guiar os órgãos setoriais sobre a política de avaliação de Programas do Plano Plurianual; estabelecimento do cronograma de trabalho anual e de processo para ajustes de programas, em decorrência dos resultados das avaliações; realização de coleta, tratamento e análises das informações geradas no monitoramento dos programas ou a partir da produção de novas informações; realização de encontros técnicos e oficinas de trabalho ao

longo da execução das avaliações e divulgação de seus resultados; e produção de relatórios e outros documentos.

Produto: 1043 – Avaliações de Programas Governamentais

Esta ação tem como objetivo fornecer subsídios para apoiar as decisões governamentais e para aprimorar sua atuação, sobretudo no que diz respeito ao desempenho dos programas e ações do PPA. Compreende a realização de estudos avaliativos de programas ou iniciativas governamentais por parte do DAPP, o Departamento de Avaliação de Políticas Públicas.

Em 2021, o desempenho do produto 1043 foi impactado pelas alterações institucionais e reforma administrativa que afetaram o fluxo de trabalho e a capacidade de entrega de avaliações pelo Departamento de Avaliação de Políticas Públicas. A avaliação dos programas governamentais depende de negociação com órgãos setoriais, responsáveis pela coordenação destes programas, que envolve o compartilhamento de informações e registros administrativos. Assim, o alinhamento entre o planejamento técnico do departamento e o a gabinete é fundamental para que este fluxo se estabeleça.

Em 2021 foram realizadas três avaliações de programas do PPA 2020-2023. No âmbito do Contrato SPG/1209296/2017, com a Fundação Seade, foram realizadas duas avaliações de resultados: Avaliação do programa Centro de Integração de Cidadania, da Secretaria da Justiça e Cidadania, e Avaliação de "trajetórias educacionais", que é uma avaliação de resultados do programa de educação básica, da Secretaria da Educação. Também foi produzida pelo corpo técnico do departamento uma terceira avaliação: Avaliação de impacto do Programa de Ensino Integral, da Secretaria de Educação.

Foram estruturadas as duas avaliações que ainda serão realizadas de programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no âmbito do contrato com a Fundação Seade, citado acima, que devem ser concluídas no ano de 2022. Outras ações foram desenvolvidas no sentido de estruturar internamente a área para a produção de avaliações elaboradas integralmente pelo corpo técnico, com o objetivo de ampliar a participação do departamento no ciclo de planejamento.

Ressalte-se que, a partir desse ciclo de PPA, as avaliações passaram a considerar os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nascidos da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 2012, e que definiram um conjunto de metas para enfrentar os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes enfrentados pelo planeta. O objetivo do DAPP é incentivar a adoção da agenda de ODSs aos instrumentos de planejamento do governo estadual. Neste sentido, houve importante contribuição técnica do departamento na elaboração do módulo II do curso que será disponibilizado pela Escola de Governo para os gestores estaduais sobre esta temática, por encomenda do Comitê Estadual dos ODS.

Ação 6236 – Subsídios Técnicos em Planejamento e Orçamento

Realização de estudos e análises sobre programas e políticas públicas, projeções e cenários macroeconômicos e análises de indicadores socioeconômicos e ambientais, além da elaboração de relatórios, pareceres e publicações técnicas.

Produto 1044 - Estudos sobre a situação do Estado de São Paulo e de suas políticas públicas

A presente ação responde à execução de estudos e relatórios técnicos, com a finalidade de subsidiar as decisões governamentais e a melhoria do desempenho dos programas. Em 2021, foram elaboradas 11 (onze) Análises Periódicas de Conjuntura Econômica, que reúnem informações sobre a economia paulista e sobre o contexto macroeconômico internacional e nacional; até o ano retrasado, esses materiais eram apresentados em seminários mensais, mas, os mesmos foram suspensos em função da pandemia. Mas, foram realizadas reuniões técnicas, o que resultou nos relatórios complementares. A iniciativa conta com o apoio técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Ação 8286 – Modernização do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento

Execução de atividades direcionadas à melhoria dos processos de planejamento e acompanhamento da sua execução, compreendendo o mapeamento desses processos, proposta de soluções para sua melhoria, incluindo as ferramentas e sistemas computacionais que a eles dão suporte, promoção de capacitações e atualizações constantes, bem como a produção dos materiais de apoio.

Produto 1045 – Aperfeiçoamento da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento

A ação refere-se a todas as atividades de apoio ao planejamento, monitoramento e prestação de contas, as quais aparecem sintetizadas no Plano de Trabalho de Processos de Planejamento. Refere-se à atuação do DPP – Departamento de Processos de Planejamento, que sempre ocorre em grande proximidade com o DPPP.

As atividades relacionadas com o Plano Plurianual implicam grande interação com os órgãos setoriais, o que demanda: 1) a elaboração de normativas; 2) o desenvolvimento de ferramentas de apoio conceitual e prático; 3) a constante melhoria das soluções informatizadas; 4) a realização de audiências públicas e 5) o mapeamento dos processos orçamentários, com o objetivo de aprimorá-los.

Quanto aos segundo e terceiro itens, foi iniciada a revisão do manual do sistema SIMPPA, em fase de conclusão no momento presente; e realizados diversos ajustes nos sistemas informáticos para sua melhor utilização.

O quarto item está detalhado neste mesmo relatório, no Produto 1716.

Em relação ao quinto item, em 2021, a área responsável pelos Processos de Planejamento concluiu o trabalho de mapeamento do processo de elaboração da LDO, com base nos padrões do Business Process Model and Notation (BPMN), visando à padronização de ações e à otimização dos processos de trabalho envolvidos na elaboração das diretrizes orçamentárias. E, nos mesmos moldes, foi concluído, na sequência, o trabalho de mapeamento do processo de prestação de contas para o TCE, visando também a padronização de ações e a disseminação das melhores práticas de trabalho para a confecção do relatório que é encaminhando anualmente ao Tribunal.

Ainda no contexto das entregas realizadas sob essa ação, destaque-se a realização de duas pesquisas de satisfação realizadas com Gestores do PPA. A primeira delas visou captar a satisfação dos representantes dos órgãos setoriais em relação ao suporte técnico oferecido às atividades de monitoramento, realizadas pelo DPPP. A segunda pesquisa teve por objetivo identificar a percepção dos órgãos setoriais quanto à aplicação da metodologia do Orçamento por Resultados. Seus resultados compõem indicadores acompanhados no contexto do Programa e oferecem subsídios para que as equipes melhorem sua atuação e elaborem novas estratégias para estimular a prática de planejamento entre os órgãos do estado.

Ação 6308 – Fomento à participação social em planejamento

Organização e realização de audiências públicas e de outros mecanismos e canais de participação social. Modelagem de fluxos, metodologias e instrumentos de participação. Produção de conteúdos, materiais e divulgação para apoio à participação social. Sistematização e operacionalização do envio de demandas/manifestações aos órgãos setoriais e de suas devolutivas. Capacitação de equipes para aprimoramento do processo de participação social.

Produto 1716 – Audiências públicas em processos de planejamento e orçamento

No caso da LDO, a audiência pública ocorreu no período de 27 de março a 11 de abril. Seu formato foi eletrônico e teve um total de 1098 participações (votos). Destacaram-se como principais áreas e demandas: vacinação contra covid 19; hospitais regionais e agricultura sustentável / assistência técnica/ extensão rural. A Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas e o Estado de modo global, foram as áreas com maior votação.

No caso da LOA, a audiência pública eletrônica, ocorreu no período de 11 a 25 de junho e teve a participação de 246 pessoas, por meio do registro de 651 votos. Destacaram-se como principais áreas e demandas: conciliação e mediação de conflitos (Tribunal de Justiça); agricultura sustentável e assistência técnica/extensão rural; prevenção, gestão e fiscalização sanitária. As regiões com maior votação foram a Região Metropolitana de São Paulo; o Estado de São Paulo de modo global e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Também foram realizadas 18 Audiências Regionais Virtuais LOA, pela plataforma Zoom, o que representou um importante esforço de adaptação à pandemia da COVID-19 e de garantia dos espaços de participação da sociedade na elaboração do orçamento, tendo em vista que as audiências regionais, outrora realizadas presencialmente, não puderam ser realizadas no ano anterior. As audiências ocorreram nas seguintes regiões: Região Administrativa de Araçatuba; Região Administrativa de Barretos; Região Administrativa de Bauru; Regiões Administrativa e Metropolitana de Campinas; Região Administrativa Central; Região Administrativa Franca; Região Administrativa de Itapeva; Região Administrativa de Marília; Região Administrativa de Presidente Prudente; Região

Administrativa de Registro; Região Administrativa e Metropolitana de Ribeirão Preto; Região Administrativa de São José do Rio Preto; Região Administrativa e Metropolitana de Sorocaba; Região Metropolitana da Baixada Santista; Região Metropolitana de São Paulo; Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Aglomerado Urbano de Jundiaí e Aglomerado Urbano de Piracicaba; totalizando uma participação de 528 pessoas, 423 manifestações orais ou via chat da plataforma. Durante as reuniões regionais virtuais, foi disponibilizado também um sistema de votação eletrônico, que registrou no total 1381 votos e 428 comentários, entre qualificação dos votos e novas sugestões. Em ambos os casos – LDO e LOA – o relatório de votação por áreas e demandas e por regiões foram publicadas no Portal da Secretaria de Orçamento e Gestão.

Programa 5100 - Planejamento, Coordenação E Gestão Eficiente Do Governo

Produto 530 – Gestão do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado de São Paulo

O **indicador de resultado 3015 - Redução do gasto com locação de imóveis** - era acompanhado pelo Conselho do Patrimônio. Com a edição do Decreto nº 66.017/2021, foi criada a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, integrando a competência do referido órgão, o Departamento de Imóveis e o Departamento Central de Transportes Internos – DCTI.

Tendo em vista a mudança da estrutura do Conselho, mudança da sede para a Rua Boa Vista, 150, 12º andar e a diminuição do quadro de servidores, além do impacto pela pandemia do COVID-19, o indicador de Resultado 3015 (Redução do gasto com locação de imóveis) teve uma queda no resultado, levando-se em conta também a dificuldade das Secretarias em obter aumento no orçamento para cobrir despesas com reformas nos imóveis próprios do Estado para realizar a mudança dos imóveis locados.

Quanto ao **Produto 530 -Gestão do Patrimônio Imobiliário do Governo de São Paulo**, com a nova administração da Coordenadoria, estão sendo realizados estudos para melhor aproveitamento dos bens imóveis do Estado, o que se verifica com o aumento do resultado do produto **3004 – Número de Processos Analisados**.

Produto 1602 – Ações Estratégicas do Governo Acompanhadas

O produto ora avaliado está ligado a ação não orçamentária 8308 - Gestão Estratégica de Governo, destinada ao assessoramento para elaboração e disseminação de diretrizes governamentais, para coordenação, planejamento e execução de ações integradoras, além da articulação, controle e coordenação das atividades essenciais à execução do Programa de Governo, através do acompanhamento das ações prioritárias do Governo do Estado.

A equipe participa das reuniões semanais de acompanhamento do Programa de Governo que ocorrem entre o Governador e seu Secretariado. Para apoio a esse o trabalho, tem-se um sistema de acompanhamento, no qual as ações são organizadas, segundo sua prioridade, totalizando 225 projetos (categorias A, B e C).

Em 2021, todas as 225 ações foram atualizadas semanalmente, o que inclui informações sobre cronograma, surgimento de alertas e entraves, atrasos, confirmação de entregas, entre outros.

Todo esse material tem o objetivo de: (1) oferecer informações claras, objetivas e padronizadas para gestão governamental; (2) garantir atenção dos líderes na superação dos entraves, comunicando com rapidez possíveis desvios e obstáculos; (3) apoiar as pastas na formulação de seus planos de ação, por meio de cronogramas estruturados; e (4) reportar periodicamente o progresso das atividades previstas para realização das ações. A atividade tem se mostrado bastante eficaz no apoio a Gestão do Programa de Governo.

Programa 5104: Arquivo Do Estado - Preservação E Gestão Documental

Objetivo: Implementar a política estadual de arquivos, definir normas e requisitos para soluções tecnológicas de gestão documental, preservar e difundir o patrimônio documental e promover ao cidadão o acesso à informação.

Ação: 5724 - Gestão documental e acesso à informação pública

Descrição: Formulação e implementação da política de gestão documental e acesso à informação na administração estadual e municipal; assistência técnica aos órgãos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, prefeituras e câmaras municipais; capacitação de servidores de arquivos, protocolos, Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso-CADA e Serviços de Informações ao

Cidadão-SIC; coordenação do sistema SPdoc; gestão do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão-SIC.SP; tratamento técnico do acervo intermediário; atuação como órgão consultivo do Ministério Público em matéria de gestão documental.

Produto 362: Coordenação da política de gestão documental, preservação e acesso à informação:

Indicador de produto 2256 (PPA): Percentual de órgãos e entidades com plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos das atividades-fim

Indicador de produto 982 (LOA): Número de atendimentos aos órgãos do SAESP e às administrações municipais

Indicador de produto 986 (GERENCIAL): Horas aula de capacitações oferecidas

Projetos desenvolvidos:

✓ **Política de gestão documental:** elaboração de 6 Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim (TTD-Fim): Caixa Beneficente da Polícia Militar - CBPM, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso - FUNAP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP e Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT; Atualização de 4 TTDs-Fim: Secretaria da Cultura e Economia Criativa - SECEC, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETPS, Universidade de São Paulo - USP e Secretária de Justiça e Cidadania - SJC, coordenação de 88 Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, 506 Subcomissões e análise de 621 editais de ciência de eliminação;

✓ 4.373 atendimentos técnicos aos órgãos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP;

✓ 34.954,56 horas aula de capacitações oferecidas realizadas nas modalidades de eventos, EAD, palestras, cursos, oficinas, lives, seminários, exposições e outros.

Ação: 5725 - Tratamento, preservação e disponibilização do acervo custodiado

Descrição: Tratamento técnico arquivístico e de preservação dos documentos de guarda permanente e intermediária custodiados pelo APESP; Elaboração de ações e produtos de difusão para fomento do uso e ampliação do acesso público ao acervo

Produto 363: Acervo custodiado, tratado, preservado e disponibilizado

Indicador de produto 3135 (PPA): Porcentagem do acervo permanente descrito

Indicador de produto 984 (LOA): Número de operações técnicas realizadas nos documentos do acervo custodiado

Indicador de produto 2339 (GERENCIAL): Número de acessos públicos aos documentos do acervo

Projetos desenvolvidos:

✓ Documentos acessados: 1.488.554

✓ Acervo permanente descrito: 73,90%

✓ Operações de tratamento técnico: 4.510.140 itens

✓ Recolhimento de 860,92 metros lineares de documentos ao acervo permanente

✓ Emissão de 2.410 certidões, sendo: 2.112 certidões de Imigração, 222 certidões de cópias certificadas, 4 certidões por extrato, 56 certidões de inteiro teor e 16 certidões negativas.

✓ APESP Digital: continuidade do investimento em infraestrutura de TI, processos e processamento de acervo digitalizado para garantir a preservação e segurança digital e ampliar a presença do Arquivo na internet (integração das ferramentas de busca ao acervo, novo site, visita virtual, Campanha Arquivo Nosso de Cada Dia, digitalização de instrumentos de pesquisa).

Ação: 6310 – Política de Arquivos e Tecnologia da Informação:

Descrição: Estudo da legislação nacional e estadual vigente; Análise de modelos, normas e recomendações nacionais e internacionais sobre produção, gestão, preservação e acesso de documentos e sistemas arquivísticos informatizados; Pesquisa e avaliação de sistemas referenciais

existentes (SIGAD e RDC-ARQ); Elaboração de procedimentos, normas e requisitos arquivísticos para aprimoramento de sistemas informatizados de gestão, preservação e acesso a documentos públicos; Orientação técnica aos órgãos e entidades do SAESP; Desenvolvimento de modelos de documentos e acompanhamento da implantação de soluções.

Produto 1499: Tecnologias da informação aplicadas à gestão documental

Indicador de produto 3100 (PPA): Percentual de documentos compostos com fluxo normalizado

Indicador de produto 3136 (LOA): Número de requisitos desenvolvidos para sistema de produção e gestão de documentos digitais - Programa SP SEM PAPEL

Indicador de produto 3137 (GERENCIAL): Número de órgãos e entidades que utilizam o sistema SPDOC

Projetos desenvolvidos:

- ✓ Coordenação do SPdoc: 27 órgãos ativos e 01 em processo de extinção (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA);
- ✓ 10 implantações do Sistema SP Sem Papel, 01 órgão da Administração Direta (Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas – SPAE) e 09 em entidades da Administração Indireta (CEETPS, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP, Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, Fundação Padre Anchieta, Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP e CBPM);
- ✓ 57 requisitos desenvolvidos para o sistema de produção e gestão de documentos digitais (SP SEM PAPEL);
- ✓ 36 documentos compostos com fluxo normalizado.

Ação: 8297 – Fortalecimento Institucional do APESP:

Descrição: Ações e produtos de difusão do acervo, divulgação da instituição e disseminação dos conhecimentos produzidos e acumulados pelas equipes do APESP.

Produto 1500: Difusão do acervo, da instituição e dos conhecimentos acumulados pelo APESP

Indicador de produto 3155 (PPA): Porcentagem de intercâmbio técnico com prefeituras e câmaras municipais

Indicador de produto 3150 (LOA): Público atingido pelo Arquivo Público do Estado - APESP

Indicador de produto 3152 (GERENCIAL): Número de usuários do acervo

Projetos desenvolvidos:

- ✓ Intercâmbio técnico realizado com 67,21% das prefeituras e câmaras municipais;
- ✓ Total de público atingido (visitas monitoradas, exposições, capacitações, redes sociais, site, eventos, etc): 319.440 usuários;
- ✓ Atendimento de 607.217 usuários dos acervos permanente e intermediário;
- ✓ Promoção da gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais: gestão e monitoramento de 5.051 acessos ao “Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal”; estudos para elaboração de “Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos modelo para o Poder Executivo Municipal (atividades-meio e fim).

Indicadores de resultado:

Indicador 977: Quantidade de itens documentais modelados para produção de documentos digitais

Indicador 2243: Metragem de documentos avaliados e destinados à eliminação

Indicador 2245: Percentual de atendimento aos pedidos de acesso à informação – LAI

Indicador 2492: Metragem do acervo custodiado no Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

Projetos desenvolvidos:

- ✓ 259 itens documentais modelados para produção de documentos digitais;
- ✓ 56.906,50 metros de documentos avaliados e destinados à eliminação;
- ✓ 37.200,09 metros de acervo custodiado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (recolhimento de 860,92ml de documentos).
- ✓ Política de acesso à informação: 92,26% dos pedidos SIC atendidos no prazo legal; Monitoramento de 24.298 pedidos, 2.965 redirecionamentos de pedidos; coordenação de 199 Serviços de Informações ao Cidadão – SIC centrais e setoriais; 820 atendimentos técnicos aos SICs.

PROGRAMA 5104 – ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL VALOR GLOBAL: R\$ 8.962.948,00 ¹		
INDICADORES	META FINAL DO PPA	RESULTADO PARCIAL – ACUMULADO ATÉ 2021
977 - QUANTIDADE DE ITENS DOCUMENTAIS MODELADOS PARA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (unidade)	2.334	893
2243 - METRAGEM DE DOCUMENTOS AVALIADOS E DESTINADOS À ELIMINAÇÃO (unidade)	266.750	90.445,14
2245 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI (%)	93,50	91,75426
2492 - METRAGEM DO ACERVO CUSTODIADO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - APESP (m)	42.900,75	37.200,09

Programa 5115 - Desenvolvimento De Parcerias Com A Iniciativa Privada

Ação orçamentária: 5637 – Apoio técnico e institucional às PPP's, às Concessões e outras Parcerias

Diante da atual conjuntura de austeridade orçamentárias, as Parcerias com a Iniciativa Privada têm representado uma oportunidade de atrair novos investimentos, de melhorar os serviços públicos e de desonerar o Estado. Os principais benefícios econômicos resultantes dos 9 contratos de concessão assinados, no período de 2019 a 2021, projetam números expressivos como: R\$ 2,9 bilhões em Outorga Fixa; R\$ 3,7 bilhões em Outorga Variável ao longo do prazo das contratações; R\$ 20,5 bilhões em Investimentos; e R\$ 10,9 bilhões em Desoneração ao longo das delegações.

Ao longo do ano de 2021, a equipe técnica da Subsecretaria de Parcerias, responsável pela execução do Programa 5115, buscou melhorar a qualidade da extensa documentação subjacente às modelagens de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica dos projetos e dos instrumentos licitatórios, reduzindo o número de falhas e inconsistências, e conferindo mais robustez, detalhamento e clareza aos inovadores conceitos e mecanismos regulatórios propostos.

Cabe reiterar as demais responsabilidades de apoio em outras áreas de interesse, adequadas à estratégia de ações do Governo do Estado de São Paulo/GESP, relativas ao monitoramento da gestão dos contratos celebrados, participando de negociações para equacionar desequilíbrios existentes, com vistas a encerrar conflitos judiciais entre as partes, que, em 2021, assegurou ao tesouro estadual aproximadamente R\$ 1,8 bilhão decorrentes dos acordos firmados dos Passivos Rodoviários.

Também é importante destacar a continuidade das atividades para desenvolver projetos pilotos no âmbito das parcerias com o Terceiro Setor, principalmente voltados a implantar contratualmente a remuneração das Organizações Sociais por meio de indicadores de resultados mais eficientes.

Produto (PPA 2020-2023): Estudos Técnicos de Modelagem de Parcerias Público-Privadas/PPP, de Concessão e de outras Parcerias.

¹ Valor consolidado dos Liquidados nos Orçamentos, conforme constante do relatório “Avaliação do desempenho do Programa – Acumulado até 2021”, disponível no Sistema SIMPA e acessado em 04/02/2022

As atribuições legais da Subsecretaria de Parcerias englobam, além da estruturação e avaliação de projetos de concessão, e do acompanhamento e subsídios técnicos à gestão dos contratos celebrados e às Parcerias Sociais, o assessoramento aos Conselhos do Programa Estadual de Desestatização/CDPED (Lei nº 9.361/1996) e do Programa de Parcerias Público-Privadas/CGPPP (Lei nº 11.688/2004).

No decorrer de 2021 foram produzidos 30 documentos formais, em consonância aos procedimentos estabelecidos no Decreto nº 61.371/2015 e demais regramentos legais, descritos abaixo:

Etapa de Pré-Enquadramento (Proposta):

Documento Emitido	Identificação da Proposta	Encaminhamento/Estágio
Notas Técnicas de Conformidade	✓ Concessão das Linhas 11 Coral, 12 Safira e 13 Jade da CPTM ✓ Pró Solar - Geração de energia solar fotovoltaica	✓ Em análise ✓ Em análise no âmbito do CAP.
Relatórios do CAP ou Notas Técnicas, incluindo o projeto no Programa Estadual de Parcerias.	✓ Casa das Retortas (complexo do antigo Gasômetro). ✓ Ligação Planalto a Santos – Linha Verde ✓ Concessão dos serviços de Loteria no Estado de São Paulo. ✓ Casarão Franco de Mello (Av. Paulista) ✓ Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) – Mosaico Paranapiacaba. ✓ Concessão CITI II – Jaguaré (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação).	✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT. Autorizado Chamamento Público. ✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT. Autorizado Chamamento Público. ✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT. Autorizado Chamamento Público. ✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT. Autorizado Chamamento Público. ✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT. ✓ Modelagem em estruturação no Grupo de Trabalho/GT.

Etapa de Consolidação da Modelagem (Projeto)

Documento Emitido	Identificação do Projeto	Encaminhamento/Estágio
Emissão de Edital de Chamamento Público, com vistas a receber estudos de agentes autorizados da Iniciativa Privada (Capítulo III, Seção I do Decreto nº 61.371/2015).	✓ Ligação Planalto a Santos – Linha Verde ✓ Concessão Estrada de Ferro Campos do Jordão ✓ Casa das Retortas (complexo do antigo Gasômetro) ✓ Concessão dos serviços de Loteria no Estado de São Paulo. ✓ Casarão Franco de Mello (Av. Paulista)	✓ Publicação do Chamamento Público nº 01/2021 em 25/03/2021. ✓ Publicação do Chamamento Público nº 02/2021 em 17/06/2021. ✓ Publicação do Chamamento Público nº 03/2021 em 29/06/2021. ✓ Publicação do Chamamento Público nº 04/2021 em 08/07/2021. ✓ Publicação do Chamamento Público nº 05/2021 em 16/07/2021.
Nota técnica de Avaliação dos Interessados em desenvolver os estudos inscritos nos Chamamentos Públicos.	✓ Ligação Planalto a Santos – Linha Verde ✓ Concessão Estrada de Ferro Campos do Jordão ✓ Concessão dos serviços de Loteria no Estado de São Paulo. ✓ Casarão Franco de Mello (Av. Paulista)	✓ Lista dos Autorizados publicada em 20/07/2021. Entrega dos estudos prevista para 16/01/2022. ✓ Lista dos Autorizados publicada em 29/07/2021. Previsão de entrega dos estudos em dezembro/2021. ✓ Lista dos Autorizados publicada em 25/08/2021. GT avalia 11 estudos entregues em 18/10/2021, oriundos do Chamamento Público. ✓ Lista dos Autorizados publicada em 23/09/2021. Previsão de entrega dos estudos em dezembro/2021.
(i) Nota Técnica Conjunta (SP e STM) emitida sobre a modelagem preliminar. (ii) Nota Técnica SP sobre a modelagem final da PPP.	✓ PPP Trem Intercidades – TIC Eixo Norte. ✓ PPP Trecho Rodoanel Norte	✓ Autorizadas Audiência e Consulta Pública da PPP Concessão Patrocinada, pelo CGPPP. ✓ Aprovada modelagem final, como PPP Concessão Patrocinada.
Relatórios do GT aprovados pelo CDPED e CGPPP, relativos à Modelagem Final e principais diretrizes da Licitação.	✓ Concessão de 22 Aeroportos Regionais do DAESP ✓ Concessão Rodovias – Lote Litoral Paulista ✓ Concessão Parques da Cantareira e Alberto Löfgren ✓ Concessão do Sistema de	✓ Edital publicado e leilão realizado. ✓ Edital em ajuste para republicação. ✓ Edital publicado e leilão realizado. ✓ Edital publicado.

	Travessias Litorâneas ✓ Concessão Parques Urbanos - Água Branca, Cândido Portinari e Villa-Lobos ✓ PPP Trecho Rodoanel Norte	✓ Edital publicado. ✓ Autorizada publicação Edital.
Nota Técnica sobre o arquivamento de 09 propostas e de 05 projetos constantes da Plataforma Digital de Parcerias.	✓ Arquivamento das propostas: (1) Concessão do Pier do Saco da Ribeira e do Parque da Ilha Anchieta ; (2) "Tieteférico" ; (3) PPP Palafitas ; (4) EDG – Área de Estacionamento ; (5) Expresso Turístico ; (6) PPP Habitação Campinas, Hortolândia e Sumaré ; (7) PPP Parques ; (8) PPP Guarulhos-Pimentas ; e (9) PPP Paraisópolis . Projetos excluídos: (1) PPP Habitação Fazenda Albor ; (2) Concessão das Marginais dos Rios Pinheiros e Tietê ; (3) Sistema Único de Arrecadação Centralizada (SUAC); (4) PPP Habitação – Lote 2 – Centro SP ; (5) Fábrica de Hemoderivados .	✓ CDPED e CGPPP acolheram a recomendação de arquivamentos, autorizando que a Subsecretaria Parceria prosseguisse com os trâmites de aviso aos proponentes e de exclusão dos projetos da Carteira do Programa Estadual de Parcerias.

Gestão de Contratos Assinados:

Documento Emitido	Identificação do Projeto	Encaminhamento/Estágio
Nota Técnica sobre as vantagens da celebração do acordo para equalizar os passivos regulatórios do contrato da Concessionária Ecovias.	✓ Sistema Rodoviário Anchieta-Imigrantes (SAI)	✓ CDPED e CGPPP tomaram conhecimento do acordo preliminar e da celebração do Termo Aditivo Definitivo.
Nota Técnica sobre as vantagens da celebração do acordo para equalizar os passivos regulatórios dos contratos das concessionárias Via Oeste, AutoBan e SPVias (Grupo CCR).	✓ Sistemas Rodoviários: (1) Castello-Raposo ; (2) Anhanguera-Bandeirantes ; e (3) Lote 20 de Rodovias .	✓ CDPED e CGPPP tomaram conhecimento do acordo preliminar. Em negociação os Termos Aditivos Definitivos.

Obrigações Legais:

Documento Emitido	Descrição
Texto geral com as informações dos riscos fiscais decorrentes dos contratos de parcerias público privadas (PPP) .	✓ Documento integrou o corpo do Anexo II - Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/2000, § 3º, do Art. 4º), o qual foi encaminhado, em abril/2021, às Secretarias de Orçamento e Gestão/SOG e da Fazenda e Planejamento/SFP, responsáveis pela estruturação de todas as peças orçamentárias.
Relatório Conjunto de Atividades do CDPED e CGPPP para TCE e ALESP, exercício 2020.	✓ Relatório elaborado em cumprimento ao artigo 5º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 9.361/1996, que criou o Programa Estadual de Desestatização; à Lei nº 11.688/2004, artigo 3º, § 9º, que instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP) no âmbito do Estado de São Paulo; e ao disposto no artigo 5º, incisos XII a XV, da Instrução nº 01/2020, TCE.

O indicador que aponta o percentual de consolidação das modelagens dos Projetos Prioritários do Programa Estadual de Parcerias atingiu 82% até dezembro/2021, considerando que, para maturação dos modelos dos projetos, foram cumpridas as etapas: (i) análise da proposta pelo Comitê de Análise Preliminar; (ii) formatação da modelagem preliminar do projeto pelo Grupo de Trabalho para audiência e consulta pública; e (iii) consolidação do modelo final e das diretrizes da licitação, com autorização para publicação do Edital Definitivo e demais anexos.

Na sequência, o estágio de execução da Carteira, destacando os projetos que avançaram na consolidação das modelagens e no processo de licitação.

Projetos com contratos assinados:

✓ **Caminhos do Mar (Programa Concessão de Parques Estaduais):** Adjudicação da Concessionária Parques Fundo de Investimento em Participação e Infraestrutura publicada em 15/01/2021. Contrato assinado em 17/03/2021.

- ✓ **Linha 08 Diamante e 09 Esmeralda da CPTM:** Leilão realizado, na Bolsa de Valores (B3), em 20/04/2021. Adjudicação do Consórcio ViaMobilidade Linhas 8 e 9 (CCR e Ruasinvest) publicada em 29/05/2021. Contrato assinado em 30/06/2021.
- ✓ **Concessão do Zoológico, Zoo Safari, Jardim Botânico e Fazenda:** Leilão realizado, na Bolsa de Valores (B3), em 23/02/2021. Adjudicação do Consórcio Reserva Paulista Administradora de Parques publicada em 11/06/2021. Contrato assinado em 09/09/2021.
- ✓ **Parque da Cantareira e Parque Alberto Löfgren - Região Metropolitana de São Paulo/RMSP:** Consulta Pública às minutas dos instrumentos licitatórios e Audiências Pública, de forma virtual, realizadas nos meses de janeiro e fevereiro/2021. Disponibilizado acesso às informações no *Data Room* a partir de maio/2021. Publicação do Edital final em 09/06/2021. Leilão realizado, na Bolsa de Valores (B3), em 14/09/2021. Habilitação da vencedora Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A em 06/10/2021. Contrato assinado em 20/01/2022.
- ✓ **Concessões de 22 Aeroportos Regionais de Aviação Regular e Executiva:** Publicação do Edital final em 15/04/2021. Leilão realizado, na Bolsa de Valores (B3), em 15/07/2021. Homologação/Adjudicação do certame em 06/11/2021, licitantes vencedoras: *Bloco Noroeste:* Consórcio Aeroportos Paulista – ASP; *Bloco Sudeste:* Consórcio VOA NW e VOA SE. Contrato assinado em 15/fevereiro/2022.

Projetos com editais publicados e/ou autorizados:

- ✓ **Concessão de Rodovias – Lote Litoral Paulista:** Edital publicado em 14/05/2021. Licitação em ajuste para atendimento de decisão do TCE.
- ✓ **Sistema de Travessias Litorâneas:** Realizadas as etapas de audiência, de consulta pública, e de novas rodadas de sondagem ao mercado, nos meses de maio, junho e julho/2021. CDPED e CGPPP aprovam modelagem final consolidada pelo Grupo de Trabalho, com assessoria técnica da FGV - Fundação Getúlio Vargas. Publicação do Edital final em 30/11/2021. Licitação suspensa para revisão das diretrizes.
- ✓ **Concessão de Parques Urbanos – Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca:** Realizados os eventos de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios nos meses de setembro, outubro e novembro/2021, simultaneamente ocorreram rodadas de sondagem ao mercado (*Market Sounding*), e visitas de reconhecimento aos parques. Publicação do Edital final em 30/12/2021. Leilão em 31/03/2022, na Bolsa de Valores (B3).
- ✓ **Concessão dos serviços de Loteria:** CDPED e CGPPP acolhem premissas preliminares do modelo, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, em junho/2021. Autorizada formação de Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Chamamento Público, publicado em 08/07/2021 (nº 04/2021), visando a receber os estudos da modelagem desenvolvidos pela iniciativa privada. Em 18/10/2021, foram entregues 11 estudos pelos autorizados. Em 20/12/2021, aprovada modelagem preliminar estruturada pelo Grupo de Trabalho. Audiência Pública foi realizada em 31/01/2022. Publicação do Edital em 24/02/2022. Leilão em 29/03/2022, na Bolsa de Valores (B3).
- ✓ **PPP Concessão Patrocinada – Lote Trecho Norte do Rodoanel:** Aprovada modelagem preliminar ajustada, incluindo no objeto da concessão as (i) obras remanescentes para conclusão do trecho, bem como a (ii) operação e manutenção para exploração do Sistema Rodoviário do Rodoanel Norte, que fundamentou novos eventos de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios nos meses de maio e junho/2021. CDPED e CGPPP aprovaram modelagem final, nos moldes de PPP Concessão Patrocinada Publicação do Edital em 28/01/2022. Leilão em 27/04/2022, na Bolsa de Valores (B3).

Projetos com modelagens preliminares aprovadas, seguindo para as etapas de audiência e de consulta pública:

- ✓ **CVG – Complexo do Ginásio do Ibirapuera:** Realizadas as etapas de audiência (ambiente virtual), de consulta pública, e de novas rodadas de sondagem ao mercado. Grupo de Trabalho consolidando a modelagem final, com apoio técnico da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
- ✓ **Presídios – PPP Integral (*Greenfield Project*):** CDPED e CGPPP aprovaram modelagem preliminar desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, com apoio técnico da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e autorizaram a realização das etapas de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios.
- ✓ **Trens Intercidades – TIC Eixo Norte:** Modelagem preliminar desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, com apoio técnico do BID. Realizadas as etapas de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios nos meses de agosto a outubro/2021.
- ✓ **Concessão do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) – Mosaico do Paranapiacaba:** Realizadas as etapas de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios no período de outubro a dezembro/2021.

✓ **Concessão de Rodovias - Bloco Noroeste Paulista (Lote A):** Modelagem preliminar desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, com apoio técnico da FIPE. Realizadas audiências, no mês de outubro/2021, nas cidades de São Paulo, Barretos, São José do Rio Preto, Penápolis e Araraquara; e disponibilizadas às minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de outubro a janeiro/2022.

Projetos com modelagem preliminar em estruturação no âmbito dos Grupos de Trabalho (GT):

✓ **PPP Educação – Novas Escolas:** Projeto incluso no Programa Estadual de Parcerias em outubro/2019. Finalizada em 2021 a contratação do BNDES, que atuará, em conjunto com o Grupo de Trabalho, na estruturação da modelagem. Grupo de Trabalho está desenvolvendo modelagem do projeto. Datas de audiência e consulta pública a serem definidas.

✓ **Ligação Planalto a Santos – Linha Verde:** CDPED e CGPPP acolhem premissas preliminares do modelo, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, em janeiro/2021. Autorizada formação de Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Chamamento Público, publicado em 25/03/2021 (nº 01/2021), para receber os estudos da modelagem desenvolvidos pela iniciativa privada. Entrega de 01 estudo pelos autorizados em 17/janeiro/2022, em análise no âmbito do Grupo de Trabalho.

✓ **Concessão da Estrada de Ferro de Campos de Jordão:** CDPED e CGPPP autorizam o procedimento de Chamamento Público para receber os estudos da modelagem de agentes privados, cujo edital (nº 02/2021) foi publicado em 17/06/2021. Entrega de 02 estudos pelos autorizados em 29/12/2021, em análise no âmbito do Grupo de Trabalho.

✓ **Casa das Retortas (complexo do antigo Gasômetro):** CDPED e CGPPP acolhem premissas preliminares do modelo, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, em janeiro/2021. Autorizada formação de Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Chamamento Público, publicado em 29/06/2021 (nº 03/2021), para receber estudos da modelagem desenvolvidos pela iniciativa privada, cujo prazo de inscrição para interessados terminou em dezembro/2021. 3 empresas autorizadas a desenvolverem os estudos, com entrega em 19/05/2022.

✓ **Casarão Franco de Mello (Av. Paulista):** CDPED e CGPPP acolhem premissas preliminares do modelo, que prevê a instalação de Museu de Gastronomia no local. Inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias em maio/2021, e autorizada formação de Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Chamamento Público, publicado em 16/07/2021 (nº 05/2021), para receber os estudos da modelagem desenvolvidos pela iniciativa privada. Entrega de 01 estudo pelos autorizados em 24/01/2022, em análise no âmbito do Grupo de Trabalho.

✓ **Concessão CITI II – Jaguaré (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação):** CDPED e CGPPP acolhem premissas preliminares do modelo, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias, em novembro/2021. Autorizada a formação de Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem e demais atividades correlatas.

Institucionalização da Sondagem de Mercado e Rodadas de Apresentações (Market Souding e RoadShow): No intuito de criar ambiente de confiança para negócios e gerar maior concorrência aos certames com atração de novos atores, a Subsecretaria de Parcerias institucionalizou o diálogo entre o poder público e o parceiro privado, de forma a conciliar os respectivos interesses, implementando a consulta ao mercado (“*market sounding*” e “*roadshow*”).

No ano de 2021, à vista das medidas adotadas para conter a pandemia, respeitando os protocolos sanitários, as reuniões com operadores, investidores, financiadores e outros interessados qualificados, ocorreram de forma “remota” e “presencial”, segundo regulamento previamente publicado no sítio eletrônico (www.parcerias.sp.gov.br), com agendas e súmulas disponibilizadas no site. Destacando os eventos realizados em:

✓ Março/2021 – Sondagem ao mercado da Concessão “Parque da Cantareira e Parque Alberto Lofgren”.

✓ Maio/2021 - Sondagem ao mercado da Concessão “Parques Urbanos – Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca”.

✓ Junho/2021 - Sondagem ao mercado da Concessão “Sistema de Travessias Litorâneas”; e Roadshow da Concessão “22 Aeroportos Regionais de Aviação Regular e Executiva”.

✓ Julho/2021 – Roadshow da Concessão “Parque da Cantareira e Parque Alberto Lofgren”, com apresentação do projeto na Bolsa de Valores (B3).

✓ Setembro/2021 – Rodadas de sondagem ao mercado da Concessão “Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) – Mosaico do Paranapiacaba”; e da PPP “Trem Intercidades – TIC Eixo Norte”.

- ✓ Novembro/2021 – Nova rodada de sondagem ao mercado da Concessão “Parques Urbanos – Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca”, abrangendo visitas de reconhecimento aos ativos.
- ✓ Dezembro/2021 – Sondagem ao mercado da Concessão “CITI II – Jaguaré (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação)”.

Concessões contratadas (Gestão de Contratos): Atualmente, o Estado possui 35 Concessões e 11 PPP celebradas, totalizando de 46 contratos vigentes e em execução. Para todas as concessões contratadas, a Subsecretaria de Parcerias atua em conjunto com as agências reguladoras, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Procuradoria Geral do Estado – PGE, bem como com os setoriais diretamente envolvidos, na discussão do *status* e das pendências de cada contrato, visando à resolução das questões contratuais e o equacionamento dos desequilíbrios e dos passivos regulatórios.

Destacando os seguintes trabalhos de apoio realizados ao longo de 2021:

- ✓ CDPED e CGPPP autorizaram a emissão de três termos aditivos ao contrato de Concessão Patrocinada (PPP) da **Rodovia dos Tamoios e Contornos**: (i) TAM 4 para atualizar a redação da cláusula que trata do reequilíbrio contratual (28ª), equacionando contendas na metodologia de cálculo das taxa de desconto para aplicação da metodologia do fluxo de caixa marginal mais adequada; (ii) TAM 5 para reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, em razão da materialização de riscos geológicos durante a execução de obras no Trecho da Serra; e (iii) TAM 6 que transfere ao Parceiro Privado parte dos serviços e obras para conclusão dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião e do Trecho Adicional, atualmente sob a responsabilidade do Poder Concedente.
- ✓ CDPED e CGPPP validaram a celebração do 1º TAM ao Contrato de Concessão da **Linha 5 Lilás e Linha 17 Ouro** (Metrô) para incorporar ao instrumento a (i) admissibilidade de Investimentos Adicionais relativos às obras e atividades necessárias à expansão das Linhas, com consequente (ii) regramento adicional a respeito do reequilíbrio econômico-financeiro.
- ✓ CDPED e CGPPP tomaram conhecimento dos acordos para equacionar os passivos regulatórios dos contratos de concessões rodoviárias celebrados com a (i) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, que administra o **Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI)**; (ii) Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S/A – **ViaOeste** (Grupo CCR), que opera o **Sistema Rodoviário Castello-Raposo**; (iii) Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A – **AutoBAn** (Grupo CCR), que administra o **Sistema Rodoviário Anhanguera – Bandeirantes**; e (iv) Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. – **SPVias** (Grupo CCR), que opera o **Sistema Rodoviário do Lote 20**. A estruturação dos entendimentos foi conduzida pela ARTESP, com envolvimento do corpo técnico da Subsecretaria de Parcerias, da Secretaria de Logística e Transportes e da Procuradoria Geral do Estado.

Participação em eventos e premiações: Com o intuito de fomentar a Carteira de projetos do Programa Estadual de Parcerias, a equipe da Subsecretaria de Parcerias participou de eventos nacionais e internacionais, destacando:

- ✓ Janeiro/2021 - “**G20 Infrastructure Working Group**” - Mobilisin Infrastructure Investments for a Transformative Recovery Workshop.
- ✓ Março/2021 - “**ABCR - Infra Woman Brazil**” - Webinar: “Mulheres Debatem a Regulação de Rodovias” - Paineis: O Horizonte de Projetos nas Concessões.
- ✓ Março/2021 - “**KPMG**” - Webinar: “Programas de Desestatização de São Paulo”.
- ✓ Maio/2021 - “**TCE SP - Escola Paulista de Contas Públicas**” - Webinar: “Experiências Práticas em Concessões e Parcerias Público-Privadas”.
- ✓ Maio/2021 - “**OAB SP - Comissão Especial de Infraestrutura**” - Webinar: “Programa de Concessões e PPP do Estado de São Paulo”.
- ✓ Junho/2021 - “**WAPP Congress**” - Latin America and North America PPP Units.
- ✓ Julho/2021 - “**Migalhas**” - Seminário online: “A Lei nº 14.133 e as normas gerais sobre licitação e contratação administrativa” - Paineis: Diálogo competitivo e Parcerias Público-Privadas.
- ✓ Agosto/2021 - “**Convite Webinar OAB-SP**” - A nova lei de licitações e seus desafios nos municípios.
- ✓ Setembro/2021 - “**Connected Smart Cities**” - Connected Smart Cities & Mobility 2021.
- ✓ Outubro/2021 - “**INFRA BRAZIL GRI**” - Co-chairs - Sessão “Mobilidade e Desestatização”; Co-chairs - Sessão “Metrô, Trens e VLTs”.
- ✓ Novembro/2021 - “**P3C PPPs e Concessões**” - Evento: “Investimentos em Infraestrutura no Brasil” - Paineis: Acordos para Reestruturas Concessões, Equacionar Passivos e Viabilizar Investimentos.
- ✓ “**P3 Awards 2021**”, premiação ocorrerá em março/2022. Estado de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Parcerias, está entre os finalistas em duas categorias: (i) Equipe do Ano do Setor

Público; (ii) Melhor Projeto Operacional de Infraestrutura de Transportes, com o projeto Lote Piracicaba-Panorama (PIPA).

Produtos (PPA 2020-2023): (i) Portal de Parcerias com o 3º Setor disponibilizado. (ii) Aperfeiçoamento da Contratualização, Regulação e Fiscalização com 3º Setor.

A Subsecretaria de Parcerias também é responsável em monitorar as parcerias com o 3º Setor (Parcerias Sociais), sendo que as atividades realizadas ao longo de 2021 compreenderam:

- ✓ Acompanhamento dos contratos de gestão vigentes e das convocações públicas voltadas à celebração de novos ajustes, oferecendo orientações técnicas às Secretarias contratantes.
- ✓ Assessoramento para o aprimoramento de indicadores (e metas) de resultado e de impacto dos contratos de gestão.
- ✓ Elaboração da parte de qualificação do módulo de Organizações Sociais – OS do Portal de Parcerias Sociais de que trata o Decreto nº 61.981/2016.
- ✓ Tentativa de elaboração de Contrato de Impacto Social.

Portal de Parcerias Sociais: Com o objetivo de fomentar a transparência e facilitar a participação social, o Governo do Estado desenvolveu o Portal de Parcerias Sociais, com vistas a disponibilizar o acesso às informações relativas às parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil, bem como a apresentação de proposta de parceria (Manifestações de Interesse Social) pelo cidadão.

O módulo destinado à Organização da Sociedade Civil (OSC) está funcional e disponível no endereço eletrônico <http://www.parceriassociais.sp.gov.br/osc/>. Com respeito a parte direcionada à Organização Social (OS), esta encontra-se em desenvolvimento, e o cronograma de implantação está sendo revisto pela área de programação para atender às alterações dos impactos de prioridade decorrentes da pandemia.

Contratos de Impacto Social: A Unidade de Parcerias Sociais dedica-se a contribuir com o desenvolvimento de um projeto inspirado no modelo de Contrato de Impacto Social - CIS (baseado no Social Impact Bond, criado no Reino Unido em 2010), que apresenta pagamento por resultado.

Inicialmente, houve tentativa de desenvolvimento de projeto de impacto social junto à Fundação CASA. O projeto foi arquivado no 1º semestre de 2021.

Outra iniciativa de desenvolvimento de projeto de impacto social está em execução com a SUTACO - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), para promoção do artesanato paulista.

Participação em eventos: A Unidade de Parcerias Sociais participou, ao longo de 2021, de diversas reuniões do Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – FOCCOSP, especificamente de sua 7ª Ação: Combate à Fraude na Saúde Pública e sua Judicialização. O Fórum tem como foco a melhoria nos instrumentos de controle de prestação de serviços da saúde por meio de contratos de gestão e reúne representantes de controle Municipais, Estaduais e da União.

Programa 5120 – Informações Espaciais, Demográficas, Sócioeconômicas e Ação Governamental

Na parte que compete ao Instituto Geográfico e Cartográfico o programa tem como objetivo produzir, manter atualizadas e disseminar informações e análises geográficas e cartográficas e a sua disponibilização de forma ágil e ampla para a sociedade. Os dados produzidos fornecem subsídios para a formulação e acompanhamento de políticas públicas, permitem a atualização de diversas informações geográficas, que são, na sua grande maioria espacializadas em mapas que refletem, por exemplo: a rede hidrográfica do Estado, as divisões regionais, os traçados de divisas dos municípios paulistas, entre outras informações.

A dotação orçamentária para 2021 foi de R\$13.033.381,00, com execução de R\$1.348.260,00 (10,34%). A baixa execução ainda reflete as dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus, porém, em 2021 foram iniciados os trabalhos técnicos de elaboração dos termos de referência para contratação de mapeamentos nas áreas: (1) Metropolitana de São Paulo, com recursos do FEHIDRO; (2) na porção Centro-Norte do Estado, com recursos do Tesouro; (3) no restante do Estado realizando um novo voo para atualização da cartografia oficial de todo o território paulista, com recursos do Tesouro. Também foi elaborado Projeto Básico para contratação da Modernização da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDE/SP. Todos esses projetos foram encaminhados no ano e serão objeto de contratação em 2022 após a realização dos certames para escolha das empresas que irão executar os contratos.

Produto 824 – Mapeamento Topográfico nas escalas 1:5.000, 1:10.000 e outras

O indicador revela a quantidade de mapas produzidos pela Cartografia Sistemática, de base oficial, além dos demais mapas resultantes de atualização pontual obtidos através dos trabalhos de campos em atendimento, às demandas por atualização de nascentes e cursos d'água e, aos trabalhos relativos as divisas dos 645 municípios do Estado.

Em 2021 foram elaborados 67 mapas na escala 1:5.000, 1.977 mapas na escala 1:10.000 e 2.077 mapas em outras escalas, totalizando 4.121 mapas.

Produto 902 – Informações Técnicas Territoriais e de Drenagem

Trata-se de informações técnicas relacionadas ao fornecimento de Certidões de Jurisdição Territorial cujo trabalho consiste na localização precisa e em mapa oficial de propriedades rurais ou urbanas para fins de definição a qual(is) município(s) pertence(m).

Em 2021 foram fornecidas 1.232 certidões.

Esse indicador também mede os atendimentos relacionados aos trabalhos de caracterização de nascentes e cursos d'água.

Em 2021, apesar do impacto da pandemia do coronavírus afetar, principalmente no primeiro semestre do ano, os trabalhos de campo, foram elaborados 185 atendimentos técnicos desta natureza.

Produto 942 – Gestão de Documentos Geográficos e Cartográficos

O indicador mede a quantidade de documentos geográficos e cartográficos que foram tratados, digitalizados e disponibilizados para o público interno e externo do instituto através dos canais de atendimento ao público, tais como: o site oficial do Instituto, o Geoportal IGC, IDE-SP, Sistema de Informações Metropolitanas – SIM, bem como de outros meios de distribuição e acesso a dados.

Em 2021, foram disponibilizados 4.914 documentos geográficos e cartográficos.

Produto 1228 - Informações e Estudos Sobre Planejamento Macrometropolitano

Trata-se de indicador relacionado a elaboração/gestão de infraestrutura de dados espaciais implantados em instituições setoriais relativas as funções públicas de interesse comum.

Em 2021, foram implantadas duas infraestruturas relacionadas aos sistemas recebidos da extinta Emplasa.

Programa 5121 – Assistência Médica Ao Servidor Público Estadual

Objetivo: Prestar assistência médica, ambulatorial, hospitalar e implementar ações de promoção e proteção à saúde do servidor público do estado de São Paulo, seus beneficiários e agregados; promover o ensino e pesquisa a profissionais da área de saúde.

Execução Orçamentária 2021:

Categoria	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
3 - DESPESAS CORRENTES	1.575.549.898,00	1.788.859.109,00	21.452,35	1.750.855.102,01	37.982.554,64	1.750.855.102,01	1.633.190.907,28	117.664.194,73
4 - DESPESAS DE CAPITAL	42.508.570,00	11.508.570,00	0	9.249.680,11	2.258.889,89	9.249.680,11	4.188.033,31	5.061.646,80
Total Geral	1.618.058.468,00	1.800.367.679,00	21.452,35	1.760.104.782,12	40.241.444,53	1.760.104.782,12	1.637.378.940,59	122.725.841,53

Programa de Trabalho	Elemento	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
10122512154210000 - ADMINISTRAÇÃO DO IAMSPE	DESPESAS CORRENTES	137.557.647,00	120.039.410,00	0,00	112.183.680,72	7.855.729,28	112.183.680,72	96.751.673,94	15.432.006,78
	DESPESAS DE CAPITAL	12.508.570,00	2.608.570,00	0,00	2.016.491,14	592.078,86	2.016.491,14	310.560,40	1.705.930,74
		150.066.217,00	122.647.980,00	0,00	114.200.171,86	8.447.808,14	114.200.171,86	97.062.234,34	17.137.937,52

Ação 6239 – Assistência à Saúde na Rede Contratada

Programa de Trabalho	Elemento	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
10302512162390000 - ASSISTENCIA SAUDE NA REDE CONTRATADA	DESPESAS CORRENTES	696.566.802,00	891.724.250,00	0,00	884.952.124,74	6.772.125,26	884.952.124,74	848.746.406,38	36.205.718,36
		696.566.802,00	891.724.250,00	0,00	884.952.124,74	6.772.125,26	884.952.124,74	848.746.406,38	36.205.718,36

Descrição da Ação: Prestação de atendimentos médico, hospitalar, ambulatorial, diagnose e terapia aos usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE em unidades contratadas com apoio dos Ceamas - Centro de Atendimento Médico-Ambulatorial.

Produto 745: Assistência à saúde oferecida aos beneficiários do IAMSPE na rede contratada

Indicador de produto: Quantidade de atendimentos realizados nos credenciados

Descrição do Indicador: Serão contabilizadas mensalmente as quantidades de atendimentos realizadas nos credenciados, nos seguintes serviços: consultas médica ambulatorial, consultas de pronto-socorro, internações e exames.

Meta 2021: 8.800.000

Resultado 2021: 10.731.214

Principais realizações: Em 2021, a rede credenciada realizou 10.731.214 procedimentos entre consultas, exames, cirurgias, terapias e internações. Com uma rede de 937 prestadores em 163 municípios.

Tipo de Prestador	Classificação	2021
Credenciado	Consultório médico	715
Entidade	Hospital Especializado	7
	Hospital Geral	67
	Serviços de Retaguarda	12
	Exames de Imagem	52
	Exames de Laboratório	50
	Policlínica	6
	Fisioterapia	17
	Crônicos	8
Total de Prestadores		937
Municípios cobertos		163

Ação 4860 – Assistência Médico-Hospitalar Própria – HSPE

Programa de Trabalho	Elemento	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
10302512148600000 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR PROPRIA - HSPE	DESPESAS CORRENTES	737.756.373,00	773.426.373,00	21.452,35	750.230.267,47	23.174.653,18	750.230.267,47	684.310.182,10	65.920.085,37
	DESPESAS DE CAPITAL	30.000.000,00	8.900.000,00	0,00	7.233.188,97	1.666.811,03	7.233.188,97	3.877.472,91	3.355.716,06
		767.756.373,00	782.326.373,00	21.452,35	757.463.456,44	24.841.464,21	757.463.456,44	688.187.655,01	69.275.801,43

Descrição da Ação: Atendimento médico, hospitalar, ambulatorial, diagnose e terapia bem como assistência farmacêutica aos usuários do IAMSPE, sendo referência para os casos de alta complexidade e atendimento do idoso.

Produto 719: Assistência à saúde oferecida aos beneficiários do IAMSPE no HSPE

Indicador de produto: Quantidade de atendimentos realizados no HSPE

Descrição do Indicador: Serão contabilizadas mensalmente as quantidades de atendimentos realizadas no HSPE dos seguintes serviços: consultas médicas ambulatorial, consultas de pronto-socorro, internações, cirurgias e exames.

Meta 2021: 5.400.000

Resultado 2021: 3.825.586

Principais realizações: A ação 4860 não alcançou a meta devido à situação de pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus – SARS-CoV-2, as principais ações desenvolvidas pelo HSPE em 2021 foram voltadas para a prevenção, controle e tratamento de pacientes com Covid-19 com

destaque para a vacinação contra a Covid-19. A retomada do atendimento médico-hospitalar ocorreu conforme possível frente à demanda para atendimento de casos de Covid-19.

Em 2021 foram realizadas 3.909 internações de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19. Para atender a necessidade de leitos, estrutura física e recursos humanos, têm sido feito movimentação de leitos, inclusive os de UTI, com consequente suspensão de internações eletivas, cirúrgicas e clínicas, conforme demanda de casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, sendo retomadas paulatinamente de acordo com a possibilidade de leitos de UTI e enfermaria para pacientes Não-Covid.

Ação 6044 – Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa:

Programa de Trabalho	Elemento	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
10128512160440000 - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E PESQUISA	DESPESAS CORRENTES	3.660.000,00	3.660.000,00	0,00	3.485.005,01	174.994,99	3.485.005,01	3.378.620,79	106.384,22
		3.660.000,00	3.660.000,00	0,00	3.485.005,01	174.994,99	3.485.005,01	3.378.620,79	106.384,22

Descrição da Ação: Desenvolvimento de ensino e pesquisa na área da saúde, programas de pós-graduação de áreas acadêmicas da saúde; formação de técnicos de enfermagem e capacitação de recursos humanos internos.

Produto 878: Ensino e formação oferecidos à profissional de saúde e pesquisa aplicada à saúde

Indicador de produto: Número de profissionais da saúde em aprendizado/formação no hospital do servidor público estadual

Descrição do Indicador: Contabiliza a quantidade de profissionais da área da saúde qualificados e capacitados pelo Cedep, nos seguintes programas: residência médica. Pós-graduação, estágio curricular, especialização e internos. Para o cálculo serão utilizadas as quantidades de matrículas realizadas.

Meta 2021: 4.500

Resultado 2021: 4.057

Principais realizações:

COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA – COREME:

TIPO DE BOLSA	TOTAL DE RESIDENTES
Secretaria da Saúde SP	270
Ministério da Saúde	303
TOTAL	573

Estágios Curriculares Supervisionados – Graduação em Medicina

Medicina - Unicid				
	Extra-internato	Internato	Eletivo	Total
1º Semestre	463	565	117	1145
2º Semestre	697	451	124	1269
Total anual	2414			

Estágio Curricular Obrigatório Não Remunerado

Ciências da Saúde			
INSTITUIÇÃO	ENFERMAGEM	FISIOTERAPIA	NUTRIÇÃO
UNICID	390	139	0
UNASP	0	0	0
UNICSUL	104	158	14
SUBTOTAL GRADUAÇÃO	494	297	14
TOTAL	805		

COMISSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSU:

ALUNOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	TOTAL
Alunos de pós-graduação	148

COMISSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU – MEDICINA:

Especialidade	Nº de Cursos (Sub-Especialidade)	Nº de Alunos
Alergia e Imunologia	01	08
Cardiologia	01	02
Cirurgia Cabeça e Pescoço	01	02
Cirurgia Geral	01	01
Cirurgia Torácica	01	02
Geriatria	01	08
Ginecologia e Obstetrícia	01	10
Hematologia	01	02
Neurocirurgia	01	02
Neurologia	03	08
Nutrologia	01	10
Oftalmologia	10	33
Ortopedia e Traumatologia	06	15
Radiologia	01	05
Reumatologia	01	07
Urologia	01	01
Total: 16	32	116

Ação 6048 – Promoção e Proteção à Saúde do Usuário do IAMSPE:

Programa de Trabalho	Elemento	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Total
10302512160480000 - PROMOCAO E PROT. A SAUDE DO USUARIO DO IAMSPE	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Descrição da Ação: identificar, monitorar e atender os usuários de maior risco de adoecimento; contribuir com a secretaria de gestão pública na implementação do programa-saúde e qualidade de vida do servidor.

Produto 772: Serviços de proteção e promoção de saúde e prevenção de doenças

Indicador de produto: Quantidade de programas para prevenção de doenças, proteção e promoção de saúde.

Descrição do Indicador: O indicador irá contabilizar as quantidades de programas para prevenção de doenças, proteção e promoção de saúde, por meio de ações do prevenir com objetivo de controlar e reduzir a morbidade e mortalidade dos usuários IAMSPE.

Meta 2021: 5

Resultado 2021: 5

Principais realizações: Em 2021, o Prevenir realizou os cinco programas estipulado na meta.

Vigilância do câncer de mama e do colo, acompanhamento dos pacientes que tiveram alteração no exame.

doença	Pop alvo	exame	Pac c/exame	pac exame suspeito	Num. Pac encaminhadas espec.
Ca de mama	servidoras Iamspe	Mamografia	265	26	26
	servidoras do Estado		5.800	156	106
Ca colo uterino	servidoras Iamspe	Papanicolau	269	26	26

Programa de atenção ao idoso, monitorou cerca de 200 pacientes idosos de baixa complexidade com o objetivo de contribuir para o envelhecimento ativo com qualidade de vida. Em 2021, por conta

da pandemia, as atividades foram realizadas online com encaminhamento de vídeos, mensagens e ligações telefônicas para convocação para vacinação.

atividades	participantes
Atividades físicas	323
Ativ educativas	654
Consultas equip multi	30
Mensagens encaminhadas	1.320
Ligações telefônicas	1.611
Convocação p/ vacinação	1.080
Total	5.018

Minutos Qualivida e o Programa de relacionamento, entrevista com profissionais da saúde com temas relevantes para educação a saúde da população e a elaboração e distribuição de material educativo para promover a promoção da saúde.

Tema	Assunto	Material	Meios divulgação	Pop alvo	n. acessos
Covid-19	. controle infecção	8 videos	youtube	Serv. Estado	6.958
	. cuidados domicilio				
	. vacinação				
	. luto				
	. Fisio pós-covid	15 videos	youtube	Serv. Estado	1.641
Suicídio	prevenção	5 videos	youtube	Serv. Estado	1.961
		Palestra	presencial	Serv Iamspe	500
cardio vascular	prevenção	6 videos	youtube	Serv. Estado	1.573
		Palestra	presencial	Serv Iamspe	420
Idoso	Dia idoso	2 videos	youtube	Serv. Estado	358
Ca mama	Prevenção	6 videos	youtube	Serv Estado	650
Ca prostata	Prevenção	3 videos	youtube	Serv Estado	375
Diabetes	Prevenção	7 vídeos	Youtube	Serv Estado	1126
HIV	Prevenção	4 videos + 400 preservativos	Youtube	Serv Estado	266
TOTAL					16.362

Centro de Gestão de Pacientes Idosos de Alta Complexidade, atendimento do paciente idoso de alta complexidade que necessitam de cuidados diferenciados para reduzir o agravamento do quadro clínico preservando a sua independência. Atendimentos realizados em 2021 aos 1.418 pacientes inscritos.

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM)

O Estado de São Paulo realizou uma profunda reforma no regime de previdência dos seus servidores, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema e promover a sua sustentabilidade. Em longo prazo, as medidas adotadas promoverão a equalização entre a arrecadação e os custos previdenciários, proporcionando o equilíbrio nas contas públicas e desonerando os cofres públicos.

Por meio da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, o Estado de São Paulo instituiu o regime de previdência complementar e fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da aprovação do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e universidades (02/10/2013) têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Para administrar esse novo regime foi criada a Prevcom, primeira fundação de previdência complementar destinada exclusivamente a servidores públicos, que conta com cerca de 37 mil participantes e um patrimônio acumulado de R\$ 2,15 bilhões (dez/21). Por meio da Prevcom o servidor pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira.

Com o sistema previdenciário complementar, o servidor público é responsável pela construção do seu futuro, devendo planejar a sua aposentadoria e o bem-estar dos seus dependentes, restando ao Estado suprir suas necessidades básicas e garantir um benefício equivalente ao de todos os trabalhadores brasileiros. Além de proporcionar maior isonomia entre todas as classes de trabalhadores e servidores, a adoção da previdência complementar contribui para a redução do impacto financeiro das contas previdenciárias em longo prazo, diminuindo a responsabilidade do Estado para a manutenção de altos benefícios e ao mesmo tempo garantindo a capacidade do Tesouro Estadual arcar com os compromissos com todos os seus servidores.

1 - Planos de benefícios complementares:

Os planos de benefícios administrados pela Prevcom, são exclusivamente de Contribuição Definida - CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o regime de previdência complementar.

a) Planos destinados aos servidores estaduais de São Paulo (PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS):

São exclusivos e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS). O patrocinador é o Estado de São Paulo, por meio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

b) PREVCOM RP: Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo, vinculados ao RRPS, que entraram em exercício no serviço público a partir da aprovação do convênio de adesão à Prevcom de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014), e das universidades (02/10/2013). Desde 15 de março de 2017, com a Lei nº 16.391, os servidores vinculados ao Regime Próprio que ocupavam cargos efetivos antes da vigência da previdência complementar também podem se inscrever no plano como participantes Ativos Anteriores, sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais.

c) PREVCOM RG: Destinado aos servidores vinculados ao RGPS (empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, e servidores contratados sob outros regimes jurídicos, como a Lei nº 500/1974, com contribuição para o INSS), independente da data de ingresso no serviço público.

d) PREVCOM RG-UNIS: Criado exclusivamente para os servidores da USP, Unesp e da Unicamp vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso. Participam do plano os empregados públicos (concursados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança), bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS.

Com a publicação da Lei 17.293, de 15/10/2020, foram suspensas as inscrições aos planos PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS.

2 - Planos de outros entes:

A Prevcom foi autorizada a gerir planos de previdência de servidores de outros estados e municípios por meio da Lei nº 16.391, de 15 de março de 2017. A medida contribui significativamente para a redução de custos dos entes que não precisam implantar fundação própria de previdência e arcar com gastos de estrutura física e de pessoal. Também vai ao encontro da reforma da previdência, tendo em vista que a EC 103/2019 prevê a instituição do regime de previdência complementar para todos os estados e municípios da federação.

a) PREVCOM RO: destinado aos servidores do Estado de Rondônia. A inscrição ao plano é automática para os servidores titulares de cargos efetivos vinculados ao RPPS admitidos no serviço público do Estado depois de 6/11/2018 e com remuneração acima do teto do INSS. Tem a contribuição paritária do patrocinador (Rondônia) até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela da remuneração do servidor que ultrapassa o limite do INSS). Os servidores que entraram em exercício antes da vigência do plano podem se inscrever sem a contrapartida do patrocinador.

b) PREVCOM MS: destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de Mato Grosso do Sul. A inscrição ao plano é automática para os admitidos depois de 13/07/2020, com remuneração acima do teto do INSS. Tem a contribuição paritária do patrocinador (Mato Grosso do Sul) até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela da remuneração do servidor que ultrapassa o limite do INSS). Os servidores que entraram em exercício antes da vigência do plano podem se inscrever sem a contrapartida do patrocinador.

c) PREVCOM MT: destinado aos servidores do Estado de Mato Grosso. A inscrição ao plano é automática para os servidores que ingressaram no serviço público após 26/11/2020 e recebem salário acima do teto do INSS. Tem a contribuição paritária do patrocinador (Mato Grosso) até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela da remuneração do servidor que ultrapassa o limite do INSS). Os servidores que entraram em exercício antes da vigência do plano podem se inscrever sem a contrapartida do patrocinador.

d) SP Previdência: destinado aos servidores municipais de São Paulo. Podem aderir ao plano os servidores que ingressaram na prefeitura a partir de 28/12/2018. Tem a contribuição paritária do patrocinador (município de São Paulo) até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela da remuneração do servidor que ultrapassa o limite do INSS).

e) PREVCOM MULTI: plano multipatrocinado que permite a adesão de várias cidades. Fazem parte do plano: Barretos, Birigui, Guarulhos, Itapevi, Jales, Louveira, Mairiporã, Osasco, Ribeirão Preto, Santa Fé do Sul, Santos e Valentim Gentil. As regras de adesão dos servidores variam de acordo com a legislação de cada município.

Benefícios de risco:

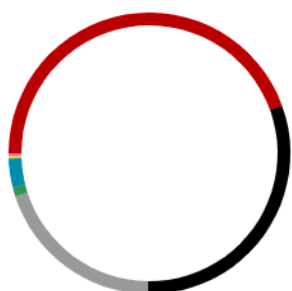
Os benefícios de risco são oferecidos pela Prevcom pela ocorrência de morte ou invalidez do participante. Com o objetivo de atender às necessidades individuais de cada servidor, são opcionais e devem ser contratados junto à Fundação com base em uma tabela de valores de contribuição de livre escolha pagos a uma seguradora parceira.

A adesão aos Benefícios de Risco pode ser feita a qualquer momento e significa uma garantia adicional para o servidor e sua família na ocorrência de imprevistos, além de permitir uma reserva segurada de acordo com a faixa etária do participante. No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora fará o repasse à Prevcom do valor contratado. A fundação, por sua vez, creditará essa quantia na conta individual do participante ou destinará os recursos aos seus beneficiários.

Atualmente, a parceira estratégica da Prevcom para administração dos benefícios de risco é a MAG Seguros (Grupo Mongeral Aegon), uma das maiores seguradoras independentes do país, com atuação em 20 países.

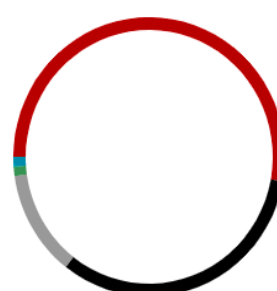
Em 2021, foram pagos **30 sinistros** decorrentes de consequências da pandemia, com um desembolso de cerca de **R\$ 9 milhões**.

Número de participantes (dez/2021)
36.856



PREVCOM RP: 16.416
PREVCOM RG: 11.311
PREVCOM RG-UNIS: 7.290
PREVCOM RO: 412
PREVCOM MULTI: 1.197
SP Previdência: 47
PREVCOM MS: 75
PREVCOM MT: 108

Benefícios de risco (dez/2021)
20.434



PREVCOM RP: 10.800
PREVCOM RG: 6.675
PREVCOM RG-UNIS: 2.507
PREVCOM RO: 225
PREVCOM MULTI: 225
SP Previdência: 2

Dados de Atendimento

A Prevcom disponibiliza diversos canais de atendimento aos participantes, assistidos e servidores interessados na adesão ao regime previdenciário complementar. Em 2021, a Fundação registrou 27.972 atendimentos.

Atendimento ao participante em 2021

Email		15.921
Telefone		8.974
Chat		2.952
Presencial		125

Programa de Educação Financeira e Previdenciária

O Conta Comigo – programa de educação financeira e previdenciária da Prevcom possui ações de formação com informações e ferramentas úteis para o planejamento e controle financeiro. Em parceria com a DSOP - referência do assunto no Brasil, foi promovida uma série de lives com especialistas e temas relevantes para participantes e servidores públicos em geral. Entre os temas abordados estão: educação financeira para casais, como alcançar a aposentadoria sustentável, o poder do não na vida financeira, como ensinar educação financeira para crianças e principais causas do endividamento.

Mais informações: www.contacomigo.prevcom.com.br

Continuidade da Política de Comunicação e Relacionamento com participantes

- ✓ Envio de boletins eletrônicos aos participantes com o objetivo de divulgar informações e serviços da Prevcom;
- ✓ Compartilhamento por meio das redes sociais (facebook e instagram) de informações sobre serviços e campanhas, educação financeira, planejamento, longevidade e mudanças demográficas, entre outros temas;
- ✓ Manutenção da área de Acesso Restrito do Participante no site e do app;
- ✓ Manutenção e atualização do site institucional;
- ✓ Realização de plantões e palestras virtuais para esclarecimentos sobre a previdência complementar (regras de adesão, benefícios e vantagens) e para realização de inscrições (número reduzido devido à pandemia de coronavírus).

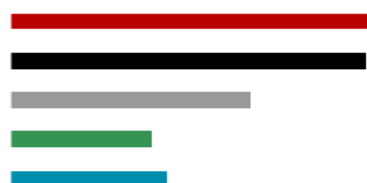
Resultados dos Investimentos:

No período de janeiro a dezembro a Fundação acumulou rendimento de 9,31%. Neste mesmo intervalo o CDI obteve ganho de 4,42% e a poupança ficou em 2,89%. A entidade manteve uma evolução sólida em 12 meses, apesar da aceleração persistente da inflação que alcançou 10,06%.

Em 2021
(janeiro - dezembro)



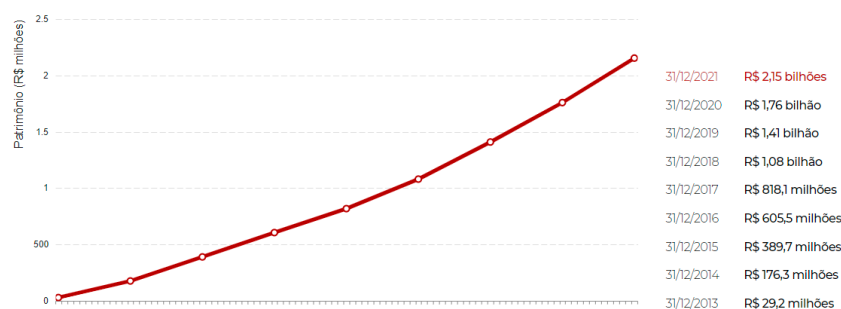
Desde o início dos planos
(fevereiro/2013 - dezembro/2021)



Evolução do Patrimônio:

A Prevcom ultrapassou a marca de R\$ 2 bilhões em patrimônio no fechamento de julho de 2021, o que consolida sua posição entre as maiores instituições especializadas em benefícios previdenciários para servidores públicos do País. A Fundação fechou 2021 com um patrimônio de R\$ 2,15 bilhões.

Evolução do patrimônio líquido



Balanço dos Resultados:

Nº de participantes:
36.856

Aposentadorias: i) assistidos: 606 e ii) Valor pago: R\$ 12,49 milhões

Contribuições: Valor médio de contribuição normal (participante): R\$ 483,33

Benefícios de Risco: Nº

de contratações: 20.434, ii) Valor total: R\$ 3.251.789,23 e iii) Valor médio global de contribuição contratado: R\$ 159,14

Portabilidade, resgate e autopatrocínio: i) Valores portados para a Prevcom: R\$ 1.751.447,70; ii) Valores brutos resgatados: R\$ 7.713.646,2; iii) Valores portados para outras entidades: R\$ 1.679.287,55; e iv) Arrecadação mensal de autopatrocínio: R\$ 79.182,00

Taxas Administrativas: i) Taxa de Carregamento (4% - RO, MULTI e MS e 5% SP Previdência): R\$ 335.862,08; ii) Taxa de Administração sobre o Patrimônio (RG + RP + RG UNIS + RO + MULTI + MS + SP Previdência): R\$ 19.442.763,00

Atividades de Investimentos: R\$ 2.153.788.474

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Secretaria Especial de Relações Internacionais

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 52000 - Secretaria Especial de Relações Internacionais

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	2.369.884,00	2.179.884,00	160.383,04	28.494,22	188.877,26	155.193,21
Pessoal e Encargos Sociais	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.369.874,00	2.179.874,00	160.383,04	28.494,22	188.877,26	155.193,21
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	2.369.894,00	2.179.894,00	160.383,04	28.494,22	188.877,26	155.193,21

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 52000 - Secretaria Especial de Relações Internacionais

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
5200 - SAO PAULO INTERNACIONAL	2.369.894,00	2.179.894,00	160.383,04	28.494,22	188.877,26	155.193,21
Despesas Correntes	2.369.884,00	2.179.884,00	160.383,04	28.494,22	188.877,26	155.193,21
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	2.386.820,00	2.345.273,00	77.388,73	11.403,52	88.792,25	75.904,76

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Relatório Gerencial

Secretaria de Relações Internacionais

2021

I. MISSÕES INTERNACIONAIS1

1. Emirados Árabes Unidos

- Participação no Sharjah & São Paulo Business Forum
- Reunião com o Ministro de Estado e Comércio Exterior dos Emirados, para discutir possibilidades de ampliação do fluxo comercial entre São Paulo e os EAU
- Reunião com o CEO da Emirates e Chairman do aeroporto de Dubai, para anúncio da retomada dos voos entre Dubai e São Paulo com aviões A380
- Semana de São Paulo na Expo Dubai
- Reunião com os fundos de investimentos Mubadala e ADIA

2. Reino Unido

- Participação na COP26, em Glasgow
- Anúncio do programa Refloresta SP, cujo objetivo é a recuperação de 1,5 milhões de hectares de vegetação nativa
- Anúncio da iniciativa Fundo Amazônia +10, que prevê investimento de cerca de R\$ 100 milhões em pesquisa e desenvolvimento para a proteção ambiental na região amazônica
- Lançamento do Livro “Acordo Ambiental São Paulo - 56 casos de sucesso na agenda climática”
- Participação em painéis: “Cities - Statements: overview of their current work on climate innovation and future trends and needs”, “Water scarcity and resilience: partnership to identify new solutions”, “Matarazzo, leading Brazil into a new era of preservation”
- Encontros com autoridades: Primeira-Ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, Primeiro-Ministro do País de Gales, Marc Drakeford, Primeiro-Ministro da Irlanda Do Norte, Paul Givan, entre outros

3. Estados Unidos da América

- Inauguração do Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Nova York, operacionalizado pela InvestSP
- Encontro com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, para discutir parcerias entre a ONU e o Estado de São Paulo no âmbito de desenvolvimento sustentável
- Encontro com Michael Bloomberg, para ampliação na cooperação nas áreas de educação para o controle do consumo de tabaco, segurança viária, segurança alimentar e educação. Tratativas para adesão da Bloomberg como observador internacionais no Acordo Ambiental São Paulo
- São Paulo Day - evento para apresentação das oportunidades de investimentos no Estado de São Paulo
- Eventos com representantes do JP Morgan, Itaú, Bank of America e Goldman Sachs - Promoção de parcerias
- Cooperação com a Cornell Tech, para qualificação de mão de obra para inovação e tecnologia.

Observação: a Secretaria de Relações Internacionais organizou e coordenou as agendas das missões. Foram produzidos informativos, discursos e outros documentos relevantes.

1artigo 2, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019

II. REUNIÕES2

Reuniões com Embaixadas e Consulados

1. 18/01/2021 - Reunião com o Embaixador de Portugal
2. 18/01/2021 - Reunião com o Cônsul da Turquia
3. 20/01/2021 - Reunião com o Cônsul da Alemanha e representante do Estado da Baviera, sobre abertura de escritório do Estado de São Paulo em Munique
4. 20/01/2021 - Reunião com o Cônsul da Lituânia
5. 26/01/2021 - Reunião com o Embaixador da Argentina
6. 26/01/2021 - Reunião com o Embaixador da China
7. 27/01/2021 - Reunião com o Consulado do Japão e a Secretaria do Desenvolvimento Regional
8. 02/02/2021 - Reunião com o Cônsul da Itália
9. 11/02/2021 - Reunião com o Cônsul da Malásia
10. 12/02/2021 - Reunião com o Consulado dos Países Baixos e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
11. 26/02/2021 - Reunião com o Consulado dos EUA e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
12. 02/03/2021 - Reunião com o Consulado da Turquia e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
13. 10/03/2021 - Reunião com o Grupo de Cônsules da União Europeia
14. 23/03/2021 - Reunião com o Embaixador do Brasil na Alemanha
15. 25/03/2021 - Reunião com o Consulado da Austrália e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
16. 07/04/2021 - Reunião com o Embaixador do Brasil no Reino Unido
17. 07/04/2021 - Reunião com o Consulado dos Países Baixos e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
18. 12/04/2021 - Reunião com a Embaixada do Reino Unido
19. 12/04/2021 - Reunião com o Consulado dos Países Baixos
20. 22/04/2021 - Reunião com o Consulado da China e a Secretaria dos Esportes
21. 26/04/2021 - Reunião com o Consulado do Reino Unido e o Enviado do Governo Britânico para a COP26
22. 29/04/2021 - Reunião com a Embaixada de Israel e a Secretaria da Saúde
23. 05/05/2021 - Reunião com o Consulado da China e a Secretaria de Educação

(artigo 2, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019)

24. 14/05/2021 - Reunião com o Memorial da América Latina
25. 24/05/2021 - Reunião com o Consulado do Uruguai e o Memorial da América Latina
26. 04/06/2021 - Reunião com a Sociedade Consular
27. 30/06/2021 - Reunião com o Grupo de Cônsules da União Europeia
28. 01/07/2021 - Reunião com a Secretaria da Educação e o Consulado do Reino Unido
29. 27/07/2021 - Reunião com o Consulado da Turquia e a Secretaria de Habitação
30. 05/08/2021 - Reunião com o Cônsul do Chile
31. 25/08/2021 - Reunião com a Agência de Saúde Pública da Catalunya e com o Consulado da Espanha, sobre eventos-teste para retomada pós-pandemia
32. 26/08/2021 - Reunião com o Consulado do Canadá e a Secretaria de Educação
33. 03/09/2021 - Reunião com o Consulado do Reino Unido, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a Sabesp e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)
34. 14/09/2021 - Reunião com o Consulado dos Países Baixos
35. 21/09/2021 - Reunião com o Consulado do Reino Unido e InvestSP, sobre eventoteste para retomada pós-pandemia
36. 18/10/2021 - Reunião com a Embaixadora de Botsuana
37. 04/11/2021 - Reunião com o Consulado do Canadá e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa
38. 04/11/2021 - Reunião com o Consulado do Canadá e a Secretaria da Justiça e Cidadania
39. 10/11/2021 - Reunião com o Consulado de Israel
40. 11/11/2021 - Reunião com o Embaixador dos Países Baixos
41. 15/11/2021 - Reunião com o Embaixador do Equador no Brasil
42. 23/11/2021 - Reunião com o Cônsul da Coreia
43. 29/11/2021 - Reunião com o Embaixador e o Cônsul da Noruega
44. 03/12/2021 - Reunião com a Diretora para Assuntos Econômicos do Escritório do Québec em São Paulo
45. 07/12/2021 - Reunião com o Cônsul da Dinamarca, o Cônsul da Suécia e o Presidente da Câmara de Comércio Dinamarquês-Brasileira
46. 08/12/2021 - Reunião com a Diretora Geral para América do Sul e Relações Interamericanas do Canadá, a Cônsul Geral do Canadá, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e InvestSP
47. 09/12/2021 - Reunião com o Embaixador e o Cônsul da Suíça
48. 16/12/2021 - Reunião com o Cônsul de Israel

Reuniões Intersecretariais e com Entidades da Administração Pública Estadual

1. 13/01/2021 - Reunião com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
2. 27/01/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Consulado do Japão
3. 03/02/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Regional e a Agência de Cooperação Internacional do Japão
4. 04/02/2021 - Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária
5. 09/02/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e a Organização Internacional para as Migrações
6. 10/02/2021 - Reunião com o Museu da Língua Portuguesa, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a Fundação Roberto Marinho
7. 16/02/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Regional, sobre o Acordo Ambiental São Paulo
8. 19/02/2021 - Reunião com a Secretaria de Planejamento e Gestão
9. 22/02/2021 - Reunião com o Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo e a Secretaria de Educação
10. 22/02/2021 - Reunião com a Bloomberg Philanthropies e a Secretaria do Desenvolvimento Regional
11. 23/02/2021 - Reunião com o Paris Call
12. 23/02/2021 - Reunião com a Secretaria da Segurança Pública e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
13. 23/02/2021 - Reunião com a Secretaria de Educação
14. 25/02/2021 - Reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social26/02/2021 - Reunião com a Secretaria da Segurança Pública e a Aucani-USP
15. 03/03/2021 - Reunião com a Secretaria Municipal de Relações Internacionais
16. 03/03/2021 - Reunião com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa
17. 04/03/2021 - Reunião com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, InvestSP e SINOSURE
18. 04/03/2021 - Reunião com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sobre a reinauguração do Museu da Língua Portuguesa
19. 04/03/2021 - Reunião com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Under2
20. 05/03/2021 - Reunião com a Secretaria de Educação
21. 16/03/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Regional
22. 25/03/2021 - Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Regional, a ACT Promoção da Saúde, e a Bloomberg Philanthropies

23. 04/05/2021 - Reunião com a Secretaria da Fazenda
24. 04/05/2021 - Reunião com a Secretaria da Administração Penitenciária
25. 13/05/2021 - Reunião com a Secretaria de Educação
26. 18/05/2021 - Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária
27. 25/05/2021 - Reunião com a Secretaria de Turismo
28. 18/06/2021- Reunião com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Ambition Live Again
29. 15/07/2021 - Reunião com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e Cerimonial sobre Inauguração do Museu da Língua Portuguesa
30. 11/08/2021 - Reunião com a Agência Brasileira de Cooperação e a Secretaria da Segurança Pública
31. 27/09/2021 - Reunião com a Secretaria de Saúde
32. 22/10/2021 - Reunião com a Bloomberg Philanthropies
33. 26/10/2021 - Reunião com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Sabesp
34. 09/11/2021 - Reunião com a Secretaria da Saúde, o Ministério da Saúde de Moçambique, e a Agência de Cooperação Internacional do Japão
35. 19/11/2021 - Reunião com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)

Reuniões da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

1. 31/05/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da China
2. 17/06/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da Itália
3. 24/06/2021 - Reunião com a participação do Cônsul de Israel
4. 05/08/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da Suécia
5. 02/09/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da Coreia do Sul
6. 16/09/2021 - Reunião com a participação da Embaixadora e da Cônsul do Canadá
7. 14/10/2021 - Reunião com a participação do Cônsul dos Emirados Árabes Unidos
8. 19/10/2021 - Reunião com a participação do Cônsul dos Estados Unidos
9. 09/11/2021 - Reunião com a participação do Cônsul de Israel
10. 23/11/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da Alemanha
11. 07/12/2021 - Reunião com a participação do Cônsul da Áustria

III. EVENTOS3

1. 15/01/2021 - Palestra em Evento do Atlantic Council
2. 04/02/2021 - Roadshow Virtual com empresas dos Estados Unidos da América
3. 10/02/2021 - Visita ao Memorial da Resistência com o Consulado dos Países Baixos
4. 25/02/2021 - Palestra no Fórum sobre Profissionalização em Relações Internacionais da FAAP
5. 12/04/2021 - Palestra em evento da FAMBRÁS
6. 22/04/2021 - Lançamento da publicação "Novo Rio Pinheiros e Impactos para os ODS"
7. 22/04/2021 - Evento de lançamento das novas categorias do Acordo Ambiental São Paulo: Município e Observador Internacional
8. 29/04/2021 - Pacto Global: "A evolução do ESG no Brasil"
9. 11/05/2021 - 150 anos da Agência Central de Busca do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)
10. 01/06/2021 - Lançamento do Mapa da Diversidade
11. 02/06/2021 - Encontro com CEOs de empresas britânicas
12. 07/07/2021 - Workshop sobre Primeira Infância, com o Consulado da Finlândia
13. 07/07/2021 - Inauguração do Escritório do Estado de São Paulo em Munique
14. 12/07/2021 - Celebração do 86º Aniversário da Casa de Portugal
15. 20/07/2021 - Adesão do Estado de São Paulo às Campanhas da ONU "Race to Zero" e "Race to Resilience" por meio de Decreto
16. 31/07/2021 - Inauguração do Museu da Língua Portuguesa
17. 06/08/2021 - Palestra na Escola de Diplomacia de Inovação e Ciência da Universidade de São Paulo
18. 26/08/2021 - Visita do Presidente da Guiné-Bissau ao Museu da Língua Portuguesa
19. 30/08/2021 - Workshop do projeto AI4HealthyCities, com a Fundação Novartis, organização NewCities e governo do Québec
20. 30/08/2021 - Solenidade em homenagem aos atletas paralímpicos do Estado de São Paulo - Evento da Secretaria de Esportes
21. 02/09/2021 - Lançamento do Guia de Investimento na China
22. 03/09/2021 - Visita do Embaixador da Áustria ao Museu da Língua Portuguesa
23. 14/09/2021 - Seminário "ESG challenges and investments opportunities in the State of São Paulo"
24. 24/09/2021 - Evento "São Paulo Ambiental"

Artigo 2, incisos I, II, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019

25. 02/10/2021 - Abertura da Exposição “Mahatma” do Centro Cultural Indiano
26. 05/10/2021 - Palestra no Miami World Strategic Forum 2021
27. 14/10/2021 - Abertura da Exposição “O Dia Seguinte”, com participação do Consulado do Reino Unido
28. 21/10/2021 - Palestra no Fórum Empresarial LIDE
29. 26/10/2021 - Celebração da Data Nacional da Áustria
30. 27/10/2021 - Visita à Fundação Casa com o Escritório de Representação do Québec em São Paulo
31. 27/10/2021 - Inauguração da obra “Réquiem aos tombados pela COVID 19” na América Latina
32. 27/10/2021 - Celebração dos 62 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Coreia - Câmara Municipal
33. 28/10/2021 - Evento de apresentação do Acordo Ambiental São Paulo a associados da Britcham
34. 29/10/2021 - Celebração do Dia dos Mortos, no Consulado do Equador
35. 29/10/2021 - Celebração do 98º Aniversário da Proclamação da República da Turquia
36. 05/11/2021 - Lançamento da Campanha SP +Respeito
37. 11/11/2021 - Cerimônia Francesa do Dia do Armistício
38. 11/11/2021 - 10ª Reunião do Regional Leaders Summit e assinatura da Declaração Conjunta sobre “Smart Region”
39. 19/11/2021 - Expo Internacional da Consciência Negra
40. 24/11/2021 - Seminário “6th Tokyo Global Partners”
41. 27/11/2021 - Cerimônia de Inauguração da obra Réquiem para os tombados, em homenagem às vítimas de COVID-19 na América Latina, no Memorial da América Latina
42. 30/11/2021 - Celebração dos 100 anos das relações bilaterais entre Brasil e Lituânia e 30º aniversário do restabelecimento das relações diplomáticas entre a Lituânia e o Brasil
43. 01/12/2021 - 2ª Mostra Internacional de Cinema Virtual de São Paulo
44. 02/12/2021 - Evento “Evening of Irish Culture”, do Consulado da Irlanda
45. 10/12/2021 - Cerimônia de Premiação do concurso de vídeos “Descobrimos a China” - SEDUC
46. 10/12/2021 - Inauguração do projeto de intervenção urbana da Coreia no bairro Bom Retiro
47. 10/12/2021 - Evento “Boas práticas: ESG e Sustentabilidade”, organizado pelo Consulado da Suécia, com participação da CETESB e Fundo Social

48. 13/12/2021 - Homenagem ao Cônsul da Itália na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

49. 15/12/2021 - Inauguração da nova sede do Consulado do Uruguai

Observação: para as reuniões e eventos, é realizada a produção de informativos, discursos e outros materiais, conforme o escopo de cada ação. É necessário a realização de estudos e pesquisas. Esses materiais subsidiam as ações de cunho internacional do Governo.

IV. PROTOCOLOS DE INTENÇÕES⁴

1. 25/02/2021 - Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções assinado entre o Estado de São Paulo e o Reino Unido, para criação do Grupo de Trabalho SP-UK Climate Hub e cooperação na área de Mudanças Climáticas

2. 09/08/2021 - Protocolo de Intenções assinado entre o Estado de São Paulo e a França, cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura, comércio e investimentos, cultura, educação, saúde e meio ambiente.

3. 13/09/2021 - Protocolo de Intenções assinado entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e o Consulado da China, promovendo estrutura de cooperação nas áreas de educação, intercâmbio e ensino da língua mandarim. A Secretaria de Relações Internacionais assinou o acordo na condição de testemunha.

4. Articulação para assinatura do acordo de cooperação entre o Ministério de Relações Internacionais e da Francofonia do Québec e a Fundação Casa para implementação do projeto Inclusão digital.

5. Articulação para assinatura do acordo de cooperação entre o Ministério de Relações Internacionais e da Francofonia do Québec e a Fábrica de Cultura Sapopemba, administrada pela Catavento Cultural e Educacional.

V. ARTIGOS DO SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Artigo "Brasil precisa de força-tarefa diplomática por mais vacinas"

Publicado no Poder360, em 23 de março de 2021.⁵

2. Artigo "Xiè Xiè, China: obrigado, China!"

Assinado com o Secretário de Turismo e Viagens.

Publicado no Correio Braziliense, em 15 de abril de 2021.⁶

3. Artigo "Um museu especial para celebrar nosso maior patrimônio"

Assinado com o Secretário de Cultura e Economia Criativa e o Cônsul-Geral de Portugal em São Paulo.

Publicado no Estadão, em 29 de julho de 2021.⁷

4artigo 2, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Decreto nº 64.189/2019

5<https://www.poder360.com.br/opiniaocoronavirus/brasil-precisa-de-forca-tarefa-diplomatica-por-mais-vacinas-diz-julio-serson/>

6<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaocoronavirus/2021/04/4918304-artigo-xie-xie-china-obrigado-china.html>

4. Artigo "Governos subnacionais têm papel importante na COP26"

Assinado com o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e o Cônsul-Geral do Reino Unido em São Paulo.

Publicado no Poder360, em 26 de outubro de 2021.8

5. Artigo "Direitos humanos e enfrentamento à Covid-19 em São Paulo"

Assinado com o Secretário de Justiça e Cidadania e a Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Publicado na Folha de S.Paulo, em 10 de dezembro de 2021.9

Publicado no site da ONU Brasil.10

7<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-museu-especial-para-celebrar-nosso-maior-patrimonio/>

8<https://www.poder360.com.br/opiniaomeio-ambiente/governos-subnacionais-tem-papel-importante-na-cop26-escrevem-knott-serson-e-penido/>

9<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaocoronavirus/2021/12/direitos-humanos-e-enfrentamento-a-covid-19-em-sao-paulo.shtml>

10<https://brasil.un.org/pt-br/164610-artigo-direitos-humanos-e-enfrentamento-covid-19-em-sao-paulo>

SECRETARIA DA SAÚDE

Secretaria da Saúde

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

09000 - Secretaria de Estado da Saúde

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	20.030.686.384,00	25.550.747.560,21	23.434.799.301,66	793.113.098,94	24.227.912.400,60	23.827.597.839,66
Pessoal e Encargos Sociais	4.824.102.742,00	4.559.975.691,21	4.281.552.002,02	0,00	4.281.552.002,02	4.174.540.716,54
Outras Despesas Correntes	15.206.583.642,00	20.990.771.869,00	19.153.247.299,64	793.113.098,94	19.946.360.398,58	19.653.057.123,12
Despesas de Capital	1.070.199.199,00	1.827.340.051,00	725.049.369,05	833.971.528,04	1.559.020.897,09	798.818.944,29
Investimentos	1.070.199.199,00	1.827.340.051,00	725.049.369,05	833.971.528,04	1.559.020.897,09	798.818.944,29
Despesa Total	21.100.885.583,00	27.378.087.611,21	24.159.848.670,71	1.627.084.626,98	25.786.933.297,69	24.626.416.783,95

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

09000 - Secretaria de Estado da Saúde

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SAO PAULO	18.710.830.046,00	23.817.559.602,21	21.856.787.338,89	751.139.195,51	22.607.926.534,40	22.375.734.179,00
Despesas Correntes	18.370.309.331,00	23.374.736.462,21	21.558.381.998,76	679.680.141,34	22.238.062.140,10	22.036.122.000,74
Despesas de Capital	340.520.715,00	442.823.140,00	298.405.340,13	71.459.054,17	369.864.394,30	339.612.178,26
0932 - VIGILANCIA EM SAUDE	182.691.093,00	490.133.088,00	362.722.720,78	44.799.263,79	407.521.984,57	417.531.664,05
Despesas Correntes	182.691.093,00	490.133.088,00	362.722.720,78	44.799.263,79	407.521.984,57	417.531.664,05
0933 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	57.085.603,00	24.471.535,00	462.003,30	23.385.931,35	23.847.934,65	512.240,81
Despesas Correntes	57.085.603,00	24.471.535,00	462.003,30	23.385.931,35	23.847.934,65	512.240,81
0935 - PRODUCAO E FORNECIMENTO DE VACINAS, SOROS, MEDICAMENTOS, SANGUE E HEMODERIVADOS	361.358.998,00	376.011.802,00	295.430.109,42	10.785.126,67	306.215.236,09	285.238.245,43
Despesas Correntes	361.358.998,00	376.011.802,00	295.430.109,42	10.785.126,67	306.215.236,09	285.227.985,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.260,00
0940 - FORTALECIMENTO DA GESTAO ESTADUAL DO SUS	767.270.297,00	1.059.722.490,00	983.456.399,17	27.347.210,47	1.010.803.609,64	848.707.966,86
Despesas Correntes	725.021.659,00	1.014.524.282,00	960.002.211,80	27.347.210,47	987.349.422,27	810.430.677,29
Despesas de Capital	42.248.638,00	45.198.208,00	23.454.187,37	0,00	23.454.187,37	38.277.289,57

0941 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO NA SAÚDE	757.739.846,00	1.264.383.068,00	397.259.990,70	715.597.164,42	1.112.857.155,12	414.427.320,78
Despesas Correntes	75.310.000,00	2.531.365,00	284.080,00	1.139.792,17	1.423.872,17	472.035,17
Despesas de Capital	682.429.846,00	1.261.851.703,00	396.975.910,70	714.457.372,25	1.111.433.282,95	413.955.285,61
0942 - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA ÁREA DA SAÚDE	232.400.650,00	230.696.892,00	224.815.529,71	2.549.464,67	227.364.994,38	226.588.675,88
Despesas Correntes	232.400.650,00	230.696.892,00	224.815.529,71	2.549.464,67	227.364.994,38	226.588.675,88
0944 - RECOMEÇO: UMA VIDA SEM DROGAS	4.191.750,00	7.681.824,00	7.681.824,00	0,00	7.681.824,00	7.681.824,00
Despesas Correntes	4.191.750,00	7.681.824,00	7.681.824,00	0,00	7.681.824,00	7.681.824,00
2617 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	7.317.290,00	87.427.300,00	11.651.981,46	51.062.043,38	62.714.024,84	14.749.408,67
Despesas Correntes	2.317.290,00	9.960.300,00	5.438.050,61	3.006.941,76	8.444.992,37	7.785.477,82
Despesas de Capital	5.000.000,00	77.467.000,00	6.213.930,85	48.055.101,62	54.269.032,47	6.963.930,85
5123 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	20.000.000,00	20.000.000,00	19.580.773,28	419.226,72	20.000.000,00	35.245.258,47
Despesas Correntes	20.000.000,00	20.000.000,00	19.580.773,28	419.226,72	20.000.000,00	35.245.258,47
Despesa Total	21.100.885.583,00	27.378.087.611,21	24.159.848.670,71	1.627.084.626,98	25.786.933.297,69	24.626.416.783,95

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

De acordo com as tabelas acima, os Programas Orçamentários e Produtos que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021, em execução na Secretaria de Estado da Saúde abrangem:

930 - atendimentos integral e descentralizado no SUS no Estado de São Paulo
932 - Vigilâncias em saúde
933 - Ciências, tecnologia e inovação em saúde
935 - Produção e fornecimento de vacinas, soros, medicamentos, sangue e hemoderivados
940 - Fortalecimento da gestão estadual do SUS
941 - Expansão e modernização na saúde
942 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas na área da saúde
944 - Recomeço: uma vida sem drogas
5123 - Comunicações sociais
2617 – Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE SAÚDE - 2021

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP

Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde – SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões:

1 – Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado – são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta (fundações e autarquias) e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista – UNESP e da

Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração – INCOR/USP, e o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.

2 – Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS – são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculada ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES (rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros). A gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.

3 – Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde – são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro (FOSP), Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/Aids, os institutos de pesquisa (Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima).

4 – Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado – estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, o Centro de Vigilância Sanitária – CVS, o Centro de Distribuição e Logística e a Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN.

5 – Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais – por meio de seus órgãos centrais e regionais (17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS) a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde (em conjunto com os representantes municipais), prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema.

Ações de Planejamento e Aperfeiçoamento da Gestão Estadual e da Rede assistencial do SUS originadas em 2021 pelos Programas: 930 - 940 - 941 - 944.

Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde

Em 2021, o SUS no Estado de São Paulo possui 579 hospitais, com 64,7 mil leitos totais sendo 51,8 mil leitos de internação e 9,2 mil leitos complementares (terapia intensiva e unidades intermediárias), que realizam no total 2,3 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 100 hospitais, 22 mil leitos totais sendo 17,9 de internação e 4,5 mil leitos complementares (terapia intensiva, cuidados intermediários) da Administração Direta, Administração Indireta – autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 766 mil internações em 2021 (representando 33,0% do total de internações do SUS) e 313 mil cirurgias que representam 37,0% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria de Estado da Saúde possui rede ambulatorial própria (Ambulatórios de Especialidade Médica – AMES, Centro de Referência de Idoso – CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental) que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais (consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros) produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 530,0 milhões, representando 50,0% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.

Ações de Apoio aos Parceiros – prover a manutenção e ampliação do acesso e do atendimento de qualidade de saúde da população do Estado, mediante apoio financeiro dado pelo Governo do Estado às entidades filantrópicas nos programas: Santa Casa Sustentável com 63 instituições indicadas, e no Pró Santa Casa com 117 instituições indicadas.

Aperfeiçoamento Assistencial e Investimentos nos Serviços Estaduais de Saúde

A rede estadual de hospitais e ambulatorios da Secretaria de Estado da Saúde exige um contínuo processo de investimentos para ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Entre as principais obras e serviços pode-se salientar:

Obras concluídas em 2021:

Hospital Regional de Bebedouro: Segunda etapa de obras de construção do hospital. Instalação de Elevadores. Valor Total: R\$ 9,1 milhões, com investimento de R\$ 0,2 milhão em 2021.

Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia: Adequação dos edifícios, visando obtenção do AVCB. Valor Total: R\$ 9,4 milhões, com investimentos de R\$ 0,7 milhão em 2021.

Complexo Hospitalar Padre Bento: Reforma e adequação de áreas diversas. Valor Total: R\$ 5,7 milhões, com investimentos de R\$ 1,0 milhão em 2021.

Hospital Geral de Vila Penteado: Reforma do sistema de climatização do Centro Cirúrgico e UTI. Valor Total: R\$ 8,7 milhões, com investimentos de R\$ 2,0 milhões em 2021.

Hospital Regional "Dr. Osiris Florindo Coelho" – Ferraz de Vasconcelos: Reforma das áreas de Psiquiatria, Pediatria, CME e cobertura. Valor Total: R\$ 8,0 milhões, com investimentos de R\$ 3,0 milhões em 2021.

Hospital Guilherme Álvaro - Reforma parcial Sistema de Ar-Condicionado CC Pav. V, Infra Elétrica Pav. IV, Laudo. Valor Total: R\$ 2,9 milhões, com investimentos de R\$ 1,7 milhão.

Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha: Reforma e Ampliação do Sistema de Climatização, Ventilação e Exaustão Mecânica. Valor Total: R\$ 9,0 milhões, com investimentos de R\$ 3,5 milhões em 2021.

Conjunto Hospitalar do Mandaqui: Reforma CME – Central de Material Esterilizado, SAME, Necrotério e construção do abrigo de resíduos. Valor Total: R\$ 5,8 milhões, com investimentos de R\$ 2,7 milhões em 2021.

Obras em andamento em 2021:

CAISM Água Funda - Reforma da cobertura e troca de forros, telhados, lajes e recuperação de talude. Valor Total: R\$ 6,1 milhões, com investimentos de R\$ 0,5 milhão em 2021.

CAISM Philippe Pinel - Construção de abrigo de resíduos sólidos e pavimentação da Portaria 3. Valor Total: R\$ 1,3 milhão, com investimentos de R\$ 0,1 milhão em 2021.

Hospital Regional de Ilha Solteira - Reforma e adequação de cabine primária de energia. Total: R\$ 0,8 milhão, com investimentos de R\$ 0,7 milhão em 2021.

Hospital Guilherme Álvaro, Santos - Construção da passarela de interligação e da cobertura lateral; Restauração de Pórtico; Central de Parto Humanizado, reforma de telhado da Casa Branca e Abrigo do gerador. Valor Total: R\$ 2,3 milhões, com investimentos de R\$ 0,6 milhão em 2021.

Hospital Heliópolis: Construção do abrigo de resíduos de saúde, reimpermeabilização de lajes, elevadores e telhados. Valor Total: R\$ 8,2 milhões, com investimentos de R\$ 1,4 milhão em 2021.

Hospital Geral de Taipas "Katia de Souza Rodrigues": Reforma e adequações. Valor Total: R\$ 9,7 milhões, com investimentos de R\$ 4,2 milhões em 2021.

Complexo Hospitalar do Juquery: Reforma e adequação em diversas áreas. Valor Total: R\$ 6,3 milhões, com investimentos de R\$ 0,2 milhão em 2021.

Conjunto Hospitalar de Sorocaba: Obras de adequação para prevenção e combate a incêndio. Valor Total: R\$ 3,2 milhões, com investimentos de R\$ 0,6 milhão em 2021.

Hospital Estadual Manoel de Abreu: Reforma Geral. Valor Total: R\$ 30,4 milhões, com investimentos de R\$ 18,0 milhões em 2021.

Instituto de Infectologia Emilio Ribas: Reforma dos edifícios Anexo I, Prédio Principal Alas A e B, complementação da Fachada - Fase 2. Valor Total: R\$ 36,1 milhões, com investimentos de R\$ 18,0 milhões em 2021.

Polo de Atendimento de Ostomizados - Reforma e ampliação. Valor Total: R\$ 1,1 milhão, com investimentos de R\$ 0,9 milhão em 2021.

IPGG Inst. Paulista Geriatria Gerontologia José Ermírio de Moraes - Reforma completa da cobertura. Valor Total: R\$ 1,7 milhão, com investimentos de R\$ 1,5 milhão em 2021.

Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua – Pariquera-Açu - Execução de obras de reforma e ampliação. Valor Total: R\$ 29,9 milhões, com investimentos de R\$ 2,0 milhões em 2021.

Hospital Regional de Bebedouro – Fase 3: Conclusão das obras de construção do hospital. Valor Total: R\$ 10,4 milhões, com investimentos de R\$ 0,7 milhão em 2021.

Hospital Geral de Guaianases: Fornecimento e instalação de elevadores e monta cargas. Valor Total: R\$ 2,6 milhões, sendo R\$ 0,3 milhão em 2021.

Hospital Ipiranga: Fornecimento e instalação de elevadores. Valor Total: R\$ 4,0 milhões, com investimentos de R\$ 0,5 milhão em 2021.

Projetos concluídos em 2021:

Projeto AVCB: Elaboração de projetos técnicos para atender exigências Corpo de Bombeiros em 25 Unidades. Valor Total: R\$ 3,2 milhões, com investimentos de R\$ 2,0 milhões em 2021.

Projetos em andamento em 2021:

Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha - Elaboração de projetos básicos e legais para reforma. Valor Total: R\$ 0,2 milhão, com investimentos de R\$ 0,1 milhão em 2021.

Manutenção dos hospitais estaduais:

A rede estadual de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para manutenção totalizaram valores da ordem de R\$ 100 milhões em 2021.

Aquisição de equipamentos: em 2021, apesar de, no primeiro quadrimestre ter havido enfoque ainda na abertura de leitos para o enfrentamento da pandemia do COVID 19, houve também foco na atualização do parque tecnológico da rede assistencial do estado. Foram adquiridos equipamentos para garantir a modernização e a assistência nos hospitais no período de 2021, além da aquisição de equipamentos para a unidade Hospital Manoel de Abreu (Bauru), que tem previsão para entrar em operação no primeiro semestre de 2022. Entre as aquisições se destacam: tomógrafos, ressonâncias magnéticas, mobiliários hospitalares, mamografias, hemodinâmicas, equipamentos de monitoração, sistemas de Imagem digital, entre outros. O investimento nas aquisições perfaz um total de R\$ 29,3 milhões.

- Aquisição de equipamentos: Valor total dos principais equipamentos adquiridos hospitais da SES em 2021: 41.217.076,86.

Contratualização com Organizações Sociais de Saúde – OSS

A SES mantém atendimentos de saúde para a população por meio de uma rede de serviços gerenciados por parceiros, como as Organizações Sociais de Saúde e outras entidades. Todos esses serviços de saúde são contratualizados e foram financiados com R\$ 5,564 bilhões em custeio e R\$ 26.418 milhões em investimento no exercício 2021. A SES realiza o acompanhamento, avaliação e controle desses serviços por meio da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS). Em 2021, foram gerenciados: 110 Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais de Saúde (OSS) para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME), Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, Centros Estaduais de Análises Clínicas (CEAC), Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem (SEDI), a Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS) e o Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS); 13 Convênios para gestão de Hospitais, AMEs e Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro e 01 Convênio Emergencial para a gestão de um hospital de campanha; e 1 Convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde para gestão de Hospital.

Produção das unidades sob a gestão das OSS e parceiros no ano de 2021:

38 hospitais gerais e 7 hospitais especializados:

Saídas hospitalares em clínica médica, obstétrica, pediátrica e psiquiátrica: 222,1 mil; Saídas hospitalares em clínica cirúrgica: 99,2 mil; Cirurgias ambulatoriais e em regime de Hospital-Dia: 52,1 mil; Atendimentos de urgência: 947,7 mil; Atendimentos ambulatoriais médicos: 1,3 milhões;

Atendimentos ambulatoriais não médicos: 600,4 mil; SADT Externo: 1,1 milhão; Sessões de tratamentos clínicos (por exemplo, quimioterapia, radioterapia, diálise e outros): 437,6 mil;

No Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário: 49,8 mil pacientes-dia, 12,7 mil consultas médicas ambulatoriais e 13,7 mil atendimentos ambulatoriais não médicos;

Na Unidade Recomeço Helvétia: 317 saídas hospitalares, 31,5 mil usuários/dia no Centro de Convivência e 10 mil moradores/dia na Moradia de Crise.

- 62 unidades ambulatoriais (AME), sendo duas unidades em processo de implantação (AMEs Taubaté e Vale do Jurumirim): Consultas médicas: 3,3 milhões; Consultas não médicas: 1,3 milhões; Cirurgias maiores ambulatoriais: 92,3 mil; Cirurgias menores ambulatoriais: 194,1 mil; Odontologia: 7,3 mil; SADT Externo: 827,3 mil; Tratamentos Clínicos: 4,3 mil.
- 10 unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro (9 ambulatórios e 1 hospital): Saídas hospitalares: 580; Atendimentos médicos: 34,4 mil; Atendimentos não médicos: 71 mil; Dispensações de órteses, próteses e meios de locomoção: 6,6 mil.

Ampliação dos leitos de UTI e de enfermaria para atender a demanda de pacientes suspeitos ou confirmados com covid-19;

Criação e acompanhamento de dez hospitais estaduais de campanha, a saber, Hospitais de Campanha nos AMEs Franca, Heliópolis (Barradas), Barretos Cirúrgico, Campinas, Andradina, Botucatu, Itapeva, Sorocaba, Santo André e Metropolitano (Santa Cecília);

Saídas hospitalares nos Hospitais de Campanha: 2,4 mil;

Ampliação e qualificação da rede hospitalar para atendimento à Covid-19 e para apoiar hospitais no atendimento das outras patologias durante a pandemia;

Manutenção da entrega de medicamentos em domicílio (MedCasa), visando evitar aglomeração em farmácias estaduais;

Logística, organização e distribuição sistêmica de equipamentos, EPIs, vacinas e outros insumos de saúde para serviços de saúde e municípios em todo o Estado;

Ampliação dos serviços de Tomografia Computadorizada, visando complementação diagnóstica da Covid-19;

Matriciamento de casos, continuidade dos atendimentos ambulatoriais urgentes e consultas por telemedicina nos AMEs;

Realização de 25,7 mil consultas médicas por meio de recursos de telemedicina, dentre elas: 17,7 mil em AMEs; 5,1 mil em Hospitais; 3,0 mil nas unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro;

Realização de 45,4 mil consultas não médicas por meio de recursos de telemedicina, dentre elas: 28 mil em AMEs; 7,5 mil em Hospitais; 9,9 mil nas unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro;

Projeto Especial “Corujão da Saúde” – Oftalmologia - Realização de 14 mil procedimentos em oftalmologia, dentre eles: 1 mil em hospitais; 13 mil em AMEs.

Projeto Especial – “Corujão da Saúde” – Oncologia - Ampliação da oferta de radioterapia: 34,5 mil exames de alta suspeição em oncologia; 7 mil sessões de radioterapia.

Corujão da Saúde – Chamamentos Públicos para contratação de 171.233 exames, sendo 38.357 exames de alta suspeição em oncologia (Resolução SS – 130, de 19/08/2021) e 132.876 exames de ressonância magnética e tomografia computadorizada (Resolução SS – 146, de 17/09/2021). Em setembro de 2021, foi retomado o Programa Corujão da Saúde, destinado a pacientes oncológicos, visando reduzir a fila de espera agravada pela pandemia da COVID-19, para tratamento e diagnóstico da doença. Os exames incluem endoscopia (cerca de 18,4 mil procedimentos), colonoscopia (11,1 mil), retossigmoidoscopia (1,5 mil), tomografia computadorizada (180,5 mil), ultrassonografia (28,5 mil), biópsia (6,5 mil) e ressonância magnética (88,8 mil). A equipe da CAT teve aumento no quadro com a contratação temporária de operadores de atendimento para auxiliar nas ligações de pacientes inseridos no CDR do MRA e realizar o agendamento dos exames que foram disponibilizados pelo Programa Corujão da Saúde 2021.

Medidas de contingência contra a pandemia de COVID-19:

Ampliação dos leitos de UTI e de enfermaria para atender a demanda de pacientes suspeitos ou confirmados com COVID-19.

SensoCovid: O Censo Covid é um sistema auto declaratório que tem por objetivo, dentre outros, informar a taxa de ocupação de leitos dos hospitais estaduais, municipais, e filantrópicos, sob a gestão do poder público ou privado. Os dados são de gestão pública, para subsidiar em tempo oportuno, as melhores tomadas de decisão, como por exemplo, organização de referências, implantação de leitos, redirecionamento da capacidade de oferta entre outros. Ou seja, não é uma ferramenta para uso da população. Informações globais de todos os dados coletados estão

disponibilizados na íntegra (<https://www.seade.gov.br/coronavirus/>) e nas coletivas de imprensa, por DRS e consolidado do Estado de São Paulo, sendo a única informação não divulgada, os dados individualizados por hospital. A ferramenta incluiu a coleta de informações sobre Leitos de suporte ventilatório pulmonar (número de leitos, pacientes suspeitos e confirmados internados nesse tipo de leito). Foram padronizados ainda novos relatórios de monitoramento dos leitos SUS, Não SUS e Total, e as respectivas taxas de ocupação, para subsidiar os DRS na tomada de decisão sobre a necessidade ou a suficiência de leitos. Painéis novos no ambiente de BI. Adequação para a captação de informações sobre suporte ventilatório pulmonar. Integração também com o SEADE e SIMI, consomem informação do banco através de uma view.

Programa Saúde em Ação

Em 2021 foram realizadas as ações para finalização do Projeto de “Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde”, também conhecido por “Programa Saúde em Ação”, implementado em parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

- **Principais estudos técnicos e consultorias em conclusão no ano de 2021:**

Avaliação de Impacto do Projeto; Desenvolvimento do Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo; Projeto Big Data SES/SP; Projeto para combate de fraudes nas ações de judicialização (S-CODES); Projeto mensageria eletrônica no Vale do Futuro; Avaliação Qualitativa da regulação na Região Metropolitana de Campinas; Avaliação final do Projeto de “Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde; Auditoria Independente do Projeto.

- **Aquisição de Mobiliários e Equipamentos administrativos e Hospitalares:** o valor total investido em equipamentos foi de R\$ 22,6 milhões, sendo R\$14 milhões correspondentes à carta de crédito de dois aceleradores lineares (licitação internacional em 2020) para o Hospital Regional do Litoral Norte, em Caraguatatuba e para o Hospital Luzia de Pinho Melo, em Mogi das Cruzes, pagos em no exercício de 2021. E R\$ 8,6 milhões correspondentes ao mobiliário e equipamentos administrativos e hospitalares para a área de Radioterapia do Hospital Regional Litoral Norte, dois angiógrafos sendo um para o Hospital Regional do Litoral Norte e outro para o Hospital Brigadeiro e uma ressonância magnética para o Hospital Grajaú.

- **Obras concluídas em 2021: o valor total investido entre 2020-2021 foi de R\$ 15,7 milhões,** sendo R\$ 13 milhões para a construção da Radioterapia do Hospital Regional do Litoral Norte – valor desembolsado em 2020-2021; e R\$ 2,7 milhões para o Centro de Atenção Psicossocial de Registro. Todas as obras previstas no âmbito do “Programa Saúde em Ação” foram concluídas com recursos oriundos do Contrato de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o BID.

- **Repasse para reformas em 2021:** foi realizado repasse de R\$ 336,7 mil referente ao término das quatro obras de reforma de UBS, sendo duas unidades em Taquarivaí e duas em Nova Campina. No total, ao longo do projeto, foram efetuados repasses de recursos para execução de trinta e sete obras, durante a implementação do “Programa Saúde em Ação”, entre 2017 e 2021, com recursos fonte 7 - Tesouro até 2019, e fonte BID a partir de maio de 2020.

- **Contratos assinados em 2021:** foram firmados dois contratos de consultoria a fim de apoiar o encerramento do Programa. São eles: realização de avaliação qualitativa sobre a regulação da atenção e assistência na Região Metropolitana de Campinas; e realização de avaliação final do Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde do Estado de São Paulo.

- **Atividades nos territórios:** foram realizadas atividades para apoio ao Gerenciamento, Monitoramento do Projeto e Supervisão das Obras; Capacitação para uso de aplicativos de mensagem (WhatsApp) no cuidado à pacientes crônicos e gestantes durante a pandemia da COVID-19 no Vale do Futuro; apoio ao Projeto “Casa da Gestante” do Vale do Ribeira; workshops de Avaliação de Impacto do Projeto, Avaliação Qualitativa da Regulação na RMC e Auditoria Externa do Projeto.

Publicações: Notas Técnicas do Perfil de Competência dos Profissionais da Atenção Básica e Manual para implantação de Cuidados Integrados no estado de São Paulo

PPP – Parceria Público Privada - estabelecida pelo Gabinete do Secretário para a Construção do Hospital Pérola Byington com Aquisição e Instalação de Mobiliários e Equipamentos administrativos e Hospitalares.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRPUSP

Por imposição da pandemia, em 2021 o Hospital atendeu, prioritariamente, pacientes suspeitos e ou acometidos com COVID-19. Demais pacientes seguidos na Instituição, por outras patologias, tiveram seus atendimentos diminuídos ou postergados, com exceção os casos oncológicos e os transplantes, além dos procedimentos de urgência e emergência, atendidos na Unidade de Emergência. Com o arrefecimento da Pandemia, a partir do 2º semestre, houve retomada progressiva das atividades eletivas no Hospital.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, merecem destaques os resultados obtidos em 2021, tanto do ponto de vista assistencial quanto na gestão hospitalar, conforme apresentados ao longo deste Relatório Sintético.

ASSISTÊNCIA: O HCFMRP-USP oferece assistência à saúde para Ribeirão Preto Franca, Araraquara e Barretos e respectivas regiões, com uma população estimada em 3,5 milhões de habitantes. Atende cerca de 6.000 pacientes diários, para realização de consultas médicas, multiprofissionais, exames laboratoriais, procedimentos cirúrgicos, internações clínicas e cirúrgicas.

2 – ENSINO

O HCFMRP-USP é campo de atividades de Ensino de graduação e de pós-graduação para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição e Metabolismo, Fonoaudiologia, Ciências Biomédicas e Informática Biomédica da USP de Ribeirão Preto. Oferece Residência Médica em diversas especialidades, Residência Multiprofissional, além de cursos de especialização em áreas não médicas. Em 2021 estão credenciados 73 programas de residência médica, 13 de especialização, 22 de residência multiprofissional, com um quadro de 866 médicos residentes, 107 residentes multiprofissionais e 100 especialistas. Destacamos o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde, mantido em parceria com a FMRP-USP e FEARP –USP, que conta, atualmente, com 58 alunos e que funciona nas dependências do HCRP, com aulas práticas e teóricas.

Centro Interescolar

O Centro Interescolar é uma escola de nível médio, técnico e profissionalizante do HCFMRP-USP, com a finalidade de formar e capacitar pessoas que exercem funções ligadas à área da saúde, além de oferecer aperfeiçoamento profissional. Em 2021 foram iniciadas duas turmas de Técnico em Enfermagem, uma no período da manhã com 33 alunos e outra à tarde com 34 alunos totalizando 67 participantes, com carga horária, de janeiro a outubro de 759 horas.

3 – PESQUISA

O HCFMRP-USP mantém seu corpo clínico permanentemente atualizado, através de intensa atividade de Pesquisa, que envolve contínuo intercâmbio com instituições internacionais congêneres, participação ativa em congressos, simpósios e mesas redondas, além de volumosa e relevante presença em publicações científicas nacionais e internacionais. Em 2021 foram aprovados 445 projetos pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Estudo para o desenvolvimento da ButanVac

O Hospital das Clínicas, o Hemocentro e o Instituto Butantan firmaram parceria para o início dos ensaios clínicos da ButanVac, nova vacina do Instituto contra a Covid-19, que será inteiramente produzida com insumos nacionais.

Conforme aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os ensaios clínicos da ButanVac foram divididos nas etapas A, B e C. Enquanto a etapa A avalia a segurança, as etapas B e C avaliarão a resposta imune e envolverão mais de 5 mil voluntários de Ribeirão Preto e São Paulo. Nelas, será comparado o desempenho da nova vacina e de outras que estão em uso e já têm dados publicados, como a CoronaVac.

A ButanVac é a primeira vacina nacional contra o coronavírus. É uma vacina aperfeiçoada, de segunda geração, com potencial de melhorar a resposta imunológica contra o SAR-S-CoV-2 e combater suas variantes. Ela é desenvolvida a partir da inoculação de um vírus modificado que contém a proteína S do vírus SARS-CoV-2 em ovos embrionados de galinhas, mesma tecnologia da vacina contra a influenza (gripe).

4 –DESTAQUES DO ANO

HC implanta consulta por vídeo (teleconsulta)

A teleconsulta por vídeo é integrada ao prontuário eletrônico do paciente, que faz seguimento no HCFMRP-USP. Foi disponibilizado ao médico a possibilidade de fazer o agendamento do

teleatendimento. Na data e horário marcado, o médico acessa o prontuário e o sistema envia mensagens para o paciente, que está ciente do agendamento e com o link para consulta. Com um clique, o paciente abre o atendimento com recurso audiovisual e a partir daí inicia a teleconsulta. Até outubro de 2021 foram realizadas 2.980 teleconsultas.

Placa radioativa para combater câncer no olho

Foi realizada pela primeira vez, no HCFMRP-USP, uma cirurgia com o uso de uma placa radioativa para tratar um melanoma no olho. Um tipo de câncer que pode atingir várias partes dos olhos de adultos, mas principalmente, a coroide. Esse tipo de tratamento com placas radioativas atinge 95% de sucesso. Os recursos para essas cirurgias são do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – Pronon.

HC Criança cria Ambulatório de Acessos Vasculares

Foi criado o Ambulatório de Acessos Vasculares com o objetivo de melhorar a assistência oferecida aos pacientes que necessitam de um acesso venoso para realização do seu tratamento.

A terapia intravenosa é muito utilizada nos tratamentos em que se faz necessária a infusão de medicamentos através das veias, tornando possível a administração de grandes quantidades de medicamentos e daqueles que não podem ser feitos via oral. A quimioterapia, por via venosa, por exemplo, é um dos tipos de administração mais comuns.

O novo Ambulatório conta uma equipe com conhecimentos específicos em inserção e manutenção de cateteres intravenosos e periféricos, e recebe pacientes para avaliação, orientação, manutenção e cuidados com os dispositivos intravenosos.

Paciente do HC pode reagendar coleta de exame de sangue pelo site

Os pacientes podem reagendar a coleta de exame de sangue pelo site da Instituição. Em alguns casos, o paciente esquece o dia do exame ou a consulta é desmarcada, e até pouco tempo atrás, tinha apenas o telefone para remarcar o exame. Agora o Hospital disponibiliza o site: www.hcrp.usp.br para o paciente realizar o agendamento novamente.

Unidade de Queimados

A Unidade de Queimados passou por reforma estrutural. Foi realizada a substituição de toda infraestrutura existente, por novas instalações de redes de hidráulica, elétrica, lógica e gases medicinais, bem como novo layout da área, contemplando enfermarias, ambulatório, sala de atendimento multiprofissional, consultórios, posto de enfermagem, e demais salas de apoio. Foi realizada troca do mobiliário e aquisição de novos equipamentos para a melhor assistência e conforto aos pacientes, vítimas de queimaduras. A Unidade transformou-se num dos melhores ambientes para atendimento de pacientes com traumas agudos e sequelas de queimaduras. A reforma somente foi possível com recursos obtidos por meio do Ministério Público do Trabalho -15 e TRT-15.

A Unidade de AVC tem certificação internacional

A Unidade de Acidente Vascular Cerebral - AVC recebeu o certificado oficial do Centro Avançado para o Atendimento ao Acidente Vascular Cerebral da World Stroke Organization/ Sociedade Iberoamericana de Enfermidades - SIECV após o cumprimento dos critérios necessários.

A certificação dos centros de acidente vascular cerebral é fundamental para garantir que os hospitais implementem e monitorem todas as estratégias prioritárias baseadas em evidências que mudam a história natural do paciente, reduzindo a mortalidade e a incapacidade.

A certificação é também oportunidade de melhoria contínua dos serviços e qualificação da assistência, comprometendo os centros de AVC como organizadores e capacitadores de toda a rede local.

A inteligência artificial ajuda no tratamento de COVID-19

Foi desenvolvido um software, que recebeu o nome de Open COVID, por profissionais do Centro de Ciência de Imagem e Física Médica do Hospital, com uso da inteligência artificial, que auxilia a identificar a porcentagem do acometimento pulmonar em pacientes com COVID. Essa ferramenta surgiu, a partir da necessidade de avaliação, com mais precisão do grau de comprometimento do pulmão. Para construir a ferramenta, o grupo montou um banco de imagens com tomografias de dezenas de pacientes com COVID e desenvolveu um algoritmo que ajuda a quantificar o tamanho da lesão no pulmão. O Open COVID ampliou a possibilidade de análise e a inteligência artificial veio para ajudar o médico a tornar a avaliação mais precisa e mais confiável.

HC lança cartilha sobre o trabalho no Centro de Terapia Intensiva - UTI

O Hospital das Clínicas criou uma cartilha e disponibilizou no site da Instituição, que explica o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva - UTI que são consideradas áreas restritas dentro do hospital, e recebem pacientes em estado grave e que precisam de monitoramento de alta complexidade 24 horas. A cartilha traz informações sobre desde técnicas até os equipamentos que os pacientes utilizam: o ventilador mecânico, bomba de infusão, quando o paciente vai utilizar o respirador, quando ele vai utilizar diálise e até como proceder durante a visita na UTI.

É um material destinado ao público leigo com o objetivo de explicar para as famílias aspectos essenciais sobre o funcionamento de uma UTI. São informações que acalmam a família, que ajudam

a ter uma melhor percepção do que é uma UTI e que dão um feedback positivo. Os pacientes internados na UTI ficam muito distantes da família e as famílias têm muita dúvida com relação ao que está acontecendo dentro da UTI.

Centro de Comando de Operações - CCO

Foi criada uma área para monitoramento das mais de 1.200 câmeras instaladas e dezenas de sistemas de monitoramento perimetral dentro e ao redor do HC Campus visando promover a segurança de pessoas e bens patrimoniais.

Alguns desses equipamentos conseguem buscar imagens a 4 quilômetros de distância. Em linha reta, além de filmar, algumas dessas câmeras criam uma cerca virtual que “são pontos eletrônicos colocados em determinados ambientes e, caso haja invasão desse perímetro, o alarme é acionado na sala de monitoramento e uma equipe é enviada ao local para checar o que aconteceu. O grau de sofisticação das câmeras com inteligência artificial instaladas no Hospital permite verificar os filmes em que esses equipamentos disponibilizam para identificar pessoas, objetos e veículos. Encontrado o alvo, a central de monitoramento é avisada e os procedimentos necessários são tomados.

Implantação do Serviço de Bombeiros Civis

Foi implantado o Serviço de Bombeiros Civis com a finalidade de combater o princípio de incêndio, nos primeiros socorros, como exemplo, acidente ou pessoas com mal súbito, e também atuar na prevenção. O bombeiro civil está habilitado para atender esses casos enquanto não chega um socorro especializado.

5 - CAMPANHAS PREVENTIVAS

Campanha de vacinação dos trabalhadores da saúde contra a COVID-19

A campanha teve início em 19 de janeiro de 2021. Foi constituído um Comitê Técnico de Planejamento formado por representantes da Administração Hospitalar, Divisão de Enfermagem e Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar. Os trabalhadores da saúde foram alocados em uma escala ordinal de prioridade, segundo seu grau de exposição ao vírus SARS-CoV-2 e o risco pessoal de adoecimento com gravidade. Para evitar aglomeração em filas, foi providenciado o agendamento eletrônico através do qual os profissionais convocados podiam agendar sua vacinação em dia, local e hora de sua conveniência, dentre as opções disponíveis. Desde o início da campanha até o dia primeiro de dezembro, foram vacinados com a 1ª dose 6.318 servidores, 2ª dose 6.293 e com a 3ª dose de reforço 5.648 servidores.

Tecnologia da Informação - TI

Os aplicativos, plataformas e sistemas de informação estão entre os principais recursos estratégicos utilizados pela Instituição. Em 2021, além da continuidade do Projeto Inteligência de Resultados e Integração de Sistemas - IRIS, tivemos várias ações por conta da Lei Geral de Proteção de Dados, e soluções para viabilizar a vacinação e adequações de processos por conta da Pandemia Covid 19.

Sistema de Vacinação

No início de janeiro de 2021, o Centro de Informação e Análise – CIA adaptou um sistema de agendamento interno do Hospital, para o agendamento da vacinação contra a COVID-19 de forma organizada e sem aglomerações dos mais de 6000 profissionais do complexo hospitalar HCFMRP/FMRP/FAEPA. Além do controle de agendamento, o sistema contou com formulários para validação de perfis assistenciais a fim de excluir do agendamento de pessoas com sintomas ou patologias as quais não eram recomendadas para vacinação. O Processo de Vacinação registra o lote utilizado em cada profissional e automaticamente organiza a liberação gradativa das doses seguintes, restringindo o agendamento dentro dos períodos mínimos, conforme recomendação de cada fabricante de cada marca de vacina. Foram desenvolvidos Robôs para automatizar os lançamentos dos dados vacinais no sistema VACIVIDA do Estado de São Paulo, bem como para atualizar a situação vacinal de profissionais e pacientes em atendimento na Instituição buscando dados no VACIVIDA e atualizando a carteira de vacinação do sistema interno do Hospital.

Firewall

Encontra-se em processo de implantação uma solução de segurança da informação integrada contemplando: dois Firewall / VPN trabalhando em cluster ativo de alta disponibilidade, dois Sistemas de Prevenção de Intrusos – IPS trabalhando em cluster ativo de alta disponibilidade, um Sistema de Correlação de Eventos e um Sistema de Gerenciamento, tais providências contribuem para elevar a maturidade da Segurança da Informação e consequentemente à adequação dos processos de negócio à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

No ano de 2021, o Grupo de Controle e Proteção de Dados - GCPD e o Grupo de Apoio Operacional - GAO, priorizaram o mapeamento de dados pessoais e a conscientização da obrigatoriedade do cumprimento da Lei para os funcionários do Complexo de Saúde.

Para iniciar o trabalho de mapeamento, foram realizadas reuniões com as chefias dos setores e indicados para auxiliar no mapeamento de dados, e veiculadas campanhas por meio de e-mails informativos através das “Pílulas de LGPD” e peças informativas como cartazes, folders, etc. Inicialmente foram realizadas oficinas sobre Mapeamento de Processos de Negócio e como listar as atividades com todas as áreas do Complexo de Saúde, para orientar como realizar a primeira fase do mapeamento, a listagem de atividades de dados pessoais, onde os grupos de trabalho da LGPD puderam mensurar quantas de suas atividades de negócio tratam dados pessoais sensíveis ou não.

Banco de Preços

Desenvolvido em parceria com a empresa externa, o sistema Banco de Preços é composto por um Robô automatizado - RPA e uma Inteligência Artificial - IA de nome ALICE, ambos desenvolvidos pela empresa externa e por um sistema de geração de preço, referencial desenvolvido pela TI do HCFMRP-USP/FAEPA. O Sistema tem por objetivo agilizar e tornar mais preciso o processo de geração de preço referencial pré-licitação nas aquisições do Hospital, além de considerar valores praticados em compras públicas, sem distorções comuns provocadas em um levantamento de preços diretamente com os fornecedores nesse cenário. O RPA percorre 7 portais de públicos de preços e grava todas as informações encontradas em servidores internos.

Após coletar todas as informações, a Alice organiza e filtra todas as informações relevantes de compras estruturando em uma base de dados nos servidores da empresa externa, que disponibiliza então, uma Interface de Programação de Aplicativos - API para que o sistema de geração de preço referencial possa exibir as informações ao operador do sistema com base em uma expressão de busca.

RH Digital

O Sistema do RH Digital foi iniciado com o mapeamento e documentação de todos os processos realizados pelo Centro de Recursos Humanos - CRH. Em seguida foi iniciada a simplificação e automação, dentro da ferramenta de BPMS e estão em fase de aprovação pela equipe do CRH.

A plataforma da SeSuite, nomeada Portal de Serviços Eletrônicos - PSE, permite aos funcionários fazer solicitações ao CRH de qualquer local e sem o uso de papel.

Sistema Informatizado para Central de Material e Esterilização

O Sistema permite o cadastramento de instrumentais e equipamentos que passam por processo de esterilização, registrando cada etapa do fluxo: recepção de material sujo, lavagem, esterilização, montagem de caixas/kits e distribuição nas unidades usuárias. Em novembro de 2021 o sistema entrou em operação na Central de Equipamentos e Clínica Civil. Próximas etapas teremos a implantação na Central de Material e Esterilização - CME da Unidade Campus, Unidade Respiratória da Unidade de Emergência.

Projeto IRIS

Impactado pela pandemia, o projeto Inteligência de Resultados e Integração de Sistemas - IRIS foi reestruturado em 2021 e as atividades foram assumidas pela equipe interna de TI.

Para fins de avaliação e priorização das demandas foi criada uma estrutura de governança, com uma Coordenação Técnica e um Conselho Gestor.

Dentro deste cenário foi dada continuidade na modernização dos módulos de Atenção à Saúde, começando pela revisão da arquitetura da solução, e retomada do desenvolvimento das soluções avaliadas pela Coordenação Técnica e Conselho Gestor.

Já na frente de implantação do Sistema, Aplicativos e Produtos - SAP, foi realizada no início de 2021 um diagnóstico do projeto, resultando a proposição de novas ferramentas e a priorização de ações.

Agendamento eletrônico de coleta de exames

Implantado, em 2021, o agendamento de exames laboratoriais na sala coleta de materiais biológicos. O sistema disponibiliza data e horário baseado nas regras dos exames solicitados e da quantidade de vagas e pacientes agendados para atendimento.

Gestão da Qualidade e da Segurança do Paciente

As atividades da Gestão da Qualidade e da Segurança do Paciente, estão voltadas à implantação de políticas da qualidade hospitalar, da gestão de risco e da vigilância em saúde.

No ano de 2021, ainda frente ao cenário da pandemia da COVID-19, foram muitos os desafios a serem enfrentados e, o Centro Integrado da Qualidade esteve presente auxiliando as unidades assistenciais a manter o cumprimento dos requisitos da qualidade hospitalar e da segurança do paciente nas diferentes atividades desenvolvidas dentro do Hospital.

Autoavaliação e auditorias internas: O processo da Autoavaliação é realizado de forma presencial anualmente. Neste ano, visto a impossibilidade de visitas presenciais às áreas do Hospital, foi realizado de forma diferente. Foram encaminhados para autoavaliação pelas próprias áreas roteiros customizados com questões do Roteiro Compromisso com a Qualidade Hospitalar - CQH aplicáveis a cada unidade, questões relacionadas às boas práticas de funcionamento de estabelecimentos de saúde e questões sobre as condições de armazenamento de produtos termolábeis. Coube ao Centro Integrado da Qualidade e CCIH a visita in loco de áreas estratégicas para o cotejamento das

respostas. Para as Não Conformidades foram abertos os relatórios de acompanhamento das medidas corretivas pertinentes.

Visitas de avaliação presencial foram realizadas apenas nas áreas do Banco de Tecidos e Banco de Olhos. Em novembro serão retomadas as visitas às Unidades Satélites e na Central de Material e Esterilização.

Gerenciamento de Riscos: O Serviço de Gerenciamento de Risco - SGR é o responsável pela coordenação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP e dos subcomitês de segurança: Cirurgia Segura; Prevenção de Lesões de Pele; Segurança na Terapia Medicamentosa; Prevenção de Infecção Primária da Corrente Sanguínea; Prevenção de Quedas Hemovigilância. Além dos subcomitês de segurança, foram criados subcomitês relacionados aos serviços de apoio, tais como: Divisão de Materiais, incluindo Ressuprimento e Almoxarifado e CPRH. Ambos, o SGR e NSP, são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento da implementação de barreiras de segurança em processos assistenciais e realizam análise das notificações recebidas, desenvolvendo ações para minimizar os riscos junto às áreas de interfaces. Até outubro de 2021 recebeu 4.463 notificações.

As notificações relacionadas à farmacovigilância e tecnovigilância correspondem a, aproximadamente, 12% do total de notificações recebidas, e após avaliação por profissionais qualificados são imediatamente reportadas ao órgão regulador Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA através dos sistemas Notivisa e Vigimed. As notificações relacionadas às metas de segurança do paciente, também são notificados à Anvisa através do Notivisa, conforme orienta a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 36/2013. Outros eventos são avaliados e discutidos internamente com as áreas, buscando o aprimoramento dos processos desenvolvidos.

Gerenciamento Ambiental: O Serviço de Gerenciamento Ambiental - SGA é responsável por elaborar estudos dos aspectos e impactos ambientais para a formulação da política do meio ambiente do HCFMRP-USP e diretrizes a serem adotadas, fundamentada no conceito de melhoria contínua e preservação do meio ambiente.

As ações desenvolvidas pelo SGA são direcionadas à preservação do Meio Ambiente e da saúde pública, como pode ser comprovado pelas ações educativas realizadas para auxiliar no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela, confirmam o compromisso desta Instituição de Saúde em representar nos seus processos um diferencial para o cuidado tanto com as pessoas quanto com o meio ambiente.

Reforçando este objetivo, o Hospital é membro do Projeto Hospitais Saudáveis, aderindo ao Desafio Clima que é uma campanha internacional coordenada pela Rede Global Hospitais Verdes e Saudáveis.

Resíduos Hospitalares

Todos os resíduos que chegam à Central de Resíduos são encaminhados para disposição final ambientalmente correta, podendo seguir para reciclagem ou tratamento específico e adequado, de acordo com o tipo de resíduo. Os resíduos recicláveis são quantificados assim que triados e preparados para a venda.

Desde o início da pandemia, todos os resíduos gerados na Instituição, principalmente aqueles gerados em áreas de assistência a casos suspeitos ou confirmados pela COVID-19, foram acompanhados de perto, garantindo que fossem encaminhados, tratados e destinados de forma ambientalmente correta, respeitando todas as normas e diretrizes referentes ao manejo de resíduos de serviço de saúde, garantindo e preservando a saúde da coletividade, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

AÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS

Programa de Captação de Recursos

O HCFMRP-USP tem buscado, continuamente, fontes de captação de recursos extraorçamentários, especialmente para áreas prioritárias, como oncologia e imagens médicas. Seguem abaixo os projetos apresentados e aprovados:

Pronon e Pronas: desde 2014 o HCFMRP-USP tem encaminhado projetos, através da FAEPA, para os Programas Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/ PCD, com mais de 36 milhões de reais aprovados. Em 2021 destacamos dois projetos de pesquisa voltados ao câncer que somam mais de 15 milhões e o Projeto *“Implantação do Centro Especializado de Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Cabeça e Pescoço”*, no valor de R\$ 7.351.394,45

FINEP: uma das fontes de captação de recursos extraorçamentários do HCFMRP-USP é via Financiadora de Estudos e Projetos -FINEP, uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições

públicas ou privadas. Ainda em desenvolvimento o projeto “*Readequação e modernização da infraestrutura física dos Laboratórios de Pesquisa em Medicina Celular, Molecular e Nuclear*”.

Programas de Eficiência Energética: nos projetos de eficiência energética realizados através de chamada Pública da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL foram investidos, em 2021, R\$ 1.358.729,12, na implantação da automação do sistema de climatização de três chillers do prédio do HC Criança.

Emendas Parlamentares: A Administração realizou neste ano um intenso trabalho junto aos parlamentares do Estado de São Paulo, apresentando projetos a serem beneficiados com emendas, repercutindo diretamente na qualidade dos atendimentos realizados pela Instituição. Foram direcionados ao HCFMRP-USP R\$ 11.000.000,00, aplicados em custeio e em projetos priorizados pela Administração.

O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança, realiza periodicamente um processo seletivo para escolha de projetos apresentados por órgãos e pessoas jurídicas de direito público estaduais, que devem enquadrar-se nos critérios estabelecidos. Desde 2018 o HCFMRP-USP apresentou propostas, sendo contemplado o projeto *Adequação da Infraestrutura da Edificação do HCFMRP-USP para Atendimento aos Requisitos de Segurança Elétrica, Detecção de Incêndio e da Informação*, no valor de R\$ 8.259.633,79, ainda em desenvolvimento.

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CONDECA lançou um Edital direcionado para este público e os três projetos apresentados pelo HCFMRP-USP foram aprovados para captação: Qualificação do Atendimento à Criança e ao Adolescente realizado pelo HCFMRP-USP – R\$ 765.000,00; Rodas em Movimento – R\$ 1.541.020,00 e Análise genotípica e aspectos fisiopatológicos de uma coorte de crianças brasileiras com neuropatia hereditária – R\$ 1.985.217,00

Estes projetos encontram-se atualmente em fase de captação de recursos junto às empresas interessadas.

Outras fontes: a atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) e do Ministério Público do Trabalho (MPT-15) no processo trabalhista que condenou as empresas Shell, Basf e Grupo Odebrecht por dano moral coletivo, destinando parte da multa para projetos apresentados pelo HCFMRP-USP. A Unidade de Emergência foi beneficiada com R\$ 8,9 milhões que foram aplicados em atualização tecnológica e modernização da infraestrutura dos setores de Alta Complexidade e na Unidade de Queimados, cuja reforma foi finalizada em 2021.

Investimentos em Obras e Equipamentos

Investimentos com obras em 2021

Unidades	R\$
Tesouro do Estado *	6.000.000
Outras Fontes – Recurso Federal	125.539
FAEPA	4.597.224
Total	10.722.763

*Em processo de licitação (06/12/2021)

Relação das Principais obras/serviços executados e/ou em andamento no Campus /U.E.

- ✓ Projeto de Proteção contra Incêndio na Unidade Campus e Unidade de Emergência com recursos do Projeto Difuso através da Caixa Econômica Federal.
- ✓ Obra de reforma do sistema de alimentação elétrico da iluminação externa da Unidade Campus, incluindo o Estacionamento nº 3;
- ✓ Obra de Reforma geral da Central de Ar Comprimido, com substituição de compressor, e instalação de novos secadores de ar, no Prédio do Pavilhão Mecânico da Unidade Campus;
- ✓ Construção de pipe-rack, junto ao prédio do Pavilhão Mecânico, para apoio de tubulação de água gelada, que alimenta prédio do HC Criança; de tubos do correio pneumático, parte do ramal da Central Logística;
- ✓ Implantação da Automação do sistema de climatização de três chillers do prédio HC Criança, realizado através de Convênio com a CPFL, que disponibilizou o recurso;
- ✓ Substituição Ramal de Alta Tensão, em 13,8 KV, desde o Posto da Concessionária, até a Subestação I, da Unidade Campus;
- ✓ Substituição de transformador a óleo, de 750 KVA, por outro, a seco. Na subestação II do Prédio Pavilhão Mecânico do Hospital, Unidade Campus;
- ✓ Obra de reforma de instalações elétricas para instalação das Autoclaves localizadas no 5º pavimento da Unidade de Emergência;

Tabela 05 – Investimento com equipamentos /materiais adquiridos em 2021

Unidades	R\$
Tesouro	5.000.000
Outras Fontes – Recurso Federal	436.007
FAEPA – HC/SUS/Investimentos	4.720.468
FAEPA/Convênios Públicos/MS/Conv.905504/2020	66.468
FAEPA – PRONON	122.681
Total	10.345.624

✓

✓

GESTÃO DE PESSOAS

Comunicação e Acolhimento: foi realizado um curso com a finalidade de desenvolver habilidades assertivas e acolhedoras nos atendimentos prestados pelo Centro de Recursos Humanos - CRH, além de aprimorar os recursos de diálogo e de acolhimento utilizados no atendimento do CRH aos funcionários da Instituição.

A capacitação contou com 4 encontros semanais, com 1h30 de duração, e foi coordenada pelos psicólogos do CRH e do Serviço de Psicologia Hospitalar. Foram utilizadas técnicas de dinâmicas de grupo e exposição dialogada dos conceitos e questões abordados na capacitação. A proposta é que o curso se estenda também a outras áreas do Hospital que trabalham com atendimento ao público.

RH Digital: o Hospital informatizou os processos de atendimento aos funcionários. A nova ferramenta representa a substituição dos processos tradicionais evitando a circulação de papel e, consequentemente, a disseminação de micro-organismos, como por exemplo o novo coronavírus. Também possibilitou o envio de um mesmo documento digital a diversos setores simultaneamente, gerando maior agilidade nos processos.

Através do RH Digital o funcionário faz solicitações de Declarações, Certidões, Licenças previstas em lei, tais como Licença Saúde, Gala, Nojo, Paternidade, Doação de Sangue, Fórum, Licença Maternidade, Prorrogação/Antecipação de Licença Maternidade e Licença Acidente de Trabalho, dentre outros.

HUMANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O HCFMRP-USP desenvolve projetos de Humanização Hospitalar e Responsabilidade Social, oferecendo aos clientes novas perspectivas para tratamento médico, com ações que valorizam a humanização no atendimento hospitalar, nas relações de trabalho, promovendo respeito à cidadania e ao meio ambiente e ainda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Porém com a pandemia da COVID-19, as atividades de comemoração em datas festivas foram suspensas e demais grupos de trabalho com atividades que eram desenvolvidas visando amenizar o processo de internação e o tempo de espera no atendimento ambulatorial foram substituídas por ações no contexto da pandemia, com o objetivo de busca de reflexão sobre o aprendizado pelas experiências da pandemia, com novas estratégias de enfrentamento e valorização.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA é uma das quatro autarquias de saúde do Estado de São Paulo. Está localizado no município de Marília, centro oeste paulista. É referência para os 62 municípios das 5 microrregiões do Departamento Regional de Saúde de Marília – DRS IX, totalizando uma população estimada em 1.200.000 vidas. Tem como missão cuidar da saúde das pessoas em média e alta complexidade, integrando o Sistema Único de Saúde, sendo referência em ensino, pesquisa e inovação tecnológica. Está organizado em 5 departamentos de atenção à saúde, a saber: Alta Complexidade; Materno Infantil; Apoio, Diagnóstico e Terapêutica; Hemoterapia e Ambulatorial Especializada e Hospital Dia; 4 departamentos administrativos; além do gabinete da Superintendência. Na Atenção Hospitalar disponibiliza Unidades de Emergência Adulto e Materno Infantil; Centro Cirúrgico; 354 leitos de internação em enfermaria e UTIs Adulto, Pediátrica, Neonatal. A Atenção Ambulatorial oferta consultas em mais de 40 especialidades e subespecialidades médicas e multiprofissionais.

Investimentos

Infraestrutura – No ano de 2021 o HCFAMEMA investiu em obras nas suas diversas estruturas. Foram realizadas: adequação do prédio do Ambulatório Unidade III (R\$ 48.265,95); início das obras para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB nos Departamentos de Atenção à Saúde Ambulatorial Especializada e Hospital Dia; Materno Infantil e Alta Complexidade (R\$

2.674.664,62); obras de demolição parcial e adequação para viabilizar a ampliação da radioterapia (R\$ 110.411,97); reforma e adequação de sala para instalação do novo tomógrafo (R\$ 5.662,00); reforma e realocação do Centro de Apoio ao Colaborador – CAC (R\$ 21.362,56); início das obras para mudança do Núcleo de Endoscopia. Realizada também a contratação do projeto executivo para unificação das unidades hospitalares (R\$ 599.999,90).

Equipamentos

Recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual – LOA foram aplicados na ampliação e modernização do parque tecnológico, com a aquisição de um novo tomógrafo (R\$1.450.000,00), dois fornos de autoclave (R\$397.200,00) e um Raio-X Portátil (em licitação). Recursos destinados por meio de emenda parlamentar foram utilizados na atualização do Sistema de Planejamento da Radioterapia (R\$1.406.392,88).

Identidade Visual

A Instituição passou pelo *redesign* de sua identidade visual, que ganhou um logotipo moderno, com linhas mais fluídas e orgânicas.

Recursos Humanos

Atualmente o HCFAMEMA conta com 2.316 colaboradores, sendo 83 cargos em comissão HCFAMEMA exercendo atividades de direção e assessoramento; 612 profissionais contratados pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília - FUMES e 1.621 pela Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília. No período de 01/01 à 31/10/2021 foram realizados 694 treinamentos e capacitações aos colaboradores que atuam na autarquia.

COVID-19

O ano de 2021 iniciou com índices expressivos de ocupação dos leitos de enfermaria e UTI COVID, mantendo seus níveis mais elevados entre janeiro a junho (acima de 95% de ocupação nos leitos de UTI COVID) e com remissão dos casos a partir do mês de julho.

Houve a ampliação de leitos de UTI COVID, passando de 26 para 44 leitos.

Neste período, o HCFAMEMA manteve as estratégias de enfrentamento à pandemia, articuladas e conduzidas pela Sala de Situação.

Com o objetivo de qualificar a rede de atenção à saúde para manejo da COVID-19, o HCFAMEMA em parceria com o Departamento Regional de Saúde de Marília, realizou diversos encontros presenciais e on-line para capacitação das equipes de saúde nos seguintes temas: “Noções Básicas de Ventilação Mecânica”; “Revisão de Cuidados: Unidades Básicas e Hospitalares”; “Revisão de Cuidados Hospitalares” e “Implantação/implementação da Linha de Cuidado no Pós COVID-19”.

Outro ponto de destaque foi a vacinação dos colaboradores que puderam receber as 3 doses de imunizante para COVID-19 em nossa instituição, conforme programação do Plano de Imunização Coronavírus COVID-19 HCFAMEMA, sendo administradas um total de 6.838 doses.

Neste ano também foram atualizados o Plano de Contingência para Enfrentamento da Pandemia de COVID-19, bem como os Protocolos Clínicos para manejo da referida patologia (Alta Complexidade; Pediatria; Ginecologia e Obstetrícia).

A partir do arrefecimento dos casos em julho e, considerando que, em consequência da suspensão de procedimentos cirúrgicos houve aumento das filas de espera pelas cirurgias eletivas, iniciamos a retomada gradual das cirurgias eletivas em caráter de leito dia nos Departamentos de Atenção à Saúde do HCFAMEMA. Em agosto, com taxas de ocupação média de 30% em enfermaria e 40% UTI COVID, foi possível a retomada gradativa das demais cirurgias eletivas na Instituição, sendo elaborado o Plano de Retomada dos Atendimentos eletivos no HCFAMEMA.

Entre 01/01 e 31/10/21 foram atendidos 2.668 pacientes nas áreas COVID-19, sendo que 1.389 (52%) tiveram o diagnóstico confirmado para a doença.

Programas e Projetos

No ano de 2021 o HCFAMEMA participou como parceiro em vários projetos e programas do Governo do Estado de São Paulo, como o **Programa Mulheres de Peito**, disponibilizando local para a alocação da Carreta da Mamografia, onde foram realizados 502 exames para detecção precoce do câncer de mama, e o **Corujão da Saúde Fases 7 e 8**, onde estão sendo disponibilizados exames de imagem para redução da demanda reprimida.

Foi selecionado para compor o **PROADI-SUS: Saúde em Nossas Mãos**, projeto do Ministério da Saúde que tem como objetivo melhorar a segurança dos pacientes com a implementação de práticas das diretrizes de prevenção de infecções relacionadas à ventilação mecânica, uso de cateteres e de sondas vesicais em UTIs de todo Brasil.

Iniciou a implantação do **Programa de Eficiência Energética**, em parceria com a CPFL Energia, programa esse que busca a promoção do combate ao desperdício de energia elétrica, por meio da

substituição de equipamentos ineficientes e realização de ações educacionais para conscientização do seu uso consciente e seguro. Neste sentido, foram instaladas placas de energia fotovoltaicas na instituição.

Implantado o “**Programa + Saúde**”, espaço para divulgação multimídia de informações sobre as doenças, suas características, sintomas, formas de prevenção e qual o tratamento médico correto. Apresentados em formato de vídeo, texto e podcast (áudio), o conteúdo educativo é elaborado pelos próprios médicos especialistas do hospital, se propondo a oferecer informações confiáveis e científicas para acesso fácil pela população em geral.

Projeto HCFAMEMA Florescer, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Marília, tem como objetivo o desenvolvimento da consciência de preservação ambiental em família, ao presentear cada bebê nascido no Departamento de Atenção à Saúde Materno Infantil do HCFAMEMA com uma muda de árvore.

Projeto Mamãe Girassol que compreende o atendimento multiprofissional para mães ou gestantes com dependência de álcool e drogas no próprio Centro de Atenção Psicossocial. Além do acompanhamento de saúde com orientações biopsicossociais, o projeto prevê a plantação e cultivo de um jardim de girassóis no CAPS AD.

Em 2021 o **Projeto “Cão Terapeuta”** também passou a ser executado na Instituição. Com a finalidade de melhorar o estado emocional dos pacientes, auxiliar no desenvolvimento motor e promover contentamento e satisfação mental dos envolvidos. A “Intervenção Assistida por Animais” teve seu marco inicial na comemoração do Dia das Crianças, sendo inserida nas Unidades de Internação Pediátrica, Quimioterapia Infantil e no Centro de Reabilitação Lucy Montoro.

Com o objetivo de aprimorar seus processos de trabalho e implantar uma cultura de qualidade no HCFAMEMA, foi implantado o **Programa de Auditores Internos**, que selecionou colaboradores voluntários que estão sendo capacitados para desempenhar essa função.

1. Produção (Período: Janeiro a Outubro/2021)

Consultas ambulatoriais: 107.768; **Internações:** 9.518; **Partos:** 1.168; **Doadores de sangue:** 11.721; **Transfusões sanguíneas realizadas:** 4.214; **SADT (internados):** 261.379; **SADT (ambulatoriais):** 486.099; **Captações de Órgãos:** 19; **Cirurgias hospitalares:** 3.316; **Cirurgias ambulatoriais:** 9.973; **Tratamentos Oncológicos:** 4.616; **Atendimentos de urgência e emergência:** 47.948.

2. Captação de Recursos

Intensificadas as ações para captação de recursos, com visitas à Câmara dos Deputados e Senado, para obtenção de verbas destinadas por meio de emendas parlamentares. Ainda neste sentido, foram protocolados diversos projetos no Ministério da Saúde objetivando o recebimento de recursos federais.

Emendas Federais: R\$ 1.050.000,00.

Emenda de Bancada Federal Paulista: R\$ 1.917.672,28.

Emendas Estaduais: R\$ 1.050.000,00.

Total de Indicações de Emendas Parlamentares - LOA 2021: R\$ 4.017.672,28

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP

A **produção global assistencial em 2021** (janeiro a setembro, com projeção até dezembro), foi:

- Número de leitos instalados: 2469;
- Número de leitos operacionais: 1.949 (média mês);
- Internações: 48.095; Taxa de Ocupação Geral: 77,2%; Taxa de Ocupação UTI: 81,7%;
- Atendimento de urgência e emergência: 110.807
- Salas Cirúrgicas: 105; Cirurgias: 28.681; Transplantes: 465
- Consultas ambulatoriais: 1.074.039
- Exames de Imagem: 588.03; Exames laboratoriais: 10.589.007
- Unidades de medicamentos distribuídos: 15.860.000
- Treinamento: Horas de Treinamentos: 339.739 horas; Profissionais Treinados: 34683.

Durante a pandemia o ICHC, INCOR, ICESP E HAS disponibilizaram leitos para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de doença por Coronavírus (COVID19)

A **produção relativa à COVID-19**, em 2021: Internações (confirmados): 4708 Taxa de Letalidade: 21,87% Exames Laboratoriais COVID: 30.623 Teleatendimentos: 10.871

Obras em execução/concluídas:

Obra de construção do Complexo Hospitalar de Cotoxó: irá abrigar o Hospital de Retaguarda do HC com 120 leitos e o Centro Colaborador para tratamento de doenças ligadas ao uso de álcool e drogas, com 80 leitos.

Hospital Auxiliar de Suzano (HAS): Obra para reforma e adequação do prédio principal, 100 leitos e construção do prédio novo de Suzano, com ampliação de 120 leitos;

Instituto Central (IHC): Obra de ampliação da UTI em um novo pavimento com criação de 75 novos leitos e infraestrutura do Instituto Central, como energia solar, central de água quente, gases medicinais, enclausuramento de elevador de emergência e outros.

Ampliação do 3º pavimento para implantação de 15 leitos e execução de Pronto Atendimento no térreo – Centro de Atendimento Médico.

Enfermaria da Gastroenterologia – 9º andar Ala DS

Reforma para implantação da casa de apoio para pacientes do Programa de Nutrição Parenteral Domiciliar e Transplante de Fígado

Reforma da Unidade de Terapia Intensiva do Trauma – 4º andar Ala 4 GS, Unidade de Internação da Geriatria – 6º andar Ala AA e Unidade de Internação da Reumatologia 8º andar – Ala DS

Adequações para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para o Instituto Central, Prédio dos Ambulatórios e Centro de Atendimento Médico.

Adequação completa da área física da Anatomia Patológica – 10º andar – com inclusão de automatização de rotinas e equipamentos.

Retrofit e adequação de quatro salas do Centro Cirúrgico e Recuperação Pós-Anestésica – 9º andar do PAMB – 1ª fase (quatro salas cirúrgicas, RPA e laboratório), com substituição total de infraestrutura, ampliação e redimensionamento das salas cirúrgicas com instalação de estativas.

Ampliação dos leitos de RPA, de 13 para 26.

Centro de Convenções Rebouças – Adequações para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para o Centro de Convenções Rebouças e Central de Distribuição de Medicamentos.

Reforma para adequação de acessibilidade de 32 sanitários.

Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros:

Instituto de Medicina Física e Reabilitação – Vila Mariana; Centro de Convenções Rebouças; Instituto de Psiquiatria; Centro de Medicina Nuclear; Instituto do Câncer

Instituto da Criança/ITACI

Principais equipamentos adquiridos – instrumental cirúrgico ultrassom, monitores, raio- x digital, tomógrafo, entre outros.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

Perfil Institucional: Hospital de referência especializada (terciária e quaternária para sua região) com 530 leitos existentes sendo: 161 leitos cirúrgicos, 164 leitos Clínicos, 54 leitos de UTI (30 Adultos, 17 Neonatal, 7 Pediátricos), 20 leitos complementares (15 UCINCO e 5 UCINCA), 31 leitos obstétricos, 63 leitos Pediátricos, 03 leitos de psiquiatria e 34 Hospital Dia. (Fonte: CNES 11/2021)

Observação: no ano de 2021 o HCFMB contou com a Habilitação de 40 leitos de UTI Adulto COVID 19

Produção: Os serviços prestados aos pacientes, de janeiro a setembro/2021, que necessitam de assistência no Hospital das Clínicas foram: Saídas hospitalares: 17.089; Partos realizados: 1.843; Transplantes: 53; Consultas de Urgência e Emergência: 187.708; Consultas Ambulatoriais: 143.791; Cirurgias em Centro Cirúrgico: 4.869; Cirurgias Ambulatoriais: 1.161; Exames diagnósticos: 2.444.214; atendimentos de outros profissionais de nível superior: 353.894; Diagnóstico e tratamento de hemodinâmica: 1.297; Sessões de Hemodiálises: 28.808; Tratamentos Oncológicos: 11.991; Transfusões de Hemocomponentes: 12.758.

Atividades/Capacitação de Servidores/Funcionários – 2021: No exercício de 2021 até o presente mês, foram capacitados 3.044 servidores/funcionários do HCFMB, totalizando 429:44 de horas aula, estando prevista para o mês de dezembro a realização de 12 capacitações abrangendo 154 servidores/funcionários, totalizando 42:00 de horas aula. No exercício de 2021, até o presente mês, foram realizadas 5 admissões de funções-atividades.

Investimentos em 2021 – Obras: Até novembro foram investidos R\$ 686.147,58 para obras.

Descrição sintética das obras:

Construção do Refeitório e Vestiário

Contempla a construção de vestiário feminino e masculino no térreo e refeitório no 1º pavimento, além de sanitários, cozinha industrial, sala nutricionista, sala da chefia, salas de preparo, área para descarga e manobra, visando o adequado atendimento aos funcionários do HCFMB.

Valor investido no ano até novembro/2021: R\$ 34.510,38

Ampliação do Ambulatório de Especialidades

Contempla salas para secretária e recepção, salas de espera, sanitários, consultórios médicos, postos de enfermagem e medicação, salas de chefia, curativos, reuniões, almoxarifado e arquivo para o perfeito funcionamento dos serviços prestados e suporte para o novo Ambulatório de Especialidades.

Ampliação e reforma da UTI Neonatal: salas para prescrição, quarto de residente, sala para discussão de casos, lavagem de equipamentos, preparo de material, quarto de isolamento, sala para nutrição parental, higienização, vestiários, quarto enfermagem, sala de estar para enfermagem, laboratórios, sala de reuniões, expurgo, guarda de materiais, preparo de pais, secretaria, UCE, conforto das mães, consultórios, copa para mães, UTI, elevadores e pavimento mecânico, para adequado suporte a maternidade do HCFMB.

Valor investido no ano até novembro /2021: R\$ 651.546,04

Equipamentos Adquiridos: Foram adquiridos 2 (dois) aparelhos de raios-x digital no total de 500.000,00 no ano de 2021.

Instrumentos de planejamento quadrienais para subsidiar o controle externo e o controle social:

Instrumentos de planejamento quadrienais - elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2019 da SES/SP, que foi encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde (CES) em março de 2020, em formato físico. O RAG 2019 também foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2021, a qual foi submetida para apreciação do Conselho Estadual de Saúde. Foi realizado ajuste da PAS 2021, criando objetivos, metas e ações no Plano e na Programação referente ao combate a COVID-19, conforme recomendação do Parecer Conclusivo do CES que aprovou o PES 2020-2023. Elaboração dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão, que foram encaminhados ao Conselho Estadual de Saúde (CES), a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) nos meses de fevereiro, maio e setembro/2020. Pactuação do SISPACTO – a Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com o Conselho de Secretários Municipais do Estado de São Paulo/COSEMS/SP definiu as metas e ações estaduais de 2020 para os indicadores do Pactuação Interfederativa, que foram homologadas na Comissão Intergestores Bipartite e apresentadas ao Conselho Estadual de Saúde, que aprovou a pactuação. Construção das diretrizes para a pactuação de metas e ações da Pactuação Interfederativa, referente ao ano de 2021 e, em conjunto com diversas áreas técnicas da SES/SP, foi atualizado o manual com orientações para os Departamentos Regionais de Saúde (DRS) e os municípios construírem as metas municipais e regionais.

Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SP) - Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo (CIB/SP) é uma instância colegiada de pactuação e decisão no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS estadual. A comissão é paritária composta pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS/SP), do Estado de São Paulo. As regras que compõem a praxis da comissão estão expressas no Regimento Interno aprovado na 228ª reunião ordinária da CIB, em 14/11/2013, conforme Deliberação CIB nº 60, de 19/11/2013, publicada em 22/11/2013.

Ouvidoria da Saúde - SES – janeiro a novembro de 2021: Total de manifestações: 315.488; Finalizadas = 97,9%; Classificações: Informação 66%; Elogio: 16,3%; Reclamação: 9,4%; Solicitação: 7,5%; Sugestão: 0,6%; Denúncia: 0,3%.

Judicialização no SUS/SP - A quantidade de ações judiciais em saúde vem diminuindo ano a ano, e em 2021 até novembro de 2021 foram recebidas 8.872 novas ações judiciais, ante às 10.887 ações judiciais recebidas em 2020.

A pandemia COVID-19 intensificou os pedidos judiciais para internações hospitalares/UTI, embora a judicialização por serviços (cirurgias e tratamentos “não COVID”) crescente no último quinquênio, no período pandêmico, houve declínio. Em razão de estratégia conjunta e pactuação informal com Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo, os deferimentos judiciais para imediata intenção em UTI apartados da regular inscrição na fila/sistema CROSS, foram mínimos, e ocasionou maior fluidez na gestão da fila e vagas. Esta tratativa foi um exemplo de boa

prática e de sucesso na corte superior, em que pese o trabalho operacional do GCODES e CROSS para este resultado.

Para as aproximadamente 46.000 demandas judiciais em atendimento, o gasto realizado foi de 667 milhões de reais (até novembro de 2021), em comparação aos valores apurados até outubro de 2020, que na ocasião eram R\$ 471.487.048,33

Embora quantitativamente inferior, as demandas judiciais têm alterado seu objeto ultimamente, sendo pedido em juízo, muitos medicamentos novos/inovadores para oncologia e novas tecnologias gênicas à um custo altíssimo, à exemplo de drogas órfãs para doenças raras que chegam ao custo de mais de 12 milhões de reais por paciente (casos de atrofia muscular espinhal), ou ainda medicamentos biológicos, ao preço de aproximadamente 30 mil a ampola, somando cifras milionárias ao ano/por paciente.

Neste sentido, foi inovada a estratégia técnica-processual junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), e em colaboração com a Coordenação das Doenças Raras do Estado de SP, atualmente foram revertidos 6 dos 7 pedidos do medicamento “mais caro do mundo”, aproximadamente 12 milhões de reais/paciente (processos judiciais em andamento), sendo que uma causa foi levada e debatida diretamente no STF (Supremo Tribunal Federal).

Para incremento da defesa processual, a PGE destacou equipes de procuradores temáticas em saúde, para melhor entenderem os fundamentos técnicos e elaborar suas teses jurídicas. Houve treinamento intensivo e temático (oncologia, serviços e regulação, saúde mental e etc.) do GCODES para PGE.

Para complementar esta estratégia de defesa processual inovadora, foi proposto pelo GCODES, a terceirização da relatoria técnica por clínicas de especialidades, em razão da limitação operacional/RH do G-CODES e dos Departamentos Regionais de Saúde (DRS), da SES-SP. Esta proposta, já aprovada pelo GS, está em trâmite na D. Consultoria Jurídica, para apreciação. Com isto, espera-se um outro patamar de defesa técnica processual centrada no caso clínico concreto, o que é mais assertiva nas demandas judiciais em saúde, para se afastar o tão utilizado argumento judicial fundamentado no Art. 196 da Const. Federal, “Direito do cidadão e dever do Estado”.

Em 2021, houve nova apresentação de proposta para centralização dos cadastros no sistema informatizado que trata as ações judiciais - SCODES, que foi levada aos assessores do Gabinete do Secretário, que certamente otimizará o controle e favorecerá o planejamento de compras para cumprimento das ações judiciais.

Esta proposta desonerará minimamente, em cerca de 20% de todos os operadores (RH) do interior, que atualmente estão em dedicação exclusiva para o trato da judicialização, além de promover o adequado controle do devido cumprimento das ordens judiciais. A centralização do cadastro das demandas judiciais também desonerará os servidores do G-CODES em suas atividades operacionais, já que cerca de 35% do atendimento concentra-se na capital. Vale ressaltar que a deficiência no registro SCODES já resultou em vários gravames em relação ao devido cumprimento das ordens judiciais.

Em julho de 2020, iniciou o incremento de Inteligência Artificial e Business Inteligente no SCODES, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$ 1.307.800,24 para criação de painéis gerenciais (dashboards) e tratamento do banco de dados que atualmente alcança um terabyte, e monitoramento de eventuais indícios de fraudes, com expectativa de integração de outras várias bases de dados. Os trabalhos estão em andamento.

Com a conclusão do Projeto de Inteligência Artificial e Dash Boards gerenciais e de controle, espera-se a médio prazo, que a equipe do G-CODES se desfaça da operacionalização das demandas judiciais da capital e Grande São Paulo e assume funções de padronização, controle, assessoramento de todas as demandas judiciais no Estado.

Mesmo sem estas preciosas ferramentas ainda em construção, a equipe GCODES se empenha em sanear o sistema SCODES com as devidas inativações por falta de retirada de medicamentos e produtos, retirada pós óbito, duplicidade de retiradas (programas oficiais e via judicialização), além de provocar a reinserção no SUS (mesmo para cumprimento judicial, quando há política de saúde já disponibilizada), e realizar desconto financeiro do repasse mensal dos hospitais de ensino (quando prescrevem produtos e serviços não contemplados no SUS), que totalizaram até a novembro de 2021, a soma de R\$ 58.817.178,07, que em 2020, foi de R\$ 53.610.634,36.

Também foi realizado manualmente o levantamento do montante financeiro contabilizado, que foi requerido administrativamente à União à título de ressarcimento do Ministério da Saúde (MS), em decorrência da judicialização de produtos de responsabilidade e competência da União/M.S. (Componente Especializado de Assistência Farmacêutica - Grupo 1 A), que totalizou R\$ 29.730.458,15, até o mês de outubro. Em 2020, a solicitação de ressarcimento ao M.S. foi R\$ 10.439.176,15 até agosto 2020.

Nenhum destes valores foram ressarcidos administrativamente.

O monitoramento das cobranças judiciais foi intensificado em razão do aumento do descumprimento das ordens judiciais no Estado, que se revelou em aumento de penalidades e tipos de penalidades por descumprimento, alcançando inclusive alguns servidores, nominalmente, por eventuais inquéritos sobre crime de desobediência/responsabilização. Em 2020 os valores das penalidades somavam R\$ 64.127.593,23 (novembro de 2020), e atualmente somam-se R\$ 74.254.963,93 (até novembro de 2021)

Com a implantação: Da centralização das compras para cumprimento judicial (Coordenadoria de Assistência Farmacêutica); Da especialização da PGE em bancas temáticas; Da relatoria técnica que subsidia a defesa processual por especialidades; Da centralização do cadastro no SCODES; Do desenvolvimento de Inteligência Artificial e Dash Boards gerenciais e de controle no SCODES.

Como resultante, o trato da judicialização será centralizado, com todo o cenário do Estado detalhado, disponível e em tempo real, possibilitando imediato diagnóstico, com maior precisão para implemento de estratégias mais assertivas e eficazes, inclusive no monitoramento de tendências/zonas de calor e de eventuais indícios de fraudes na judicialização da saúde, como já ocorreu.

Sistema Estadual de Auditoria– Considerando as medidas da emergência em saúde pública decorrente do COVID 19, as reuniões e seminários programados ficaram suspensos até novas legislações das autoridades competentes. Foram realizadas (04) quatro reuniões para orientações aos gestores/profissionais, de janeiro a agosto de 2020 (período de janeiro a agosto) via web (Plataforma MEETING); Orientações para serviços de saúde e gestores para registro, autorização e auditoria das AIH referentes às assistências prestadas a pacientes com patologias respiratórias, em particular, a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2); A média mensal de AIH auditadas do banco do SIHD- no 1º quadrimestre é de 105.177 AIH, com 11.879 AIH bloqueadas por duplicidade, 5052 AIH bloqueadas por solicitação de liberação de críticas e 1195 bloqueadas por agravo. No 2º quadrimestre a média é de 83.206 AIH, com 8.900 bloqueadas por duplicidade, 4501 bloqueadas por solicitação de liberação e 4.226 bloqueadas por agravo. Verifica-se diminuição na quantidade de AIH no segundo quadrimestre devido a pandemia de COVID 19. Foram auditados até o segundo quadrimestre de 2020 - 210 Serviços SUS e realizados monitoramentos em Instituições vinculadas ao SUS/SP e 25 Auditorias de Gestão em Municípios do Estado. Auditorias contemplando demandas internas e externas (Ministério Público Estadual e Federal, DENASUS, etc).

Sistema de Regulação: entre outros se destacam: GREC - casos regulados em 2020 (até setembro) foi de 22.304, com média mensal de 2.478 casos. Desse total, foram recebidas 794 solicitações para cirurgia cardíaca infantil decorrente de cardiopatia congênita, com média mensal de 88 regulações. O processo de regulação desses casos passa por aprimoramento constante, com o propósito de melhoria na qualidade e redução do tempo médio de regulação, de 17,6 dias em 2016, para 6,5 dias em 2020; Regulação de reabilitação - Em 2020, a Rede Lucy Montoro – Fisiatria, de 09 das 17 unidades que a compõem, dos 1.998 casos regulados 1.512 foram agendados. Regulação Médica Ambulatorial de Oncologia – Em 2020, no período de janeiro a setembro, foram regulados 59.088 casos, dos quais 49.941 foram agendados. Regulação Médica em Saúde Mental- 27.323 regulações foram realizadas, com média mensal de 3.036 regulações, com exceção da RRAS 6 - município de São Paulo. Regulação Microrregional- No período de janeiro a setembro, foram reguladas 148.797 solicitações da microrregião. PORTAL CROSS - Em 2020, 284 (duzentos e oitenta e quatro) novas unidades utilizaram o portal no período e, 1.082 treinamentos foram realizados via web, para capacitar e dar suporte às unidades, no período da pandemia COVID-19 e por meio de web conferência e desenvolvidos aplicativos e disponibilizados em plataforma de Educação à Distância (EAD), assim nesta modalidade foram capacitados 6.866 profissionais mantendo a efetividade do processo. Devido à pandemia COVID-19 foram cadastrados e revertidos cerca de 7.500 leitos no Módulo de Leitos. Monitoramento Hospitalar – Em 2020 foram analisados 92.662 casos relacionados à pandemia COVID-19

Em 2020, a CROSS regulou 50.763 solicitações de casos da COVID-19 de março a dezembro, com média mensal de 5.076 e pico no mês de julho, com 7.636 regulações, já em 2021, o número de casos regulados de janeiro a setembro chegou ao total de 103.087, com média mensal de 11.454 e pico no mês de março, com 20.994 regulações. A CROSS regulou, no período de janeiro a setembro de 2021, o total de 103.087 solicitações de casos da COVID-19, com média mensal de 11.454 e pico no mês de março, com 20.994 regulações, o que representou 45% do total de casos nesse mês.

Política Estadual de Humanização – PEH

Durante o ano de 2021, as principais estratégias e ações desenvolvidas e apoiadas pelo Núcleo Técnico de Humanização foram:

Participação com representante na *Comissão de Coordenação e Organização das Operações Emergenciais – CCOOE do Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo - DRS I*. (Comissão que tem como finalidade coordenar e organizar as ações municipais e regionais de enfrentamento da pandemia Covid-19, e os impactos nos sistemas loco-regionais de saúde da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Participação em todas as regiões de saúde do estado na organização da **Linha de Cuidado pós – COVID**).

Continuidade do “Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no estado de São Paulo”. Participando nas estratégias para o fortalecimento da Rede de Atenção à Morte Materna, Infantil e Fetal em todas as Regiões de Saúde do Estado.

Participação com representantes, no *Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha do Estado de São Paulo*, no *Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal* e no *Grupo de Enfrentamento à Morte Materna, Infantil e Fetal do Estado de São Paulo*, estes responsáveis por definir planos de ação para efetivação e qualificação da Rede de Atenção Materna, Infantil e Fetal no Estado.

Participação no *Projeto para o Fortalecimento das Regiões de Saúde rumo à redução da Sífilis Congênita no Estado de São Paulo 2021*, organizado pelo *CRT/IST/Aids* e apoio da *Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS*.

Projeto que teve como objetivo: - Consolidar uma resposta integrada em rede, nas regiões de saúde do estado de São Paulo, para a redução da Sífilis adquirida e na gestação.

Apoiar a gestão dos municípios com população acima de 100 mil habitantes, para a obtenção da Certificação a Caminho da Eliminação da sífilis congênita.

Contribuir para a implementação de monitoramento de parâmetros clínicos epidemiológicos relacionados à atenção à sífilis na gestação e congênita.

O **Núcleo Técnico de Humanização (NTH)** participou do Projeto de fortalecimento desta Linha de Cuidado, por meio do trabalho dos técnicos do NTH e Articuladores de humanização junto às equipes das maternidades envolvidas no Projeto. Assim como disponibilizou o **Sistema de Registro de Atividades (SRAA)**, desenvolvido em parceria com a PRODESP, para registro de todos os dados obtidos pelos técnicos (estaduais e municipais) envolvidos no Projeto.

Participação na Coordenação do **Programa Acolhe Saúde – Bolsa do Povo – 2021/2022**.

(Programa que tem como objetivo ampliar e fortalecer a prática de atendimento humanizado aos cidadãos usuários dos Serviços de Saúde do Estado de São Paulo, pertencentes ao Sistema Único de Saúde – SUS/SP, promovendo uma nova cultura de atendimento e apoiando a melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados nas áreas de apoio à assistência).

Continuidade do apoio para o monitoramento dos indicadores de humanização nos hospitais integrantes do **Programa Santas Casas SUSTentáveis** - A09 (Alta Hospitalar Responsável), A11 (Política Estadual de Humanização e A08 (Acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco), no acompanhamento realizado pelos articuladores de humanização.

Apoio na organização dos Indicadores de Qualidade/Processos – Política Estadual de Humanização e PSAT - que irão compor o grupo de indicadores do **Programa Mais Santas Casas**, novo programa de auxílio financeiro às instituições hospitalares filantrópicas com início em 2021.

Continuidade no apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região.

Apoio e Formação para implementação e acompanhamento da PEH por meio da realização de /oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado/.

Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES (PSAT), com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados - participaram 131 unidades, distribuídas em 70 hospitais e 62 ambulatorios;

Acompanhamento aos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES.

Apoio para o monitoramento dos indicadores de humanização nos ambulatorios e hospitais geridos pela CSS e CGCSS, incluídos na gestão dos contratos, referente à elaboração e acompanhamento dos Planos Institucionais de Humanização e as atividades desenvolvidas do grupo designado na unidade para a sua execução.

Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde.

Ações Estratégicas e Programas Prioritários

Saúde da Criança – Reuniões com os gestores da rede materna e infantil para garantia da referência e contrarreferência de recém-nascidos e lactentes confirmados, e retomada das visitas técnicas nas maternidades e municípios.

Saúde da Mulher Ainda na vigência da COVID-19, a área técnica da Saúde da Mulher além do acompanhamento juntamente com o Grupo Técnico de Enfrentamento da Mortalidade materna Infantil e Fetal e acompanhamento da vacinação contra COVID-19 em gestantes e puérperas, e apoio na distribuição de Testes Rápidos para COVID-19 nas maternidades do Estado realizou: 87 Fóruns e 14.356 atividades no Programa de Inserção de DIU (incremento de 30% na adesão de maternidades em relação a 2021).

Atenção Básica: Organização das ações para enfrentamento da COVID-19 na Atenção Básica:
Web conferências: Manejo Clínico de casos leves e moderados de Covid 19 nas Unidades Básicas de Saúde em parceria com o HC
Produção de documentos técnicos relacionados à COVID-19 para a AB e COVID-19: DIRETRIZES PARA AÇÕES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE Maio / 2021
Nota Técnica CIB referente à CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E MANEJO INICIAL EM ADULTOS – COVID-19, em parceria com o Hospital das Clínicas SP.
Cálculo para distribuição de insumos para utilização nas salas de vacina, por DRS e por município.

Articuladores de Atenção Básica: Apoio técnico aos municípios para a reorganização das ações nas Unidades Básicas de Saúde comprometidas durante o período mais crítico da pandemia, com ênfase nas questões relacionadas ao território; orientação aos municípios em relação às regras atuais de financiamento da Atenção Básica estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Qualis Mais - Em 2021 foram contemplados 424 municípios, com transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 40.818.669,38.

PAB Estadual: Os recursos financeiros para custeio das ações de Atenção Básica aos 645 municípios paulistas. Em 2020, o valor foi de R\$ R\$ 185.157.332,00, correspondendo a R\$ 4,00 per capita.

Saúde do Idoso Selo “Município amigo do idoso” – Em nov./2021 é: 270 municípios com Selo Inicial; 20 municípios com o Selo Intermediário e 5 municípios com o Selo Pleno. Selo “Hospital Amigo do Idoso”: 64 hospitais envolvidos (25 – Adesão; 18 – Inicial; 12 Intermediário; 9 – Pleno).

Saúde Bucal – - As ações propostas e realizadas durante a Pandemia do COVID 19.

PROGRAMA SORRIA SP: Os municípios do Programa Sorria SP permaneceram nos atendimentos de urgência em saúde bucal. O monitoramento revelou que 283 dos 411 municípios realizaram as atividades preconizadas pelo Programa, nas conformidades com as Diretrizes da Política Estadual de Saúde Bucal (Resolução SS 12 de jan./2020). Com relação ao repasse segundo o parágrafo único do artigo 1º da Resolução SS 155 de 19/10/21, de autorização da transferência financeira, o recurso foi liberado para 346 municípios considerados aptos, representando a quantia de R\$12. 456.000,00.

Programa estadual do câncer de boca - Dados parciais extraídos do sistema estadual de monitoramento das lesões de boca demonstrou que 182 municípios realizaram as ações de busca ativa para diagnóstico precoce e prevenção do câncer de boca. Até o momento constam 440 de novas lesões suspeitas em monitoramento no sistema. Concluído o estudo para a proposta de atualização do sistema estadual de monitoramento das lesões de câncer e disponibilizado material específico para estruturação das ações do câncer de Boca nos municípios com o preenchimento do diagnóstico situacional.

Ações de Apoio Técnico Estadual, aos novos Coordenadores municipais de Saúde bucal: realizadas uma reunião zoom e oito cenários que totalizaram até o momento 6.614 visualizações, atualmente disponibilizadas na página do Núcleo de evidências-FOUSP, bem como, apoio aos Programas do Ministério da Saúde, principalmente para auxílio ao cadastro das equipes de Saúde bucal para a garantia do repasse financeiro e o Projeto SB Brasil e na implantação de Centro de especialidades odontológicas, Laboratório Regional de Prótese e Fornecimento de equipamentos.

Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) – O Estado de São Paulo realiza a Fase IV do Programa Nacional de TNN desde 2013 e possui 3 Serviços de Referência em Triagem Neonatal - laboratório do teste do pezinho – SRTN (Instituto Jô Clemente (ex - APAE SP), CIPOI – UNICAMP e FAEPA - Ribeirão Preto) e disponibiliza 1.758 postos de coleta para a realização da triagem biológica (Teste do Pezinho), para o diagnóstico das seguintes doenças: Hipotireoidismo Congênito, Fenilcetonúria, Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência de Biotinidase e Fibrose Cística. Atualmente, possui uma Rede de Serviços Especializados de Referência para: acompanhamento, seguimento e tratamento dos recém-nascidos diagnosticados na Triagem Neonatal, em todo o Estado de São Paulo;

Os SRTN no Estado de São Paulo no ano base de 2020 alcançaram a cobertura de 98,8% dos nascidos vivos no estado de São Paulo. O primeiro exame do Teste do Pezinho colhido na maternidade é coletado em 90% dos nascidos vivos. Mesmo, durante a pandemia, conseguimos manter a excelência dessa Política Pública no Estado de São Paulo. Aguardamos os relatórios do ano – base 2021, para realizarmos os indicadores gerais de qualidade desse programa. Nas avaliações periódicas por quadrimestre, temos mantidos muitos bons resultados;

O Programa da Triagem Ocular do Estado de São Paulo tem como finalidade a realização de exame gratuito do Teste do Reflexo Vermelho (TRV) nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado e a implantação da Rede Assistencial de Triagem Neonatal Ocular. Em 2021, concluímos as adequações do projeto junto a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), com as correções no fluxo e disponibilização de vagas dos casos reportados pelas Maternidades, Serviços de Referência para Reteste (SRR), Serviços Oftalmológicos Pediátricos Especializados (SOPE) e Departamentos Regionais de Saúde (DRS), de acordo com o Programa estadual de Triagem Ocular do de São Paulo;

Rede de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme: ações de 2021, continuamos monitoramento o protocolo de farmacovigilância ativa da hidroxiuréia para detecção e avaliação de falha terapêutica ou de eventos adversos; monitoramos a demanda e o consumo de medicamentos em conjunto com a Assistência Farmacêutica – SES, principalmente a profilaxia medicamentosa, contra infecção em pacientes com Doença falciforme; promovemos o monitoramento anual dos indicadores de qualidade da assistência às pessoas com Doença Falciforme, entre outras ações.

Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara do Estado de São Paulo – Serviços foram habilitados na Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara: Ambulatório de Especialidades da Fundação ABC – FUABC (2016), o Hospital das Clínicas da UNICAMP (dezembro 2019), Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (dezembro de 2019) e Hospital de Base de São José do Rio Preto (dezembro 2020). O Hospital das Clínicas da UNESP de Botucatu está, com seu processo de habilitação em andamento, junto ao Ministério da Saúde; Continuamos o monitoramento do projeto de implantação do Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal Tipo I, de modo alinhado, com as diretrizes do MS aprovadas no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Atrofia Muscular Espinhal 5q Tipo I;

Continuamos o monitoramento da assistência às pessoas com AME Tipo I, no estado de São Paulo. A rede de centros especializados, em AME (Centros Especializados de Referências de AME - CERAME), mesmo, no período de pandemia SARSCOV19, temos garantido o tratamento com a infusão intratecal do medicamento nusinersena (PCDT AME TIPO 1) e a SES/SP tem garantido a dispensação e distribuição do medicamento, mesmo em pacientes internados, fora dos CERAME.

Saúde Mental – Responsável pela condução da Política de Saúde Mental no ESP, que tem o objetivo de ampliação do acesso da população aos serviços de Saúde Mental de modo humanizado e individualizado, amparados por políticas inclusivas com respeito à liberdade, autonomia e melhora na qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, agravados pelo contexto de sofrimento psíquico causado pela Pandemia da Covid-19.

Principais ações desenvolvidas:

Fortalecimento da Rede Psicossocial – apoio à ampliação de 33 CAPS no ESP; Planos Regionais das RAPS - atualização nos 17 DRS participação de 1097 profissionais; Qualificação em Saúde Mental unidade hospitalares- 35 Oficinas com 329 participantes, “Mostra de Experiências” – 38 hospitais e 132 participantes; “Encontros para o Cuidado” – parceria Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. 05 lives com 910 participantes, Oficinas de Meditação - 240 participantes; Curso de comunicação por Libras com a participação de 6 funcionários da ouvidoria e CCD; Transtorno do Espectro Autista - Programa Autoestima curso inicial participação de 1068 alunos; Programa Auto estima: parcerias Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico a Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP ; Secretaria de Governo – Fundo Social; Instituto de Psicologia da USP – IP/USP, Sebrae/SP, Conselho de Secretários

Municipais de Saúde – COSEMS; Acolhimentos online: 4.508 cadastros, 1943 agendamentos com um total de 1100 atendimentos concluídos; Desinstitucionalização 2021: 5421 moradores, 60,17% alta para a família ou foram acolhidos em RT, 9 para Residência Inclusiva e aguardando 918 pessoas(16%) do total de moradores; Supervisão técnica online - para as equipes dos territórios, 104 participantes; Condução do Grupo Condutor Estadual SM, Participação nos Conselhos e GT: Conselho Estadual da Juventude. Conselho Estadual de Política sobre Drogas, Conselho da Fundação Casa, GT Violência, População Indígena, Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde e GT de Saúde Mental – PGE/ Codes; Desenvolvimento da Linha de Cuidado para Depressão – IPADS.

Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência (RCPD) – Continuidade no processo de organização e implantação da RCPD no âmbito do SUS/SP: das 17 RRAS, 17 já elaboraram seus Planos de Ação, aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e encaminhados ao Ministério da Saúde.

Atualmente temos habilitados pelo MS, 51 CER - Centro Especializado. Aguardamos a habilitação pelo Ministério da Saúde de mais 48 serviços de reabilitação em funcionamento no Estado, escalonados em ordem de prioridade.

Participação na V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em novembro de 2021 - Realizada ação conjunta com a SEDS, SEE e SEDPcD com o objetivo de compartilhar informações sobre recursos e organização de serviços, além de estabelecer canais de comunicação possibilitando a criação de uma rede de apoio e proteção as crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar e em situação de vulnerabilidade social.

Expansão da Rede de Reabilitação Lucy Montoro com a inauguração do Centro de Reabilitação Lucy Montoro Físico e Visual de Diadema e a criação do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Taubaté que atenderá as deficiências física e auditiva.

Participação no ciclo de avaliação das unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro com contrato de gestão 2º e 3º trimestres.

Dado continuidade ao processo de regulação das unidades de Reabilitação Lucy Montoro. No momento 17 unidades da Rede estão com a suas agendas reguladas sob gerência da CROSS.

Organização da Linha de cuidados Regional de Atenção Integral a Saúde Pós - Infecção Covid - 19, com a finalidade de organizar a atenção ao usuário com comprometimentos multissistêmicas, aprimorando o processo de alta responsável e estruturando os fluxos e protocolos de cuidados. Esse processo gerou um trabalho que relata essa experiência exitosa no Vale do Ribeira com publicação impressa e distribuição em todos os DRS.

Saúde população negra - Elaboração do Projeto para realização do Curso “A Saúde da População Negra” com objetivo de cumprir a meta 6.1 do objetivo 6 do Plano Estadual de Saúde (PES 2020-2023) que propõe fortalecer a atenção das populações vulneráveis tendo como a meta 6.1, ampliar o número de cursos de capacitação para trabalhadores da saúde na temática Saúde da População Negra. O Curso foi encaminhado ao GT Bipartite de Educação Permanente para análise dentro dos critérios de projetos hora aula e utilização de recursos transversais da Educação Permanente.

Continuação do Projeto Piloto: Linha de Cuidado a Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme no território de abrangência do DRS 11 – Presidente Prudente em parceria com a Universidade do Oeste Paulista. Está na fase de matriciamento das Unidades de Saúde. Participação na Semana da Diversidade da Secretaria Estadual da Saúde em novembro de 2021

Saúde da população indígena, destaques: Revisão dos fluxos de referência e contra referência na média e alta complexidade para atendimento da população indígena; Participação na Rede Intersetorial de Saúde Mental para a Terra Indígena Jaraguá; Acompanhamento junto a CCD da vacinação COVID-19 para população indígena aldeada; Testagem para COVID19 na população indígena Aldeada: parcerias da Secretaria de Estado da Saúde (Instituto Butantã e Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência/CPS), SESAI e FUNAI; Nota com recomendações referentes ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e as populações vulneráveis (Indígenas e população Quilombola) no âmbito do Estado de São Paulo.

Saúde da Pessoa Privada de Liberdade: Continuidade das ações para suprir as demandas por Atenção Primária no interior das unidades prisionais paulistas, por meio da Deliberação CIB 62/2012. Durante o ano de 2021, 02 novos municípios fizeram adesão a CIB 62 (Guariba e Dracena) e 01 município que já havia realizado adesão (Iperó), ajustou equipe para atendimento de atenção primária em unidades prisionais presentes em seu território. Com o acréscimo desses municípios, o número de adesões à CIB 62/2012 passou de 43 em 2020, para 45 municípios em 2021. Os custos para

manutenção das equipes de atenção primária no interior das unidades prisionais através da CIB 62/2012 em 2021 somaram R\$ 26.136.000,00/ano.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Privada de Liberdade – PNAISP (Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014), o Estado de São Paulo mantinha 07 equipes habilitadas pela PNAISP sob gestão estadual. Nenhum município aderiu à proposta em 2021, de forma que não há equipes sob gestão municipal habilitadas no Estado. Em 2019 o GT Bipartite de Saúde da População Privada de Liberdade apresentou proposta para a revisão da PNAISP com equipe básica de saúde constituída nos moldes da deliberação CIB 62, a saber: 1 médico (20h/semana), 1 dentista (20h/semana), 1 enfermeiro (30h/semana) 1 técnico de consultório dentário (30h/semana), 2 auxiliares de enfermagem (30h/semana), sendo proposta uma equipe para cada 1.200 presos. Em 2020 as discussões em torno da revisão da PNAISP continuaram e em 2021 uma nova proposta, que vinha sendo discutida no CONASS foi encaminhada ao Ministério da Saúde propondo ajuste da tipologia das equipes do modelo atual para um novo modelo mais próximo à Estratégia de Saúde da Família, composto de 5 ou 6 profissionais e cobertura até 2.700 PPL.

Em janeiro de 2021, o MS liberou o credenciamento das equipes nesse novo modelo e nosso setor realizou junto à SAIPS (Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde) o cadastramento de 135 equipes de saúde, que atuam nas unidades prisionais gerenciadas pela Secretaria Administração Penitenciária. Das equipes cadastradas 110 foram credenciadas, aguardando habilitação para recebimento de recursos financeiros, na ordem de R\$ 2.452.133,30/mês.

Em relação à implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei (Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014), houve uma nova adesão do município de Limeira em 2021 e fechamento de 02 unidades da Fundação Casa credenciadas (Fernandópolis e Rio Claro). Os municípios com equipes habilitadas são Mogi-Mirim, Irapuru, Iaras, Campinas e recentemente Limeira.

Em relação às ações voltadas ao combate da disseminação do Covid -19, nas unidades prisionais e socioeducativas do Estado de São Paulo, houve a intensificação dessas ações de monitoramento dos Surtos na população Privada de Liberdade, previstas no Plano de Contingência para essas populações (SAP e Fundação Casa). A ação de vacinação com imunização completa foi realizada em torno de 95% dos detentos adultos e 100% dos funcionários da SAP, contando sempre com o apoio irrestrito do CVE. A meta de imunização de 100% dos detentos adultos fica inviabilizada considerando a flutuação mensal em torno de 10.000 novas entradas e entre 7000 a 8000 saídas das unidades prisionais. Em relação à Fundação Casa as ações de vacinação contemplaram 100% dos internos e 100% dos funcionários, com o apoio dos municípios no qual estão localizadas as unidades de atendimento.

Coordenação do Sistema Estadual de Transplantes – Até outubro de 2021 foram realizados um total de 6.330 transplantes: 1.427 transplantes de rins, 522 transplantes de fígado, 105 transplantes de coração, 35 transplantes de pâncreas, 58 Rim/pâncreas, 46 transplantes de pulmão e 4.137 transplantes de córnea.

Ações de Assistência Farmacêutica

A SES é responsável pela implementação das políticas farmacêuticas em âmbito estadual, visando à estruturação da Assistência Farmacêutica, garantia do acesso da população aos medicamentos essenciais, de forma pactuada com as demais esferas de governo e promoção do Uso Racional de Medicamentos. Assim, seguem as principais ações de assistência farmacêutica realizadas em 2021:

Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF):

- Pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos à gestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde de Janeiro a dezembro/2021 – Deliberação CIB nº 25, de 23-02-2021, Deliberação CIB nº 72, de 26-08-2020 e Deliberação CIB nº 82, de 28-09-2020: Para 28 municípios acima de 270.000 habitantes e 48 municípios abaixo de 270.000 habitantes não aderentes ao “Programa Dose Certas” (PDC): R\$ 72.932.012,20 para aquisição de medicamentos e R\$ 15.451.697,50 para aquisição de insumos para pacientes insulino dependentes. Para 569 municípios aderentes ao PDC: R\$ 89.545.330,87 para aquisição de medicamentos e R\$ 7.534.337,00 para aquisição de insumos para paciente insulino dependentes.
- Distribuição de medicamentos pelo PDC de janeiro a novembro de 2021: mais de 13 bilhões de unidades farmacêuticas de 61 medicamentos (equivalente a mais de R\$ 9,2 milhões/mês em recursos federais e estaduais); dispensação de 61 medicamentos nas oito unidades Farmácia Dose Certa da SES/SP: atendimento médio mensal de 10.264 prescrições e 1.191.874 de unidades farmacêuticas dispensadas.

- Distribuição de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde (MS) de janeiro a novembro de 2021: mais de 63 milhões de unidades de insulinas humanas NPH e regular e insumos para aplicação (equivalente a mais de R\$ 100 milhões); mais de 4,7 milhões de unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher (equivalente a mais de R\$ 25 milhões).
- Aquisição de medicamentos para atendimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, mediante transferência de recursos do MS: aquisição de 57.806.431 unidades farmacêuticas, de 112 medicamentos, para atendimento de 6 unidades prisionais, com a execução de R\$ 5.146.687,12 milhões.

Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) – Distribuição de 85 medicamentos para brucelose, cólera, coqueluche, doença de Chagas, doença falciforme, esquistossomose, febre maculosa, hanseníase, hepatites virais, influenza, leishmaniose, lúpus eritematoso sistêmico, malária, meningite, prevenção do vírus sincicial respiratório, toxoplasmose, tracoma e tuberculose. Os medicamentos do CESAF, adquiridos pelo MS e pela SES/SP, atendem a todos os municípios do Estado de São Paulo com um total de 12.328.420 unidades farmacêuticas, o equivalente a R\$ 27.763.451,92 /ano.

Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais – Atendimento médio de 936.601 mil pacientes/mês nas 43 Farmácias de Medicamentos Especializados (FME), com a dispensação média de 42 milhões de unidades farmacêuticas/mês, equivalente a R\$ 1.891.361.628,81 de janeiro a novembro de 2021, referentes a 178 medicamentos fornecidos pelo MS e 122 medicamentos adquiridos pelo Estado, para atendimento de 99 doenças crônicas (Protocolos Clínicos Nacionais e Estaduais), refletindo em uma apresentação média mensal de 1,08 milhão de APAC por competência (11/2020 a 10/2021).

Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo MS – Distribuição média mensal de 145 mil unidades farmacêuticas (equivalente à média de R\$16 milhões/mês), de 9 medicamentos adquiridos pelo MS, para atendimento médio de 8.576 pacientes por trimestre em hospitais da Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade.

Manutenção dos programas de entrega de medicamentos na residência dos pacientes – Atualmente, 03 unidades de FME possuem o programa de entrega de medicamentos na residência do paciente, a saber: Central de Dispensação de Medicamentos do Programa Medicamento em Casa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (CDM-PMC-HCFMSUP), Programa MedCasa da FME Maria Zélia (MZ) e a FME Geraldo Bourroul (GB). O número médio mensal de pacientes contemplados pelas três unidades foi de 116.793 durante o ano de 2021 (janeiro a outubro/21), refletindo em um número de 958.407 entregas na residência dos pacientes durante o mesmo período.

Fornecimento de medicamentos de ações judiciais e solicitações administrativas:

- Média mensal de 45,9 mil atendimentos nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares.
- A partir de parcerias previamente estabelecidas com serviços de referência em dermatologia, endocrinologia, reumatologia e oftalmologia foi possível economizar um valor superior a R\$ 16 milhões de reais de janeiro a novembro de 2021. Esse valor foi economizado através de: indeferimento de medicamentos sem indicação para pacientes da dermatologia (R\$ 744.047,04); indeferimento de bombas de insulina para pacientes da endocrinologia sem a devida indicação (R\$ 1.205.644,50 – o equivalente ao primeiro ano de tratamento com a bomba 640G); compartilhamento de doses infundidas em serviços de referência de reumatologia (R\$ 93.843,20); compartilhamento de doses infundidas em 19 serviços de referência de oftalmologia (R\$ 14.792.400,00 em 13.125 aplicações intravítreas de bevacizumabe).

Aquisição de medicamentos – de janeiro a novembro de 2021 foram adquiridos um total de 814 itens por meio de pregão eletrônico; foram adquiridos 2.963 itens por ata de registro de preço; foram realizadas 2.481 notas de empenho; foram realizadas as pesquisas 2.127 itens; registro de preços - 566 itens registrados e 559 itens em andamento.

Gestão do almoxarifado central da SES/SP – recebimento médio de R\$ 306 mil em medicamentos, produtos nutricionais e produtos para saúde no período de janeiro a outubro/21. Foram realizadas 25.739 entregas no período, em produtos distribuídos pela CAF (Programas Oficiais de Assistência Farmacêutica, Demandas Judiciais e Administrativas), CCD (Alimentação e Nutrição, HIV/Aids),

CCTIES (Hemorrede) e CSS (Tabagismo) – equivalente à mais de 357 mil kg/mês, R\$ 299 milhões em produtos/mês.

Ações de Assistência Farmacêutica para o enfrentamento da COVID-19:

- Monitoramento de abastecimento dos medicamentos do KIT Intubação: Em 2021, a plataforma online MEDCOVID19 manteve cadastro de 900 serviços de saúde e 1.145 profissionais de saúde, que eram responsáveis por registrar dados sobre a situação de abastecimento de medicamentos que compõem o kit intubação de sua unidade de saúde. As informações registradas pelos hospitais permitiram a emissão de relatórios gerenciais, que viabilizaram remanejamentos entre unidades, distribuição de medicamentos adquiridos estrategicamente pelo MS e SES/SP, bem como envio de relatórios diários para o MS para o monitoramento do abastecimento no Estado de São Paulo. Ainda, com as informações gerenciais extraídas da plataforma MEDCOVID19 foi possível a emissão de 41 boletins semanais de monitoramento de abastecimento que subsidiaram as decisões estratégicas para manejo da COVID-19 em âmbito estadual e municipal.
- Compra centralizada de medicamentos do Kit Intubação para apoio aos hospitais no Estado de São Paulo: foram adquiridas pela SES/SP 8.366.841 Unidades Farmacêuticas (UF) de medicamentos do Kit Intubação, equivalente a R\$ 68.482.418,46, para apoio aos hospitais estaduais e municipais, por Ata de Registro de Preço nacional (pactuação - CIB nº 114, 18-12-2020; 5.5.105.189 UF; R\$ 30.082.314,71) e compra internacional (pactuação – Ofício CIB 19/2021, 06-04-2021; 3.261.652 UF; R\$ 38.400.103,75).
- Distribuição de medicamentos do Kit Intubação cuja aquisição foi centralizada pelo MS: foram distribuídos, conforme critérios acordados de forma bipartite, 3.829.127 unidades farmacêuticas de medicamentos para todos os hospitais elegíveis no Estado de São Paulo.

Outras ações de qualificação da gestão Assistência Farmacêutica Estadual:

- Continuidade do **Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo**, integrado ao projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde de São Paulo.
- **Modernização e informatização da gestão:** continuidade do projeto de *Business Intelligence* e *big data*; interoperabilidade entre sistemas MEDEX, GSNET e BNAFAR (Base Nacional de dados e ações e serviços da Assistência Farmacêutica, do MS); webservice com MEDEX e CADSUS (Cadastro Nacional de usuários do SUS); aprimoramento do Sistema GSNET Compras, visando a qualificação dos processos de programação e compra de medicamentos; implantação do módulo de gestão estadual e municipal de itens para diabetes e saúde da mulher no Sistema Farmanet; Finalização da transição de demandas de solicitações administrativas de medicamentos em papel para o fluxo digital; Implantação junto aos Centros de Referência em Endocrinologia (HC e ICR) a utilização da plataforma de teleatendimento do INCOR.
- **Programa Remédio em Casa:** elaboração de edital de concorrência para ampliação das entregas em domicílio aos usuários do SUS no Estado de São Paulo.
- **Educação permanente de profissionais que atuam na assistência farmacêutica e gestores do SUS:** 25 capacitações.
- **Produção técnica e informações:** 26 notas técnicas; 37 pactuações oficializadas junto aos municípios de São Paulo; atualização das 359 cartilhas do guia de orientação; participação em 4 consultas públicas do MS e relevância para a SES/SP (doença pulmonar obstrutiva-crônica, degeneração macular relacionada à idade, edema macular diabético, hipertensão pulmonar tromboembólica crônica e câncer de mama).

Programa 932 – Vigilância em Saúde

Ações de Vigilância Sanitária – proteger a população dos fatores que implicam em ameaças e riscos à saúde. **Entre as ações realizadas destacam-se:**

- Coletas de kits para diagnóstico in vitro para detecção do COVID-19
- Reuniões técnicas semanais com o Centro de Vigilância Epidemiológica e Rede de Ambulatórios de Eventos Adversos Pós-Vacinação (EAPV) das vacinas para covid-19
- Projeto Saúde dos Professores: elaboração e análise de questionário sobre Protocolo Sanitário COVID 19 nas Escolas; inspeção em escolas da região do ABC; acolhimento aos professores nos Cerest e orientações e acompanhamento dos casos de COVID -19 e de pós Covid 19
- Projeto Fiscalização Covid-19: participação no Comitê de Blitz do Estado de São Paulo parceria: Procon, Polícias Militar e Civil e, Guarda Metropolitana; adesão de 120 (19%) municípios e de 1.000 técnicos estaduais e municipais; identificação e atuação - 1000 festas clandestinas

Treinamentos e Capacitações – Covid-19:

Impactos da pandemia de Covid19 na saúde mental dos trabalhadores da enfermagem; Traumas no Trabalho: desenvolvimento, tratamento e prevenção do transtorno de estresse pós-traumático; nova leitura do transtorno de estresse pós-traumático; II Encontro de Práticas Institucionais em Saúde Mental e Trabalho; 8º Mostra de Experiência em Saúde do Trabalhador – Ações de Saúde do Trabalhador no enfrentamento da Covid-19; Agravos da comunicação relacionados ao trabalho e Covid-19; Violência no trabalho, enfrentamento e superação; Atenção Básica e Saúde do Trabalhador; Desafios e possibilidades de atuação da saúde do trabalhador na atenção básica, Vigilância Sanitária em Hospitais: Controle de Infecção Hospitalar no Contexto da Covid-19; Atualização da Covid-19 - Infecção Hospitalar: Precauções e os Cinco Momentos da Higienização de Mãos; Olhar e Atuação da Vigilância na Ocorrência de Surtos Hospitalares; Limpeza e Desinfecção de Superfícies em Ambiente Hospitalar.

Outras ações relevantes:

Programa de Vigilância dos Expostos ao Amianto, Programa de Vigilância à Saúde do Trabalhador Rural: realização de 2 atividades de capacitação da VSPEA, Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Trabalho e a SES-SP, Acompanhamento da atuação dos Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest Regionais, Programas de Vigilância Sanitária para Monitoramento de Alimentos, Paulista de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos; Inquérito Hospitalar; Discussão de Casos de Surtos e a Comunicação em Serviços de Saúde; Centro de Material e Esterilização, GT Tripartite para elaboração de POP de categorização e frequência de inspeção com base no risco para fabricantes de cosméticos e saneantes; GT de Análise de Impacto Regulatório da Regulamentação Complementar da Doação de Alimentos com Segurança Sanitária, Acompanhamento Queixas Técnicas de Vacinas e problemas relacionados à vacinação, incluindo desvios de qualidade apontados para seringas e agulhas.

Publicações:

Livro “Áreas contaminadas e saúde” -parceria com as faculdades de Saúde Pública e de Medicina da USP, Boletim de Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Agrotóxicos no Estado de São Paulo”, “novos procedimentos para controle sanitário de soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano (SAC)”

Treinamentos e Capacitações gerais em VISA:

Capacitações em Gestão da Qualidade, “Workshop Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Energia nas unidades da SES-SP”- 250 representantes de 100 hospitais, 14º Seminário Hospitais Saudáveis, em parceria com a organização PHS, 20º Seminário Paulista Segurança Química/Áreas Contaminadas e Saúde- parcerias Faculdades de Saúde Pública e de Medicina da USP, 11º Seminário Paulista Água e Saúde parceria Saúde Pública da USP.

Ações de vigilância epidemiológica

O maior destaque em ações foi a Campanha de Vacinação contra a COVID-19 que teve início em 17 de janeiro de 2021. São Paulo é o Estado que mais vacina no Brasil e segue avançando à medida que as doses são entregues pelo Ministério da Saúde. Foram distribuídos 4.752 tablets e criado o sistema de registro de doses nominais VacíVida.

Ações de Imunização 2021

Atividade	Doses Aplicadas	Observações
Vacinação de rotina	12.164.002	Dados Provisórios Janeiro-Setembro
Vacinação contra COVID-19	80.373.246	Fonte: Vacinômetro-Vacivida
Campanha de vacinação contra Influenza	14.273.689	Fonte: Sistema SIPNI/Ministério da Saúde
Vacinação contra o sarampo (campanha e intensificação)	935.084	Dados provisórios Janeiro - Setembro

Elaboração/revisão/divulgação de documentos técnicos:

Publicação do Guia de Bolso Leishmaniose Visceral; participação no Capítulo IV Leishmaniose Visceral Humana; Artigo sobre Análise da perda de vacinas por alteração de temperatura - Imunização; Norma Técnica do Programa de Imunização 2021; Boletins SIM-P e Boletins diários COVID-19, assim como o Documento Técnico da Campanha contra a COVID-19 no ESP. Também foi realizado um estudo com sobre continuidade da assistência às DCNTs nos Municípios do Estado de

São Paulo durante a pandemia do COVID-19.

- **Consolidação do Mapa de Leitos para Assistência à Covid-19 (Plano de Contingenciamento do Estado de São Paulo)** - O Mapa de Leitos contém a oferta de leitos clínicos novos e pré-existentes dedicados à Covid-19, leitos de UTI Adulto e Pediátrico novos e pré-existentes e leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (SVP) novos. Constitui a base para as autorizações e custeio pelo Ministério da Saúde. Em 2021 o Estado de SP atingiu a marca de 8.900 leitos de UTI Adulto novos e 2.373 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (SVP). Com a atual redução dos casos, das internações e óbitos a partir de julho de 2021, vem ocorrendo desativações e retomada dos leitos pré-existentes para atendimento de outras redes. A configuração atual consta da 22ª Remessa de Leitos, publicada em 11/11/2021, conforme abaixo:

Tipo de Leito	Número de leitos
Clínicos pré-existentes dedicados	2.341
Clínicos novos	2.086
UTI Adulto pré-existentes dedicados	81
UTI Adulto novos	2.837
UTI Pediátrica pré-existentes dedicados	9
UTI Pediátrica novos	104
Suporte Ventilatório Pulmonar (SVP)	581
TOTAL	6.239

Investigação de casos/surtos:

Campanha de Intensificação da Busca Ativa de Novos casos de Tuberculose e investigação casos de malária por *P. vivax* e *P. falciparum*, além de investigação de EAG relacionado à vacina contra COVID-19 com desfecho óbito; Casos e Surtos de COVID-19 em especial em Instituições Escolares e ILPIs.

Cursos, capacitações, simpósios, conferências realizadas:

Campanha de Multivacinação; Jornada Nacional de Imunização; Simpósios de Imunização e Infecção Hospitalar; Fóruns Estaduais de Promoção de Saúde, Leishmanioses e de Tuberculose, além do Dia Mundial da Tuberculose; Capacitação em Vigilância de Fauna Silvestre; III Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde; Programa Estadual de Hepatites Virais; Conferência Pneumonias associadas à Ventilação Mecânica na Covid-19 e Escorpionismo/Escurpião com SEE, coordenadores e professores; Comitê Científico do Estado de São Paulo – Ações contra a propagação do novo Coronavírus; implantação do POP - novo fluxo para aquisição de material e contratação de serviços.

Investimentos:

Equipamentos e materiais permanentes: R\$ 322.757,05.

Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS do Estado de São Paulo PROGRAMA DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST/AIDS

Principais ações para o enfrentamento da COVID-19:

Projeto de Fortalecimento das Regiões de Saúde Rumo à Redução da Sífilis Congênita no Estado - 27 GVE, 17 DRS e 301 municípios, qualificando 80 % das regiões de saúde e 2.292 profissionais. Adesão do Estado ao Acordo de Paris e Protocolo de Intenções para cooperação técnica - SUS e a SUAS

Outras atividades relevantes: Expansão do fornecimento de hormônios para 06 regiões do Estado, elaborado documento técnico sugerindo a imunização contra a Covid-19 para todas as Pessoas Vivendo com HIV/aids (PVHA) para o DCCI/MS; Plano de imunização das PVHA ; Plano de Acompanhamento Médico pós Covid-19; Orientação vacinação contra covid-19 em PVHA; Fornecimento de cesta-básicas para população LGBTQIA+ em parceria com a ONG Casarão Brasil;; Fornecimento de cestas-básicas para as ONG/Casas de Apoio em parceria com o Fundo Estadual de Solidariedade, entrega de kits de medicamentos em domicílio parceria com a ONG Barong, capacitação para implantação da rede de teleconsulta – 9200 profissionais;

Insumos de prevenção: Distribuídos: 27.600.000 preservativos masculinos e femininos,

Capacitações/Eventos/Campanha: 10 Webinars sobre Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestante e Sífilis Congênita; Articulação da Rede de Cuidados em IST/AIDS; o Ciclo de Debates Remoto: Prevenção em Tempos de Covid-19, Manhãs Positivas, Clínica Pediátrica e Saúde Integral de Pessoas Trans; Fórum Remoto de Dirigentes em IST/AIDS; e 6ª Semana Paulista de Mobilização contra a Sífilis

Congênita, XIVª Campanha Estadual de Testagem Fique Sabendo 2020 HIV/Sífilis será realizada em 622 municípios do Estado - Total: 9200 participantes.

Estudos e Pesquisas: 19 – destaque para os estudos de vacina relacionados a Covid-19 e HIV/AIDS (Estudo Ensemble/Covid-19 e Estudo Mosaico/HIV-AIDS).

Investimentos: Reformas e aquisição de equipamento: R\$ 701.648,80; Casas de Apoio: R\$ 1.519.200,00 em 08 municípios; Organizações da Sociedade Civil: R\$ 2.289.422,12

Instituto Adolfo Lutz - IAL - realiza exames e análises para as áreas da Vigilância em Saúde e Programas Interlaboratoriais de Qualidade. **Principais ações para o enfrentamento da COVID-19:** 853.664 exames de RT-qPCR para diagnóstico (70% do total realizados durante a Pandemia); Implantação do diagnóstico da COVID-19 - 10 Laboratórios Regionais; Sequenciamento de genoma completo do vírus SARS-CoV-2, depósito de 3.754 sequências de alta qualidade no GISAID, todas com caracterização epidemiológica. Desenvolvimento e padronização de testes de inferência para variantes do SARS-CoV; Laboratório de Referência na Rede Nacional de Sequenciamento Genômico em Vigilância em Saúde; Biobanco COVID-19 do Estado de São Paulo.

Padronização de ensaio de ELISA para diagnóstico sorológico; Caracterização de microrganismos multirresistentes associados à COVID-19; Monitoramento da qualidade de medicamentos importados relacionados à COVID-19; 21 projetos científicos em andamento, dos quais 07 iniciados em 2021; 35 publicações científicas relacionadas à COVID em periódicos nacionais e internacionais.

Outras ações relevantes:

- Vigilância genômica: *N. meningitidis*, *V. cholerae* e *Salmonella* Typhi. Sequenciamento de *Salmonella* sp (Rede Pulsenet), *N. meningitidis* (OPAS), *Acinetobacter* sp, *S. pneumoniae*, *Micobacterium* sp, *Escherichia coli*, além dos vírus da dengue, chikungunya e influenza, Implantação de metodologias de biologia molecular para caracterização de microrganismos multirresistentes e detecção de genes de resistência, Fortalecimento do Polo Regional de Monitoramento de Microrganismos Multirresistentes. Vigilância das infecções fúngicas invasivas, Monitoramento da qualidade da água para diálise de clínicas do estado, de antissépticos e desinfetantes, Programa Paulista de Alimentos, Programa Viva Leite parceria com Secretaria de Desenvolvimento Social, Qualidade da água para consumo humano (Proágua) e de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Bolsistas: 26 no Programa de Formação para Investigação Científica, 12 em Iniciação Científica e 60 alunos no Curso de Especialização em Vigilância Laboratorial.

Produção científica: 180 publicações em periódicos nacionais e internacionais. 45 projetos aprovados, sendo 30 projetos com financiamento externo e 14 projetos com potencial de inovação.

Produção Laboratorial: 1.891.308 exames na área médica e 304.790 ensaios na área de produtos, Diagnóstico sorológico para dengue - 61211 e Chikungunya - 21.033 amostras e diagnóstico molecular em mais de 5000 amostras.

Investimentos : Obras: R\$ 3.361.839,77; Reformas: 1.033.563,38; Equipamentos: 8.937.268,94

A **Coordenadoria de Controle de Doenças** - CCD cabe a coordenação de instituições, orientando e estimulando o trabalho articulado, com todas esferas de gestão do SUS com o objetivo de assegurar o pleno desempenho e o alcance dos melhores resultados em benefício da saúde da população paulista e qualificação da gestão pública e seus processos. e estimular a produção de conhecimento em saúde, assegurando, ainda, sua divulgação para a comunidade científica, nas áreas pública e privada, de todo o Estado de São Paulo e do Brasil.

Durante a Pandemia da COVID-19 está coordenando toda a ação de coleta e registro de dados em tempo real, coordenando o PEI e fazendo chegar aos 645 municípios vacinas em tempo recorde e suficientes.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS

O Programa de Pós-Graduação em Ciências com Mestrado e Doutorado tem abordagem multidisciplinar, integrando a pesquisa clínica, o laboratório e a vigilância em Saúde Pública:

Discentes – 101 (58 no mestrado, 41 no doutorado e 2 no pós-doutorado); Defesas – 10 de mestrado e 04 de doutorado; CAPES – 21 bolsas (12 Doutorados, 08 mestrados e 1 de pós-doutorado); Projetos – 133 projetos, 44 linhas de pesquisa e 18 disciplinas ministradas.

CENTRO DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O CPDC é responsável pela produção e disseminação de informação de interesse da saúde pública.

Principais realizações:

12 edições do Boletim Epidemiológico Paulista – BEPA, renovação do projeto gráfico; Criados 14 playlists da Vigilância em Saúde; Gerenciamento do canal Vigilância em Saúde em Pauta que reúne a produção técnico-científica da CCD e de outras áreas da SES; Criação de perfis da CCD nas redes sociais: Instagram e LinkedIn ; Comunicação COVID-19 - interna e segmentada

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Atua organizando, preservando e mediando informação aos pesquisadores da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Promoveu a higienização do acervo que está com mais de 100 mil obras e a inclusão de artigos no sistema OJS (Open Journal System) para o gerenciamento eletrônico dos periódicos da instituição e atualização do Portal de Revistas Científicas da SES/SP: Acervo à BVS RIC (Rede de Informação e Conhecimento): 62.485; Atos normativos relativos à saúde selecionados: 3.766; Elaboração de ficha catalográfica, pós-graduação e publicação SES: 37; Indexação de bibliografia: 183; Indexação de legislação: 562; Normalização de referências bibliográficas: 46; Registro no catálogo eletrônico de legislação: 2.926; Submissão de publicações para Base de Dados LILACS: 113; Visitas à biblioteca: 20

CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA - “Profº Edmundo Juarez” – CDL

Central estadual de Rede de Frio responsável pelo armazenamento e distribuição de vacinas para rotina e campanhas humanas e, contra raiva canino-felina e insumos estratégicos:

Visitas Técnicas Monitoradas – 40 VISITANTES

Ampliação da área de armazenamento para imunobiológicos (positiva) de 790 m³ para 1090 m³, (negativa) de 390 m³ na temperatura de -20°C a com capacidade de armazenamento de 2.007.720 doses;

Treinamento do Sistema de Informação de Insumos Estratégicos – SIES do Ministério da Saúde - 27 GVEs e 645 Municípios do Estado São Paulo;

Planejamento da logística de armazenamento, distribuição e transporte da vacina contra Covid 19.

IMUNOBIOLOGICOS DISTRIBUÍDOS EM 2021

DISTRIBUIÇÃO	VALOR FINANCEIRO
VACINAS	R\$ 1.322.778.115,01
VACINAS COVID-19	R\$ 3.551.025.010,09
INSUMOS	R\$ 577.909,47

COMITÊ ESTADUAL DE MORTALIDADE MATERNO E INFANTIL (CEVMMI) E GRUPO DE ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE MATERNA E FETAL

08 Reuniões do Comitê Estadual de Vigilância a Morte Materna, Infantil e Fetal.

06 Fóruns Ampliados CEVMMIF junto aos Comitês Regionais, Municipais, Institucionais, GVS e GVE.

08 Reuniões do Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha.

08 Reuniões com o Grupo de Enfrentamento a Morte Materna Infantil e Fetal da SES/SP com foco nas ações para alcance das Metas projetadas conforme PES 2020-2023.

05 Encontros das Maternidades do Estado de São Paulo do CEVMMIF.

06 Fóruns de Alta Responsável para as Maternidades Estaduais e sob Gestão Estadual

03 Reuniões - Programa Parcerias Municipais do Governo do Estado de São Paulo para Redução Morte Materna e Infantil com Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

40 Fóruns de Discussões no Ciclo Gravídico, Puerperal e Neonatal e temas de Ato Risco Grupo de Enfrentamento a Morte Materna e Infantil com Equipe de Matriciamento HCFMUSP

Elaboração, revisão e atualização de documentos, notas técnicas, aulas, documentos ordenadores do cuidado divulgação ao território na página da CCD.

04 Fóruns Estaduais de Maternidades do Estado de São Paulo com participação do Grupo de Enfrentamento a Morte Materna e Infantil da SES SP;

03 Reuniões Estaduais com Articuladoras da Saúde da Mulher para alinhamento e dados de óbito Mortalidade Materna e Infantil.

88 aulas no Canal de Vigilância em Saúde para capacitação e matriciamento dos profissionais de Saúde do Estado de São Paulo.

33 Reuniões com RRAS do Estado para manutenção do apoio e monitoramento das ações para Saúde da Mulher e Criança durante a Pandemia Covid 19.

03 Reuniões com Ministério Público Federal em acompanhamento Inquérito Civil

07 reuniões junto ao Grupo Técnico de Violência da SES SP ações de mapeamento e linha de cuidado para o Estado de São Paulo.

04 Reuniões Grupo de Alto Risco para o Estado de São Paulo e revisão da grade de serviços.

06 Projetos de Capacitação para profissionais inseridos no cuidado materno infantis.

03 Visitas presenciais de monitoramento as Maternidades Estaduais

Elaboração e publicação de Nota Técnica CIB para montagem de caixas de emergência e capacitação dos médicos e enfermeiros da rede.

08 Reuniões apoiador Projeto OPAS/CRT AIDS para redução da sífilis congênita e neonatal

GRUPO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Articulação e elaboração de reuniões bipartites semanais: Coordenação da CCD, áreas afins, Instituto Butantan e COSEMS para atualização e alinhamento das ações e informações da COVID 19 – 44 encontros TÉCNICOS.

Coordenação no âmbito da VS da elaboração e aprimoramentos dos instrumentos de planejamento do SUS – RAG, PAS, proposta e inclusão de ações e metas para enfrentamento da COVID-19 proposta pelas áreas e Coordenação.

Elaboração e consolidação dos relatórios quadrimestrais de gestão (RDQA) das 05 instituições da CCD e da SUCEN.

Planejamento das ações e pactuação dos indicadores da VS no SISPACTO.

Discussão e análise bipartite dos resultados da série histórica 2013-2020 – PQAVS no ESP, Monitoramento e avaliação dos indicadores municipais e estaduais do PQA-VS – 90% dos municípios atingiu 50% das metas e o ESP recebeu R\$ 3.571.482,05.

CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CIVS

Promove a produção e o uso da informação das estatísticas vitais com enfoque epidemiológico e aprimoramento na gestão dos Sistemas de Informação de Nascidos Vivos – SINASC e Sistema de Informação de Mortalidade – SIM:

- Distribuídas: 664.000 Declarações de Nascimento e 432.000 Declarações de Óbitos
 - 1.500 codificadores municipais e regionais de causa morte, monitorados e cadastrados;
- 645 municípios monitorados semanalmente - regularidade do envio de dados gerais e COVID-19;
- Capacitações investigação do óbito em COVID-19 – 05 capacitações com 220 profissionais;
- Capacitação no Processo de investigação do Óbito e Critérios de Evitabilidade - 60 municípios;
- Nova Declaração de Nascido Vivo – 04 capacitações para 1200 profissionais;
- Implantação de novos códigos de causa de morte COVID-19 – 05 capacitações para 460 profissionais;
- Pesquisas institucionais de dados – 40 solicitações (setores internos da SES);
- Rede Nacional de Serviço de Verificação de Óbito – SVO - 12 Serviços monitorados;
- Suporte técnico aos médicos e demais profissionais dos estabelecimentos de saúde, nos procedimentos pós-morte no suspeito e confirmado de COVID-19;
- Realização de 4900 Autopsias Verbais para esclarecimento de óbitos de causa indeterminada em período de pandemia COVID-19;
- COVID-19 - Suporte técnico nos procedimentos post-mortem; Elaboração do Manual Nacional de Manejo de Corpos frente à Pandemia, Produção de Notas Técnicas sobre orientações aos Serviços Funerários no Manejo do Corpo durante a Pandemia de COVID-19;

GRUPO DE APOIO ÀS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE

No período de janeiro a Dezembro/ 2021, o FESIMA executou:

- 47 projetos de diferentes áreas da Vigilância em Saúde – 16 deles para ações de enfrentamento COVID-19
- Criação e lançamento da plataforma eletrônica de submissão e monitoramento de projetos
- Valor R\$ 27.448.484,00

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

O Grupo de Gerenciamento Administrativo fornece assistência administrativa às unidades vinculadas à CCD, além de realizar aquisições, contratação de serviços e gerenciar os contratos dos 28 (vinte e oito) Núcleos de Apoio as Operações Regionais – NAORS.

- aquisição de teste rápido antígeno para distribuição aos municípios;
- Registro de Preços para compra de teste rápido antígeno, o qual foi aderido pelos Municípios e Secretarias Estaduais;
- aquisição de seringas para vacinação COVID;
- aquisição de câmara frias para os Município e de ultra freezer, locação de ultra freezer;
- aquisição de licenças de anti-virus para todos os equipamentos das regionais, aquisição de 100 licenças de Windows, aquisição de computadores e notebooks para renovação do parque das regionais e nível central, aquisição de servidores , aquisição de licenças de VMWARE e do ZOOM, aquisição de headsets,switches e no-breaks e

Logística dos insumos de vacinação inclusive COVID

Abertura de Processo Seletivo (CTD) da SES, para 1070 vagas

Realizadas obras de infraestrutura em 15 regionais (NAOR) e reforma Prédio CCD

Instituto Pasteur – Coordenação do Programa de Vigilância e Controle da Raiva e da rede de vigilância laboratorial de saúde pública no ESP:

Exames Laboratoriais: 24.820 análises, Caracterização de Linhagem Viral - Análise de 1.781 por biologia molecular e 1.315 análises de sequenciamento genético.

Diagnóstico de COVID-19: Plataforma de Laboratórios–Rede de Apoio ,realizados **61.045** testes diagnósticos RT-qPCR.

Produção de Reagentes: volume total de 160mL, realização de 160.000 testes.

Participações em grupos técnicos e científicos: 10 grupos;

Cooperações Nacionais: 14 projetos;

Produção científica: 08 projetos aprovados; 22 em andamento; 10 finalizados;

Publicações: 12 artigos e 20 resumos em Anais de Congressos ;

Orientações em Pós-Graduação: Mestrado – 08, Doutorado – 02;

Curso de Especialização em Saúde - “Vigilância Laboratorial da Raiva” – 13 profissionais .

Treinamentos e Capacitações: 02 Capacitações – 80 participantes; Reuniões regionais *on line* com 853 acessos de profissionais

Investimentos: Equipamentos – R\$ 1.032.136,39 e Reforma – R\$ 73.330,46

Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN

A SUCEN tem como finalidade promover o controle de vetores e hospedeiros intermediários invertebrados de doenças no Estado de São Paulo, realizando pesquisas e atividades necessárias ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, além de cooperar com os governos municipais como executores das ações locais de controle, como também prestar assessoria para o controle de artrópodes, peçonhentos e incômodos.

Ações relevantes em vigilância, controle e identificação laboratorial de vetores:

Controle do mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*: realizadas nebulizações portáteis em 16.220 imóveis e com equipamento acoplado a veículo em 259.492 imóveis;

Distribuição e armazenamento de inseticidas, manutenção e aferição de equipamentos aspersores de inseticida para as secretarias municipais de saúde;

Vigilância e Controle dos vetores da doença de Chagas: vistoriados 582 localidades rurais;

Vigilância e Controle de Leishmaniose Visceral: realizando pesquisa em campo para: 470 imóveis

Vigilância e Controle da Febre Maculosa Brasileira: coletas para classificação do risco - 6 localidades

Pesquisas para Vigilância e Controle dos vetores esquistossomose - 148 localidades;

Vigilância e Controle da Febre Amarela - realizada nebulização ambiental em 568 imóveis e pesquisas entomológicas em 02 localidades - São José do rio Preto;

Manejo e controle de animais peçonhentos - escorpião: registradas 558 ações de assessoria técnica a municípios;

Projeto Avaliação da efetividade das novas tecnologias de controle do vetor da dengue, Chikungunya e vírus Zika nos municípios de Marília, Araçatuba e Natal – parceria MS.

Capacitação para as Secretarias municipais de saúde: sobre novos inseticidas nas atividades de nebulização veicular, portátil e tratamento larvário.

Projeto Educom.Saúde – SP

Programa de monitoramento Estadual de suscetibilidade aos inseticidas utilizados no controle de *Aedes Aegypti* e triatomíneos.

Projetos de pesquisa: 4 projetos e 60 publicações científicas em periódicos nacionais e internacionais.

Programa 933 – Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Inovação Tecnológica e Informatização

Plataforma de Telemedicina: apoio especializado para operacionalização e execução de interconsultas para o esclarecimento de dúvidas sobre procedimentos clínicos e diagnósticos, por meio de um portal único, incluindo o fornecimento de componentes de hardware, software e suas licenças e sistemas acessórios necessários à efetiva prestação dos serviços.

Sistema Vacivida: permite todo o acompanhamento individualizado e em tempo real dos registros de pessoas imunizadas contra o coronavírus. O Vacivida oferece pré-cadastro de qualquer pessoa apta a participar da campanha de imunização contra o coronavírus em São Paulo. A plataforma faz o registro digital da vacinação, notifica possíveis eventos adversos individuais e disponibiliza um comprovante com mecanismo antifraude.

Instituto de Saúde

O Instituto de Saúde (IS) tem como missão o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação no campo da Saúde Coletiva, de forma articulada com as diferentes instâncias de gestão do SUS, buscando sua consolidação e a melhoria da qualidade de vida da população.

O ano de 2020 foi marcado pela **pandemia de Covid-19** e o Instituto de Saúde tem buscado contribuir para o enfrentamento da crise em várias frentes de trabalho: foram formulados e estão em andamento projetos de pesquisa sobre o tema, com os seguintes destaques: projeto que aborda a saúde mental dos profissionais de saúde do SUS-SP; e outro que tem como foco os novos arranjos organizativos criados na Atenção Básica como respostas do sistema de saúde à pandemia, seja no âmbito municipal (projeto em parceria com o município de Franco da Rocha). Além disso, o IS está apoiando a realização de alguns inquéritos de soroprevalência da Covid-19 em parceria com o Instituto Butantan e o Grupo de Mapeamento SARS-CoV-2, sob a coordenação do Profº Fernando de Castro Reinach. Por meio do Núcleo de Evidências, que realiza diversos tipos de estudos de revisão (Resposta Rápida, Síntese de Evidências, Revisão Sistemática), buscamos responder prontamente às demandas dos gestores com prioridade para questões relacionadas à pandemia. Vale ressaltar, na área materna e infantil, o apoio oferecido pelo Instituto de Saúde ao Ministério da Saúde e ao Comitê Estadual de Investigação dos Óbitos Maternos, Infantis e Fetais, por meio da participação em webinários e elaboração de notas técnicas para orientação a profissionais de saúde. Por fim, destaca-se o papel da Instituição na elaboração da Chamada do Programa de Pesquisa para o SUS/2020, em parceria com a FAPESP, Decit/MS e CNPq, com a finalidade de apoiar projetos relacionadas à Covid-19 que possam ter aplicação na atenção e na gestão do SUS-SP. Segue abaixo o detalhamento das atividades.

Produção Científica e tecnológica: conclusão de 11 projetos de pesquisa e 26 projetos em andamento. Dentre estes, destacamos a formulação de dois projetos de pesquisa relacionados à pandemia de Covid-19: “Avaliação longitudinal da adesão a medidas de prevenção de contágio, cuidados domiciliares e percepção de risco entre profissionais de saúde de São Paulo na pandemia de Covid- 19” (em parceria com o Instituto Butantan) e “A política de Atenção Primária à Saúde com Estratégia Saúde da Família no contexto da pandemia nos municípios paulistas”, em parceria com a CRS/SES-SP e COSEMS-SP. As agências financiadoras que apoiaram projetos do IS foram FAPESP, CNPq, ANS, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, UNITAIDS, Associação Samaritano e Fundação Itaú para Educação e Cultura e Ministério da Saúde. A produção científica do Instituto de Saúde foi divulgada por meio de 29 artigos científicos e 5 capítulos de livros.

Elaboração da Revisão Rápida “Desempenho de testes rápidos de laboratório para o enfrentamento da pandemia pelo SARS-CoV-2” atendendo a uma demanda da CCD/SES-SP, documento que vem servindo de apoio à tomada de decisão também pelos municípios; elaboração de 12 Revisões Rápidas em parceria com a FIOCRUZ-Brasília, atendendo a uma demanda do Ministério da Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e o fortalecimento da tradução do conhecimento para a promoção da saúde; elaboração de Revisão Rápida sobre estratégias para promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável no contexto da Atenção Primária à Saúde, por demanda do Ministério da Saúde e elaboração de duas Sínteses de Evidências em parceria com a Escola de Enfermagem-USP, sendo uma sobre saúde do trabalhador, e a outra, com apoio também do McMaster Health Fórum, sobre saúde mental de estudantes, professores e profissionais dos cursos da saúde.

Difusão científica – Dois números do Boletim do Instituto de Saúde (BIS) estão no prelo com os temas “Comunicação de risco e Tecnologia de Informação e Comunicação” e “Drogas e redução de danos”. O site do Instituto de Saúde recebeu, em média, 1,2 mil visualizações únicas de página semanalmente, alcançando picos de 1,5 mil visualizações. Entre as redes sociais, as publicações no Facebook alcançaram até 3,6 mil pessoas - com um pico de 1,2 mil pessoas em um evento específico. Ainda nesta rede, a instituição conta com mais de 3,4 mil seguidores, além de mais de 4.900 amigos no perfil da instituição. Nas demais redes sociais, destacam-se cerca de 1,8 mil seguidores no Twitter, 1.323 no Instagram e 2,49 mil inscritos no canal do YouTube. Todas as redes sociais apresentaram aumento no alcance de usuários neste ano. Em função da pandemia, não foram realizados eventos presenciais. No entanto, a instituição promoveu 15 webinars abordando questões relevantes sobre a COVID-19 e suas implicações na saúde pública como por exemplo “COVID-19: como proteger nossas crianças?”; “Os desafios da APS para o enfrentamento da pandemia” e “Reflexões sobre a crise do coronavírus” registrando público médio de 60, com pico de 120 (ao vivo), além de cerca de 370 visualizações posteriores.

Formação e capacitações: Os cursos do Programa CurSUS do Instituto de Saúde, na modalidade presencial, foram suspensos acatando as medidas de prevenção e isolamento. Ainda assim, o curso “Atenção Primária à Saúde no Contexto da Pandemia pelo Novo Coronavírus”, voltado para

profissionais do SUS foi realizado via plataformas virtuais, num total de 53 participantes. Os cursos regulares do IS de Especialização em Saúde Coletiva e do Mestrado Profissional não foram interrompidos, mantendo suas atividades remotamente. Os alunos do Mestrado Profissional, em 2020 concluíram a programação das disciplinas e dos 13 alunos, 6 apresentaram a dissertação e realizaram sua defesa para obtenção do Título de Mestre em Saúde Coletiva, na área de concentração de Gestão e Práticas de Saúde, e 7 concluirão seus projetos até março de 2021. Foram realizados também seminários virtuais mensais com a participação dos alunos e professores sobre o tema da Pandemia do Covid-19. No programa de Especialização do CEFOR-SES/SP, o Instituto de Saúde é a unidade de ensino executora da Especialização em Saúde Coletiva, curso este anual para 20 alunos. O desafio em 2020, foi transformar o programa presencial em virtual. A programação de aulas para a formação teórica foi totalmente cumprida e a parte prática realizada, em parceria com a SMS de Franco da Rocha, terá como produto os Trabalhos de Conclusão de Curso a serem apresentados em fevereiro de 2021 nas áreas de: Saúde Mental; Saúde Infantil e dos Adolescentes; Saúde da Mulher e do Idoso; Atenção Primária; Atenção Farmacêutica e Informação em Saúde.

Programa 935 - Produção e fornecimento de vacinas, soros, medicamentos, sangue e hemoderivados.

Instituto Butantan

Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica – Publicações: Em 2020, foram publicados 275 artigos, todos em revistas indexadas segundo Web of Science, Scopus e Pubmed.

Formação de recursos humanos na área científica – Bolsas de Iniciação Científica do CNPq com 15 bolsistas de Iniciação Científica e 9 de Iniciação Tecnológica pelo CNPq e mais 20 bolsas mantidas pela Fundação Butantan. Também foram disponibilizadas bolsas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) – FAPESP com 50 bolsistas, CAPES, com 36 bolsistas, CNPq com 21 bolsistas e 12 bolsas são mantidas pela Fundação Butantan.

Criação da Escola Superior do Instituto Butantan – ESIB

Programas de pós-graduação lato sensu pelo Conselho Estadual de Educação: Curso de Especialização em História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde; Curso de Especialização em Animais de Interesse em Saúde: Biologia Animal; Curso de Especialização em Toxinas de Interesse em Saúde; Cursos de Especialização em Biotecnologia para a Saúde – Vacinas e Biofármacos. O Curso de Especialização em Biotérios da Escola Superior do Instituto Butantan – ESIB é único na sua categoria a contar com o reconhecimento no Conselho de Educação do Estado de São Paulo, Portaria CEE/GP 80, de 12-02-2020. A primeira turma terá início em fevereiro de 2021.

Continuidade com excelência do Programa de Pós-Graduação em Ciências – Toxinologia. 79 alunos no curso de mestrado, com 7 dissertações com defesa de mestrado; 95 no curso de doutorado; com defesa de 6 teses de doutorado. Aprovação pela CAPES e início do Programa de Mestrado Profissional em Biotecnologia e Bioprocessos, avaliado inicialmente com o conceito 4.

Foram realizados 17 cursos de divulgação científica e 5 extensões universitárias online em 2020. Ao total foram 147 horas/aula que contou com 1.481 alunos presentes de todos os estados do país além do Canadá, Espanha, Paraguai, Moçambique, Peru, Bolívia, Argentina, Panamá, Chile e Uruguai.

Estágios e cursos: estagiários, prestadores de serviço voluntários, pós-graduandos, pós-doutorados e alunos de cursos de extensão/divulgação, totalizando 1810.

Produção de Imunobiológicos: Programa Nacional de Imunizações – PNI: até o momento, em 2020, foram entregues 91,4 milhões de doses de vacinas e 422,7 mil doses de soro.

Avanços: Produção Vacina Dengue - obtenção da certificação na ANVISA em condições técnicas operacionais; Produção de lotes de engenharia de Insumos farmacêuticos ativos; Produção de lotes de engenharia de produtos semiacabados; Submissão de atualizações de dossiês clínicos junto à ANVISA. Imunobiológicos: Finalização da construção da fábrica de produção de anticorpos monoclonais, tipo de medicamentos para tratamento de certos tipos de câncer e doenças autoimunes. Produção de Banco Influenza: Obra finalizada e setor adequado, pronto para receber as auditorias nacionais e internacionais. Importante frisar que a área atende os critérios de nível de biossegurança 3 para manipulação viral.

Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP

Treinamentos e Capacitações – A FOSP oferece cursos que objetivam capacitar os profissionais de saúde, prioritariamente enfermeiros, nas ações relacionadas ao rastreamento e detecção precoce dos cânceres do colo do útero e da mama. De janeiro a outubro de 2021, 658 profissionais concluíram os

curso oferecidos pela FOSP na modalidade ensino à distância. Em 2021, dois alunos com bolsa de iniciação científica da Faculdade Santa Marcelina estagiaram na FOSP. O programa de residência multiprofissional, parceria da FOSP com o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) e Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFMUSP), abrange a Diretoria Adjunta de Laboratório e Diretoria Adjunta de Informação e Epidemiologia. De janeiro e outubro de 2021 passaram pelo RHC/SP 24 residentes de diferentes áreas: medicina, enfermagem, biomedicina, biologia, saúde pública e psicologia.

A FOSP é formada por três áreas técnicas: Informação e Epidemiologia, Laboratório de Patologia, e Reabilitação.

Informação e Epidemiologia. O Registro Hospitalar de Câncer de São Paulo (RHC/SP), coordenado pela FOSP, é um importante instrumento de informação sobre os casos de câncer dos hospitais da rede estadual de oncologia. O RHC/SP recebe informações de 75 hospitais da rede de atenção oncológica. De janeiro a outubro 2021 foram registrados 64.962 casos de câncer, sendo 53.914 (83%) analíticos, ou seja, sem diagnóstico/sem tratamento ou com diagnóstico/sem tratamento; e 11.048 (17%) casos não analíticos, com tratamento prévio. Dos tumores registrados no período citado, 77,3% foram diagnósticos realizados entre os anos de 2018 a 2020.

Laboratório de Patologia. Até o final de outubro de 2021, foram realizados 154.703 citologias cervicovaginais; 5.436 exames anatomopatológicos; 329 exames de citologia de mama (PAAF e secreção mamária); 7.745 reações de imunohistoquímica para confirmação diagnóstica, na classificação ou na detecção de moléculas-alvo de terapias específicas no câncer de mama; 220 exames de hibridização molecular por fluorescência (FISH) para o gene HER2 nos casos com indicação seguindo o protocolo do Ministério da Saúde, para pesquisa da amplificação deste gene nos casos de câncer de mama. A FOSP também realiza atividades de monitoramento externo de qualidade (MEQ) dos laboratórios de citologia cervicovaginais da rede SUS. Até outubro de 2021 foram revisadas 12.077 lâminas. Em relação ao mesmo período em 2020, houve incremento em 48,9% de citologias cervicovaginais (154.703 vs 103.912), 21,3% de anatomopatológicos (5.436 vs 4.481), 9% de FISH HER2 (220 vs 201) e 90,4% de avaliações MEQ (12.077 vs 6.343); houve redução de 85,2% da quantidade de exames de citologia mamária (329 vs 386) e de 72,5% de imunohistoquímicas (7.745 vs 10.680). O incremento gradual, com oscilação da demanda, é imputado ao cenário pandêmico dos anos de 2020 e 2021.

Reabilitação. De 01 de janeiro a 31 de outubro de 2021, o Serviço de Reabilitação da FOSP realizou o total de 2.436 consultas em 497 pacientes, dos quais 121 pacientes novos. No período foram entregues 288 próteses.

Infraestrutura – Em 2021 a FOSP realizou adequações junto às áreas técnicas, administrativa e institucional, com substituição de 30 microcomputadores e aquisição de dois notebooks, desenvolvimento/implantação do novo site, recuperação da fachada do prédio para eliminação de pichações, elaboração do projeto executivo de arquitetura que norteará os projetos de reforma da elétrica do prédio, de tecnologia da informação (TI) e de combate a incêndio para renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Produção Científica. Em 2021, foram publicados três artigos científicos em revistas indexadas (*Web of Science*, *Scopus* e *Pubmed*). Adicionalmente, dois artigos foram enviados para publicação e encontram-se sob análise. A FOSP contribuiu ainda com dados para a finalização de uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado e um trabalho de conclusão de curso (TCC).

Fundação para o Remédio Popular – FURP

Total de unidades farmacotécnicas entregues - foram entregues 373.149.144 UF (unidades farmacotécnicas) pela FURP para instituições do Sistema Único de Saúde.

PPP Américo Brasiliense – Na 91ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), ficou decidido pela extinção da PPP FURP-IFAB, uma vez que a manutenção do Contrato de Concessão não é mais de interesse do Estado. Desta forma, foi interrompida a fabricação de medicamentos no exercício de 2020.

Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo.

Instituição voltada às áreas de medicina transfusional e terapia celular, considerada referência para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS) como Centro Colaborador em Controle de Qualidade em Sorologia do Programa Regional de Avaliação Externa de Desempenho em Sorologia para a América Latina e Caribe, e para o Ministério da Saúde como Sítio Testador do NAT (Teste de Ácido Nucleico para detecção de HIV, HCV e HBV). Tem

como principais missões: a promoção da segurança transfusional, através da excelência na produção e distribuição de hemocomponentes para aproximadamente 100 instituições de saúde da rede pública às quais assiste, o desenvolvimento de pesquisas e a promoção de ensino na área de hemoterapia e terapia celular.

Produção (até outubro de 2021):

Candidatos à doação = 121.682; Bolsas de sangue total coletadas = 93.474; Hemocomponentes produzidos = 197.271; 90.687 - Concentrado de Hemácias

3.162 - Pool de Concentrado de plaquetas obtidos por "buffy coat" (PCPBC); 90.687- Plasmas Congelados; 5.967- Crioprecipitados; 6.768 - Plaquetas obtidas por aférese; Hemocomponentes modificados = 42.111; 38.111 – Irradiação; 3.691 – Leucorredução; 243 – Lavagem; 66 - Reconstituição

Número de Hemocomponentes distribuídos = 127.173;

Exames imunohematológicos realizados = 642.807

Exames sorológicos realizados = 810.290

Exames NAT realizados = 296.619

Testes de Hemoglobina "S" = 52.823

Laboratório de Controle de Qualidade do Sangue: realizados 11.007 testes microbiológicos em hemocomponentes.

Foram realizados investimentos para recomposição do parque tecnológico e para a finalização da obra de reforma da Praça, localizada no 1º andar do prédio dos Ambulatórios do Hospital das Clínicas.

Implantação do Laboratório de Terapia Celular que se encontra em processo de validação de rotinas e técnicas a serem implementadas para produção de células mesenquimais, dentre outras, para apoiar a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Implementação de nova metodologia de processamento das unidades de sangue total coletadas pelo método de buffy-coat, o qual torna mais ágil o processamento e aumenta a qualidade dos hemocomponentes produzidos a partir das bolsas de sangue total.

Entrega de novo espaço de convivência para doadores de sangue, pacientes da hematologia e colaboradores, em parceria com o Hospital das Clínicas – HC, visando oferecer um ambiente mais humanizado e de acolhimento, durante o período de permanência destes na instituição.

Produção e publicação em periódicos da especialidade de 09 artigos científicos provenientes das pesquisas realizadas, abordando temas relativos à hemoterapia e terapia celular.

Programa 942 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas na área da saúde.

A finalidade é: "Formar e capacitar profissionais para a área da saúde; propiciar educação permanente para os profissionais e gestores do sistema único de saúde; aprimorar o clima organizacional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores na secretaria da saúde".

Programa de Bolsas de Residência Médica (RM) O Programa de Bolsas de Residência Médica - RM do Governo do Estado de São Paulo concede bolsas de estudo para médicos residentes. Foi deliberado o financiamento de 6.745 (seis mil, setecentos e quarenta e cinco) bolsas para o ano de 2021 em 67 instituições de diferentes naturezas jurídicas – universidades estaduais, instituições públicas estaduais, Organização Social de Saúde - OSS e instituições privadas conveniadas com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, localizadas nas diversas regiões do Estado de São Paulo: 67 Instituições, 6.638 matriculados em 2020/2021, 6.396 alunos concluintes e 158 alunos desistentes.

Programa de Bolsas Para Cursos de Especialização Lato Sensu (PROGBOL) O Programa de Bolsas Para Cursos de Especialização *Lato Sensu* tem a finalidade de difundir conhecimento, complementar a formação acadêmica, atualizar e incorporar competências técnicas mediante aprimoramento profissional e incentivo à capacitação e educação continuada de profissionais graduados na área da saúde exceto médicos: 14 Instituições, 99 Cursos, 831 Bolsas Autorizadas (Res.SS 21, de 01/02/2021), 597 Bolsas Utilizadas, 536 Bolsas Ativas, 61 Bolsas Canceladas. Custo anual do Programa com base no nº de bolsas autorizadas: R\$ 10.417.748,00

Treinamentos e Capacitações

Curso de Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Segurança do Trabalho - Em parceria com o Grupo de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos foi desenvolvido o plano de curso e a autorização de funcionamento das turmas, visando suprir a falta de profissionais na área de Segurança e Saúde no Trabalho. O curso foi aprovado através da portaria GSDRH nº 09, de 14 de setembro de 2021, publicado em 15/09/2021, com previsão de início para o ano de 2022.

Comissão de Saúde do Trabalhador - COMSAT

No 2º semestre do ano corrente foi realizada a capacitação para Comissão de Saúde do Trabalhador - COMSAT no formato on-line, com a participação de 20 unidades e 93 inscritos.

Estágio Não Curricular - Essa modalidade caracteriza-se pelo desenvolvimento como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, prevista no projeto pedagógico do curso de graduação de origem do estudante.

O Centro de Integração Empresa Escola – CIEE integra o estudante, a instituição de ensino e a concedente de estágio: 96 vagas de 04 horas, 22 de 06 horas, totalizando 118 vagas.

40 unidades participantes, administração superior e sede, e coordenadorias (CSS.CRS CCD e CCTIES); 23 estagiários participantes (janeiro de 2021) e 7 estagiários desistentes.

Custo anual: R\$ 89.413,41 (Bolsa Auxílio, Auxílio Transporte e Taxa Administrativa) Taxa administrativa R\$ 48,00 mensais por vaga ocupada; Transporte R\$ 8,80 por dia estagiado.

Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde - tem como público-alvo estudantes de curso de graduação ou de formação profissionalizante da área da saúde e conta com 523 inscritos; **Projeto de Voluntários** - tendo como público-alvo qualquer pessoa física, entre 18 e 59 anos de idade, independente de formação acadêmica - conta com 187 inscritos

Produto 2617 - Educação Ambiental, Cidadania E Melhoria Da Qualidade De Vida Defesa E Saúde Animal

DEFESA E SAÚDE ANIMAL

O Programa Meu Pet, visando ao apoio das ações e serviços voltados à defesa dos animais domésticos, consiste na construção de clínicas veterinárias equipadas com aparelhos de uso rotineiro veterinário para atendimento gratuito, vacinação e adoção responsável de cães e gatos. Depois de finalizada a construção, a clínica veterinária será entregue à gestão municipal, que ficará responsável pelo custeio para a manutenção dos serviços prestados.

Execução das Obras do Programa Meu Pet – 2021 total: R\$ 3.723.779,00

Resolução do Programa Meu Pet - Foi publicada a Resolução SS nº 179, de 08 de dezembro de 2021, que visa à regulamentação do Programa Meu Pet no estado de São Paulo

PETContainer - Em setembro de 2021, o Governo do Estado criou o Programa PETContainer, que visa à implantação de consultórios veterinários de atendimento público em contêineres, cujo objetivo é atender à demanda reprimida de assistência à saúde de animais domésticos nos municípios de menor porte, que tenham entre 20.000 a 50.000 habitantes.

PROGRAMA ESTADUAL DE IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO DE CÃES E GATOS:

O Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, previsto pelo Decreto nº 63.505/2018, está sendo efetivado através de convênios para repasses de recursos financeiros oriundos de Emendas Parlamentares, bem como por transferência voluntária para Prefeituras Municipais. Situação atual dos convênios pagos e em trâmite na CSDA: Sistema SANI – 35 convênios pagos, 13 em andamento; Sistema Demandas – 65 convênios pagos, 09 aguardando pagamento e 118 em andamento.

Foi executado o total de R\$6.944.196,01 para pagamento dos 100 convênios supramencionados, sendo: R\$ 6.314.196,01 por Emenda Parlamentar; R\$ 530.000,00 por Demanda Parlamentar e R\$ 100.000,00.

SISTEMA PETCADASTRO

O PetCadastro é o sistema estadual de cadastro de cães e gatos, que atualmente se encontra em desenvolvimento por esta Coordenadoria em conjunto com a PRODESP.

Através deste sistema, a CDSA visa à obtenção de censo dos cães e gatos e um Mapa da Saúde Animal do Estado de São Paulo, o que permitirá o desenvolvimento de estratégias para o melhor direcionamento das ações da Coordenadoria e monitoramento do aumento da população de cães e gatos. Atualmente, o sistema está pronto para lançamento e aguardando a publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais, a ser definida pelo Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações, instituído pelo Decreto nº 64.790/2020.

CAM/PANHA DE POSSE RESPONSÁVEL COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)

Em julho deste ano, a Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal iniciou uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, para planejamento e realização de uma campanha com o

mote “Eles nunca te abandonam, por que você vai abandoná-los?”, objetivando abordar temas como o abandono de animais e suas implicações na Saúde Pública, a guarda responsável e bem-estar animal. Em 27 de julho iniciaram as atividades de planejamento da campanha, em que esta Coordenadoria colaborou com todo o conteúdo, visto que se tratava de um tema relacionado a animais domésticos (cães e gatos).

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria da Segurança Pública

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 18000 - Secretaria da Segurança Pública

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	12.284.116.940,00	12.573.272.806,00	12.196.193.052,05	181.802.369,42	12.377.995.421,47	11.766.183.082,61
Pessoal e Encargos Sociais	9.445.400.005,00	9.567.673.554,00	9.566.057.168,55	0,00	9.566.057.168,55	9.048.606.466,79
Outras Despesas Correntes	2.838.716.935,00	3.005.599.252,00	2.630.135.883,50	181.802.369,42	2.811.938.252,92	2.717.576.615,82
Despesas de Capital	883.184.897,00	1.703.303.490,00	534.185.037,92	1.045.486.969,00	1.579.672.006,92	661.413.060,97
Investimentos	883.184.897,00	1.703.303.490,00	534.185.037,92	1.045.486.969,00	1.579.672.006,92	661.413.060,97
Despesa Total	13.167.301.837,00	14.276.576.296,00	12.730.378.089,97	1.227.289.338,42	13.957.667.428,39	12.427.596.143,58

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: 1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 18000 - Secretaria da Segurança Pública

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Despesas Correntes	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
1801 - APRIMORAMENTO DA POLICIA JUDICIARIA	3.548.566.844,00	3.433.696.046,00	3.344.632.242,86	50.645.187,87	3.395.277.430,73	3.228.391.215,92
Despesas Correntes	3.433.715.745,00	3.377.157.035,00	3.315.111.827,82	26.684.936,48	3.341.796.764,30	3.201.473.212,14
Despesas de Capital	114.851.099,00	56.539.011,00	29.520.415,04	23.960.251,39	53.480.666,43	26.918.003,78
1811 - CORPO DE BOMBEIROS PREPARADO PARA EMERGENCIAS COM FOCO NA GESTAO DE RISCOS	90.159.425,00	109.632.805,00	66.969.877,08	17.688.099,30	84.657.976,38	88.042.582,70
Despesas Correntes	74.034.375,00	82.607.339,00	66.271.174,63	9.121.827,30	75.393.001,93	74.616.960,40
Despesas de Capital	16.125.050,00	27.025.466,00	698.702,45	8.566.272,00	9.264.974,45	13.425.622,30
1814 - POLICIA TECNICO-CIENTIFICA - CIENCIA E TECNOLOGIA APLICADAS AO ESCLARECIMENTO DE	604.571.501,00	594.983.304,00	573.219.613,12	15.206.736,59	588.426.349,71	557.795.725,54
Despesas Correntes	600.888.421,00	585.096.766,00	570.826.534,39	9.157.823,33	579.984.357,72	553.729.202,05
Despesas de Capital	3.683.080,00	9.886.538,00	2.393.078,73	6.048.913,26	8.441.991,99	4.066.523,49
1817 - PROGRAMA DE PROTECAO SOCIAL DO POLICIAL MILITAR (PPSPM)	254.105.651,00	264.705.651,00	231.783.104,38	600.000,00	232.383.104,38	241.660.927,97
Despesas Correntes	253.905.651,00	264.505.651,00	231.726.634,43	600.000,00	232.326.634,43	241.603.293,02
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	56.469,95	0,00	56.469,95	57.634,95
1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	991.027.710,00	1.827.360.591,00	731.726.059,00	974.424.770,43	1.706.150.829,43	824.489.078,38
Despesas Correntes	391.061.579,00	304.647.787,00	267.042.638,81	10.839.659,30	277.882.298,11	267.799.774,93
Despesas de Capital	599.966.131,00	1.522.712.804,00	464.683.420,19	963.585.111,13	1.428.268.531,32	556.689.303,45
1819 - PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO	7.658.383.706,00	8.037.587.899,00	7.773.927.759,75	168.705.843,94	7.942.633.603,69	7.478.673.693,20
Despesas Correntes	7.529.511.159,00	7.958.108.228,00	7.744.214.241,97	125.379.422,72	7.869.593.664,69	7.425.960.640,07
Despesas de Capital	128.872.547,00	79.479.671,00	29.713.517,78	43.326.421,22	73.039.939,00	52.713.053,13

2990 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	19.487.000,00	7.610.000,00	7.119.433,78	18.700,29	7.138.134,07	7.542.919,87
Despesas Correntes	10,00	150.000,00	0,00	18.700,29	18.700,29	0,00
Despesas de Capital	19.486.990,00	7.460.000,00	7.119.433,78	0,00	7.119.433,78	7.542.919,87
Despesa Total	13.167.301.837,00	14.276.576.296,00	12.730.378.089,97	1.227.289.338,42	13.957.667.428,39	12.427.596.143,58

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Programa 1730 – Direitos Humanos e Cidadania

O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento e às políticas públicas referentes à cidadania e aos Direitos Humanos.

Ação 4987 – Proteção Policial a Vítimas e Testemunhas (PROVITA)

O Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA) é um instrumento atuante de acesso à justiça e combate à impunidade no Estado de São Paulo. Opera em São Paulo desde o ano 1999, vinculado às Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Segurança Pública. O PROVITA faz parte do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal.

O Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA/SP) tem a missão de proteger vítimas e/ou testemunhas que estejam sofrendo ameaças em virtude de colaboração em inquérito policial ou processo criminal. Feito o encaminhamento de um caso, seja por autoridades policiais, Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos públicos ou entidades que trabalham na defesa dos direitos humanos e até pelo próprio interessado, o pedido de proteção é encaminhado para análise do Conselho Deliberativo, competente para a decisão final sobre o ingresso ou não de uma pessoa (e, se o caso, também a sua família) no Programa de Proteção. O período de proteção é de dois anos e pode ser prorrogado de acordo com a duração do processo e com a condenação dos culpados. O Programa de Proteção Paulista está fundamentado pela Lei Federal nº 9.807/1999 e pelos Decretos Estaduais nº 44.214/1999 e 56.562/2010.

No exercício de 2021 a meta do PPA foi de 160 pessoas atendidas e a meta atingida foi de 129. _

Programa 1801 – Aprimoramento da Polícia Judiciária

O programa tem como objetivo a execução da atividade de Polícia Judiciária, mediante a realização de investigações policiais formalizadas através de Inquéritos Policiais ou Termos Circunstanciados, objetivando o esclarecimento da autoria e a materialidade das infrações penais, visando o combate à criminalidade e a gerar a pacificação social, com o aprimoramento da investigação dos delitos, por meio de desenvolvimento da polícia judiciária, administrativa e especializada e de atividade de inteligência, com especial ênfase na repressão ao crime organizado, narcotráfico e homicídios.

O programa tem como indicadores de resultado:

INDICADOR DE RESULTADO	META 2021	RESULTADO 2021
1071 – SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS (Kg)	236.265	288.288
3940 – PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA REALIZADOS (UNIDADE)	610.000	501.807

- Indicador de Resultado 1071 - Quantidade de Substâncias Entorpecente Apreendidas pela Polícia Civil no Estado de São Paulo

No exercício de 2021, a quantidade foi de 288.288 Kg.

- Indicador de Resultado 3940 – Procedimentos de Polícia Judiciária Realizados

O indicador tem como objetivo a quantidade de procedimentos de polícia judiciária realizados pela Polícia Civil, sendo considerado como procedimentos de Polícia Judiciária, a realização de Inquéritos Policiais, Atos Infracionais, Termos Circunstanciados e Termos de Composição Preliminar realizados pelos NECRINS.

No exercício de 2021, totalizou-se **501.807**, assim distribuídos:

nº de Inquéritos Policiais instaurados: 383.173

nº de Atos Infracionais: 22.372

nº de Termos Circunstanciados: 86.055

nº de Termos de Composição realizados: 10.207

Importante consignar que em decorrência da Pandemia de COVID-19, o Estado de São Paulo, ainda em 2021, foram editadas diversas medidas visando a contenção da propagação do vírus, dentre elas, o isolamento social, a restrição à circulação de pessoas e o funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais, havendo em consequência, impactos da Pandemia nos resultados da Polícia Civil do Estado de São Paulo

O Programa 1801 – Aprimoramento da Polícia Judiciária, possui as seguintes AÇÕES:

Ação 4180 – Administração Geral Da Polícia

A ação – Administração Geral da Polícia Civil, visa à administração dos recursos humanos, materiais, patrimoniais e tecnológicos da Polícia Civil e tem como finalidade dar suporte às atividades operacionais e administrativas da Polícia Civil.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
423 – SUPORTE ADMINISTRATIVO	NÃO HÁ			

Ação 1133 – Construção E Readequação Das Instalações Físicas Da Polícia Civil

A ação tem como PRODUTO - A expansão e Adequação da Infraestrutura, cujos indicadores são o número de unidades policiais construídas e/ou reformadas, com ou sem ampliação, de imóveis próprios sob administração da Polícia Civil, para melhorar o desenvolvimento das atividades da instituição e o atendimento ao público, assegurando-se a melhoria das condições de segurança e trabalho ao Policial Civil. Para determinação da meta PPA, foi considerada a quantidade de imóveis próprios sob administração da Polícia Civil, ou seja, 800 imóveis e a quantidade de imóveis que necessitam de reformas e/ou novas construções, sendo determinada a necessidade de intervenção em 368 imóveis, fixando-se em consequência a meta quantitativa – LOA, de 92 imóveis por ano, e qualitativa – PPA, de 11,25 % - ano, de imóveis reformados e/ou construídos.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
417 – EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	1080 – CONSTRUÇÕES E REFORMAS (UNIDADE)	LOA	56	40

Não obstante, a meta LOA 2021, foi adequada para 97 unidades, sendo considerado como indicadores do produto Expansão e Adequação de Infraestrutura, em três ações distintas, quais sejam, Instalações da Polícia Civil, DDM 24 horas e Implantação de Novas DEICs.

Principais realizações em 2021:

Item	Tipo	Recurso 2021
Garagem Alfredo Issa	Reforma com ampliação	28.806.485,53
1º Distrito Policial e a Cadeia Pública Feminina do município de Leme	Reforma com ampliação	2.772.887,26
Delegacia do município, 1º DP e Cadeia de Lorena	Reforma com ampliação	188.435,35
Palácio da Polícia Civil de Santos	Reforma com ampliação	137.200,00
Reforma com ampliação da Sede da Delegacia Seccional de Dracena	Reforma com ampliação	747.129,06
78º Distrito Policial - Jardins	Reforma com ampliação	1.927.700,08
35º Distrito Policial - Jabaquara	Reforma com ampliação	2.052.591,75
72º Distrito Policial - Vila Penteado	Reforma com ampliação	2.330.000,00
85º Distrito Policial - Jardim Mirna	Reforma com ampliação	2.637.116,57

32º Distrito Policial - Itaquera	Reforma com ampliação	2.601.857,66
68º Distrito Policial - Lageado	Reforma com ampliação	2.171.706,69
41º Distrito Policial - Vila Rica	Reforma com ampliação	2.108.695,72
44º Distrito Policial - Guaianazes	Reforma com ampliação	1.865.029,82
Reforma DEIC - Santos	Reforma simples	33.000,00
Reforma da Delegacia do Município de Narandiba	Reforma simples	30.679,22
Reforma da Delegacia do Município de Estrela do Norte	Reforma simples	41.250,00
Reforma da Delegacia do Município de Alfredo Marcondes	Reforma simples	70.000,00
Reforma da Delegacia do Município de Indiana	Reforma simples	38.833,33
Reforma para adequação do sistema de combate à incêndio do hangar do SAT – DOPE	Reforma simples	138.000,00
Reforma do telhado da Academia de Polícia – Campus I - ACADEPOL	Reforma simples	1.160.000,00
Reforma do 1º Distrito Policial de Piracicaba	Reforma simples	121.750,00
Reforma do prédio da DIG e DISE - PIRACICABA	Reforma simples	123.000,00
Reforma do 1º Distrito Policial de Fernandópolis	Reforma simples	29.000,00
Reforma da Delegacia de Jambeiro	Reforma simples	99.000,00
Reforma da Delegacia de Caçapava	Reforma simples	235.948,16
Reforma do 3º Distrito Policial de Campinas	Reforma simples	68.325,00
Reforma da Delegacia Seccional de Americana	Reforma simples	32.815,50
Reforma do prédio que abriga a unidade de detenção, triagem e encaminhamento de Itapira	Reforma simples	32.400,00
Reforma das Instalações Elétricas e hidráulicas da Delegacia do Município de São Carlos	Reforma simples	56.500,00
Reforma da Delegacia do Município de Platina	Reforma simples	56.500,00
Adequação da Delegacia do Município de Cândido Mota	Reforma simples	32.950,00
Reforma da Delegacia do Município de Cruzália	Reforma simples	32.600,00
Reforma da Cadeia e Audiência de Custódia de Lutécia	Reforma simples	22.552,00
Reforma da Cadeia Pública de Tupi Paulista	Reforma simples	49.194,28
Reforma do Núcleo de Polícia Judiciária de Nova Granada	Reforma simples	33.000,00
Reforma da Delegacia Seccional de Catanduva	Reforma simples	93.090,50
Reforma do 13º e 14º andares do Prédio denominado Palácio da Polícia Civil	Reforma simples	1.390.000,00
Reforma para implantação da Academia de ginástica no térreo da Garagem Alfredo Issa	Reforma simples	292.156,00
Reforma da Delegacia de Polícia do Município de Indaiatuba	Reforma simples	99.481,13

Ação 2644 – Delegacia da Mulher 24 hs:

A Ação 2644 – Implantação de DDMS 24 horas, visa a instalação de Delegacias de Defesa da Mulher com atendimento 24 horas às mulheres em situação de violência doméstica, cuja meta inicial governamental era a implantação de 40 Delegacias da Mulher 24 horas, sendo implantada em 2019, 10 (dez) DDMS 24 horas, restando a meta de mais 30 unidades 24 horas.

Não obstante, em 2020, foi criada pela Polícia Civil a DDM online 24 horas e em 2021, houve a implantação das Salas DDM 24 horas em cada plantão policial existente na Polícia Civil, resultando na realização de reformas em 143 salas visando ao atendimento 24 horas às mulheres vítimas de violência doméstica

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
417 – EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	1080 – CONSTRUÇÕES E REFORMAS (UNIDADE)	LOA	30	143

Principais investimentos nesta ação:

Descrição	Quantidade	Valor R\$
Aquisição de diversos equipamentos de Tecnologia da Informação, tais como, computadores, impressoras, etc.	283	888.112,50
Aquisição de mobiliários diversos, tais como, mesas, cadeiras, armários, para implantação das Salas DDMS 24 horas	1253	702.484,11
Aquisição de equipamentos diversos, tais como, áudio e vídeo, fragmentadoras, etc	615	800.648,28
TOTAL DA AÇÃO EM INVESTIMENTO	2151	R\$ 2.391.244,89

Ação 2645 – Implantação de Novas Divisões Especializadas de Investigações Criminais – DEICS:

A ação tem como meta a implantação de 11 Divisões Especializadas de Investigações Criminais – DEICs regionais.

Através do Decreto nº 64.528 de 15 de outubro de 2019, foram criadas duas Delegacias de Polícia Especializadas de Investigações Criminais sendo uma na

Delegacia Seccional de São Bernardo do Campo e uma na Delegacia Seccional de Taubaté e através do Decreto nº 64.809, de 21 de fevereiro de 2020, foram criadas 10 DEICs regionais, uma em cada um dos Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – DEINTER 1 a 10.

Dessa forma, foram efetivamente implantadas 12 unidades especializadas de investigações criminais, sendo 10 Divisões e 2 Delegacias Especializadas, atingindo a meta LOA através da adequação e reformas dos espaços destinados a implantação das DEICs regionais.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
417 – EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	1080 – CONSTRUÇÕES E REFORMAS (UNIDADE)	LOA	11	12

Principais investimentos nesta ação:

Descrição	Quantidade	Valor R\$
Aquisição de equipamentos de inteligência, mobiliários, equipamentos diversos para as DEICs – Interior.	612	R\$ 883.259,45

Ação 4195 – Identificação Civil e Criminal

A ação visa assegurar os direitos inerentes à cidadania, com a emissão de cédulas de identidade e atestados de antecedentes criminais, bem como, a prestação de auxílio à atividade fim da Polícia Civil, nos procedimentos e Inquéritos policiais e na identificação de impressões digitais para a realização de perícias indispensáveis à produção probatória

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
516 – EMISSÃO DE DOCUMENTOS AO CIDADÃO	1235 – DOCUMENTOS EMITIDOS (UNIDADE)	LOA	10.000.000	10.092.225
	3209 – DOCUMENTOS EMITIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	PPA	21 %	21,63432 %

No exercício de 2021, foram expedidos:

nº de Carteiras de Identidade: 3.252.368

nº de Atestados de Antecedentes: 6.839.857

Ação 4988 – Custódia De Presos

A ação tem como meta proporcionar subsistência alimentar e de medicamentos aos presos em custódia provisória na Polícia Civil, até suas transferências para o sistema prisional, desonerando a instituição para a realização de sua atividade fim.

No exercício de 2021, ainda em razão da pandemia da COVID-19, por recomendação do CNJ, a custódia provisória de presos passou a ser exceção, dando maior agilidade na transferência de presos para a Secretaria de Assuntos Penitenciários, bem como, suspendeu os cumprimentos de mandados de prisão de natureza civil e substituiu as penas impostas às pessoas que pudessem estar nos grupos de risco, por prisão domiciliar. Por tais motivos, o resultado 2021, abaixo da meta mostra-se justificado, haja vista que diminuiu a necessidade de assistência aos presos pela Polícia Civil.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
525 – Serviços de Custódia de Presos	3763 – NÚMERO DE CUSTODIADOS ATENDIDOS (UNIDADE)	LOA	1.771	1.085
	3764 – PRESOS SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CUSTODIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	PPA	0,81 %	0,52635 %

Ação 4989 – Polícia Judiciária

A ação tem como meta a execução das ações de polícia judiciária na apuração das infrações penais e sua autoria, mediante investigação e elaboração de procedimentos, bem como a promoção da solução ou composição de conflitos, mantendo banco de dados identificadores para expedição de documentos necessários à produção de provas.

Os Registros Digitais de Ocorrência - RDO elaborados em 2021, totalizam 4.388.750, sendo 1.946.669 elaborados diretamente pelas unidades policiais territoriais e 2.442.081 elaborados online pela população, através da utilização da Delegacia Eletrônica. Dessa forma, o resultado 2021, consideravelmente acima da meta reproduz o objetivo da Polícia Civil do Estado de São Paulo, em disponibilizar à população meio rápido e eficiente na notificação das infrações penais e demais modalidades de registro de ocorrências, mormente os registros de naturezas diversas da infração penal, tais como, preservação de direitos, ocorrências de natureza civil, etc.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
533 – Registros Digitais de Ocorrência	1245 – NÚMERO DE REGISTROS ELETRÔNICOS REALIZADOS PELOS CIDADÃOS (UNIDADE)	LOA	2.680.000	4.388.750
	3220 – SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS DA DELEGACIA ELETRÔNICA (%)	PPA	98 %	98,37455 %

Ação 5427 – Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento dos Policiais Civis

A ação tem como meta a realização de processo seletivo para provimento de cargos vagos, cursos de formação de novos policiais, cursos de aperfeiçoamento e especialização dos servidores da Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica, ministrados pela Academia de Polícia e outras instituições.

No exercício de 2021 foram formados 767 novos policiais civis e aperfeiçoados/especializados 14.273 policiais civis, perfazendo um total de 15.040.

O Resultado de 2021, superou em quase o dobro da meta estabelecida, em virtude da efetiva adoção do sistema EAD – Ensino Policial a Distância, em decorrência das medidas de isolamento social em virtude da Pandemia de COVID-19, ainda em vigor no Estado de São Paulo, no ano de 2021.

PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO	META 2021	RESULTADO 2021
539 – Formação e Capacitação de Profissionais	1253 – SERVIDORES FORMADOS, CAPACITADOS, APERFEIÇOADOS E ESPECIALIZADOS (UNIDADE)	LOA	8.200	15.040

Programa 1811 – Corpo de Bombeiros Preparados para Emergências Com Foco na Gestão de Riscos

O Programa tem como objetivo promover atividades de pronta resposta às emergências de Bombeiros e às de defesa civil e de prevenção, visando à proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio.

Ação 1054 – Construção/Readequação das Instalações Físicas

A Ação pretende a realização de obras novas com o objetivo de expandir, em condições adequadas ao serviço, a disponibilidade de pronta resposta às emergências, bem como realizar reformas em estruturas existentes, visando proporcionar ao efetivo condições salubres para o trabalho, melhorando as condições de habitabilidade, modernizando-as e tornando-as sustentáveis, de forma a propiciar economicidade de recursos financeiros e melhorar a gestão do espaço físico.

Principais realizações na Ação:

Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Serviço de Pintura do CCB	1	419.995,72	419.995,72
Reforma do telhado e manutenção do MUSEU	1	350.900,00	350.900,00
Serviço de Impermeabilização da laje do CCB	1	344.999,70	344.999,70
Serviço de engenharia para manutenção em tubulação do CCB	1	193.999,98	193.999,98
Manutenção Piso PB Brás Cubas	1	97.480,91	97.480,91
Serviço para manutenção e reestruturação de esgoto do complexo CBM	1	49.378,34	49.378,34
Contratação de empresa esp. Manut. Energia Elétrica base GV Peruíbe	1	37.994,00	37.994,00
Serviço de Manutenção Predial PB Avare	1	25.000,00	25.000,00
Serviço de Manutenção da Rede elétrica do CSM/MopB	1	16.500,00	16.500,00
Contratação de empresa espec. em serviços manutenção predial	1	16.000,00	16.000,00
Manutenção em Alojamento do EB Suzano	1	9.200,00	9.200,00

Ação 4168 – Administração Geral do Corpo de Bombeiros

Essa Ação tem como objetivo fornecer suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas do Corpo de Bombeiros, por meio da aquisição de materiais e equipamentos próprios, e a contratação e manutenção de serviços de suporte e contratos terceirizados de natureza contínua e pagamento de despesas com serviços de utilidade pública.

Principais realizações na Ação:

Tipo deMaterial	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor TotalR\$
Material de Consumo	Uniforme militar	46.092	Diversos	660.731,60
	Colchão para solteiro	1.288	Diversos	301.875,00
	Monitor de Vídeo	181	Diversos	240.324,98
	Amplificador	74	Diversos	161.373,60
	Caixa Acústica	193	Diversos	137.975,00
Serviço	Contratação de Serv. E Manut. De SOFTWARE	Diversos	1.660.264,32	1.660.264,32
	Serviço de Alimentação Preparada	Diversos	Diversos	1.175.707,67
	Contratação de empresa especializada em tratamento de esgoto	Diversos	Diversos	493.957,74

Ação 4998 – Combate a Incêndio

Essa Ação tem como objetivo possibilitar intervenções operacionais, visando minimizar a possibilidade de ocorrência do evento morte, de danos ambientais e de danos patrimoniais por ocasião de incêndios.

Principais realizações na Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Material de Consumo	Roupa para Combate a incêndio	1.530	Diversos	9.214.440,00
	Uniforme Militar	20.332	Diversos	6.171.838,60
	Capacete para Salvamento	3.259	Diversos	5.066.365,10
	Peças e acessórios para viaturas e motos	Diversos	Diversos	1.440.594,37
	Combustíveis- Gasolina, Etanol e Diesel	Diversos	Diversos	1.346.142,12
	Líquido Gerador de Espuma	Diversos	Diversos	894.276,00
	Balaclava de Segurança	6.200	Diversos	768.920,00
	Equipamentos de Salvamento em altura	4.707	Diversos	645.971,24
	Mangueira de Incêndio	1.135	Diversos	602.311,12
	Luva de Segurança	4.586	Diversos	566.983,28
	Oleo-lubrificante-fluido Automotivo	8.405	Diversos	272.837,63
	Pneumáticos para caminhões, onibus e seus rebocados	Diversos	Diversos	270.331,44
	Bomba Costal para combate a incêndio	249	Diversos	239.413,15
	Peças e acessórios para ferramentas Não acionados por força motriz	1.339	Diversos	135.876,01
	Derivante para Mangueira de Incêndio	146	Diversos	92.878,55
	Pneumatico para utilitários	Diversos	Diversos	89.259,58
	Aquisição de Material de Arrombamento	Diversos	Diversos	47.385,55
	Kit de Ferramentas Manuais	36	Diversos	40.872,88
	Pneumaticos para automóveis leves	Diversos	Diversos	32.980,88
	Aquisição de Pneumaticos	1	1.976.496,00	1.976.496,00
Serviços	Manutenção Preventiva e Corretiva de viaturaras	Diversos	Diversos	1.955.613,45
	Contratação de serviços de Geoposicionamento para as VTRs do CB	Diversos	Diversos	725.256,37
	Manutenção corretiva de Embacação	1	249.000,00	249.000,00
	Manutenção em Cilindros e compressores de ar	Diversos	Diversos	227.025,00
Investimentos	Equipamento Autonomo de Prot. Respiratória	20	21.100,00	422.000,00
	Veiculo Especial-Caminhão	12	720.000,00	8.566.272,00
	Lanterna tática	197	Diversos	174.739,00

Ação 4999 – Proteção a Banhistas

Essa Ação tem como objetivo as intervenções operacionais realizadas pelo Corpo de Bombeiros no mar e em águas internas, voltadas à prevenção de afogamentos, ações de busca e salvamento de banhistas em situação de perigo e apoio a embarcações em condições de perigo, por meio do emprego de guarda-vidas, viaturas e embarcações.

Importa destacar nesta Ação que resultados bastante favoráveis vêm sendo obtidos com a contratação de guarda vidas por tempo determinado (GVTD) para reforçar o efetivo do Grupamentode Bombeiros Marítimo durante o período da Operação Praia Segura. O número de mortes por afogamento vem diminuindo anualmente desde a primeira contratação, havida em dezembro de 2012, e que busca, todos os anos, o reforço de, no mínimo, seiscentos GVTD em toda a orla paulista e nas represas da Capital, durante os meses de novembro a março.

Principais realizações na Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Consumo	Combustíveis – Diesel, Gasolina	Diversos	Diversos	314.958,63
	Fardamento, Vestuário, Uniforme, Tecido, Aviament	8.843	Diversos	287.991,92
	Material P/ Conservação e Manutenção de Imóveis	4.091	Diversos	168.249,06
	Nadadeira Aquática	873	Diversos	128.530,30
	Colete Salva Vidas	186	Diversos	114.825,22
	Peças e Acessórios para Embarcações	345	Diversos	94.659,18
	Material para Telecomunicações	1150	Diversos	81.200,00
Serviços	Manutenção e substituição de equipamentos da embarcação Fleury	1	1.037.165,90	1.037.165,90
	Contratação de serviços de Gerenciamento e Manutenção de embarcações	Diversos	Diversos	786.093,20
	Manutenção da camara HIPERBÁRICA Emb.Fleury	1	600.000,00	600.000,00
	Manutenção e Reparo da Lancha Guaiao	1	147.000,00	147.000,00
	Serviço de confecção de Guarda-Sóis	400	270,00	108.000,00
	Serviço de confecção de cadeirões	1	Diversos	78.499,99
	Readequação do Sistema de Navegação CMT Barreto	1	Diversos	36.134,10
Admissão de Pessoal	Contratação de Guarda Vida porTempo Determinado (GVTD)	CONTRATADOS 570 – ano 2020 458 – ano 2021		4.384.503,82

Ação 5000 – Salvamento e Resgate

Essa Ação visa o salvamento de pessoas em locais de difícil acesso, em estruturas colapsadas, em maquinário e operações envolvendo produtos perigosos; atendimento a vítimas de acidentes automobilísticos, traumáticos pessoais e do trabalho, com lesões graves, tentativas de homicídio e de suicídio, vítimas de choque elétrico, queimaduras, afogamentos e outros, sendo o Resgate, por meio do atendimento pré-hospitalar, a continuidade do serviço de salvamento.

Principais realizações na Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Consumo	Material Medico, hospitalar e odontológico	50.974	Diversos	1.063,785,57
	Materiais para Salvamento em Altura	6.771	Diversos	891.457,90
	Luva de Segurança		Diversos	548.471,00
	Fardamento, Vestuário, Uniform, Tecido, Aviament	331	Diversos	138.827,00
	Materiais de Limpeza	62.524	Diversos	119.204,56
	Material de Imobilização P/ Transporte de vitimas	137	Diversos	100.399,50
	Bolsa para Material de Bombeiros	289	Diversos	84.906,00
	Base e comunicador sem fio para máscara Full Face	Diversos	Diversos	20.400,00
	Material de Acondicionamento e embalagem	Diversos	Diversos	11.696,90
	Ração para Cão	Diversos	Diversos	9.804,00
Serviços	Serviço de locação de 175 Desfibriladores	Diversos	Diversos	1.637.932,64
	Serviço de reforma e manutenção em desencarcerados	Diversos	Diversos	171.200,00
	Serviço de Manut. e conservação de Vtr's	Diversos	Diversos	83.512,80

Ação 5705 – Formação e Capacitação de Profissionais

Essa Ação tem por objetivo proporcionar a formação e capacitação de recém ingressos na Corporação, a contratados através de convênios e a voluntários, além da especialização ao efetivo próprio para o exercício das funções atribuídas por lei ao Corpo de Bombeiros.

Principais realizações na Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Consumo	Material para conservação e manutenção de imoveis	1802	Diversos	92.291,55
	Sistema de Descida de Emergência	20	3.828,95	76.868,50
	Corda e Mosquetão para Salvamento	2440	Diversos	63.373,20
Serviços	Serviço de Nutrição e Alimentação para efetivo e alunos da ESB	Diversos	Diversos	2.816.074,62
	Fornecimento de Gás (GLP) para ESB	1	Diversos	336.494,911
	Manutenção Corretiva dos aquecedores do conjunto aquatico da ESB	1	192.990,00	192.990,00
	Reforma Estacionamento	1	169.500,00	169.500,00
	Manutenção aquecedores ESB	1	116.000,00	116.000,00
	Reforma das CIAS e dos Alojamentos	1	97.999,47	97.999,47

Ação 6061 – Prevenção e Educação Pública

Essa Ação tem objetivo a regularização e a fiscalização das medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco, credenciamento de Bombeiros Civis, Guarda-Vidas e congêneres, bem

como de estabelecimentos destinados à formação destes profissionais; cadastramento de responsáveis técnicos que atuem nos processos de regularização das edificações, planejamento, coordenação e execução de atividades educacionais (palestras, treinamentos, campanhas, programas educativos e material publicitário) que visam prevenir e reduzir incêndios, acidentes e afogamentos.

Principais realizações na Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Serviço	Serviço contínuo em informática, Manut. e Hoped. Do Sist. Via facil	Diversos	Diversos	2.979.447,50
	Contratação de serv. Desenvolvimento de curso EAD	Diversos	317.000,00	317.000,00
	Confecção de Placas de sinaliz. e prevenção para banhistas	Diversos	Diversos	35.500,00
	Serviço gráfico de Impressão	30.000	Diversos	17.520,00

Programa 1814 – Polícia Técnico-Científica – Ciência e Tecnologia Aplicadas ao Esclarecimento de Crimes

O objetivo do Programa é imprimir uma melhoria contínua no processamento de vestígios criminais com a ampliação e modernização das instalações, dos equipamentos e das metodologias de exames, visando os padrões científicos internacionais e acrescer qualidade à prova técnica; fomentar novas tecnologias e inteligência na perícia para diminuir o tempo de atendimento às ocorrências e da expedição de laudos; criar e administrar bancos de dados de vestígios criminais e descentralizar os serviços.

Ação 1293 – Construção e Readequação de Instalações Físicas

Essa ação tem como meta a realização de intervenções de engenharia para construir novas instalações ou readequar os espaços físicos existentes das unidades da Polícia Técnico-Científica em todo o estado, permitindo o perfeito funcionamento dos serviços técnico-periciais e administrativos com observância às normas técnicas vigentes.

Investimentos desenvolvidos na Ação:

Natureza de Despesa	Construção e Readequação de Instalações	VALOR EM 2021
33904090 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	INÍCIO DA CONSTRUCAO DE DATA CENTER COM SALA COFRE	3.371.218,00
44905110 - ESTUDOS E PROJETOS	EPML OESTE - PROJETO BÁSICO DE REFORMA E AUDITORIA à OBRA (**)	17.336,00
	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE REFORMA PIRACICABA - DEMANDA PARLAMENTAR	135.000,00
44905111 - GERENCIAMENTO DE OBRAS	CONTRATACAO DE EMPRESA GERENCIADORA DA OBRA DA EPC/EPML DE BRAGANCA PAULISTA (**)	10.271,00
	GERENCIAMENTO DA OBRA DE CONTRUÇÃO SJRP	804.894,00
	PROJ.EXECUTIVO REFOR.PREDIO ALAMEDA CLEVELAND	66.529,00
	GERENCIAMENTO OBRA REFORMA BIOLOGIA E BIOQUIMICA	64.230,00
44905130 - EXECUCAO DE OBRAS E INSTALACOES	ENTREGA DA CONSTRUCAO EPC EPML BRAGANCA PAULISTA (**)	146.235,02
	ENTREGA REFORMA NUCLEO DE EXAMES ENTROPECENTES IC (*)	2.933.515,80
	INÍCIO DA CONSTRUCAO EDIFICIO SAO JOSE DO RIO PRETO	1.956.818,00
	CONTINUAÇÃO DA OBRA DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA EPML OESTE	2.006.715,50
	REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO NBB	313.007,20
TOTAL		11.825.769,52

(*) Recurso de restos a pagar e da dotação de 2021

(**) Recurso de restos a pagar

Ação 4174 - Administração Geral da Polícia Científica

A ação tem a finalidade de atender às unidades da SPTC, oferecendo recursos para o desenvolvimento das atividades através das despesas com recursos humanos, aquisições de materiais e tecnologias e prestações de serviço para o desenvolvimento satisfatório da atividade meio. Todas as unidades foram atendidas de acordo com a disponibilidade orçamentária. Em torno de 97% do recurso da Ação foi aplicado na Despesa de Pessoal e o restante aplicado nas despesas de suporte como: aquisição de materiais de escritório, materiais descartáveis, diárias com finalidade administrativas, serviços de utilidade pública, limpeza, portaria, PABX, locações de imóveis, manutenção de elevadores entre outros.

Ação 4178 - Perícias Criminalísticas e Médico-Legais

A ação tem como meta disponibilizar aos profissionais técnico-científicos todos os insumos necessários para a realização das perícias, com atenção à proteção individual e coletiva, de forma a promover a melhoria contínua da qualidade na produção da prova pericial. A meta do PPA para 2021 era a 940.000 de laudos expedidos. O total de laudos expedidos foi de 848.296, número que compreende seus diversos tipos, tais como: balísticos, contábeis, toxicológicos, grafotécnicos, lesões corporais, necroscópicos, anatomopatológicos, acidentes de trânsito, crimes contra o patrimônio, físicos, químicos, análise de DNA, entre outros.

Desta forma, a SPTC alcançou 90,24% da meta, sendo que o não atingimento total pode ser justificado pela diminuição de exames periciais solicitados pelos órgãos requisitantes. Em 2020 houve diminuição que pode ser creditada à pandemia que, em função da necessidade de distanciamento, houve uma queda significativa das atividades sociais e econômicas, diminuindo alguns tipos de ocorrências. Já em 2021 com o avanço da vacinação, que possibilitou o retorno a algumas atividades sociais e consequentemente um aumento de 3% de exames periciais em relação a 2020.

Ação 6064 - Formação e Atualização dos Servidores da Polícia Técnico-Científica

Essa ação tem como meta formar e atualizar os profissionais técnico-periciais e administrativos, com atenção à formação de lideranças, bem como fomentar a inovação técnica em busca da excelência no desempenho de suas funções.

Com dotação inicial de R\$ 363.000,00, a meta almejada era a de 350 profissionais treinados e foram capacitados 350 profissionais perfazendo um atingimento de 100%. Apesar da situação atípica imposta pela pandemia, em que a necessidade de distanciamento impactou diretamente no número de profissionais qualificados, pode-se atribuir atingimento da meta à Adaptação e um oferecimento significativo de aulas por meio de ensino à distância. A maioria dos cursos realizados pelos profissionais técnico-científicos eram ministrados pela ACADEPOL somente presencialmente, houve.

Diante do novo cenário, com a vacinação avançando a Polícia Científica tem se estruturado para promover o ensino à distância para complementar a capacitação de seus servidores.

É importante salientar que também foram executados nessa ação R\$ 542.000,00 recursos oriundos do FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA, para a valorização dos profissionais da Polícia Científica, através da aquisição de bens que para a implantação e modernização de consultórios de psicologia e nutrição.

Programa 1817 – Proteção Social do Policial Militar (PPSPM)

O Programa tem como objetivo melhorar as condições de saúde dos beneficiários da Caixa Beneficente da Polícia Militar e apoiar os Policiais Militares em geral, através da assistência jurídica funcional (AJF) quando do cometimento de infrações administrativas e nos crimes cometidos em razão da função.

Ação 4251 – Administração Geral da Caixa Beneficente da Polícia Militar

Tem por finalidade dar suporte às atividades administrativas e operacionais da Autarquia realizando a administração dos recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos da Instituição. Com o produto 1487 – Suporte Administrativo, buscou-se a modernização da estrutura administrativa da CBPM com o foco em quatro áreas de atuação a saber: recursos humanos, tecnologia da informação e comunicação, suporte administrativo e administração de bens imóveis. A dotação (Inicial e Suplementações) de R\$ 15.841.894,00 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais), e realizado o montante de R\$ 6.839.788,84 (seis milhões oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), com despesas de pessoal e encargos, contribuição patronal -SPPREV (São Paulo Previdência), e outras despesas com manutenção da Autarquia.

Ação 4784 – Assistência Médica Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia

A dotação (Inicial e Suplementações) da ação foi alocado a importância de R\$ 246.294.692,00 (duzentos e quarenta e seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais).

A ação tem por finalidade oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar com obstetrícia aos beneficiários e pensionistas dos contribuintes da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado. Cabe ressaltar que tal atendimento é realizado pelo Hospital Cruz Azul de São Paulo por meio do termo de colaboração firmado com base na Lei Federal Nº 13.019/14 e Termo de Colaboração Nº CBPM001/01/2020 de 01 de abril de 2020. Para a realização do termo foi alocado uma dotação orçamentária R\$ 238.272.566,00 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, e quinhentos e sessenta e seis reais), suplementação através de crédito de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e realizado R\$ 222.907.795,21 (duzentos e vinte e dois milhões, novecentos e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais, vinte e um centavos). O hospital realizou 1.585.461 (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um) procedimentos entre exames, consultas em clínicas especializadas e serviço de apoio diagnósticos terapêuticos (SADT) atingindo 67% (sessenta e sete pontos percentuais) da meta proposta. A quantidade da realização de consultas em pronto socorro, ambulatorios e clínicas atingiu o número de 395.912 (trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze) o que representa 95% (noventa e cinco pontos percentuais) da meta proposta, considerando que a meta é definida pela quantidade de atendimento apenas do último mês 32.248 (trinta e dois mil duzentos e quarenta e oito). Embora não tenha ocorrido o atingimento das metas propostas, o atendimento manteve os padrões de qualidade e ocorreu de maneira satisfatória. As metas não foram alcançadas em decorrência da

Pandemia do Covid-19, pois o Estado de São Paulo através do Decreto Nº 64.879/2020 entrou em Estado de Calamidade Pública e ao longo do ano foram editadas diversas medidas na tentativa de contenção da propagação do vírus, com isolamento social restringindo a circulação de pessoas. Dessa maneira houve queda nos atendimentos ambulatoriais, pronto socorro adulto e infantil, cirurgias e internações, motivadas principalmente pelo receio de contágio dos pacientes no ambiente hospitalar.

Nota: Conforme breve resumo da análise do Sr. Mauricio – CPA – Secretaria da Fazenda, no e-mail enviado de 04/03/2022 às 13:03 hs.,

Ação 4784 – Assistência Médica Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia

O indicador está com um problema na forma de totalização que parece como “somatória”, gerando dados incompreensíveis. Sugestão do técnico Mauricio é inicialmente alterar para “média”. O resultado anual do indicador seria, assim, 0,92750, já comparável aos 0,2 proposto pela equipe que criou o programa.

Ação 6298 – Assistência Jurídica Funcional Prestada a Policiais Militares

Lastreado no produto – Defesa Funcional dos Policiais Militares, a ação tem a finalidade de prestar a assistência jurídica funcional aos policiais militares que em razão da função cometam infrações administrativas e ou crimes que demandem esse tipo de assistência, do início até solução final ou trânsito em julgado da ação penal. A ser realizado exclusivamente com recursos oriundos da fonte 001 – Tesouro Estadual ainda não foi implantada pois aguarda-se a regulamentação e disponibilização de recursos para o credenciamento dos advogados que realizarão a defesa funcional dos policiais militares. Apesar de ainda não haver sido implantado, foi alocado no exercício a importância de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Ação 9001 – Contribuição do Estado para o Regime Próprio de Previdência do Servidor.

Trata de ação para a cobertura de insuficiência financeira de acordo com os artigos 27 e 28 da Lei Complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 17.293, de 15 de outubro de 2020. A dotação inicial foi de R\$2.249.804,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, e oitocentos e quatro reais), sendo que o liquidado foi no montante de R\$ 683.548,12 (seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e doze centavos). Vale lembrar que a fonte desse recurso é 001 – Tesouro Estadual, e tem por objetivo a cobertura orçamentária para o pagamento do benefício previdenciário de aposentados e pensionistas civis da Autarquia. O benefício financeiro é pago efetivamente pela São Paulo Previdência.

Programa 1818 – Modernização da Segurança Pública

O objetivo do Programa é garantir as instituições de segurança pública uma gestão efetiva e integrada, buscando dar suporte as ações de competência legal de cada uma, otimizando os recursos humanos e materiais, por meio da inteligência e tecnologia.

Ação 4985 - Gestão da Política de Segurança Pública

Provimento de condições para a concretização dos projetos de modernização da polícia e dos meios que valorizem o policial. Superintendência das ações administrativas do Gabinete do Secretário e de ações específicas e pontuais como a Virada Cultural. Essa ação tem como finalidade propiciar meios para que as áreas técnicas, administrativas e de planejamento possam desenvolver e elaborar projetos de modernização para a melhoria e qualidade dos serviços e das ações policiais, e de valorização dos policiais. Em atendimento ao item I, do artigo 17, das Instruções nº 01/2008, Resolução nº 08/2008, DECLARO que o Gabinete do Secretário e Assessorias Secretaria da

Segurança Pública, conforme o Decreto nº 6.918/75, tem a competência de examinar e preparar o expediente encaminhando ao Titular da Pasta, exercer os serviços técnicos de comunicações, representar oficialmente o Secretário e prestar serviços de administração geral para os órgãos da Secretaria, enquanto que as Assessorias, cada uma dentro de suas atribuições específicas, assessoram o Secretário na formulação e no controle de execução dos planos e programas, desempenham as atividades relacionadas com o planejamento, avaliam os resultados e produzem informações.

Compõe a estrutura do Gabinete do Secretário, dentre outros:

1. CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento (Gabinete SSP)

Coordenadoria de Análise e Planejamento Compete à Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) assessorar o titular da pasta na definição e fixação da Política de Segurança Pública através da promoção de estudos referentes à prevenção e repressão à criminalidade.

Principais atividades em 2021:

Estatísticas e Análises Criminais.

Consolidação e publicação mensal das estatísticas criminais e atividades policiais referentes ao Estado de São Paulo, por meio do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais.

Disponibilização mensal de dados estatísticos ao programa de metas - Projeto de Proposição de Aperfeiçoamento nas Ações de Segurança Pública no Estado de São Paulo “São Paulo Contra o Crime”.

Produção de análises criminais com suporte de georreferenciamento sobre incidência criminal, em atendimento a demandas internas e externas, sobre temas como: homicídios, roubos, roubo de carga, perfil da criminalidade em municípios, dentre outros.

Controle de qualidade dos boletins de ocorrência: monitoramento das ocorrências de morte suspeita, homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, por meio de acompanhamento diário dos boletins de ocorrência e de estabelecimento de fluxo de comunicação com as unidades policiais visando o aprimoramento da qualidade do preenchimento para o correto registro da natureza criminal e seu respectivo registro estatístico. (Resolução SSP- 99, de 23-09-2016).

Manutenção do Sistema Estatístico Criminal (SECRIM) disponível na INTRANET.

Administração do sistema INFOCRIM 3.0.

Administração da ferramenta INFOCRIM 2.0 para liberação de usuários de órgãos conveniados;

Atualização de bases cartográficas para consumo do Registro Digital de Ocorrências (RDO) e Sistema Informatizado de Operações da Polícia Militar (SIOPM).

Parcerias e Convênios.

Participação no Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, instituído pelo Decreto nº 61.442/15, através do fornecimento de mensal de boletins de óbito no trânsito.

Parceria da Secretaria da Segurança Pública com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, através de envio mensal de banco de dados sobre vitimização de pessoas com deficiência; Parceria da Secretaria da Segurança Pública com a Secretaria de Saúde, através do compartilhamento entre a CAP/SSP e o Centro de Informações Estratégicas em Saúde (CIVS) da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), quando necessário, de dados a respeito de mortes registradas no R.D.O. e no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) com a finalidade de aprimoramento dos respectivos bancos de dados.

Prestação de contas: Elaboração de relatório de prestação de contas para a Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa de São Paulo, conforme previsto no artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo.

Pedidos Diversos: Análise de 7 Projetos/requerimentos para Captação de Recursos junto ao Fundo de Incentivo à Segurança Pública – FISP (Lei Estadual nº 10.328/99 e Decreto Estadual nº 45.548/00);

Análise de 2 pedidos de criação ou renovação de cadastro de Guardas Municipais (Lei Estadual nº

11.275/02 e Decreto Estadual nº 25.265/86); Análises e estudos para subsidiar parte das informações produzidas pela Imprensa/SSP sob a temática estatística criminal.

2. Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo

Criada pela Lei Complementar 826/97, tem a incumbência de receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários; verificar a pertinência das denúncias, reclamações e representações; propor ao Secretário da Segurança Pública a adoção das providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população pela Polícia Civil, pela Polícia Militar e por outros órgãos da Pasta; elaborar e publicar, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades; requisitar, diretamente, de qualquer órgão estadual, informações, certidões, cópias de documentos ou volumes de autos relacionados com investigações em curso.

No ano de 2021, houve, aproximadamente, 9059 atendimentos de solicitação, sendo 5038 encaminhamentos às polícias (protocolos abertos - denúncias, elogios e sugestões) e 4021 orientações e informações. "

3. Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)

Os CONSEGs, Conselhos Comunitários de Segurança, criados pelo Decreto Estadual nº 23.455/1985, atualmente são regulamentados pela Resolução SSP nº 013/2018. O órgão interno da Secretaria da Segurança Pública responsável pelos CONSEGs é a Coordenadoria Estadual dos CONSEGs, criada pela Lei Complementar 974/2005, cuja missão precípua é assessorar o Secretário da Segurança Pública no relacionamento com as comunidades e na definição da política de segurança comunitária, atuando sempre na vanguarda de difundir diretrizes de organização e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, promovendo ações de homologar, supervisionar, representar coletivamente e de capacitar os Conselhos Comunitários de Segurança e seus voluntários, desempenhando papel institucional no sentido de consolidar os CONSEGs como canal privilegiado pelo qual a Secretaria da Segurança Pública escuta a sociedade, contribuindo para a consecução do almejado binômio polícia-comunidade, parceria contemplada e prevista no caput do artigo 144 da Constituição Federal, tão necessária ao exercício do estado democrático de direito.

4. Programa Bem-me-Quer

Criado pelo Decreto nº 46.369/2001, em parceria com a Secretaria da Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Procuradoria da Justiça, com a finalidade de propiciar atendimento especial e integrado às mulheres e às crianças ou adolescentes do sexo feminino ou masculino, estes até 14 (quatorze) anos de idade, vítimas de violência sexual que, após noticiar o crime na Delegacia, serão levadas em veículo especial, diretamente ao Hospital, para a coleta de provas da agressão, detecção de possíveis doenças contagiosas, tratamento médico, social, psicológico e atendimento jurídico. De janeiro a dezembro de 2021 tivemos 5.160 pessoas atendidas pelo programa.

O exposto retrata algumas das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Segurança Pública. A execução da Unidade Gestora, vinculada ao Gabinete do Secretário e Assessorias, atendendo às necessidades não somente de manutenção predial e manutenção da estrutura administrativa, mas também e principalmente, às necessidades da Secretaria dentro do contexto do Governo Estadual, com a manutenção dos Programas e a celebração de convênios, sempre alinhada ao planejamento da Pasta e às metas estabelecidas pelo Secretário da Segurança Pública.

Sistema de Solução de Consciência Situacional (DETECTA)

A pioneira implementação do Sistema DETECTA pelo Estado de São Paulo, a partir da exitosa experiência prévia da cidade de Nova York, constitui importante ação voltada a este fim. A nova ferramenta com a integração das bases de dados das polícias civis e militares tem como impactos finais de suas ações a contribuição decisiva no exercício das atividades de polícia preventiva e corretiva no Estado de São Paulo, com destaque ao combate, prevenção e esclarecimento de crimes, localização de veículos furtados/roubados e efetivação de prisões em flagrante, dentre outros casos, ações estas que propiciam à sociedade resultados efetivos no combate à criminalidade e uma importante ferramenta aos policiais no desempenho de suas funções. Além disso, a ferramenta é disponibilizada através de convênios firmados com Prefeituras, sem ônus para as partes, de todo estado, que se beneficiam com as informações e auxiliam as polícias locais no combate ao crime, e por consequência, a segurança da população local.

O exposto retrata algumas das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Segurança Pública. A execução da Unidade Gestora, vinculada ao Gabinete do Secretário e Assessorias, atendendo às necessidades não somente de manutenção predial e manutenção da estrutura administrativa, mas também e principalmente, às necessidades da Secretaria dentro do contexto do Governo Estadual,

com a manutenção dos Programas e a celebração de convênios, sempre alinhada ao planejamento da Pasta e às metas estabelecidas pelo Secretário da Segurança Pública.

Ação 5642 - Inteligência Policial (*Polícia Militar, Polícia Civil e Superintendência da Polícia Técnico-Científica*)

- POLÍCIA MILITAR

A ação tem como meta assegurar a disponibilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos indispensáveis para sustentar os processos da área de Inteligência Policial e de Tecnologia de Informação e Conhecimento, sustentando a cadeia de valor e promovendo o atendimento aos requisitos das partes interessadas, em especial os relacionados à eficácia, eficiência e efetividade dos serviços públicos prestados à população. A cadeia de valor, formada pelos processos principais e de apoio desenvolvidos pelos órgãos da área de segurança pública.

No ano de 2021, o orçamento apresentado contemplou apenas a natureza de despesa “outras despesas correntes”.

Principais investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
PREST. SERV. MANUT. SIST. SERV. INFORMATIZADO	9.902.071,93
PRODESP / INTRAGOV - PAGAMENTOS	8.859.050,43
GESTAO INTEGRADA SERV. TEC. INFORMACAO GISTIC	5.232.444,18
CONTRATAÇÃO DE SV ESPECIALIZ. SUP. TECNICO	4.750.369,60
CONTRATAÇÃO DE SUPORTE E LICENÇAS BACKBONE	3.433.500,00
CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPEC EM CONSULTORIA TIC	3.373.679,65
SOFTWARE ARCGIS	3.143.668,86
DEMAIS CONTRATAÇÕES	9.480.808,39
TOTAL	48.175.593,04

Ação 5642 - Inteligência Policial	
Produto	TAXA DE EXPANSÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL COM CONTROLE INTELIGENTE
Unidade de Medida	%
Programação Anual	77,5
Execução Acumulada	63

- POLÍCIA CIVIL

A ação tem como meta a ampliação e atualização dos sistemas inteligentes de polícia; desenvolvimento de novos sistemas; digitalização das comunicações, centralização, no interior, dos centros de atendimento e despachos das viaturas de emergência policial.

Através da Inteligência Policial, é possível à Polícia Civil utilizar modernas tecnologias no enfrentamento à criminalidade organizada, possibilitando o uso de ferramentas para aprimorar a investigação criminal, visando a determinação da autoria e responsabilização criminal.

Para tanto, embora já relacionado na ação Aparentamento da Polícia Civil, haja vista sua aquisição ter ocorrido através de recurso financeiro-orçamentário da Ação 6296, importante individualizar a aquisição de equipamentos destinados a Inteligência Policial:

Reestruturação do DATACENTER
Aquisição de Software para investigação criminal
Aquisição de equipamento para Operações de Inteligência

- SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

A ação tem como meta a ampliação e atualização dos sistemas inteligentes de polícia; desenvolvimento de novos sistemas; digitalização das comunicações, centralização, no interior, dos centros de atendimento e despachos das viaturas de emergência policial. Os recursos desta Ação são destinados à ampliação e atualização dos sistemas de comunicação interna e externa, para o tráfego de voz e dados, para permitir a expedição e o compartilhamento eletrônico de laudos periciais e o acionamento eletrônico das equipes periciais de forma célere e eficiente. Outra aplicação destes recursos é na atualização dos equipamentos de informática e das licenças de softwares periciais para possibilitar o levantamento de vestígios de crimes das diversas mídias de armazenamento de dados e de aparelhos de telefonia móvel para a análise forense de dados, imagens, vídeos e voz.

No exercício de 2021, não recebemos recurso de investimento e todo o recurso de custeio foi utilizado na manutenção da comunicação:

33904016 - COMUNICAÇÃO DE DADOS	SERV.INSTALAÇÃO REDE LÓGICA - EPC MOGI GUAÇU e EPML CENTRO	166.900,00
33904090 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	UPGRADE DE SOFTWARE VOIP - NITI-SPTC	875.950,00
	SERVIÇO DE MENSAGERIA E PLATAFORMA - SPTC - CONTRATO CONTÍNUO	82.965,16
TOTAL		1.125.815,16

Ação 6058 – Videomonitoramento Policial Ostensivo

A presente Ação tem por finalidade assegurar a disponibilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos indispensáveis para a efetiva sustentação da infraestrutura física e digital necessária para a execução dos processos de captação, transmissão, processamento e arquivamento de imagens de interesse policial.

Principais investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
PREST. SERV. GERENC. SIST. CAPTACAO IMAGENS	1.115.434,76
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/GERENCIAMENTO IMAGENS	457.171,20
TOTAL	1.572.605,96

Ação 6058 – Videomonitoramento Policial Ostensivo	
Produto	TAXA DE IMPLANTAÇÃO NOS BATALHÕES TERRITORIAIS DE CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL - COP
Unidade de Medida	%
Programação Anual	49
Execução Acumulada	18,3

Ação 6293 – Aparelhamento e Modernização Contínua Dos Equipamentos da Polícia Militar

A presente Ação tem por finalidade assegurar a disponibilização dos materiais, financeiros e tecnológicos indispensáveis para a efetiva prestação do serviço público. Envolve ainda promover ações de valorização dos integrantes dos órgãos que integram a área de segurança pública.

Principais investimentos nesta Ação:

Principais Aquisições		
Qtde	Objeto	Valor empenhado
2.125	Viatura para Radiopatrulha	R\$ 221.750.000,00
108	Viaturas descaracterizadas	R\$ 18.243.448,00
982	Viaturas SUV	R\$ 174.874.560,00
125	Viaturas SUV Proteção Balística	R\$ 27.225.000,00
600	Motocicletas ≥ 245cc	R\$ 15.364.000,00
37	Motocicletas ≥ 645cc	R\$ 2.978.500,00
10	Ambulâncias	R\$ 2.285.000,00
4	ônibus	R\$ 2.036.000,00
6	Caminhonetes 4X4	R\$ 1.590.000,00
8	Caminhão tanque	R\$ 7.104.000,00
3	Caminhão Montado	R\$ 2.796.000,00
1	Embarcação	R\$ 1.900.000,00
19	Caminhonete Dupla	R\$ 4.765.580,00
15.000	Coletes	R\$ 31.482.000,00
21.386	Pistolas cal.40	R\$ 57.025.127,42
1.437	Submetralhadoras cal.40	R\$ 21.629.640,00
2.355	AINM	R\$ 15.997.986,00
3000	Capacetes CDC	R\$ 10.413.810,00
1.000	Mira Holográfica	R\$ 2.848.200,00
1	Traje Anti-bomba	R\$ 585.237,88
17	Cavalo Policial	R\$ 211.200,00
90	Capacetes de voo	R\$ 1.750.322,25
63	Quadriciclos	R\$ 3.049.499,96
1	Troncalização CPI-1	R\$ 14.550.000,00
2.615	Estações de Trabalho	R\$ 13.015.850,00
12	Transceptor Aeronáutico	R\$ 192.000,00
4.057	Transceptor Móvel	R\$ 28.344.050,00
5.196	Transceptor Portátil	R\$ 21.835.320,00
203	Impressoras	R\$ 587.781,87
4	Servidores	R\$ 3.100.000,00
1	Solução Storage	R\$ 2.790.000,00
555	Switch de acesso	R\$ 1.233.175,00

Ação 6293 – Aparelhamento e Modernização Contínua Dos Equipamentos da Polícia Militar	
Produto	AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE POLICIAL - PMESP
Unidade de Medida	%
Programação Anual	18
Execução Acumulada	18,5

Ação 6294 – Aparelhamento e Modernização Contínua dos Equipamentos da Polícia Técnico-Científica

A ação tem como meta a modernização da Polícia Científica envolvendo a provisão de equipamentos médicos, laboratoriais e de campo, de Informática, veículos e outros, quer pela expansão, quer pela simples substituição em decorrência da obsolescência.

NATUREZA DE DESPESA	EQUIPAMENTOS PERICIAIS	VALOR
44905210 - VEICULOS DIVERSOS	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE	9.150.000,00
	AQ. AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS-NAL-IC	1.400.000,00
	AQ. AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS-NAL-IC	326.666,66
44905220 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AQUISIÇÃO DE NOVOS MICROCOMPUTADORES	2.068.500,00
	AQ. COMPUTADORES, SOFTWARE - SENAD	1.122.889,84

	PREGÃO - AQUISIÇÃO DE SERVIDORES SPTC	1.025.000,00
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO IC	208.000,00
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQ SCANNER IML	1.759.848,00
	AQUISIÇÃO DE FLATSCAN PARA EPML LESTE	808.456,00
	AQ GLOBALIZADA DE DETECTOR DE METAIS - NAL IC	418.000,00
	AQUISIÇÃO DE RÁDIOS PARA VIATURAS CONVÊNIO	285.600,00
	AQUISICAO DE SERRA SABRE	193.914,75
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.- HOSPITALAR, ODONTOLOGICO	AQUISICAO DE LAVADORA TERMODESINFETADORA -NAI	141.088,00
	AQUISICAO COM INSTALACAO DE CAMARA FRIA	122.000,00
	AQ. CARROS TRANSPORTE DE CADAVERES - IML	191.400,00
44905242 - AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	AQ. AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS-NAL-IC	169.000,00
DIVERSOS	OUTROS EQUIPAMENTOS PERICIAIS E MOBILIÁRIO PARA IC E IML	2.600.000,00
TOTAL		21.990.363,25

Saliento que também foram executados nessa ação recursos oriundos do governo federal através de Convênios SENAD e do FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA, para enfrentamento a criminalidade:

NATUREZA DE DESPESA	EQUIPAMENTOS PERICIAIS	FONTE	VALOR
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISICAO DE SOLUCAO PARA ANALISE FORENSE	005003675 - 902870 ESTR.SUP.POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	3.263.706,00
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQ. FORENSCOPE 4K E FORENSCOPE MULTIESPECTRAL	045003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA-FNSP-SUP	672.000,00
44905220 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO	AQ. COMPUTADORES, SOFTWARE - SENAD	005003675 - 902870 ESTR.SUP.POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	526.109,90
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE CÂMARA DECIAANOACRILATO - FUNDESP	045003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA-FNSP-SUP	279.720,00
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.- HOSPITALAR, ODONTOLOGICO	AQ.EQUIPAMENTOS DESFIBRILADOR - FUNDESP	045003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA-FNSP-SUP	101.385,00
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE GABINETES PARASECAGEM DE SWAB	045003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA-FNSP-SUP	7.214,00
TOTAL			4.850.134,90

Ação 6295 – Aparelhamento do Corpo de Bombeiros

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à modernização do Corpo de Bombeiros envolvendo a provisão de equipamentos de proteção individual, veículos, e de equipamentos de informática, quer pela expansão, quer pela simples substituição em decorrência da obsolescência.

Principais investimentos nesta Ação:

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Investimento	Ambulância – UR / URSA	165	Diversos	52.455.000,00
	Aquisição de Caminhão AB, ABS e AT	32	Diversos	26.918.342,00
	Aquisição de viaturas	38	Diversos	5.923.000,00
	Aquisição de Desencarcerador	30	Diversos	2.695.400,00
	Aquisição de Notebook e Microcomputador	640	Diversos	2.433.895,00
	Aquisição de Barco tipo Inflável	77	Diversos	2.321.300,00
	Radio Transceptor Portátil	281	Diversos	1.731.790,00
	Aquisição de Lanterna Tática	270	887,00	239.490,00
	Aquisição de Moto aquática	11	128.000,00	1.408.000,00
	Aquisição de Motor de POPA	14	Diversos	252.680,00
	Equipamentos autônomos de proteção respiratória	12	Diversos	234.800,00
	Aquisição de Motoserra	57	Diversos	169.550,27
	Equipamentos autônomos de combate a incêndio	5	Diversos	153.036,00
	Testador de equipamento de Proteção Respiratória	1	138.500,00	138.500,00

AÇÃO 6296 - Aparelhamento e Modernização Contínua dos Equipamentos da Polícia Civil

A ação tem como meta a modernização da polícia envolvendo a provisão de equipamentos de proteção individual, veículos, armas e de equipamentos de informática, quer pela expansão, quer pela substituição em decorrência da obsolescência.

Principais investimentos nesta ação:

Descrição	Quantidade	Valor R\$
Viaturas Policiais	2.421	R\$ 263.938.720,00
Viaturas Policiais Semiblandadas	55	R\$12.210.000,00
DRONES	35	R\$ 1.291.586,00
Coletes Balísticos	4.455	R\$ 6.954.000,00
Escudos Balísticos	54	R\$ 488.400,00
Aquisição de microcomputadores	4.215	R\$ 16.596.119,15
Aquisição de impressoras, scanners, e outros equipamentos de tecnologia da informação	1118	R\$ 5.623.386,47
Aquisição de mobiliário para as unidades policiais, tais como, mesas, cadeiras, poltronas, armários	6.001	R\$ 4.364.149,60
Aquisição de material educativo, material hospitalar, odontológico e equipamentos diversos	2.290	R\$ 2.752.789,98
Aquisição de Equipamentos para Investigação Criminal	88	R\$ 13.394.600,00
Aquisição de Software de Inteligência	1	R\$ 474.000,00
Pistolas 9 mm	12.500	R\$ 22.947.160,38
Carabinas	250	R\$ 3.641.588,03
Total do Aparelhamento em 2021		R\$ 356.019.783,18

Ação 6297 – Operações Integradas da Polícia/ CICC

Tem a função de articular e integrar as atividades de inteligência dos órgãos da Secretaria da Segurança Pública. Exerce ações especializadas na produção e salvaguarda de informações e conhecimentos necessários para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou relativos a outros temas de interesse da segurança da sociedade e do Estado, além da atividade principal que é o Disque-Denúncia que auxilia nas investigações e produção de conhecimento de algumas infrações penais, mantendo o anonimato do denunciante.

Em um primeiro momento se faz necessário esclarecer que as metas estabelecidas para o Centro Integrado de Comando e Controle, ou seja, o produto Gerenciamento Integrado de Operações com os indicadores dos produtos “Quantidade de ligações atendidas pelo Disque Denúncia no Ano (unidade)” e “Número de Agências Integradas ao Centro Integrado de Comando e Controle – CICC (Unidade)” possuem divergências em relação às informações apresentadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle no ano de 2019 para a propositura do Plano Plurianual e a publicação inserta no DOE/SP de 20 de março de 2020. Tal inconsistência atrela-se preponderantemente nos “valores mais recentes” em ambos indicadores, pois na publicação do Diário Oficial do Estado de 20 de março de 2020 consta 01 (uma) agência integrada e 100.000 (um cem mil) ligações atendidas pelo Disque Denúncia no ano.

Neste contexto, propomos a retificação das metas e valores mais recentes por meio do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Pasta, após instruções da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para os seguintes valores: 450.000 ligações atendidas e 14 agências integradas, conforme apresentado a seguir. Quanto aos indicadores dos produtos e ações realizadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle, em relação as ligações efetivamente atendidas pelo Disque Denúncia e as quantidades de agências integradas, passo a relatar:

Quantidade de ligações efetivamente atendidas pelo Disque Denúncia: o valor mais recente para este PPA era de 450.000 (ano 2018), sendo que em 2021 atingiu-se a quantidade de 286.139 ligações recebidas, importante ressaltar que houve um aumento no canal de denúncias via web, por meio do endereço eletrônico: <https://www.webdenuncia.org.br/>, tendo sido o canal mais utilizado pelo cidadão na elaboração de denúncia.

Número de Agências Integradas ao Centro Integrado de Comando e Controle – CICC (Unidade): "o valor em 2018 era de 14 (quatorze), sendo que em 2021 atingiu-se a quantidade de 16 agências integradas, permanecendo dentro da meta proposta. Ressalta-se que outras agências/instituições, possuem canal de comunicação direto com o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), em caso de serem demandadas pelo Sistema da Segurança Pública e Defesa Social do Estado.

Importante salientar que ao longo do ano de 2021 e no início deste ano, foram realizadas as devidas comunicações com a Secretaria da Fazenda e o GSPOF para as adequações entre os valores propostos por este Centro daqueles publicados na PPA em DOESP, e a necessidade de alterar a forma de contabilização, de somatório para último valor, sendo que certo que o valor atual são 16 agências.

Ação 2640 – Bases Comunitárias Móveis

A presente Ação foi criada em 2021 não havendo correlação no PPA 2020-2023, contudo, integrou o orçamento de 2021, assegurando que recursos materiais corroborarem na execução do policiamento comunitário nas diversas localidades atendidas pela PMESP.

Principais Investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
VEÍCULO TIPO VAN PARA POL. COMUNITÁRIO	6.286.800,00
TOTAL	6.286.800,00

Ação 2640 – Bases Comunitárias Móveis	
Produto	AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE POLICIAL - PMESP
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	80
Execução Acumulada	36

Ação 2643 – Implantação de Câmeras Operacionais Portáteis para o efetivo da Polícia Militar

A presente Ação foi criada em 2021 não havendo correlação no PPA 2020-2023, contudo, integrou o orçamento de 2021, assegurando a implantação do protejo de câmeras operacionais portáteis, no âmbito da Polícia Militar, que possibilitam o registro das ocorrências policiais.

Principais Investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
SOLUÇÃO INTEGRADA BODY-WORN-CAM	9.110.000,00
TOTAL	9.110.000,00

Ação 2643 – Câmeras Operacionais Portáteis	
Produto	AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE POLICIAL - PMESP
Unidade de Medida	%
Programação Anual	7.500
Execução Acumulada	100

Indicadores Criminais e de Atividade Policial

A principal medida das atividades da SSP são os indicadores estatísticos, abaixo estão os principais indicadores e suas variações em comparação com o ano anterior.

Taxa de delito:

Ocorrência	2020	2021	VARIAÇÃO
Homicídio Doloso por 100 mil habitantes	6,48	6,04	-6,79%
Furto por 100 mil habitantes	878,83	1047,4	19,18%
Roubo por 100 mil habitantes	490,23	502,76	2,56%
Furto e Roubo de Veículo por 100 mil habitantes	218,67	251,06	14,81%
Furto por 100 mil veículos	213,98	253,67	18,55%
Roubo por 100 mil veículos	103,83	105,19	1,31%
Furto e Roubo de Veículo por 100 mil veículos	317,81	358,86	12,92%
Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Taxa de Delito - 2021. Disponível em < http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx >, acesso em 24/02/2022.			

Indicadores Criminais:

Ocorrência	2020	2021	Variação
Nº de Vítimas em Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito	26	11	-57,69%
Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito	19	10	-47,37%
Roubo a Banco	29	18	-37,93%
Lesão Corporal Seguida de Morte	122	76	-37,70%
Latrocínio	179	166	-7,26%
Nº de Vítimas em Homicídio Doloso (3)	3.038	2.847	-6,29%
Homicídio Doloso (2)	2.893	2.713	-6,22%

Nº de Vítimas em Latrocínio	183	173	-5,46%
Lesão Corporal Culposa - Outras	2.742	2.705	-1,35%
Estupro	2.619	2.661	1,60%
Roubo - Outros	212.892	219.159	2,94%
Tentativa de Homicídio	3.200	3.300	3,13%
Total de Roubo - Outros (1)	218.839	225.706	3,14%
Roubo de Veículo	31.891	33.041	3,61%
Lesão Corporal Dolosa	112.021	116.191	3,72%
Homicídio Culposo por Acidente de Trânsito	3.167	3.316	4,70%
Lesão Corporal Culposa por Acidente de Trânsito	55.486	58.556	5,53%
Total de Estupro (4)	11.023	11.762	6,70%
Estupro de Vulnerável	8.404	9.101	8,29%
Homicídio Culposo Outros	132	143	8,33%
Roubo de Carga	5.918	6.529	10,32%
Furto - Outros	392.311	470.200	19,85%
Furto de Veículo	65.724	79.670	21,22%

Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Ocorrências policiais registradas - 2021.
Disponível em <<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>>, acesso em 02/03/2022.

Dados de atividade policial:

Ocorrência	2020	2021	Variação
Nº de Infratores Apreendidos em Flagrante	11.177	9.233	-17,39%
Ocorrências de Tráfico de Entorpecentes	41.560	38.619	-7,08%
Ocorrências de Porte Ilegal de Arma	4.441	4.145	-6,67%
Nº de Veículos Recuperados	39.099	38.009	-2,79%
Nº de Pessoas Presas por Mandado	55.012	55.805	1,44%
Nº de Armas de Fogo Apreendidas	11.553	11.787	2,03%
Ocorrências de Porte de Entorpecentes	13.676	13.983	2,24%
Nº de Prisões Efetuadas	137.555	142.864	3,86%
Nº de Pessoas Presas em Flagrante	104.081	108.363	4,11%
Nº de Flagrantes Lavrados	88.125	92.112	4,52%
Nº de Infratores Apreendidos por Mandado	1.911	2.006	4,97%
Ocorrências de Apreensão de Entorpecentes(1)	4.602	4.945	7,45%
Tot. de Inquéritos Policiais Instaurados	326.359	356.623	9,27%

Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Produtividade Policial - 2021.
Disponível em <<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>>, acesso em 02/03/2022.

Programa 1819 – Proteção e Defesa ao Cidadão

O objetivo desse programa é aumentar a percepção de segurança da população no estado de São Paulo, por meio da atuação ostensiva e preventiva da polícia militar em todos os 645 municípios do estado, promovendo a disseminação da filosofia de polícia comunitária, direitos humanos e gestão pela qualidade, com a finalidade de ampliar a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados à população.

Ação 1090 – Construção e Reforma de Quartéis

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à aquisição de insumos materiais e tecnológicos e contratação de serviços necessários para a realização de obras e serviços de construção, ampliação, readequação, adaptação, reforma, reparo, restauro, instalação e manutenção predial.

Principais investimentos realizados na Ação:

SERVIÇO	VALOR
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA 3ª CIA DO 33º BPM/M	2.773.985,22
CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA 4ª CIA SANTA Fé DO	2.206.751,38
ELÉTRICA 26ºBPM/M	2.170.717,45
REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA 2ªCIA PM 43ºBPM/M	1.999.001,82
REFORMA DO CAPS	1.630.000,00
ESTANDE DE TIRO 14º BPM/I	1.401.715,40
MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO CAES	1.330.799,61
CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS CMED	1.299.381,36
INSTALAÇÃO ELÉTRICA CPAM2	1.297.485,86
REFORMA ELÉTRICA DA SEDE DO 47º BPMI	1.212.765,06
CONSTRUCAO DO 1.SUBGB DO 9.GB	1.196.428,62
CONSTRUÇÃO DA UIS DO CPI-10.	1.189.709,02
ELÉTRICA CODONT	1.122.751,47
FACHADA CADM	1.022.000,00
MANUTENÇÃO DO 7º ANDAR DO CADM	896.158,53
RESTAURO E AMPLIACAO DA MOTOMEC DO RPMON	776.811,50
DEMOLIÇÃO E LIMPEZA DO ANTIGO SAT- 8º BPMM	765.107,25
COBERTURA DAS BAIAS DA 3., 4. SECAO DO 2. ESQ	761.563,07
REFORMA DO TANQUE DE TREINAMENTO DA EEF	707.458,00
CONSTRUÇÃO DA 4ªCIA 25ºI TUPI PAULISTA	685.873,00
CONSTRUÇÃO DA SEDE DO 21ºBPMI- GUARUJÁ	675.779,79
SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E REFORMA DE ALOJAMENTO	674.676,01
INTERLIGACAO ELETRICA DO 5. E 6 ANDAR	674.347,25
COBERTURA CPM	610.000,00
RESTAURO 4º ESQUADRÃO RPMON	609.132,13
DEMAIS REFORMAS	12.016.783,06
TOTAL	41.707.181,86

Ação 1090 - Construção e Reforma de Quartéis	
Produto	QUANTIDADE DE QUARTÉIS CONSTRUÍDOS E REFORMADOS
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	17
Execução Acumulada	30

Ação 2641 – Implantação de Batalhões de Ações Especiais - BAEPs

A presente Ação foi criada em 2021 não havendo correlação no PPA 2020-2023, contudo, integrou o orçamento de 2021, assegurando a adequação da infraestrutura para ampliação da quantidade de Batalhões de Ações Especiais.

Principais Investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
CONSTRUÇÃO 7º BAEP	3.225.388,32
GERENCIAMENTO DO 7º BAEP	492.852,68
TOTAL	3.718.241,00

Ação 2641 – Implantação de Batalhões de Ações Especiais - BAEPs	
Produto	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Unidade de Medida	QUANTIDADE
Programação Anual	1
Execução Acumulada	1

Ação 2642 – Construção do Centro de Operações da Polícia Militar – COPOM

A presente Ação foi criada em 2021 não havendo correlação no PPA 2020-2023, contudo, integrou o orçamento de 2021, assegurando a adequação da infraestrutura para ampliação da quantidade de Centro de Operações.

Principais Investimentos nesta Ação:

SERVIÇO	VALOR
AQ. DE 10 GAVETAS DE DISCOS SAS EFD OU SSD	1.500.683,00
CONSTRUÇÃO DA SEDE DO COPOM CPI-1	1.295.855,82
AQUISICAO DE MICROCOMPUTADORES	1.116.160,00
GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO COPOM CPI-1	373.565,67
CADEIRAS GIRATÓRIAS	162.631,00
EXECUCAO DE ARP ARP022/183/20	156.960,00
PE PARA A FUTURA CONSTRUÇÃO DO COPOM DO CPI-6	151.546,79
AQUISIÇÃO DE ARMARIO POR ATA	150.568,00
AQUISIÇÃO DE CADEIRAS	148.000,00
ARP ESTAÇÕES DE TRABALHO	95.920,00
DEMAIS EQUIPAMENTOS	527.077,93
TOTAL	5.678.968,21

Ação 2642 – Construção do Centro de Operações da Polícia Militar - COPOM	
Produto	EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
Unidade de Medida	QUANTIDADE
Programação Anual	2
Execução Acumulada	1

Ação 4993 – Polícia Ostensiva e Preventiva

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada a promover na PMESP as melhores práticas de gestão, sustentando a cadeia de valor e promovendo o atendimento aos requisitos das partes interessadas (governo, sociedade, legais), em especial os relacionados à eficácia, eficiência e efetividade dos serviços públicos prestados à população. A cadeia de valor, formada pelos processos principais e de apoio desenvolvidos pela PMESP, envolve a prestação de serviços por meio das diversas modalidades e tipos de policiamento. Envolve ainda promover ações de valorização do policial militar e promover o pagamento dos vencimentos.

Ação 4993 – Polícia Ostensiva e Preventiva	
Produto	Número de atendimentos realizados pela PM
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	5.050.000
Execução Acumulada	5.618.182

Ação 4995 – Formação e Capacitação do Policial Militar

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à promover as melhores práticas de gestão nos processos de formação, capacitação e treinamento dos policiais militares, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para a execução das atividades policiais, capacitando-os à exercer a função de forma técnica, ética e comprometida com a prestação de serviços públicos com qualidade.

Ação 4995 – Formação e Capacitação do Policial Militar	
Produto	Quantidade de Policiais Militares formados, capacitados e aperfeiçoados
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	29.110
Execução Acumulada	23.347

Ação 5001 – Atendimento à Saúde do Policial Militar

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à promoção das melhores práticas de gestão para assegurar a disponibilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos indispensáveis para a efetiva execução dos processos de atendimento médico e odontológico, de saúde mental, físico, de medicina e segurança do trabalho, a todos os policiais militares, promovendo a melhoria na qualidade de vida dos policiais militares, colaborando para a diminuição da taxa de absenteísmo e potencializando a presença de policiais em condições equilibradas de saúde para desempenho de suas atividades no policiamento ostensivo e preventivo.

Ação 5001 - Atendimento à Saúde do Policial Militar	
Produto	Quantidade de atendimentos de saúde realizados
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	1.060.500
Execução Acumulada	1.085.133

Ação 6066 – Comunicação Social da Polícia Militar

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à promoção de práticas de gestão dos processos de publicidade e propaganda institucional, promovendo a disseminação de informações de interesse público relacionados à área de segurança pública, bem como promover ações de divulgação de informações para o público interno (endomarketing).

Ação 6066 - 6066 - COMUNICAÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR	
Produto	QUANTIDADE DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Unidade de Medida	UNIDADE
Programação Anual	3.600
Execução Acumulada	5.555

Ação 9001 – Contribuição do Estado Para o Regime de Previdência dos Servidores

A utilização dos recursos desta Ação está relacionada à contribuição do Estado para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS e do RPPM decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a insuficiência apurada em cada um dos Poderes, entendida como o valor resultante da diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores, dos Poderes do Estado. Inclui as despesas correspondentes ao pagamento à SPPREV da taxa pela administração dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e dos Militares do Estado de São Paulo.

Programa 2990 – Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares

O objetivo do Programa é atender as demandas dos parlamentares no tocante às emendas aprovadas, e realizar a gestão dos recursos alocados na lei orçamentária.

Ação 2272 - Desenvolvimento De Ações Decorrentes De Emendas, Exceto Saúde

Durante o exercício de 2021 foram firmados Convênios com Municípios para melhoria da segurança pública, o repasse foi cerca de R\$ 7.119.433,78 (sete milhões, cento e dezenove mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos), sendo firmados 32 convênios com municípios. Além disso houve uma emenda destinada a Secretaria da Segurança Pública no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**SECRETARIA DOS TRANSPORTES
METROPOLITANOS**

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 37000 - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	3.452.038.159,00	5.345.644.952,00	4.660.127.980,40	1.954.115,56	4.662.082.095,96	4.411.443.703,06
Pessoal e Encargos Sociais	915.838.063,00	1.207.883.165,00	1.089.751.164,49	0,00	1.089.751.164,49	995.180.635,31
Outras Despesas Correntes	2.536.200.096,00	4.137.761.787,00	3.570.376.815,91	1.954.115,56	3.572.330.931,47	3.416.263.067,75
Despesas de Capital	3.698.244.086,00	5.021.326.709,00	3.629.245.047,06	55.345.609,45	3.684.590.656,51	2.807.741.165,05
Investimentos	977.661.651,00	1.122.622.876,00	911.921.798,66	55.345.609,45	967.267.408,11	861.185.440,33
Inversões Financeiras	2.720.582.435,00	3.898.703.833,00	2.717.323.248,40	0,00	2.717.323.248,40	1.946.555.724,72
Despesa Total	7.150.282.245,00	10.366.971.661,00	8.289.373.027,46	57.299.725,01	8.346.672.752,47	7.219.184.868,11

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 37000 - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0001 - PARTICIPACAO SOCIETARIA	2.215.540.235,00	3.216.348.489,00	2.423.070.377,76	0,00	2.423.070.377,76	1.652.404.605,33
Despesas de Capital	2.215.540.235,00	3.216.348.489,00	2.423.070.377,76	0,00	2.423.070.377,76	1.652.404.605,33
0102 - OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS EM COMPLEMENTACAO	5.594.311,00	4.874.311,00	4.789.093,96	0,00	4.789.093,96	4.804.488,18
Despesas Correntes	5.594.311,00	4.874.311,00	4.789.093,96	0,00	4.789.093,96	4.804.488,18
2826 - COMUNICACAO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.751,15
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.751,15
3703 - PLANEJAMENTO, GESTAO ESTRATEGICA E MODERNIZACAO DO TRANSP. METROP. - PITU VIVO	352.521.715,00	1.461.647.718,00	1.392.299.181,44	56.324.636,17	1.448.623.817,61	1.415.080.153,29
Despesas Correntes	32.300.675,00	1.246.783.232,00	1.234.451.803,48	979.026,72	1.235.430.830,20	1.220.942.804,84
Despesas de Capital	320.221.040,00	214.864.486,00	157.847.377,96	55.345.609,45	213.192.987,41	194.137.348,45
3706 - EXPANSAO, MODERNIZACAO E GESTAO DO TRANSP. BAIXA/MEDIA CAPACID.-PITU EM MARCHA	100.226.046,00	50.226.046,00	4.139.523,00	0,00	4.139.523,00	17.359.239,90
Despesas Correntes	100.226.046,00	50.226.046,00	4.139.523,00	0,00	4.139.523,00	17.359.239,90

3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA	3.325.158.981,00	4.260.131.996,00	3.665.831.450,20	0,00	3.665.831.450,20	3.289.555.789,20
Despesas Correntes	2.669.812.990,00	3.353.968.226,00	2.911.757.029,50	0,00	2.911.757.029,50	2.622.536.091,44
Despesas de Capital	655.345.991,00	906.163.770,00	754.074.420,70	0,00	754.074.420,70	667.019.697,76
3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.394,12
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.394,12
3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA	382.843.849,00	382.843.849,00	214.984.443,17	0,00	214.984.443,17	268.888.097,17
Despesas Correntes	382.843.849,00	382.843.849,00	214.984.443,17	0,00	214.984.443,17	268.888.097,17
3709 - RENOVACAO DO COMPLEXO TURISTICO EFCJ	14.981.799,00	26.481.799,00	10.639.313,03	975.088,84	11.614.401,87	11.208.298,71
Despesas Correntes	12.887.179,00	24.887.179,00	10.639.313,03	975.088,84	11.614.401,87	11.208.298,71
Despesas de Capital	2.094.620,00	1.594.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3711 - GESTAO DE CONCESSOES E PARCERIAS - REGIOES METROPOLITANAS/SP - PITU PARCERIAS	753.415.289,00	964.417.433,00	573.619.644,90	0,00	573.619.644,90	559.769.051,06
Despesas Correntes	248.373.089,00	282.062.089,00	279.366.774,26	0,00	279.366.774,26	265.617.931,67
Despesas de Capital	505.042.200,00	682.355.344,00	294.252.870,64	0,00	294.252.870,64	294.151.119,39
5123 - COMUNICACAO SOCIAL	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	7.150.282.245,00	10.366.971.661,00	8.289.373.027,46	57.299.725,01	8.346.672.752,47	7.219.184.868,11

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Programa 3703 - Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transporte Metropolitano – PITU

Tem como objetivo elaborar o planejamento e coordenar a gestão estratégica e a modernização do transporte metropolitano de passageiros com o objetivo de ampliar a mobilidade da população, estabelecer uma política tarifária equilibrada, reduzir os tempos de viagens dos usuários, ampliar o predomínio do transporte público sobre o individual e promover a integração entre transporte, uso do solo e meio ambiente.

Ação 2296 - Modernização do Sistema Metroferroviário Metropolitano – BID

O material rodante adquirido, no total de 8 novos trens para a linha 9 - Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, bem como as peças sobressalentes previstas para a manutenção dos trens, foram entregues em exercícios anteriores. Ao longo do exercício de 2019 foram pagos os Certificados de Recebimento Definitivos correspondentes a 4 trens (Trens 2, 4, 5 e 8). Em 2020, foram efetuados os pagamentos dos Certificados de Recebimento Definitivos dos outros 4 trens restantes (Trens 7, 1, 6 e 3).

Não há mais nenhuma entrega e/ou pagamento referente a essa ação.

Ação 2297 - Modernização do Material Rodante do Sistema Ferroviário Metropolitano - BIRD/JBIC

O material rodante adquirido, no total de 9 novos trens para a linha 11 - Coral da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, foram totalmente entregues nos exercícios anteriores, inclusive as

peças sobressalentes previstas para a manutenção dos trens. Ao longo do exercício de 2019 foram pagos os Certificados de Recebimento Definitivos do 1º ao 6º Trem. Em 2020, foram efetuados os pagamentos dos Certificados de Recebimento Definitivos dos outros 3 trens restantes (Trens 7º, 8º e 9º) e do sistema ATC.

Não há mais nenhuma entrega e/ou pagamento referente a essa ação.

Ação 2298 - Modernização dos Sistemas Metroviário e Ferroviário - BIRD/JBIC

Estão contemplados a modernização dos sistemas de sinalização, controle, telecomunicações e energia das linhas 7 - Rubi e 12 - Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Esse contrato sofreu uma rescisão unilateral assinada em 05/06/2017 e se encontra em processo de arbitragem.

A Ação envolve também 3 Contratos de obras de modernização de via permanente e rede aérea das linhas 7 - Rubi e 12 - Safira, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Quanto ao Lote 1, o contrato foi encerrado mediante supressão de escopo, porém a Contratada Mendes Jr. apresentou defesa prévia com pedido de anulação do ato da administração, que se encontra em análise pelas áreas competentes. Os contratos do Lote 2 e 3 também já foram encerrados e estão com processo de arbitragem em andamento.

Por fim, o material rodante adquirido, no total de 57 novos trens, já foram entregues na sua totalidade em exercícios passados. No final de 2019, já haviam sido pagos os Recebimentos Definitivos de 26 Trens. Em 2020, foram pagos os Certificados de Recebimento Definitivos - CRDs de 21 Trens.

No exercício de 2021 foram pagos os CRDs dos 10 trens restantes.

Ação 2318 - Modernização do Material Rodante do Sistema Metroviário Metropolitano - BIRD

Esta ação contemplou a aquisição de 26 novos trens para a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO, que foram incorporados à frota da linha 5 - Lilás, necessários para a operação da Linha após a sua extensão até a Estação Chácara Klabin. Todos os 26 trens já foram liberados para a operação comercial. Em 2020, foram pagos 21 TADs - Termo de Aceitação Definitiva.

No exercício de 2021 foram pagos os TADs dos 05 trens restantes.

A ação envolve ainda o contrato para a continuidade dos Serviços de Consultoria Técnica especializada para elaboração do Plano Integrado de Transporte Urbano da Região Metropolitana de São Paulo - PITU - 2040, no qual destaca-se a realização das Oficinas Virtuais Territoriais (187 participantes) com representantes das Prefeituras da RMSP, da sociedade civil e com técnicos especializados, visando a construção da "Visão de Futuro" da metrópole que queremos; participação em Fóruns, Seminários e Workshops de Mobilidade Urbana, bem como da iniciativa de criação do Observatório de Mobilidade Urbana de São Paulo; atender "Requerimentos de Informações" oriundas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, destinadas à STM; acompanhar os Grupos Técnicos formados no âmbito da STM para estudos de demanda, impacto na rede de novas linhas e/ou integrações modais e estudos e preparações de Minutas Técnicas sobre os pareceres em processos técnico/administrativos da STM.

Ação 2464 - Modernização do Material Rodante do Sistema Metropolitano de Transporte

Nesta ação estão contemplados: 1) a aquisição de 73 novos trens para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e 2) o fornecimento de 22 veículos leves sobre trilhos - VLT para a Baixada Santista. Quanto ao Contrato de 22 veículos leves sobre trilhos - VLT todos os trens já foram entregues.

A aquisição dos 73 trens contemplam 3 contratos: (i) Aquisição de 35 Trens CAF; (ii) Aquisição de 30 Trens Hyundai e (iii) Aquisição de 08 Trens - Consórcio Temoinsa-Sifang. Todos os 73 trens já foram entregues e liberados para operação comercial, sendo previstos ainda a Emissão dos TRDs - Termo de Recebimento Definitivos, de todos os trens, que aguardam a retirada de pendências técnicas.

Em 2021, foi liberado para operação comercial na Linha 13-Jade da CPTM o último trem restante do Consórcio Temoinsa-Sifang (trem 08).

Ação 2636 - Modernização Sistema de Sinalização e Telecom./CBTC Metroviário - Linhas 1,2 E 3

Essa ação contempla o contrato para Modernização dos Sistemas de Sinalização e Telecom para as Linhas 1, 2 e 3 - Metrô, firmado com a Alstom Brasil Energia e Transporte LTDA. O avanço geral do contrato no final de 2020 era de 80,93%.

Em 2021, o contrato teve um avanço de 3,87%, resultando no avanço físico geral acumulado de 84,8% (Conforme Relatório Gerencial - Carta Alstom n. STM-L123-CT-3962/21 de 11/11/2021).

Ação 4286 - Monitoramento da Qualidade e dos Custos dos Serviços de Transporte Metropolitano

Coordenadoria de Transporte Coletivo – CTC

Com atribuições de coordenar, articular e fiscalizar planos de aprimoramento dos serviços de transporte coletivo, contendo programa de ação para a operação do transporte de passageiros nas Regiões Metropolitanas. Sua atuação abrange também administrar as concessões, permissões, autorizações e contratações dos serviços.

No ano de 2021 a Coordenadoria atuando como UGE- 370103 no Monitoramento da Qualidade e Custos dos Transportes Metropolitanos, na Funcional Programática 26.453.3703.4286, com disponibilidade orçamentária de R\$ 658.643.238,06, teve a execução de R\$ 642.573.577,36 em:

- **Reequilíbrio – Consórcio BUS+ Desequilíbrio pactuado em aditamento contratual – RMC:**

Recursos para o atendimento do pagamento da última parcela pactuada no Termo de Aditamento 02 ao Contrato de Concessão com o Consórcio Bus+, objeto da concessão onerosa dos serviços de transporte coletivo intermunicipal por ônibus e demais veículos de baixa e média capacidade, em todo o sistema de transporte regular de passageiros na Região Metropolitana de Campinas – RMC, que trata da indenização, diante da constatação do incontroverso desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, no valor de R\$ 2.374.427,80.

Em 2020, o objeto do Termo de Aditivo 02 já havia sido concluído, quando, então, tendo início a Operação Global, restava apenas para o ano de 2021 a liquidação da última parcela.

- **Reequilíbrio COVID – CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS da prestação de serviço de transporte de passageiros das Regiões Metropolitanas sob Gestão da EMTU/SP:**

Desde o início da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS do vírus COVID-19, Concessionários e Permissionários de Serviço Público apresentaram pleito para imediata recomposição do equilíbrio econômico-financeiro diante do avanço, ao atendimento às determinações fixadas nos Decretos Estaduais nº 64.863/2020, nº 64.864/2020 e nº 64.881/2020 e, em virtude dos efeitos das medidas adotadas relativas aos serviços de transporte público intermunicipal prestados, reconhecidos como serviços públicos essenciais, nos termos da Lei nº 13.979/2020.

Assim, foram editados os Decretos 65.616, de 09/04/2021 e 66.245 de 18/11/2021, para fazer frente ao reequilíbrio pleiteado, correspondente aos meses de março/2020 a julho/2021, tendo executado o montante de R\$ 289.695.635,15.

- **Tarifa de Remuneração + Desequilíbrio apurado no contrato 020/1997 com a METRA:**

O Termo Aditivo nº 013 consignou a prorrogação antecipada do Contrato de Concessão nos termos da Lei Estadual nº 16.933/2019, dos serviços de transporte coletivo por ônibus intermunicipal abrangendo o SISTEMA EXISTENTE, integrado pelas linhas que operam no corredor São Mateus/Jabaquara e a Linha Diadema/Brooklin, o SISTEMA REMANESCENTE, integrado pelas linhas alimentadoras e complementares definidas quando da assinatura do TERMO INICIAL DE OPERAÇÃO DO SISTEMA REMANESCENTE e o SISTEMA BRT ABC, integrado pelo corredor São Bernardo do Campo/Tamanduateí e sua extensão até o Terminal Sacomã.

Assim, foram editados os Decretos 65.551 de 09/04/2021, 66.168 de 23/10/2021 e 66.333 de 13/12/2021, para fazer frente às obrigações assumidas no Aditivo, com execução de R\$ 341.852.844,15, sendo R\$ 276.976.125,00 para honrar as parcelas de Desequilíbrio e R\$ 64.876.719,15 para o subsídio referente a tarifa de remuneração, e ainda com R.A.P. de R\$ 15.069.529,69 para o subsídio do mês de dezembro/2021.

- **Ressarcimento de infraestrutura não prevista no contrato de concessão com a Concessionária INTERNORTE:**

Ressarcimento dos custos com operação, conservação e manutenção de infraestrutura, da assunção de 03 (três) terminais - CECAP, Taboão e Vila Galvão, do sistema regular intermunicipal de transporte coletivo de passageiros da Área 3, não previstos quando da assinatura do Contrato de Concessão nº 034/2006.

Foram executados no ano de 2021, correspondente o ressarcimento do período de janeiro/2017 a dezembro/2020, recursos no montante de R\$ 8.650.670,26.

A CTC, ainda, foi responsável pela elaboração de 381 Informações Técnicas para subsídios: à Assessoria Parlamentar (sobre Projetos de Leis, Indicações, Requerimentos de Informações aos Deputados, Prefeitos e Vereadores); ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Justiça de São Paulo (ações judiciais/mandados de segurança); estudos técnicos de competência institucionais desta CTC; aprovação de estudos técnicos para alteração de características operacionais de linhas das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; relatórios de acompanhamento da demanda dos sistemas vinculados à Pasta; aplicação 7.750 multas por infração a legislação dos transportes metropolitanos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; 03 Reuniões (da Comissão de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por ônibus e da Comissão de Transporte Coletivo de Passageiros, de Interesse Metropolitano, sob Regime de Fretamento); edição de 30 Resoluções entre outras atividades; Elaboração de 205 Despachos - CTC (de assuntos diversos); e Elaboração de 11 Ofícios – CTC (de assuntos) diversos.

Com a persistência da Pandemia do COVID-19, a CTC participou do acompanhamento do plano de operação monitorada dos sistemas de transporte públicos e realizou a formulação do plano da Primeira Fase de Vacinação dos Profissionais dos Transportes Públicos no Estado de São Paulo, no contexto do Plano SP, em vista da necessidade da garantia de mobilidade da população, em particular dos profissionais e trabalhadores das atividades essenciais de saúde, segurança e educação, observadas as recomendações sanitárias em vigor. O início da imunização dos profissionais dos Transportes no Estado de São Paulo deu-se a partir de 11 de maio de 2021, tendo como foco os profissionais dos transportes que atuavam diretamente na operação e manutenção dos sistemas de transporte, devidamente cadastrados pelas empresas operadoras. O programa de vacinação foi gradativamente ampliado em função dos levantamentos realizados junto aos operadores do sistema de transporte coletivo nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, em sintonia com o cronograma de vacinação do Plano Estadual de Imunização (PEI) do Governo do Estado de São Paulo.

Preparação de material para esclarecimentos a questões, consultas, questionamentos e demandas, dentre as quais a participação no Comitê Gestor de Integração do Convênio de Integração Operacional e Tarifária do Bilhete Único – BOM junto à São Paulo Transportes – SPTrans.

Estudos de avaliação da viabilidade econômica - financeira dos projetos de concessão e pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro contratuais.

Monitoramento dos contratos de concessão dos ônibus - Articulação de ações de Integração Inter e Intra-modais.

Acompanhamento e Formulação da Política Tarifária e de Integração e/ou Transferências - Proposição de procedimentos de controle e fiscalização dos serviços de transporte coletivo nas Regiões Metropolitanas do Estado.

Acompanhamento da demanda do sistema de transporte (Metrô, CPTM, EFCJ, Ônibus Intermunicipais das RM do Estado, VLT/RMBS) - Processos dos operadores e das empresas do sistema transportes regular.

Subsídios às ações judiciais e mandados de segurança em que a Fazenda do Estado e/ou a STM são partes.

Estudos em andamento sobre a concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo operação, conservação e manutenção.

Estudos de vantajosidade da prorrogação antecipada do Contrato de Concessão EMTU/SP Nº 020/1997, nos termos do Artigo 7º da Lei Estadual Nº 16.933/19, que resultou na viabilização da implantação do BRT ABC e a assunção das linhas da Área 5 da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, conforme Termo Aditivo Nº 13 firmado em 23/03/2021.

Implementação de procedimento para validação dos dados coletados sobre a movimentação dos usuários nas linhas de ônibus intermunicipais da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, no âmbito da Concessionária ABC Sistemas, desde o início da validade do Termo Aditivo Nº 13 ao Contrato de Concessão EMTU Nº 020/1997, para apuração das compensações devidas face à diferença entre a Receita de Remuneração contratual e a Receita Pública paga por meio do mecanismo de Clearing do Bilhete BOM, bem como dos pagamentos efetuados em espécie.

Estudos das concessões dos serviços de transportes coletivos intermunicipais por ônibus, das Áreas 1 a 4 da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, que demonstraram a vantajosidade das respectivas prorrogações dos contratos em vigor, quando comparadas à alternativa de licitação, nos termos do Artigo 7º da Lei Estadual Nº 16.933/19.

Estudos sobre a evolução da arrecadação nos sistemas metroferroviários, a partir dos dados fornecidos pelo Convênio de Integração Operacional e Tarifária do Bilhete Único, bem como pelas empresas no

âmbito da STM aplicáveis aos bilhetes BOM, Edmonson e QRCode, referentes às remições dos bilhetes utilizados pelos usuários, para os anos de 2019 a 2021.

Elaboração dos Estudos Técnicos relativos à criação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, bem como do acompanhamento das providências daí decorrentes.

Acompanhamento da implementação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, que propiciará a centralização e unificação dos sistemas de arrecadação no Estado de São Paulo.

Estudos para elaboração dos procedimentos licitatórios para concessão dos serviços de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, nas Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e de Sorocaba (RMS), visando o lançamento de Licitação Internacional no primeiro trimestre de 2022.

Ação 4288 - Planejamento, Gestão e Execução de Ações do Sistema de Transporte Metropolitano.

Coordenadoria de Planejamento e Gestão - CPG

O núcleo de Planejamento Estratégico de Transporte, voltado à capacitação da STM, para a tomada de decisões e formulação de diretrizes para os projetos do GESP no setor de transporte metropolitano, deu seguimento a sua atuação na análise de propostas de expansão da malha metroferroviária da RMSP e de correção de riscos e deficiências identificados em seus nós e ligações. A avaliação das ações estratégicas da STM e suas empresas vinculadas resultaram no desenvolvimento de estudos específicos cobrindo pesquisas de transporte, viabilidade de projetos e discussão de práticas tarifárias.

Foram produzidos estudos de simulação e análises contemplando propostas de intervenção, interfaces e impacto no equilíbrio da rede, destacando-se: implantação de corredores metropolitanos e das linhas L16 - Violeta e L17 - Ouro; extensão das linhas L02 - Azul, L04 - Amarela, L05 - Lilás, L13 - Jade; e alterações nas linhas ferroviárias L07 - Rubi, L10 - Turquesa, L11 - Coral, L12 - Safira.

Na questão das simulações foram realizadas:

- Simulações no VISUM dos novos cenários de investimentos metropolitanos, assim como de cenários alternativos para verificação de captação de demanda.
- Desenvolvimento de diretrizes e acompanhamento da elaboração da nova rede de simulação que integra o PITU2040.
- Foram simulados ainda cenários de investimentos futuros da CPTM e Metrô, nos horizontes 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2034 e 2039, e variações.
- Procedeu-se também ao aperfeiçoamento do modelo de simulação de demanda da STM/CPG, VISUM, com a inserção das matrizes de transporte individual.

Em 2021 foi mantido o acompanhamento da implantação dos empreendimentos prioritários da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizado através de coleta de informações referente às obras com a participação e junto às empresas coligadas, resultando em conjunto com as empresas vinculadas na atualização mensal dos relatórios de acompanhamento.

Semestralmente foram coletados dados das realizações e dados operacionais das empresas coligadas resultando no “Relatório Síntese de Realizações da STM”.

Contratado em novembro de 2020, com consultoria do Consórcio SYSTRA LOGIT, em 2021 foi dado sequência às atividades do Plano Integrado de Transporte Urbano para a RMSP - PITU 2040 destacando-se a realização das Oficinas Virtuais Territoriais (187 participantes), realizadas em agosto, com representantes das Prefeituras da RMSP, da sociedade civil e com técnicos especializados, visando à construção da “Visão de Futuro da Metrópole”, apresentado no Seminário Estratégico: A Metrópole que Queremos”, em setembro. Foi implantado o hot site do PITU 2040 (<http://pitu2040.stm.sp.gov.br/acoes-estrategicas/pitu-2040/descricao/>), com objetivo de dar publicidade às ações e aos produtos elaborados. Em novembro foi realizada a primeira reunião técnica sobre “Fontes de Financiamento”.

Emissão de pareceres técnicos diversos e subsídios à STM para respostas ao TCE, ao SIC, à Assessoria Parlamentar e Coordenadoria de Relações Institucionais, dentre outros; Representação da STM no grupo de trabalho coordenado pela SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para

elaboração do Plano sobre Mudanças Climáticas e Impactos das Ações de Mobilidade e representação também na Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo – CEZEE-SP.

A CPG participa através do convênio de cooperação técnica e institucional, do Comitê Diretor de Transporte Integrado – CDTI, que tem por objetivo a realização de estudos para a implementação de ações a serem desenvolvidas no âmbito das esferas administrativas do Estado e do Município de São Paulo, ficando responsável por sua Secretaria Executiva e pela coordenação técnica das quatro Câmaras Temáticas do CDTI.

Representação da STM na Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Representação da STM no Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas - COMFROTA-SP.

Participação em Fóruns, Seminários e Workshops de Mobilidade Urbana, bem como da iniciativa de criação do Observatório de Mobilidade Urbana de São Paulo.

Atender “Requerimentos de Informações” oriundas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, destinadas à STM.

Acompanhar os Grupos Técnicos formados no âmbito da STM para estudos de demanda, impacto na rede de novas linhas e/ou integrações modais.

Estudos e preparações de Minutas Técnicas sobre os pareceres em processos técnico-administrativos da STM.

Ação 5089 - Comunicação e Articulação Institucional sobre Transportes Metropolitano

Coordenadoria de Relações Institucionais - CRI

No ano de 2021 foram realizados trabalhos nas áreas de articulação institucional, comunicação, sistemas de informação, e acessibilidade, conforme suas atribuições legais. Recepção e acompanhamento às empresas nacionais e multinacionais, interessadas na área de transporte público, dando atendimento nos assuntos técnicos, novos negócios e investimentos; Articulação no relacionamento da STM e suas empresas vinculadas, com as demais Secretarias de Estado, apresentando propostas e ações com relação a assuntos e projetos ligados ao transporte público; Participação na organização de eventos de início de obras, vistoria e entrega de linhas metroferroviárias.

Presença nos eventos de assinaturas para execução das obras do novo túnel na Estação da Luz, ligação entre a CPTM e o METRÔ; da ordem de serviço para obras de melhorias nas estações São Caetano e Utinga da Linha 10-Turquesa da CPTM; da assinatura de contrato para a ampliação da estação São Joaquim do Metrô, e de cessão de espaço do futuro centro de treinamento especializado de BREAKING, em área da Linha 5-Lilás (ação esta em parceria com concessionária ViaMobilidade);

Participação nos eventos de apresentação do projeto do BRT-ABC; de lançamento do Cartão TOP e do anúncio da substituição do Cartão BOM da EMTU/SP, pelo Cartão TOP; inauguração dos espaços comerciais de pessoas formadas pelo projeto “Nos Trilhos do Empreendedorismo”; na 7ª edição do Infra Brazil GRI 202; no Summit Mobilidade Urbana 2021; no Fórum Virtual Metrô.

Esteve presente também na entrega de 116 novos ônibus para a região ABC; na entrega da Iluminação da Ciclovia do Rio Pinheiros; entrega de 300 cestas básicas da STM ao Instituto Muda Brasil; entrega do 8º Novo Trem para a Linha 13 – JADE, da CPTM; na entrega do laboratório ‘Inovação’ para a CPTM; na premiação do Hackathon-CPTM (avaliar e premiar projetos que mostrem propostas e soluções criativas e inovadoras para o negócio do transporte sobre trilhos).

Compareceu na apresentação do leilão na Concessão das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM; no evento de retomada e ampliação da fábrica da Alstom, em Taubaté; apresentação do Plano de Mobilidade da Cidade de São Paulo; na apresentação dos projetos de Metrô para Guarulhos; na audiência pública sobre o Projeto Trem Intercidades; na apresentação pelo Metrô do Trem com Tratamento Antiviral; do encerramento da 27ª semana de tecnologia metroferroviária; e na entrega de voucher do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/SP.

Cooperou com as campanhas: Rompa o Silêncio, em parceria com o TJSP; Campanha de Conscientização do Autismo, Maio Amarelo, Semana Nacional de Trânsito, Campanha Doação de Sangue, em parceria com a Abrale e Abrasta, Operação Chuvas de Verão, Bolsa Empreendedor, parceria das Secretarias STM e SDE e da campanha Prevenção ao Suicídio.

A Coordenadoria de Relações Institucionais também foi designada pela STM, para 26 representações entre Conselhos, Câmaras Temáticas, Comitês e Grupos de estudos, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas envolvendo áreas de transportes.

Durante o ano de 2021 a STM, através da CRI recepcionou encontros (presenciais e virtuais) com deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, sociedade civil organizada entre outros segmentos. Participou efetivamente junto às Comissões Permanentes na ALESP (Assuntos Metropolitanos e Municipais, de Transportes e Comunicações, de Infraestrutura, Fiscalização e Controle, e de Finanças. Orçamento e Planejamento) no acompanhamento das discussões de assuntos relativos ao transporte.

Respondeu a 265 demandas, prestando informações aos executivos estadual e municipal, bem como ao legislativo federal, estadual e municipal.

Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria

- **SIC:** O Serviço de Informação ao Cidadão da STM e EFCJ, respondeu a 200 pedidos de informação de cidadão sobre assuntos relativos ao transporte
- **Ouvidoria:** No ano de 2021, a Ouvidoria STM/EFCJ realizou 461 (quatrocentos e sessenta e um) atendimentos aos cidadãos. Desse total, 312 foram reclamações, 87 solicitações de informação, 43 sugestões, 9 denúncias e 10 classificados como outros.

Tipo de Manifestação	Presencial	Telefone	Email	Correspondência	Sistema das Ouvidorias	Outros	Total
Denúncia	0	1	2	1	5	0	9
Outros	0	2	6	0	2	0	10
Reclamação	0	43	132	1	136	0	312
Solicitação de Informação	0	18	38	0	31	0	87
Sugestão	0	4	18	0	21	0	43
Total	0	68	196	2	195	0	461

E no sistema do Grupo de Relacionamento com a Sociedade - GRS, administrado pela Casa Civil e responsável pelo atendimento das manifestações encaminhadas para o Governo do Estado de SP, foram realizados 60 atendimentos.

Programa 3706 - Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - Pitu em Marcha

Tem por objetivo ampliar o transporte público metropolitano e a sua participação na divisão modal das viagens motorizadas das regiões metropolitanas, por meio da estruturação da rede de média capacidade, racionalização, integração e ampliação das áreas atendidas e da capacidade instalada. Oferecer serviços de melhor qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social, especialmente de baixa renda.

Ação 1469 – Implantação do Sistema Integrado Metropolitano/ SIM da Baixada Santista – VLT

O SIM da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e linhas de ônibus metropolitanas que atendem os nove municípios da RMBS. Em setembro (11/09/18) foi publicado no Diário Oficial do Estado o decreto Nº 63.697 que batizou o complexo do VLT de Geraldo Volpe.

- **Material Rodante** – Em 2021 a operação contou com o total de 22 veículos (VLT's) operacionais. Atualmente o intervalo entre partidas no horário de pico é de 8 minutos.

- **Sistemas de Reconhecimento Biométrico Facial** – Em abril de 2019 começou a funcionar o sistema de reconhecimento biométrico facial no sistema intermunicipal de ônibus da Baixada Santista e VLT para verificação do uso de cartões com gratuidade. O acompanhamento é gerenciado pela EMTU/SP e visa melhorar os controles e a política de benefícios aos passageiros.
- **Pátio Porto** – Localizado na região do Porto de Santos, o pátio de manutenção e estacionamento com capacidade para 33 VLTs, conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos entre outros itens. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações do VLT, instalado em prédio de 3.050 m2 e que conta com nove consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros, segurança das estações e vias.
- **Trecho São Vicente (Barreiros) – Porto (Santos) – 11,5 km** - Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. De novembro de 2020 a outubro de 2021 o VLT transportou cerca de 4,8 milhões de passageiros, uma média de cerca de 400 mil passageiros por mês. O trecho conta com um pátio de estacionamento e manobras para 6 VLTs localizado no Terminal Barreiros para apoio à circulação dos VLTs no sentido Barreiros-Porto, um bicicletário com capacidade para 100 bicicletas; edifício de apoio de 164 m² de área que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores.
- **Trecho Conselheiro Nébias – Valongo – (Santos) – 8 km** – A Construtora Queiroz Galvão venceu a Concorrência e assinou o Contrato com a EMTU/SP no dia 06/07/2020. A Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB em 15/09/2020 e a Ordem de Início das Obras foi emitida em 24/09/2020. As desapropriações custaram aproximadamente R\$ 19,3 milhões e já foram realizadas as imissões na posse das desapropriações previstas. Essa ligação terá 8 km de extensão e 14 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já estão contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.
- **Trecho Barreiros-Samaritá – 7,5 km** – Os projetos básicos desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o pátio Samaritá foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho. Em relação às licenças ambientais, em 30/12/2021 foi protocolado junto à CETESB o pedido para a emissão da LP - Licença Prévia.

Ação 1486 – Sistemas de Baixa e Média Capacidade – Expansão nas Regiões Metropolitanas

- **Corredor Metropolitano BRT – Alto do Tietê (Arujá – Itaquaquecetuba – Ferraz de Vasconcelos)**

O Corredor Metropolitano terá 20,2 km de extensão ligando Arujá a Ferraz de Vasconcelos, passando por Itaquaquecetuba e Poá. Inclui a construção de 25 estações de embarque, 2 terminais, 2 Estações de Transferência, além da reforma do terminal Cidade Kemel, dos viadutos em Arujá e Ferraz de Vasconcelos e novo viário de 0,8 Km. A estimativa é de que com a construção desse Corredor passe a transportar 82,5 mil passageiros por dia. O empreendimento foi dividido em 3 trechos:

Trecho 1 – em Arujá: 2,0 km de extensão e inclui a construção do Terminal Arujá. O Projeto Executivo foi concluído em 2019.

Trecho 2 – Arujá – Itaquaquecetuba: 10,7 km de extensão e inclui a construção da Estação de Transferência Estrada do Corredor (trecho compartilhado com execução de obras do DER – Rodovia SP 056). Projeto Básico concluído em dezembro de 2018 e Projeto Executivo em andamento. Esse trecho inclui também a implantação da Estação de Transferência Monte Belo, porém esta possui apenas o projeto básico. O DER manifestou interesse em executar as obras de duplicação da SP056 e em novembro a EMTU disponibilizou os projetos e orçamentos elaborados até o momento para o trecho.

Trecho 3 – Itaquaquecetuba – Poá – Ferraz de Vasconcelos: de 7,5 km, inclui a reforma/adequação do Terminal Kemel e construção do Terminal Ferraz de Vasconcelos. O Projeto Básico está em fase de revisões finais com previsão de conclusão em março de 2022 e o Projeto Executivo a ser contratado no 2º semestre de 2022.

A LP – Licença Ambiental Prévia para o empreendimento ainda não foi emitida pela CETESB. Após sua emissão deverá ser solicitada a LI – Licença Ambiental de Instalação que dependerá ainda da emissão do DUP – Decreto de Utilidade Pública das áreas a serem desapropriadas, do início do

Processo de Desapropriação (ajuizamentos) e da solução habitacional a ser dada pela EMTU/SP para as áreas sujeitas à reassentamentos (habitações, serviços, etc.).

- **BRT Metropolitano Perimetral Leste (Jacu Pêssego)**

O Projeto Básico do BRT Metropolitano Perimetral Leste está concluído, incluindo 2 trechos:

Trecho 1, em Guarulhos - 7,7 km: Ampliação do Terminal CECAP, adequação viária entre a Avenida Monteiro Lobato, em Guarulhos, e a Rodovia Ayrton Senna e 6 Estações de Embarque e Desembarque.

Trecho 2, em São Paulo - 14,4 km: Corredor exclusivo na Avenida Jacu Pêssego, na zona leste da capital, inclui 1 Estação de Transferência (Dom Bosco) com integração à Linha 11 Coral da CPTM e 15 Estações de Embarque e Desembarque.

A licitação para contratação do projeto executivo foi revogada em junho/18 e a republicação desta depende do equacionamento das desapropriações, adequação de ciclovia e compatibilização dos sistemas operacionais metropolitano e municipal.

Ação 1505 - Melhoramentos na Infraestrutura dos Corredores

Está sendo desenvolvido internamente, com recursos próprios, Estudo de Viabilidade Técnica para modernização da Extensão Diadema-Morumbi do Corredor Metropolitano ABD, que tem por objetivo fornecer subsídios para a realização do Retrofit da infraestrutura existente de modo a proporcionar maior qualidade de atendimento ao longo do eixo.

O Projeto Básico de adequação à Acessibilidade do Terminal Jabaquara foi complementado em 2021, e elaborado novo Termo de Referência para a contratação dos Projetos Executivos e Obras, com previsão de publicação do Edital em Fevereiro de 2022.

Ação 1827 - Gestão Corporativa

Nesta ação foi gasto um total de R\$ 741.593,56 com máquinas, mobiliário, equipamentos e TI.

Ação 1876 - Conexões Metropolitanas

Os Projetos Básico e Executivo da Estação de Transferência Suzano Sul foram concluídos em fevereiro de 2019, por meio do contrato nº 010/2018 no valor de R\$ 373.164,12.

Em 2020 foi feita uma atualização dos valores das desapropriações que resultaram em recursos maiores que o disponível em dotação, impossibilitando o andamento dessa atividade no exercício.

Ação 1938 - Corredor Vereador Biléo Soares (Noroeste) – Estruturação do Transporte da RM de Campinas

Atualmente com as obras parcialmente entregues, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário exclusivo, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 20,9 km já concluídos são de faixa exclusiva para ônibus. Em Campinas conta com 3,8 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, 1 Estação de Transferência e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmiento e Balão do Tavares. Em Hortolândia além dos 3,5 km de faixa exclusiva, o Terminal Hortolândia e mais 1 Estação de Transferência Pinheiros, em setembro foram entregues mais 4,8 km, totalizando 8,3 km de faixa exclusiva e 10 paradas. Esse trecho conta ainda com mais 0,6 km da ponte estaiada construída pela prefeitura, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com 1 Estação de Transferência Km 101 – Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixa exclusiva e 1 Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva, o Terminal Metropolitano de Americana e 1 Estação de Transferência Amizade. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, a Estação de Transferência Pinheiros e 6,2 km de faixa exclusiva.

Trecho Nova Odessa – Americana - Santa Bárbara D'Oeste (24,3 km) - A extensão do Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares no Trecho Nova Odessa – Americana – Santa Barbara D'Oeste foi concluída em dezembro de 2018 e envolve a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas, adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas). Está em análise na CETESB a solicitação da LO – Licença Ambiental de Operação para o empreendimento.

Variante Sumaré-Hortolândia (7,7 km) - Ligação das Avenidas Rebouças em Sumaré e Olívio Franceschini em Hortolândia; prevê a construção de 4 pontes e de um viaduto sobre a linha férrea e sobre o Ribeirão Quilombo, além da construção do Terminal Multimodal de Sumaré. Em 2021 iniciou-se o processo para a contratação da continuidade do licenciamento ambiental para implantação deste trecho do corredor e o desenvolvimento do projeto executivo para a contratação das obras em 2023.

Ação 1939 - Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi) Estruturação do Transporte na Região Nordeste da RMSP

O Corredor Guarulhos – São Paulo (Tucuruvi) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na região. Atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, sendo 9,6 km de faixa exclusiva para ônibus.

Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km) - O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação.

Ação 2287 - Implantação do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo - Estruturação do Transporte na Região Oeste da RMSP

O traçado do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo com 22,7 km inicia-se junto à Estação de Transferência Itapevi, da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco até o Terminal Amador Bueno (Vila Yara) na divisa entre Osasco e São Paulo onde ocorre a integração física com os ônibus da SPTrans no município de São Paulo. O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

Trecho Itapevi – Jandira (5 km) – Trecho entregue desde 2018 em viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia (entregue em 2017), eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba (8,8 km) – As obras desse trecho do corredor foram concluídas em setembro de 2020. Neste trecho foram construídas 8 estações de embarque e desembarque e o Terminal Metropolitano de Carapicuíba que foi inaugurado em 15/06/2021. O terminal conta com 17 linhas de ônibus distribuídas em seis plataformas cobertas, propiciando a integração física e tarifária com a Linha 9 Esmeralda da CPTM. A frota total circulante nesse terminal é de 102 ônibus distribuídos entre 6 linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU e 11 serviços municipais de Carapicuíba.

Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco km 21 (2,2 km) – Esse trecho já conta com o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco), em plena operação, beneficiando 250 mil passageiros que circulam nas 52 linhas que atendem o terminal, sendo 40 linhas metropolitanas. As obras remanescentes deste trecho viário, como a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, permanecem aguardando a liberação de área ocupada às margens da ferrovia por parte da prefeitura, para obtenção da Licença de Instalação (LI). A contratação da compatibilização dos projetos executivos e execução das obras foi concluída em 2021, tendo como vencedor o Consórcio Trail / A Madeira e o contrato assinado em 28/12/2021.

Trecho km 21 Osasco – Terminal Vila Yara - Osasco - (6,7 km) – O projeto executivo para o trecho viário estava concluído, porém a EMTU está revisando o projeto e as desapropriações de lotes/imóveis necessárias para implantação na Av. dos Autonomistas. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e a Licença de Instalação só poderá ser solicitada após emissão das DUPS.

Terminal Vila Yara - Com a conclusão da obra de reforma e ampliação no final de 2020, o Terminal Amador Aguiar–V. Yara foi entregue à população no dia 24/02/2021. O prédio, de propriedade do município de Osasco, recebeu investimento de R\$ 31,5 milhões do Governo do Estado, que possibilitou a expansão da área construída de 9 mil m² para 17 mil m². O Terminal Vila Yara passa a contar com cinco plataformas cobertas para atender 53 linhas de ônibus em operação. Desses, 27 serviços metropolitanos são gerenciados pela EMTU/SP, atendendo aos municípios de São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba, além de outras 21 linhas municipais de Osasco e 5 municipais de São Paulo. No total, 388 ônibus utilizam diariamente as plataformas transportando cerca de 411 mil pessoas que circulam todos os meses pelo local. No

pavimento superior existe um centro comercial reformado, com lanchonetes, lojas, quiosques, sanitários públicos e espaços reservados à alimentação. Foram construídas salas de apoio para administração, sala de reuniões, refeitório, vestiários e sanitários para funcionários. A área externa ganhou uma nova área de convivência com espaços ajardinados, bicicletário com capacidade para 32 bikes, playground e equipamentos de ginástica ao ar livre.

Ação 2540 – Estruturação do Transporte nas Regiões Metropolitanas

- **PCM – Plano de Corredores Metropolitanos**

O atual Programa de Corredores Metropolitanos para a RMSP foi elaborado em 2011 e desde então a dinâmica da metrópole envolvendo a mobilidade resultou numa série de alterações que ensejaram na desatualização do PCM. Além disso a STM está desenvolvendo o PITU 2040 que realinhará o desenho da rede de transporte da região metropolitana. Desse modo, em 2021 foi elaborado Termo de Referência para contratação de serviços especializado de engenharia para promover a atualização do PCM agora não mais como 'programa', mas como "Plano de Corredores Metropolitanos" como objetivo de traçar diretrizes para futuras implantações de infraestruturas de transporte metropolitano de baixa e média capacidade complementares e integrados aos sistemas de alta capacidade.

- **RMS – Pesquisa Origem e Destino – OD**

Com a continuidade das medidas restritivas em 2021, a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Sorocaba teve de ser reprogramada para iniciar em 2022. Foi elaborado Termo de Referência para contratação da pesquisa que deverá ser concluída em 2023.

- **RMRP - Pesquisa Origem e Destino – OD**

Em 2021, não ocorreu a transferência oficial das linhas metropolitanas para a EMTU, conforme esperado, para que se desse início ao planejamento da Pesquisa OD na região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Programa 3707 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos - Pitu em Marcha (CPTM)

Tem como objetivo ampliar a utilidade da malha de transporte de passageiros sobre trilhos nas Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos de São Paulo, expandindo e modernizando seus serviços, adequando-se às exigências de mobilidade e ao volume de demanda, integrada à rede existente e com novos padrões de qualidade e de inserção urbana.

Ação 2091 - Estudos e Projetos para Expansão e Modernização da Rede de Transporte sobre Trilhos

Para fornecer alternativas de transporte ferroviário rápido, seguro, confortável e confiável, a CPTM executa constantemente atividades de planejamento de transporte, com estudos e projetos desenvolvidos visando ampliar a oferta de viagens, com a elevação dos padrões de qualidade e de serviço de acordo com o crescimento da região e o aumento da conectividade dos sistemas de transporte de alta, média e baixa capacidade. Dessa maneira, esses estudos e projetos melhoram as condições de mobilidade urbana e racionalizam o uso dos recursos disponíveis.

Em 2021 estiveram em andamento um conjunto de atividades, destacando-se:

Pesquisas:

- 4ª Pesquisa Voz Feminina, para identificar as principais demandas das passageiras que usam a CPTM diariamente (maio/2021);
- Pesquisa de Satisfação do Cliente CPTM/Onda 38 e 39 (outubro e novembro/2021);
- Pesquisa de Satisfação realizada com os passageiros da CPTM, para a avaliação o Serviço de Segurança da CPTM (junho/2021);
- Pesquisa Home Office, que busca identificar a satisfação dos colaboradores, em relação aos novos padrões de jornada de trabalho, proposta pela CPTM (outubro/2021).

Integração modal (física e tarifária):

- Celebração de Termo de Cooperação entre a CPTM e a Uber Tecnologia, ampliando a integração modal. Foram sugeridas 14 (quatorze) estações distribuídas nas 7 (sete) Linhas. Os veículos da UBER utilizarão as baias das estações para o embarque e desembarque dos passageiros;

- Renovação do Termo de Autorização firmado com a Tembici, para a continuidade da integração modal através do compartilhamento de bicicletas, nas estações Hebraica-Rebouças e Santo Amaro da Linha 9-Esmeralda da CPTM, em virtude dos resultados positivos da primeira etapa do programa.
- Em decorrência da concessão das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, foram iniciadas as tratativas para a continuidade da integração tarifária da CPTM com os municípios de Barueri, Jandira e Itapevi, que são atendidos pela Linha 8-Diamante. Estão em elaboração os aditivos contratuais, incluindo a concessionária nos trâmites legais.

Empreendimentos Associados:

- Desenvolvimento de método para avaliação de seus ativos imobiliário e criação de Sistema de Engenharia de Custos – SIEC (sistema de custos oficial da CPTM utilizado na elaboração dos orçamentos referenciais para contratação de obras e serviços de engenharia e seus eventuais termos aditivos), viabilizando a contratação de serviços de avaliação.

Bilhetagem:

- A bilhetagem (compra do direito de viagem) passou por diversas modificações, que concluem um ciclo de revisões sobre atividades e procedimentos referentes ao tema, que vêm sendo empreendidas pela CPTM ao longo dos últimos anos. A inovação tecnológica e processual pautaram o ano de 2021.
- Início da comercialização dos novos bilhetes QR Code nas bilheterias da CPTM (junho/2021). A partir desta data, disponibilização dos seguintes canais para a aquisição do direito de viagem: Bилheterias: com pagamento em dinheiro; Máquinas de autoatendimento (ATMs); App Top; Whatsapp: com pagamento via Pix; Rede credenciada de estabelecimentos comerciais parceiros: com pagamento via dinheiro e cartões de débito e crédito.
- Início de projeto piloto para a análise do impacto do fechamento das bilheterias, tendo como estações selecionadas para sua aplicação: Granja Julieta, na Linha 9 – Esmeralda da CPTM e Belém, na Linha 3-Vermelha do Metrô (outubro/2021).
- Lançamento do novo Cartão Top (novembro/2021).
- Em novembro, também teve início a operação controlada da tecnologia EMV (Europay-Master-Visa), que trata da aceitação de cartões bancários contactless diretamente nos bloqueios. Esta operação está ocorrendo na Estação João Dias e deverá ser expandida para toda a rede metroferroviária em 2022.

As ações 2092, 2093, 2094, 2095, 2172 e 2173 voltadas à modernização da rede atual, apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2021:

Ação 2092	Linha 7 - Rubi - Brás - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta
Ação 2093	Linha 8 - Diamante - Júlio Prestes - Amador Bueno – Modernização
Ação 2094	Linha 10 - Turquesa - Brás - Rio Grande da Serra – Modernização
Ação 2095	Linha 11 - Coral - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste
Ação 2172	Linha 9 - Esmeralda - Osasco - Grajaú - Modernização e Expansão da Oferta
Ação 2173	Linha 12 - Safira - Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta

Modernização da Rede: Nas seis linhas: 7 - Rubi (Brás - Jundiaí), 8 - Diamante (Júlio Prestes – Itapevi - Amador Bueno), 9 - Esmeralda (Osasco - Grajaú), 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra), 11 - Coral (Luz - Estudantes), 12 - Safira (Brás - Calmon Viana), em 2021 foram feitas intervenções em sinalização e energia, instalações de apoio à operação e à manutenção, além da modernização de estações e expansão do sistema.

Estações:

- Linha 7 – Rubi:
 - ✓ Estação Luz:

Implantação das obras de arquitetura e restauro na estação Luz, incluindo a instalação de elementos de comunicação visual, mobiliário e sonorização. Também foram concluídas obras de restauro do prédio da caixa d'água e o restauro do prédio administrativo. Estão em fase final as obras de restauro da fachada da estação – lado da Rua Mauá.



Estação Jundiaí:

Execução das obras civis para restauro da cobertura, intervenções nas salas operacionais e remanejamento (Rede Aérea, Elétrica e Telecom) na Estação Jundiaí. Por se tratar de uma edificação tombada, o projeto executivo integral foi submetido à análise dos órgãos de preservação, tendo aprovação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16/10/2019, e a aprovação do COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jundiaí publicada na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí em 04 de outubro de 2019 com previsão de término no primeiro semestre de 2022.

- **Acessibilidade:**

Nas Estações Várzea Paulista (Linha 7) e Guapituba (Linha 10) foram concluídas as obras de acessibilidade.

Em quatro Estações da Linha 10 da CPTM foram iniciadas as obras para adequação de acessibilidade a saber: São Caetano do Sul, Utinga, Prefeito Saladino e Capuava.

A Estação de Engenheiro Manoel Feio está em fase final de licitação e a Estação de Aracaré está finalizando o projeto e iniciando o processo licitatório ambas na Linha 12.

A CPTM trabalha para adequar suas dependências às normas vigentes de acessibilidade. Das 95 Estações, 72 já possuem condições de acesso às pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Algumas estações estão em obras, outras em fase de projetos, para que todas tenham itens de acessibilidade normativos. Além disso, as novas estações já são projetadas para serem totalmente acessíveis.

Energia:

- Concluída implantação da Subestação Patriarca reformada na Linha 11;
- Concluída implantação da nova Subestação Dom Bosco na Linha 11;
- Concluída implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no trecho de Patriarca a Dom Bosco na Linha 11;
- Conclusão de obras a reforma de duas Cabines Seccionadoras na Linha 11: Brás e Vila Matilde;
- Em fase final de obras para a implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no Trecho de Dom Bosco a Guaianases na Linha 11;
- Retomada das obras de implantação de Energia na Linha 12;
- Concluída implantação do Telecontrole de Energia na Linha 13;

Sinalização:

- Em fase implantação de novos intertravamentos no trecho TAT – CVN na Linha 12;
- Em andamento a implantação do Sistema de Sinalização CBTC (Communications Based Train Control) na Linha 10.

Estação João Dias:

Em janeiro de 2020 foi emitida a Licença de Instalação da futura Estação João Dias. Com a concessão do documento, as obras da primeira estação da companhia que será construída pela iniciativa privada foram liberadas. As obras tiveram início em março de 2020.

A Estação João Dias, foi inaugurada em Novembro de 2021 faz parte da Linha 9-Esmeralda da CPTM, localizada entre as estações Santo Amaro e Granja Julieta, as obras foram gerenciadas pela Brookfield Properties, empresa do Grupo Brookfield em conjunto com a CPTM. A construção foi a cargo da Construtora Telar, por meio de um contrato firmado entre as duas empresas.

Com a conclusão das obras, a estação foi doada ao Governo do Estado de São Paulo, e a CPTM é responsável pela operação e manutenção do local.

A nova estação conta com edifício principal, passarela de acesso à plataforma central, escadas rolantes, fixas e elevadores, garantindo acessibilidade a todos. A demanda estimada é de cerca de 10,5 mil usuários por dia útil.

Complexos de Manutenção:

Com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento das instalações de apoio à operação, como pátios e à manutenção, como abrigos e oficinas, em 2020 foram definidas cinco ações prioritárias com andamento em 2021, conforme abaixo:

- Estacionamento de Trens – Mauá (Pátio Norte): Adequações para o estacionamento de trens. Início das obras para complementação da via permanente e rede aérea, implantação de plataforma de acesso aos trens do pátio, com CFTV, iluminação, pontos de água e descarte de efluentes e construção de novo prédio administrativo, com ligação através de uma plataforma metálica com a estação Mauá.
- Estacionamento de Trens – Guaianases: Obras de adequação; Início das obras para implantação de plataforma de acesso aos trens do pátio, com CFTV, iluminação, pontos de água e descarte de efluentes e construção de um novo prédio administrativo.
- Abrigo Engenheiro São Paulo: Concluir obras iniciadas. Projeto em andamento para construção de vala de assopramento do abrigo, com sistemas de assopramento, CFTV, entre outros e novo bloco administrativo.

Ação 2323 - Extensão da Linha 9 - Esmeralda até Varginha

A Extensão da Linha 9 - Esmeralda é um dos projetos prioritários em execução pela CPTM. O empreendimento entre Grajaú – Varginha, com 4,5 Km de extensão, contará com duas novas estações, Bruno Covas-Mendes-Vila Natal e Varginha. Também, o empreendimento contará com obras de via permanente, rede aérea, construção de 4 viadutos rodoviários, 3 viadutos ferroviários, 1 terminal de ônibus, 2 passagens inferiores de pedestres, 1 passarela, 2 bicicletários, 1 novo Pátio Varginha, remodelação do Pátio Grajaú, além das implantações dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicações.

As obras civis foram contratadas em dois lotes. O lote 1, entre as estações Grajaú e Bruno Covas-Mendes-Vila Natal, possui 2,5 Km de via permanente e rede aérea. Já as obras civis do lote 2, entre as estações Mendes – Vila Natal e Varginha foram reiniciadas em janeiro/2020.

A estação Bruno Covas-Mendes-Vila Natal, foi inaugurada em agosto/2021. Além da estação, foram concluídas as obras de 2,5 quilômetros de via permanente, rede aérea e sinalização, a construção de dois viadutos rodoviários, o Micronésia e Jacopo Torriti, e a construção da subestação de energia Mendes, e a conclusão da ampliação da subestação Cidade Dutra.

A estação Varginha será integrada futuramente a um terminal de ônibus, a ser implantado pela CPTM. O terminal de ônibus, que está em fase de projetos e preparação da futura contratação, terá uma passarela de interligação com a Estação Varginha. Serão 10.000 m², com 500 metros de plataformas para embarque e desembarque, além de itens de acessibilidade e escadas rolantes. A demanda do novo terminal é estimada em 30 mil passageiros por dia.

No lote 2, iniciaram-se as obras para construção de mais dois viadutos rodoviários, um chamado Leste/Oeste e outro Paulo Guilguer Reimberg.

A Extensão da Linha 9-Esmeralda será concluída em etapas. A operação da estação Bruno Covas-Mendes-Vila Natal iniciou-se em 2021, e da futura estação Varginha em 2022. Após a ampliação de 4,5 km entre Grajaú e Varginha, a projeção é que sejam acrescentados à linha 110 mil usuários atendidos pelo futuro trecho.

Ação 2331 – Linha 13 – Jade - Trem de Guarulhos – Implantação

Implantada em março de 2018, corresponde a 12,2 km de nova via para a linha de trem metropolitano que liga os municípios de São Paulo e Guarulhos, incluindo acesso ao Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro. A operação comercial do trecho Engº Goulart e Aeroporto iniciou em junho de 2018.

Além do serviço regular da Linha 13-Jade, entre Engenheiro Goulart e Aeroporto-Guarulhos, a CPTM oferece mais duas opções para se chegar ao Aeroporto de Guarulhos: O Expresso Aeroporto e o Serviço Connect. Em 2021 foram transportados nos 3 serviços 3.936.884 passageiros.

No total, 8 novos trens fabricados na China, foram adquiridos pelo Governo do Estado. Os principais diferenciais dessa frota, chamada 2500, são o bagageiro para malas pequenas localizado acima dos assentos, e o espaço específico para malas grandes. Os trens possuem tecnologia de ponta para oferecer o máximo de conforto para os passageiros, além de serem acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência.

Todos os trens estão operando até o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Ação 2593 – Linha 13 – Jade - Trem de Guarulhos – Extensão

A extensão da linha 13 dar-se-á em duas frentes: a oeste em direção à região central do município de São Paulo e a nordeste em direção ao bairro de Bonsucesso no município de Guarulhos.

A extensão a oeste é de implantação prioritária e proporcionará a ligação direta entre o Aeroporto de Guarulhos e o Terminal Rodoviário localizado na estação Barra Funda, onde operam linhas da CPTM e do METRÔ, e aumentará a oferta de lugares da Linha 13 – Jade. Para esse trajeto será utilizada a malha ferroviária existente das Linhas 11 – Coral e 12 – Safira, sendo necessário promover intervenções em estações, via permanente, rede aérea, sistemas de energia e sistemas de sinalização, que auxiliem a operação da Linha 13 – Jade (e seus serviços especiais), capacitando-a para operar conjuntamente às Linhas 11 e 12 da CPTM. Posição em 2021:

- Ligação Estação da Luz – Sala São Paulo - Obras iniciadas. Será realizada passagem coberta com vidros para interligação da Estação da Luz com a Sala São Paulo. Visando melhoria das condições de fluxo de passageiros da Estação, a plataforma central sentido leste será adequada, bem como será instalada uma passarela metálica provisória na mesma plataforma sentido oeste, como saída alternativa para a Praça da Luz.
- Estação Barra Funda – Obras iniciadas. Serão desenvolvidos Serviços de Engenharia Especializada para a Elaboração de Projeto Executivo, Fornecimento e Implantação do Sistemas de Rede Aérea de Tração, Sinalização/SCT, Suprimento de Energia de Tração e Via Permanente para a Extensão da Linha 13 - Jade, Trecho Luz - Barra Funda da CPTM
- Túnel de Ligação com a Linha 4 do Metrô - Obras iniciadas. Serão desenvolvidos serviços de engenharia para Execução das obras do novo túnel de ligação entre a CPTM e a Linha 4 do Metrô na Estação da Luz e adequações de acesso.
- Sinalização da L12 - Obras iniciadas. Intervenções no sistema de sinalização da Linha 12, o que possibilitará a redução do intervalo entre trens na linha 12 e permitirá que a linha 13 chegue até a Estação Brás e consequentemente operar até Barra Funda após a implantação da Extensão.
- Adequação da Estação Barra Funda – Em licitação. Obras para adequação do mezanino das plataformas 7, 8, 9 e 10 para receber o expresso Aeroporto e a Linha 11, com implantação de elevador de alta capacidade e escadas rolantes, bem como adequação da acessibilidade do local e sistemas existentes.
- Adequação da Plataforma 5 da Estação Luz – Projeto em andamento.

Em contratação do anteprojeto para a extensão da linha 13 a Bonsucesso.

Ação 4627 - Operação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

Em 2021 a CPTM transportou 531,8 milhões de passageiros, numa média de 1,7 milhões de usuários por dia útil. A baixa demanda ainda decorre dos efeitos da pandemia ocasionada pela COVID-19, mas há indicativos da retomada gradual do fluxo de passageiros dadas as medidas de flexibilização e o já avançado cronograma de vacinação.

Ação 9010 – Ressarcimento de subsídio aos usuários estudantes - CPTM

Em 2021 foram transportados na rede da CPTM 5,9 milhões de passageiros estudantes subsidiados. A baixa demanda ainda decorre dos efeitos da pandemia ocasionada pela COVID-19, mas há indicativos da retomada gradual do fluxo de passageiros dadas as medidas de flexibilização e o já avançado cronograma de vacinação.

Ação 9011 – Ressarcimento de gratuidades aos usuários - CPTM

Em 2021 foram transportados na rede da CPTM 21,3 milhões de passageiros gratuitamente. A baixa demanda ainda decorre dos efeitos da pandemia ocasionada pela COVID-19, mas há indicativos da retomada gradual do fluxo de passageiros dadas as medidas de flexibilização e o já avançado cronograma de vacinação.

Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ)

Tem como objetivo ampliar o sistema metroviário e sua participação no transporte coletivo da Região Metropolitana de São Paulo, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recapacitação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção, com altos níveis de segurança e regularidade.

Acessibilidade das Linhas Metroviárias

O Metrô de São Paulo possui todas as estações adaptadas para o acesso das Pessoas com Deficiência – PCD dispondo de elevadores ou rampas, piso tátil, sanitários acessíveis, comunicação visual adequada, bloqueios (catracas) ou cancelas para acesso às plataformas acessíveis, comunicação sonora e tátil, redutores de vão entre o trem e a plataforma. Em conjunto com a Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência dispomos de dois postos avançados de atendimento, localizados nas estações Tatuapé e Barra Funda, onde as Pessoas com Deficiência podem contar com atendimento especializado às suas demandas.

O Metrô monitora as pessoas com deficiência dentro da rede. Para cada monitoramento são deslocados, no mínimo, dois empregados treinados especificamente para essa finalidade - um que auxilia o embarque na estação de origem e outro o desembarque na estação de destino.

Anualmente, no dia 21 de setembro, o Metrô promove um grande evento para comemorar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. O evento conta com a participação das Secretarias Estadual e Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e com diversas instituições não-governamentais de apoio e atendimento.

Em função da Pandemia de COVID-19, as ações presenciais ficaram bastante prejudicadas no ano de 2021.

As ações 2131, 2132, 2133 apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2021:

Ação 2131	Linha 1 – Azul: Recapacitação e Modernização
Ação 2132	Linha 2 – Verde: Recapacitação e Modernização
Ação 2133	Linha 3 – Vermelha: Recapacitação e Modernização

Modernização do sistema de Sinalização e Controle

Os sistemas de Sinalização (CBTC - “Communication Based Train Control”) e Controle estão em implantação cuja assinatura do Contrato se deu em julho de 2008.

O escopo deste contrato consiste em implantar: a sinalização com a tecnologia CBTC; o Sistema de transmissão digital utilizando fibras ópticas; o sistema de transmissão em tempo real de imagens das câmeras internas do trem para o CCO – Centro de Controle Operacional e das estações para o trem e painéis multimídia para informar as horas e as mensagens operacionais e institucionais.

O CBTC visa possibilitar a inserção de mais trens nas linhas 1, 2 e 3 de forma a reduzir o intervalo entre trens para proporcionar mais conforto aos usuários e aumentar a oferta de lugares: aumentar a velocidade média dos trens nas linhas, reduzindo o tempo de viagem, reduzir a energia consumida pelos trens em função de controle mais efetivo de sua movimentação. Os sistemas de telecomunicações viabilizarão comunicações audiovisuais precisas em tempo real de forma que qualquer anomalia, emergência ou avisos institucionais poderão ser difundidos imediatamente aos usuários e funcionários, além de maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os sistemas.

O sistema de sinalização e controle CBTC - Communication Based Train Control está implantado na Linha 2 - Verde e em fase de implantação nas Linhas 1 - Azul e 3 - Vermelha. Esses novos equipamentos e sistemas permitirão melhorar o desempenho operacional, reduzindo os custos de manutenção.

Em 2021, foram realizados os testes na Linha 2 - Verde de forma a permitir a operação de todas as frotas dessa linha.

Na Linha 1 - Azul foram concluídos os testes estáticos e estão sendo realizados os testes dinâmicos (integrados com a utilização de trens).

Na Linha 3 - Vermelha estão sendo finalizadas as instalações e iniciados os testes estáticos de equipamentos, de forma a permitir os testes dinâmicos.

Quando a implantação for concluída, esses novos equipamentos e sistemas permitirão melhorar todo o desempenho operacional das linhas, reduzindo os custos de manutenção.

Portas de Plataforma - Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha

A fabricação e a implantação das Portas de Plataforma de 36 estações (88 fachadas) para as linhas 1, 2 e 3, foram contratadas com o propósito de diminuir os atrasos, reduzir o risco de suicídio, quedas de pessoas e objetos, usuários na via e incêndio causados por lixo na via, otimizar o fluxo de passageiros, partir sem ferir passageiros que ainda estão na plataforma e possibilitar velocidade maior na região da plataforma.

Evolução da implantação:

- Em junho de 2019, assinado o contrato com o Consórcio Kobra e iniciadas as vistorias “in loco” nas estações.
- Em fevereiro de 2020 o Contrato Consórcio Kobra foi suspenso judicialmente devido a Acórdão emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em função de recurso interposto pelas proponentes Consórcio PSD-SP (MPE Engenharia e Serviços S.A. e Zhuzhou CRRC Times Electric CO., LTD.) e Consórcio TELAR/SERVENG/DONGWOO, questionando os critérios adotados na fase de habilitação.
- Em abril de 2020 foi atribuído o efeito suspensivo a esta apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo que o contrato foi retomado na mesma data.
- Em maio de 2020: Contrato novamente suspenso judicialmente pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça.
- Em junho e setembro de 2020 recursos foram negados, mantendo a decisão de aguardo do julgamento.

Fatos relevantes em 2021:

- Em janeiro foi publicado no DOESP: Aviso onde a Companhia do Metrô comunica a instauração de procedimento visando anulação do Contrato Nº 1000268001 firmado com o Consórcio Kobra, retomando a licitação Nº 10002680. Com base na decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (Acórdão 2020.0000997296) e no artigo 104, inciso IV do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da Companhia do Metrô, bem como a retomada da licitação 10002680.
- Em março foi publicado no DOESP, reconhecimento da extensão dos efeitos da sanção de suspensão temporária a MPE, líder do Consórcio PSD, impedido de continuar como participante do Certame. Procedimento da anulação do contrato Kobra segue suspenso até a conclusão do procedimento de retomada da licitação. Em razão da suspensão do contrato as metas estabelecidas estão comprometidas e deverão ser reprogramadas.
- Em maio o Contrato foi novamente suspenso e concedida liminar suspendendo novamente a execução deste contrato.
- Em julho, proferida sentença pelo TJSP julgando improcedente o pedido do Consórcio PSD, possibilitando a retomada do contrato do Consórcio Kobra e a retomada do contrato. Também realizada a primeira reunião entre Metrô e contratada para a retomada do contrato e replanejamento das atividades.
- Em setembro ocorreu a análise dos projetos e o replanejamento das atividades.
- Outubro foram avaliados os Projetos de instalação, bem como o replanejamento das atividades. Iniciada a fabricação das portas, com início de inspeção em dezembro/2021.
- Contrato ALSTOM: em 2021 foram realizadas as adequações civis e a montagem das fachadas PSD nas duas plataformas das estações Jabaquara e Tucuruvi. O método inovador de instalação por meio de módulos possibilitou a rápida implantação. Após a montagem, as próximas etapas são: a execução de cabeamento, instalação de componentes eletrônicos, software e a sincronização com o novo sistema de sinalização e controle de trens (CBTC).

A ação 2134 apresentou as seguintes realizações significativas no ano de 2020:

Ação 2134	Linha 4 – Amarela: Trecho Luz-Vila Sônia - Fase 2

O empreendimento Fase 2 - Trecho Luz – Vila Sônia está projetado para uma extensão operacional de 12,8 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 29 trens. A demanda estimada para operação comercial da Linha 4-Amarela era de 885.410 passageiros por dia útil (simulação para o cenário 2021 antes da pandemia).

A demanda atingida em dez/21, diante do efeito da pandemia, foi de 424mil passageiros por dia útil.

A implantação da Linha foi planejada em 2 fases:

Fase 1:

- Concluída em 2011, com 8,9 km operacionais, 6 estações em operação: Butantã, Pinheiros (integração com a Linha 9 da CPTM), Faria Lima, Paulista (integração com a Linha 2), República (integração com a Linha 3) e Luz (integração com a Linha 1 e com as linhas 7 e 11 da CPTM) além da entrega parcial de 1 Pátio de manutenção (Vila Sônia) e 14 trens.

Fase 2:

- Estação Fradique Coutinho concluída e em operação desde 15/11/2014;
- Estação Higienópolis-Mackenzie concluída e em operação desde 23/01/2018;
- Estação Oscar Freire em operação, desde 04/04/2018; com o Acesso Jardins. O Acesso Clínicas iniciou a operação em 31/07/2019;
- Estação São Paulo-Morumbi concluída e em operação desde 27/10/2018, com mais 2,5km operacionais;
- Complementação da frota de trens concluída, totalizando 29 trens;
- Pátio Vila Sônia (complementação) entregue à concessionária CVQ em 31/10/2019 com pendências não impeditivas.

Fatos relevantes em 2021, evolução do empreendimento:

- As obras civis remanescentes das 4 estações da Fase 2, incluindo o prolongamento do túnel, foram paralisadas em 2015, face à rescisão do contrato e retomadas em 12/07/2016 após nova licitação, concluídas em 2021.
- Concluída também em 2021 a implantação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares (escadas rolantes, elevadores, ventilação principal etc.), Telecomunicações, Portas de Plataforma (PSD), Bloqueios e Controle de Acesso (SCAP e SCA), e Sistema de Transmissão de Dados (STD).
- A implantação das vias permanentes na Estação Vila Sônia e no prolongamento de 1,5 km em túnel foi contratada em 07/03/2018 e está concluída.
- A conclusão e entrega da Estação Vila Sônia para a Concessionária ocorreu em 17/12/2021, com a implantação do sistema de sinalização pela CVQ e início da operação assistida da Estação Vila Sônia e Terminal de Ônibus Vila Sônia.

OBRAS COMPLEMENTARES

Túnel de conexão complementar entre as estações Consolação (Linha 2–Verde) e Paulista (Linha 4-Amarela).

O túnel de conexão complementar entre as Estações Paulista, da Linha 4-Amarela, e Consolação, da Linha 2-Verde, permitirá a distribuição do fluxo de passageiros com o túnel de integração existente, melhorando as condições de acessibilidade na interligação entre essas estações e reduzindo o acúmulo de passageiros nas plataformas da Estação Consolação. O Metrô está na fase de contratação da implantação das obras civis e dos sistemas.

Fatos Relevantes:

- Projeto Executivo das Obras Civis do Túnel de Ligação entre as Estações Consolação (Linha 2–Verde) e Paulista (Linha 4–Amarela) contratado em 10/05/2019, e concluído em 06/08/2020.

- Implantação das Obras Civis e dos Sistemas: Edital Publicado no DOE (Imprensa Oficial de São Paulo) em 19/12/2020. Sessão Pública de abertura das propostas e de documentos em 09/03/2021.
- Contratação dos serviços de Instrumentação Geotécnica: entrega de documentos de habilitação e propostas em 24/05/2021.
- Publicado em 13/08/2021 - Fracasso da licitação para contratação da implantação das obras civis e sistemas.

Acesso Bela Cintra da Estação Paulista da Linha 4-Amarela

O novo Acesso Bela Cintra da Estação Paulista da Linha 4-Amarela será uma alternativa para os passageiros ao acesso por meio da Estação Consolação da Linha 2-Verde. Os passageiros poderão acessar a Estação Paulista pelo novo acesso a partir da rua Bela Cintra, reduzindo o fluxo dos passageiros no túnel de integração existente entre essas duas estações.

Evolução do projeto: Em andamento

Desapropriação: Área necessária para implantação foi ajuizada em nov/21 após exaustiva negociação, sem sucesso, com os expropriados.

Fatos Relevantes em 2021:

- junho: Publicado o edital para implantação das obras civis e dos sistemas para o Acesso Bela Cintra.
- novembro: Suspensa a sessão pública de recebimento e abertura publicada no DOE de 17/11/2021.

Ampliação da Estação Vila Prudente da Linha 2 – Verde e interligação com a Estação Vila Prudente da Linha 15-Prata

Adequação das plataformas, da laje do mezanino e do sistema de ventilação da Estação Vila Prudente da Linha 2-Verde (VPT) e ampliação da interligação com a Estação Vila Prudente da Linha 15-Prata (VPM), incluindo as adequações necessárias no entorno do local, para atender ao aumento da demanda de passageiros e melhorar a operação e integração entre os sistemas da Linha 2-Verde, monotrilho da Linha 15-Prata e Terminal de Ônibus.

Fatos relevantes em 2021:

- janeiro: Assinado o contrato para elaboração dos projetos executivos, obra civil e implantação de sistemas em 07/01/2021 com o Consórcio SINALTA ROBMAK.
- fevereiro: Emissão da primeira ordem de serviço em 05/02/2021.
- agosto: Conclusão das Salas Operacionais provisórias.
- dezembro: Entregue em 22/12/2021 o acesso externo e viário da Rua Cavour.

Nova Estação São Joaquim da Linha 1 – Azul

Ampliar a Estação São Joaquim da Linha 1-Azul para comportar o aumento de demanda com a integração à Linha 6-Laranja, contemplando adequação das plataformas, implantação do saguão de integração (ampliação do mezanino) entre as estações, em conformação de "L", no mesmo nível dos mezaninos de bloqueios, construção de novas escadas fixas, implantação de 10 novas escadas rolantes, remanejamento de 5 escadas rolantes existentes, implantação de 6 novos elevadores, adequação das salas operacionais do mezanino, adequação do porão de cabos, adequação das faixas de pedestres e semaforização do entorno, ampliação da baia de veículos da Avenida Liberdade, ampliação do acesso leste, esquina com a Rua São Joaquim, adequação e complementação dos sistemas de telecomunicações, auxiliares e de alimentação elétrica nas áreas afetadas pelas obras, adequação do sistema de ventilação da estação e ventilações próximas, implantação do dispositivo de contagem eletrônica dos passageiros, paisagismo e urbanismo.

Evolução do projeto: Em andamento o desenvolvimento do projeto básico

Fatos relevantes em 2021:

- Janeiro: Publicado o edital de licitação para elaboração do Projeto Básico.
- Setembro: Assinado o contrato de elaboração do Projeto Básico em 09/09/2021.
- Outubro: Emitida a OS para elaboração do Projeto Básico em 05/10/2021.

As ações 2135 e 1483 apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2020

Ação 2135	Linha 5 – Lilás: Recapacitação e Modernização
Ação 1483	Linha 5 – Lilás: Trecho Largo 13 - Chácara Klabin

A Linha 5-Lilás, trecho Capão Redondo - Chácara Klabin, tem uma extensão operacional total de 20 km e é composta de 17 estações, 2 pátios de manutenção e estacionamento de trens e 34 trens.

A operação comercial do trecho complementar, entre as estações Adolfo Pinheiro (exclusive) e Chácara Klabin iniciou em outubro/2018.

Portas de Plataformas:

Atualmente das 17 estações, 16 estão operando com Portas de plataformas: Adolfo Pinheiro, Borba Gato, Brooklin, Eucaliptos, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz, Moema, Chácara Klabin, Campo Belo, Largo Treze, Alto da Boa Vista, Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas e Giovanni Gronchi.

Entregas realizadas em 2021, 9 estações tiveram concluídas a montagem e comissionamento das portas de plataforma: Moema em fevereiro, Chácara Klabin em abril, Campo Belo e Largo Treze em maio, Alto da Boa Vista em junho, Capão Redondo em julho, Campo Limpo em setembro, Vila das Belezas em novembro e Giovanni Gronchi em dezembro.

Implantação das portas de plataforma da Estação Santo Amaro prevista para fev/2022.

Ação 2171 - Operação das Linhas Metroviárias

Em 2021, a demanda de passageiros de todas as linhas metroviárias da cidade continuou sendo impactada pelas ações restritivas adotadas pelo Estado e Município em função da pandemia do Novo Coronavírus, decretada em 11/03/20 pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

O total de passageiros transportados (entradas + transferências) pelas linhas metroviárias da cidade em 2021 foi de 797 milhões. Nos dias úteis, a demanda média anual foi de 2,65 milhões de passageiros transportados, sendo que no mês de novembro foi registrada a maior média com 3,32 milhões de passageiros nos dias úteis.

Ação 4624 – Linhas Metroviárias – Ressarcimento de gratuidades a usuários

Em 2021 foram transportados na rede metroviária 40.378.362 passageiros gratuitamente.

Ação 5565 – Linhas Metroviárias – Ressarcimento de subsidio aos usuários estudantes

Em 2021 foram transportados na rede metroviária 9.151.040 passageiros subsidiados (quantidades de estudantes atendidos).

Ação 2289 – Linha 15 – Prata: Trecho Vila Prudente - Jardim Colonial

O empreendimento Trecho Vila Prudente – Jardim Colonial (monotrilho) está projetado para uma extensão operacional de 14,5 km, 11 estações, 1 pátio de estacionamento e manutenção e 37 trens.

A Linha 15-Prata interliga com a Linha 2-Verde e com o Terminal Vila Prudente na estação Vila Prudente, com o Terminal Sapopemba/ Teotônio Vilela na estação Sapopemba e com o Corredor Intermodal ABCD na estação São Mateus.

A implantação do trecho Vila Prudente – Jardim Colonial está sendo realizada em 2 etapas:

- Primeira etapa foi implantada em 2 trechos:
 - ✓ Trecho Vila Prudente – Oratório, com 2,2 km operacionais, 2 estações e 1 pátio de manutenção e estacionamento, em operação comercial desde 10/08/2015;
 - ✓ Trecho Oratório - São Mateus, com 10,5 km operacionais e 8 estações, totalizando de Vila Prudente a São Mateus, 12,7 km operacionais e 10 estações:
- Segunda etapa em implantação, Trecho São Mateus – Jardim Colonial, com 1,8 km de extensão operacional, e extensão (área de manobra) a oeste da estação Vila Prudente. A Estação Jardim Colonial que teve sua operação foi iniciada em 29/12/2021, totalizando de Vila Prudente a Jardim Colonial, 14,5 km operacionais e 11 estações.

A subestação Primária Iguatemi está com obras civis concluídas e sistemas em implantação com meta de energização em 2022.

As áreas de manobras a leste da Estação Jardim Colonial (Rabicho Leste) e a oeste da Estação Vila Prudente (Rabicho Oeste) estão com obras civis em execução.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho Vila Prudente - Jardim Colonial é de 415.540 passageiros por dia útil, para o cenário 2021, sem considerar o efeito da pandemia. A demanda atingida em dez/21, diante do efeito da pandemia, foi de 86mil passageiros por dia útil.

Linha 15–Prata: Trecho Ipiranga – Vila Prudente (exclusive) e Trecho Jardim Colonial (exclusive) – Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi

O empreendimento Trecho Ipiranga – Vila Prudente (exclusive) e Trecho Jardim Colonial (exclusive) – Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi está projetado para:

- 1,8 km operacionais, 1 estação (Ipiranga)
- 2,8 km operacionais, 2 estações (Boa Esperança e Jacu-Pêssego) e 1 pátio de estacionamento e manutenção (Ragueb Chohfi).

Evolução do empreendimento:

- Trecho Ipiranga – Vila Prudente (exclusive): Projeto Básico da via elevada concluído.
- Estação Ipiranga: concluído o Projeto Executivo civil.
- Trecho Jardim Colonial (exclusive) – Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi: Projeto Básico do viário em elaboração. Em andamento a contratação do Projeto Executivo, Obra Civil e Sistemas, exceto para as vias e para os sistemas de telecomunicações e de escadas rolantes e elevadores.
- Áreas necessárias para início da implantação das estações (parcial) e pátio (total) estão desapropriadas.
- Contratação das obras para o trecho Vila Prudente(exclusive)-Ipiranga prevista para 2022.

Concessão:

O Processo de concessão da Linha 15-Prata, cuja abertura das propostas ocorreu em 11/03/2019, foi anulado judicialmente, conforme sentença publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 28/11/2019, relativa ao Processo nº 1010621-16.2019.8.26.0053 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ação 2282 - Linha 17 – Ouro: Trecho 1 Washington Luís/Aeroporto de Congonhas - Morumbi

O empreendimento Trecho Washington Luís /Aeroporto de Congonhas – Morumbi (monotrilho) está projetado para uma extensão de 6,7 km operacionais, 1 pátio de estacionamento e manutenção, 8 estações e 14 trens e interligará com a Linha 9 - Esmeralda da CPTM na Estação Morumbi, com a Linha 5–Lilás do Metrô na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na Estação Aeroporto de Congonhas.

- Recontração dos sistemas remanescentes e material rodante: contrato com o Consórcio BYD Skyrail São Paulo retomado em 01/10/2020.
- Recontração das obras civis remanescentes do Pátio Água Espaiada e das estações Aeroporto de Congonhas, Washington Luís, Brooklin Paulista, Vereador José Diniz, Campo Belo, Vila Cordeiro, Chucuri Zaidan: em 26/11/2020 foi assinado o contrato com a COESA Eng. Ltda. Ordem de Serviço emitida em 21/12/2020.
- Estação Morumbi: obras de acabamento em fase final, escadas rolantes e elevadores em fase final de montagem.
- Financiamento CAF (até US\$ 296 milhões): contrato assinado em 07/10/2019 entre GESP e CAF.
- Comunicação de instauração de Processo Administrativo para rescisão contratual com o Consórcio TIDP - Linha 17 - Ouro em 27/01/2021.
- Nova suspensão, em 29/01/2021, pelo Metrô, do contrato com o Consórcio BYD Skyrail em razão da liminar emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Suspensão, em 25/03/2021, dos efeitos da liminar, permitindo a retomada do contrato após carta de retirada da suspensão, de 30/03/2021, pelo Metrô.

- Emissão do TAP - Termo de Aceitação Provisória das obras civis da Estação Morumbi referente ao contrato com o Consórcio CCIN-CCCC em março/21.
- Início da entrega das escadas rolantes nas estações em agosto/21.
- Publicado em 08/12/2021 o edital de reconstrução dos sistemas de alimentação elétrica e de auxiliares.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho 1 é de 165.220 passageiros por dia útil, para o cenário 2023.

Ação 2288 – Linha 2 – Verde: Trecho Vila Prudente – Dutra.

Este empreendimento está projetado para uma extensão operacional de 14,0 km, 1 Pátio de Manutenção, 13 estações e 35 trens adicionais, e ligará a atual Estação Vila Prudente do Metrô ao município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos.

A demanda estimada para a operação comercial da Linha 2–Verde, Trecho Vila Madalena – Penha no ano de 2026 é 1.314.780 passageiros por dia útil.

Quando em operação, a Linha Vila Madalena - Dutra terá uma demanda de 1.488.740 passageiros por dia útil estimada no ano de 2034.

A sua implantação está dividida em duas etapas:

Etapla 1: Trecho Vila Prudente – Penha: Com extensão total de 8,4km, 8 estações (Orfanato, Santa Clara, Anália Franco, Vila Formosa, Santa Isabel, Guilherme Giorgi, Aricanduva e Penha) e 22 trens.

Nesta etapa haverá conexões com a Linha 3–Vermelha do Metrô e Linha 11–Coral da CPTM (Estação Penha) e com a futura Linha 16-Violeta do Metrô (Estação Anália Franco).

Fatos relevantes em 2021:

- janeiro: Assinado contrato para análise técnica dos projetos executivos de obras civis
- fevereiro: início das obras - VSE Falchi Gianini, Estação Santa Clara e Orfanato (Lote 3), Estação Anália Franco, VSE Coxim e Poço Capitão (Lote 4) e VSE Cestari (Lote 1)
- março: início das obras - Estação Vila Formosa (Lote 1)
- maio: início das obras - VSE Padre João, Estação Penha e Vala Penha (Lote 2) e Estação Guilherme Giorgi e Estação Santa Isabel (Lote 5)
- maio: Complexo Rapadura (Lote 1) – STJ suspende liminar e interromper os efeitos da decisão da Ação Civil Pública pelo TJSP, permitindo o início das obras
- junho: início das obras – Estação Aricanduva (Lote 6)
- junho: Complexo Rapadura (Lote 1) – TCM revoga suspensão do Termo de Permissão de Uso.
- julho: início das obras - VSE Madrid (Lote 1)
- setembro: início das obras - Complexo Rapadura (Lote 1)
- outubro: início das obras - VSE Madrid, VSE Cestari, VSE João Prioste, VSE Julio Colaço e VSE Soares Neiva (Lote 1)

Etapla 2: Trecho Penha – Dutra: Com extensão de 5,6km, 5 estações (Penha de França, Tiquatira, Paulo Freire, Ponte Grande e Dutra), 1 Pátio de estacionamento e manutenção e mais 13 trens. Nesta etapa haverá conexões com as Linhas 12–Safira e 13–Jade da CPTM (Estação Tiquatira) e a futura Linha 19 - Celeste do Metrô (Estação Dutra).

Ação 1491 – Elaboração de Projetos para Expansão da Rede Metroviária

Em 2021 prosseguiram os estudos da Rede Básica do Metrô e estão previstos os seguintes projetos de futuras linhas e trechos de ampliação da rede Metroviária.

Linha 4 Fase 3 - Vila Sônia – Taboão:

- Projeto Funcional Avançado - Em elaboração interna no Metrô,
- A desenvolver: Licenciamento Ambiental e Projetos Básicos de Civil e Sistemas.

Linha 5 Lilás - Jardim Ângela – Capão Redondo:

- A desenvolver: Execução de Sondagens complementares e ensaios geotécnicos, elaboração de Projetos Básicos de Civil e de Sistemas. Finalizada, em dez/2021, a Revisão do Projeto Funcional.

Linha 5 Lilás - Chácara Klabin – Ipiranga:

- A desenvolver: Elaboração do Projeto Funcional Avançado, Licenciamento, Sondagens e Ensaios Geotécnicos, Projetos Básicos de Civil e Sistemas.

Linha 15 Prata - Jardim Colonial – Pátio Ragueb Chohfi:

- Obtenção do Licenciamento Ambiental – projeto básico de duplicação da Avenida Ragueb Chohfi em elaboração (viário).
- Concluídos os Projetos Básicos de Civil e de Sistemas das Estações e Pátio Ragueb Chohfi.

Linha 15 - Prata - Vila Prudente – Ipiranga:

- Concluídos o Projeto Executivo Civil da Estação Ipiranga e o Projeto Básico do elevado.
- Projeto Básico de Sistemas concluído.
- Concluído o projeto do estudo de Alçamento.

Linha 16-Violeta: Oscar Freire - Jardim Brasília

O empreendimento Linha 16–Violeta: Oscar Freire – Jardim Brasília está em estudo e uma das alternativas em estudo prevê uma extensão operacional de 21,5 km, 1 Pátio de Manutenção, 19 estações e 30 trens.

A Linha 16-Violeta se apresenta como alternativa ao traçado do trecho São-Joaquim-Cidade Líder, anteriormente proposto para extensão da Linha 6-Laranja, atendendo à população da zona leste de São Paulo. Em uma das alternativas em estudo, prevê conectar-se com a Linha 4-Amarela (Estação Oscar Freire) e seguirá paralelamente à Linha 2-Verde. Na futura Estação Jardim Paulista integrará com a futura Linha 19-Celeste e na Estação Paraíso com as linhas 1-Azul e 2-Verde. A seguir passará por regiões importantes como Aclimação, Vila Monumento, interligação com a Linhas 10-Turquesa da CPTM, passando por Alto da Mooca e seguirá em direção à futura Estação Anália Franco, da Linha 2-Verde, passará por Vila Formosa e Vila Antonieta até Cidade Líder e sua estação terminal, no Jardim Brasília, já próximo de Artur Alvim.

A demanda estimada para a operação comercial da linha é de 630 mil passageiros por dia útil estimada para o ano de 2034.

Evolução do empreendimento:

- Projeto Diretriz - Documentação para contratação do Anteprojeto de Engenharia e EIA-RIMA.

Linha 19–Celeste: Anhangabaú – Bosque Maia (Guarulhos)

O Empreendimento Trecho Estação Anhangabaú – Estação Bosque Maia está projetado para uma extensão operacional 15,8 Km, 15 estações, um pátio de estacionamento e manutenção Vila Medeiros, estacionamentos Bosque Maia, Catumbi e Bixiga, 19 Poços de ventilação e saída de emergência e duas subestações primárias. Engloba o atendimento ao Município de Guarulhos, além dos bairros de Vila Medeiros, Vila Maria e Pari, ligando-os ao Centro de São Paulo.

São previstas integrações com a Linha 3-Vermelha (Estação Anhangabaú), Linha 1-Azul (Estação São Bento) e Linha 2-Verde (Estação Dutra) e com as Linhas 10- Turquesa (Estação Pari) e 11-Coral (Estação Pari) da CPTM.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho Anhangabaú – Bosque Maia (Guarulhos) é de 580.470 passageiros por dia útil, para o cenário de 2029.

Situação:

- investigações geotécnicas e sondagens e levantamento topográfico e cadastral.
- processo de contratação do projeto básico. Homologação e adjudicação do contrato ao Consórcio MNEPIE em 27/08/21. Em análise as garantias e currículos.
- Licença Prévia - CETESB: EIA/ RIMA em atualização.

Fatos Relevantes em 2021:

- Assinados os cinco contratos (cinco lotes) de investigação geotécnica e sondagem, entre fevereiro e abril/2021.
- Assinado o contrato de execução do Projeto Básico com o Consórcio MNEPIE em 21/12/2021.

Linha 20-Rosa: Santa Marina– Santo André

A Linha 20-Rosa será subterrânea, tendo como função interligar as linhas da rede metroferroviária.

Conexões previstas: Linha 6-Laranja; Linha 7-Rubi e 8-Diamante da CPTM; Linha 2-Verde; Linha 4-Amarela da ViaQuatro; Linha 22-Marrom; Linha 19-Celeste; Linha 5-Lilás da ViaMobilidade; Linha 1-Azul do Metrô; BRT ABC e Linha 10-Turquesa da CPTM e com o corredor São Mateus / Jabaquara da EMTU.

A Linha 20-Rosa contará com 34 km de extensão, 25 estações e 2 pátios e deverá atender 1,3 milhão de passageiros por dia útil, cenário para 2040.

Fatos Relevantes em 2021:

- Anteprojeto de Engenharia/Projeto Funcional:
 - ✓ Conclusão das etapas: caracterização das áreas de influência do empreendimento, estudo de alternativas de traçado e seleção da alternativa a ser detalhada.
 - ✓ Início da etapa de detalhamento da alternativa recomendada.
- Investigações Geotécnicas:
 - ✓ Assinatura do contrato em 19/04/21. Prazo de execução de 8 meses.
 - ✓ Obtenção das autorizações e início do trabalho de campo em agosto/21. Previsão encerramento Janeiro/2022.
- Prestação de serviços de Financial Advisory para implantação da Linha 20-Rosa:
 - ✓ Publicação do edital em 19/07/21.
 - ✓ Propostas entregues em 15/09/21 e em análise no Metrô.

Programa 3709 - Nos Trilhos do Desenvolvimento – EFCJ

A Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ, Administração Direta vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, é um complexo de natureza turística e transporte, cuja operação contempla uma gama de serviços, compreendendo transporte ferroviário e turístico, bem como parques e centro de memória.

No tocante ao exercício de 2021, elencam-se as principais realizações desenvolvidas no Programa de responsabilidade da UGE

/UD, voltadas a manutenção dos serviços prestados pela EFCJ:

Ação 2338 – Modernização e Expansão do Complexo Turístico da EFCJ

Recapacitação e Modernização da Estrada de Ferro de Campos do Jordão

Em 2021, em relação ao programa de volta a operação no trecho de serra, compreendido entre os km 28 ao 36,9, foi dada continuidade ao conjunto de operações para a retomada do tráfego no referido trecho, porém em decorrência da pandemia do novo coronavírus e o retorno de forma gradual de parte dos servidores, após imunização, os serviços foram realizados de forma mais lenta, bem como tivemos problemas com o roubo da rede catenária, principalmente no trecho de Pindamonhangaba, o que demandou maiores esforços e atenção voltados para este tipo de ocorrência, um ano totalmente atípico para EFCJ.

Dessa forma, foi realizada a manutenção da rede aérea, compreendendo os trechos do Km 47 ao Km 40 e instalação de alarme na Parada Renópolis, com vistas a coibir a ocorrência de furtos.

As atividades de manutenção da via permanente continuaram sendo realizadas continuamente, com a limpeza, roçada, poda, capina manual, substituição de dormentes, nivelamento, no trecho de serra. Também foi realizada a pintura do prédio da Subestação Retificadora em Santo Antônio do Pinhal e residências do local, e das paradas ao longo da via férrea.

Ação 5819 – Operação da Estrada de Ferro de Campos do Jordão

A EFCJ atendeu, em 2021, 91.261 usuários, 11,75% a mais que no mesmo período de 2020, quando foram atendidos 81.667 usuários. Esse aumento se deve, principalmente, à pandemia do novo coronavírus, que fez com que os equipamentos turísticos tivessem suas operações paralisadas em 20 de março de 2020 e retomadas em parte, de forma monitorada e reduzida, apenas em 16 de setembro de 2020 e plenamente apenas em outubro de 2021. Dos roteiros atingidos pela pandemia estão o Bonde Turístico, o Bonde Turístico Urbano e o Centro de Memória em Campos do Jordão; e o Trem Turístico Piracuama, o Parque Reino das Águas Claras e o Centro de Memória em Pindamonhangaba.

Em 2021, destacaram-se os Bondes em Campos do Jordão, que transportaram, no período de janeiro a dezembro de 2021, 84.902 passageiros.

Cabe salientar que, desde maio de 2021, a fiação elétrica das linhas aéreas da EFCJ tem sido alvo de diversos furtos que impossibilitaram a operação dos trens em Pindamonhangaba e causaram transtorno e cancelamentos na operação dos bondes em Campos do Jordão.

Frota

Foi realizada a restauração da Automotriz A-6, com a recuperação da parte rodante e mecânica, bem como a desmontagem, limpeza e lubrificação dos rolamentos das caixas de roda.

Foram realizadas as revisões e manutenções preventivas para a garantia do funcionamento dos materiais rodantes, sendo automotrizes A3, AL1, A5, AL, V1, a gôndola G2.

Na Classe de Passageiros de prefixo CP-8, foi realizada a lubrificação das caixas de rodas, envernizamento e pintura da parte externa. Também foi realizada a usinagem dos rodeiros da Locomotiva a vapor (Maria-Fumaça).

As ações de manutenção e revisão das automotrizes e carros de passageiros tiveram o apoio do setor de usinagem com a confecção de peças exclusivas à particularidade da frota da EFCJ.

Logística

Para a continuidade da execução do serviço de manutenção de veículos pertencentes à frota própria da Estrada de Ferro Campos do Jordão, no presente momento existe um processo em aberto de compra para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores. Além da manutenção preventiva e corretiva, também, inclui-se no mesmo Processo, a solicitação de compra de um suporte específico de cabine com rack porta escada para ser instalado no veículo Ford Ranger, Cabine Dupla, de Patrimônio EFCJ: 2447; veículo esse de suma necessidade para os serviços de manutenção das redes aéreas da via férrea.

Devido à situação de Pandemia do vírus COVID-19, onde os servidores da área administrativa exerciam suas atividades de trabalho no formato de Teletrabalho, foi desenvolvido, pelo Núcleo de Logística, com apoio e orientação do setor de Protocolo da STM e Arquivo do Estado de SP, um procedimento interno de gestão arquivística de Produção de Documentos Híbridos. A existência de Documentos Híbridos é prevista pelo Decreto Nº 64.355, de 31 de julho de 2019, que institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital, e dá providências correlatas. Esse procedimento de produção de documentos híbridos se encontra no item 4 do Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel, anexo à Resolução SG 57 de 30 de setembro de 2019, que aprova esse mesmo manual. Em função da necessidade de Teletrabalho imposta pela Pandemia da COVID-19, tal procedimento foi adotado na EFCJ.

Compras e Contratações

O Núcleo de Compras e Contratações realizou, no presente exercício, uma série de aquisições e contratações importantes para o desenvolvimento da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Dessa forma, trazemos em destaque:

- A formalização da contratação dos sistemas de administração de materiais (SAM) – módulos Estoque e Patrimônio, que estão em fase de implantação na EFCJ;
- Contratação de nova empresa prestadora de serviço de vigilância noturna da Oficina e escritórios administrativos de Pindamonhangaba;
- A contratação de Serviço de Confecção de Uniformes para os funcionários dos Departamentos de Operação e Manutenção;
- Contratação de empresa especializada em manutenção de caldeira e sistema de material rodante da Locomotiva a Vapor.

Importante destacar que no ano de 2021 a EFCJ sofreu diversos furtos dos cabos da rede aérea ferroviária, o que acarretou em muitos prejuízos à ferrovia, impactando na prestação do serviço público, especialmente em Pindamonhangaba, que foi interrompido. Dessa forma, com o objetivo de coibir os furtos o Núcleo de Compras e Contratações foi responsável pelos processos de contratação do serviço de vigilância noturna motorizada ao longo da via férrea e aquisição de material para o sistema de alarme da catenária. Por outro lado, com o intuito de reparar os danos causados pelos furtos foi realizada a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de concreto usinado e aquisição de cabos messageiros para a rede área ferroviária.

Faz-se necessária, também, a contratação de empresa para a prestação de serviço de recomposição da rede aérea no trecho de Pindamonhangaba com fornecimento de material, cujo processo licitatório ocorrerá em 2022.

Foi realizada a contratação de empresa para executar o transporte da Automotriz G1 de Pindamonhangaba a Campos do Jordão, a recuperação e manutenção do trecho ferroviário entre Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão. Também foi realizada, em atendimento às recomendações de órgãos fiscalizadores, a contratação de transporte de veículos arrolados para o pátio estadual, localizado em Diadema/SP.

Outras importantes contratações em andamento são as obras de reforma do telhado do almoxarifado e oficina de Pindamonhangaba, cuja publicação do edital está prevista para janeiro de 2022 e a reforma do prédio sede da EFCJ em Pindamonhangaba, processo que também já está em fase final.

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2021 foi publicado o edital da Concorrência EFCJ nº 01/2021, objetivando a permissão de uso para exploração comercial de imóveis localizados em Campos do Jordão. A Concorrência acontecerá em 24 de janeiro de 2022.

Quanto ao conjunto de ações visando melhorias para a infraestrutura da Estrada de Ferro, foram realizadas aquisições de tintas e materiais de pintura, de máquinas e ferramentas, de materiais de solda e de materiais elétricos.

Planejamento e Projetos

Em 2021 foi elaborado o termo de referência e iniciado o processo de contratação das obras civis de reforma da Estação Sede da Estrada de Ferro Campos do Jordão no que concerne a infraestrutura elétrica e dados, refrigeração, reparos de alvenaria e pintura e recuperação do piso em assoalho de madeira. Foi elaborado o termo de referência e iniciado também o processo para a contratação de reforma da cobertura das oficinas em Pindamonhangaba para o setor de almoxarifado.

O departamento de planejamento e projetos em 2021 tem acompanhado importantes processos na ferrovia, como a implantação de faixa de servidão para passagem de linha de transmissão federal no Parque Reino das Águas Claras. Analisamos tecnicamente o laudo de avaliação apresentado e nos manifestamos nos autos solicitando a correção dos valores indenizatórios estabelecidos pela Concessionária tendo sido acatado e o processo finalizado com aumento considerável do respectivo valor em favor da EFCJ.

Temos ainda acompanhado o processo de elaboração de projetos para a futura Concessão da EFCJ no que tange a: separação de documentos, visitas técnicas, disponibilização de acervo e elaboração de respostas aos questionamentos enviados pelas empresas participantes.

O departamento tem dado continuidade ainda ao acompanhamento de projetos e obras no que se refere à Concessão do Parque Capivari.

Ações de Comunicação, Marketing e Turismo

Devido ao recrudescimento da pandemia da Covid-19 no início de 2021, o Núcleo de Comunicação, Marketing e Turismo intensificou as campanhas para o uso de máscaras de proteção facial, cuidados contra a disseminação do coronavírus e mudanças realizadas pelo governo para o controle da pandemia através da afixação de cartazes nas áreas internas e externas da ferrovia, nos trens e vagões, no informativo da EFCJ e postagens nas redes sociais.

As redes sociais on-line da Estrada de Ferro Campos do Jordão (Facebook, Instagram, Twitter e Pinterest) alcançaram mais de 6.000 seguidores neste ano, se estabelecendo como uma importante ferramenta de comunicação e interação com os usuários, colaboradores e a sociedade em geral. Os canais também foram utilizados para a divulgação de informações de prevenção contra a Covid-19, segurança ferroviária e serviços da ferrovia.

Em parceria com o Fundo Social foi realizada a campanha “Inverno Solidário”, com a disponibilização de caixas nas estações da ferrovia em Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão para arrecadação de cobertores novos. Também ocorreu uma parceria com as associações

Abrasta e Abrale, em conjunto com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, para a realização da campanha "A pandemia parou o mundo. Mas a esperança não pode parar. Doe Sangue. Salve Vidas!" de doação de sangue.

Programa 3711 – Gestão de Concessões e Parcerias – Regiões Metropolitanas/SP - Pitu Parcerias

Tem como objetivo gerir as concessões e parcerias com a iniciativa privada dando maior eficiência, com altos níveis de segurança e regularidade, em todo o sistema de transporte público de passageiros nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

Programa desenvolvido pela Comissão de Monitoramento de Concessões e Permissões - CMCP, Unidade de Despesa vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos - Administração Direta.

Ação 2474 – Concessão da Linha 18 – Bronze - Tamanduateí /Djalma Dutra – Monotrilho

O Governo do Estado de São Paulo – GESP, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM formalizou o Contrato de Concessão Patrocinada - STM nº 011/2014, com a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18 Bronze S.A.

Em 24/08/19, conforme publicado no Diário Oficial do Estado, foi realizada em 13/08/19, a 5ª Reunião Conjunta Ordinária do Conselho Diretor Estadual de Desestatização e do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público Privadas (CGCP) e a 88ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGCP) onde os Conselheiros deliberaram por unanimidade pela extinção do Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 18 Bronze.

Por meio dos Despacho 68/2020 de 04-08-2020 foi declarado extinto o contrato de concessão e publicado no DOE de 06-08-2020.

A Concessionária entrou com pedido de Arbitragem em 19-10-2020, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, requerendo indenização no valor de R\$ 950,0 milhões devido aos danos recorrentes ao encerramento antecipado do contrato. O Contrato foi encerrado em 2021.

Ação 2475 – Concessão da Linha 6 – Laranja - Brasilândia / São Joaquim

O contrato da concessão patrocinada para a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando implantação, operação e manutenção, foi assinado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo em 18/12/2013. Este contrato de 25 anos, que entrou em vigência em 20/05/2014, prevendo o valor inicial de R\$ 9,9 bilhões em investimentos, que corrigidos giram em torno de R\$ 14,3 bilhões

As obras de implantação da Linha 6 tiveram início em janeiro de 2015. Foram aportados pelo Governo do Estado em sua primeira fase, com a Concessionária Move São Paulo R\$ 694,7 milhões para pagamento de eventos de aporte e R\$ 988,48 milhões para pagamento das desapropriações de 370 ações referentes aos imóveis privados.

Houve a necessidade de desapropriações complementares, elevando o número de imóveis desapropriados para 390 e os valores pagos nos processos de desapropriação somam hoje R\$ 1,026 bilhão e os aportes referentes a Eventos da Obra somam R\$ 831,3 milhões, que corrigidos correspondem a R\$ 953,67 milhões.

Em 12 de dezembro de 2018, o Governo do Estado de São Paulo, decretou a caducidade, com efeitos a partir de 13/08/2019 (Decreto nº 63.915), do contrato de Concessão em razão da Concessionária Move São Paulo não haver logrado êxito na obtenção do financiamento de longo prazo pretendido junto ao BNDES e, em razão de sua descapitalização, descumprir diversas obrigações contratuais, chegando a paralisar a implantação do empreendimento em 2016.

Em que pese a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, desde o momento em que tomou conhecimento da paralisação, tenha determinado a retomada imediata e reestabelecimento da execução das obras, inclusive aplicando as penalidades previstas em Contrato, a Concessionária permaneceu inerte posto que não reunia mais condições financeiras de assumir os custos para implantação do empreendimento.

Logo no início do segundo semestre de 2019 a Concessionária apresentou documento que noticiava a pretensão de alienação das ações da SPE e/ou transferência da Concessão, motivo pelo qual solicitou a prorrogação dos efeitos do Decreto de Caducidade para que fosse possível a finalização das negociações e aperfeiçoamento da venda.

Desde então, considerando a apresentação de propostas concretas, por empresas interessadas em adquirir a titularidade da Concessionária Move São Paulo S.A., e por ser de interesse público a continuidade das obras, o Governo do Estado de São Paulo emitiu dois (2) decretos promovendo a prorrogação do efeito da Caducidade do contrato. Decreto nº 64.382/19 promulgado em 09 de agosto de 2019, que posterga a Caducidade para a partir de 11 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019 a Concessionária Move São Paulo S.A. apresentou o compromisso de cessão do contrato da Concessão da Linha 06 assinado com a empresa Acciona Construccion S.A. o que motivou a promulgação do Decreto nº 64.572/19, postergando a Caducidade para a partir de 09 de fevereiro de 2020.

Com o andamento das negociações de forma satisfatória, com a apresentação das documentações necessárias à comprovação do atendimento de todos os requisitos exigidos na oportunidade da licitação, e a formulação de dois termos aditivos ao contrato de concessão, para que a transferência pudesse se dar, outros decretos foram promulgados, de forma a prover o tempo às providências que se faziam necessárias.

Tendo sido todos os aspectos envolvidos na questão adequada e satisfatoriamente tratados, a transferência de controle da concessão se deu e a partir de 06/10/2020 a Linha 6-Laranja passou a ser uma concessão da Concessionária Linha Universidade S/A.

Assim, a partir daquela data a nova Concessionária passou a desenvolver as atividades voltadas à retomada da obra, envolvendo todos os aspectos necessários a recuperações e à retomada do empreendimento, e que continuam a ser desenvolvidas tendo em vista o novo cronograma de obra que estabelecido.

A retomada das obras, além dos aspectos a ela diretamente ligados, conta com as ações paralelas relativas aos tratamentos de questões ambientais, de arqueologia e da população vulnerável que foi atingida pelas desapropriações, trabalho este desenvolvido em parceria com a CDHU.

As atividades de implantação estão em acelerado desenvolvimento, com a perfuração de poços e túneis, terraplanagem e atividades voltadas à contratação dos fornecedores de sistemas, entre outras.

Cabe ressaltar que a primeira tuneladora, a que realizará a perfuração dos túneis no trecho Sul, predominantemente em solo, partiu no dia 16/12/21.

A segunda tuneladora, que perfurará o trecho Norte, predominantemente em rocha, tem a sua partida prevista para março/22.

Nos aditivos do contrato foi estabelecido o prazo de 5 anos para a implantação da Linha, com o início de sua operação previsto para outubro de 2025, após o que a linha será operada pela Concessionária Linha Universidade por mais 19 anos.

Ação 2484 - Apoio a PPP VLT - SIM Baixada Santista

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é o responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano, cujo início da operação comercial do VLT deu-se em 31 de janeiro de 2016, no trecho entre Santos e São Vicente que compreende nove estações. A operação do SIM envolve o Modo ônibus e o VLT em toda a RMBS. Há um sistema de bilhetagem metropolitano unificado moderno, sistema de reconhecimento facial e um cartão único, onde o usuário pode utilizar o sistema metropolitano integrado e a integração com os sistemas municipais de Santos e Praia Grande. Atualmente o sistema transporta em média 130 mil passageiros nos dias úteis, destes, em média 14,4 mil no VLT, tendo esses valores de demanda sido impactados pela pandemia da COVID-19.

Nesta ação são pagos a título de Contraprestação à Concessionária BR Mobilidade, as parcelas B2a que corresponde ao número de estações operacionais e B1c que corresponde ao pagamento da quantidade gratuidade. No ano de 2021 o valor total pago foi de R\$ 42.781.777,520.

Ação 2544 – Apoio à PPP Operação da Linha 4 – Amarela – Indenizações e Restituições

Contrato nº 4232521201 de Concessão Patrocinada Para Exploração Da Operação Dos Serviços De Transporte De Passageiros Da Linha 4 – Amarela entre a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM e a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. – ViaQuatro, assinado em 29/11/2006 com o valor de R\$ 790.000.000,00.

- **Procedimentos de Arbitragem 22990/JPA/GSS e 23033/JPA/GSS referente ao reequilíbrio do Contrato de Concessão.** Para tanto foram emitidos:

✓ **Aditivo nº 6** - Data Base Março/2020 - Total R\$ 705.378.318,41

O valor a que se refere do presente Termo Aditivo será reequilibrado na forma de adicional à TARIFA DE REMUNERAÇÃO, no período entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2037, inclusive.

- R\$ 0,10 (dez centavos), no período entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, inclusive, e;
- R\$ 0,3981 (zero vírgula três, nove, oito e um centavos), no período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2037, inclusive.

✓ **Aditivo nº 07** - Data Base 28/02/2021 - Total de R\$ 118.706.871,12, pago em 12 parcelas de janeiro a dezembro/2021, por conta do atraso da entrega da estação Vila Sônia e do Pátio Vila Sônia. Esta compensação será paga mensalmente até início da operação comercial plena com a estação Vila Sônia.

- **Indenizações e Restituições:**

Dada a celebração em 27 de outubro de 2016, do Acordo entre o Estado de São Paulo e a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, visando o repasse de recursos financeiros para recomposição da receita tarifária, no exercício 2021, no período de janeiro a dezembro, foi pago ao Metrô o valor total de R\$ 100,2 milhões.

Ações 2556 e 2557 - Concessão conjunta das linhas 5 – Lilás e Linha 17 - Ouro

Contrato de concessão das Linha 5 – Lilás e Linha 17 – Ouro entre a Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM e o Consórcio ViaMobilidade (CCR S.A e RuasInvest Participações S.A) assinado em 05/04/2018 com a outorga de R\$ 553.880.400,00.

O Consórcio ViaMobilidade assumiu a operação do Trecho Capão Redondo - Estação Moema (exceto Estação Campo Belo) e do Pátio Capão Redondo em 04/08/2018, do Trecho Moema - Estação AACD-Servidor em 31/08/2018 e do Trecho AACD-Servidor – Estação Chácara Klabin em 28/09/2018. Estação Campo Belo inaugurada em 08/04/2019. O Pátio Guido Caloi encontra-se liberado para a Concessionária ViaMobilidade, com o Termo de Conclusão Parcial do Pátio Guido Caloi assinado em 21/09/2020.

Trata-se de CONCESSÃO onerosa de prestação do serviço público de transporte de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro da Rede Metroviária de São Paulo, compreendendo as atividades e encargos, relativas à:

- Operação Comercial das Linhas;
- Manutenção e conservação de todos os Bens Integrantes da Concessão;
- Implantação de melhorias nos Bens Integrantes da Concessão, visando manter seus níveis de qualidade, cumprir os Indicadores de Desempenho, garantir sua permanente atualidade e modernidade;
- Requalificação e adequação da infraestrutura concernente ao serviço concedido, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança;
- Realização de Investimentos Adicionais, considerados necessários;
- Continuidade da funcionalidade, da qualidade, da segurança e da expansão do serviço concedido;
- Operação e manutenção de eventual expansão do Serviço Concedido em trechos que se caracterizem como prolongamento das LINHAS objeto da CONCESSÃO.

- No final de 2021 pode-se apreciar os desenvolvimentos tocantes à requalificação da estação Santo Amaro da Linha 5 Lilás, considerando:
- Reforços na estrutura metálica da passarela;
- Avanços nas obras de fundação dos sanitários e escada rolante;
- Início de modernização do corredor de transferência.

Fases da Concessão:

Fase I - Fase da Concessão, remunerada mediante o pagamento da Tarifa de Remuneração ou da Tarifa de Remuneração Contingente, na qual a Concessionária assumirá a Operação Comercial da Linha 5, bem como outras atividades previstas no Contrato, qualificando o Termo Inicial do prazo de vigência da Concessão.

Fase II - Fase da Concessão na qual ocorreu a Operação Plena da Linha 5, pela Concessionária, do trecho entre as Estações Capão Redondo e Chácara Klabin, com inclusão da estação Campo Belo e Pátio Guido Caloi.

Fase III - Fase da Concessão na qual ocorrerá a Operação, pela Concessionária, da Linha 17, entre as Estações Congonhas/Jardim Aeroporto e Morumbi.

Ação 2619 - Concessão Parque Capivari - Campos Do Jordão/SP

O Parque Capivari, localizado no município de Campos do Jordão, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), foi concedido em 2019 pelo Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, à Concessionária Eco Jordão S.A, por 30 anos.

O contrato de concessão tem como principal objeto as obras de reurbanização da área concedida, com cerca de 40 mil m², que incluem nova infraestrutura, novo paisagismo e novos equipamentos atrativos que trarão aos turistas e jordanenses um novo Parque Capivari com mais espaço de contemplação, comércio e lazer.

A Fase I das obras contemplou a readequação do Estacionamento existente na entrada do parque pela Av. Emílio Ribas (Área G), em 2019.

Em meados de janeiro de 2020, o Parque Capivari ficou quase todo fechado, para o início das obras de reurbanização e infraestrutura, ficando abertos somente o antigo teleférico e o estacionamento G. Com o início da Fase II, as obras contemplaram a reurbanização do parque com a construção de nova praça principal, recomposição de áreas verdes e novo paisagismo, e implantação da base do palco multiuso e arquibancada, requalificação de novos passeios de circulação na área interna, requalificação da estrutura básica do pedalinho, reforma do estacionamento existente na Praça Castro Alves (Área F), construção de área comercial 'temporária' – em contêineres – como forma de geração de receitas da concessão até a construção dos edifícios.

Em 2021, a Concessionária retomou as obras do parque, com a construção de nova Guarita do estacionamento G, o Bar do Lago e o Palco Multiuso, com cobertura e bastidores, onde serão realizados concertos do Festival de Campos do Jordão, organizado anualmente pela Fundação OSESP. Em novembro de 2021, foram desmobilizados o antigo teleférico, as áreas comerciais e a roda gigante, para dar início à construção dos novos edifícios e equipamentos que estão estabelecidos: um novo e moderno teleférico, um equipamento chamado trenó sobre trilhos, novas áreas comerciais e de atendimento ao visitante, a reurbanização do Morro do Elefante, e reforma das instalações da EFCJ, incluindo acessibilidade universal na estação Emílio Ribas.

No contexto da pandemia do Coronavírus, no retorno da fase vermelha do Plano São Paulo, o parque fechou novamente, de 06/03/2021 a 23/04/2021, ainda assim, o parque recebeu 1,1 milhão de visitantes e gerou uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões no ano de 2021.

Ação 2620 - Linhas 8 – Diamante e 9 – Esmeralda

Concessão para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda de trens metropolitanos, administradas pela CPTM, contempla operação, conservação, manutenção, modernização das instalações existentes e construção de novas estações, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados.

A concessão das linhas traz benefícios aos usuários, bem como a melhoria no acesso às estações, com a previsão de novas passarelas e reformas das escadas fixas existentes. Traz ainda, investimentos para melhorar a acessibilidade e a segurança dos passageiros e, também, reforma dos pisos e sanitários das estações, a revisão do sistema de combate a incêndio e ventilação, implantação de nova cobertura das plataformas para eliminar a incidência de chuvas, a eliminação das passagens de nível com construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores e novo sistema de sinalização e sistema elétrico que considere o aumento da velocidade comercial, reduzindo o tempo de viagem e o intervalo entre trens.

O investimento para a Concessionária foi estimado em R\$ 3,2 bilhões, divididos em obras civis de modernização e investimento em sistemas e infraestrutura de operação. O Poder Concedente deverá entregar a extensão da Linha 9 Esmeralda, sendo prevista a nova estação Varginha.

O edital foi publicado no dia 01 de dezembro de 2020 e o leilão da concessão das linhas 8 e 9 ocorreu em 20/04/2021, sagrando-se vencedor o consórcio ViaMobilidade 8 e 9, com lance de R\$ 980 milhões.

Prevê-se, pelo projeto que a operação de expansão futura do serviço concedido contemple o possível atendimento a Regiões Metropolitanas de São Paulo e Sorocaba. Ressalta-se, contudo, que são necessários investimentos em revitalização da infraestrutura de circulação para tornar viável a operação do serviço e que tais intervenções poderão ser negociadas entre o Governo do Estado e a Concessionária vencedora do certame, mediante recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Em 30/06/2021 foi firmado o Contrato nº 02/2021 – “Concessão da Prestação do Serviço de Transporte de Passageiros, sobre trilhos das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Rede de Trens Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo”, com a ViaMobilidade8e9, constituindo-se de 2 fases, a saber:

- Fase Pré-Operacional com duração de 210 dias contados a partir da data de assinatura, abrangendo o período de treinamento, a elaboração dos planos de operação e manutenção, a obtenção de todas as licenças necessárias ao início da operação pela Concessionária.
- Fase Operacional com duração de 30 anos, com início previsto em 27/01/2022, período este em que a Concessionária realizará investimentos de adequação e modernização das estações, implantação de novo sistema de sinalização e compra de 34 novos trens. Nesse período também serão implantadas pelo Poder Concedente a extensão da linha 9-Esmeralda até Varginha.

Ações 2621 e 2615 - Trem Intercidades (Eixo Norte) – TIC e Linha 7-Rubi

Os novos serviços devem ser implantados majoritariamente na faixa de domínio ferroviário da Linha 7 Rubi, oferecendo uma opção rápida de transporte entre metrópoles, interligando na primeira etapa, Campinas e Jundiaí à estação Barra Funda.

A prestação dos serviços ferroviários no eixo São Paulo – Campinas - Americana deverá atender às demandas de serviços diretos/expressos e também serviços paradores de caráter metropolitano. Para tal, é necessário que haja condições físicas das vias e de sistemas que, na primeira fase de implantação, deverá configurar minimamente os atendimentos:

- Serviços expressos entre São Paulo – Jundiaí – Campinas – TIC
- Serviço metropolitano São Paulo – Francisco Morato - Linha 7 – Rubi
- Serviços metropolitanos entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas – TIM

O atendimento expresso TIC São Paulo – Jundiaí – Campinas pode ter serviços intermediários e o dimensionamento da sua oferta deve ter capacidade e intervalos adequados à demanda, atendendo somente passageiros sentados.

É mandatório que a ligação expressa do trecho prioritário São Paulo – Campinas tenha velocidade comercial compatível para o percurso de 101 km, a ser percorrido em pouco mais de 1 hora (1 hora e 4 minutos). O intervalo entre trens no horário de pico é de 15 minutos. Ao longo da concessão, que vai do ano 1 até o ano 30, a oferta deverá ser ajustada para o incremento de demanda projetado, devendo ser adequado o plano de vias, sistemas e serviços para implantação das fases subsequentes do projeto.

Em fevereiro/2019 houve a formação de novo Grupo de Trabalho com diversas secretarias do Governo do Estado de São Paulo para retomada dos estudos de consolidação da modelagem.

Em junho/2019, o projeto passou a contar com o apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. A partir de então, os estudos foram revisitados e aprimorados.

Desde então, a STM vem trabalhando na modelagem da concessão, tendo possibilitado reuniões de sondagem de mercado junto a eventuais interessados (julho/19, segunda rodada in loco em maio/20 e nova rodada, em setembro/21). Em paralelo, a equipe focou na elaboração e consolidação dos estudos de demanda, modelo operacional, investimentos, empreendimentos associados, engenharia e demais disciplinas técnicas, que fazem parte do edital de licitação da concessão, por meio de anexos, elaborados em conjunto com a equipe da CPTM.

Aspecto importante do projeto é a negociação da faixa ferroviária que é compartilhada com a MRS Logística, operadora dos serviços de cargas sob regime de concessão federal (ANTT/Ministério da Infraestrutura) negociação que tornará possível a segregação da circulação de trens de carga dos trens de passageiros. Este item é importante parte das diretrizes de desempenho do sistema de transporte metropolitano de São Paulo.

Ainda, estão sendo elaborados, com o apoio do BID, instrumentos jurídicos que garantam segurança jurídica ao projeto, a saber: i. convênio com municípios impactados, ii. Convênio CPTM x MRS, iii. Termo de compromisso entre a União x Estado SP e iv. Termo de compromisso CPTM x STM x MRS.

A atual fase do projeto é a de pré-licitação, sendo que já houve uma Audiência Pública (16/agosto/21) e posterior divulgação da Consulta Pública (19/agosto/21 a 20/setembro/21, e prorrogada até 15/outubro/21). As sugestões recebidas foram compiladas e será divulgado relatório oportunamente.

As próximas etapas do projeto são: i. conclusão da modelagem final da PPP e ii. submissão do projeto ao CGPPP para a aprovação final da modelagem e autorização para publicação do edital.

PROJETOS DE CONCESSÃO E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP

ESTUDO DE CONCESSÃO EFCJ (sem ação específica)

Em julho de 2020, foi protocolada, na Plataforma Digital de Parcerias, Manifestação de Interesse Privado (MIP), com a finalidade de promover os estudos de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira necessários à estruturação de projeto de concessão da Estrada de Ferro de Campos de Jordão – EFCJ, incluindo a linha férrea, estação e ativos imobiliários.

A proposta foi analisada pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG) assim como pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), tendo sido enquadrada nos requisitos do Decreto Estadual de Proposta de Parcerias (61.371/2015) e recomendado o aprofundamento dos estudos.

Estando o estudo alinhado com as estratégias de ação da STM, a pasta ratificou o interesse no aprofundamento dos estudos, que foi apresentada ao Conselho Diretor do Programa de Desestatização – CDPED em 29 de setembro de 2020, que aprovaram o aprofundamento dos estudos e a constituição do Comitê de Análise Preliminar (CAP), incluindo também a Secretaria de Turismo.

Da análise preliminar do CAP resultou um relatório, submetido e aprovado pelo CDPED em 29 de outubro de 2020, recomendando a formação de Grupo de Trabalho para detalhamento e aprofundamento dos estudos, considerando as ponderações realizadas.

O Grupo de Trabalho elaborou o edital de Chamamento Público, que foi publicado em 17/06/2021, abrindo oportunidade para apresentação de interessados na realização dos estudos. Até 28/06/2021, três interessados se apresentaram, e foram autorizados, dando início aos estudos necessários à estruturação da concessão da EFCJ. Os estudos foram apresentados em 29/12/2021 e estão em análise.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Em 2021, a demanda de passageiros continuou sendo impactada pela pandemia do COVID-19, decretada em 11/03/20. Para combater a 2ª onda da pandemia, que teve início em março/21, o Governo do Estado implementou medidas mais restritivas para conter a transmissão do vírus. A partir do mês de abril/21, com a redução dos casos e mortes causadas pelo vírus, teve início a flexibilização das medidas adotadas até que, em agosto/21, foram retomadas todas as atividades, sem restrições, mantendo-se os protocolos de higiene. Essa retomada resultou no crescimento gradual da demanda de passageiros.

Indicadores 2021 - Índice geral de avaliação

O índice geral de avaliação é obtido da pesquisa “O Metrô segundo seu passageiro: Uma avaliação do serviço”, realizada anualmente desde o início da operação comercial em 1974, com o objetivo de conhecer a opinião dos passageiros, suas necessidades e expectativas em relação ao serviço prestado. Na pesquisa são investigadas 11 características tradicionais de avaliação de um serviço de transporte coletivo, quais sejam: Rapidez, Conforto, Confiabilidade, Segurança Pública, Segurança Operacional, Atendimento, Informação, Integração, Utilidade, Preço e Acessibilidade. A partir de 2020, em função da pandemia do COVID-19, foi incluída a Segurança Sanitária, totalizando 12 características sendo avaliadas.

Os índices obtidos em 2021 para a Rede e Linhas operadas pelo Metrô de São Paulo estão apresentados na tabela abaixo e correspondem à soma dos percentuais de avaliação “Muito Bom” e “Bom” na escala de Likert (5 pontos) – Conceito Top Two Box.

Rede	Linha 1 - Azul	Linha 2 - Verde	Linha 3 -Vermelha	Linha 15 - Prata
70%	71%	76%	65%	77%

Serviços Complementares

Atendimentos em Primeiros Socorros em 2020	
Mal-estar	4.010
Acidentes	1.351
Outros ¹	1.359
Total de atendimentos	6.720

¹ inclui ocorrências de segurança pública, de auxílio público e contratados.

Atendimentos aos passageiros com deficiência ou restrição de mobilidade. Total de embarques no sistema utilizando Bilhete Especial (gratuidade)	
Idosos	17.662.023
Pessoas com deficiência	7.041.761
Monitoração das pessoas com deficiência e restrição de mobilidade	93.833
SMS-Denúncia 97333-2252	
Mensagens recebidas via celular	31.702
Metrô Conecta (App)	
Mensagens recebidas via aplicativo	21.790
Segurança Pública: Quantidade média mensal	
Delitos na rede	Total de ocorrências no ano: 467 Média mensal: 38,9 Ocorrências por milhão de entradas na rede: 1,08
Roubos esclarecidos à bilheteria	Após a blindagem das bilheterias, não foi registrada nenhuma ocorrência de roubo nas bilheterias operadas pelo Metrô de São Paulo.
Ocorrências com autoria conhecida	Total de ocorrências com autoria conhecida: 368 Flagrantes registrados pela autoridade policial: 123 Média mensal: 30,7 (efetividade de 79%)

Central de Informações – CIN

CIN (0800 770 7722) oferece serviço gratuito aos usuários.

Assuntos	Total
Bilhetes e tarifas	6.921
Funcionamento do sistema	11.626
Integração e arredores	9.764
Assuntos diversos ¹	10.373
Achados e Perdidos	7.462
Não classificados	5.139
Metrôs e Secretarias	735
Total	52.020

Central de Achados e Perdidos

	Total
Consultas ao sistema	55.747
Documentos e objetos encontrados	56.436
Documentos e objetos devolvidos	12.439

Receita Tarifária Bruta: Os dados preliminares da Receita Tarifária Bruta do Metrô, no exercício de 2021 (estimado), demonstram um acréscimo da ordem de 10,38%, se comparados com os dados de 2020. Em 2021 a Receita Tarifária Bruta atingiu o valor de R\$ 1.227.567 mil, enquanto que em 2020 apresentou o valor de R\$ 1.112.087 mil.

Receitas Não Tarifárias: O resultado Financeiro de 2021 foi da ordem de R\$ 322,6 milhões (R\$ 226,3 milhões em 2020), representando 26,28% das receitas tarifárias. Apesar do cenário de recessão, decorrente da pandemia, houve um crescimento de 42% em relação ao ano anterior, sendo que R\$ 173,9 milhões são provenientes da alienação de 9 ativos, conforme tabela abaixo.

OBS.: Resultados preliminares, confirmação prevista para Jan/22.

Alienações 2021	Valor
Prédio Augusta – UNI 459 – L1	R\$ 81.000.000,00
Terreno Ana Rosa UNI 2001 – L1	R\$ 67.100.000,00
Terreno Guilhermina UNI's 1363/1364 – L3	R\$ 27.365.000,00
Terreno Tatuapé UNI 28 – L3	R\$ 14.400.000,00
Terreno Rouxinol UNI 5049 – L5	R\$ 9.300.000,00
Terreno Santo Amaro UNI 5042 – L5	R\$ 7.600.000,00
Terreno Marechal UNI 06 - L3	R\$ 3.273.000,00
Terreno Klabin UNI 5006 – L2	R\$ 422.000,00
Total	R\$ 210.460.000,00

Receitas provenientes de Empreendimentos em Imóveis

- Alienação de nove ativos (terrenos/prédio) de propriedade da Cia. do Metropolitano localizados nas Linhas 1, 2, 3 e, totalizando R\$ 210,4 milhões, dos quais R\$ 173,9 foram recebidos no exercício de 2021;
- Exploração comercial dos Terminais Rodoviários Tietê e Jabaquara (2021): R\$ 11,6 milhões, que se compõem de taxas de utilização de terminais, estacionamentos, locação de lojas, quiosques, sanitários, guarda-volumes e publicidade;
- Foram instalados cerca de 700 quiosques nos 13 Terminais Urbanos concedidos em 2019, aportando R\$ 3,1 milhões em receitas;
- Shopping Centers: Metrô Santa Cruz, Metrô Tatuapé, Boulevard Tatuapé, Metrô Corinthians-Itaquera, Metrô Tucuruvi e o Centro Comercial São Bento: R\$ 57,1 milhões.

Além disso, merecem destaque as receitas provenientes de Publicidade e Serviços, a saber:

- Contratos de Publicidade (JCDecaux e TVMinuto): R\$ 41,9 milhões;
- Venda de inservíveis, totalizando R\$ 5,1 milhões em receitas.

SOCIEDADE

Canais de Comunicação com o Público Externo:

Em 2021, o Sistema Corporativo de Atendimento ao Cidadão registrou 4.430 manifestações dos cidadãos, representando uma queda de 15% em comparação ao ano de 2020, que também havia sido impactado com redução em torno de 57% em relação a 2019.

As demandas estão classificadas por tipologia: reclamações (2.893), solicitações de informações (968), elogios (241), sugestões (199), denúncias (105) e agradecimentos (24). Esses números representam uma compilação das manifestações tratadas, via Sistema de Atendimento, pelas seguintes áreas da Companhia: Comitê de Ética, Coordenadoria de Gestão de Partes Interessadas (CGP), Gerência de

Comunicação e Marketing (GCM), Departamento de Relacionamento com o Passageiro (OPR), Ouvidoria (OVD) e Departamento de Administração de Pessoal e Relações Trabalhistas (RHA). A diminuição no total de manifestações recebidas permanece relacionada ao Estado de Pandemia (COVID19) decretado em março de 2020 pelo Governo do Estado e que impactou drasticamente o transporte de passageiros no Sistema Metroviário no decorrer dos últimos dois anos. Como podemos observar nas tabelas abaixo, os números de demandas vêm aumentando com a retomada gradual da atividade econômica.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	2020	2021	VARIAÇÃO
CENTRAL DE INFORMAÇÕES (0800)	1.547	1.218	-21%
INTERNET - FALE CONOSCO	955	1.193	25%
SMS - DENÚNCIA*	744	739	-1%
E-MAIL	499	416	-17%
RECLAME AQUI	282	253	-10%
CANAL DENÚNCIA	349	248	-29%
CAIXA DE SUGESTÕES	485	164	-66%
METRÔ CONECTA*	258	116	-55%
TELEFONEMA	82	70	-15%
CARTA	7	9	29%
PESSOALMENTE	14	2	-86%
OUTROS	3	2	-33%
ATENDE SÉ PRESENCIAL	4	-	-
TELEFONE DO PASSAGEIRO	1	-	-
CENTRAL DE RELACIONAMENTO	1	-	-
TOTAL GERAL	5.231	4.430	-15%

* Manifestações sem a necessidade de atuação imediata por parte da Área Operacional.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	2020	2021	VARIAÇÃO
RECLAMAÇÃO	3.470	2.893	-17%
INFORMAÇÃO	955	968	1%
SUGESTÃO	296	199	-33%
ELOGIO	381	241	-37%
DENÚNCIA	113	105	-7%
AGRADECIMENTO	16	24	50%
TOTAL	5.231	4.430	-15%

O **SIC – Serviço de Informação ao Cidadão** é um canal de atendimento que permite à população acessar dados, documentos e estatísticas da Companhia do Metrô, de forma rápida, prática e transparente.

O SIC atua em duas frentes; a transparência passiva, quando o serviço recebe a solicitação do cidadão, e a transparência ativa, com a disponibilização de informações, dados e documentos, sempre em formato aberto e cumulativo, no Portal da Transparência do Metrô. Em 2021 o Metrô lançou o Portal da Governança Corporativa com o objetivo de divulgar seu compromisso com a ética, combate a fraude e corrupção, transparência, inovação nos serviços prestados a sociedade.

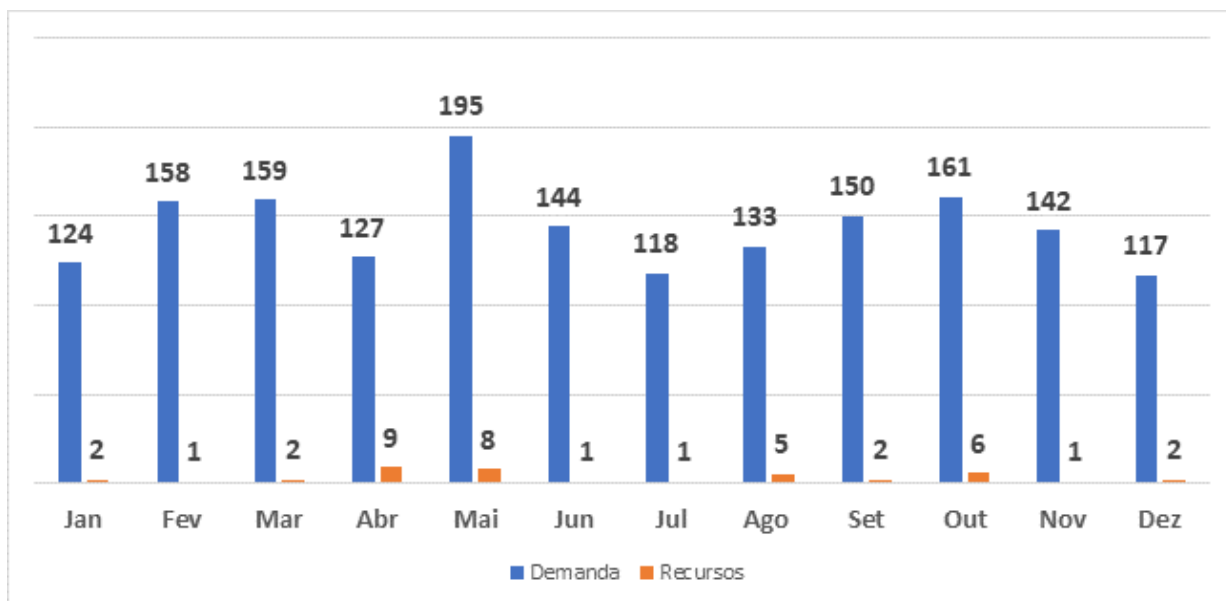
Neste portal são encontradas as bases de sua governança como o Estatuto Social, Regulamentos e Políticas que regulam e direcionam os processos de gestão da empresa.

Apresenta a estrutura de Governança Corporativa do Metrô de São Paulo, Alta Administração, Comitês e Conselhos e suas respectivas atribuições, assim como organograma institucional com todos os seus gestores.

Tornou público ainda suas Estratégias de Longo Prazo 2021 – 2025 e de seu Plano de Negócios de 2021, em atendimento aos seus objetivos estratégicos: Equilíbrio Econômico-Financeiro, Eficiência na Gestão, Gerenciamento de Investimentos e Comunicação Integrada.

A evolução do uso do canal SIC ao longo dos anos demonstra que o cidadão sabe onde buscar as informações, consolidando o SIC Metrô entre os serviços de informação mais demandados do Estado, acumulando mais de 12 mil atendimentos desde 2012 a 2021.

EVOLUÇÃO - Nº de Solicitações e Recursos por mês - 2021



Realizações da Gerência de Comunicação e Marketing em 2021

Depois de um ano de incertezas, o início da vacinação trouxe esperança aos cidadãos e a metrópole voltou a acreditar na sua vocação para o empreendedorismo, prestação de serviço e inovação. A partir do segundo semestre, as pessoas passaram a se deslocar mais, o que trouxe um leve incremento no número de passageiros aos trilhos metropolitanos.

Como uma das maiores companhias de transporte do Brasil, o Metrô de São Paulo reforçou seu compromisso com o combate e prevenção à COVID-19 ao longo de 2021. A Gerência de Comunicação e Marketing continuou a veicular campanhas para orientar a população sobre o coronavírus na TV Minuto, nos painéis eletrônicos das estações e nos perfis das Redes Sociais.

O reconhecimento por toda campanha de conscientização veio por meio do prêmio “Programa de Melhores Práticas de Mobilidade Urbana”, concedido pela UITP (Associação Internacional do Transporte Público) à Gerência de Comunicação e Marketing pelo projeto “Metrô é cultura”. De forma criativa, e sobretudo artística, a pandemia foi retratada de maneira inovadora em exposições, redes sociais e campanhas de marketing. Para mais informações, acesse o site: <https://biblioteca.metrosp.com.br/index.php/ptbr/uitp>.

Favorabilidade

Os resultados de 2021 foram muito favoráveis para as citações positivas do Metrô, a favorabilidade alcançou a média de 70,39% nas Mídias Tradicionais (Impresso, Rádios, Tv’s e Internet), sendo que a meta para 2021 era de 70%. E 44,09% para as Redes Sociais da Companhia, acima da meta de 40%.

Gerência de Comunicação e Marketing apoia o desenho das Jornadas dos Passageiros

Para entender as necessidades dos passageiros foram construídas diferentes Jornadas dos Passageiros a partir de personas e mapas de empatia. Foram traçados os perfis jovens, idosos, turistas, estudantes, trabalhadores e pessoas com deficiência – que estão no cotidiano das nossas estações.

Como fonte para o estudo das jornadas foi utilizada: a metodologia de Design de Serviços, com os dados coletados pelo Metrô em pesquisas de caracterização socioeconômica e de satisfação, entrevistas com empregados e passageiros. Além disso, foram realizadas observações e acompanhamento das pessoas durante a viagem, que permitiram conhecer suas dores, comportamentos, histórias e como lidam com as diferentes situações em suas jornadas.

A partir dos resultados obtidos foram identificadas 11 ações, que iniciaram no 2º Semestre do ano com foco em oferecer soluções que contribuam para melhorar a satisfação e a entrega do nosso serviço.

Destaques para a ação “Disseminar as Jornadas dos Passageiros no âmbito do Metrô” e “Realizar campanha para estimular o comportamento gentil e harmônico na convivência entre os passageiros”

Marketing e Marcas

Em 2021, a Coordenadoria de Marketing e Marca foi responsável por 39 ações de Comunicação e Marketing e 478 vinhetas.

Campanha de Destaque: “As obras não param no Metrô”

O Metrô fez uma campanha informativa à população de São Paulo mostrando seu comprometimento de não deixar nenhuma obra parada. Comunicamos que, simultaneamente, estão sendo executadas as obras da Linha 2-Verde (expansão até Penha), a expansão das linhas 15-Prata e 5-Lilás e as obras do monotrilho da Linha 17-Ouro. Além da realização dos projetos das linhas 19-Celeste e 20-Rosa.

“Embarque com Gentileza”

O Metrô desenvolveu uma campanha educativa para orientar os passageiros sobre a importância do respeito ao assento preferencial e a faixa amarela, o embarque e desembarque gentil e a utilização dos melhores locais para entrada e saída do trem, além de dicas de como carregar mochilas, etc.

A Campanha foi transmitida nas TV's localizadas em estações e trens, nas Redes Sociais e contou ainda com a participação de um grupo teatral que percorreu as estações do Metrô para mostrar de forma lúdica ações de gentileza nas plataformas de embarque aos trens.

Outra peça educativa importante foram os tapetes nas entradas e saídas dos trens.

Reconhecimento

As Campanhas do Metrô foram destaques no Prêmio Colunistas S. Paulo 2020, da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda – Abracomp, com o objetivo de destacar os mais notáveis trabalhos de Comunicação de Marketing realizados por empresas e profissionais atuantes no Brasil:

- Ouro de Promo e Live: Festival M - Dia Internacional da Mulher, da ADAG para Metro de São Paulo.
- Prata de Inovação (soundbranding): O Melhor De São Paulo, da ADAG para Metrô de São Paulo.
- Prata de Design (adesivo de plataforma): Metrôtoon, da ADAG para Metrô de São Paulo.
- Finalista de Inovação: Metrôtoon, da ADAG para Metrô de São Paulo.
- Finalista de Promo e Live: Festival M - Dia Internacional da Mulher, da ADAG para Metrô de São Paulo.

Nova Marca

Em 2021, a Gerência de Comunicação e Marketing do Metrô também aprovou o uso da marca “Metrô Social”, junto a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado.

Metrô Social

E em 2021 o Metrô fez mais. A Companhia abriu as portas de suas estações para postos de vacinação. As estações Corinthians-Itaquera, República, São Mateus, Sacomã e Vila Prudente serviram de espaço para a aplicação de mais de 45.000 vacinas.

Em 2021, foram mais de 570 ações sociais realizadas com o apoio do Programa Metrô Social. O foco das ações é estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades, associações sem fins lucrativos, hospitais, prefeituras e outros órgãos públicos das esferas municipal ou estadual, para que os passageiros e não passageiros tenham melhores condições de vida por meio da prestação de serviços de saúde, educação, solidariedade, cidadania, etc. As iniciativas em 2021 contaram com o apoio de 63 parceiros.

Destaques do Metrô Social

- Unidade móvel para atendimento à população LGBTQI+
- Corte de cabelo e barba, higienização das unhas para pessoas em situação de rua
- Displays de distribuição gratuita de preservativos
- Doação de Sangue

Ação Cultural e Acervo

Linha da Cultura

O Programa **Linha da Cultura** do Metrô é uma agenda mensal com diferentes formas de expressões artístico-culturais: exposições, música, dança, literatura e teatro.

Em 2021, foram realizadas 338 ações de forma presencial e virtual por meio do site: <https://biblioteca.metrosp.com.br/>

Destaques do Linha da Cultura na Mídia externa

O Metrô destaca as seguintes matérias sobre as atividades culturais promovidas pela Linha da Cultura na mídia externa, neste ano:

Destacamos as seguintes matérias sobre as atividades culturais promovidas pela Linha da Cultura na mídia externa, neste ano:

- Bom Dia SP | Metrô começa campanha para restaurar obras de arte – sobre o projeto de CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE DO METRÔ (metrosp.com.br);
- VJ Vigas inaugura obra de arte luminosa na Estação São Matheus, Zona Leste | VEJA SÃO PAULO (abril.com.br) – Sobre o Projeto Biolumen, na Estação São Mateus;
- SP1 | Exposição questiona padrões de beleza impostos – sobre a exposição: PADRÃO, AQUI NÃO! (metrosp.com.br). A mostra convidou o espectador a fazer uma reflexão sobre a diversidade da beleza a fim de valorizar as diferenças que existem fora do padrão dos corpos determinado pela sociedade. Realização: Linha da Cultura e Instituto Reciclar;
- Capa O Estado de S. Paulo (estadao.com.br) 15/10 – sobre a exposição: EDUCAÇÃO À FLOR DA PELE (metrosp.com.br). Para celebrar o Dia dos Professores e chamar a atenção da sociedade para a importância da valorização dos educadores brasileiros. Para as fotos, cada professor teve uma palavra “tatuada” com tinta removível no próprio corpo, representando as palavras que mais de 1,1 mil educadores de todo o país mais desejam para a profissão: valorização, reconhecimento, respeito, amor e carreira. Artistas: Sergio Santoian e Louise Helène. Realização: Instituto Península e Linha da Cultura.

Acervo de Obras de Arte Permanente

O Metrô é um museu subterrâneo com 92 obras de arte distribuídas por suas estações.

Metrô na plataforma Google Arts & Culture

A novidade do ano de 2021 foi o lançamento da página do Metrô na plataforma Google Arts & Culture, com imagens das estações e algumas obras de seu acervo de arte contemporânea pela ferramenta Street View. Agora, passageiros e público em geral também podem ver exposições do acervo fotográfico e audiovisual da Linha da Cultura e conhecer as estações do Metrô de qualquer lugar do mundo, pela internet.

O novo espaço de exposição virtual foi inaugurado com a mostra “Diana Danon – O Metrô de São Paulo em Desenhos e Aquarelas”, que conta com mais de imagens da construção e expansão das linhas do Metrô produzidas entre 1972 e 2013 pela artista paulistana Diana Danon, falecida em setembro de 2021.

Em seguida, foi lançada a Exposição “Histórias em Trânsito”, com 51 imagens do acervo do Metrô que apresentam, sob diversas perspectivas, as narrativas dos passageiros no ambiente do sistema metroviário, além de contar um pouco da história da transformação da cidade de São Paulo. Para conhecer, acesse o site <https://artsandculture.google.com/partner/metrosp> ou baixe o aplicativo Google Arts & Culture.

Arte no Metrô – acervo de arte contemporânea nas estações

Conclusão da Conservação de Obras de Arte do Metrô

O Metrô possui vasto acervo de arte contemporânea distribuído por suas estações cujo principal objetivo é democratizar o acesso à arte pela ocupação do espaço público.

Como parte do Chamamento Público nº 10015718, em novembro de 2020, teve início o projeto de conservação de 21 obras desse acervo. Este trabalho foi concluído em 2021 e suas etapas foram registradas em um documentário que apresenta depoimentos de artistas e especialistas em arte e em um catálogo com imagens e registros do projeto, em produção.

Esculturas, murais e painéis passaram por um minucioso processo de limpeza e restauro. O projeto de conservação foi idealizado pelo produtor Eduardo L. Campos e realizado em parceria com o escritório Júlio Moraes Conservação e Restauro. A iniciativa também contou com o apoio do ProAC e da Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Se quiser saber mais sobre o projeto e assistir ao documentário, acesse aqui <https://biblioteca.metrosp.com.br/index.php/ptbr/linha-da-cultura/365-exposicoesacervos/826-conservacao>.

As quatro últimas peças conservadas foram: "Homenagem a Galileu Galilei II", de Cleber Machado (Estação Vila Madalena), "Sem Título", de Caíto (Estação Santuário Nossa Senhora de Fátima-Sumaré), "Jogos de Dados", de Geraldo de Barros (Estação Clínicas) e "Figuras Entrelaçadas", de Antônio Cordeiro (Estação Pedro II).

Biblioteca Neli Siqueira

O Metrô dispõe de uma biblioteca especializada em transportes, mas atende também a outras áreas do conhecimento tais como: Engenharia, Arquitetura, Direito, Administração, Economia, Informática e muitos outros assuntos, sob a forma de livros, folhetos, normas técnicas, relatórios, revistas, jornais, teses, manuais técnicos, anuários etc. Dentro desse acervo, destaca-se a Memória Técnica, que contém a produção bibliográfica tecnológica do Metrô.

Em 2021, a Biblioteca Neli Siqueira, que ocupava o prédio do Metrô, localizado na rua Augusta, ganhou em novo espaço e está agora no Edifício Joia, ao lado da estação Marechal Deodoro. Para o remanejamento foram utilizadas 2.366 caixas para o transporte do acervo e 11 viagens de caminhões, que levaram o conteúdo e mobiliário para o novo espaço. A equipe da biblioteca realizou todo acompanhamento da mudança, o remanejamento das caixas, a distribuição dos livros nas estantes e a adequação da Reserva Técnica para receber o acervo histórico. Para se ter ideia, a reorganização do acervo nas estantes do novo espaço foi realizada para 28.869 livros e 26.259 periódicos/revistas.

METRÔSP.DOC

Com a ampliação do conteúdo sobre o Metrô no canal do Youtube da empresa, a Biblioteca Neli Siqueira passou a divulgar alguns vídeos do acervo histórico institucional na playlist MetrôSP.DOC.

Até o momento são 09 vídeos selecionados pela equipe de curadoria da Biblioteca que, somados, apresentam mais de 13 visualizações e ocupam as posições 1º, 5º, 10º, 11º, 13º e 21º vídeos mais assistidos do canal com a #MetrônaSuacasa.

Comunicação com os funcionários

A Gerência de Comunicação e Marketing também realiza a divulgação de pautas institucionais, campanhas e ações de endomarketing visando mobilizar e engajar os colaboradores e gerir a intranet.

Os funcionários do Metrô passaram a contar com mais uma forma de ter informação: o "MetrôClick na Palma da Mão". O aplicativo é uma das entregas do projeto Omnichannel, que permite o acesso às principais funções do MetrôClick (intranet) pelo celular, sem necessidade de conexão com a Intranet ou VPN. Por esse canal é possível acessar o demonstrativo de pagamento, os boletins das gerências e os perfis oficiais do Metrô nas Redes Sociais.

Continuamos promovendo a divulgação de temas relevantes pelo Canal do Presidente e pelo METRÔCAST.

Em junho de 2021, o Canal do Presidente atingiu a marca 2.500 inscritos. Iniciado em setembro de 2020, o canal traz ao funcionário conteúdos exclusivos, dos mais variados temas, direto no Whatsapp. O MetrôCast ultrapassou os 50 episódios publicados desde a sua criação e iniciou uma série especial com o Presidente: O P Responde, que faz uma integração com o Canal do Presidente e dá a oportunidade para os funcionários tirarem suas dúvidas. As edições foram um sucesso, ultrapassando 100 reproduções.

- Canal do Presidente: mais de 64 conteúdos exclusivos;
- MetrôCast: mais de 67 programas.

E as notícias por e-mail pela Comunicação Interna estão de cara nova. Os Destaques da semana contam com informações consolidadas e variadas, incentivando a disseminação a todos os colaboradores do Metrô.

Comunicação Externa

A importância do Metrô na vida das pessoas e no desenvolvimento da cidade é notória. Mas a atuação de funcionários da Companhia durante a pandemia revelou ainda mais o comprometimento e dedicação em razão de um bem maior: transportar aqueles que não puderam ficar em casa durante a pandemia.

Superamos um ano difícil e conseguimos inverter as menções negativas para positivas, tanto na mídia tradicional, quanto nas Redes Sociais. Nunca comunicamos tanto, de forma ágil, objetiva e transparente.

Foram 101.122 matérias publicadas, mais de 1.500 atendimentos às demandas de jornalistas e 214 Releases enviados aos órgãos de imprensa para estimularem e noticiarem os fatos que aconteceram na Companhia.

Redes sociais O Metrô está nas principais redes sociais digitais: Twitter, Facebook, Instagram, Youtube e mais recentemente, o Linked-In, onde realiza um intenso trabalho. Hoje, elas estão entre os principais canais de informação e relacionamento com a população e com os passageiros. Em 2021, o Metrô realizou 16.414 atendimentos pelas redes sociais, sendo 6.482 elogios, 5.452 reclamações, 4.229 solicitações de informação e 251 sugestões. Um número expressivo em um ano desafiador.

Ações de Relacionamento com as Comunidades Lindeiras às Obras Civis do Metrô

Atendimentos à população junto às áreas de expansão do Metrô de São Paulo		
Indicador		Atendimentos
Linhas em expansão	Linha 2-Verde	464
	Linha 4-Amarela	
	Linha 5 – Lilás	
	Linha 6-Laranja	
	Linha 15-Prata	
	Linha 17-Ouro	
	Rede	
Contatos	Os contatos foram realizados pela equipe da Coordenadoria de Gestão de Partes Interessadas – CGP, lotada na Gerência de Planejamento e Meio Ambiente, pessoalmente ou por meio de canais de comunicação existentes.	

Programa de Visitas às Obras

O Programa de Visitas às Obras tem o objetivo de mostrar ao público o estágio das obras do Metrô, reforçar o relacionamento do Metrô com a comunidade, e investir cada vez mais na parceria das comunidades com a empresa. Em 2021, devido a pandemia, o programa não foi implementado.

Estratégias de Comunicação Social e Impacto de Obra

Em 2021, foram emitidos 149 comunicados orientando a comunidade sobre atividades de execução de obras que interferem na rotina das regiões lindeiras à expansão do Metrô, tais como demolições, serviços preliminares para implantação de obras, implantação de canteiros, sondagens, supressão vegetal, readequação viária, desvios de tráfego, trabalhos noturnos, concretagens, entre outras. Nos casos de execução de serviços com potencial de gerar dúvidas, impactos ou conflitos com os moradores e /ou comércios lindeiros, realizam-se reuniões com apresentação do projeto e detalhamento de sua execução, quando os lindeiros podem esclarecer dúvidas e fornecer 'feedbacks' que auxiliam na atuação preventiva do Metrô no processo. Foram realizadas 61 reuniões com a comunidade e consórcios construtores.

Faz parte dos serviços de implantação de uma linha de metrô o acompanhamento de todos os imóveis localizados na área de influência da obra civil, durante e após o período de execução das obras. Para tanto, o Metrô de São Paulo contrata empresas para a realização das atividades de monitoração e controle dos imóveis. Para essa atividade, envia-se aos imóveis cartas informando sobre os processos e responsáveis pelo empreendimento. Foram emitidas um total de 1626 cartas de vistoria cautelar e instrumentação, e 214 cartas referentes a sondagem de subsolo e monitoramento de ruído e vibrações.

Para gestão das manifestações referentes aos danos aos imóveis, a Gerência de Planejamento e Meio Ambiente por meio da Coordenadoria de Partes Interessadas faz o acompanhamento permanente

dessas ocorrências através de visitas técnicas e mediação entre a comunidade impactada e as Gerências dos Empreendimentos. Foram realizadas 197 visitas técnicas aos imóveis impactados.

Desapropriação

Em agosto/2021, publicou-se o Decreto de Utilidade Pública – DUP de imóveis necessários para a expansão do Monotrilho da Linha 15-Prata, trechos entre Vila Prudente – Estação Ipiranga e Adequação Viária entre Jardim Colonial – Jacu Pêssego.

Dos imóveis desapropriados, 16 pertencem ao Trecho, Vila Prudente – Estação Ipiranga, e 84 do Trecho de Adequação Viária entre Jardim Colonial – Jacu Pêssego.

Dessa forma, as atividades de campo, foram realizadas entre 18 e 27/10/21, comunicando e cadastrando os ocupantes dos imóveis.

Foram emitidas 114 cartas referentes aos Decretos de Utilidade Pública 65.968 e 65.982 e, foram gerados 138 cadastros que são objeto de análise pela área responsável.

Em 2021, os atendimentos referentes à desapropriação envolveram consultas à munícipes quanto a orientações sobre o processo de desapropriação.

Programa de Reassentamento de Comunidades Vulneráveis

O Metrô de São Paulo trata a questão de famílias e comunidades consideradas vulneráveis e que são desalojadas pelas desapropriações necessárias à implantação das linhas através de Plano de Reassentamento estabelecido formalmente no Sistema Normativo da Companhia.

Em 2021, a Companhia do Metrô trabalhou ativamente na gestão dos convênios firmados com a Companhia de Desenvolvimento e Habitacional Urbano – CDHU, com vistas ao atendimento das obrigações previstas nos Convênios, cujo objetivo é a entrega de Unidades Habitacionais para os impactados pelas linhas 5-Lilás, 15-Prata e 17-Ouro.

Na expansão do Monotrilho da Linha 15-Prata, trecho Vila Prudente – Estação Ipiranga, foram desapropriadas áreas onde está instalada a Favela da Vila Prudente. O traçado passa por uma pequena parte da comunidade, com cerca de 25 imóveis.

O Metrô está assumindo as atividades referentes ao Reassentamento dessas famílias. Dessa forma, foram realizadas 7 reuniões com a comunidade onde foi apresentada a proposta inicial do projeto e o terreno onde serão construídas as unidades habitacionais. Em 2022 será dado início ao arrolamento dos imóveis.

Em 2021 foram atendidas com o recebimento do auxílio moradia, 131 famílias vulneráveis, removidas de áreas para a implantação das linhas 5-Lilás, 15-Prata e 17-Ouro.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

Relacionamento com o passageiro

Central de Atendimento		
Tipo de manifestação / %	Reclamações	10,36%
	Informações	82,37%
	Solicitações	6,15%
	Sugestões e elogios	1,12%
Canal de comunicação / número de atendimentos	Correio eletrônico	4.155
	Telefone	186.781
	Pessoalmente	0
	Carta	0
Credenciamento de Gratuidade		
Número de atendimentos	Usuário desempregado	37.806
	Usuário c/ deficiência	0
Posto Bilhete Escolar		

Número de atendimentos		0
Suporte ao Usuário Pós-ocorrência		
Número de atendimentos		1.537
Programa Usuário do Amanhã		
Número de atendimentos		---
Programa Visita à CPTM		
Número de atendimentos		---
Central de Achados e Perdidos		
Número de atendimentos	Pessoalmente	9.298
	Por telefone	16.156
	Por carta	0
Itens perdidos	Recebidos	64.514
	Devolvidos	20.787
	Taxa de devolução	32%
Avaliação dos Serviços		
% de manifestações reclamatórias por categoria	Tempo de viagem	35,60%
	Procedimentos	7,42%
	Fluxo de passageiros	9,25%
% de manifestações reclamatórias por categoria	Empregados	6,21%
	Sistema de informação	7,99%
	Expectativa do serviço	6,00%
	Estação	6,74%
	Fiscalização	4,39%
	Trem	6,05%
	Informação	3,28%
	Canais de interação	1,32%
	Acessibilidade	1,26%
	Faixa de domínio	2,18%
	Custo	0,78%
	Integrações	1,54%
Indicador de insatisfação		
Indicador de insatisfação, em nº de reclamações / nº de usuários transportados x 1.000.000.	Linha 7	55,5
	Linha 8	30,5
	Linha 9	23,3
	Linha 10	38,6
	Linha 11	32,1
	Linha 12	75,8
	Linha 13	110,8

Relações Comunitárias – Ouvidoria

Indicador		
Manifestações Recebidas		3.553
Origem: pessoas físicas ou jurídicas, usuárias ou não da CPTM		2.614
Média por pessoa		1,35
Tipo de manifestação	Reclamações	54,46%
	Informações	27,01%
	Sugestões e elogios	3,32%
Canal de comunicação	Contato eletrônico	25,77%
	Telefone	37,51%
	Fale conosco	35,48%
	Pessoalmente	0,29%
	Outros - fax e carta	0,95%

Aumento da Receita Própria

- Os dados apurados da receita operacional da CPTM, no exercício de 2021, no montante de R\$ 1.360,9 milhões, apontam uma pequena variação negativa de 1,6% de nossas receitas próprias e outros créditos em relação ao ano de 2020 (R\$ 1.382,7 milhões). Em relação ao total arrecadado em 2019 (R\$ 1.732,7 milhões) a redução foi de 21,5%, consequência da diminuição do número de pagantes em razão da pandemia pelo Coronavírus (COVID19) e do encolhimento da atividade econômica no país em geral;
- Do total apurado, a receita tarifária do transporte de passageiros metropolitanos representou 80,7% da receita própria (R\$ 1.098,7 milhões), ficando os restantes 19,3% por conta das demais receitas operacionais;
- As receitas não ligadas à atividade de transporte, tais como exploração comercial do patrimônio, permissão de uso, arrendamento, venda de materiais inservíveis e outras, contribuíram com R\$ 262,1 milhões para o total da receita própria. A CPTM também recebeu do Tesouro do Estado em 2021 o montante de R\$ 64,5 milhões a título de ressarcimentos pelo pagamento de diversas ações trabalhistas de ex-empregados da FEPASA;
- Acrescentando-se à receita própria o valor da subvenção econômica e do ressarcimento pelo transporte de gratuidades concedidos pelo Tesouro do Estado no montante de R\$ 1.309,7 milhões, verifica-se que a receita operacional da CPTM atingiu o patamar de R\$ 2.670,6 milhões em 2021, o que corresponde a uma variação positiva de 16,0% ou aumento de R\$ 368,5 milhões em termos absolutos em comparação ao ano anterior. No ano de 2021 o Tesouro do Estado liberou o montante de R\$ 152,7 milhões de recursos de subvenção econômica para cobertura dos custos de rescisões trabalhistas dos empregados desligados no âmbito do Programa de Demissão Incentivada (PDI).
- Os subsídios do Tesouro do Estado para ressarcimento de passageiros com benefício da gratuidade somaram em 2021 o valor de R\$ 109,5 milhões, redução de 19,7% em relação ao total financeiro recebido no ano de 2020. Esta diminuição reflete a redução do número de gratuidades transportadas em razão das restrições de circulação de pessoas para combater a pandemia do Coronavírus.

Expresso Turístico

Com saídas aos sábados, domingos e feriados da Estação da Luz para os destinos Jundiaí, Mogi das Cruzes e Paranapiacaba, o transporte ferroviário de turismo regional iniciou-se em abril/2009, com a primeira viagem para Jundiaí, seguiram-se Mogi das Cruzes (junho/2009) e Paranapiacaba (agosto/2010).

Desde então, até novembro/2021 (em dezembro não houve viagens) foram realizadas 1.087 viagens, que atenderam cerca de 163,8 mil turistas, com ocupação média de lugares por destino: Paranapiacaba -98,75% (melhor marca do ano em janeiro com 100% dos lugares ocupados), Jundiaí – 97,85% (melhor marca do ano em janeiro com 100% dos lugares ocupados) e Mogi das Cruzes – 37,79%.

Cabe destacar que em virtude da pandemia do COVID-19, as viagens foram suspensas na segunda quinzena de março/2020, retornando em setembro de 2021, sendo realizadas entre os meses de setembro e novembro 10 viagens para Paranapiacaba e 1 para Jundiá onde foram atendidos 1.367 passageiros.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU

Concessão da Região Metropolitana de São Paulo

Em decorrência do quanto estabelecido pela Lei nº 16.933/2019, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, através da Coordenadoria de Transporte Coletivo - CTC, instituiu um Grupo de Trabalho em conjunto com a EMTU, tendo por objetivo analisar as propostas de prorrogação apresentadas pelos Consórcios, envolvendo os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos.

Concessão Metra: Desde maio de 1997, o Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara (Corredor ABD) está concedido para a Empresa Metra – Sistema Metropolitano de Transportes por um período de 25 anos. Em março de 2021 o contrato Nº 020/1997 foi prorrogado por meio do Termo Aditivo Nº 13/2021 com a empresa ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Metra) nos termos da Lei Estadual nº 16.933 de 24 de janeiro de 2019, incluindo investimentos em melhorias na infraestrutura de mobilidade, conforme plano de investimentos acordado.

BRT ABC - O Termo Aditivo Nº 13/2021 assinado em março de 2021 com a empresa ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Metra) com base nos termos da Lei Estadual nº 16.933 de 24 de janeiro de 2019, que prorrogou o contrato Nº 020/1997, contempla os investimentos para o Sistema BRT ABC que abrange a implantação de infraestrutura de Mobilidade e a operação, manutenção e conservação de terminais, estações de embarque e desembarque e de viário na ligação entre São Bernardo do Campo (centro) e São Paulo (Sacomã), numa extensão de cerca de 17,3 km, 20 paradas e 3 terminais (São Bernardo, Tamanduateí e Sacomã), utilizando frota de veículos elétricos

Cartão TOP

No dia 05 de novembro de 2021 o Governo de São Paulo anunciou o lançamento do cartão TOP. O cartão TOP veio a substituir o cartão BOM e será feito de forma gradativa, permitindo novas funcionalidades sem interferir nos benefícios já proporcionados aos passageiros que utilizam o cartão de transporte atual. O plano de modernização dos meios de pagamento foi iniciado em setembro de 2019 com as atividades do sistema TOP nos trilhos e inicia em 2021 uma etapa fundamental no processo de modernização dos meios de pagamento dos transportes sobre trilhos e linhas de ônibus intermunicipais gerenciadas pela EMTU na Região Metropolitana de São Paulo. O novo cartão TOP é uma iniciativa pioneira e única no país. Pela primeira vez, uma plataforma agregará e integrará funções de pagamento de transporte, débito e crédito e, futuramente, diversos outros serviços de relevância ao cidadão. Desde o lançamento, serão oferecidos serviços financeiros, como a Conta Digital e o cartão multifuncional que, além de cartão de transporte, também é cartão de débito e crédito aceito em mais de dois milhões de estabelecimentos comerciais. Assim como o BOM, o Cartão TOP poderá ser usado para embarque nas linhas da EMTU operadas na Região Metropolitana de São Paulo, além da CPTM e Metrô. O passageiro segue contando com o benefício do desconto de R\$ 1,50 na integração entre ônibus e trilhos.

Inovações e Parcerias

Em relação às iniciativas de inovação, em 2021, os aplicativos e programas desenvolvidos continuam seguindo em andamento com o objetivo de integrar às operações do Metrô e da CPTM e encontra-se em fase final de revisão. Novas ideias estão sendo colocadas em prática com o auxílio da Diretoria Operacional, como o programa “Transporte de Ideias”, com o objetivo de buscar melhorias e economia nos processos da Empresa.

Dados Abertos

As informações dos “Dados Abertos” (Opens Data) relacionadas ao Transporte Público Metropolitano das cinco Regiões Metropolitanas atendidas pela EMTU/SP incluem dados operacionais como linhas e itinerários, tarifas praticadas, frota, concessionárias e permissionárias, placas, prefixos, atendimento do Serviço Ligado, ocorrências operacionais e Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), além de informações da Central de Atendimento ao Cliente (CAC), Ouvidoria, informações de “Autorizações de Fornecimento (AF)” e “Contratos”. Os dados podem ser utilizados nos formatos CSV / Excel / PDF / GTFS, além de APIs. A EMTU/SP foi a segunda autoridade pública em transportes na América Latina em abrir seus dados por meio de tecnologia (Application Programming Interface – API) que consiste no monitoramento em tempo real dos 6 mil ônibus em operação e das ocorrências operacionais, contando

ainda com o sistema de geolocalização dos ônibus metropolitanos em formato GTFS (General Transit Feed Specification). A empresa abriu os dados em 14 de setembro de 2017. Em 2020 pulou da 11ª para a 4ª colocação no ranking de empresas no Portal do Governo Aberto do Estado de São Paulo.

COVID-19

Vinte e seis ações foram realizadas ao longo do ano nos terminais São Mateus, Carapicuíba e Diadema, incentivando e facilitando a vacinação para motoristas e passageiros. Em maio, a EMTU realizou uma ação em um posto de saúde de Ferraz de Vasconcelos com motoristas, em apoio à vacinação.

Em fevereiro e março ocorreu a ação Higienização de Combate ao COVID-19, em parceria com a COVISA/JAB Vila Mariana. Nove limpezas foram realizadas no Terminal Jabaquara, utilizando produtos à base de quaternários de amônio.

Em março e abril, o 2º Batalhão de Polícia do Exército realizou sanitização nos terminais Santo André Oeste, Diadema, Piraporinha, São Bernardo e Ferrazópolis, com ações de higienização e desinfecção de áreas movimentadas com a utilização de solução à base de cloro

Eficiência energética

Foram mantidas as placas de captação de energia solar em 20 Estações de Embarque e Desembarque do Corredor Metropolitano Biléo Soares, na RMC, nos municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste. As placas são conectadas com a rede da CPFL, gerando ao Estado um crédito em energia que pode ser utilizado nas próprias paradas e também em outros equipamentos metropolitanos.

CAPEs

Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - Atende pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que buscam obter a gratuidade nas linhas metropolitanas, conforme a legislação em vigor.

São áreas preparadas para prestar o atendimento adequado a estes usuários com todos os dispositivos de acessibilidade necessários, além de dispor de profissionais treinados, incluindo médicos e assistentes sociais. Em 2021 o CAPEs completou 20 anos no dia 11/09, e iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade. Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 410 mil cadastros a pessoas com deficiência. Atualmente são atendidas mais de 150 pessoas por dia no local.

Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES

Carteira para uso exclusivamente nas linhas de ônibus da EMTU/SP. A validade do benefício é em conformidade com a legislação, tendo cada CID (classificação internacional de doenças) um período pré-estipulado.

Atualmente temos 76.701 benefícios válidos e 502.649 usuários cadastrados nas cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua.

LIGADO - Serviço Especial Conveniado (SEC)

Transporte diferenciado (“porta a porta”) gratuito que transporta há 12 anos alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida severa nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Utilizado por entidades assistenciais ou órgãos dos governos estadual, municipal ou federal, mediante convênios ou contratos com a EMTU o serviço foi viabilizado por meio de um convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação proporcionando, em média, 112 mil atendimentos por mês às crianças e jovens regularmente matriculados em 1.151 escolas da Rede Regular de Ensino – RRE e demais instituições conveniadas ou credenciadas ao órgão. A frota atual é composta por 524 veículos, sendo 92 na RMC e 432 na RMSP, para transportar os 5.093 alunos e 484 acompanhantes. Dos 4.385 passageiros cadastrados na Região Metropolitana de São Paulo e 1.192 na Região Metropolitana de Campinas, 757 são cadeirantes. Entre novembro de 2018 a outubro de 2021 foram realizados 3.381.250 atendimentos. As instituições credenciadas englobam os colégios particulares e demais instituições não vinculadas à RRE, porém vinculadas à Secretaria de Estado da Educação através de credenciamento efetuado junto àquela Secretaria.

Entre os meses de junho de 2020 até outubro de 2020 não foram realizados atendimentos devido às ações tomadas pelo Governo Estadual no combate ao COVID-19, suspendendo as aulas neste período. A retomada foi em 09 novembro de 2020 com 553 atendimentos e gradativamente aumentando de acordo com a demanda, chegando a 81.486 atendimentos em outubro de 2021. No mesmo mês de 2019, antes da pandemia, foram 161.526 atendimentos na RMSP. Na RMC a retomada aconteceu com 435 atendimentos em novembro de 2020 chegando a 30.988 em outubro de 2021.

Além disso, outros 4.834 veículos de Linhas Regulares são acessíveis ou adaptados para facilitar a movimentação das pessoas com deficiência nas Regiões Metropolitanas.

Região	Idade Média da Frota (outubro/21)	Veículos com Acessibilidade (outubro/21)	Total da Frota Regular* (outubro/21)
	Regular	Regular	Regular
RMSP	6,90	3.763	4.079
RMBS	3,06	486	489
RMC	5,30	312	329
RMVPLN	6,03	180	372
RMS	9,82	93	146
TOTAL	6,22	4.834	5.415

* Não inclui frota do serviço LIGADO (524 veículos = 432 RMSP + 92 RMC)

Renovação da Frota e Acessibilidade

Em agosto de 2021 foram entregues 116 ônibus para atendimento à população de Diadema, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Os novos veículos integram o sistema intermunicipal de concessão do ABC (antiga área 5), gerenciado pela EMTU/SP.

Inspeção da Frota, Fiscalização e Blitz e Apreensão

Nas cinco regiões metropolitanas, de janeiro até outubro de 2021 foram inspecionados 30.101 veículos dos dois sistemas (Regular e Fretamento), sendo 14.235 na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 2.152 na Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, 8.131 na Região Metropolitana de Campinas - RMC, 3.829 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN e 1.754 na Região Metropolitana de Sorocaba - RMS.

Em relação à fiscalização do serviço regular, no período de janeiro a outubro de 2021, foram realizadas 55.011 fiscalizações, sendo 19.161 realizadas em campo e outras 35.850 fiscalizações eletrônicas, estas últimas tiveram um aumento de quase 48% em relação ao exercício anterior, indicando um incremento desse tipo de fiscalização durante a pandemia. Nesse período também foram realizadas 6.879 abordagens em blitz realizadas, resultando em 591 apreensões de veículos. Todas essas e outras ações resultaram na emissão de 9.531 multas em todos os sistemas nas cinco regiões metropolitanas.

O programa “Conscientizar” avalia a cor da fumaça preta liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e tem por objetivo controlar a emissão de poluentes. A inspeção é realizada pelos técnicos da EMTU/SP treinados pela equipe da CETESB. Esse programa foi duramente afetado pelas restrições impostas pela COVID-19. Durante os dez primeiros meses foram inspecionados 4.186 ônibus do sistema metropolitano, obtendo uma aprovação média de 17,23% em relação à frota total.

Programa Conscientizar (Janeiro a Outubro/2021)		
Região Metropolitana	Veículos inspecionados	% de aprovação
RMSP	2.070	16,39%
RMBS	1.062	76,44%
RMC	685	11,78%
RMVPLN	141	5,83%
RMS	221	11,09%
Total	4.179	17,23%

Programa de Aprendizagem

Com base no Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, é um instituto que cria oportunidades tanto para o Aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Por meio de parcerias com Entidades Sem Fins Lucrativos, as quais são responsáveis pelo vínculo empregatício, a EMTU/SP possuía em dezembro de 2021, doze Aprendizes atuando em suas unidades

Acessa São Paulo

Parceria com a Secretaria de Estado da Gestão Pública, o programa tem o objetivo promover a inclusão digital, levando os recursos da internet à população e estimulando o desenvolvimento humano e social nos Terminais Metropolitanos de São Mateus, Santo André, Jabaquara, Cotia e Campinas. Desde a sua fundação são 2,6 milhões de usuários cadastrados, 678 postos funcionando em 551 municípios, com mais de 5,4 mil computadores e 1,1 mil monitores.

Campanhas

Foram realizadas mais de 100 ações relacionadas à saúde e diversidade, além de campanhas de segurança no trânsito.

O combate à violência contra a mulher também foi destaque com o lançamento do Posto de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência, parte do projeto “Por Elas Pelo Olhar Ressignificamos”. O Posto, localizado no Terminal São Mateus, atende mulheres vítimas de violência com profissionais de saúde, psicólogos, assistentes sociais em parceria com a concessionária Metra, STS - Supervisão de Saúde de São Mateus, Associação Comunitária e Beneficente “Pe. José Augusto Machado Moreira”, Fundação do ABC, CAPS Álcool e Drogas de São Mateus, CAPS Adulto de São Mateus, Unidades Básicas de Saúde São Mateus, CDCM Casa Cidinha Kopckap e CPN - Centro de Práticas Naturais São Mateus.

Cultura e lazer

Em 2021 foi realizado o Concurso de Fotografia Olhar Metropolitano, buscando conhecer o olhar dos passageiros sobre o transporte nas cidades e paisagens urbanas. Ao todo, 264 fotos participaram da competição, sendo 18 selecionadas para participar de exposições itinerantes nos terminais da EMTU/SP.

Relacionamento com o Cliente

A busca permanente pela satisfação dos clientes do transporte metropolitano por ônibus envolve a manutenção de diversos canais e programas na EMTU/SP voltados para esclarecimentos, orientação, registros de reclamações e sugestões dos clientes.

Site - É um canal de comunicação em constante aprimoramento para disponibilizar aos clientes informações, para facilitar os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Em 2021 somam-se até o momento cerca de 2,1 milhões de usuários e 40,8 milhões de visualizações.

APP EMTU Oficial - Com o aplicativo “EMTU Oficial” (Android e IOS), os passageiros do Sistema de Transporte Metropolitano podem consultar o itinerário e a localização dos ônibus intermunicipais (regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba/Litoral Norte, Baixada Santista e Sorocaba). As principais funcionalidades do sistema possibilitam conferir as linhas gerenciadas pela EMTU/SP e sua operação em tempo real, como rotas, valor de tarifa, tempo estimado de percurso etc. Possibilita ainda conferir as linhas que estão próximas ou indicando um endereço (nome da rua e número). Além também de simular o caminho de origem para o destino com tempo previsto, estimativa de custo e itinerário. Apenas neste ano de 2021, já foram realizados 403 mil downloads, sendo mais de 2,75 milhão desde a sua criação.

Central de Atendimento ao Cliente - A Central de Atendimento possibilita acesso às informações sobre a operação das linhas de ônibus, empresas, opções de itinerários para o destino desejado, além de ser o principal canal de comunicação da EMTU. Nesta área estão disponibilizados os registros das diferentes categorias de atendimento, como sugestão, elogio e reclamação. Dados históricos do Centro de Atendimento ao Cliente podem ser pesquisados em <https://www.emtu.sp.gov.br/emtu/ouvidoria.fss>. De janeiro a setembro de 2021 foram registrados 18.483 atendimentos. Em comparação com 2020, houve uma queda no registro dessas ocorrências em 75%.

Ouvidoria - Permite um eficiente fluxo de informações entre a instituição e os clientes por meio do site www.emtu.sp.gov.br. De janeiro a setembro de 2021 foram realizados 52.066 atendimentos.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe escolar	1.012	4,09
	Serviços das linhas intermunicipais	2.778	11,24
	Itinerário	320	1,29
	Horário	349	1,41
	Outras*	9.118	36,88
Subtotal		13.577	54,91
Demandas	Sugestões e Elogios	1.567	6,34
	Reclamações e/ou Denúncias	9.580	38,75
Subtotal		11.147	45,09
Total		24.724	100

* Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, telefone, passe idoso e vale transporte).

Redes Sociais - A pandemia veio em 2021 agregar novos acessos nas redes sociais da EMTU/SP, como Facebook, Twitter, YouTube e Flickr. No instagram, por exemplo, houve um aumento de 29% de seguidores. Com essas ferramentas a população consegue esclarecer dúvidas e acompanhar as atualizações em tempo real, estreitando ainda mais o relacionamento com o transporte metropolitano. Os números em 2021 dos seguidores nas redes sociais da EMTU são: Instagram 11.336 seguidores, Twitter 50.262 seguidores, Facebook 38.320 seguidores, YouTube 2.985 inscritos e LinkedIn 9.056 seguidores.

Fale Conosco – O atendimento Fale Conosco pode ser realizado de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h (inclusive feriados), pelo número 0800 724 05 55, por Formulário eletrônico no site da EMTU/SP, Formulário Impresso, fax, carta, ou até mesmo pessoalmente na unidade de São Bernardo do Campo, das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O canal ainda permite atendimento eletrônico para os serviços para o cartão BOM escolar ou carteira de Passe Escolar, informações sobre linhas, itinerários, programação horária, tarifas, serviços, atendimento ao passageiro especial e permite o acompanhamento de protocolos.

Campanhas de divulgação - A empresa comunica mudanças de horários, novas linhas, itinerários, integrações e melhorias gerais no sistema, por meio de folhetos, cartazes, internet e divulgação à imprensa.

Ações Solidárias – Em meio à pandemia da COVID-19, a solidariedade fez a diferença na vida de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade. Com o apoio dos nossos colaboradores e dos passageiros que circulam pelos terminais metropolitanos, conseguimos arrecadar mais de 1060 brinquedos nas campanhas de Dia das Crianças e Natal Solidário. As doações foram direcionadas à instituição Servidores de Maria e ao Instituto Gabi. Ao longo do ano, participamos também das campanhas Alimento Solidário e Inverno Solidário e arrecadamos 1,3 toneladas de alimentos e 250 cobertores novos e quase 12 mil peças de roupas. Contribuímos ainda com a doação de sacolinhas de Natal para o Orfanato Mãos Pequenas que hoje abriga 131 crianças e adolescentes.

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Secretaria de Turismo e Viagens

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

50000 - Secretaria de Turismo e Viagens

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	83.658.971,00	134.410.257,00	131.912.415,93	0,00	131.912.415,93	118.677.610,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.347.951,00	6.325.951,00	6.207.342,40	0,00	6.207.342,40	6.294.312,16
Outras Despesas Correntes	77.311.020,00	128.084.306,00	125.705.073,53	0,00	125.705.073,53	112.383.297,84
Despesas de Capital	505.775.744,00	507.032.672,00	506.591.053,59	0,00	506.591.053,59	127.037.667,51
Investimentos	505.775.744,00	507.032.672,00	506.591.053,59	0,00	506.591.053,59	127.037.667,51
Despesa Total	589.434.715,00	641.442.929,00	638.503.469,52	0,00	638.503.469,52	245.715.277,51

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

50000 - Secretaria de Turismo e Viagens

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2826 - COMUNICACAO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.867,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.867,00
2990 - DESENVOLVIMENTO DE ACOES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00
Despesas Correntes	10,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00
Despesas de Capital	199.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5001 - APRIMORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GESTAO DO TURISMO PAULISTA	10.357.397,00	10.312.172,00	8.203.628,60	0,00	8.203.628,60	7.557.688,87
Despesas Correntes	10.357.387,00	10.312.162,00	8.203.628,60	0,00	8.203.628,60	7.557.688,87
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5001 - INCREMENTO DO TURISMO PAULISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002,05
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002,05
5002 - ESTRUTURACAO E PROMOCAO TURISTICA DO ESTADO DE SAO PAULO	578.877.309,00	610.930.748,00	610.099.840,92	0,00	610.099.840,92	214.985.651,04
Despesas Correntes	73.301.565,00	103.898.086,00	103.508.787,33	0,00	103.508.787,33	87.952.985,58
Despesas de Capital	505.575.744,00	507.032.662,00	506.591.053,59	0,00	506.591.053,59	127.032.665,46
5123 - COMUNICACAO SOCIAL	9,00	20.000.009,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	22.937.068,55
Despesas Correntes	9,00	20.000.009,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	22.937.068,55
Despesa Total	589.434.715,00	641.442.929,00	638.503.469,52	0,00	638.503.469,52	245.715.277,51

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo foi criada em 1º de janeiro de 2011, pelo Decreto Nº 56.635 e se organiza pelo Decreto Nº 56.638/2011 e alterado inciso II do artigo 3º pelo Decreto Nº 57.748/2012 e pelo Decreto Nº 65.724, de 25 de maio de 2021.

Tem como função “promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o Estado”. Cabe, portanto, à pasta:

Planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo; formular diretrizes para o desenvolvimento de ações, planos e programas, inclusive mediante a execução de obras relativas ao turismo no Estado; apoiar outras instituições, particulares ou não, para a criação de políticas que incrementem o turismo; difundir as atrações turísticas de todo o Estado de São Paulo, dentro e fora do país; organizar permanentemente um inventário sobre o potencial turístico do Estado; incentivar a criação de escolas e cursos destinados à capacitação de profissionais para o exercício de atividades relacionadas ao turismo; elaborar o calendário turístico do Estado.

Para a consecução de seus objetivos, fazem parte da estrutura da Secretaria a Coordenadoria de Turismo, responsável pelos projetos de estruturação e promoção dos ativos do Estado, além do desenvolvimento de programas temáticos, e o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), responsável pelo repasse voluntário de recursos financeiros para 70 municípios classificados legalmente como estâncias e 140 outros, na categoria de Municípios de Interesse Turístico (MIT). A Secretaria responde ainda pelo conselho Estadual de Turismo.

Apresentamos abaixo a execução das Unidades Orçamentárias durante o exercício de 2020.

Programa 2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares

Ação 2272 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares, Exceto Saúde

A Lei Orçamentária nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020 que Orça a Receita e Fixa a Despesa de Estado para o exercício de 2020, contemplou a Secretaria de Turismo com recursos orçamentários vinculados ao Programa 2990 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de emendas Parlamentares, no valor total de R\$ 200.000,00, para atender as 02 (duas) emendas apresentadas pelo Deputado Professor Kenny, tendo como objeto a Realização de eventos turísticos na Feira de Produtos Artísticos e Artesanais (Feirante) com realização de apresentações artísticas e celebração de eventos para datas especificadas do calendário como Festa Junina, Dia dos Pais e das Mães, Natal, para pagamento de artistas, promoção e marketing e Realização de eventos turísticos na Rua Tolentino Figueiras hoje denominada como Rua Gastronômica de Santos, em datas especificadas do calendário como Dia das Crianças, Halloween, Natal para pagamento de artistas, promoção e marketing.

Programa 5123 – Comunicação Social

Ação 5576 - Publicidade de Utilidade Pública

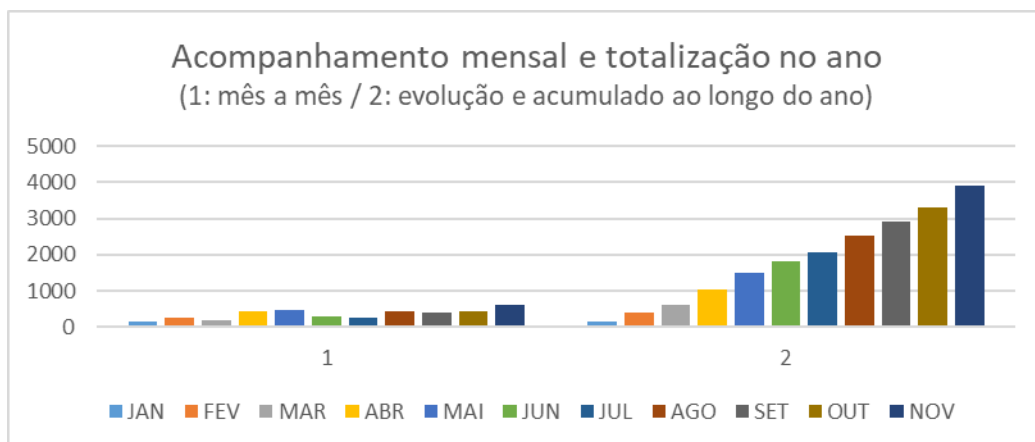
A Secretaria de Turismo integrou o contrato da Secretaria de Comunicação nos serviços de publicidade que teve por objeto os serviços compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, de divulgação obrigatória ou não.

EIXO COMUNICAÇÃO E MARKETING

Relacionamento com a Imprensa

Depois do monotemático ano de 2020, quando durante dez meses o coronavírus e a covid-19 dominaram praticamente todas as ações de relacionamento com a Imprensa, em 2021 foi possível a) a ampliação da presença da Secretaria nos veículos de comunicação e b) uma qualificação dessa presença por meio de ações baseadas em projetos, estudos e pesquisas, propostas, artigos, eventos e lançamentos.

Como resultados, até novembro foram quase quatro mil menções, com média mensal de 350 notícias, notas, citações, entrevistas etc, no melhor resultado desde o início da gestão (*ver gráfico*). O recorde foi novembro, com 600 veiculações.



Novamente, a base das ações foi o Planejamento Estratégico de Comunicação (PEC), elaborado pela equipe interna e pela consultoria da InvestSP, que se mostrou adequado para o atendimento das demandas vinculadas à pandemia (enquadradas nas frentes de trabalho definidas) ao mesmo tempo em que permitia o acompanhamento das ações da pasta. Esta base, utilizada em 2020, permite uma melhor aferição dos resultados. A inovação, do ponto de vista de gestão e avaliação dos retornos na imprensa, foi a criação de novo modelo de relatório, este apresentando a *performance* por tema.

Programa 5001 - Aprimoramento e Desenvolvimento da Gestão do Turismo Paulista

Ação 6248 – Aprimoramento da Gestão Interna do Turismo

Ação 6311 - Planejamento do Turismo

Ação 9001 - Contribuição do Estado para o Regime de Previdência dos Servidores

A execução da Ação 6248 - Gestão Administrativa da Secretaria consiste na realização de despesas de caráter administrativo e de natureza contínua; manutenção das áreas de transporte, patrimonial e administrativa e de apoio ao desenvolvimento das atividades afetas ao campo de atuação das unidades do Órgão.

EIXO GESTÃO INTERNA

As principais ações para estruturação da gestão interna foram desenvolvidas visando o bom funcionamento diário da Secretaria. Destacam-se os processos rotineiros, a consolidação da mudança de sede para o centro da cidade de São Paulo, negociações de preços de contrato, viagens da equipe, elaboração e renovação de contratos, licitações de toda ordem, compras, adesões, aquisição de serviços e elaboração de termos de referência.

Além disso, contratos e enquadramento de despesas para viabilizar a participação do estado em feiras turísticas nacionais, internacionais e de interesse para a pasta, que se traduz no andamento processual entre os departamentos Centro de Administração - CA, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos aos Municípios Turísticos - DADETUR, Coordenadoria de Turismo - COTUR, Consultoria Jurídica - CJ e Chefia de Gabinete - CG.

Acerca da instalação do órgão no endereço atual, importa destacar a realização de reformas arquitetônicas para alocação de servidores e colaboradores, redistribuição de ambientes e ampliação do número de estações de trabalho, com vistas ao retorno presencial das atividades laborais, com observância de protocolos de distanciamento. Nesse sentido, foram retirados carpetes de ambientes e instalados pisos adequados à higienização. Com as reformas, passaram a estar alocados adequadamente o setor de tecnologia da informação, almoxarifado, crédito turístico, CIET e demais prestadores de serviços.

Destaca-se, também, a reestruturação do departamento de Recursos Humanos, agora com diretoria e servidores experientes para a organização das atividades correlatas. No mesmo sentido a gestão do patrimônio e almoxarifado da Pasta passou por reformulação, que conta com ingresso de servidores experientes, com vistas ao atendimento das recomendações do Tribunal de Contas do Estado, constantes dos julgamentos de 2019 e 2020, ambos pela regularidade das contas prestadas pela Pasta.

Da mesma forma, a Pasta passou a reestruturar o setor de licitações, passando a dispor de duas pregoeiras em 2021. No mesmo sentido, servidores do Centro Administrativo participaram de capacitação no Pregão Week, realizado de 25 a 29 de outubro, para fazer frente às demandas de contratação da retomada econômica.

A execução da Ação 6311 – Planejamento do Turismo refere-se à produção de dados dos mais diversos segmentos e setores além de pesquisas, relatórios e planos que norteiem as ações da pasta e do setor de turismo em geral bem como a utilização de ferramentas tecnológicas para estas ações.

Além da manutenção do site da Secretaria de Turismo e seus programas, foram executadas ações de desenvolvimento, implantação e gestão da plataforma digital do Inventário Estadual de Turismo, ferramenta essa que possibilitou aos 645 municípios paulistas, independentemente de serem municípios turísticos (estâncias e de interesse turístico) de inserirem seus dados referentes ao setor de turismo numa plataforma única e acessível aos gestores gerando o ranqueamento dos municípios turísticos. Quanto aos estudos destacamos o Informativo Mensal CIET, Turismo - Planos da população de SP para 2021 e 2022, Panorama do Turismo na Gestão Pública no Estado de São Paulo e os Relatórios mensais de inteligência turística do Estado de São Paulo.

Programa 5002 – Estruturação e Promoção Turística do Estado de São Paulo

Ação 6059 – Promoção do Turismo

A partir de março de 2020 os planos de divulgação do turismo do estado foram suspensos e as atenções se voltaram para amenizar os efeitos da pandemia nos setores que dependem do turismo. Em 2019, o turismo teve crescimento de 5,3% (PIB Turismo SP) e de +4,9% SP em turistas internacionais no estado. Esse crescimento foi interrompido pela crise e o segmento teve alto grau de inatividade e ociosidade, chegando a -150 mil empregos em setembro. Muitas ações foram feitas para a minimização das perdas econômicas e de emprego. Em 2021 acompanhando o avanço da vacinação, mas atento aos picos da contaminação, efetuamos ações de promoção compatíveis com esse processo como a participação em eventos virtuais, híbridos e presenciais bem como atuação nas mídias sociais e levantamento de dados para a promoção.

Melhores Práticas

Uma plataforma para disseminação de boas práticas para municípios turísticos, reunindo ideias, soluções e criando uma rede de compartilhamento de projetos de sucesso, além de manuais para execução de alguns projetos como Viva Rua SP e Estruturas Náuticas, entre outros.

Campanha “Saudade”

Campanha de apoio ao turismo, mostrando que o Estado de São Paulo recebe todos os turistas seguindo os protocolos sanitários e com responsabilidade.

Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1

Edital para participação de empresas, visando o retorno de parte do investimento feito pela Secretaria de Turismo. Acompanhamento e coordenação do espaço para patrocinadores durante o evento e das contrapartidas que cada cota de patrocínio ofereceu.

Place Branding Vale do Ribeira

Definição de estratégia, conceito e marca para a promoção turística da região do Vale do Ribeira.

Parques Naturais de SP

Definição de estratégia, conceito e marca para os parques naturais do estado.

Campanha Vale do Ribeira

Veiculação de campanha, produzida previamente, divulgando os atrativos do vale do Ribeira para o público da Baixada Santista, que tem potencial para conhecer a região pela proximidade.

Marca SP Pra Todos

Com a aprovação da marca SP Pra Todos como marca turística do Estado pela ALESP, em junho, um manual de uso da marca foi desenvolvido para melhor orientação às entidades que forem adotá-la. O manual está em finalização e ficará disponível no site da Secretaria.

Redes Sociais

O formato do conteúdo é essencial para que a comunicação possa atingir seu objetivo. Por meio da execução de ações de comunicação, a Secretaria de Turismo relaciona-se de forma direta com o conjunto da sociedade, e pretende atuar seu relacionamento com outros públicos que possam passar a ver São Paulo como um destino a ser considerado. A comunicação digital, como complemento, pode contribuir para o atingimento de todos esses objetivos. Cada vez mais, estratégias de comunicação tradicionais passam a utilizar ferramentas e tecnologias digitais para atender a esses objetivos de forma mais completa e efetiva.

Ainda sobre conteúdos, é preciso abordar os vídeos, que têm se despontado como uma fonte de consumo de informação, principalmente com relação a turismo. Desde 2017, as visualizações de vídeos sobre viagem no YouTube cresceram mais de 400%. Além disso, dos turistas que buscam sobre o tema viagem na internet, 38% afirmaram que consultaram a plataforma YouTube para essa busca, o que a consolida como um meio de referência no setor.

É necessário destacar a relevância de canais de vídeos, como a plataforma YouTube, que hoje concentra 2 bilhões de usuários no mundo, sendo o segundo site mais acessado do Brasil e do mundo, com mais de um bilhão de horas de conteúdo em vídeo consumidos diariamente.

Como resultado dessa estratégia, os perfis promocionais, novos até o fim do ano de 2020, atingiram resultados significativos. O Instagram São Paulo Turismo, por exemplo, aumentou em 239% o número de seguidores, em 212% o alcance e em 251% o número de impressão dos conteúdos da página. Já o Facebook alcançou um aumento de 63% no alcance da página e 47% no número de impressões do conteúdo. Já o YouTube, com o aumento da produção de vídeo, obteve um aumento expressivo de 331% nas visualizações e 240% no total de tempo assistido.

Conteúdos em redes sociais

Para o ano de 2021, a estratégia de campanhas segmentadas promovendo temáticas de interesse do turismo de SP seguiu operando por apresentar melhor identificação com o público de redes Sociais. A ação foi realizada em conjunto com os municípios com transmissões ao vivo em pontos turísticos do Estado, de forma virtual, durante o período da pandemia. Ex.: Gastronomia, artesanato, ecoturismo, etc. No conteúdo audiovisual as lives foram evoluídas para webséries, com edição mais aprimorada dos conteúdos. Outra estratégia efetivada foi o incremento de conteúdo heterogêneo focado em diferenciação do público alvo, direcionado para perfis institucionais e promocionais.

O ano de 2021 ainda foi de cautela, sem uma abordagem de chamar turistas, mas sim de criar imagem e interesse em temas que o Estado de São Paulo é relevante. Quando iniciamos o retorno das atividades, foi necessário então promover ações que incentivem a retomada de forma segura, despertando o interesse das pessoas a voltarem a viajar.

Construção de páginas segmentadas voltadas a entrega de conteúdo personalizado de acordo com temáticas específicas

Construção de página para o CIET (Centro de Inteligência da Economia do Turismo). Página ligado ao site Institucional contendo os materiais e estudos produzidos pelo CIET. Disponível em: www.turismo.sp.gov.br/ciet

Construção de página para atração de investimento. A Secretaria de Turismo e Viagens, em conjunto com seus parceiros, desenvolveram um portfólio de áreas de interesse turístico com o objetivo de identificar e entregar, para investidores, locais estratégicos para exploração da atividade. Para a entrega desse conteúdo, foi estruturado um ambiente digital onde as informações estão dispostas de forma dinâmica e funcional. www.turinvestsp.com

Construção de página para o segmento náutico. Construção de página voltada para promoção de destinos e atividades náuticos. A atual fase é de revisão de conteúdo e adequação do layout e deverá ser finalizada no primeiro bimestre de 2022. www.turismo.sp.gov.br/nautico

Construção de página para o projeto de Rotas Gastronômicas. Construção de página web voltada a promoção do conteúdo de rotas gastronômicas, que identifica os principais empreendedores do ramo de gastronomia e elege os mais representativos. A página conta com conteúdo em texto, imagens e vídeos contando a história de cada empreendedor. <https://www.turismo.sp.gov.br/rotasgastronomicas>

Construção de página para o projeto de Melhores Práticas. Desenvolvimento de página web voltada a disponibilização de programas e modelagens para apoio aos municípios turísticos. <https://www.turismo.sp.gov.br/melhorespraticas>

Revisão e continuidade da estratégia de promoção internacional do destino São Paulo

Foco da comunicação

Storytelling

EXPERIÊNCIA: a emoção de experimentar e vivenciar o Estado de São Paulo.

Estado com natureza exuberante, receptivo, com vida cultural rica e respeito à sua população e seus visitantes.

Digital

Promoção com foco em canais digitais – atuando no funil de conversão para gerar venda em plataformas parceiras.

RP (Relações Públicas)

Ações de relacionamento - agenda com porta-vozes do Estado.

-Influenciadores - nativos digitais que possuem maior influência na sua base.

Publicidade

Necessidade de veiculação de campanhas segmentadas ou de temas que sejam relevantes para o público alvo

Ação de promoção de oportunidade nos Emirados Árabes

Evento: Expo Dubai. Ação realizada entre os dias 24/10/21 e 31/10/21 em Dubai/Emirados Árabes.

As Exposições Universais ocorrem desde 1851, de 5 em 5 anos. São grandes exposições voltadas ao público em geral em que a maior atração são os Pavilhões Temáticos e de países que possuem espaço expositivo, eventos e atrações culturais. Há ainda patrocinadores oficiais que possuem pavilhões e ativações próprias. A Expo é uma importante prioridade do Governo de Dubai para posicionamento regional e global e realiza a exposição em conjunto com o *Bureau International des Expositions* (BIE).

O Estado de São Paulo esteve presente durante uma semana no evento com ações que perpassam a atração de investimentos em todas as áreas, tais como turismo, agricultura, cultura, desenvolvimento econômico e meio ambiente que, juntos, construíram uma narrativa única para o Estado, atraindo investimentos, negócios e turistas. As ações do Estado de São Paulo foram

coordenadas pela InvestSP, que desenhou a ação em conjunto com as diversas Secretarias de acordo com a linha temática e também captou os patrocinadores para o projeto. O turismo de São Paulo esteve presente com um estande dentro da área expositiva de São Paulo, com foco na abordagem do Estado como destino turístico. O espaço no evento contou com fotos e vídeos e uma promotora que forneceu informações sobre o Estado.

Obtenção de selo internacional Safe Travels, concedido WTTC, atestando as boas práticas de segurança sanitária dos destinos e criando um cenário favorável a atração de investimento.

As cidades paulistas e estabelecimentos privados do Estado foram autorizados a utilizar o selo Safe Travels, concedido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC na sigla em inglês) para o estado de São Paulo. A certificação atesta as boas práticas intersetoriais do Plano São Paulo quanto à higiene e segurança sanitária.

O Estado recebeu o selo no final de setembro de 2020 e, por ser considerado “embaixador” do Safe Travels, em 2021 a certificação do Estado pôde, através da Secretaria de Turismo e Viagens, ser usada pelos municípios que assumissem os mesmos compromissos. As cidades, entidades ou empresas interessadas no selo ainda podem fazer o pedido para a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado, informando o seu site e o contato do responsável, além de confirmar a adoção dos protocolos do Plano São Paulo, validados pelo WTTC. O objetivo da ação é agregar a imagem de destino seguro para o Estado, auxiliando na promoção e atração de investimentos externos.

Planejamento, implantação e gestão de ações de mobilização através da capacitação de gestores e empreendedores de setores ligados ao turismo, por meio de produção e disponibilização de conteúdo visando melhorar a percepção sobre produtos e serviços turísticos em regiões, estâncias e municípios de interesse turístico

O trabalho consiste na área de capacitação para o turismo, compreendendo:

- a produção de conteúdos informativos, educativos e cases emblemáticos para plataformas digitais;
- ações de sensibilização para os programas da SETUR-SP, com capacitação de empreendedores e gestores públicos e privados do setor turístico, podendo ser executados através de parceiros que tenham o mesmo objetivo de finalidade de fomentar o turismo do Estado de São Paulo. Como exemplo podemos citar o SEBRAE-SP (cursos e oficinas), Banco do Brasil (crédito), Caixa Econômica Federal (crédito), São Paulo Convention Bureau (captação de eventos e promoção), entre outros.
- Produção de material audiovisual especialmente produzido de cases emblemáticos relativos ao setor turístico, para serem utilizados em cursos, oficinas e eventos.
- gestão dos conteúdos produzidos visando o aumento do seu alcance em plataformas proprietárias ou de terceiros.

Dentre as ações executadas, podemos citar a implantação de conteúdos voltados a capacitar gestores públicos e privados com a produção de conteúdo; transmissão ao vivo de eventos para difusão de conteúdo técnico; produção de séries de duração variada e de programetes de curta duração para difusão em redes sociais; e aumento da produção de reportagens audiovisuais informativas.

É importante destacar que a ação reforça a atuação da SETUR-SP por meio de produção audiovisual, com produção de conteúdo voltado a fomentar a atividade turística não apenas na capital, mas também em municípios e regiões turísticas, além de promover iniciativas relacionadas com o conceito de empreendedorismo, como cursos de capacitação, colaborando com ações de estímulo e formação profissional de novos empreendedores e prestadores de serviços na área de turismo no estado. As ações de gerenciamento foram plenamente realizadas durante o período de trabalho. A equipe gerencial está presente diariamente na Setur para realizar as ações de implantação do Programa. Foram realizadas diversas reuniões com as diferentes equipes da Secretaria para alinhamento e atendimento das demandas. Foram realizadas ações regionais integradas e com abrangência estadual e internacional, como por exemplo a participação na ExpoDubai e o encontro com a comissão de assuntos internacionais da ALESP e o cônsul americano, assim como, a divulgação do turismo do Estado de São Paulo junto aos jornalistas de outros estados do País.

A participação também aconteceu em diversas ações com interlocutores, entidades regionais e representantes do trade turístico, a fim de articular medidas para valorizar as instâncias de governança do turismo do Estado de São Paulo.

As ações realizadas estão de acordo com cada Eixo do Programa:

- Regionalização

Elaboração de diagnóstico; estruturação e implantação de ações pontuais com municípios e regiões; articulação e mobilização para integração dos municípios

- Capacitação e qualificação

Levantamento e estruturação de dados e elementos para diagnóstico e definição das ações de capacitação e qualificação; definição das ementas dos cursos; personalização e ajustes da Plataforma de Ensino Virtual

- Promoção e apoio à comercialização

Levantamento de dados para a estruturação do plano de fomento e promoção; ações articuladas nas regiões com apoio dos interlocutores regionais; acompanhamento de ações da Setur/SP, como por exemplo a Expo Retomada e o evento Intercidades

Foram realizadas várias ações para a interlocução contínua com os municípios e regiões em relação à sensibilização, articulação, mobilização e integração regional, tais como:

Plano de sensibilização, articulação, mobilização e integração regional - Levantamento de informações para o plano de ação de sensibilização, articulação, mobilização e integração regional do turismo do Estado de São Paulo.

Canal de interlocução - Estabelecer um canal de interlocução entre as regiões e a SETUR/SP permitindo um fluxo de informações, alimentando o banco de dados e possibilitando o ajuste e correções das ações de planejamento e implantação.

Estratégia de regionalização - Através da estratégia de regionalização, como política pública de turismo, as ações envolvendo os municípios e suas respectivas regiões visam fortalecer regionalmente atendendo as demandas de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada.

Gestão descentralizada do turismo - Através de ações de fomento e estímulo visando a organização dos polos regionais, a capilaridade das ações e consequentemente a gestão descentralizada do turismo.

Com relação a qualificação, foram realizadas as atividades relacionadas à implantação dos cursos de qualificação. Além dos cursos previstos no plano de trabalho, serão integrados na plataforma virtual de aprendizagem, os cursos que estão sendo ministrados pelo CIET, e dessa forma a Setur poderá monitorar e acompanhar a evolução das ações de capacitação em uma plataforma.

Diagnóstico - Foi realizado o levantamento de informações sobre capacitação e qualificação existentes no Estado de São Paulo, bem como a identificação de demandas específicas relacionadas à situação atual das políticas públicas de turismo estadual.

Plataforma Digital de Ensino - A plataforma digital está apta para utilização. Está previsto o início do credenciamento dos participantes e do lançamento da plataforma virtual de ensino.

Estruturação dos cursos - O curso inicial do programa para Gestores Públicos, será o curso de nivelamento conceitual e as informações técnicas sobre o Dadetur. Esse curso atende uma demanda da Setur e dos gestores para que possam realizar os pleitos e entender a lógica de funcionamento do Dadetur. Para o programa que atende a Cadeia Produtiva, o curso será sobre Feiras e Eventos para promoção de destinos, visando atender uma necessidade imediata para apoiar os elos da Cadeia Produtiva na participação dos diversos eventos programados.

Implantação dos cursos

O primeiro curso para os gestores públicos tem como escopo o funcionamento do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR. Serão abordados os principais aspectos sobre o DADETUR, como sua estrutura, o Fundo de Melhoria das Estâncias, Convênios e Processos. A intenção é orientar os gestores municipais sobre os recursos e oferecer ferramentas e apoio para o direcionamento correto dos pleitos relacionados ao turismo. Já o primeiro curso para a cadeia produtiva será capacitar os elos da cadeia produtiva do turismo, em relação à participação planejada e organizada dos destinos nos principais eventos relacionados ao turismo. Para o lançamento da plataforma de ensino estão sendo desenvolvidos dois cursos voltados ao acesso à mercados. Tanto para os gestores públicos, como para os atores da Cadeia Produtiva do Turismo. Para os gestores públicos serão lançados o curso de Marketing para Destinos com ênfase nas ações públicas e o curso de Regionalização do Turismo. Para a cadeia produtiva serão lançados os cursos de Marketing para Destinos com ênfase mercadológica, bem como o curso de Regionalização do Turismo para os atores da Cadeia Produtiva do Turismo. Os Cursos EAD são organizados em diversos temas referentes aos principais assuntos definidos para o desenvolvimento do programa. Cada tema deve contemplar 1 E-book, e pode ser composto por vários vídeos, de no máximo 4 minutos (de preferência), assim como atividades (quizz, debates, testes) relacionadas aos temas. A entidade deu continuidade às ações de divulgação, mobilização e engajamento dos alunos em relação aos cursos que serão oferecidos no programa. Apresentando e publicando em suas redes sociais conteúdos sobre a parceria e as ações que vem sendo desenvolvidas no âmbito do Programa.

Plano de Fomento, Distribuição e Promoção de Produtos – SP pra Todos

Ação de captação, promoção, parcerias e ativação de vendas de produtos do Vale do Futuro junto ao Grupo CVC e cerca de 70 empresários da cadeia turística da região (hotéis, pousadas, restaurantes, atrativos, agências receptivas dentre outros) realizada em 31 de março de 2021.

Workshops e capacitações via ferramenta web com foco na promoção internacional do Estado de São Paulo como destino Turístico (produtos, logística, atrativos e serviços) para os agentes de viagens da Argentina, Chile, Colômbia, Mexico e Paraguai realizados em 2021.

FEIRAS E EVENTOS

O Estado de São Paulo participa de importantes feiras do segmento de turismo e áreas relacionadas com estande promocional, visando a divulgação dos seus destinos, circuitos e produtos turísticos. Especialmente após a retomada gradual das atividades econômicas, paralisadas devido à pandemia de COVID-19, as feiras e eventos têm sido importantes para divulgação do Estado como seguro para receber os turistas.

A Secretaria de Turismo e Viagens participa ativamente das feiras e eventos nacionais e internacionais ligadas ao turismo, gastronomia, negócios, investimentos, aventura, entre outros temas, com objetivo de:

- Inspirar os turistas a visitar São Paulo;
- Fornecer subsídios aos profissionais da área, como agentes de viagens e operadores a venderem e divulgarem destinos paulistas;
- Difundir a marca SP Pra Todos;
- Divulgar São Paulo como um destino de negócios e de lazer;
- Divulgar São Paulo como um destino seguro e moderno;
- Lançar produtos e campanhas;
- Promover a arte, cultura, música, gastronomia, tecnologia, inclusão, diversidade dos destinos do estado
- Possibilitar relações de negócios para captação de eventos e investimentos;
- Promover o turismo de proximidade
- Tornar público os programas e ações da Secretaria de Turismo

Com a retomada gradual das feiras e eventos, com todos os protocolos sanitários, esta Secretaria de Turismo e Viagens está divulgando intensamente o destino Estado de São Paulo.

Abaixo as feiras e eventos que contaram com participação da Secretaria Estadual de Turismo e Viagens em 2021:

1. BNT Mercosul – Local: VirtualRTUAL, nos dias 28 e 29 de maio;
2. Expo Retomada – Local: Santos Convention Center, nos dias 21 e 22 de julho;
3. Feira UGART – Local: Centro de Eventos Barra Shopping Sul - Porto Alegre, 30 a 31 de julho;
4. World Travel Market Latin America – WTM – Local: Virtual – nos dias 10 a 12 de agosto;
5. Feira das Feiras Criativas – Local: Memorial da América Latina, nos dias 21 e 22 de agosto
6. Shopping de Viagens Agaxtur – Local: Híbrido - online e no Shopping Eldorado, 29/set a 12/out;
7. Fórum de Turismo LGBT – Local: Hotel Tivoli São Paulo – SP, no dia 30 de setembro;
8. ABAV Expo – Local: Centro de Eventos do Ceará – Fortaleza, nos dias 06 a 08 de outubro;
9. BTM (Brazil Travel Market – Local: Centro de Eventos do Ceará – Fortaleza, 22 e 23 de outubro;
10. Adventure Week – Local: Vale do Ribeira, nos dias 22 a 31 de outubro;
11. Expo AVIESP - Local: Hotel Monte Real - Águas de Lindóia, nos dias 26 a 27 de outubro;
12. Festuris Gramado – Local: Centro de Eventos Serra Park - Gramado – RS, 04 a 07 de novembro;
13. São Paulo Boat Show - Local: São Paulo Expo, nos dias 04 a 09 de novembro;
14. Rally dos Sertões – Local: Ilha Comprida – SP, nos dias 04 a 07 de novembro;
15. Expo Forum Visit SP – Local: São Paulo, no dia 16 de novembro;
16. Semana Mesa SP – Local: São Paulo – SP, nos dias 18 a 21 de novembro;
17. Oficina de Turismo AVIRRP – Local: Ribeirão Preto – SP, no dia 20 de novembro;
18. Conferência da Diversidade e do Turismo LGBT, Local: Biblioteca Mario de Andrade - SP, nos dias 21 a 24 de novembro;
19. Equipotel - Local: São Paulo Expo – SP, nos dias 22 a 25 de novembro;
20. Conexidades 2021 – Local: Centro de Convenções do Themas dos Laranjais-Olimpia-SP, nos dias 23 a 27 de novembro;
21. ABETA Summit – Local: Timbó – SC, nos dias 23 a 27 de novembro;
22. Prêmio Top Destinos – Local: São Paulo – SP, no dia 30 de novembro;
23. Mondial de la Bière – Local: Rio de Janeiro – RJ, nos dias 02 a 05 de dezembro;
24. FIT América Latina – Local: Buenos Aires – Argentina, nos dias 04 a 07 de dezembro;
25. Conferência Anual USTOA – Local: San Diego – EUA, nos dias 07 a 11 de dezembro e
26. Mostra das Rotas Gastronômicas – Local: São Paulo – SP 16 de dezembro

Desse total foram 26 feiras e eventos realizados, sendo:

- 23 eventos presenciais, 1 híbrido e 2 virtuais
- 16 eventos no estado de São Paulo, 6 em outros estados brasileiros e 2 internacionais
- Cerca de 250 mil pessoas impactadas com as ações nas feiras e eventos.

GUIA DE ROTAS TURÍSTICAS E GUIAS TEMÁTICOS

Visa o mapeamento de 10 regiões turísticas do estado de São Paulo e desenvolvimento de 6 guias temáticos, assim como elaboração de um Banco de Imagens com mais de 4 mil fotos de cerca de 250 municípios paulistas. Ainda em elaboração.

PROGRAMA ADVENTURE WEEK VALE DO RIBEIRA

Adventure Week é um programa proprietário da ATTA (Adventure Travel Trade Association), entidade estadunidense, e foi uma ação realizada entre os dias 22 e 31 de outubro. Uma comitiva de 20 estrangeiros selecionados entre operadores, agências de turismo e jornalistas ou influenciadores digitais especializados e estratégicos para conhecerem e vivenciar o Vale do Ribeira em um roteiro planejado conjuntamente com atores locais. Ao fim, foi realizada também uma rodada de negócios entre os participantes internacionais e fornecedores locais para geração de negócios. A ação teve ainda a participação de 3 RT's da região do Vale do Ribeira: Cavernas da Mata Atlântica, Caminhos da Mata Atlântica e Lagamar.

FOMENTO AO TURISMO RURAL PAULISTA

Sob a demanda da sociedade civil, entidades e diferentes atores foram realizadas reuniões de interlocução para o desenvolvimento do turismo rural no estado bem como a regulamentação da Lei nº 16.774/2018 para o desenvolvimento da Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural e o Fórum Estadual de Fomento ao Turismo Rural.

Ação 6316 – Desenvolvimento dos Destinos Paulistas

DISTRITOS TURÍSTICOS

A regulamentação de Distritos Turísticos no Estado possibilita a atração de investimentos em melhores condições econômicas, de governança, operacionais e estratégicas em áreas geograficamente limitadas, vocacionadas ao turismo.

O modelo de Distritos possibilita governança público-privada ampliada sobre áreas específicas de desenvolvimento turístico, trazendo maior atratividade e segurança jurídica para os empreendimentos turísticos em São Paulo.

Benefícios dos Distritos Turísticos para a economia do turismo de São Paulo:

- Melhorar a capacidade do Estado de fomentar e estimular investimentos privados em turismo, adicionando as áreas dos Distritos e suas características ao portfólio de atração de investimentos de São Paulo;
- Oferecer e desenvolver linhas de financiamento e crédito específicas pelas Agências de Fomento do estado, assim como incentivos tributários;
- Realizar levantamento e localização precisa de áreas com condição legal e interesse/potencial para desenvolvimento de empreendimentos turísticos;
- Possibilitar melhor articulação da governança entre empreendedores, setor público e outros atores nas áreas dos Distritos;
- Reduzir o tempo de instalação, aprovação e início de operação dos projetos.
- Melhorar a interlocução entre órgãos de controle e instâncias do Poder Público em todos os níveis em áreas de especial interesse turístico;
- Melhorar as condições para identificação de oportunidades de negócios de turismo em regiões com grande potencial e a formulação de projetos e estudos de viabilidade;
- Aplicar políticas de concessão e parceria de patrimônio do Estado para empreendimentos turísticos na área dos Distritos;
- Dispor de um instrumento para atração de âncoras de desenvolvimento regional a partir do turismo.

Atividades e resultados:

- Aprovação do PL 723/2020, tornando-se a Lei 17.374/2021, aprovada em 01/06/21, por 49 votos a 10, na ALESP.
- Organização interna da Secretaria de Turismo e Viagens para analisar e tramitar Distritos Turísticos.
- Regulamentação da Lei Distritos Turísticos a partir do Decreto 65.954 de 25/08/2021, e de resolução da Secretaria de Turismo e Viagens.
- Lançamento e instituição do primeiro Distrito Turístico no estado de São Paulo, o Distrito Turístico de Olímpia, a partir de decreto assinado pelo governador João Doria na cidade de Olímpia no dia 02/09/2021, decreto 65.990.
- Instalação do Conselho Gestor e primeira reunião do Conselho Gestor do Distrito Turístico de Olímpia no Palácio dos Bandeirantes em 27/09/2021.
- Lançamento e instituição do segundo Distrito Turístico no estado de São Paulo, o Distrito Turístico Serra Azul, em 29/11/2021, a partir do Decreto 66.273.

Perspectiva 2022:

- Apoio na articulação e tramitação para instituição de pelo menos mais dois Distritos Turísticos no ano de 2022
- Preparação técnica para lançamento de Distrito Turístico do tipo natural, possivelmente em área no Alto Ribeira, fortalecendo a questão da Mata Atlântica.
- Apoio técnico para elaboração de Plano de Implementação “masterplan” para quarto Distrito turístico, a ser localizado em área litorânea no Vale do Ribeira.
- Pleno funcionamento e gestão dos Distritos Turísticos já operacionais, Olímpia e Serra Azul.

PORTFÓLIO DE ÁREAS PARA INVESTIMENTOS EM TURISMO

Foi publicado um portfólio de áreas a partir do dia 09/06/2021, com o objetivo inicial de conter 50 prédios ou áreas selecionados no estado de São Paulo com clara vocação para receber investimentos nacionais e internacionais na área de hotelaria e turismo. Essas áreas selecionadas foram, inicialmente, o centro da cidade de São Paulo, o Vale do Ribeira e o Litoral Norte do estado. Ao total, se chegou a uma carga inicial de 65 áreas ofertadas no site turinvestsp.com, incluindo áreas

que pertencem ao estado de São Paulo e outras áreas que foram identificadas de propriedade privada, e que foram referendadas pelos respectivos municípios.

O site consta com traduções em inglês e espanhol, e em sua atualização inclui mais outras 20 áreas e prédios situados em regiões diversas do estado de São Paulo. Encontra-se em constante atualização, com a inserção de áreas que chegam através da Secretaria de Turismo e Viagens ou da Invest São Paulo, sempre com a anuência das Prefeituras Municipais.

REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

O objetivo é contribuir para a aceleração do processo de reposicionamento e melhoria de atributos e percepção da Região Central da capital paulista para o turismo nacional e internacional. Sugerir, formular e articular novos mecanismos de incentivo no âmbito do Estado para a indução ao processo de regeneração urbana, melhorando condições de entorno e somando-se a outros esforços públicos e privados.

Ação coordenada e complementar na área central de São Paulo, com focos específicos:

- Programa de Crédito Turístico específico para a região central de São Paulo (Sé e República), com melhores condições de carência e pagamento, buscando incentivar novos negócios na região e retrofits.
- Estudar possível implantação de um Distrito Turístico na região, possivelmente nas regiões da República e Sé, a partir da Lei dos Distritos Turísticos.
- Projeto de viabilização de hotelaria na quadra 27 em prédios do Estado, a partir do conceito do “Novo Hotel Esplanada”.

Projetos especiais para ampliação de oferta turística: Além dos projetos acima descritos, existem outros projetos que se voltam para, em parceria com outras Secretarias e organismos do estado, desenvolver novos atrativos turísticos para o estado de São Paulo, como é o caso dos projetos da Aldeia de Carapicuíba e do Parque Burle Marx, em São José dos Campos, em que se está buscando o conceito e execução de uma estratégia que envolva arte, experiência e novas atrações próximas à cidade de São Paulo.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA ECONOMIA DO TURISMO

Os trabalhos técnicos do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET) tiveram significativa ampliação em 2021 ao elevar o monitoramento e estudos da realidade turística do Estado de São Paulo, bem como as demandas dos agentes públicos e privados envolvidos no desenvolvimento turístico a um patamar inédito dentro da administração direta do governo estadual. Com base nas atividades desenvolvidas ao longo do ano, podemos destacar os principais pilares de desenvolvimento de inteligência de mercado no CIET:

- Ampliação da plataforma de consulta de dados e pesquisas: turismo.sp.gov.br/ciet
- Criação de 16 painéis interativos para consulta de indicadores turísticos em diversas regiões do Estado de São Paulo
- Inauguração da sala de operações do Centro de Inteligência da Economia do Turismo na SeturSP, para atendimento às prefeituras e parceiros, realização de reuniões, treinamentos e apresentação de novos estudos.

Com a estrutura operacional apresentada, o Centro de Inteligência da Economia do Turismo desenvolveu as seguintes macro atividades ao longo do ano:

Cálculo de macro indicadores

Agora de forma periódica, com metodologia interna desenvolvida em 2020, foram realizados cálculos de impacto do turismo o PIB paulista, empregos gerados pelas atividades turísticas e arrecadação de impostos para SP.

Estimativas de fluxos turísticos 2021

Foram realizados cálculos de impacto da Covid-19 nos fluxos turísticos do Estado de São Paulo para 2021, considerando cenários de demanda turística nas regiões paulistas.

Convênios e parcerias com diversos atores do turismo

Os convênios, termos de cooperação técnica e parcerias foram uma importante fonte de coleta de dados e disseminação de informações do CIET. Fundação Seade, ARTESP, Prefeitura Municipal de

Ilhabela, Consórcio Litoral Norte, Distrito Turístico de Olímpia, são exemplos de parcerias firmadas para ampliação das atividades do CIET.

Boletim Monitoramento Turismo SP

Como legado do monitoramento dos impactos da Covid-19 no turismo paulista, o “Boletim Covid-19/ Turismo” passa a ser “Monitoramento Turismo SP”, desenvolvido de forma permanente na SeturSP

Cursos e treinamentos

Como uma das mais importantes atividades do CIET em 2021, os treinamentos desenvolvidos para orientar as prefeituras municipais em diversos aspectos da estruturação de indicadores atingiram mais de 500 pessoas em 200 municípios turísticos paulistas, estabelecendo uma rede de inteligência de mercado que crescerá ainda mais em 2022.

Outras atividades

- Pesquisa de impacto econômico no Grande Prêmio São Paulo de F1 2021
- Estudos sobre abertura e fechamento de empresas de turismo no estado
- 12 relatórios de inteligência turística
- Realização de visitas técnicas à mais de 30 cidades paulistas para treinamentos presenciais

CIET na mídia = SeturSP na mídia

Desde janeiro de 2020, o CIET foi tema de mais de 300 matérias, com menção à Secretaria de Turismo de São Paulo

Próximos passos

- Novos estudos econômicos do setor
- Balanço do turismo 2021/ Perspectivas para 2022
- Contratação de relatórios de inteligência
- Dados 100% doados pela iniciativa privada (Expedia, Clickbus, Airbnb, Trivago)
- Contrato com Fundação SEADE para ampliação das capacidades da SETUR
- Educação para o turismo: treinamentos de equipes de pesquisa nas prefeituras
- OMT: Primeiro Centro de Inteligência estadual cancelado pela organização

POLITURISMO – O ECOSSISTEMA DO TURISMO

O programa “Politurismo: Ecossistema do Turismo” surgiu no ano de 2019 a partir da combinação de diversas transformações e tendências que vem impactando no turismo nos âmbitos global e nacional, trazendo importantes experiências inovadoras para os turistas. Um projeto estratégico para a Secretaria de Turismo é trazer o turismo paulista mais próximo dessas tendências e transformações. O Politurismo nasceu com o objetivo de se tornar eventualmente uma estrutura física onde terão lugar o conjunto de iniciativas de inovação, pesquisa e educação aderentes ao programa. No entanto, a pandemia da Covid-19 e as transformações e impactos na demanda por espaços físicos, nos obrigou a redimensionar este objetivo, focando inicialmente no desenvolvimento dos projetos de educação e inovação, bem como na construção de uma plataforma digital, que estamos chamando preliminarmente de Hub Politurismo Digital. Com a evolução do programa, poderemos voltar a avaliar a pertinência de instalações físicas.

O Politurismo foi desenvolvido pensar e ajudar a desenvolver o futuro do turismo. Busca-se aliar inovação, educação, tecnologia e empreendedorismo, tudo isso na mesma agenda política, atuando em rede e de maneira articulada com todos os principais players do setor, dando o suporte de inteligência para o seu desenvolvimento, bem como fornecendo e treinando profissionais qualificados para responder às principais demandas do mercado.

No âmbito deste programa que se refere à inovação em turismo, foi realizado em 2021:

- A implantação do site “Melhores Práticas em Turismo” (www.melhorespraticasturismo.com.br). O objetivo do site é identificar boas práticas implementadas por destinos do Brasil e do mundo para o desenvolvimento da atividade turística. Tais práticas já foram mapeadas nos âmbitos de: Parcerias para a Requalificação do Espaço Urbano; Turismo Rural; Selos de Turismo; e Governança para o Desenvolvimento do Turismo. O site conta com projetos de urbanismo, facilmente aplicáveis em cidades, contendo orientações técnicas e jurídicas; legislações específicas para facilitar o desenvolvimento do turismo e atração de investimentos, outros modelos de iniciativas do poder público para fomentar a atividade.

- A realização do Desafio São Paulo 2021: Em sua segunda edição (a primeira ocorreu no ano de 2020), o desafio é uma cooperação entre a Organização Mundial do Turismo, a rede de inovação internacional Wakalua, a Fundação Instituto de Administração – FIA/USP, e a FEA/USP, com o apoio da Secretaria de Turismo e Viagens. O Desafio premiou três startups que apresentaram soluções tecnológicas inovadoras em Desenvolvimento de novos produtos/serviços turísticos; Gestão Inteligente de Destinos; e Transformação Digital em Turismo. Os vencedores foram divulgados no dia 16 de dezembro deste ano, na solenidade de premiação e encerramento do Desafio.

No que concerne ao eixo de educação para o Turismo, as atividades realizadas no ano de 2021 foram:

- Turismo na Escola: Implementamos no segundo semestre de 2021, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, o programa de Eletivas de Turismo. Foram ofertadas 03 (três) eletivas para crianças e adolescentes da rede pública estadual: a primeira focada em turismo de natureza, para alunos do 6º e 7º ano, a segunda focada em turismo cultural, para alunos de 8º e 9º ano, e a terceira focada em redes de turismo e empreendedorismo digital para alunos do ensino médio. Já neste segundo semestre de 2021, 980 turmas aderiram ao programa de eletivas. O objetivo é despertar nestas crianças e adolescentes o interesse pelo Turismo e sobre a sua importância econômica e social do Turismo.
- Ensino à Distância: No ano de 2021, realizamos por meio de ensino à distância e, em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), o curso Gestão de Crise, com o objetivo de tentar minimizar os danos oriundos da pandemia de Covid-19 aos destinos turísticos do interior do estado de São Paulo. Em suas duas turmas, o curso atingiu 600 alunos, com foco em gestores municipais de turismo.
- Profissional de Turismo 4.0: Em abril de 2021, demos início a uma série de reuniões, grupos focais e seminários, envolvendo cursos técnicos e superiores de turismo no estado de São Paulo e diversos participantes do trade turístico estadual para discutir a necessidade de melhorias nos currículos de formação dos cursos ofertados. No mês de novembro, realizamos em parceria com o São Paulo Convention and Visitors Bureau, um evento para a apresentação dos resultados deste esforço.
- Incentivo à projetos de pesquisa: Consiste em premiar projetos de pesquisa para cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), que tenham vínculo com os objetivos da Secretaria de Turismo. Os projetos premiados deverão ser disponibilizados para a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, ao cabo de sua conclusão.

HUB Politurismo Digital

Em parceria com consultoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, iniciamos em setembro de 2021, os estudos para a formulação da plataforma digital Politurismo. Serviço que deve abrigar todos os projetos e programas descritos neste resumo de relato, como também duas plataformas de matchmaking. A primeira terá o objetivo de encontrar soluções de base tecnológica para problemas do trade e dos destinos turísticos, e a segunda terá a finalidade de encontrar possibilidades de trabalho segundo as habilidades descritas nos currículos dos usuários da plataforma. O Politurismo Digital também abrigará as atividades do CIET e a plataforma de investimentos em turismo no estado de São Paulo. A previsão de entrega das referências técnicas para a contratação da empresa que desenvolverá a plataforma é abril de 2022.

CRÉDITO, CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

O principal objetivo do Núcleo foi Criar Estratégia de Atração de Investimentos e Orientação ao Crédito, para Estruturação e Desenvolvimento do Turismo Paulista.

Os objetivos estratégicos para o ano de 2021 foram:

- Desenvolver ações de apoio a financiamentos e investimentos para o Setor Turismo do Estado de São Paulo,
- Incentivar e fomentar a execução de projetos de estruturação dos destinos turísticos do estado de São Paulo,
- Divulgar as formas existentes de apoio ao crédito para o setor,
- Orientar empresários, empreendedores e gestores públicos quanto aos aspectos formais da

apresentação de pleitos às instituições financeiras e fundos de investimentos parceiros do Programa,

- Captar Investidores e Investimentos para implementação de empreendimentos turísticos, nos Polos e Regiões Turísticas do Estado.

As principais ações empreendidas foram:

- Central do Investidor do Turismo Paulista
- Programa de Crédito Turístico
- Portfólio de Investimentos (Plataforma Digital TurInvestSP)
- Captação de Áreas Públicas e Privadas para Investimentos (Plataforma INVESTSP)
- Cooperação Técnica BID (Estudo de Demanda e Oferta e Novas Modelagens de Crédito Turístico no Estado de SP) (Estruturação de Carta Consulta para Operação de Financiamento Internacional)

A Central do Investidor do Turismo Paulista: É um espaço físico de orientação para os negócios, com foco em gestores públicos, empreendedores e investidores privados. O espaço é uma parceria da SETUR SP, com a InvestSP e a DesenvolveSP, com objetivo de facilitar o acesso a linhas de financiamento e apoio às oportunidades de negócios. Atendimento presencial, na sede da Setur-SP e virtual, por agendamento. A Central do Investidor do Turismo Paulista foi lançada, oficialmente, em setembro 2021, com ampla divulgação nos meios de comunicação e mídias sociais. Mais de 40 veículos de comunicação, com alcance nacional e estadual, tanto na capital e região metropolitana, quanto no interior e litoral paulista, deram divulgação à Central do Investidor.

O Programa de Crédito Turístico: O Programa aprofundou as parcerias com a DesenvolveSP, o Banco do Brasil e a CAIXA, chegando a superar os R\$ 2,5 bi em operações de crédito e financiamentos de projetos de investimentos e capital de giro. Foram mais de 4.500 empresas do setor turismo beneficiadas em todo o estado de São Paulo, durante o período da pandemia.

Portfólio de Investimentos (Plataforma Digital de Oportunidade de Negócios): A Plataforma de Captação de Áreas e de Investimentos da INVESTSP foi adequada para receber as oportunidades de investimentos para o Setor Turismo. Os Portfólios foram concluídos para as Regiões do Vale do Ribeira, Litoral Norte e Centro de SP, com mais de 50 áreas identificadas e disponibilizadas. O Hotsite foi desenvolvido e está disponível, com todos os portfólios elaborados e as orientações necessárias, no endereço: <http://turinvestsp.com/>.

Captação de Áreas Públicas e Privadas para Investimento no Turismo (via Plataforma INVEST SP): a plataforma da InvestSP foi adequada para receber o cadastramento de áreas com potencial investimento em empreendimentos e equipamentos turísticos no Estado de São Paulo. Todas as prefeituras do estado foram orientadas por mailing e pela equipe da SeturSP/InvestSP, foram mais de 100 áreas cadastradas e mais de 250 empresários e investidores sensibilizados/orientados.

Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Programa de Financiamento Internacional para o Turismo do estado de São Paulo: Por meio da Cooperação Técnica entre a SETUR SP e o BID, com doação por parte do Banco de US\$ 250 mil, foi estruturado um Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Turismo do Estado de São Paulo, com Financiamento Internacional, da ordem de US\$ 300 milhões. As diretrizes do Programa, como eixos, objetivos, componentes, ações e valores, bem como uma Carta Consulta para obtenção de financiamento junto ao BID, com aval soberano do Tesouro Nacional, foram estruturadas por uma consultoria especializada do banco em conjunto com a equipe técnica da Setur SP.

A operação de financiamento destinar-se-á a implementar o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado de São Paulo, o Programa Mais Turismo SP, que reflete e expressa o crescente engajamento do governo paulista em ações de desenvolvimento e transformação econômica e social por meio do setor turismo, tanto na modernização de sua estrutura e na inovação e fortalecimento da governança do turismo, quanto no apoio e incentivo aos projetos públicos de infraestrutura turística e implementação de projetos e empreendimentos do setor privado do turismo. O Programa é a expressão latente de um planejamento e gestão eficazes e integrados entre o poder público e a iniciativa privada, incorporando um conjunto de ações estruturadoras que elevam o nível de atratividade e competitividade desses recursos, de modo a transformá-los, efetivamente, em produtos turísticos.

Novas Modelagens de Crédito para Financiar o Setor Privado do Turismo Paulista:

O Estudo de Análise e Aperfeiçoamento da Sistemática de Concessão de Crédito a Empresas do Setor de Turismo no Estado de São Paulo, com foco no Programa de Crédito Turístico da Secretaria de Turismo (SETUR/SP) foi contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito da Cooperação Técnica entre o Banco e o Estado de São Paulo (BR-T1455), tendo como foco o apoio na elaboração e estabelecimento de bases para a implementação de um plano de recuperação e retomada para o setor de turismo em São Paulo, tendo em vista os impactos da pandemia do COVID-19. O objetivo principal do estudo foi apresentar recomendações para a adequação do formato atual de oferta de crédito às necessidades do setor, em especial relacionadas à reativação pós-pandemia, de modo a fortalecer as diretrizes e as estratégias de atuação dos bancos e demais parceiros do Programa de Crédito Turístico. A modelagem inovadora de crédito identificada tem suas principais definições resumidas no quadro abaixo:

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	
PÚBLICO	
Vinculação com a estratégia	Direta (Lei vinculando ao Plano de Regionalização do Turismo e Regulamentação)
Objetivo para estabelecimento do fundo	Desenvolvimento dos empreendimentos turísticos paulistas em áreas e segmentos prioritários
Principais potenciais origens de recursos	Governo do Estado Bancos de Desenvolvimento Nacional e Internacionais (receberá os Recursos do BID, definidos na Carta Consulta, do financiamento internacional). Sistema S Doações
Aplicações	Crédito, financiamento, subvenção (Empreendimentos Privados) (capacitação, assistência técnica, e gerencial) Planos de Investimentos públicos que contemplem projetos voltados à estruturação e valorização dos produtos turísticos (não enquadrados nas 140 estâncias e MITs do FUMTUR)
Principais métricas	Relacionadas ao desenvolvimento do turismo nas regiões estratégicas e impacto na economia da região
Governança / Administração	Conselho de Administração e Comitê Técnico / Desenvolve SP
Participação de FINECHS	Motor de Análise de Crédito: Esteira de crédito (FASE I) - Leads não aproveitados (FASE II)

Conectividade

As ações promovidas pela Secretaria de Turismo e Viagens por meio do núcleo de Conectividade e Programa Stopover têm como premissa a mitigação de gargalos e desenvolvimento de uma rede de transportes multimodal e integrada, com foco em atender as necessidades de deslocamento entre os pontos de origem e destino, por meio dos modais de transportes – aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário no e para o Estado de São Paulo. A Setur-SP atua como indutora de desenvolvimento econômico e social e de qualificação e crescimento do fluxo de turistas para os Municípios e seus atrativos no Estado.

Os custos dos transportes desempenharam um papel fundamental na criação de cidades ao longo da história, e a mudança daqueles custos, na época moderna, exerceu grande influência na maneira pela qual as cidades continuaram a se transformar a nosso redor.

Aéreo

A partir de julho de 2019, o ICMS sobre querosene de aviação (QAV) foi reduzido de 25% para 12%, tendo como meta a ampliação da oferta de 490 frequências. Em março de 2020, período pré pandemia Covid-19, as operações já estavam em 709 frequências, 45% mais que a meta. As companhias aéreas beneficiadas foram Aéreas Azul, Gol, Passaredo e Latam.

Em 2020, no mesmo período, foram incrementadas novas frequências internacionais como a da cia Aérea Argentina Flybondi, com quatro frequências semanais ao Aeroporto Internacional de Guarulhos. O interior do Estado foi contemplado por meio do aumento das frequências ou o início da operação em alguns aeroportos como Araraquara, Barretos e Franca. No ano de 2020 eram esperados voos regulares em pelo menos 13 deles, os quais foram afetados pela pandemia Covid-19. No ano de 2021, com o início da imunização através da vacinação contra a Covid-19, houve uma retomada de 74,6% dos voos domésticos no Brasil até o mês de setembro, em comparação ao período pré-Covid 19, com expectativa de atingir 85% até o final do mês de dezembro.

Programa Stopover

O programa de stopover teve lançamentos - nacional com as áreas Gol (agosto), Azul (outubro) e Latam Airlines (dezembro) e internacional com Air Canada e Latam Airlines (dezembro) de 2019. Um dos destaques da interlocução para a aproximação entre Municípios / atrativos paulistas e as empresas aéreas estrangeiras, fora a realização de cinco viagens de familiarização (famtour e presstrip) com imprensa, agências de viagens e operadores com origem em países como Bolívia, Canadá e Peru entre os meses de dezembro 2019 e outubro 2020, que visitaram a capital do Estado de São Paulo, Baixada Santista e Litoral norte do Estado em parceria com as cias aéreas Amazonas Linhas Aéreas, Air Canadá e Gol Linhas Aéreas Inteligentes para promoção e captação de fluxo turístico internacional a estes destinos. Em 2021, devido ao baixo número de voos internacionais e restrições fronteiriças entre o Brasil e diversos países do mundo devido a Covid-19, não houve a realização de famtour e presstrip. Com a retomada de abertura das fronteiras e maior número de voos internacionais, serão retomadas as ações de internacionalização do Estado de São Paulo como destino Turístico.

As ações realizadas em 2021 foram:

- Plano SP de Conectividade Aérea: Apoio na elaboração das ações para concessão dos aeroportos regionais do Estado de São Paulo realizada em 15 de julho de 2021 com o arremate do bloco noroeste (aeroportos de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Barretos, Assis, Dracena, Votuporanga, Penápolis, Tupã, Andradina e Presidente Epitácio) pelo Consórcio Aeroportos Paulista e do bloco sudeste (aeroportos de Ribeirão Preto, Bauru-Arealva, Marília, Araraquara, São Carlos, Sorocaba, Franca, Guaratinguetá, Avaré-Arandu, Registro e São Miguel) pelo Consórcio Voa NW Voa SE.
- Plano de Fomento, Distribuição e Promoção de Produtos – SP pra Todos: Ação de captação, promoção, parcerias e ativação de vendas de produtos do Vale do Futuro junto ao Grupo CVC e cerca de 70 empresários da cadeia turística da região (hotéis, pousadas, restaurantes, atrativos, agências receptivas dentre outros) realizada em 31 de março de 2021.
- Workshops e capacitações via ferramenta web com foco na promoção internacional do Estado de São Paulo como destino Turístico (produtos, logística, atrativos e serviços) para os agentes de viagens da Argentina, Chile, Colômbia, Mexico e Paraguai realizados em 2021.
- Navios de cruzeiro: Apoio técnico para a viabilização da temporada de Cruzeiros 2021/2022 junto as Secretarias de Saúde do Estado de São Paulo e do Município de Santos, Ministério do Turismo, Clia Brasil, MSC Cruzeiros e Costa Cruzeiros. Temporada iniciada em 05 de dezembro de 2021 com cinco Navios (Costa Fascinosa (3.223 leitos), Costa Diadema (4.947 leitos), MSC Preziosa (4.325 leitos), MSC Seaside (5.429 leitos) e MSC Splendida (4.363 leitos).
- Turismo Náutico: Criação da Cartilha de Estruturas Náuticas junto a FIA/USP com apoio da Acobar (Associação Brasileira dos construtores de barcos e seus implementos) e do Fórum Náutico Paulista, que orienta aos municípios do Estado de São Paulo as margens do mar (630 km de costa marítima), rios (cerca de 4.200 km de rios navegáveis), lagos e represas (mais de 50 lagos represas) como desenvolver estruturas como rampas, píeres e marinas para fomento do Turismo Náutico. Lançada em 05 de agosto de 2021, no município de Serra Negra no evento das Estâncias Turísticas.
- Criação da página web Turismo Náutico Paulista com apoio do Fórum Náutico Paulista. Página web com foco na segmentação e promoção do Turismo Náutico no Estado de São Paulo, como indutor de desenvolvimento econômico e social nos municípios as margens do mar, rios, lagos e represas, através da exposição e divulgação dos atrativos em águas e terra.
- Mapeamento dos municípios as margens do mar, rios, lagos e represas e elaboração de circuitos e rotas náuticas no Estado de São Paulo.
- Estudo, elaboração e mapeamento de áreas as margens do mar, rios, lagos e represas de 30 municípios com potencial imediato, para implantação de estruturas náuticas para apoio ao programa de fomento e promoção do Turismo Náutico no Estado de São Paulo pela Secretaria de Turismo e Viagens.
- Plano Diretor de desenvolvimento Integrado da hidrovia Tietê / Paraná (Turismo): Escrita técnica finalizada para inserção no caderno II do Plano Diretor de desenvolvimento integrado da hidrovia Tietê / Paraná da Secretaria de Logística e Transportes no ano de 2022.
- Ferroviário: Início da articulação e apoio para viabilização de implantação de Trens Turísticos junto aos municípios da Região Turística da Fé, ABPF (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária), ANPF (Associação Nacional de Preservação Ferroviária), CPTM e MRS Logística denominado Trem dos Romeiros entre estação da Luz ao município de Aparecida.
- Junto ao Município de Águas da Prata, ABPF, VLI Logística e o Município mineiro de Poços de Caldas.

- Junto aos municípios de Laranjal Paulista, Jumirim, Cerquilha, Boituva e Iperó, Serra Verde Express e Rumo Logística denominado Trem Turístico Raízes do Interior.
- Terrestre – Turismo de Proximidade: Interlocação junto as locadoras de automóveis Movida e Unidas e o Circuito Litoral Norte, para ações de promoção do Turismo de proximidade tendo como destino os municípios de Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba.
- Interlocação junto a locadora Movida para fomento de acordo para promoção do produto Rota da Liberdade entre os Municípios de Taubaté e Ubatuba.
- Cicloturismo Paulista: Início da construção da página web Cicloturismo Paulista, com apoio do Ciclocomite Paulista, com foco na promoção dos circuitos ciclísticos nos municípios do Estado de São Paulo e fomento do fluxo turístico através deste segmento. Lançamento programado para março 2022.
- Interlocação e apoio no fomento e criação de agências receptoras: criação e estrutura operacional para fomento das vendas através das agências, operadoras e agências de turismo via internet, conhecidas como OTA-Online Travel Agency, em nível nacional e internacional;

ROTAS GASTRONÔMICAS SP

O Programa Rotas Gastronômicas SP está inserido nas Rotas Turísticas, da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

O conceito de Rotas Turísticas pode ser definido numa linguagem bem simples, por caminhos que se interligam graças a elementos comuns de uma região, sejam eles naturais, geográficos, culturais, sociais e econômicos, podendo ser produtos, gastronômicos ou não, comunidades, crenças, grupos de esportistas, entre outros. Tais elementos, se bem trabalhados e divulgados, promovem um aumento do fluxo turístico em suas regiões, aquecendo a economia local. No estado de São Paulo pode-se destacar as Rotas Cênicas, Rotas Peregrinas, Rotas de Cicloturismo, Rotas Náuticas e Rotas Gastronômicas.

Acreditando que a gastronomia é um forte produto que promove e aquece o turismo de regiões, estados e até países por completo, daremos a esse produto seu devido valor. Nos últimos anos foi evidente seu crescimento, enaltecendo vários atores: chefs renomados, grandes ou pequenos restaurantes, cozinheiros, programas de televisão que também viram na gastronomia uma nova receita para alavancar audiência, grandes eventos de gastronomia nacionais e internacionais e até mesmo, e ainda bem, o pequeno produtor de algum gênero alimentício, em alguma cidade deste país, que também começou a ser reconhecido! É com esse olhar, que trabalharemos as Rotas Gastronômicas SP.

O objetivo é estimular o turismo gastronômico incentivando a cadeia produtiva da alimentação, do comércio e da cultura regional. Encontrar e compartilhar heranças culturais representativas, valorizando os ingredientes, produtos, receitas e destinos do Estado. E ainda promover as Rotas Gastronômicas paulistas, valorizando e ressaltando as identidades únicas com o intuito de divulgá-los para além do Estado de São Paulo.

São selecionados os 15 mais emblemáticos elementos da gastronomia em cada polo, ou seja, em cada conjunto de regiões turísticas. Serão 162 cidades envolvidas nesse projeto, divididas em 7 rotas gastronômicas, até meados de 2022. Serão destacados os 10 empreendedores de produtos gastronômicos e turísticos e 5 proprietários de restaurantes/estabelecimentos gastronômicos. A primeira rota gastronômica foi lançada em 6 de outubro, a Rota Gastronômica Vale do Ribeira, englobando as regiões turísticas Lagamar, Cavernas da Mata Atlântica e Caminhos da Mata Atlântica. No mês de novembro, lançada a Rota Gastronômica Vale do Paraíba & Mantiqueira, que compreende as Regiões Turísticas da Fé, Rios do Vale e Mantiqueira Paulista. Em dezembro, previsto o lançamento da Rota Gastronômica Baixada Santista & Litoral Norte, representando as regiões turísticas Costa da Mata Atlântica e Circuito Litoral Norte.

Rotas mapeadas em www.turismo.sp.gov.br/rotasgastronomicas

ARTESANATO LOCAL

Acordo técnico feito entre a Secretaria de Turismo e Viagens e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a promoção do artesanato paulista junto à atividade do turismo. O trabalho prevê a aproximação das estruturas do turismo ao trabalho desenvolvido com os artesãos paulistas. O acordo

prevê a realização de sensibilizações e capacitações além de produção de material de orientação às regiões turísticas do estado de São Paulo.

Até o momento foram realizados 4 treinamentos, totalizando 159 pessoas.

CÂMARA LGBT

Acordo técnico assinado em 01.06.2021 com a Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil durante cerimônia no Palácio dos Bandeirantes para a promoção e o desenvolvimento do turismo LGBTI+ no estado de São Paulo nos próximos 5 anos. O acordo prevê a produção de 2 guias de orientação, sensibilizações, capacitações e divulgação do estado de São Paulo como destino amigável à comunidade LGBT.

Até o momento foram realizados 6 treinamentos com um total de 161 pessoas que passaram pela sensibilização inicial prevista.

MAPA DA DIVERSIDADE

Proposto a partir do acordo feito com a Câmara LGBT do Brasil, o mapa integra ainda 8 outras secretarias de estado que são signatárias de um protocolo de intenções, sendo elas: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Secretaria da Justiça e Cidadania.

O Grupo de Trabalho das Secretarias de Estado fará ainda este ano a entrega de relatório e proposta de plano de ação para o desenvolvimento da atividade turística de 5 segmentos que compõem a diversidade: pessoas com mais de 60 anos, população LGBTI+, afroturismo, pessoas com deficiência e turismo de base comunitária.

O mapa com as primeiras 59 cidades foi lançado agora durante o mês de novembro em comemoração do mês da Consciência Negra.

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO – BIÊNIO 2019/2021

As reuniões estão sendo realizadas mensalmente de forma virtual, às segundas terças-feiras do mês, conforme Regimento Interno.

Além das reuniões ordinárias e assuntos que lhe são submetidos em consulta, o CONTURESP tem participado da elaboração e implantação do Plano Estratégico 20/30, realizada pela SETUR e FIA/USP; há três Câmaras Temáticas em funcionamento: 1 – Câmara Temática que visa sistematizar e melhorar as atividades do CONTURESP, 2 – Câmara Temática que tem por objetivo acompanhar e aplicar o Plano Estratégico 20/30 e Plano Estadual de Turismo, 3 – Grupo de Trabalho para Acompanhamento Legislativo; acompanhamento das ações do Centro de Inteligência e Economia do Turismo (CIET).

Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR

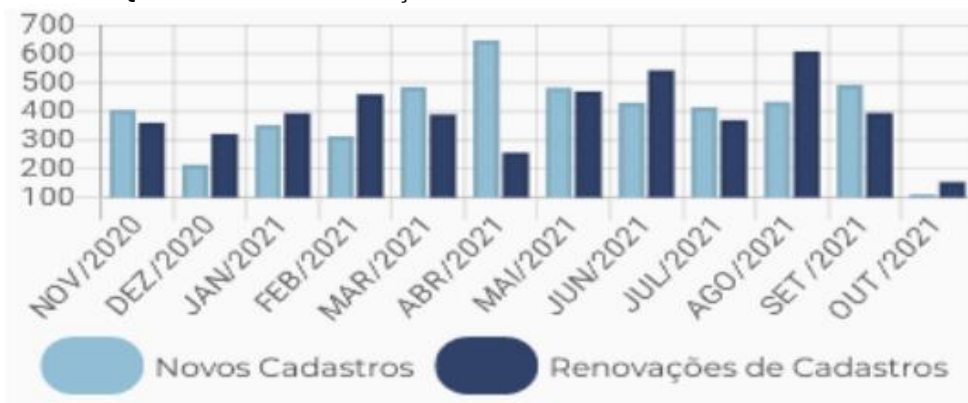
O CADASTUR é um sistema eletrônico de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo, que opera como programa do Ministério do Turismo, que conta com a parceria dos órgãos de Turismo estaduais e Distrito Federal para validar os cadastros realizados pelos prestadores do seu Estado. O sistema permite o acesso a diferentes dados sobre os Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados, que podem ser meios de hospedagem, restaurantes, acampamentos, agências de turismo, casas de espetáculo, organizadores de eventos, guias de turismo entre outros.

Diante da pandemia COVID-19 tendo como consequência a crise econômica, vale ressaltar o recorde de solicitações da história do CADASTUR SP, sendo aproximadamente 10.000 (dez mil) pleitos analisados e certificados homologados. Destaca-se o motivo do aumento devido o certificado CADASTUR ser obrigatório para acesso à linha de crédito FUNGETUR (MTUR) via PROGRAMA DE CRÉDITO TURÍSTICO (SETUR SP), com administração e repasse da verba pelo banco estadual de fomento DESENVOLVE SP. Outra demanda de destaque, que é obrigatório certificado CADASTUR para os estabelecimentos que se enquadram ao programa do Mtur SELO TURISMO RESPONSÁVEL.

Ações (Janeiro a Novembro de 2021):

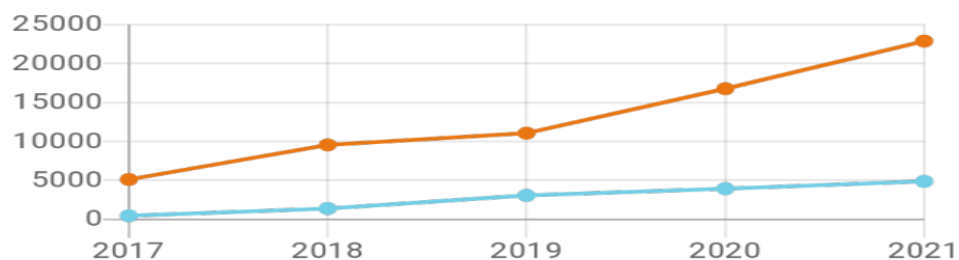
- Suporte Técnico / análises pleitos com certificação CADASTUR caráter obrigatório- Programa de Crédito Turístico para os pleitos e linhas de financiamento via FUNGETUR (MTUR) operados via Caixa Econômica / Desenvolve SP.
- Atendimento as empresas que pleiteiam o Selo do Turismo Responsável (MTUR)
- Plano de Descarte Processos Físicos inutilizados - (em trâmite final no SP SEM PAPEL - CADA SETUR SP / Arquivo Público SP)
- 1.369 Credenciais Guia de turismo enviadas via Correios

Relatório Quantitativo de Renovação/Novos Cadastros:



Mês/Ano	Novos Cadastros	Renovações de Cadastros	Total por mês
NOV/2020	405	359	764
DEZ/2020	215	320	535
JAN/2021	352	394	746
FEB/2021	313	459	772
MAR/2021	485	388	873
ABR/2021	647	256	903
MAI/2021	482	469	951
JUN/2021	430	543	973
JUL/2021	415	371	786
AGO/2021	434	611	1045
SET/2021	493	395	888
OUT/2021	110	154	264

Relatório Geral do Quantitativo de Cadastros Regulares:



Ano	Guia de Turismo Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total por ano
2017	460	5113	5573
2018	1389	9545	10934
2019	3073	11047	14120
2020	3934	16753	20687
2021	4867	22855	27722

Dados extraídos no último dia do respectivo ano e, no caso do ano corrente, no dia de hoje.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Durante o ano de 2021, foram realizadas reuniões virtuais, em virtude da pandemia, conforme:

- Janeiro e Setembro - Reuniões da Macrorregião Sudeste para Atualização das Ações em Andamento com a Coordenação Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico - Ministério do Turismo.
- Janeiro - Oficina para Alinhamento Estratégico do Programa de Regionalização do Turismo Nacional - Termo de Execução Descentralizada Firmado com a Universidade Federal do Paraná e o Ministério do Turismo.
- Maio - 6º Encontro dos Interlocutores Regionais de Turismo do Estado de São Paulo.
- Agosto - Reunião com a Região Turística Roteiro dos Bandeirantes.
- Setembro - Reunião com a Região Turística Tietê Vivo.
- Outubro - Reunião com a Região Turística Mananciais, Aventura e Arte.

Foi formado um Grupo de Trabalho (GT) para o Plano de Regionalização do Turismo do Estado de São Paulo, que integra os trabalhos de uma Cooperação Técnica entre o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo.

Ação 2628 - Desenvolvimento de Pacotes Turísticos de Destinos Paulistas

A execução da Ação 2628 - Desenvolvimento de Pacotes Turísticos de Destinos Paulistas, visa promover estratégia cooperada com o trade turístico para formulação de roteiros que sigam a lógica do turismo de proximidade, trazida pelo novo comportamento do turista pós pandemia através da elaboração de ações de capacitação e promoção dos destinos.

Dessa forma, fortalecer e promover o mercado de viagens de São Paulo para São Paulo sedimentando uma cultura de hospitalidade para reter o fluxo econômico no Estado.

Interlocução e apoio no fomento e criação de agências receptivas: criação e estrutura operacional para fomento das vendas através das agências, operadoras e agências de turismo via internet, conhecidas como OTA-Online Travel Agency, em nível nacional e internacional;

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – DADETUR

Ação 4102 – Apoio aos Municípios Turísticos - Estâncias

Ação 6195 – Apoio aos Municípios de Interesse Turísticos – MITs

Repasse de recursos financeiros, por meio de convênios, objetivando o aprimoramento da infraestrutura turística dos municípios Estâncias e de Interesse Turísticos de acordo com o programa anual de trabalho aprovado pelo Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, bem como atender dispositivo constitucional

O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos — DADETUR aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 municípios classificados como Estâncias Turísticas e 140 como Municípios de Interesse Turístico (MIT).

Repasse de recursos no Ano de 2021

No exercício de 2021, os recursos do DADETUR iniciaram o exercício contingenciados em 50%. Ocorrendo o desbloqueio dos recursos ao longo do ano. Conforme tabela abaixo:

DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS DADETUR 2021			
Situação	Estância	MITs	Total
Recursos Previstos no Orçamento 2021	404.441.385,00	101.110.346,00	505.551.731,00
Recursos Contingenciados em janeiro/2021	202.220.692,00	50.555.173,00	252.775.865,00
Recursos Disponíveis em Janeiro/2021	202.220.693,00	50.555.173,00	252.775.866,00
1º Descontingenciamento 08/08/2021	85.000.000,00	15.000.000,00	100.000.000,00
2º Descontingenciamento 03/11/2021	117.220.692,00	35.555.173,00	152.775.865,00
Recursos Disponíveis a partir de 03/11/2021	404.441.385,00	101.110.346,00	505.551.731,00

Deste modo os recursos referentes ao exercício de 2021 foram utilizados para objetivar a formalização de novos convênios, bem como, para honrar com o pagamento de obras em andamento, conveniadas entre 2011 a 2017 e que tiveram seus restos a pagar cancelados por decreto em 2018, bem como, obras assinadas em 2018 e 2019 com empenhos parciais.

Em relação aos pagamentos realizados neste ano de 2021 para o pagamento de obras que foram concluídas ou que estão em andamento, a Secretaria de Turismo e Viagens, por meio do DADETUR, possibilitou o repasse de R\$125,6 milhões, a Estâncias e MITs, para o pagamento de obras conveniadas entre os anos de 2011 a 2019. Atendendo assim a 153 municípios (67 Estâncias e 86 MITs).

Quanto a formalização de novos convênios, a Secretaria de Turismo e Viagens convênio 350 convênios no montante de R\$ 400,2 milhões, contemplando os 210 municípios classificados como Estâncias e Municípios de Interesse Turístico – MIT.

Cenário atual dos Convênios em andamento

O departamento, passou a monitorar a partir de 2019 o cenário de execução de seus convênios em andamento. Assim apresentamos o cenário observado até novembro/2021:

SITUAÇÃO CONVÊNIOS DADETUR 2021		
Andamento das Obras	Nº de Convênios	Valor Conveniado Estado
Cancelada	14	24.847.594,69
Concluída	121	188.495.607,68
Em execução	224	330.663.837,43
ENCERRADO	655	571.673.911,57
Não iniciada	63	54.998.551,23
Paralisada	93	90.963.225,88
Total Geral	1170	1.261.642.728,48

Em comparativo com a situação apresentada em dezembro de 2020, no exercício de 2021 o departamento realizou o encerramento de 476 processos e a conclusão de 260 obras.

Pleitos para Novos Convênios

Em virtude do descontingenciamento integral dos recursos do DADETUR, tema já abordado no item 1.1, que possibilitou a assinatura dos 350 novos convênios, o Conselho de Orientação e Controle – COC, apreciou e aprovou 358 pleitos municipais de MITs e Estâncias. Foram realizadas em 2021, 11(onze) reuniões do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, para apreciação dos pleitos municipais. O Conselho, estabelecido por lei, é composto por 09 membros nomeados pelo Sr. Governador. A gestão atual é composta por:

- 1 (um) de sua livre escolha: Maurren Sparano Gil;
- 1 (um) indicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão: Maciel dos Santos Rocha - Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- 1 (um) indicado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento: Fernanda Kawaoka Tanaka;
- 1 (um) indicado pela Secretaria de Turismo: Wagner Seian Hanashiro – Presidente do Conselho;
- 2 (dois) indicados pelo Conselho Estadual de Turismo: José Roberto de Barros Magalhães e Elenice Zaparoli;
- 3 (três) indicados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo 2 (dois) Prefeitos de Estâncias e 1 (um) Prefeito de Município de Interesse Turístico, por meio de lista sêxtupla:
 - Alexandre de Siqueira Braga - APRECESP – Vice-Presidente do Conselho;
 - Edvard Alberto Colombo – APRECESP;
 - Cândido Murilo Pinheiro Ramos – AMITESP.

Parcelamentos – devolução de recursos ao Erário

O DADETUR também realiza o acompanhamento de convênios não aprovados técnica e contabilmente e que estão em processo de devolução de recursos ao Erário. Atualmente a Secretaria possui 62 convênios em tratativas para devolução de recursos por meio de parcelamento dos débitos.

Destes, 11 convênios de um único município aguardam decisão judicial para assinatura do termo de reconhecimento de dívida e, 02, também de um único município, estão em análise da Assessoria Jurídica Geral e da Secretaria de Fazenda e Planejamento, para deliberação referente a quantidade de parcelas pleiteadas pelo município para posteriormente, se couber, estar apto para assinatura do parcelamento.

Outrossim, no decorrer do ano de 2021, foram recolhidos ao Erário, oriundos do pagamento de parcelamento de dívidas de municípios, a importância de R\$11.539.813,20, relativos aos 62 convênios em parcelamento, bem como os encerrados no respectivo ano.

Ademais, vale salientar também que, o Decreto nº66.173 de 26 de outubro de 2021, autoriza o Secretário a assinar o parcelamento em até 48 vezes. O presente decreto substituiu o Artigo 16º do Decreto nº64.757/2020 e a Resolução da Secretaria da Fazenda SFP – 21 de 15/04/2021 que estabelece procedimentos para assinatura de parcelamentos de dívidas.

Agora, de acordo com o Decreto 66.173/2021 a celebração do termo de parcelamento fica condicionada ao prévio registro, em conta do passivo nos demonstrativos contábeis do Município, do valor total objeto de parcelamento; bem como declaração, firmada pelo respectivo Prefeito, sob as penas da lei, acompanhada de demonstrativos ou informações contábeis detalhadas, de que o ajuste não implica aumento da dívida consolidada líquida do Município e, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado se pronunciará, em cada caso concreto de pedidos de parcelamento de dívida.

Obras concluídas em 2021

Durante o ano de 2021, 260 obras conveniadas foram concluídas tecnicamente nos municípios do Estado de São Paulo, classificados como Estâncias Municípios de Interesse Turístico - MITs).

UO – 500010 – Administração Superior da Secretaria e da Sede UGE – 500102 – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos Programa 5002 – Estruturação e Promoção Turística do Estado de São Paulo Funcional Programática: 23.695.5002.4102.0000 - Apoio aos Municípios Turísticos – Estâncias					
Municípios de Estâncias Paulista – Execução de 2021					
Nº	CNPJ	Município	Orçamento Total	Valor Empenhado	Saldo
1	44831733000143	Águas da Prata	3.034.253,12	2.884.561,17	149.691,95
2	46439683000189	Águas de Lindoia	3.829.128,63	6.323.565,93	-2.494.437,30
3	46634226000145	Águas de Santa Bárbara	3.312.863,94	1.745.486,30	1.567.377,64
4	45739174000109	Águas de São Pedro	3.223.874,48	3.120.644,35	103.230,13
5	43465459000173	Amparo	4.828.165,41	4.267.463,79	560.701,62
6	44659076000107	Analândia	2.997.085,32	3.125.010,12	-127.924,80
7	46680518000114	Aparecida	3.674.946,54	4.235.190,39	-560.243,85
8	45279635000108	Atibaia	9.727.055,62	8.660.308,02	1.066.747,60
9	46634168000150	Avaré	5.011.933,94	6.566.406,98	-1.554.473,04
10	45196698000109	Bananal	2.992.218,81	3.281.987,51	-289.768,70
11	46172888000140	Barra Bonita	3.598.209,30	3.081.383,64	516.825,66
12	45299104000187	Batatais	3.742.278,57	3.831.526,58	-89.248,01
13	68020916000147	Bertioga	8.616.998,47	10.346.786,90	-1.729.788,43
14	46352746000165	Bragança Paulista	8.854.787,49	9.485.222,63	-630.435,14
15	46362927000172	Brotas	3.577.612,79	3.539.343,83	38.268,96
16	45767829000152	Caconde	3.025.078,93	2.389.308,78	635.770,15
17	45699626000176	Campos do Jordão	5.583.340,47	5.049.519,26	533.821,21
18	46787644000172	Campos Novos Paulista	2.929.444,61	2.313.773,72	615.670,89

19	46585956000101	Cananéia	3.099.498,92	3.900.943,99	-801.445,07
20	46482840000139	Caraguatatuba	8.316.134,13	9.988.857,04	-1.672.722,91
21	45704053000121	Cunha	2.977.577,55	2.818.610,80	158.966,75
22	45089885000185	Eldorado	2.950.174,76	2.559.289,24	390.885,52
23	46523114000117	Embu das Artes	6.629.016,36	8.381.321,80	-1.752.305,44
24	46680500000112	Guaratinguetá	5.373.910,50	5.363.544,43	10.366,07
25	44959021000104	Guarujá	26.812.464,23	31.753.248,94	-4.940.784,71
26	67172437000183	Holambra	3.440.606,47	3.481.453,42	-40.846,95
27	45158193000141	Ibirá	3.028.618,85	2.436.363,89	592.254,96
28	45321460000150	Ibitinga	3.497.366,92	4.354.203,74	-856.836,82
29	46634531000137	Ibiúna	4.418.582,83	3.489.945,09	928.637,74
30	44498467000189	Igaraçu do Tietê	3.068.436,20	2.592.321,10	476.115,10
31	45550167000164	Iguape	3.165.055,82	3.568.809,22	-403.753,40
32	64037872000107	Ilha Comprida	3.751.261,49	4.953.827,58	-1.202.566,09
33	59754648000104	Ilha Solteira	3.128.322,61	3.161.118,39	-32.795,78
34	46482865000132	Ilhabela	4.685.397,38	5.669.023,58	-983.626,20
35	46578498000175	Itanhaém	6.924.323,50	5.673.193,61	1.251.129,89
36	46634440000100	Itú	9.175.770,17	6.857.990,56	2.317.779,61
37	45290418000119	Joanópolis	3.060.756,54	2.417.488,29	643.268,25
38	45678000000183	Lindóia	3.035.379,90	2.397.444,97	637.934,93
39	46578506000183	Mongaguá	5.287.854,82	4.176.525,30	1.111.329,52
40	52846144000167	Monte Alegre do Sul	3.016.499,60	2.712.366,14	304.133,46
41	45755238000165	Morungaba	3.020.516,06	2.385.705,01	634.811,05
42	46754388000117	Nuporanga	2.973.327,40	3.335.068,89	-361.741,49
43	46596151000155	Olímpia	4.475.791,00	4.980.779,86	-504.988,86
44	44547305000193	Paraguaçu Paulista	3.438.526,09	2.809.631,59	628.894,50
45	46634309000134	Paranapanema	3.378.856,55	3.061.407,30	317.449,25
46	44446904000110	Pereira Barreto	3.150.686,82	2.689.719,25	460.967,57
47	46578514000120	Peruíbe	5.370.002,39	5.578.996,09	-208.993,70
48	46223699000150	Piraju	3.416.323,79	2.633.193,92	783.129,87
49	55021455000185	Poá	8.768.749,81	11.004.250,51	-2.235.500,70
50	46177531000155	Praia Grande	22.715.448,27	19.965.720,12	2.749.728,15
51	55293427000117	Presidente Epitácio	3.229.877,51	2.551.065,72	678.811,79
52	46522967000134	Ribeirão Pires	5.666.942,31	4.861.136,00	805.806,31
53	46523296000126	Salesópolis	2.972.060,74	5.377.672,89	-2.405.612,15
54	46634507000106	Salto	6.300.702,01	4.976.506,02	1.324.195,99
55	45138070000149	Santa Fé do Sul	3.621.795,54	3.145.303,13	476.492,41
56	45749819000194	Sta. Rita do Passa Quatro	3.414.990,54	2.697.264,21	717.726,33
57	45701455000172	Santo Antônio do Pinhal	3.003.607,68	3.840.918,74	-837.311,06
58	58200015000183	Santos	50.266.770,53	52.697.137,49	-2.430.366,96
59	45195823000158	São Bento do Sapucaí	3.010.890,69	2.354.086,01	656.804,68
60	45200623000146	São Jose do Barreiro	2.921.876,59	2.647.900,71	273.975,88
61	46631248000151	São Luiz do Paraitinga	3.019.448,45	1.935.562,64	1.083.885,81
62	46415998000196	São Pedro	3.713.609,99	4.415.241,22	-701.631,23
63	70946009000175	São Roque	5.201.479,77	5.222.727,48	-21.247,71
64	46482832000192	São Sebastião	11.821.630,12	10.359.575,40	1.462.054,72
65	46177523000109	São Vicente	11.610.246,06	9.531.833,14	2.078.412,92
66	44847663000111	Serra Negra	3.878.572,72	3.062.846,09	815.726,63
67	46444063000138	Socorro	3.759.804,85	3.457.037,33	302.767,52
68	46638714000120	Tremembé	3.844.155,61	3.858.057,12	-13.901,51
69	44573087000161	Tupã	4.239.617,20	4.148.592,03	91.025,17
70	46482857000196	Ubatuba	6.832.800,88	7.900.996,07	-1.068.195,19
Total			404.441.394,00	404.441.313,00	81,00

UO – 500010 – Administração Superior da Secretaria e da Sede UGE – 500102 – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos Programa 5002 – Estruturação e Promoção Turística do Estado de São Paulo Funcional Programática: 23.695.5002.6195.0000 - Apoio aos Municípios de Interesse Turístico - MIT					
Municípios de Interesse Turístico – Execução de 2021					
Nº	CNPJ	Município	Orçamento Total	Valor Empenhado	Saldo
1	43008291000177	Adamantina	722.216,82	615.073,96	107.142,86
2	45140431000191	Adolfo	722.216,82	615.073,96	107.142,86
3	46137444000174	Agudos	722.216,82	1.447.927,54	-725.710,72
4	45298569000113	Altinópolis	722.216,82	615.073,96	107.142,86
5	46634135000100	Anhembi	722.216,82	615.073,96	107.142,86
6	46634242000138	Apiáí	722.216,82	1.035.467,19	-313.250,37
7	45511847000179	Araçatuba	722.216,82	537.280,03	184.936,79
8	46634069000178	Araçoiaba da Serra	722.216,82	615.073,96	107.142,86
9	45276128000110	Araraquara	722.216,82	925.227,40	-203.010,58
10	44215846000114	Araras	722.216,82	1.048.748,57	-326.531,75
11	45195963000126	Areias	722.216,82	861.696,50	-139.479,68
12	46162178000130	Barbosa	722.216,82	615.073,96	107.142,86
13	46634317000180	Barra do Turvo	722.216,82	615.073,96	107.142,86
14	44780609000104	Barretos	722.216,82	615.073,96	107.142,86
15	45709920000111	Bebedouro	722.216,82	615.073,96	107.142,86
16	44498988000136	Bocaina	722.216,82	615.073,96	107.142,86
17	46634143000156	Bofete	722.216,82	689.547,63	32.669,19
18	46634499000190	Boituva	722.216,82	989.613,53	-267.396,71
19	46634101000115	Botucatu	722.216,82	610.787,72	111.429,10
20	45301652000102	Brodowski	722.216,82	615.073,96	107.142,86
21	44435121000131	Buritama	722.216,82	1.055.073,96	-332.857,14
22	46634432000155	Cabreúva	722.216,82	1.090.740,06	-368.523,24
23	45192275000102	Cachoeira Paulista	722.216,82	615.069,96	107.146,86
24	67360404000167	Campina do Monte Alegre	722.216,82	1.000.100,04	-277.883,22
25	46599825000175	Cardoso	722.216,82	615.073,96	107.142,86
26	46634572000123	Cesário Lange	722.216,82	940.364,78	-218.147,96
27	46668596000101	Cruzeiro	722.216,82	615.073,96	107.142,86
28	47492806000108	Cubatão	722.216,82	1.259.036,85	-536.820,03
29	46435921000188	Divinolândia	722.216,82	575.298,11	146.918,71
30	45671120000159	Dois Córregos	722.216,82	615.073,96	107.142,86
31	45739083000173	Espírito Santo do Pinhal	722.216,82	615.073,96	107.142,86
32	67168856000141	Estiva Gerbi	722.216,82	615.073,96	107.142,86
33	47842836000105	Fernandópolis	722.216,82	615.073,96	107.142,86
34	44518371000135	Garça	722.216,82	615.073,96	107.142,86
35	48344014000159	Guaíra	722.216,82	615.073,96	107.142,86
36	46523262000131	Guararema	722.216,82	615.073,96	107.142,86
37	46137477000114	Iacanga	722.216,82	615.073,96	107.142,86
38	46211694000107	Ibirarema	722.216,82	615.073,96	107.142,86
39	45726742000137	Icém	722.216,82	615.073,96	107.142,86
40	45324290000167	Igarapava	722.216,82	593.582,38	128.634,44
41	46694147000120	Igaratá	722.216,82	671.135,45	51.081,37
42	46947396000180	Indiaporã	722.216,82	719.143,05	3.073,77
43	44660603000195	Ipeúna	722.216,82	615.073,96	107.142,86
44	46634283000124	Iporanga	722.216,82	943.302,37	-221.085,55
45	67360362000164	Itaoca	722.216,82	615.073,96	107.142,86
46	46634358000177	Itapeva	722.216,82	382.684,13	339.532,69
47	45281144000100	Itapira	722.216,82	1.090.899,64	-368.682,82
48	49979255000137	Itápolis	722.216,82	615.073,96	107.142,86
49	46634408000116	Itaporanga	722.216,82	493.666,77	228.550,05
50	46189726000115	Itapuí	722.216,82	846.089,61	-123.872,79

51	44447126000184	Itapura	722.216,82	615.073,96	107.142,86
52	46634390000152	Itararé	722.216,82	615.073,96	107.142,86
53	46578522000176	Itariri	722.216,82	555.715,23	166.501,59
54	50122571000177	Itatiba	722.216,82	779.012,80	-56.795,98
55	46313714000150	Itirapina	722.216,82	615.073,96	107.142,86
56	45780061000157	Itupeva	722.216,82	1.000.455,21	-278.238,39
57	46710422000151	Ituverava	722.216,82	615.073,96	107.142,86
58	50387844000105	Jaboticabal	722.216,82	385.856,39	336.360,43
59	46694139000183	Jacareí	722.216,82	1.090.273,96	-368.057,14
60	46582185000190	Jacupiranga	722.216,82	688.917,54	33.299,28
61	45131885000104	Jales	722.216,82	1.035.402,30	-313.185,48
62	45780079000159	Jarinu	722.216,82	615.073,96	107.142,86
63	46195079000154	Jaú	722.216,82	1.037.110,24	-314.893,42
64	45780103000150	Jundiaí	722.216,82	973.685,24	-251.468,42
65	46585964000140	Juquiá	722.216,82	615.073,96	107.142,86
66	46523155000103	Juquitiba	722.216,82	614.518,25	107.698,57
67	46634606000180	Laranjal Paulista	722.216,82	615.073,96	107.142,86
68	45200029000155	Lavrinhas	722.216,82	615.073,96	107.142,86
69	46200846000176	Lençóis Paulista	722.216,82	1.090.660,89	-368.444,07
70	45132495000140	Limeira	722.216,82	927.700,66	-205.483,84
71	44531788000138	Lins	722.216,82	779.102,51	-56.885,69
72	46523163000150	Mairiporã	722.216,82	1.025.157,51	-302.940,69
73	44477909000100	Marília	722.216,82	615.073,96	107.142,86
74	44855443000130	Martinópolis	722.216,82	1.090.731,10	-368.514,28
75	46935110000146	Mendonça	722.216,82	615.073,96	107.142,86
76	45353307000104	Miguelópolis	722.216,82	885.023,84	-162.807,02
77	46199253000137	Mineiros do Tietê	722.216,82	522.381,11	199.835,71
78	45116290000171	Mira Estrela	722.216,82	615.073,96	107.142,86
79	46583654000196	Miracatu	722.216,82	1.044.791,45	-322.574,63
80	46523270000188	Mogi das Cruzes	722.216,82	728.381,46	-6.164,64
81	45332095000189	Mogi Mirim	722.216,82	612.728,73	109.488,09
82	51816247000111	Monte Alto	722.216,82	1.090.899,23	-368.682,41
83	46643482000107	Monteiro Lobato	722.216,82	1.086.989,95	-364.773,13
84	45279643000154	Nazaré Paulista	722.216,82	615.073,96	107.142,86
85	45152139000199	Novo Horizonte	722.216,82	615.073,96	107.142,86
86	45351749000111	Orlândia	722.216,82	768.493,37	-46.276,55
87	01611213000112	Ouroeste	722.216,82	615.073,96	107.142,86
88	46609731000130	Palmeira do Oeste	722.216,82	615.073,96	107.142,86
89	44918712000160	Panorama	722.216,82	806.533,20	-84.316,38
90	46643474000152	Paraibuna	722.216,82	615.073,96	107.142,86
91	46634150000158	Pardinho	722.216,82	901.487,64	-179.270,82
92	45318185000115	Patrocínio Paulista	722.216,82	615.073,96	107.142,86
93	44918928000125	Paulicéia	722.216,82	611.044,37	111.172,45
94	45150166000122	Paulo de Faria	722.216,82	615.073,96	107.142,86
95	46410775000136	Pedreira	722.216,82	615.073,96	107.142,86
96	64614381000181	Pedrinhas Paulista	722.216,82	615.073,96	107.142,86
97	46634457000159	Piedade	722.216,82	615.073,52	107.143,30
98	45279627000161	Piracaia	722.216,82	615.073,96	107.142,86
99	46523007000199	Pirapora do Bom Jesus	722.216,82	615.073,96	107.142,86
100	46137451000176	Piratininga	722.216,82	918.584,44	-196.367,62
101	46227849000101	Pongáí	722.216,82	615.073,96	107.142,86
102	45339363000194	Porto Ferreira	722.216,82	615.073,96	107.142,86
103	46670931000106	Queluz	722.216,82	615.073,96	107.142,86
104	44935278000126	Rancharia	722.216,82	615.073,96	107.142,86
105	45685872000179	Registro	722.216,82	615.073,81	107.143,01
106	67360446000106	Ribeirão Grande	722.216,82	673.862,66	48.354,16
107	45318995000171	Rifaina	722.216,82	614.503,96	107.712,86
108	45162864000148	Riolândia	722.216,82	615.073,96	107.142,86
109	67662452000100	Rosana	722.216,82	615.073,96	107.142,86

110	45135043000112	Rubinéia	722.216,82	615.073,96	107.142,86
111	44534089000141	Sabino	722.216,82	785.353,99	-63.137,17
112	46613196000190	Sales	722.216,82	615.073,96	107.142,86
113	45135530000185	Santa Albertina	722.216,82	615.073,96	107.142,86
114	46694121000181	Santa Branca	722.216,82	853.173,21	-130.956,39
115	45135944000104	Santa Clara do Oeste	722.216,82	615.073,96	107.142,86
116	46231890000143	Santa Cruz do Rio Pardo	722.216,82	796.617,72	-74.400,90
117	56900848000121	Santa Isabel	722.216,82	614.003,71	108.213,11
118	45302130000117	Santo Antonio da Alegria	722.216,82	615.073,96	107.142,86
119	46439113000199	Santo Expedito	722.216,82	642.006,20	80.210,62
120	46523239000147	São Bernardo do Campo	722.216,82	523.010,34	199.206,48
121	46429379000150	São João da Boa Vista	722.216,82	615.073,96	107.142,86
122	45741659000137	São José do Rio Pardo	722.216,82	886.644,37	-164.427,55
123	46634523000190	São Manoel	722.216,82	614.455,60	107.761,22
124	46634333000173	São Miguel Arcanjo	722.216,82	780.505,14	-58.288,32
125	45369220000125	São Simão	722.216,82	615.073,96	107.142,86
126	45371820000128	Sertãozinho	722.216,82	1.031.421,07	-309.204,25
127	46587275000174	Sete Barras	722.216,82	1.217.212,51	-494.995,69
128	45746120000170	Sud Menucci	722.216,82	615.073,96	107.142,86
129	71989685000199	Tabatinga	722.216,82	615.073,96	107.142,86
130	46373445000118	Tambaú	722.216,82	615.068,62	107.148,20
131	46634465000103	Tapiraí	722.216,82	615.073,96	107.142,86
132	46634564000187	Tatuí	722.216,82	361.108,44	361.108,38
133	46223715000104	Timburi	722.216,82	615.074,56	107.142,26
134	46364220000103	Torrinha	722.216,82	1.090.899,23	-368.682,41
135	46601944000115	Três Fronteiras	722.216,82	615.073,96	107.142,86
136	65708786000141	Ubarana	722.216,82	933.560,60	-211.343,78
137	45111952000110	Uchoa	722.216,82	615.073,96	107.142,86
138	46599833000111	Valentim Gentil	722.216,82	515.053,81	207.163,01
139	46634051000176	Votorantim	722.216,82	615.073,96	107.142,86
140	46599809000182	Votuporanga	722.216,82	615.073,96	107.142,86
Total			101.110.355,00	100.692.834,24	417.520,76

Ação 6220 – Gerenciamento de Projetos dos Municípios Estâncias e de Interesse Turísticos

Destina-se a dar suporte técnico e administrativo ao DADETUR, com recurso orçamentário/financeiro para despesas com pessoal e encargo, despesas correntes com benefícios assistenciais, diárias, passagens e locomoção, auxílio transporte bem como, aportar recursos para o acompanhamento técnico e contábil dos convênios, inclusive com vistorias técnicas, elaboração de relatórios de medição e prestação de contas, relacionados aos convênios firmados com os Municípios Estâncias Turísticas e de Interesse Turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística do estado de São Paulo fechará o ano de 2021 com um crescimento de 9,1% no PIB do turismo, totalizando o valor de R\$ 223,9 bilhões em preços constantes de 2020. Após a queda de -19,8% no PIB do turismo no ano anterior em razão da pandemia, o turismo de São Paulo entra em uma dinâmica positiva, com projeção de outros 10,6% de crescimento em 2022.

O número de turistas no estado deverá totalizar 37,6 milhões em 2021, o que já é 85% do movimento de 2019, quando houve um pico de 44 milhões de turistas. Em relação a 2020, um crescimento de 35%, verificado principalmente no segundo semestre.

Durante o ano de 2021 serão criados 65 mil empregos formais diretos no turismo no estado de São Paulo, recuperando 50,8% dos 128 mil empregos perdidos durante 2020, sendo que no ano de 2022 deverão ser criados 70 mil empregos.

No ano de 2021 o movimento de veículos com destino as 10 principais cidades turísticas do Estado de São Paulo (Aparecida, São Paulo, Santos, Ilhabela, Campos do Jordão, Campinas, Ribeirão Preto, Olímpia, Brotas e Eldorado) já ultrapassará o movimento de 2019 em 6%, com 1,3 bilhão de veículos. Em 2020, o movimento havia caído a 1 bilhão de veículos.

Já o movimento de passageiros domésticos em aeroportos deve fechar em torno de 50 milhões (80% do movimento de 2019 e +65% superior a 2020), sendo que o volume internacional permanece cerca de 30% do movimento de 2019, devido às restrições, um movimento de 4 milhões de passageiros, equivalente ao de 2020.

Nos terminais rodoviários da capital paulista (Jabaquara, Barra Funda e Tietê) o ano de 2021 deve terminar com aproximadamente 9 milhões de desembarques, o que representará 57% do movimento registrado em 2019 (15,7 milhões) e 120% de 2020 (7,5 milhões).

A ocupação hoteleira em 2021 deve fechar em torno de 38%, resultado superior a 2020 (26,7%), mas ainda inferior à média de 65% obtida em 2019. Já na capital paulista, o índice deve ficar em torno de 40%, sendo que em 2020, a ocupação dos meios de hospedagem da cidade de São Paulo ficou em 28% e em 2019, 68%.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria Geral do Estado

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

40000 - Procuradoria Geral do Estado

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	1.307.261.956,00	1.664.383.224,00	1.600.677.475,05	13.849.172,83	1.614.526.647,88	1.609.044.106,65
Pessoal e Encargos Sociais	417.917.393,00	413.127.393,00	398.747.835,88	0,00	398.747.835,88	406.657.267,99
Outras Despesas Correntes	889.344.563,00	1.251.255.831,00	1.201.929.639,17	13.849.172,83	1.215.778.812,00	1.202.386.838,66
Despesas de Capital	21.960.008,00	6.602.708,00	1.499.673,80	1.495.750,00	2.995.423,80	1.441.817,62
Investimentos	21.959.998,00	6.602.698,00	1.499.673,80	1.495.750,00	2.995.423,80	1.441.817,62
Inversões Financeiras	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.329.221.964,00	1.670.985.932,00	1.602.177.148,85	15.344.922,83	1.617.522.071,68	1.610.485.924,27

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

40000 - Procuradoria Geral do Estado

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - ENCARGOS GERAIS	800.000.000,00	1.133.486.376,00	1.132.243.676,00	0,00	1.132.243.676,00	1.131.815.930,30
Despesas Correntes	780.000.000,00	1.130.843.676,00	1.130.843.676,00	0,00	1.130.843.676,00	1.130.425.822,78
Despesas de Capital	20.000.000,00	2.642.700,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	1.390.107,52
4001 - ADVOCACIA DO ESTADO	495.973.969,00	504.251.561,00	465.486.462,79	15.093.694,12	480.580.156,91	474.002.461,66
Despesas Correntes	494.056.381,00	500.333.973,00	465.386.788,99	13.597.944,12	478.984.733,11	473.950.751,56
Despesas de Capital	1.917.588,00	3.917.588,00	99.673,80	1.495.750,00	1.595.423,80	51.710,10
4004 - CENTRO DE ESTUDOS	33.247.995,00	33.247.995,00	4.447.010,06	251.228,71	4.698.238,77	4.667.532,31
Despesas Correntes	33.205.575,00	33.205.575,00	4.447.010,06	251.228,71	4.698.238,77	4.667.532,31
Despesas de Capital	42.420,00	42.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.329.221.964,00	1.670.985.932,00	1.602.177.148,85	15.344.922,83	1.617.522.071,68	1.610.485.924,27

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 4001 - Advocacia do Estado

Gestão eficiente da PGE e defesa do estado, ampliar a cobrança de créditos e a inteligência fiscal, diminuir a litigiosidade, mapear áreas de interesse do estado, informar questões pacificadas na jurisprudência e fontes de passivos contingentes, consolidar a advocacia da administração indireta. Ampliar o quadro de Procuradores e de apoio. Instituir mecanismos de incentivos por produção.

Indicador de Resultado: 897- Número de Processos em acompanhamento pelo Contencioso Geral

Meta: 1.100.000

Execução: 970.490

Justificativa: A instituição mantém as políticas de redução de litigiosidade, buscando evitar, quando possível, litígios judiciais e abreviação dos litígios com menor perspectiva de êxito. Destaca-se que no segundo semestre de 2020 o Contencioso Geral realizou um saneamento de sua base de processos, por meio de uso de ferramentas tecnológicas para identificação mais precisa do número de processos em andamento. Essa medida permitiu arquivar 278.611 processos, o que explica a queda para o patamar atual e reflete de maneira mais fiel as medidas adotadas pela instituição para redução de litigiosidade.

Indicador de Resultado: 1096 - Índice de Recuperação da Dívida Ativa

Meta: 1,95%

Execução: 2,17%

Justificativa: O índice reflete os bons resultados da arrecadação total do exercício sobre estoques administrados em razão de potencial arrecadatário. Em outras palavras, com a expressiva arrecadação realizada acima do esperado em 2021 e a contínua administração de estoques, o índice superou a meta inicialmente prevista.

Indicador de Resultado: 2269 - Número de Pareceres Jurídicos Emitidos

Meta: 16.000

Execução: 14.619

Justificativa: O resultado continua a refletir as atividades de assessoramento jurídico feito pela área consultiva e as medidas de racionalização de trabalho, como a emissão de notas técnicas e pareceres referenciais, reduzindo o número de pareceres para casos específicos, bem como o impacto nas atividades da Administração em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, já se vislumbrando, contudo, o aumento, com relação ao período anterior, das demandas submetidas às Consultorias Jurídicas pelas Secretarias e Autarquias. Sob tal aspecto, é importante destacar que o cumprimento da meta da área da Consultoria quanto à emissão de pareceres é diretamente influenciado pelo número de processos/expedientes administrativos que as Secretarias e Autarquias encaminham aos respectivos órgãos jurídicos para análise e manifestação.

Ação 6194 – Contencioso Geral

Manter ou reduzir a taxa de crescimento atual dos processos acompanhados pelo Contencioso Geral (considerando que há um aumento da quantidade de processos em decorrência da maior facilidade de acesso ao judiciário); aumentar o número de orientações para abstenção de interposição de recursos; criar comitê de monitoramento e núcleo de apoio; expedir boletins eletrônicos informativos; propor alteração de orientação jurídica da administração; celebrar acordos judiciais ou termos de ajustamento de conduta em matérias relevantes de políticas públicas; propor alteração legislativa, entre outras.

Indicador de Produto: 1677 - Celebração de Acordos Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta

Meta: 30

Execução: 70

Justificativa: Com as medidas de prevenção à Covid19, adotaram-se medidas tecnológicas que facilitaram a negociação de acordos, o que justifica o aumento de acordos celebrados.

Indicador de Produto: 882 - Número de abstenção de interposição de recursos

Meta: 80.000

Execução: 88.968

Justificativa: O número ficou próximo do esperado. Em 2021 foi editada mais uma orientação normativa autorizando dispensa de recursos e, adicionalmente, o Poder Judiciário proferiu mais decisões sujeitas à abstenção pela PGE.

Indicador de Produto: 2867- Cálculos realizado por Contadores

Meta: 12.400

Execução: 21.668

Justificativa: Verifica-se aumento da quantidade de laudos em relação ao esperado. Tal aumento se verifica principalmente pela abreviação da fase de conhecimento em razão das políticas de redução

de litigiosidade, bem como o início de execuções individuais de ações coletivas nas quais a Fazenda Pública restou vencida.

Ação 5832 - Mapeamento de Áreas de Interesse do Estado

Ampliação do mapeamento das áreas de interesse do Estado, especialmente em processos judiciais, por meio do geoprocessamento e da reestruturação do Centro de Engenharia e de Cadastro Imobiliário; identificação e acompanhamento dos processos que sejam fonte de "passivo contingente".

Indicador de Produto: 2923 - Manifestações Técnicas Produzidas

Meta: 25

Execução: 3

Justificativa: Os serviços do Laboratório de Geoprocessamento foram retomados apenas em meados de outubro/2021 com a nomeação de um servidor para exercer cargo em comissão. Espera-se que com a contratação de mais quatro geógrafos terceirizados em 2022 a meta volte novamente a ser alcançada.

Indicador de Produto: 1150 - Número de Áreas de Interesse do Estado Identificadas

Meta: 140

Execução: 4

Justificativa: Os serviços do Laboratório de Geoprocessamento foram retomados apenas em meados de outubro/2021 com a nomeação de um servidor para exercer cargo em comissão. Espera-se que com a contratação de mais quatro geógrafos terceirizados em 2022 a meta volte novamente a ser alcançada.

Ação: 6193 – Contencioso Tributário-Fiscal

Planejamento de atuação administrativa e judicial, por segmento de devedores, por segmento econômico e por situação processual, conforme potencial de devedores do Estado para pagamento de dívidas.

Indicador de Produto: 1634 - Total da Arrecadação da Dívida Ativa

Meta: 2,9 bilhões

Execução: 3,31 bilhões

Justificativa: O resultado acima da meta deve-se (i) à arrecadação de inscrições de IPVA de 2018 a 2020, que estavam represados na Secretaria de Fazenda e Planejamento; (ii) às transações tributárias e à ampliação das hipóteses de parcelamento; (iii) mutirões para levantamentos de depósitos judiciais e reorganização da atuação judicial e administrativa. Convém lembrar que a arrecadação de 2021 enfrentou dificuldade adicional decorrente da alta dos juros, por política monetária ativa para enfrentamento da inflação. Com o aumento dos juros, o valor da dívida sobe, tornando a recuperação ainda mais difícil, sobretudo em período de baixa atividade e da renda.

Indicador de Produto: 2857- Razão de Recuperação Presente da Dívida Ativa

Meta: 1,92%

Execução: 4,01%

Justificativa: O índice acima do esperado deve-se à realização de receitas de dívidas recentemente inscritas, sobretudo pelas inscrições de IPVA de 2018 a 2020, que estavam represadas. Como o índice mostra o valor das receitas obtidas com dívida ativa em 2021 em relação ao valor das inscrições totais do mesmo período, o índice do exercício findo acabou por refletir arrecadação que deveria ter sido realizada em exercícios anteriores.

Ação: 5841 – Consultoria e Assessoria Jurídica

Orientação nos atos dos gestores públicos; elaboração de pareceres jurídicos; oferta de assessoria jurídica; disponibilização do acervo de pareceres; racionalização das atividades desenvolvidas; exercício da presidência de procedimentos disciplinares.

Indicador de Produto: 2037- Procedimentos Disciplinares Presididos

Meta: 6741

Execução: 4.786 (polaridade do indicador: quanto menor, melhor)

Justificativa: O cumprimento da meta da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares quanto ao controle de evolução do saldo de processos presididos decorre de uma relação entre a distribuição (número de apurações preliminares que as Secretarias de Estado e Autarquias concluem e encaminham para processamento) e a produtividade (número de processos concluídos). Desde o início das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 registrou-se sensível diminuição na distribuição, o que possibilitou, pela excepcionalidade do momento, redução do saldo de procedimentos disciplinares presididos, mesmo diante da queda de produtividade das Unidades Processantes. A produtividade segue em queda pela contínua redução do quadro funcional, em razão de aposentadorias e exonerações.

Ação 5892 – Manutenção e Modernização Tecnológica

Desenvolvimento e licenciamento de sistemas de suporte à atuação da Procuradoria Geral do Estado, bem como manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, com suporte técnico e operacional dos dispositivos e equipamentos de informática e de rede, inclusive, mas não se limitando aos de proteção, como antivírus e firewall; além da expansão e renovação do parque de informática por meio da aquisição de equipamentos e softwares.

Indicador de Produto: 2887 - Equipamentos Adquiridos

Meta: 1.300

Execução: 8

Justificativa: Em 2021, foi preciso substituir o parque tecnológico de servidores e demais equipamentos que controlam a rede local no Gabinete do Procurador Geral do Estado. Por se tratar de produtos sofisticados, com elevado valor agregado, os recursos disponíveis foram consumidos com poucos equipamentos. No presente exercício, a renovação do Parque será garantida pela locação de equipamentos, que já está sendo providenciada.

Indicador de Produto: 2889 - Número de Sistemas Corporativos

Meta: 17

Execução: 17

Justificativa: Os sistemas previstos foram implementados ao longo de 2021. Atualmente temos os seguintes sistemas em produção: 1-) PGE.Net - Sistema de Acompanhamento Processual 2-) Precatórios - Acompanhamento dos Precatórios Judiciais 3-) Execução Fiscal - Acompanhamento Dos Feitos Executivos 4-) Sistema da Dívida Ativa - Controle e Gerenciamento da Dívida Ativa Estadual 5-) Office 365 - Correio Eletrônico e Plataforma de Colaboração Corporativa 6-) IBM Watson – Inteligência Artificial 7-) Docflow - Gerenciador Eletrônico de Documentos 8-) Folha de Pagamentos 9-) Almoxarifado 10-) Infoconv – Consulta Integrada de Dados da Secretaria da Receita Federal 11-) Antivírus 12-) Pesquisa de Intimações 13-) PEP - Programa de Parcelamento Incentivado 14-) Serpro - Consulta Manual de Informações de Pessoas Físicas e Jurídicas - Base Estendida 15-) Sistema Attornatus – Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos 16-) Integração pelo MNI Com Justiça do Trabalho – MNI 17-) Integração com Justiça Militar – MNI.

Avaliação de Desempenho do Programa 4001 - Advocacia do Estado:

A Procuradoria Geral do Estado está sempre buscando o aperfeiçoamento da advocacia pública, na tentativa de torná-la cada vez mais eficiente. Nesse sentido, por meio de mecanismos de inteligência fiscal, busca-se a cobrança mais efetiva dos créditos tributários. No âmbito do Contencioso Geral, apesar do crescimento exponencial do número de processos judiciais, há amplo estudo da jurisprudência dos tribunais, de forma a permitir uma atuação focada em casos de maior importância, bem como a desistência em processos judiciais com jurisprudência consolidada contrária ao Estado. No âmbito da área da Consultoria, destacam-se as medidas de racionalização do fluxo de trabalho, com substancial diminuição de análise de casos repetitivos, direcionando o trabalho dos Procuradores Consultores a atividades mais complexas.

Programa 4004 - Gestão do Centro de Estudos

Treinar, formar e capacitar procuradores e servidores, e divulgar as publicações do Centro de Estudos.

Indicador de Resultado: 724 - Carga horária média de cursos de aperfeiçoamento de Procuradores e servidores

Meta: 12

Execução: 18

Justificativa: Os cursos realizados no formato virtual propiciaram maior participação de interessados.

Indicador de Resultado: 3475 - Satisfação com relação aos cursos oferecidos

Meta: 65%

Execução: 75,8%

Justificativa: Esse percentual considerou apenas a nota "Excelente".

Ação 5836 - Aprimoramento, Formação Continuada e Difusão do Conhecimento Jurídico

Aprimoramento Profissional e Cultural dos Procuradores, Servidores e Estagiários; difusão do conhecimento jurídico entre profissionais e especialização da advocacia estatal.

Indicador de Produto: 2464 - Número de Certificados Expedidos

Meta: 1.200

Execução: 5.371

Justificativa: Os cursos realizados no formato virtual propiciaram maior participação de interessados.

Indicador de Produto: 781 - Número de turmas formadas nos cursos da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado

Meta: 1

Execução: 1

Justificativa: Há três cursos em andamento e uma turma finalizada em 2021.

Indicador de Produto: 3495 - Número de publicações do Centro de Estudos e da Escola Superior da PGE com classificação Qualis

Meta: 2

Execução: 0

Justificativa: Não foi possível realizar a inscrição da Revista da ESPGE para avaliação pelo CAPES.

Avaliação de Desempenho do Programa 4004 - Centro de Estudos:

O ano de 2021 propiciou estruturação das alterações havidas em 2020 nas atividades do Centro de Estudos. O sucesso da realização remota das aulas da Escola, de palestras de capacitação e de reuniões de Núcleos de Estudos propiciou sua continuidade nesse ambiente, com a utilização da plataforma Microsoft-TEAMS disponibilizada pela Prodesp.

ATIVIDADES DESEMPENHADAS EM 2020

PRINCIPAIS DESTAQUES DAS ATIVIDADES E DADOS QUANTITATIVOS E ANÁLISE DE DADOS SETORIAIS

1. ÁREA DO CONTENCIOSO GERAL

1.1. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, DE REESTRUTURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA ÁREA DO CONTENCIOSO GERAL

1.1.1. TRT'S DAS 2ª E 15ª REGIÕES – INTEGRAÇÃO PJE-PGE.NET - MNI

Foi concluída a integração do sistema de controle de processos da PGE (PGE.net) com o sistema de tramitação de processos eletrônicos adotado pelo Tribunal Regional mencionados (PJe), feita por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI. Essa integração garante aos Procuradores do Estado melhor produtividade, assim como maior segurança, no tocante aos processos que tramitam junto ao referido Tribunal. Tendo sido confirmado o êxito da medida e a sua viabilidade técnica, foram iniciadas tratativas para adoção de semelhante solução no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

1.1.2. RACIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO DE MATÉRIA EM QUE O ESTADO É REITERADAMENTE VENCIDO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, AUTORIZANDO A DISPENSA DE RECURSOS.

Edição de 1 orientação normativa autorizando a dispensa de interposição de recursos versando sobre tema em que o Poder Judiciário já consolidou entendimento desfavorável à postura adotada pelo Estado.

1.1.3. ORIENTAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DE ATUAÇÃO

Edição de 3 Comunicados e 1 Portaria conferindo orientação à atuação dos Procuradores do Estado sobre os mais variados temas, evitando dúvidas quanto à forma ou ao conteúdo da linha de defesa do Estado e uniformizando a atuação institucional.

1.2. DECISÕES JUDICIAIS RELEVANTES

O ano se mostrou especialmente desafiador para a área do Contencioso Geral da PGE, em virtude da continuidade da pandemia causada pelo COVID-19.

Foram propostas centenas ações diretamente relacionadas à pandemia do COVID-19, destinadas a questionar as medidas adotadas pelo Estado ou a impor a esse a adoção de medidas supostamente mais adequadas, inclusive no tocante ao funcionamento dos seus órgãos.

Essas ações demandaram uma atuação proativa e célere, voltada a evitar o deferimento de liminares ou, quando isso ocorria, destinada a promover a cassação/suspensão das liminares deferidas, de maneira a garantir a prevalência das medidas adotadas pelo Estado de São Paulo, permitindo a esse atuar de maneira coordenada e sistêmica.

Apesar dos desafios que se impuseram, muitas vitórias foram obtidas.

Assim, segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela PGE, destacadas seja porque viabilizaram a concretização de políticas públicas traçadas pelo Estado, tais como aquelas relacionadas ao combate da pandemia de COVID-19, seja porque importaram em significativa economia de recursos financeiros ao erário estadual ou, ainda, evitaram graves danos à Administração Pública, sistematizadas por tema:

1.2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

- Suspensão de liminar no Supremo Tribunal Federal – STF de decisão que permitia aos restaurantes funcionar na modalidade take and drive durante o período da fase emergencial da pandemia de COVID-19, contrariando o Decreto Estadual e as diretrizes sanitárias fixadas pela Administração.
- Obtenção de tutela antecipada em ação civil pública proposta contra operadoras de planos de saúde com a finalidade de compelir essas a apresentar documentos que fundamentem os reajustes repassados aos usuários.
- Reversão, em agravo de instrumento, de liminar que autorizava grande rede de lojas de departamento e material de escritório a funcionar de forma contrária ao estabelecido no Plano São Paulo no contexto da epidemia de COVID-19.
- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público que visava impor ao Estado adoção de medidas fiscalizatórias diante da alegada omissão de Municipalidade.
- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, na qual se pretendia que o estado fosse responsável pelo financiamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU no Município de São Paulo, a despeito da regulamentação interna dos entes atribuir a responsabilidade exclusivamente ao Município.
- Reversão de liminar que alterava prazo para consulta de interessados em procedimento deflagrado pela ARSESP, relativo à política tarifária de gás de indústrias, interferindo no planejamento estatal e no cronograma de conclusão do procedimento, com impacto tarifário para todo o Estado.
- Sentença de improcedência em ação civil pública que visava alterar a política financiamento de moradia dos programas habitacionais da CDHU para todo o Estado de São Paulo.
- Reversão, em sede de agravo de instrumento, de liminar deferida em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública e por outras Associações, que interferia no procedimento administrativo referente à extinção da CDHU.
- Reversão, em sede de agravo de instrumento, de liminar deferida em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, que determinava alterações compulsórias nas instalações do fórum do Município de Francisco Morato.

- Sentença de improcedência em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho com a finalidade de interditar unidade administrativa do DETRAN/SP.

1.2.2. SISTEMA PENITENCIÁRIO

- Acórdão reconhecendo a procedência de Ação Rescisória ajuizada pelo Estado de São Paulo para desconstituir acórdão que havia limitado a custódia de detentos em Unidade Prisional na cidade de Osasco, em prejuízo à administração do sistema prisional.
- Decisões favoráveis em mandados de segurança e ação cível ajuizada por Sindicato, viabilizando o prosseguimento do certame licitatório destinado à construção de unidades prisionais em regime de cegonha.
- Suspensão de liminar que impedia a inauguração de penitenciária com ala de progressão localizada em rodovia do Estado, impactando no sistema prisional e na lotação carcerária.
- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual no qual se pleiteava a alteração das equipes mínimas de saúde nas unidades prisionais do Estado, com a contratação de centenas de profissionais de saúde.
- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a finalidade de alterar a sistemática estabelecida pela Secretaria da Administração Penitenciária – SAP para o fornecimento de lanches/refeições aos presos transportados para participação em audiências.

1.2.3. EDUCAÇÃO

- Sentença favorável em processo em que o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP discutia o processo de atribuição de aulas ACD - Atividades Curriculares Desportivas para o ano de 2021, interferindo no planejamento da Secretaria da Educação.
- Suspensão de liminar em ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, que impedia a retomada parcial das aulas presenciais em desacordo com o estabelecido no Plano São Paulo e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
- Sentença de improcedência em ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP com a finalidade de questionar os mecanismos de controle de frequência da categoria no regime de teletrabalho.
- Suspensão de liminar que interferia na convocação de professores para aulas presenciais, interferindo na política estadual de retomada das aulas e causando prejuízos ao sistema de ensino.
- Acórdão favorável em ação popular ajuizada com finalidade de alterar os critérios para matrículas em cursos técnicos do Centro Paula Souza.

1.2.4. DEFESA DO ERÁRIO

- Decisão favorável no Supremo Tribunal Federal – STF, reconhecendo a impossibilidade de fracionamento de honorários advocatícios em execuções individuais, sob pena de burla ao art. 100, §8º, da Constituição Federal.
- Obtenção de efeito suspensivo em recurso especial para obstar o depósito de aproximadamente R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais) em precatório no qual o Estado discute o débito em ação rescisória.
- Suspensão, em agravo de instrumento, de liminar que obrigava o Estado a efetuar repasses em convênio em que se verificou a existência de irregularidade.
- Decisão favorável em ação ajuizada pelo Estado em face de Instituto, condenando esse a restituir valores de doações que captou utilizando indevidamente o nome de projeto social do Estado.
- Acórdão favorável em ação ajuizada em defesa dos interesses do DETRAN/SP, buscando impedir a utilização indevida do logotipo da autarquia em mensagens publicitárias veiculadas por particulares.
- Obtenção de medida liminar para suspensão de sites que utilizavam indevidamente nome e siglas do Tribunal de Justiça do Estado.
- Acórdão favorável em ação indenizatória na qual se pleiteava que o Estado fosse compelido a ressarcir custos com internação particular em virtude da pandemia de COVID-19.

- Sentença de improcedência em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual com a finalidade de condenar do Estado ao pagamento de indenização em virtude de participação de menores fantasiados em desfile ocorrido em homenagem à revolução constitucionalista.

1.2.5. RECURSOS HUMANOS

- Reversão de liminar deferida em ação direta de inconstitucionalidade, que impedia a aplicação, pela Polícia Civil, de dispositivos da Portaria DGP n. 29/2020, relativos ao sistema disciplinar dos Policiais Militares.

- Decisão favorável em agravo de instrumento interposto para cassar liminar que intervia na gestão da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, determinando que o afastamento de servidores em virtude de contaminação por COVID-19 fosse considerado como decorrente de doença ocupacional.

- Suspensão de liminar deferida no âmbito da Justiça do Trabalho, que interferia na gestão do PROCON/SP, impedindo o trabalho presencial de servidores e regime de fiscalização no contexto da pandemia de COVID-19.

- Acórdão favorável em mandado de segurança coletivo impetrado com a finalidade de obter o reconhecimento do direito à aposentadoria especial em favor a toda a categoria de Diretores de Escola.

- Decisões favoráveis em inúmeras ações individuais e coletivas ajuizadas com a finalidade de afastar a aplicação da Lei Complementar nº 173/20.

- Sentenças favoráveis em ações coletivas ajuizadas por entidades sindicais e associativas com a finalidade de permitir a migração dos servidores "antigos" para o regime de previdência complementar.

- Suspensão de liminar que obstava o retorno de servidores públicos do Tribunal de Justiça a funções presenciais, resultando em prejuízos à prestação jurisdicional no Estado.

- Acórdão favorável em ação que pretendia o reconhecimento da nulidade do Decreto Estadual que restringia o gozo de licença-prêmio no período da pandemia em favor dos Pesquisadores do Estado de São Paulo.

- Acórdão favorável em agravo de instrumento para reconhecer a inexigibilidade de título executivo formado em ação civil coletiva que concedia a servidores militares o direito ao recálculo de URV.

- Acórdão confirmando sentença de improcedência proferida em ação coletiva ajuizada por associação de servidores militares buscando a condenação do Estado no pagamento de revisão geral anual para seus associados.

- Decisão favorável em ação rescisória ajuizada pelo Estado para desconstituir o acórdão que determinava reajuste de URV em favor de servidores do Poder Judiciário.

- Sentença de improcedência em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado com a finalidade de que fossem convocados e nomeados cerca de 5 mil aprovados no concurso de Oficial Administrativo da Polícia Militar – PM realizado em 2015.

- Obtenção de decisão favorável para reverter liminar que impedia o prosseguimento de concurso escreventes do Tribunal de Justiça do Estado.

- Acórdão favorável em ADI ajuizada por Associação de Servidores Públicos que questionava lei que vincula servidores admitidos pela Lei n. 500/74 ao regime geral de previdência.

- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, no qual se pretendia alteração da sistemática de segurança de trabalho em Hospital Público Estadual.

- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual buscando a abertura de concurso de profissionais pela Secretaria de Administração Penitenciária, interferindo no planejamento estatal.

- Acórdão favorável em ação coletiva ajuizada pela APAMAGIS pleiteando pagamento valores em período de curso de formação.

- Obtenção de liminar em reclamação proposta perante o Supremo Tribunal Federal – STF para suspensão dos efeitos de acórdão do Tribunal de Justiça que autorizava a contagem do tempo de serviço, para fins de adicionais temporais e licença prêmio, do período previsto pela LC 173, bem como para determinar novo julgamento em atenção ao julgamento das ADI's ns. 6.447, 6.442, 6.450 e 6.525.

- Acórdão favorável em ação coletiva ajuizada por Sindicato de Especialistas da Educação com pedido de nomeação de candidatos aprovados e prorrogação do concurso.
- Acórdão favorável em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público com a finalidade de que o Estado fosse compelido a contratar profissionais de saúde na Comarca de Campinas, interferindo no planejamento administrativo para prestação do serviço público.
- Acórdão favorável em ação coletiva ajuizada por Sindicato de Servidores Públicos do Poder Judiciário com a finalidade de obstar descontos de auxílio alimentação e transporte durante o trabalho telepresencial.
- Obtenção de liminar em para determinar a suspensão da liberação de eventuais valores, bem como da inclusão de diferenças em folha de pagamento (apostilamento), decorrentes do cumprimento de sentença proferida em processo coletivo que beneficia os servidores do Hospital das Clínicas de Botucatu.
- Suspensão de liminar junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST para obstar a imposição de reajuste salarial a empresa pública dependente, com impacto de cerca de R\$71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais) até o final do ano.
- Acórdão favorável em mandado de segurança coletivo impetrado por Sindicato com a finalidade de impedir o procedimento de revisão do adicional de insalubridade dos servidores, iniciado pela Secretaria da Saúde em janeiro de 2020.
- Suspensão de liminar que impedia que a Secretaria da Educação aplicasse faltas aos professores não elegíveis ao teletrabalho que se recusassem a ministrar aulas presenciais na região metropolitana do Estado.
- Vitória em ação direta de inconstitucionalidade que pleiteava o afastamento da incidência da LC 173/20 quanto à contagem do tempo de serviço para várias carreiras públicas estaduais.

1.2.6. SAÚDE PÚBLICA

- Sentença de improcedência em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual pleiteando a renovação e ampliação do contrato de prestação de serviços celebrado pelo IAMSPE com a Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, interferindo no planejamento da Autarquia na prestação de serviços na região.
- Suspensão de liminar que determinava a vacinação imediata dos oficiais de justiça de Comarca do Estado, em desconformidade com o plano de vacinação definido pela Administração.
- Suspensão de liminares deferidas na Justiça Comum e na Justiça Federal, que interferiam no fornecimento de medicamentos e insumos no momento emergencial da pandemia de COVID-19, com potencial de causar e/ou agravar desequilíbrio no abastecimento nas unidades de saúde do Estado.
- Acórdão favorável confirmando decisão que reconheceu a improcedência dos pleitos formulados em ação que buscava a contratação em Hospital Estadual, interferindo no planejamento estatal para a prestação dos serviços de saúde pública.
- Suspensão de liminar que interferia no planejamento de internações e atendimento emergencial na região de Ribeirão Preto e Brodowski durante a crise da pandemia de COVID-19.
- Suspensão de liminar que determinava a aplicação da vacina CoronaVac em criança de 4 anos de idade com comorbidade.
- Obtenção de efeito suspensivo para agravos de instrumento interpostos contra decisões que determinaram o fornecimento do medicamento Risdipam por tempo indeterminado, de custo anual de aproximadamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Suspensão, em sede de agravo de instrumento, de decisão liminar que resultava em alteração do plano estadual de vacinação em Município do Estado.
- Suspensão de liminar deferida em ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado, que determinava a vacinação de todos os presos do Estado, independente da idade, alterando o plano estadual de vacinação.

1.2.7. TRANSPORTES

- Suspensão de liminar em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual que determinou a manutenção da isenção de pagamento de transporte aos maiores de 60 anos, com a reestabelecimento do Decreto Estadual nº 65.414/2020.

- Acórdão favorável em ação de reequilíbrio econômico financeiro ajuizada por concessionária de serviço público de rodovias, com impacto estimado de aproximadamente R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
- Suspensão junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ de liminar que determinava a interrupção das obras de ampliação da linha 17 (ouro) do Metro de São Paulo.
- Sentença de improcedência em ação popular que questionava delegação de atividades no âmbito da Administração Pública pela ARTESP.
- Acórdão favorável em ação civil pública movida inicialmente por Sindicato e depois encampada pelo Ministério Pública Estadual, que buscava alterar a sistemática de concessão do Corredor Marechal Rondon.
- Acórdão favorável em processo judicial que validou decisão administrativa que impôs a concessionária de serviço público o dever de reparos em malha rodoviária.
- Acórdão favorável em ação em que se pleiteava o reequilíbrio econômico de contrato de concessão em virtude da greve de caminhoneiros.
- Reversão, em sede de agravo de instrumento, de liminar que obstava prosseguimento de licitação da ARTESP para concessão de rodovia na região do Município de Mogi das Cruzes.
- Sentença favorável em ação popular que reconheceu a validade de procedimento adotado pela Administração para regular o serviço de transporte público coletivo em regime de fretamento eventual e contínuo.
- Sentença favorável em ação em que se pleiteava invalidação de concessão de rodovia do litoral norte.
- Decisão favorável em agravo de instrumento em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual com finalidade de alterar o modelo de tarifas do Sistema Anchieta-Imigrantes.
- Reversão em segunda instância de liminar que impedia a prorrogação antecipada do Contrato de Concessão e impedia a contratação de sistema viário na região metropolitana, obstando medidas administrativas voltadas ao aprimoramento do atendimento aos usuários de serviço de transporte intermunicipal de passageiros.

1.2.8. CONTRATAÇÕES

- Sentença de improcedência em ação proposta por empresa prestadora de reboque e guarda de veículos que pleiteava reequilíbrio do contrato em virtude de alterações normativas e ônus decorrentes sofridos na execução do contrato.
- Acórdão favorável em agravo de instrumento interposto para reformar liminar que suspendia o chamamento de empresas para prestação de serviços à Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde – CROSS da Secretaria da Saúde.
- Sentença favorável em ação civil pública que questionava a licitude de pregão realizado pela Secretaria da Educação para contratação de serviço de psicologia.
- Obtenção de liminar em ação ajuizada pelo Estado para compelir contratado a providenciar a destinação adequada de material que se encontrava em instalações pertencentes à Secretaria da Saúde.
- Obtenção de liminar determinando a exclusão do nome do Estado de São Paulo do CADIN federal em virtude de divergência contratual com os Correios.
- Suspensão, junto ao Superior Tribunal Justiça – STJ, de liminar que interrompia obras estruturais e de infraestrutura para escoamento e transporte de gases liquefeitos combustíveis na região da baixada santista.
- Reversão, em sede de agravo de instrumento, de decisão que suspendia pregão eletrônico da SPPREV voltado à contratação do serviço de teleatendimento da Autarquia.
- Reversão, em sede de agravo de instrumento, de liminar que obstava o prosseguimento de procedimentos relativos à contratação de empresa especializada em monitoramento eletrônico de pessoas pela Secretaria de Administração Penitenciária – SAP.

1.2.9. MEIO AMBIENTE

- Decisão favorável em impugnação ao cumprimento de sentença em matéria de desapropriação, impedindo pagamento anual pelo Estado, com impacto imediato de R\$38.235.878,36 (trinta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos), além de parcelas sucessivas.
- Acórdão favorável em ação civil pública ambiental, ajuizada pelo Ministério Público Estadual com finalidade de obstar as obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto.
- Reversão de decisão liminar que determinava a suspensão de Decreto Estadual que transferiu atribuições administrativas e de fiscalização do extinto Instituto Florestal à Fundação Florestal, impactando na fiscalização ambiental no Estado.

1.2.10. IMPROBIDADE

- Acórdão favorável confirmando decisão que extinguiu ação de improbidade administrativa na qual se pleiteava anulação da concessão do Rodoanel Leste.

2. ÁREA DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

2.1. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE REORGANIZAÇÃO DA ÁREA

2.1.1. INTENSIFICAÇÃO DE MEIOS ADMINISTRATIVOS DE COBRANÇA

Com a promulgação da Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, o Estado regulamentou a transação para seus débitos, ranqueando-os de acordo com sua recuperabilidade.

Foram recebidos 51.605 pedidos até dezembro de 2021, no montante de R\$ 286.316.020,72, havendo a arrecadação de dR\$ 114.499.908,59 até o presente momento.

Foram implementados convênios de trocas de informação com a Jucesp e com a Serpro para melhoria de nossos cadastros de devedores, com informações cadastrais e de operação dos devedores.

2.1.2. APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

Os rumos que a tecnologia assumiu no cenário jurídico do país exigem postura proativa da PGE a fim de sempre buscar soluções tecnológicas aptas a integrar a atividade-fim dos Procuradores do Estado com as facilidades eletrônicas existentes. Desde questões relacionadas à gestão de processos até a elaboração de teses jurídicas estão no radar da área para o próximo quadriênio.

Diversos aperfeiçoamentos foram feitos no sistema eletrônico de acompanhamento processual (PGE.net), que continua sendo o principal software para essa finalidade.

Em que pesem os aperfeiçoamentos, foi contratado novo sistema de acompanhamento processual, a ser implementado em dezembro do corrente ano, em substituição ao PGEnet, objeto de item próprio.

2.1.3. LÓGICA REVERSA PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

A PGE editou a Resolução PGE nº 14/2018, determinando que a interposição de recursos aos Tribunais Superiores deve ser obrigatória em casos taxativos ou mediante prévia autorização da Chefia imediata, conforme já relatado no Relatório de Atividades de 2018.

No ano de 2021, foi atualizado o regramento interno da área do Contencioso Tributário-Fiscal, percebendo-se que os índices de recursos interpostos aos Tribunais Superiores diminuíram em 80%. Esta queda na litigiosidade é refletida internamente na redução do trabalho administrativo dos Procuradores do Estado. Isso porque, antes da aludida resolução, havia necessidade de autorização para não interposição de recurso, ao passo que agora essa autorização é desnecessária. Portanto, os percentuais de queda na litigiosidade podem ser replicados ao cotidiano dos Procuradores do Estado e representam, igualmente, redução na atividade burocrática das bancas e das Chefias envolvidas.

2.1.4. ALTERAÇÃO DE REGRAS DE PARCELAMENTOS

Com a promulgação da lei de transação, Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, permitiu-se o parcelamento de recuperações judiciais em até 84 vezes, bem como parcelamentos de ICMS ST, proibidos pela legislação anterior.

A Lei 17.293/2020 e a Resolução PGE 27/2020 estabeleceram a possibilidade de o Estado oferecer a transação para seus débitos, após classificá-los em rating próprio.

Outra inovação importante da legislação de transação foi possibilitar a definição do que é devedor contumaz, ou seja, aquele que tem uma quantidade de débitos vencidos e não pagos nos cinco anos anteriores à sua proposta de transação.

A PGE publicou 6 editais de transação no ano de 2021, dois para ICMS de empresas em recuperação judicial (Edital PTE de nº 1/2021 e 2/2021 de Recuperação Judicial). 2 de ICMS com referências em 2020 (Edital PTE de nº 3/2021 e 4/2021) , um de IPVA até 2020 (Edital PTE de nº 5/2021) e um de empresas com rating D (Edital PTE de nº 6/2021).

2.1.5. APROVEITAMENTO DE PRECATÓRIOS EM DÍVIDA ATIVA

A auto aplicabilidade do artigo 105, do ADCT da Constituição Federal, possibilitou a compensação de precatório com débitos tributários ou de outra natureza, inscritos até 25 de março de 2015. As Resoluções PGE nº 12/2018 e 5/2019 regulamentaram a matéria. Para viabilizar a oferta de precatórios, foi construído um módulo no Sistema da Dívida Ativa (SDA) que permite ao contribuinte ofertar seu precatório para pagamento de dívidas inscritas, com eventual liquidação após a homologação de acordo pelo Tribunal de Justiça.

Até dezembro de 2021, foram alocados no sistema da dívida ativa R\$ 163.430.870,53 em precatórios, dos quais R\$ 150.591.283,24 estão aproveitados em certidões de dívida ativa, aguardando a autorização do TJSP para seu aproveitamento definitivo.

2.1.6. CONVALIDAÇÃO DE CRÉDITOS DO ICMS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES SUPOSTAS POR GUERRA FISCAL (Lei Complementar 160/2017)

Em 2020, com fundamento na Resolução Conjunta SF PGE de nº 1/2019, o contribuinte pode pleitear o reconhecimento de créditos relativos ao ICMS decorrentes de operações para as quais tenham sido concedidos benefícios em desacordo com o previsto no artigo 155, § 2º, XII, g, da Constituição Federal e na Lei Complementar 24/75. Os créditos haviam sido glosados pelo Estado de São Paulo, mas foram posteriormente validados conforme rito previsto na Lei Complementar 160/2017, induzindo necessidade de novas verificações fiscais, mesmo para casos em litígio judicial. Com a regulamentação, o pedido do contribuinte possibilita a suspensão da dívida ativa questionada até decisão definitiva da Secretaria da Fazenda.

No exercício de 2021, foram cancelados 127 débitos, no montante de R\$ 1.996.116.233,16 (um bilhão, novecentos e noventa e seis milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e trinta e três reais e dezesseis centavos)

2.1.7. DECISÕES JUDICIAIS RELEVANTES

No âmbito judicial, a SUBCTF busca a identificação e combate de teses com potencial reflexo negativo para a arrecadação.

Ao longo do ano de 2021, merecem destaque as diversas decisões proferidas pelo STF, dentre as quais:

Decisão proferida no julgamento da ADI 5469 e RE 1287019, na qual o STF assentou a invalidade da cobrança, em operação interestadual envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte, do diferencial de alíquota do ICMS, na forma do Convênio nº 93/2015, ausente lei complementar disciplinadora. No caso, restou fixada a seguinte tese de repercussão geral: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais"

Não obstante o entendimento exarado, houve modulação dos efeitos da decisão, que passará a valer somente a partir de 2022, de modo que restou concedido o prazo até o fim do ano para que o Congresso discipline a questão por Lei Complementar, ressalvadas apenas as ações já em curso.

Portanto, apesar de derrotada a tese dos Estados acerca da desnecessidade de Lei Complementar, a modulação acabou evitando maiores prejuízos, salvo quanto as ações judiciais em curso.

Ainda no que tange ao DIFAL, o STF finalizou o julgamento virtual do RE 970821, tema 517 de repercussão geral (aplicação do DIFAL aos optantes do Simples), restando vencedora a tese fazendária, por maioria de votos.

O voto do Relator assentou a seguinte tese: "É constitucional a imposição tributária de diferencial de alíquota do ICMS pelo Estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos".

Também restou julgado o tema 705 de repercussão geral (RE 1003758/RO), que envolve a tributação das atividades de telecomunicações. A tese fixada foi a seguinte: "A inadimplência do usuário não afasta a incidência ou a exigibilidade do ICMS sobre serviços de telecomunicações".

Também foi julgado o RE 1293453 (tema 1130 de repercussão geral, sobre a titularidade do IRRF de pagamentos a pessoas jurídicas prestadoras de serviço), restando fixada a seguinte tese:

"Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal."

No âmbito do STJ, houve o reconhecimento da perda de objeto dos recursos especiais afetados ao Tema 987, que impedia o prosseguimento das execuções físicas ajuizadas em face de empresas em recuperação judicial. Com a desafetação, já é possível a retomada do tramite dos processos que envolvem as empresas em recuperação judicial.

No TJSP destacam-se decisões da Presidência, suspendendo liminares que pleiteavam a postergação do pagamento de tributos e a suspensão de atos de cobrança de impostos no período de pandemia, dada a necessidade de recursos orçamentários para a área da saúde e de atuação coordenada que poderia ser impactada por decisões isoladas e inoportunas.

Merece expressa menção, nesse tema, a decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça no Mandado de Injunção nº 2060586-71.2020.8.26.0000, em que a FIESP e a CIESP requeriam que o Governador do Estado normatizasse a prorrogação dos prazos de vencimento dos tributos estaduais em decorrência da crise econômica desencadeada pela pandemia COVID-19. Apesar de extinta pela falta de legitimidade das requerentes, restou evidenciado na decisão que não havia qualquer mora legislativa e que o tema era afeito à decisão do executivo, estando, portanto, no âmbito de sua decisão discricionária.

Aliás, foi o entendimento que, ao cabo, prevaleceu no julgamento do Mandado de Segurança Coletivo ajuizado pelas mesmas entidades (FIESP e CIESP), tombado sob o nº 1017036-78.2020.8.26.0053, cujo Acórdão, que manteve a sentença de improcedência, foi categórico ao afirmar: "Ainda que se considere que o pedido dos impetrantes afasta-se do instituto da moratória, a questão adentra no juízo de conveniência e oportunidade da Administração. Inexistência de ilegalidade na escolha administrativa que privilegiou a arrecadação de receitas para o combate à grave crise sanitária em detrimento das dificuldades enfrentadas pelas empresas em honrar suas dívidas."

Ainda no âmbito do TJ/SP, destaca-se a vitória obtida no julgamento conjunto das Ações Cíveis Públicas nº 1001399-53.2021.8.26.0053, interposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e nº 1004428-12.2021.8.26.0053.8.26.0053, interposta pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que buscavam, em suma, afastar a aplicação do novo regime jurídico de isenção de IPVA para proprietários de veículos portadores de deficiência física aptos a conduzi-los sem a necessidade de especial adaptação e customização, quando se decidiu faltar legitimidade aos autores para a defesa, via Ação Cível Pública, de pretensões de natureza tributária, aplicando o entendimento firmado no Tema 645 da Repercussão Geral do STF.

Prosseguindo na senda da atuação da PGE-SP na defesa das medidas adotadas pela Lei Estadual nº 17.293/2020, importa mencionar a vitória obtida no Mandado de Segurança Coletivo nº 1003524-91.2021.8.26.0053, que em sede de apelação entendeu que a internalização da redução dos benefícios

fiscais de ICMS por meio de Decreto do Executivo é legítima, tendo em vista a existência de Convênio CONFAZ (Convênio ICMS nº 42/2016).

No mesmo sentido do decidido no processo acima aludido, destaca-se a denegação da ordem no Mandado de Segurança coletivo impetrado pela Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica - Abramed, tombado sob o nº 1001628-07.2020.8.26.0228, demonstrando que a estratégia de defesa das medidas de ajuste fiscal relacionadas ao ICMS está sendo plenamente exitosa no âmbito local. Este mesmo entendimento foi também prestigiado no acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 1065314-13.2020.8.26.0053, impetrado em litisconsórcio ativo por três associações de âmbito nacional representantes de fabricantes de equipamentos médicos, no qual restou assentado a legalidade das alterações legislativas promovidas pelos Decretos Estaduais 65.254/2020 e 65.255/2020 em razão da autorização constante do Convênio Confaz 42/2016 para mitigação do benefício fiscal outrora concedido às empresas do setor.

Por fim, destaca-se vitória alcançada no Mandado de Segurança nº 1060107-33.2020.8.26.0053 impetrado pelo Sindicato dos Concessionários e distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo –

SINCOVID, no qual a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça paulista manteve sentença de primeira instância que reconheceu a possibilidade da Fazenda exigir o dever de complementação do tributo quando o valor da operação final for superior à base de cálculo de retenção, nos termos do quanto decidido pelo STF no julgamento do Tema 201 de Repercussão Geral, entendendo assim pela legalidade do art. 66-H da lei 6.374/89, trazido pela Lei Estadual 17.293/2020.

2.1.8. SISTEMA BIGDATA

O BIGDATA, contratado em 2017, é ferramenta de apoio estratégico consistente no trabalho analítico e inteligente de grandes volumes de dados, que são coletados, armazenados e interpretados por *softwares* de altíssimo desempenho. Trata-se do cruzamento de dados do ambiente interno e externo, que permite a avaliação do comportamento dos contribuintes, saúde tributária e a rápida identificação de fraudes, direcionando a tomada de decisões para a recuperação de ativos.

Em 2020, o sistema permaneceu com intenso uso, destacando-se o “Melhor endereço”, que consiste em pesquisas sobre endereços prováveis de devedores não protestados por ausência de endereço correto. O nível de acerto do programa atingiu 80%.

O sistema proporciona ainda instruir procedimentos para cobrança qualificada de devedores, direcionando esforços para contribuintes com efetivo potencial de arrecadação. O programa “Devedores Qualificados” em fase de implementação tem se mostrado importante forma de atuação na recuperação de ativos fiscais.

2.1.9 IMPLEMENTAÇÃO DO NEPE

Foram criados, pelas Portarias SUBGCTF n. 08 e 09 de 2020, modificadas pelas Portarias 15 e 16, os Núcleos a que se referem a Portaria SubGCTF 07/2019, que institui o Núcleo Estadual de Processos Eletrônicos – NEPE no âmbito do Contencioso Tributário Fiscal. Trata-se de medida que trouxe ganhos ao acompanhamento processual da área, viabilizando a um só tempo a equalização das bancas, a uniformização de procedimentos e, acima disso, a melhoria da atividade-fim do Procurador do Estado.

O NEPE tem como objetivo i) racionalizar as bancas de execução fiscal e ações antiexacionais eletrônicas propostas contra a Fazenda do Estado; ii) unificar procedimentos, traduzindo ao Judiciário uma atuação concertada e una de nossa carreira, além de buscar maior efeito arrecadatário; iii) melhorar o acompanhamento processual de Fazenda-ré, em preparo para a entrada em vigor das modificações feitas pela reforma tributária. No ano de 2021, novas adequações foram realizadas, buscando a melhor forma de atendimento do interesse público.

2.2. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL PARA RECUPERAÇÃO FISCAL – GAERFIS

Criado em 2016, o Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal (GAERFIS) é uma equipe de trabalho de caráter continuado que atua com o objetivo precípuo de combater a macrodelinquência tributária, a sonegação fiscal e a inadimplência ilícita de tributos em geral. O GAERFIS desenvolve constante atividade de recuperação do crédito tributário, fazendo-o por meio da identificação de fraude fiscal estruturada, do reconhecimento de grupos econômicos que operam ilicitamente na inadimplência tributária, da comprovação de interposição fraudulenta de pessoas (“alaranjamento”) e da demonstração de mecanismos de ocultação, esvaziamento e blindagem patrimoniais voltadas ao não recolhimento fiscal. Com vistas ao alcance desse escopo, o GAERFIS também integra o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado de São Paulo (CIRA/SP), criado em agosto de 2020, ao lado da Secretaria da Fazenda e Planejamento e do Ministério Público estadual.

Além de uma atuação distinta nos processos de execução fiscal, o GAERFIS promove, dentre outras medidas, o ajuizamento estratégico de Medidas Cautelares Fiscais e Incidentes de Desconsideração da Personalidade Jurídica objetivando o reconhecimento de responsabilidades patrimonial e tributária dos que atuam na ilicitude fiscal, bem como o bloqueio de bens e direitos com vistas à garantia e rápida satisfação integral do crédito tributário. Todos os processos judiciais sob os cuidados do GAERFIS são considerados prioritários pela PGE e recebem acompanhamento e monitoramento especiais, o que contribui para a rápida obtenção dos provimentos jurisdicionais, majoritariamente favoráveis ao Estado em tais casos.

Além disso, o Grupo realiza a defesa judicial de procedimentos de nulidade e cassação de inscrição estadual, bem como de regimes especiais instaurados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, atuando também em processos de recuperação judicial e falência, figurando, ainda, como assistente de acusação do Ministério Público estadual em processos envolvendo sonegação fiscal e crimes correlatos.

Para atingir a finalidade para a qual foi criado, o GAERFIS tem intensificado as seguintes estratégias de atuação proativa: i) identificação de setores sensíveis, em que a fraude fiscal esteja mais presente,

permitindo ação integrada, rápida e eficaz; ii) mapeamento dos principais devedores do Estado para a tomada de decisões; iii) intensificação do trabalho interinstitucional (integrado ou coordenado) com instituições parceiras no combate à sonegação fiscal; iv) aperfeiçoamento constante das técnicas de investigação patrimonial e societária.

No ano de 2021 destacam-se as seguintes iniciativas/ações do GAERFIS: i) atuação no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/SP), criado pela Resolução Conjunta SFP/PGE/MP nº 01/2020, ii) participação de força de trabalho denominada “Res Aliena”, em apoio à SEFAZ, com

vistas à identificação e busca de conformidade fiscal de contribuintes inadimplentes contumazes do ICMS-ST no Estado de São Paulo; iii) participação presencial de operações de impacto e busca e apreensão, com destaque para as nominadas operações “Noteiras” e “Cavalo-marinho”; iv) incremento da recuperação fiscal em razão da abrangência de número maior de casos acompanhados pelo Grupo.

Em decorrência das ações e operações do GAERFIS no ano de 2021, foram obtidos os seguintes resultados: (i) recuperação fiscal equivalente a R\$ 1.296.351.324,50; (ii) indisponibilidade de bens e direitos no valor de R\$ 775.550.540,80, representados por 630 veículos, 229 imóveis, 11 embarcações, 85 marcas e 75 cotas societárias/ações; (iii) responsabilização de 75 pessoas jurídicas, 33 pessoas naturais, decorrentes de 78 decisões judiciais favoráveis.

Além dos resultados acima mencionados, que traduzem a atividade típica de recuperação de ativos, destacam-se as decisões judiciais favoráveis de manutenção de atos da pela Administração Tributária que determinaram a nulidade de inscrição estadual (PCN's), impuseram regimes especiais de fiscalização e cassaram inscrições estaduais (PAC's), indispensáveis ao enfrentamento da fraude fiscal estruturada e da sonegação sistemática de tributos. Segue quadro-resumo dos resultados acima destacados:

2.3. PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA (PDA)

A Procuradoria da Dívida Ativa, responsável pelo controle e gestão da dívida ativa, além de dar continuidade aos projetos do ano de 2021, implementou outras medidas neste ano, valendo destacar:

2.3.1 SANEAMENTO DA DÍVIDA ATIVA

Realizado de forma contínua, tem a finalidade de sanear a base de dados, conferindo maior verossimilhança ao estoque da dívida ativa do Estado de São Paulo.

No ano de 2021 foram baixados por prescrição o montante de R\$ 2.250.555.150,37 (dois bilhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta reais e trinta e sete centavos).

2.3.2 SEGMENTAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA

A segmentação do estoque da dívida ativa busca classificar cada débito conforme a situação do contribuinte (ex.: falido, cassado, não encontrado, suspenso, ativo, inativo etc.), de modo a identificar os débitos com maior possibilidade de recuperação

Para 2021, a dívida ativa foi segmentada para 1.381.418 débitos de empresas ativas no montante de R\$ 140.471.554.933,37 (cento e quarenta bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões, novecentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), 5.310.499 débitos de pessoas físicas, no montante de R\$ 12.509.460.877,51 (doze bilhões, quinhentos e nove milhões, quatrocentos e seis mil e oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos), e 1.381.378 débitos das empresas nas situações de falidas, cassadas, suspensas, não encontradas e inativas, que devem o montante de R\$ 196.353.843.194,33 para o Estado (cento e noventa e seis bilhões, trezentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos).

2.3.3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIAL DE INDICADORES DE DÍVIDA ATIVA

Seguindo a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o sistema gerencial de indicadores de dívida ativa possibilita a aferição de relatórios numéricos e gráficos sobre a performance da dívida ativa, inclusive com dados comparativos por Unidade, Regionais, Seccionais, Comarca e Banca Fiscal, concorrendo para o melhor planejamento e gestão das atividades de cobrança.

Foi desenvolvida solução em nuvem a partir de inteligência artificial, proporcionando visualização de relatórios pré-formatados ou de relatórios customizados, conforme a necessidade gerencial envolvida. Trata-se de importante instrumento de gerência.

Em 2021, além dos relatórios que já haviam sido criados para serem consumidos todos os meses, elaborou-se também relatório de valores recebidos por meio de depósito judicial, relatório de

transação com quantidade de acordos, valores transacionados e recebimentos, além de um relatório de tempo médio de inscrição por Secretaria de Estado.

2.3.4 PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS

O programa de parcelamento ordinário de ICMS foi disciplinado na Resolução Conjunta SFP/PGE nº 02/2021 que permitiu além dos parcelamentos de ICMS já existentes, o parcelamento de débitos de ICMS para fins de procedimento criminal e o de ICMS ST, como programa permanente.

Já o programa de parcelamento de IPVA, previsto na Resolução SF/PGE 02/2018, foi aberto aos 10 de dezembro de 2018 e durante o exercício de 2021 contou com a arrecadação de R\$ 67.342.005,53 (sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cinco reais e cinquenta e três centavos).

Durante o ano de 2021, o programa de parcelamento de ICMS ST, previsto na Resolução SF/PGE 02/2021 arrecadou o valor de R\$ 67.035.055,22 (sessenta e sete milhões, trinta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Há a previsão de se receber o valor de R\$ 2.643.343.850,58 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos) em parcelamentos ordinários de ICMS até 2031.

Há previsão de se receber R\$ 178.389.304,67 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e quatro reais e sessenta e sete centavos) no parcelamento de ICMS -ST até 2031.

2.3.4.1 PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO (PEP DO ICMS)

Os Programas de Parcelamento Especial são realizados no Sistema da Dívida Ativa, tanto para os débitos inscritos como não inscritos.

O primeiro PEP foi autorizado pelo Convênio ICMS nº 108/2012 (CONFAZ) e pelo Decreto estadual nº 58.811, de 27/12/2012, e alterações, foi disponibilizado aos contribuintes do ICM/ICMS, em 01/03/2013, o Programa Especial de Parcelamento – PEP (www.pepdoicms.sp.gov.br), possibilitando parcelamento de débitos inscritos e não-inscritos com descontos de juros e multa, com prazo em até 120 meses, mediante parcelas constantes. Diante do sucesso de adesões e pagamentos, o PEP do ICMS foi novamente editado em 2014 (Convênio ICMS nº 24/2014 e Decreto estadual nº 60.444/2014), 2015 (Convênio ICMS nº 117/2015 e Decreto estadual nº 61.625/2015), 2017 (Convênio ICMS nº 54/2017 e Decreto Estadual nº 62.709/2017) e em 2019 (Convênio ICMS nº 152/2019 e Decreto Estadual nº 64.564/2019). Esse programa está sendo gerenciado pela Procuradoria Geral do Estado, com intensa integração com a equipe da Diretoria de Arrecadação/SEFAZ.

A arrecadação do PEP em 2021 foi de R\$ 744.358.499,14 (setecentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e catorze centavos) .

Em 2021, foi contabilizado como valores a receber nos programas de PEP em andamento, o montante de R\$ 1.540.177.474,64 (um bilhão, quinhentos e quarenta milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) até o ano de 2031.

2.3.5- PROTESTO DE DÍVIDA ATIVA

Em 2021, foram enviados R\$ 1, 5 milhões de débitos ao Cartório de protesto, no montante de R\$ 14,1 bilhões de reais.

Foram recebidos R\$ 1,48 bilhões de reais , proveniente de débitos protestados em 2021.

Ressalta-se que a partir de 2021, a Central de Protestos do Estado de São Paulo passou a receber os débitos protestados, após o tríduo, também nas suas unidades, em razão de permissão concedida pelo Egrégio tribunal de Justiça de São Paulo.

2.3.6 MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM 2021

A Procuradoria Geral do Estado, até 31 de dezembro de 2021, promoveu a inscrição em dívida ativa de 4.401.892 débitos, correspondendo ao total de R\$ 21,9 bilhões. Foram ajuizados 68.760 débitos, no montante de R\$ 8,1 bilhões.

Ressalto , que em 2021 foram inscritos muitos débitos de IPVA de exercícios anteriores e que por seu valor, abaixo de 1200 ufesps, não podem ser ajuizados.

A arrecadação da dívida ativa processada até 12/2021 atingiu o montante de R\$ 3,312 bilhões, sendo R\$ 1,02 bilhões de IPVA, R\$ 1,98 de ICMS e R\$ 312 milhões de outros débitos .

Importante frisar que no final do exercício de 2021 foram enviados IPVA para inscrição de referências de 2019 a 2021.

3. ÁREA DA CONSULTORIA GERAL

3.1. ATUAÇÃO DE ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO:

- Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de Parceria Público-Privada (Concessão Patrocinada) do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente, tanto nas etapas que antecederam, como nas que sucederam à Consulta Pública realizada;
- Realização de assessoramento e consultoria jurídica no processo que culminou com a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado firmado com a COMGÁS, assim como auxílio prestado junto à Administração na elaboração do Aditivo ao Contrato de Concessão responsável por materializar os termos da precitada prorrogação;
- Assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na modelagem da documentação necessária à realização de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) relativo ao projeto de Concessão para a implantação, operação, manutenção e exploração de infraestrutura logística entre o Planalto e a Baixada Santistas (Projeto Linha Verde), assim como apoio à Administração ao longo da condução do precitado procedimento;
- Assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente na modelagem da documentação necessária à realização de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) relativo ao projeto de Concessão da Estrada de Ferro Campos de Jordão (EFCJ), assim como assessoramento prestado à Administração ao longo da condução do precitado procedimento;
- Assessoramento jurídico realizado junto à Administração para a condução da Licitação para Concessão Comum das Linhas 8 e 9 da CPTM, especialmente em face do trabalho realizado pela Comissão Especial de Licitação (CEL).
- Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão das Travessias Litorâneas, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto;
- Acompanhamento dos estudos e da modelagem da exploração do serviço de loteria pelo Estado de São Paulo, com análise dos documentos e dos estudos apresentados pelos autorizados em chamamento público;
- Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto da PPP da Educação pelo Estado de São Paulo;
- Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão do Parque da Cantareira e do Parque do Horto Florestal, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto;
- Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão de uso de Bem Público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto;
- Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão de uso de Bem Público dos Parques Urbanos Dr. Fernando Costa, Cândido Portinari e Villa-Lobos, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto;
- Elaboração do toolkit do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (<https://ideiagov.sp.gov.br/toolkit/>), contendo modelos de contratos, editais, chamamentos públicos, listas de verificação (checklists) e outros documentos elaborados para simplificar a aplicação dessa legislação no Estado de São Paulo;
- Apoio à Secretaria de Desenvolvimento Econômico na elaboração da minuta de decreto que atualiza o Decreto Estadual nº 62.817/2017 e consolida toda a legislação de inovação no Estado de São Paulo;
- Elaboração de minuta de decreto regulamentando as normas de compras públicas do Marco Legal de Startups e Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar nº 182/2021);

- Assessoramento e apoio à elaboração dos pareceres que reconheceram a Superintendência da Polícia Técnico-Científica e o Centro Paula Souza como Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo;
- Coordenação do Grupo de Trabalho (Resolução PGE-3/2021) e elaboração de relatório para analisar os reflexos decorrentes da aprovação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) para o Estado de São Paulo;
- Elaboração, em parceria com a Assessoria de Empresas e Fundações (AEF), de Nota Técnica sobre o Programa *IPT Open Experience* e possibilidade de subcessão do espaço compartilhado a terceiros;
- Participação no grupo de trabalho instituído pela Resolução PGE-32/2020 visando a uniformizar entendimento institucional e apresentar proposta de disciplina normativa para as Emendas Impositivas;
- Assessoramento da Unidade Central de Recursos Humanos do Estado a respeito da Lei estadual nº 17.293/2020;
- Participação de Ciclo de Palestras organizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde para abordar temas de direito de pessoal.

3.2. MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO

- Manutenção e atualização de 55 minutas padrão genéricas e específicas, pré-aprovadas pela PGE, sendo que 34 modelos dispensam a análise individualizadas pelas Consultorias Jurídicas;
- Adequação das minutas-padrão de “Prestação de serviços de assessoria de imprensa” e de “Prestação de serviços de publicidade” à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018);
- Divulgação de 05 orientações por meio eletrônico (“e-orientações”), veiculando diretrizes para a atuação das Consultorias Jurídicas em temas específicos.

3.3. PARECERES JURÍDICOS ELABORADOS

No que diz respeito às manifestações jurídicas, foram elaborados pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral e pelas Consultorias Jurídicas das Secretarias e Autarquias 14.619 pareceres e 26 notas técnicas.

3.4. ASSISTÊNCIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS

- Elaboração de pareceres referenciais sobre os seguintes temas: doações de imóveis de estabelecimentos de ensino municipalizados; permissões de uso de bem público no âmbito dos contratos de fomento do terceiro setor; doações de imóveis estaduais a Municípios; renúncia a benfeitorias em imóveis municipais onde se encontram implantados os Centros Sociais Urbanos – CSUs e outorgas de uso de bem estadual;
- Elaboração de parecer acerca da desapropriação para ampliação do Museu Mário de Andrade;
- Análise jurídica e elaboração de edital de chamamento público para permuta de imóveis;
- Análise de proposta de transferência de imóvel para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para servir de arquivo de documentos do Seguro-Desemprego;
- Análise da desapropriação de área necessária à implantação de subestação de energia para ampliação da Linha 2 do METRO;
- Análise dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 180, VII da Constituição Estadual no processo 2243101-45.2018.8.26.0000, que declarou inconstitucional doação realizada para o Centro Paula Souza do imóvel onde se encontra instalada a ETEC de Nova Odessa;
- Análise da viabilidade de implantação do condomínio de lotes, mesmo na ausência ou insuficiência de legislação municipal sobre o assunto, aplicabilidade das normas que regem o condomínio edilício e o parcelamento do solo urbano, necessidade de prévio parcelamento e viabilidade de aprovação condicionada;
- Análise da possibilidade de desapropriação, pelo Estado, de imóveis de propriedade dos serviços sociais autônomos;
- Análise de proposta de alteração de minutas padrão de editais de alienação de imóveis para alteração de índice de correção monetária e taxa de juros;

- Análise da possibilidade de alienação de áreas rurais, no âmbito da regularização fundiária, de áreas acima de 15 módulos fiscais, relativa às terras devolutas do Pontal do Paranapanema;
- Análise de desapropriação de imóvel para ampliação do Instituto Butantan;
- Elaboração de 263 pareceres.

3.5. PROCURADORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES – PPD

- edição de 1.294 portarias instauradoras de processos disciplinares e conclusão de 1.467 sindicâncias/processos disciplinares, realização de 3.564 audiências e de 6.942 depoimentos.

3.6. PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PA

- elaboração de 80 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta.

3.7. PROCURADORIA DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS – PAT

- elaboração de 72 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado.

3.8. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- elaboração de 6.435 manifestações e 389 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE/SP.

4. ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE (AJG)

A Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG) integra o Gabinete do Procurador Geral e se destina a prestar atendimento jurídico ao Governador do Estado, aos órgãos diretamente a ele vinculados, e ao FUSP (Fundo Social de São Paulo), sem prejuízo de assuntos que lhe sejam submetidos pelo Procurador Geral.

Cumprir destacar que desde maio de 2018 as instalações da AJG retornaram à sede do Palácio dos Bandeirantes e, por meio da Resolução PGE 16, de 23 de maio de 2018, a Assessoria Jurídica do Gabinete passou a responder pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo.

No de 2021, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo também passou a prestar consultoria e assessoramento jurídico à Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas (Resolução PGE de 06-10-21) e à Secretaria de Orçamento e Gestão (Resolução PGE 20-10-21).

A AJG desempenhou as seguintes atividades no ano de 2021:

- 859 pareceres elaborados
- 502 despachos
- 648 cotas
- 418 informações em Mandados de Segurança
- 04 informações em Habeas Corpus
- 01 informação em Mandados de Injunção
- 30 respostas a ofícios de órgãos de controle
- 04 informações em ADPF
- 01 informação em ADI

Já a Consultoria Jurídica desempenhou, no mesmo período, as seguintes atividades:

- 279 Pareceres
- 69 Cotas
- 12 Pareceres Referenciais

A declaração, pela Organização Mundial da Saúde, de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, seguida da declaração de pandemia, alterou sensivelmente a atuação do órgão, que se viu responsável pelo assessoramento do Gabinete do Governador e

demais órgãos com atribuição relacionada ao enfrentamento emergencial da grave questão de saúde pública que se impôs em fevereiro de 2020 e que perdurou durante todo o ano de 2021.

Nesse contexto, houve um incremento importante no número de mandados de segurança impetrados contra atos do Governador do Estado e no número de pedidos de informações encaminhados por órgãos de controle externo (ALESP, TCE e MPSP).

Destaca-se a atuação da AJG na gênese dos atos normativos que disciplinaram as medidas, de caráter temporário e emergencial, com vistas à prevenção de contágio pelo novo coronavírus, notadamente: a) decretos que instituíam novas medidas transitórias e emergenciais de quarentena, bem como os que cuidaram de suas sucessivas prorrogações e encerramento; b) decretos que alteraram o Plano São Paulo e seus anexos, durante a vigência das medidas de quarentena; c) decreto que instituiu o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19 e que alterou as regras para retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19;

Pela relevância, destacam-se, ainda:

1. Análise de inúmeros decretos para reformulação, bem como instituição, de políticas públicas, em especial na SEDUC e na Secretaria de Desenvolvimento Social, a fim de mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia;
2. Análise e orientação na execução do SIMI, que tem por objeto acompanhar indicadores-chave para gestão da pandemia, apoiar grupo de pesquisas no desenvolvimento de análises sobre a pandemia e garantir transparência e ampla publicidade das ações administrativas à população;
3. Análise e orientação quanto à execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária na forma do artigo 175, §§ 6º ao 10, da CE;
4. Análise de instrumentos de estímulo à inovação, em especial os decorrentes do Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que encontram fundamento na denominada Lei Paulista de Inovação (Lei Complementar nº 1.049/2008) cuja execução, como regra, ocorre por meio de convênios, contratos ou outros ajustes congêneres com outros entes da administração pública ou entidades privadas sem fins lucrativos, credenciadas junto ao Sistema Paulista de Parques Tecnológicos – SPTec ou à Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica – RPITec;
5. Análise da legislação de proteção à obra intelectual, para orientar a atuação do Acervo dos Palácios, em especial para a divulgação das obras de grande importância artística, preservando-se as prerrogativas conferidas pela legislação aos criadores/autores e respectivas famílias;
6. Participação em grupos de trabalho (GTs), com destaque para o GT de Emendas impositivas, criado pela Resolução PGE n. 32, de 9 de dezembro de 2020, que teve como objeto de estudo a implementação do orçamento impositivo no âmbito Estadual, bem como o GT de Licitações, instituído pela Resolução SOG/SG/PGE, de 27-9-2021, cujo objetivo é elaborar estudos e proposta de disciplina com vistas à aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da nova Lei de Licitações (Lei Federal 14.133/2021);
7. Análise e minuta de informações em procedimento do TCE e representações junto ao MPSP, que acompanham a aplicação de recursos decorrentes de emendas impositivas no exercício de 2021 e anteriores.

5. ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

À Assessoria Técnico-Legislativa - ATL competem, nos termos da Lei Complementar Estadual 1.270/2015 (artigos 3º, IV, e 9º, II) o assessoramento jurídico do exercício das funções legislativas e normativas outorgadas constitucionalmente ao Governador do Estado e o acompanhamento das proposições legislativas.

Adicionalmente, nos termos da Resolução PGE 4, de 10 de fevereiro de 2017, a ATL manifesta-se em processos e expedientes que versem sobre a edição de decretos regulamentares de leis estaduais, bem como em processos e expedientes instaurados para a análise da constitucionalidade de leis estaduais, elaborando pareceres e, quando o caso, minutas de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade ou informações do Governador do Estado. Além disso, elabora minuta de manifestação do Procurador Geral, nos termos do disposto no artigo 90, § 2º, da CE, em ações diretas de inconstitucionalidade de leis interpostas perante o TJSP.

Até a presente data, visando a propiciar elementos ao Governador do Estado para sanção ou veto de proposições, a ATL analisou **272** Autógrafos expedidos pela Mesa da ALESP.

Ainda na esfera opinativa, a ATL atua por meio da emissão de pronunciamentos jurídicos sobre temas relacionados com as suas competências. Nesse sentido, até o momento, foram elaborados **62** Notas Técnicas, **227** Cotas e **15** Pareceres.

Tais pronunciamentos foram proferidos, em casos determinados, mediante demanda da Casa Civil, por intermédio do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE.

Em outras hipóteses, essas manifestações decorreram de expedientes iniciados em Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, visando à apresentação de projetos de lei por iniciativa do Governador do Estado. Nesse sentido, entre as peças jurídicas acima quantificadas, foram analisados **34** anteprojetos.

Ainda entre as peças opinativas quantificadas acima, algumas delas abordaram minutas de decretos regulamentares (até o momento, foram **48** propostas com tal finalidade).

No âmbito do controle de constitucionalidade, foram elaboradas **120** minutas de manifestações da Procuradora Geral do Estado, ao TJSP, em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação municipal, nos termos do artigo 90, § 2º, da CE. Também perante o TJSP, a ATL elaborou as minutas de **18** manifestações da Procuradora Geral do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual e as correspondentes minutas de informação do Governador do Estado, quando cabíveis.

Por derradeiro, no âmbito do STF, foram elaboradas **8** minutas de informações do Governador do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação estadual.

6. ASSESSORIA DE EMPRESAS E FUNDAÇÕES

A Assessoria de Empresas e Fundações (AEF), integrante do Gabinete do Procurador Geral do Estado, tem atribuições de assessoramento, representação e coordenação detalhadas na Resolução PGE 22, de 12 de novembro de 2015. No exercício de 2021, destacaram-se as atividades a seguir.

6.1. Assessoramento jurídico. Assessoramento ao Gabinete do Procurador Geral; orientação geral em assuntos de direito empresarial, econômico e trabalhista; interlocução da PGE com empresas estatais e fundações governamentais; assessoramento técnico-jurídico ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC e respectiva Secretaria Executiva, à Comissão de Política Salarial – CPS e respectiva Assessoria de Política Salarial – APS, ao Departamento de Entidades Descentralizadas – DED, e aos demais órgãos e entidades do Estado que endereçam assuntos relativos às empresas estatais e fundações governamentais.

6.1.1. Extinção e incorporação de empresas estatais. Acompanhamento do processo de desmobilização, dissolução, liquidação e extinção, na forma da Lei Federal 6.404, de 15 de dezembro de 1976, do Decreto Estadual 64.418, de 28 de agosto de 2019 e demais normas aplicáveis, das seguintes sociedades:

- Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, autorizado pela Lei 17.056/2019 e encerrado em abril/2021;
- DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., autorizado pela Lei Estadual 17.148, de 13 de setembro de 2019; liquidação iniciada em outubro/2020 em curso;
- Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – COSESP, autorizado na Lei Estadual 13.286, de 18 de dezembro de 2008, liquidação iniciada em outubro/2021 em curso;
- Incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP, pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, conforme autorizado pela Lei Estadual 17.056/2019, concluída em agosto/2021.

Destacam-se, ainda, as atividades incipientes às extinções da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo - CDHU, e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP, autorizadas pela Lei Estadual 17.293, de 15 de outubro de 2020.

6.2. Coordenação para fins de atuação jurídica uniforme. Nesta atribuição, foram realizados 32 pareceres, 84 cotas (que se adicionam aos despachos inumerados no sistema “Sem Papel”, que gradativamente tem substituído àquelas), notas técnicas, informativos, ofícios circulares e encontros gerais com as chefias dos órgãos jurídicos das empresas e fundações. Adicionalmente, foram promovidas palestras abertas aos advogados das empresas e fundações em geral, com apoio do

Centro de Estudos da PGE, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e alteração da Lei de Improbidade Administrativa.

6.3. Representação do Estado como acionista. Na qualidade de representante jurídico do Estado e sob orientação do CODEC, foram realizadas 55 Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias. Adicionalmente, foram acompanhados procedimentos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN, bem como monitorada a sujeição das participações acionárias do Estado ao sistema de bloqueios judiciais BACEN.JUD.

7. ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Integrante do Gabinete do Procurador Geral, a Assessoria de Precatórios Judiciais administra o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto estadual nº 55.300, de 30/12/2009, por intermédio do qual é mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da Administração direta e indireta. Esse Sistema reúne informações de todos os requisitórios (precatórios e requisições de obrigações de pequeno valor) e respectivos pagamentos, tanto da Administração direta quanto das entidades da Administração indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que realizados.

Compete à Assessoria supervisionar a inclusão, no referido sistema, das informações próprias dos precatórios e requisitórios de pequeno valor da Administração direta e das entidades da Administração indireta, e promover de ofício, a requerimento do tribunal, ou mediante solicitação justificada dos credores ou de terceiros interessados, as retificações cadastrais e alterações que se fizerem necessárias, requerendo às unidades da Procuradoria Geral do Estado e Procuradorias Jurídicas das entidades da Administração indireta, a prestação de informações, sempre que necessário. Ela também atualiza as requisições de pagamento recebidas, calculando periodicamente o montante da dívida pendente de pagamento, discriminando os débitos por entidade, tribunal requisitante, espécie de crédito (alimentar ou não alimentar e, dentre esses, os relativos a desapropriações e a outras espécies) e classe de valor (precatórios e obrigações de pequeno valor).

A Assessoria de Precatórios Judiciais realiza ainda a defesa do Estado e de suas autarquias nos pedidos de sequestro de rendas públicas, bem como nas intervenções federais propostas em face do Governador do Estado, e atua diretamente em todos os demais incidentes administrativos atinentes a precatórios, em trâmite perante as Presidências dos Tribunais.

Por fim, destaca-se a incumbência dos membros da referida Assessoria, de transmitir as orientações do tema Precatórios aos demais Procuradores.

No ano de 2021, dando seguimento à gestão do regime especial de pagamentos das EC 62/09, 94/16 e 99/17 que, em consonância com o decidido pelo STF quanto a dito regime, ora determinam a liquidação do passivo em estoque até 31/12/2024, foram analisados 3154 pedidos de acordo, dos quais 2484 foram deferidos (2447 para pagamento mediante deságio, 37 para compensação com a dívida ativa), no valor total de R\$ 1.150.120.052,61 (sendo R\$ 1.137.173.820,59 em acordos de deságio e R\$ 12.946.232,02 em compensações), em conformidade com as Resoluções PGE n.º 13/2017, 12/2018 e 24/2018.

Pagamento de requisitórios em 2021:

- 1) R\$ 1.132.643.893,09 em atendimento a requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor, beneficiando 150.277 credores em 137.779 requisitórios, até dezembro de 2021.
- 2) R\$ 8.103.159.886,18 depositados em conta do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para a realização de pagamentos de precatórios.

8. CENTRO DE ESTUDOS

8.1. Área de Aperfeiçoamento

Ao longo do ano de 2021, o Centro de Estudos promoveu diversas atividades de aperfeiçoamento, em variadas modalidades:

- 1) Por realização própria, nas suas dependências, presencialmente e virtualmente;
- 2) Pela realização de atividades em parcerias com outras instituições de ensino, nas dependências do Centro de Estudos, presencialmente e virtualmente;
- 3) Pela aquisição de vagas em eventos e cursos promovidos por outras entidades.

Compreendendo estas três modalidades, o Centro de Estudos, em 2021, abriu **6761** vagas em **66** cursos/eventos, por meio do Serviço de Aperfeiçoamento e Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado – ESPGE.

Especificamente no âmbito da ESPGE foram realizados:

1) Três Cursos de Pós-Graduação: Especialização em Direito Processual Civil (Trabalho de conclusão de curso com **30** alunos concluintes); Especialização em Direito & Economia (com trabalho de conclusão de curso em elaboração por **22** alunos) e Especialização em Direito do Estado (curso em andamento com **36** alunos) contemplando, no período, **88** alunos;

2) **7** cursos de extensão com **64** alunos inscritos;

3) **102** aulas abertas com **313** alunos inscritos.

O curso de extensão “Aspectos Econômico-Financeiros dos Contratos Administrativos: Modelagem e Equilíbrio Econômico-Financeiro”, em andamento, foi promovido pela ESPGE com vagas destinadas ao público externo - limitado a advogados vinculados a empresas públicas do Estado de São Paulo ou advogados públicos de outros entes federativos - com cobrança de matrícula. Os demais cursos de extensão foram promovidos exclusivamente para a ESPGE/CE (público interno).

Todos os cursos de pós-graduação, extensão da ESPGE e demais eventos do Centro de Estudos foram realizados com turmas virtuais, por meio do sistema de videoconferência, devido aos protocolos adotados para prevenção da COVID-19.

O conjunto de tais atividades resultou a emissão de **5371** certificados de participação.

Ainda na área do Serviço de Aperfeiçoamento, destaca-se o deferimento de **40** novos pedidos de ajuda financeira de Procuradores e Servidores da PGE, tendo sido analisados **392** pedidos de reembolso relativos a cursos. Atualmente, cerca de **57** integrantes da instituição recebem auxílio para frequência em cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária e cursos de idiomas em instituições privadas.

Os programas pró-livro, pró-software e pró-hardware têm proporcionado com regularidade a aquisição de material necessário ao desempenho profissional dos Procuradores. Foram deferidos **1250** pedidos de reembolso no âmbito do programa Pró-livro, **197** pedidos no âmbito do programa Pró-software e **231** pedidos no âmbito do programa Pró-hardware.

8.2. Área de Divulgação

Com a pandemia do novo coronavírus, que dificultou sobremaneira as atividades do setor, principalmente em relação às entregas das publicações, a área da Divulgação concentrou suas atividades, durante o ano de 2021, na transformação dos periódicos do Centro de Estudos para a forma eletrônica.

Foram entregues **74** exemplares de Boletins do Centro de Estudos; **48** exemplares da Revista Procuradoria-Geral do Estado - PGE (edições de nº 65/66 a 91/92); **66** exemplares da Revista da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado Volumes 3 a 11; e **104** exemplares da Constituição do Estado de São Paulo.

Foram confeccionados 3 boletins eletrônicos temáticos, contendo peças e pareceres de lavra de procuradores do estado, **1** publicação conjunta com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a revista “Prêmio Procuradoria-Geral do Estado”, livro da Série Estudos.

Ainda na área de divulgação, destaca-se, também, a distribuição de **195** convites e comunicados de cursos, eventos, publicações eletrônicas dos periódicos do Centro de Estudos e informativos internos e **233** postagens em redes sociais.

8.3. Área de Biblioteca e Documentação

Na área de Biblioteca, a par da atividade regular de organização e catalogação de obras na base de dados PHL, promoveu-se a captação de doações de livros junto aos Procuradores do Estado, à Casa Civil, a autores e demais, tendo sido incorporadas **1030** novas obras ao Acervo, sendo **1000** doadas pela Casa Civil.

Por fim, destaca-se o apoio do Órgão ao desenvolvimento dos Núcleos Temáticos. Ao longo do ano de 2021 foram realizados: o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas Empíricas para Racionalização das Estratégias de Litigância, com 23 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 26, de 25 de julho de 2018, com reuniões realizadas em 25/05, 01/06, 14/06, 29/06, 03/08, 17/08, 31/08, 28/09 e 10/11; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Propriedade Intelectual e Inovação com 31 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 30 de 1º de agosto de 2019, com reuniões em 17/03, 31/03, 07/04, 14/04, 28/04, 12/05, 26/05, 09/06, 23/06, 11/08, 01/09, 23/09, 21/10, 11/11 e 02/12. Todas as reuniões foram realizadas com o apoio logístico do Serviço de Aperfeiçoamento.

9. ATIVIDADE CORREICIONAL

A Corregedoria da PGE realiza o controle interno de legalidade e eficiência.

Em 2021, as principais medidas foram:

Atividade	Quantitativo
Autuação de novos processos	93
Processos arquivados	22
Apurações Preliminares	07
Sindicâncias Administrativas	02
Processos Administrativos Disciplinares	01
Portarias expedidas	03
Audiências realizadas	12
Oitivas realizadas	18
Relatórios finais	07
SUSPAD – suspensão de procedimento	01
Estágios Confirmatórios - Acompanhamento	92
Ofícios expedidos	31
Plano de Aulas recebidos	45
Autorizações – Resolução PGE-COR 02/2019	07
Declaração de participação em procedimento arbitral	01

10. ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituída pela Resolução PGE nº 44, de 20/8/2009. Está vinculada ao Gabinete do Procurador Geral do Estado e tem como atribuições: traçar metas e diretrizes relativas ao planejamento, coordenação e organização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Procuradoria Geral do Estado.

Destaque, em **2021**, para as seguintes medidas:

- A PGE firmou contrato de prestação de serviços com a PRODESP para a implantação de uma Solução Informatizada de Controle de Processos Administrativos e Judiciais, em substituição ao Sistema de Acompanhamento Judicial – SAJ.

Trata-se da solução Attornatus Procuradoria Digital, que representa o que há de mais atual em aplicações destinadas à Advocacia Pública.

O sistema até aqui utilizado pela PGE estava bastante defasado tecnologicamente, principalmente quando considerada a implantação dos processos digitais.

Os módulos do SAJ Procuradorias são basicamente atualizações da solução desenvolvida pela Softplan para o acompanhamento dos feitos, que foi idealizada na época em que os processos eram físicos.

Desde a implantação do processo judicial eletrônico a empresa basicamente substituiu o envio de peças para a impressora pelo peticionamento eletrônico, mas deixou de cuidar das melhorias que seriam passíveis de desenvolvimento e implantação com o advento da virtualização dos processos.

O sistema Attornatus possui funcionalidades de Inteligência Artificial para cognição do conteúdo de peças processuais e automação na elaboração de manifestações.

Com a digitalização dos processos abriu-se um enorme leque de opções tecnológicas que são de grande valia para eliminar o esforço dispendido com a obtenção de dados destinados à elaboração de manifestações mais simples, liberando os Procuradores para concentrarem-se nas defesas jurídicas e na interposição de recursos, que demandam maior detalhamento e atividade intelectual.

As peças digitais podem ser lidas de forma eletrônica e interpretadas para a correta classificação e distribuição do processo.

Da mesma forma as intimações podem ter o teor previamente conhecido, para serem identificadas e organizadas conforme a manifestação requerida e os respectivos prazos processuais.

Perdia-se muito tempo elaborando peças destinadas à prática de atos que precedem a citação dos réus, quando ainda não se chegou à fase de eventual constrição de bens em sede de execuções fiscais. Essas etapas do processo, apesar de muito importantes, tem cunho predominantemente administrativo. Com o sistema Attonatus elas podem ser automatizadas em grande medida, restando apenas o tratamento de situações excepcionais.

Também está incluída ferramenta para a criação de painéis de Inteligência Analítica, que permitirão obter informações de forma visual e customizada, utilizando dados e informações de processos judiciais e administrativos, bem como da dívida ativa.

O cruzamento dessas informações resulta em subsídios para entender melhor as condições de trabalho da PGE, os pontos de estrangulamento, e também os resultados dos processos conforme o objeto e as teses.

Pode-se também, tomando por base os resultados dos processos que já estão no banco de dados da PGE construir painéis de jurimetria e a partir deles, fazer previsões acerca do resultado esperado para as ações que ainda não foram julgadas, e o tempo aproximado para que isso ocorra.

A solução Attornatus substituirá em breve o sistema da Consultoria Jurídica, unificando as plataformas de atuação de todas as áreas da PGE, com ganhos enormes no intercâmbio de informações entre os órgãos. Para além do aspecto tecnológico, a adoção de um sistema comum facilita a alocação de pessoal quando há ingressos e remoções, e implica em significativa redução de custos.

Finalmente o sistema se baseia em interface Internet, compatível a maioria dos navegadores. Funciona em equipamentos do tipo PC ou Mac, e também em dispositivos móveis operando com iOS, iPadOS ou Android.

Essa característica vem ao encontro das necessidades de uso do sistema em equipamentos diversos, como ocorre com usuários atuando em *home office*.

Foram mantidas as integrações com o TJSP, o TRT2 e no curso do projeto foi possível acrescentar o TJMSP.

Com essa medida, os Procuradores terão condições de promover a defesa do Estado em Juízo perante esses tribunais diretamente na nova solução, sem a necessidade de utilizar os sistemas SAJ ou o PJe do CNJ, com significativo ganho em segurança e produtividade.

Há ainda funcionalidades para o enriquecimento e higienização de informações cadastrais, mediante consulta a vários repositórios de dados para obter os subsídios necessários para o ajuizamento de ações, localização da parte contrária ou de bens passíveis de constrição.

- O sistema da Dívida Ativa passou por processo de aperfeiçoamento para a expansão da inscrição de débitos de novos órgãos estaduais.

Houve também a introdução de novas funcionalidades para apoiar a celebração de acordos de compensação de débitos tributários com precatórios judiciais.

O sistema também foi atualizado e ajustado para apoiar os processos de transação na esfera tributária.

Os relatórios de acompanhamento gerencial do sistema ganharam novos ajustes e visualizações para uma melhor cognição da evolução e arrecadação da Dívida ativa.

A interface para acesso seguro ao sistema pela Internet foi aperfeiçoada, e novas funções tornaram-se disponíveis àqueles usuários que estão atuando em *home office*, inclusive com o uso de certificação digital.

Foram introduzidas telas de navegação e consulta indispensáveis para a atuação diária dos servidores que atuam com a Dívida Ativa.

Também houve revisão e aperfeiçoamento dos serviços de integração para a troca de informações com o sistema Attornatus..

- O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica já está implantado todas as unidades e integrado ao sistema de acompanhamento de processos judiciais.

Em 2021 novos órgãos passaram a utilizar essa nova aplicação para as atividades de atendimento às solicitações de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo, e também para o cumprimento de obrigações de fazer.

Essa implantação elimina o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais para essa finalidade. Isso confere maior eficiência nos processos internos e elimina custos com impressão, transporte e triagem de documentos.

O sistema recebeu de melhorias para ganho de produtividade na realização de tarefas que possam ser feitas em lote. Desenvolvimento de novos relatórios para acompanhamento de documentos elaborados, atividades realizadas e processos tramitados.

A base de dados do sistema está integralmente migrada da base de dados do sistema para a nova solução de alta disponibilidade Oracle Exadata adquirida pela PGE.

Enquanto não é substituído pela solução Attornatus contratada pela PRODESP, foi preciso estabelecer uma integração do Doc Flow com ela, porque há fluxos automatizados que não podem sofrer solução de continuidade com a migração das áreas do contencioso.

- A PGE implantou o sistema da PRODESP para o processamento da folha de pagamentos do fundo da verba honorária.

Ao longo de 2021 foram realizadas adequações ao sistema para torna-lo mais aderente à necessidade da PGE.

- Foram realizados vários ajustes no programa SP Sem Papel para melhor adequação do sistema à necessidade dos órgãos.

- O contrato referente à Plataforma de Colaboração e Produtividade da Microsoft precisou ser renovado por questões contratuais envolvendo a PRODESP e o fabricante.

Essa solução substitui o sistema de correio eletrônico, e também provê funcionalidades para chamadas de áudio e vídeo, além de reuniões e treinamentos tele presencias.

Traz também espaço para armazenamento e compartilhamento de arquivos, que permite aos usuários terem os arquivos de uso frequente em qualquer local com acesso à Internet e abrir documentos da família Microsoft Office mesmo sem ter a suíte de aplicativos instalada no equipamento.

Com ela foi possível garantir a manutenção das atividades da PGE mesmo com uma parte dos Procuradores e Servidores atuando em *home office*.

- Foi celebrado um contrato com o Serviço Federal De Processamento de Dados – SERPRO para o acesso integrado às informações da Secretaria da Receita Federal (RFB).

Trata-se do Sistema INFOCONV que vem complementar a Solução Attornatus recentemente adquirida. Essa é uma das bases de dados, por meio das quais é possível obter informações do devedor, endereços, bens, sucessão empresarial, etc.

Os dados obtidos com a consulta aos dados da RFB podem ser inseridos em modelos do sistema, que depois serão remetidos eletronicamente ao Poder Judiciário com expressivo ganho de produtividade e celeridade no andamento do processo.

Uma ação rápida do credor é de vital importância para o sucesso nos processos de cobrança. Mas o tratamento manual de informações em processos de massa como as execuções fiscais, ajuizadas aos milhares anualmente, torna muito demorado o atendimento das intimações judiciais.

Em geral, esse peticionamento cumpre apenas a função de estabelecer a relação processual, com a localização da parte, ou a constrição de bens dela para a satisfação do crédito. São indispensáveis para o impulso processual, mas de baixa ou nenhuma complexidade jurídica.

Aqui a disponibilidade de uma integração com a RFB permite uma ação preventiva, higienizando a informação antes do encaminhamento do protesto ou o ajuizamento da execução, e também proativa no atendimento das intimações decorrentes de citações frustradas por problemas de endereço.

Substituindo-se a ação humana por softwares dotados de inteligência artificial e automação, as consultas se tornam instantâneas, assim como a elaboração das manifestações de menor complexidade. Nesse compasso, os processos serão rapidamente restituídos à responsabilidade do Poder Judiciário, a quem incumbirá apreciar e atender os requerimentos da Fazenda Pública.

- Para receber a Solução Attornatus recentemente adquirida a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo contratou um ambiente tecnológico com capacidade suficiente para receber o novo sistema, assim como as informações e documentos elaborados e armazenados no PGE.net.

Ele foi dimensionado e adequado para permitir que a aplicação seja executada com boa performance e tolerante a falhas, visando à garantia da disponibilidade permanente e a usabilidade da solução.

Trata-se de insumos de Infraestrutura Virtualizada "on premisses" (IAAS) Avançada com Gerenciamento necessária para a criação dos ambientes de Desenvolvimento e Homologação, Ambiente de Produção, Bancos de Dados Oracle e Microsoft SQL, Licenciamento de Software, Armazenamento de Objetos e Envio de Mensagens SMS.

Também foram adquiridos servidores de rede e demais equipamentos para a substituição dos atualmente instalados no gabinete do Procurador Geral.

O parque tecnológico estava obsoleto, e necessitava de atualização para eliminar a possibilidade de falhas decorrentes da longevidade dos equipamentos e da desatualização dos sistemas operacionais, assim como para proporcionar maior segurança da informação.

11. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços. Suas principais atribuições são receber e encaminhar queixas, reclamações e sugestões relacionadas às diversas áreas da PGE.

Participa do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - FOCCOSP, sendo cientificada de todas as denúncias de âmbito estadual apresentadas pelos cidadãos, bem como responde às solicitações enviadas ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão – SIC.

O setor também é responsável pelo registro de sanções administrativas judicialmente impostas no sistema www.bec.sp.gov.br. As sanções são individualmente cadastradas no nome de cada um dos condenados, pessoas físicas ou jurídicas, com indicação dos respectivos CPFs/CNPJs, endereço, do teor da determinação judicial, dos dados do processo judicial, inclusive com informação da data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

Segue quadro de atividades desempenhadas durante o ano de 2021.

Tipo de manifestação	Quantidade
Denúncia	338
Elogio	27
Outros	775
Reclamação	2670
Informação	9610
Sugestões	16
Total	13.436

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO
PAULO**

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 42000 - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	769.381.874,00	852.101.847,00	743.826.935,88	255.006,57	744.081.942,45	738.519.197,97
Pessoal e Encargos Sociais	355.314.461,00	428.983.921,00	426.061.451,24	0,00	426.061.451,24	431.362.490,88
Outras Despesas Correntes	414.067.413,00	423.117.926,00	317.765.484,64	255.006,57	318.020.491,21	307.156.707,09
Despesas de Capital	1.729.938,00	1.729.938,00	19.872,00	811.324,80	831.196,80	2.644.672,00
Investimentos	1.729.938,00	1.729.938,00	19.872,00	811.324,80	831.196,80	2.644.672,00
Despesa Total	771.111.812,00	853.831.785,00	743.846.807,88	1.066.331,37	744.913.139,25	741.163.869,97

Fonte: SIAFEM/SP. Valores em R\$

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020 que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 42000 - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4200 - ASSISTENCIA JURIDICA, INTEGRAL E GRATUITA AS PESSOAS NECESSITADAS	771.111.812,00	853.831.785,00	743.846.807,88	1.066.331,37	744.913.139,25	741.163.869,97
Despesas Correntes	769.381.874,00	852.101.847,00	743.826.935,88	255.006,57	744.081.942,45	738.519.197,97
Despesas de Capital	1.729.938,00	1.729.938,00	19.872,00	811.324,80	831.196,80	2.644.672,00
Despesa Total	771.111.812,00	853.831.785,00	743.846.807,88	1.066.331,37	744.913.139,25	741.163.869,97

Fonte: SIAFEM/SP. Valores em R\$

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

I. Descrição dos Programas Realizados

O Plano Plurianual de 2020-2023 da Defensoria Pública foi elaborado com um único programa nomeado de Programa de Assistência Jurídica, Integral e Gratuita aos Necessitados. Seu objetivo é garantir orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. O Programa tem 8 ações e 19 indicadores ao total, conforme podemos observar nas tabelas abaixo.

Programa 4200		
Indicadores de Resultado de Programa	Meta 2021	Realizado 2021
695 - Número total de atendimentos	2.674.000	2.982.688
3626 - Percentual de atendimentos diretos, integrais e multidisciplinares	73,9%	68,65%

O principal indicador de resultado de programa é o número total de atendimentos, que consiste na soma do número de atendimentos diretos (indicador 729) e indiretos (indicador 964), esse indicador global sofreu redução em razão da diminuição dos indicadores que o compõe.

A Defensoria vive, desde março de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, um processo de transformação nos seus modais de atendimento. A instituição implementou, de maneira célere, um sistema de atendimento digital, possibilitando que a população usuária dos serviços pudesse acessar a instituição mesmo nos momentos de maior distanciamento social. O contexto sanitário exigiu a edição de um Manual de Segurança Sanitária, que segue sob atualização. A instituição prioriza o atendimento presencial das pessoas excluídas digitais, expandindo-se gradualmente os percentuais de presença

física em nossas unidades, sem prejuízo do atendimento digital para as pessoas com acesso à tecnologia e do contato telefônico com aquelas que não podem comparecer presencialmente, nem tem recursos para o meio digital. Esses múltiplos canais de contato com usuários (presencial, telefônico e digital) possibilitaram que a instituição alcançasse seu recorde de atendimentos, ainda nesse contexto pandêmico.

Esses avanços alcançados no atendimento digital seguem em contínuo aprimoramento, prestando-se como um ativo para ampliar o volume de atendimentos à população e estabelecer novas formas de contato com usuários do serviço. Exemplificativamente, podemos destacar a possibilidade de atender virtualmente pessoas privadas de liberdades e custodias nas unidades do sistema prisional ou nos centros da Fundação CASA. Trata-se de medida que ampliou o acesso ao atendimento jurídico prestado pela Defensoria Pública, com redução de custos. Não se descuidou da vulnerabilidade do público atendido pela Defensoria Pública e do aumento do empobrecimento da população, o que também tem levado à intensificação de atividades itinerantes e atendimento em instituições parceiras localizadas em regiões periféricas (como os Centros de Integração da Cidadania, vinculados à Secretaria da Justiça e Cidadania).

No ano de 2021 houve incremento no volume de atendimentos diretos e indiretos. O número de atendimento indiretos foi impactado por fatores circunstanciais, como a compensação de metas pendentes do exercício de 2020, impactando o percentual de atendimentos diretos, integrais e multidisciplinares (indicador 3626).

Os produtos que integram este programa são:

Produto Atendimento Direto, Integral e Multidisciplinar de Assistência Jurídica		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
3630 - Número de postos de atendimento da Defensoria Pública	147	146
729 - Número total de atendimentos diretos, integrais e multidisciplinares realizados	1.977.000	2.047.590

Não houve, conforme previsto para o ano de 2021, expansão do número de postos de atendimento de nossa Instituição, inclusive em razão dos impactos da Lei Complementar nº 173/2020. As Unidades e os municípios atendidos serão detalhados mais adiante.

Todavia, sobre o número total de atendimentos diretos, percebe-se que foi possível superar a meta, em razão do aprimoramento das ferramentas digitais e do progressivo crescimento dos percentuais de atendimento presencial, respeitados os protocolos sanitários.

Produto Atividades Voltadas à Participação da Sociedade Civil		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
730 - Número de atividades voltadas à participação social	80	91
3632 - Número de participantes nas atividades de participação social	1.800	1.234

As atividades de participação social contemplam distintos espaços em que a sociedade civil pode se manifestar sobre as ações institucionais. Um dos principais instrumentos de participação é o Ciclo de Conferências da Defensoria, que é realizado bienalmente (nos anos ímpares). Nos termos do art. 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 2006, o Ciclo, que é realizado a cada dois anos, funciona em duas etapas: na primeira, são realizadas Pré-Conferências Regionais, abertas a toda população local, com o objetivo de discutir os problemas e formular propostas para atuação da Defensoria. Nas Pré-Conferências são eleitos/as delegados/as, que representarão a região na segunda etapa, a Conferência Estadual. Na Conferência Estadual, todas as propostas regionais são debatidas pelos/as delegados/as. Ao final, são eleitas as propostas que irão orientar a formulação do Plano de Atuação da Defensoria Pública.

Em 2021, contudo, a pandemia do coronavírus exigiu uma adaptação das atividades, visando garantir a proteção da saúde de todas as pessoas envolvidas, caminhando-se para priorizar o modelo de conferências virtuais. Nesse sentido, desde o início da pandemia as atividades de monitoramento do VII Ciclo de Conferências, ocorrido em 2019, passaram a ser realizadas pela internet, com reuniões virtuais, um painel permanente de monitoramento e canais virtuais para envio de dúvidas. De igual modo, a realização do VIII Ciclo de Conferência, em 2021, se deu de maneira preponderante no meio digital, otimizando o uso dos recursos públicos.

Diferentemente do modelo original, excepcionado somente neste momento de vigência de medidas de proteção sanitária contra o coronavírus, as pré-conferências regionais foram substituídas por pré-conferências temáticas, correlacionadas aos eixos de atuação já conhecidos, adicionando-se um novo sobre COVID-19. As pré-conferências temáticas realizaram-se virtualmente, com a participação de pessoas por intermédio da plataforma Microsoft Teams. Considerando que se trata de um evento de oitiva da sociedade civil e que a Defensoria Pública mantém sua atenção voltada ao público mais vulnerável e digitalmente excluído, as pessoas sem acesso à tecnologia puderam participar do evento das unidades da instituição, valendo-se dos equipamentos da Defensoria Pública e do apoio das equipes internas. Todas as atividades contaram com mecanismos de acessibilidade, inclusive a

presença de intérpretes de LIBRAS. Ao final de cada pré-conferência temática foram levantadas diversas propostas pela sociedade civil, que teve a oportunidade de votar e escolher até três delas, por eixo temático, durante uma semana após cada evento – tudo pela internet, sem a necessidade (ainda que possível, excepcionalmente) de comparecimento em uma Unidade da Defensoria Pública.

A Conferência Estadual também ocorreu de modo virtual e nela foram apresentadas, em 29/01/2022, as propostas eleitas e que guiarão o planejamento institucional para o próximo biênio, além de um balanço do evento.

Dentro da meta sob exame também estão abarcadas as audiências públicas, bem como os espaços semanais de “Momento Aberto” que ocorrem nas sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, mais bem detalhado no item “Conselho Superior”.

A realização das atividades em meio virtual gerou um aumento significativo de engajamento do número de participantes, ante a facilidade de participação. Conseguimos, portanto, superar a meta definida para 2021 acerca das atividades, ainda que o número de participantes tenha ficado abaixo do esperado.

Produto Atendimento Suplementar de Assistência Jurídica		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
3018 - Número de municípios atendidos exclusivamente por meio do atendimento suplementar	512	512
964 - Número total de atendimentos indiretos realizados	697.000	935.098

A manutenção do número de municípios atendidos decorre, diretamente, da ausência de expansão de postos de atendimento de nossa Instituição (indicador 3630). O número manteve-se, portanto, compatível com o que havia sido planejado para o ano de 2021.

Assim como o número total de atendimentos diretos foi impactado pelo período em que houve a suspensão das atividades presenciais, que perdurou até agosto de 2020, a fim de respeitar as medidas de isolamento social solicitadas pelas autoridades sanitárias do Estado, as entidades conveniadas, responsáveis pelo atendimento indireto, também padeceram da mesma suspensão, levando à compensação de metas no ano de 2021, o que impactou este indicador.

Produto Divulgação de Serviços e Informações da Defensoria Pública		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
3039 - Número de acessos aos meios digitais de comunicação e de materiais informativos distribuídos	6.000.000	16.504.026
901 - Número de materiais de divulgação produzidos pela defensoria pública	920	1.017

Desde o advento da pandemia a Defensoria Pública antecipou o processo de evolução para o atendimento digital que estava planejado para os anos vindouros. Houve um reflexo direto na criação de novas formas de prestação do serviço, que foi adaptada ao universo digital, em razão das medidas sanitárias para contenção da Covid-19, notadamente da necessidade de distanciamento social. Isso gerou um aumento expressivo no número de acessos ao portal institucional, que passou a disponibilizar algumas ferramentas de agendamento e atendimento virtual, a saber: DEFi, nome do nosso *chatbot*, que é um assistente de agendamento virtual e possibilita ao/à usuário/a agendar o seu atendimento, com indicação da demanda a ser resolvida; e o *Livechat*, ferramenta utilizada para o atendimento simultâneo da população usuária por parte de um servidor/defensor público. Justifica-se a extrapolação do indicador 901 em razão da distribuição de materiais sobre nossos serviços e de informações sobre como acessar benefícios assistenciais, notadamente o auxílio emergencial. Demos ampla divulgação, de maneira digital, sobre a forma de acesso aos nossos serviços, em respeito às recomendações das autoridades sanitárias.

Produto Educação em Direitos		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
1028 - Número de atividades de educação em direitos	92	48
3050 - Número de participantes dos eventos de educação em direitos	3.531	4.452

Houve uma redução no número de atividades de educação em direitos, tendo em vista a impossibilidade de realização de eventos presenciais, em razão das medidas sanitárias e de distanciamento social - o que se coaduna com o disposto no Ato Normativo do Defensor Público Geral nº 173/2020. Com a edição do Ato da Escola da Defensoria Pública nº 64/2020, órgão responsável por esses indicadores, viabilizou-se o apoio a eventos realizados por plataformas de ensino a distância, de forma virtual. Em que pese a migração no formato, o número de atividades em si ficou aquém do planejado inicialmente, mas possibilitou um incremento expressivo no número de participantes nas atividades disponibilizadas.

Produto Serviço de Informação e Orientação Remota		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
3070 - Número de acessos aos sistemas remotos e automatizados de informação	915.000	1.113.852
3071 - Número de acessos encerrados sem atendimento humano	53.000	253.461

Em relação ao indicador 3070, o realizado no ano superou a expectativa. Devido à pandemia, foram necessárias implementações sistêmicas, justificando o incremento de número de acessos remotos para agendamentos e/ou informações. Para viabilizar o agendamento das pessoas que não tinha acesso à internet, também foi ampliado para todo estado o teleagendamento gratuito, implicando num maior número de ligações. Também foi ampliado o número de acessos ao Canal do Serviço de Informações ao Cidadão e de agendamentos por meio da utilização do DEFi (assistente de agendamento virtual - chatbot).

Já o número de acessos encerrados sem atendimento ultrapassou a meta, pois houve um aumento no acesso à Unidade de Resposta Audível em razão de: i) informações disponibilizadas de forma automática devido a pandemia de COVID-19, e; ii) a URA informava a disponibilização do assistente de agendamento virtual (DEFi), para o qual migraram diversas pessoas que buscavam o atendimento telefônico.

Produto Aperfeiçoamento dos Recursos Humanos		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
733 - Número de eventos de capacitação promovidos ou contratados pela escola da defensoria pública	100	64
3055 - Número de execuções dos programas de capacitação via reembolso	1.036	575

Apesar do incentivo à realização de eventos à distância, tendo como escopo a atenuação dos prejuízos decorrentes da necessidade de distanciamento social, a impossibilidade de realização de eventos presenciais gerou impacto no indicador relativo ao número de eventos de capacitação promovidos ou contratados pela Escola da Defensoria Pública, tal como ocorrido no ano de 2020.

De igual modo, a execução dos programas de capacitação via reembolso ficou aquém do planejado, sendo indicador dependente da demanda dos/as integrantes da instituição, notando-se a diminuição no número de provocações ante o complexo contexto pandêmico.

Produto Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Indicadores de Produto	Meta 2021	Realizado 2021
735 - Percentual de equipamentos de informática dentro do prazo de garantia	59	56,7
3091 - Unidades da defensoria com integral implantação de ferramentas digitais de atendimento	100	127

Em que pese não ter sido atingida a meta relativa aos equipamentos de informática, fato é que a instituição realizou uma contratação relativa ao fornecimento de notebooks para viabilizar o incremento do trabalho remoto e a plena utilização dos canais de atendimento digital. A meta será alcançada até o fim do PPA e, ao lado da evolução no percentual de equipamentos dentro do prazo de garantia, também se avançou para um robusto sistema de atendimento digital.

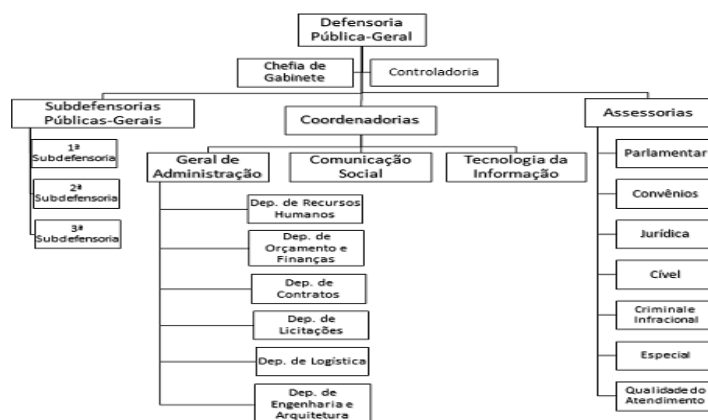
Houve, ainda, uma importante aceleração no ritmo das Unidades da defensoria que tiveram a implantação integral de ferramentas digitais de atendimento. Ademais, todas as Unidades tiveram que migrar parte do atendimento para a modalidade remota, com uso de ferramentas que não estavam previstas para o exercício, mas foram criadas em razão das restrições ao atendimento presencial em razão da Covid-19.

II. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ATENDIMENTOS, CONSELHO SUPERIOR, TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO.

II.a. Estrutura Organizacional

A Defensoria Pública tem por chefe o Defensor Público-Geral (DPG), a quem compete a Administração Superior da instituição. O DPG é nomeado pelo Governador do Estado, para um mandato de dois anos, dentre os integrantes do quadro ativo da carreira, indicados em lista tríplice, após pleito entre os membros da carreira de Defensor Público.

A gestão atual teve início em 2020 e se encerrará em maio de 2022, havendo possibilidade de recondução, dado que este é o primeiro mandato do atual DPG. Segue o organograma institucional:



A Defensoria Pública tem como órgãos da Administração Superior a Defensoria Pública-Geral, o Conselho Superior e a Corregedoria-Geral.

A Defensoria Pública-Geral é integrada pela Primeira, Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas-Gerais, pela Chefia de Gabinete, pelas Coordenadorias e pelas Assessorias.

A Primeira Subdefensoria Pública-Geral é responsável por coordenar o planejamento da instituição, acompanhando a sua execução.

À Segunda Subdefensoria subordinam-se as Defensorias Públicas Regionais da Capital e Região Metropolitana, bem como o atendimento inicial especializado cível e criminal. Já à Terceira Subdefensoria subordinam-se as Defensorias Públicas Regionais do Interior.

A Chefia de Gabinete, por sua vez, dentre as suas diversas funções, examina e prepara o expediente encaminhado ao DPG, assim como orienta e acompanha os serviços relacionados às suas audiências e representações.

Do ponto de vista de interesse das Instituições de Controle Externo, vale destacar, dentro do organograma acima, a Coordenadoria Geral de Administração, a 2ª e a 3ª Subdefensorias Públicas-Gerais, a Corregedoria Geral, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa e a Controladoria-Geral.

A Coordenadoria Geral de Administração tem como atribuições prestar serviços nas áreas de gestão orçamentária e financeira, planejamento, patrimônio, infraestrutura material, pessoal, recursos humanos, transportes, comunicações administrativas, serviços gerais e qualidade de atendimento. Nesta Coordenadoria estão localizados os Departamentos de Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Contratos, Licitações, Logística e Grupo Técnico.

A Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, ao seu turno, além de prestar assessoria de comunicação e imprensa à Defensoria Pública-Geral e aos diversos órgãos de execução, promove a divulgação das atividades da Instituição, mantém o portal de comunicação externa e zela pela identidade visual institucional.

Já a Coordenadoria de Tecnologia da Informação é o órgão responsável pelos processos de informatização e gestão de recursos tecnológicos da Defensoria Pública. As Assessorias, por sua vez, são responsáveis pelo assessoramento direto do Defensor Público-Geral, no âmbito das respectivas áreas temáticas.

A Controladoria-Geral, por derradeiro, assiste a Defensoria Pública-Geral no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do patrimônio da instituição, ao controle interno, à auditoria e à transparência na gestão pública.

De acordo com os arts. 49 e 52 da Lei Complementar nº 988/2006, os Defensores Públicos e os Núcleos Especializados são considerados órgãos de execução de nossa Instituição.

II.b. Órgãos de Execução

Compete aos Defensores a defesa judicial e extrajudicial, individual e coletiva, das pessoas necessitadas. As atividades por eles realizadas está submetida ao escrutínio da Corregedoria-Geral da Instituição, que recebe mensalmente um relatório das atividades por eles realizadas nesse período. Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado, organizados por eixos temáticos e que tem por missão institucional a prestação de suporte e auxílio no desempenho da atividade funcional dos Defensores Públicos, prestam contas semestralmente das atividades realizadas ao Conselho Superior da Defensoria. Cumpre ressaltar que, atualmente, a Defensoria conta com nove Núcleos Especializados: Cidadania e Direitos Humanos, Infância e Juventude, Habitação e Urbanismo, Segunda Instância e Tribunais Superiores, Situação Carcerária, Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, Defesa da Diversidade e Igualdade Racial, Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência e, por fim, o de Defesa do Consumidor.

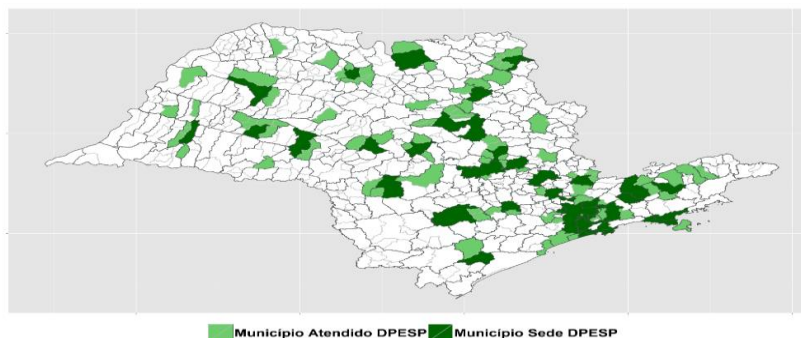
Quanto ao alcance de sua atuação direta, atualmente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo

conta com 66 unidades de atendimento e um posto avançado na Assembleia Legislativa de São Paulo, totalizando a presença da instituição em 43 municípios sede. A instituição realiza atendimento direto à população em todo o Estado, atuando, por exemplo, em diversas ações possessórias que envolvem grande número de pessoas, mesmo em cidades que não contam com unidade da Defensoria Pública. Nada obstante, considerando as cidades que contam com postos da instituição e aquelas que tem um atendimento estruturado – para acompanhamento de processos de execução prisional, visitas de atendimento à população privada de liberdade em unidades prisionais e unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, da Fundação Casa, por exemplo -, o atendimento da Defensoria Pública é apresentado na tabela e no mapa abaixo:

	Quantidade abrangida	Quantidade em %	Estado de São Paulo
Municípios sede	43	6,7	645
Municípios atendidos	133	20,6	645
Domicílios com renda até 3 salários mínimos (IBGE - 2010)	7,3 milhões	69,7	10,5 milhões
População acima de 10 anos, com renda de até 3 salários mínimos (IBGE - 2010)	20,7 milhões	70,2	29,5 milhões

Consideram-se municípios atendidos todos aqueles que compõem as comarcas que contam com unidades da Defensoria Pública do Estado, além daqueles abrangidos pelo desempenho de específicas atribuições de algumas Defensorias em mais de uma comarca, sem descuidar, como explicado acima, que a instituição também acompanha algumas demandas sensíveis e processos coletivos em municípios não marcados no mapa abaixo.

Unidades da Defensoria Pública do Estado de São Paulo



Os municípios que contam com sede de atendimento direto da Defensoria Pública para atendimento direto à população são as maiores comarcas do Estado, que abarcam cerca de 70% da população carente de São Paulo.

Cabe destacar que a Defensoria Pública atua, de forma indireta, por meio de instituições conveniadas, de forma a alcançar a plena assistência judiciária gratuita em todas as comarcas do Estado. Um dos principais convênios é celebrado com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, que conta com 36.153 advogados/as inscritos/as; sem embargo, são celebradas também distintas parcerias com órgãos do primeiro e terceiro setor.

Quanto à sua distribuição espacial, vale ressaltar que a Defensoria Pública tem buscado promover a descentralização de sua atuação, de modo a assegurar prioridade para as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional, criando-se em cada unidade instalações adequadas para atendimento à população hipossuficiente.

O quadro de pessoal da Defensoria Pública conta com um total de 1.646 servidores/as públicos/as, entre defensores/as públicos/as e servidores/as do Quadro de Apoio: oficiais de defensoria, agentes de defensoria e comissionados/as, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro de pessoal da Defensoria Pública

Cargos	Cargos	Cargos providos	2021
Defensores	900	770	771
Oficiais	612	563	552
Agentes	248	239	208
Comissionados	115	115	115

Dentre os cargos atualmente providos, existiam, ao final de 2021, 771 defensores/as públicos/as e 875 servidores/as do quadro de apoio (entre as distintas carreiras que compõem a organização). A atuação judicial da Defensoria Pública é plena dentre as competências da Justiça Estadual, compreendendo a

área cível – que abrange família, sucessões, infância e juventude, obrigações e contratos, direito imobiliário e registral e fazenda pública –, a área criminal – na qual se insere a atuação em Varas Criminais, no Tribunal do Júri, execução criminal, audiências de custódia e assistência à mulher vítima de violência em Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar – e a área da infância e juventude infracional. Tem-se, abaixo, a distribuição geográfica dos/as defensores/as públicos/as:

Número de defensores/as públicos/as de acordo com a organização da instituição					
REGIÃO/TIPO DE ATIVIDADE	2017	2018	2019	2020	2021
Capital	281	287	288	300	300
Região Metropolitana de São Paulo (excetuada Capital)	112	117	116	119	118
Interior e litoral	274	289	286	294	296
Coordenações dos Núcleos Especializados	22	22	22	23	23
Administração Superior	35	35	34	34	34
Total	724	750	746	770	771

Na carreira de agente de defensoria, que compõe o quadro de apoio da Instituição, destacamos a existência de 119 agentes psicossociais que integram os Centros de Atendimento Multidisciplinar, instaurados nas Unidades de atendimento. A atuação interdisciplinar destes/as assistentes sociais e psicólogos/as, em conjunto com defensores/as públicos/as, amplia o alcance da cidadania pelos/as usuários/as dos serviços e potencializa o acesso à justiça. Além dos/as agentes psicossociais, existem outros/as 89 agentes, em 18 especialidades distintas, que atuam na Administração Superior e nos Núcleos Especializados.

II.c. Conselho Superior

O Conselho Superior da Defensoria Pública, órgão normativo da instituição, é composto por 13 (treze) membros/as, sendo 05 (cinco) natos/as e 08 (oito) eleitos/as. Os/As membros/as, bem como os/as dirigentes da instituição, são eleitos/as para o mandato de dois anos. O Conselho conta com sessões ordinárias, que ocorrem semanalmente, às sextas-feiras, além de sessões extraordinárias convocadas eventualmente pelo colegiado. Abaixo, os dados das atividades desenvolvidas em 2021:

ATIVIDADE	2019	2020	2021
Sessões ordinárias	45	49	46
Sessões extraordinárias	9	9	22
Processos autuados	548	440	423
Processos julgados	695	456	496
Número de consultas públicas	4	5	6

Destaca-se que as sessões do Conselho Superior admitem participação popular, através do “Momento Aberto”, destinado às manifestações de cidadão/ã, inscrito/a até quinze minutos antes do início da sessão, bem como inscrito/a através de envio de vídeo até a quinta-feira que antecede a sessão por videoconferência), sobre qualquer assunto relacionado com a Defensoria Pública”, conforme o art. 31 da Deliberação nº. 1, de 2006 do CSDP, nos termos do que prevê o § 7º, artigo 29 da Lei Complementar nº 988, de 2006.

No ano de 2021, foram apresentadas 139 participações, sendo 138 em sessões por videoconferência e 1 participação em sessão híbrida, que geraram 8 demandas nesse momento.

Foram realizadas 46 sessões ordinárias, sendo 45 por videoconferência - desde 27/03/20, em razão da pandemia de COVID-19, esse passou a ser o modelo adotado - e uma de forma híbrida.

Foram feitos 35 julgamentos virtuais, nos termos da respectiva Deliberação CSDP nº 315, de 16 de abril de 2015.

Além disso, foram finalizados, em sessões ordinárias, extraordinárias e virtuais, 496 processos, os quais tiveram seus prazos suspensos em razão da pandemia. A seguir, os processos não finalizados no ano de 2021 em virtude da pandemia de COVID-19:

ATIVIDADE	2021
Vista	9
Comunicados	8
Diligências	7
Processos retirados de pauta	3

II.d. Controladoria-Geral

O órgão de controle interno na Defensoria Pública está previsto nos arts. 10 a 12 do Ato Normativo nº 80/2014, da Defensoria Pública-Geral, com o aperfeiçoamento dado pelo subsequente Ato Normativo nº 168/2019, que melhor desenhcou suas atribuições e estrutura.

A Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo é incumbida em assistir, direta e imediatamente, a Defensoria Pública-Geral no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do patrimônio da instituição, ao controle interno, à auditoria e à transparência na gestão pública. Suas atribuições estão regulamentadas internamente no Ato Normativo nº 80, de 21 de janeiro de 2014, com as alterações promovidas pelo subsequente Ato Normativo nº 168, de 14 de outubro de 2019.

Sem prejuízo das atribuições, seguindo os ditamos do Plano de Trabalho apresentado no início do exercício de 2021, e aprovado pelo Defensor Público-Geral, a Controladoria-Geral focou seu trabalho em algumas atividades.

Na temática da execução orçamentária e financeira da Defensoria Pública, a Controladoria-Geral acompanhou semanalmente a arrecadação por meio de informes encaminhados pela Coordenadoria-Geral de Administração, bem como participou das reuniões do Grupo de Planejamento Setorial.

No que tange ao acompanhamento da implementação de medidas de constante aperfeiçoamento do novo modelo de atendimento digital ou remoto ao cidadão, a Controladoria-Geral se colocou em proximidade à Central de Informações, de modo a buscar a avaliação de dados relativos ao atendimento digital. Houve acompanhamento, conjuntamente à Assessoria de Qualidade do Atendimento, do processo de monitoramento dos atendimentos virtuais nas Unidades, visando a proposta de melhoria de fluxos.

Houve esforços para a adequação da Defensoria Pública à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a participação da Controladoria-Geral nas reuniões do Órgão Encarregado, bem como avaliação do monitoramento dos processos de tratamento de dados pessoais na Instituição.

Atuou, ainda, na avaliação dos primeiros passos da Instituição no regramento sobre a implementação da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

II.e. Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral é órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado encarregado da orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta pública dos membros da instituição, bem como da regularidade do serviço, como estabelece o artigo 32 da Lei Complementar Estadual nº 988/2006.

Dentre as diversas atribuições do órgão, podem ser destacadas as seguintes:

- a) realizar a fiscalização das atividades funcionais dos/as Defensores/as Públicos/as e servidores/as por meio de correções ordinárias e extraordinárias;
- b) instaurar e instruir processos administrativos disciplinares em face de Defensores/as Públicos/as, servidores/as e estagiários/as de direito;
- c) acompanhar o estágio probatório dos/as Defensores/as Públicos/as, enviando relatórios individuais ao Conselho Superior;
- d) receber e analisar relatórios mensais de atividades dos/as Defensores/as Públicos/as e estagiários/as;
- e) organizar o serviço de estatística da Defensoria Pública do Estado.

A Corregedoria-Geral está instalada no quarto andar do prédio da Rua Boa Vista, nº 200, e conta com quatro Defensoras Públicas (uma Corregedora-Geral, uma Corregedora-Assistente e duas Corregedoras-Auxiliares), onze Servidores (uma Assessora Técnica de Defensoria Pública, um Assistente Técnico II, um Assistente Técnico I, uma Agente Administradora de Defensoria Pública, além de seis Oficiais/las de Defensoria Pública).

Os/as Servidores/as estão divididos em quatro setores: o primeiro é composto por três servidores comissionados que são responsáveis, principalmente, pelo trâmite dos processos de estágio probatório de Defensores e Defensoras Públicas, do recebimento de consultas e representações, e do andamento das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares; o segundo conta com dois Oficiais de Defensoria Pública que exercem atribuições relacionadas à cobrança e análise dos relatórios mensais dos Defensores e Defensoras Públicas e organizam as estatísticas e os formulários para a realização de correções ordinárias e extraordinárias; o terceiro setor, por sua vez, é composto por dois Oficiais de Defensoria Pública cuja atribuição é o recebimento e o processamento de reclamações encaminhadas por usuários/as dos serviços da Defensoria Pública. O quarto e último setor conta com uma Agente e duas Oficiais, que possuem atribuições relacionadas às atividades de Secretaria, tais como autuação, numeração e digitalização de expedientes e processos, controle e manutenção do arquivo do órgão, além do controle e cobrança dos relatórios de atividades de Defensores/as.

No ano de 2021, em razão da pandemia de Covid-19, a Corregedoria-Geral realizou correções ordinárias virtuais nas seguintes Unidades: Varas Singulares (em continuidade), Franca e Presidente

Prudente. No total, foram realizadas 65 correições ordinárias individuais, além de entrevistas com 7 servidores/as.

A Corregedoria Geral conta com três Comissões Processantes Permanentes (CPP), presididas pelas Corregedoras Assistente e Auxiliares. As CPP's são compostas por uma presidente e dois servidores/as, que são responsáveis pelo processamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares movidos em face de Servidores/as. As sindicâncias e processos administrativos disciplinares movidos em face de Defensores e Defensoras Públicas estão sob responsabilidade da Corregedora-Geral e da Corregedora-Assistente. No ano de 2021 tramitaram na Corregedoria-Geral três sindicâncias e cinco processos administrativos disciplinares em face de Defensores/as Públicos/as, além de sete sindicâncias e treze processos administrativos disciplinares em face de Servidores/as. Além disso, tramitaram quatro processos administrativos em face de estagiários/as de direito. Durante a instrução destes processos, foram realizadas 189 audiências para oitiva de testemunhas e colheita de depoimentos pessoais e interrogatórios.

O acompanhamento dos processos relativos ao Estágio Probatório de Defensores e Defensoras Públicas é feito pela Corregedoria-Geral com auxílio de Defensores/as Públicos/as da CAEP (Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório). Ao final de cada período é elaborado relatório individual que avalia o/a Defensor/a. No ano de 2021 a Corregedoria-Geral acompanhou 64 Defensores/as em estágio probatório, sendo elaborados 104 relatórios individuais.

A Corregedoria-Geral realiza mensalmente a conferência dos dados relativos aos relatórios mensais de atividades dos Defensores/as e, quando há necessidade, nas hipóteses de descumprimento do dever de envio de relatórios, efetua cobranças através de memorandos. Em 2021 foram enviados 2.016 memorandos a Defensores e Defensoras Públicas. Além disso, são elaboradas planilhas de dados com finalidade estatística, com o objetivo de subsidiar informações a outros órgãos da Administração, como a Primeira Subdefensoria Pública-Geral e a Coordenadoria de Comunicação Social. Em relação aos relatórios trimestrais dos/as estagiários/as de direito, ao término de cada trimestre é realizada a conferência e análise dos relatórios inseridos no sistema, com eventuais cobranças às Unidades se necessário.

A Corregedoria recebe, através de e-mail e presencialmente, reclamações de usuários/as em relação aos serviços da Defensoria Pública. Tais reclamações são processadas e analisadas, solicitando-se informações aos órgãos prestadores do atendimento, com a finalidade de verificar a ocorrência de eventual falta funcional. Em 2021 foram processadas e analisadas 699 reclamações de usuários/as.

A Corregedoria-Geral também recebe, através da mensageria institucional, consultas de Defensores/as Públicos/as, de Servidores/as e de outros órgãos da Defensoria Pública. No ano de 2021 foram recebidas e respondidas 117 consultas.

Conforme regulamentação trazida pelas Deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública nº 102/2008 e nº 321/2015, compete à Corregedoria-Geral autorizar as atividades docentes e discentes de Defensores/as e de Servidores/as Públicos/as. No ano de 2021 foram analisados 23 pedidos.

Além das atividades mencionadas, em 2021, a Corregedoria-Geral editou 16 Comunicados, 16 Atos CGDP, 12 Atos Normativos e participou de 88 reuniões com Órgãos Externos e Internos da Administração Superior, Conselho Superior, Núcleos Especializados, EDEPE, DRH e Ouvidoria-Geral. A Corregedora-Geral também presidiu e conduziu os trabalhos da CAEP – Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório, visando ao aperfeiçoamento do/a Defensor/a Público/a em estágio probatório. Além disso, participou de reuniões do Comitê de Enfrentamento e Combate ao Assédio na Defensoria Pública. Os dados quantitativos das atividades da Corregedoria-Geral no ano de 2021 são os seguintes:

ATIVIDADES	
Expedientes CGDP abertos	13
Sindicâncias instauradas - Defensores	2
Processos administrativos disciplinares sumários instaurados – Defensores/as	4
Processos administrativos disciplinares ordinários instaurados- Defensores/as	0
Sindicâncias instauradas – Servidores/as	3
Processos administrativos disciplinares sumários instaurados – Servidores/as	0
Processos administrativos disciplinares ordinários instaurados – Servidores/as	4
Procedimentos administrativos de estagiários/as instaurados	3
Audiências realizadas	189
Defensorias Públicas correccionadas	65
Correições extraordinárias	0
Inspeções	0

Pareceres expedidos em Estágio Probatório	104
Ofícios expedidos	62
Memorandos expedidos	3.272
Consultas respondidas a Defensores/as Públicos/as e Servidores/as	117
Reclamações de usuários analisadas	699
Comunicados	16
Atos CGDP	16
Atos Normativos	12
Pedidos para atividades Docentes e Discentes de Defensores Públicos	12
Pedidos para atividades Docentes e Discentes de Servidores	11
Reuniões com órgãos externos e internos	88

II.f. Atendimentos Realizados

No ano de 2021, foram realizados 2.982.688 atendimentos que tiveram por objetivo garantir a assistência jurídica integral e gratuita, propiciando defesa de qualidade dos direitos das pessoas hipossuficientes.

Esse número total de atendimentos é um dos principais indicadores utilizados pela instituição no Plano Plurianual do ciclo de 2020/2023, cujo objetivo é “garantir atendimento jurídico integral e multidisciplinar às pessoas necessitadas, por meio de orientação jurídica e educação em direitos, prevenção e mediação de conflitos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita” previsto dentro do Programa 4200 para a Defensoria Pública. Desse total, 2.047.590 foram atendimentos diretos.

Cabe aqui explicar que, até março de 2020, o primeiro atendimento era realizado mediante comparecimento pessoal nas unidades de atendimento, com exceção das cidades de São Paulo, Guarulhos e Campinas, onde deveria ser, em regra, previamente agendado. Com o advento da pandemia, o teleagendamento (feito por ligação gratuita) foi ampliado para todo o Estado, bem como passamos a utilizar o agendamento via DEFi (*chatbot*). Em conformidade com as orientações sanitárias das autoridades competentes, o atendimento da Defensoria Pública foi ajustado para ser realizado prioritariamente de modo digital, priorizando o serviço presencial para as pessoas mais vulneráveis e sem acesso aos canais virtuais – a exemplo das pessoas em situação de rua.

Todas as pessoas que apresentem demandas jurídicas cabíveis e preencham os critérios estabelecidos na Deliberação nº 89, de 2008, que estabelece parâmetros de hipossuficiência, são atendidas, mediante organização de fluxo de acordo com as urgências de cada demanda apresentada pelo usuário.

Ademais, com o fim de prestar atendimento integral, a Defensoria Pública tem Centros de Atendimento Multidisciplinar - CAMs, compostos por profissionais de Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Arquitetura que possibilitam que as demandas da população sejam compreendidas de forma mais ampla, dadas as vulnerabilidades próprias do público-alvo da instituição. Por meio desses Centros potencializa-se a atividade de solução extrajudicial de conflitos, além de se qualificar o atendimento às demandas complexas como: uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, conflitos familiares, vulnerabilidades sociais, regularizações fundiárias demandas possessórias, buscando-se, sobretudo, prestar atendimento social e/ou psicológico, com possibilidade de intervir em conflitos, mapear e articular as redes de prestação de serviços municipais e estaduais e promover educação em direitos. Seguem os dados relativos aos atendimentos realizados pelos CAMs:

Casos novos encaminhados aos CAM	
ANO	NÚMERO DE NOVOS CASOS
2016	15.139
2017	14.426
2018	32.281
2019	28.342
2020	21.089
2021	19.047

A maior parte da natureza jurídica dos casos encaminhados ao CAM versa sobre questões de família, conforme é possível observar na tabela a seguir:

Possível Natureza Jurídica das Demandas Encaminhadas aos CAM	2019	2020	2021
Família e Sucessões	12.812	9.019	8.362
Cível	8.251	5.491	5.340
Sem ação judicial viável	180	-	-
Fazenda Pública	3.049	2.312	1.788
Criminal	1.099	1.156	274
Infância e Juventude	-	1.890	2.255
Juizados de Violência Doméstica	-	1.221	1.028
Total Geral	28.342	21.089	19.047

II.g. Transparência – Serviço de Informações ao Cidadão

Em obediência ao disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 11.527/2011), assim como na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo tem aperfeiçoado sua gestão transparente de documentos, dados e informações.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) conta com servidores especializados na temática para atendimento e processamento dos pedidos de informações recebidos no Sistema e-SIC; informações e acesso a dados pessoais, por meio do Órgão Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais; e no Canal de Atendimento Fale Conosco, que a Defensoria Pública disponibiliza aos/as cidadãos/as.

Em 2021, foram registrados, no Sistema e-SIC, 598 (quinhentos e noventa e oito) pedidos de informação, com diversos objetos, dos quais um foi respondido após o prazo legal todos os demais tempestivamente. Foram adotadas as providências necessárias para que todas as solicitações de informações sejam respondidas na forma e nos prazos definidos em lei.

O Canal de Atendimento Fale Conosco registrou, em 2021, o total de 72.442 (setenta e duas mil, quatrocentas e quarenta e duas) mensagens enviadas pelos/as cidadãos/as que acessaram o Portal da Defensoria Pública na Internet e manifestaram interesse pelos serviços prestados pela instituição, em suas diversas áreas de atuação. Observa-se um incremento substancial neste dado, uma vez que o serviço teve sua porta de entrada modificada, bem como contou com a disponibilização de ferramentas tecnológicas para o atendimento da população.

No ano de 2021, o Órgão Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais registrou 73 (setenta e três) solicitações de informações e acesso a dados pessoais, devidamente respondidas no prazo legal. Em decorrência da pandemia e da inclusão das equipes do SIC em trabalho remoto, as informações prestadas por telefone à população foram concentradas no serviço do Canal do 0800 da instituição.

Todos os relatórios trimestrais produzidos pelo SIC estão disponíveis e divulgados de forma detalhada no portal da Defensoria Pública, no respectivo link: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6285>.

II.h Ouvidoria-Geral

Compete à Ouvidoria-Geral, ocupada por pessoa externa à carreira de Defensor/a Público/a, o registro, análise de dados e encaminhamento de reclamações, elogios e sugestões apresentados à Ouvidoria pelos Usuários dos serviços da Defensoria, Servidores e Defensores Públicos.

No atual mandato, a Ouvidoria-Geral é exercida pelo Dr. Willian Fernandes, eleito pela sociedade civil em lista tríplice, submetida à escolha pelo Conselho Superior. A atuação institucional do órgão foi regularmente registrada em boletins informativos (disponíveis em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2964>), que periodicamente resumem os principais dados e ações, além disso, semanalmente são publicadas newsletters que ampliam a publicidade e transparência do órgão. Cumpre registrar que a última edição do boletim, publicada em dezembro de 2021, relatou com mais detalhes as atividades realizadas no decorrer do ano, trazendo uma linha do tempo com as principais ações desenvolvidas.

- atendimentos realizados – 7.168;
- Programa Ouvidoria 100% – projeto lançado em 2021 e relacionado com a modernização e a implementação integral da Ouvidoria e seus instrumentos para possibilitar que as manifestações de usuários/as, para além da resolução individual, possam contribuir para uma leitura global da Defensoria Pública de São Paulo, com identificação da causa-raiz das insatisfações;

- Programa Faces da Defensoria – publicações mensais de histórias reais e emblemáticas sobre os obstáculos e desafios que a população enfrenta para a efetivação do acesso à justiça;
- Programa Ouvidoria em Números – projeto lançado em 2021 para publicizar os dados do órgão em formato de infográfico;
- Programa Lugar de Fala – projeto lançado em 2021 para criar condições para que grupos e minorias sociais historicamente silenciados falem por si mesmos na identificação de problemas e para apontamento de soluções relacionados aos serviços prestados pela Defensoria Pública paulista a esses segmentos;
- Realização de reuniões com o Conselho Consultivo da Ouvidoria, com os Núcleos Especializados da Defensoria Pública e com o Conselho Superior da Defensoria Pública; e
- Priorização da transparência do órgão e participação ativa na elaboração do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

III. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

III.a. Recursos Humanos

Em 2021, não foram realizados concursos para os cargos efetivos. Houve a seguinte alteração do quadro de pessoal:

- **Defensores/as Públicos/as:** Houve, em 2021, 3 exonerações e 4 posses, sendo 2 em reposição referente ao exercício anterior, e 2 reposições ao exercício de 2021.
- **Servidores/as do Quadro de Cargos Apoio: Agentes de Defensoria Pública:** houve 3 exonerações em 2021. Houve 3 posses, sendo 1 em reposição ao exercício de 2021, e 2 reposições referentes ao exercício anterior. **Oficiais/las de Defensoria Pública:** houve 9 exonerações e 4 falecimentos em 2021. Houve 13 posses em 2021, sendo 7 reposições ao referido exercício, 3 em reposição do exercício anterior, 2 reposições de falecimentos, e 1 posse em cumprimento à decisão judicial proferida no âmbito do processo n. 1009814-09.2019.8.26.0566, transitada em julgada em 22/01/2021 – provimento de cargo vago referente ao exercício anterior. **Comissionados:** houve exonerações de 9 Assistentes Técnicos de Defensoria Pública II, com 8 reposições, e; 7 exonerações de Assistente Técnico de Defensoria Pública I, com 7 reposições. Houve, ainda, 4 posses em 2021, sendo 2 no cargo de Assessor Técnico de Defensoria Pública, referente ao exercício anterior, 1 no cargo de Assistente de Defensoria Pública, também referente ao exercício anterior, e 1 no cargo de Assistente Técnico de Defensoria Pública I, igualmente referente ao exercício anterior.

Em relação ao quadro atual de cargos, as informações inseridas no AUDESP referentes a 31/12/2021 seguem abaixo.

Nome do Cargo	Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas não Providas
Assistente de Defensoria Pública	13	13	0
Defensor Público-Geral do Estado	1	1	0
Defensor Público do Estado Corregedor- Geral	1	1	0
Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado	1	1	0
Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado	1	1	0
Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado	1	1	0
Defensor Público do Estado Chefe de Gabinete	1	1	0
Defensor Público do Estado Diretor de Escola	1	1	0
Defensor Público do Estado Assessor	5	5	0
Defensor Público do Estado Corregedor- Assistente	1	1	0
Defensor Público do Estado	900	771	129
Ouvidor Geral	1	1	0
Assistente Técnico de Defensoria Pública I	32	32	0
Assistente Técnico de Defensoria Pública II	50	49	1
Diretor Técnico de Departamento de Defensoria Pública	7	7	0
Assessor Técnico de Defensoria Pública	13	13	0
Oficial de Defensoria Pública	612	552	60
Agente de Defensoria Pública	248	208	40

III.b. Gestão Documental

A Gestão Documental da Defensoria Pública tem como principal atividade a orientação e acompanhamento dos processos de produção, tramitação, tratamento técnico e destinação de

documentos, em todas as Unidades da instituição, em consonância com a Política Nacional de Arquivos, instituída pela Lei nº 8.159, 8 de janeiro de 1991.

Tal atividade é coordenada pela Divisão de Gestão Documental, vinculada ao Departamento de Logística da Coordenadoria-Geral de Administração e conta, ainda, com a Comissão Central de Gestão de Documentos (prevista nos Atos Normativos DPG nº 88, de 2014, nº 97, de 2014), órgão de caráter consultivo e deliberativo, de caráter multidisciplinar, responsável por aprovar tabelas de temporalidade e planos de destinação, além de outros projetos submetidos pela Divisão de Gestão Documental, e pelas Comissões Setoriais de Arquivos, instaladas em cada uma das Unidades da Defensoria.

Tal atividade é executada pela Divisão de Gestão Documental, vinculada ao Departamento de Logística da Coordenadoria-Geral de Administração e conta, ainda, com a Comissão Central de Gestão de Documentos (prevista nos Atos Normativos nº 88, de 2014, nº 97, de 2014, ambos da Defensoria Pública-Geral), órgão de caráter consultivo e deliberativo, de caráter multidisciplinar, responsável por aprovar tabelas de temporalidade e planos de destinação, além de outros projetos submetidos pela Divisão de Gestão Documental, e pelas Comissões Setoriais de Arquivos, instaladas em cada uma das Unidades da Defensoria Pública.

No ano de 2021, três medidas merecem destaque no que tange à gestão documental. A primeira diz respeito à eliminação de documentos físicos, prevista no Ato Normativo DPG nº 112/2016. A segunda, sobre a aplicação de procedimentos na produção e no armazenamento de documentos digitais, prevista no Ato Normativo DPG nº 164/2019. E a terceira, sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a gestão dos documentos administrativos digitais, definida no Ato Normativo DPG nº 194/2021.

A eliminação de documentos públicos é um processo complexo, que se inicia por meio das Comissões Setoriais de Arquivos, a partir da identificação e da seleção dos documentos em guarda nas Unidades, que podem ser eliminados, de acordo com a previsão da Tabela de Temporalidade, aprovada pelo Ato Normativo DPG nº 112, de 05 de maio de 2016. Feita a seleção e confirmada a possibilidade de descarte pela Divisão de Gestão Documental, são publicados, então, editais de eliminação, visando dar publicidade ao descarte, bem como viabilizar eventual oferecimento de impugnação por qualquer interessado. Somente após o decurso do prazo do edital, sem que haja qualquer óbice, é que os documentos relacionados no edital são efetivamente eliminados.

Em 2021, foi publicado, no Diário Oficial do Estado, um edital de eliminação de documentos com prazo de guarda cumprido, de acordo com o previsto na Tabela de Temporalidade e Acesso aos Documentos. O edital foi aprovado pelos órgãos competentes e contemplou 19 (dezenove) Unidades e órgãos. Segue abaixo o resumo do procedimento de eliminação:

- **Edital:** 1º/2021
- **Documentos (metros lineares):** 425,54
- **Documentos (caixas de arquivo):** 3.541
- **Quilogramas de papel:** 21.301
- **Unidades e Órgãos:** Unidade Campinas, Unidade Cível, Unidade Família, Unidade Fazenda Pública, Unidade Jabaquara, Unidade Ipiranga, Unidade Marília, Unidade Pinheiros, Unidade Presidente Prudente, Unidade Ribeirão Preto, Unidade Santana, Unidade Santo Amaro, Assessoria de Convênios, Coordenadoria Geral de Administração, Departamento de Logística, Departamento de Orçamento e Finanças, Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Atendimento Inicial Especializado ao Público e Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo.

O segundo destaque está nos procedimentos de produção e armazenamento digital de documentos, conforme o Ato Normativo DPG nº 164, de 29 de agosto de 2019. A normativa permitiu o armazenamento das informações e dos documentos em sistemas informatizados da Defensoria Pública, afastando a necessidade de arquivamento e guarda de papéis físicos.

Para os documentos recebidos é aplicado o processo de digitalização com *upload* em sistemas, conferência e autorização para a destinação dos papéis físicos.

O procedimento é aplicado de forma gradativa, priorizando inicialmente as atividades-fim, de acordo com um programa de capacitação de profissionais atuantes nas Unidades e órgãos. Segue abaixo o resumo do volume destinado:

- **Certidões:** 4
- **Documentos (metros lineares):** 122,16
- **Documentos (caixas de arquivo):** 1.018
- **Quilogramas de papel:** 6.108
- **Unidades e Órgãos:** Unidade Cível, Unidade Família, Unidade Fazenda Pública e Polo Família da Regional Central.

A destinação dos documentos (27 toneladas de papel), realizada em ambos os procedimentos, representa uma economia para a instituição, dado que se deixa de ocupar um espaço físico das Unidades e Órgãos, sem prejuízo da salvaguarda dos atos administrativos, constitutivos e extintivos de

direitos, das informações indispensáveis ao processo decisório e à preservação da memória institucional.

O terceiro destaque está na implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a produção e a gestão dos documentos digitais da área administrativa (atividades-meio).

O SEI foi implantado em junho de 2021 e, após sete meses, tem mais de 10 mil processos e 110 mil documentos gerados por mais de 500 áreas da DPESP.

Dentre os benefícios do SEI, a gestão e a produção eletrônica simplificam o acesso às informações, possibilitando pesquisa instantânea, aumento de produtividade e agilidade no trâmite dos processos, eliminação de tarefas repetitivas e aumento da segurança, com a extinção da possibilidade de extravio de documentos.

Uma das principais vantagens da mudança da cultura do papel para o digital é contribuir para a sustentabilidade ambiental, com uso adequado da tecnologia da informação e economia de recursos naturais.

Com essa mudança, diminui-se o estoque de papel, caixas e produtos acessórios para a manutenção de arquivos, o que economiza recursos públicos e ajuda na preservação do meio ambiente. Desde a implantação do SEI, estima-se que mais de duzentas mil folhas de papel tenham deixado de ser utilizadas.

A Governança do SEI começa pela Coordenadoria Geral de Administração (CGA), conforme o Ato Normativo DPG n. 194/2021, com uma equipe de gestão e suporte, e espalha-se com os/as multiplicadores/as e usuários/as em todas as Unidades e órgãos.

O contexto da pandemia impulsionou grandes modificações nos processos de trabalho, otimizando as ações de digitalização de processos e procedimentos de forma a melhorar a segurança dos dados, conferir mais inteligência e, ao final, prestar melhor serviço em favor da população do Estado.

III.c. Orçamento da Defensoria Pública

III.c.1. Lei Orçamentária Anual LOA 2021

A Lei Orçamentária Anual – Lei nº 17.309, publicada em 29 de dezembro de 2020, destinou à Defensoria Pública do Estado de São Paulo orçamento de R\$ 848.638.407,00 distribuído nas seguintes categorias:

LOA 2021		
Pessoal	432.413.887,00	50,95%
Custeio	414.494.582,00	48,84%
Investimento	1.729.938,00	0,20%
Orçamento Total	848.638.407,00	100,00%

Dotação Orçamentária 2021 – Detalhamento por Fontes de Recursos

FONTES DE RECURSOS					
	001-Tesouro	002-FAJ	083-FID	003-Fundepe	Total
Pessoal	149.002.002	283.411.885			432.413.887
Custeio	1.327.169	407.983.520	10	5.183.883	414.494.582
Investimento		1.694.938		35.000	1.729.938
Total	150.329.171	693.090.343	10	5.218.883	848.638.407

III.c.2. Receitas

A receita do exercício de 2021 foi de R\$ 1.126.098.069,16 - Fontes 1, 2, 083 (a receita do FUNDEPE é objeto de item próprio no presente relatório), assim distribuída:

- Tesouro (Fonte 1) no valor de R\$ 150.317.211,20;
- Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) no valor de R\$ 945.005.081,39 mais rendimentos e outras receitas no valor de R\$ 30.207.046,14, totalizando nesta fonte (Fonte 2) R\$ 975.212.127,53; e
- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID (Fonte 083) no valor de R\$ 568.730,43.

RECEITA TOTAL			
	2019	2020	2021
Receitas	889.070.278,39	877.700.433,09	1.126.098.069,16
Variação (%)	5,04%	-1,28%	28,30%

III.c.3. Execução Orçamentária

No exercício de 2021, o orçamento da Coordenadoria Geral de Administração (Fontes 1 e 2) teve 88,49% de execução, atribuídos ao sucesso nas negociações dos contratos, em especial de locações de imóveis, revisão nos termos de convênios e parcerias e a implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informação, que otimizou o custo operacional.

PRODUTO / AÇÃO / NATUREZA DA DESPESA	LOA 2021 COM ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR EMPENHADO	TOTAL EMPENHADO %	SALDO LOA 2021
Produto 221: Divulgação de serviços de informações da Defensoria Pública				
5795 - Ações de comunicação institucional	53.847,00	23.187,62	43,06%	30.659,38
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.226,00	17.566,62		30.659,38
33.90.40 - SERVIÇOS DE TI E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.621,00	5.621,00		-

Produto 220: Atendimento Suplementar de Assistência Jurídica				
5796 - Prestação de assistência jurídica suplementar	254.103.443,00	176.952.270,75	69,64%	77.151.172,25
33.40.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - PRIMEIRO SETOR	248.796,00	192.824,50		55.971,50
33.50.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - TERCEIRO SETOR	10.386.952,00	6.849.451,21		3.537.500,79
33.90.36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - OAB/CAU/CREA	218.576.000,00	146.523.283,68		72.052.716,32
33.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - OAB	2.000.000,00	1.862.745,10		137.254,90
33.90.41 - CONTRIBUIÇÕES -FUNAP/UNESP/UNIV.S.C DO SUL/IMESC	22.891.695,00	21.523.966,26		1.367.728,74

Produto 218: Atendimento direto, integral e multidisciplinar de Assistência Jurídica				
5798 - Gestão e funcionamento da Defensoria Pública	644.902.600,00	617.716.662,49	95,78%	27.185.937,51
31.90.07 - CONTRIBUIÇÃO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	708.690,00	708.453,14		236,86
31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	425.681.005,00	422.965.951,67		2.715.053,33
31.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.494.226,00	2.287.046,43		207.179,57
31.90.96 - RESSARC. DESP. PESS. REQUISITADO	100.000,00	100.000,00		-
31.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	84.870.933,00	84.857.388,20		13.544,80
33.90.08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	53.083,00	11.400,85		41.682,15
33.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL	1.478.020,00	615.540,64		862.479,36
33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.048.326,00	263.256,88		1.785.069,12
33.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.155.161,00	1.966.738,76		1.188.422,24
33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	33.347.282,00	29.591.781,87		3.755.500,13
33.90.37 - SERVIÇOS DE LIMPEZA, VIGILÂNCIA E OUTROS-PESSOA JURÍDICA	25.256.311,00	23.260.865,91		1.995.445,09
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.898.676,00	29.334.657,88		7.564.018,12
33.90.46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	18.509.634,00	15.936.009,00		2.573.625,00
33.90.47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	19.177,00	6.581,34		12.595,66
33.90.49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	2.329.096,00	489.892,40		1.839.203,60
33.90.50 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	5.050.621,00	3.579.527,24		1.471.093,76
33.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	7.800,93		2.199,07
33.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.965.190,00	1.298.807,75		666.382,25
33.91.39 - OUT SERV DE TERC - PJ INTRA ORÇAMENTÁRIAS	427.169,00	415.209,60		11.959,40
44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500.000,00	19.752,00		480.248,00
Produto 1488: Serviço de Informação e Orientação Remota				
Ação: 6288 - Prestação de informações e orientações remotas	6.341.257,00	5.862.676,32	92,45%	478.580,68

33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.341.257,00	5.862.676,32		478.580,68
Produto 219: Atividades Voltadas a participação da Sociedade Civil				
Ação: 6309 - Realização de conferências, audiências públicas e sessões de conselho superior	155.480,00	0,00		155.480,00
33.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	51.332,00			51.332,00
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104.148,00			104.148,00
Produto 224: Modernização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação				
5799 - Gestão e expansão dos serviços de TI da Defensoria Pública	28.354.377,00	25.816.636,08	91,05%	2.537.740,92
33.90.35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.414.255,00	2.041.229,64		373.025,36
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.384.955,00	760.882,79		624.072,21
33.90.40 - SERVIÇOS DE TI E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	23.270.390,00	22.116.305,34		1.154.084,66
33.90.50 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	89.839,00	86.773,51		3.065,49
44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.194.938,00	811.444,80		383.493,20
TOTAL GERAL	933.911.004,00	826.371.433,26	88,49%	107.539.570,74

DETALHAMENTO	LOA COM ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR EMPENHADO	TOTAL EMPENHADO %	SALDO LOA 2021
PESSOAL	513.854.854,00	510.918.839,44	99,43%	2.936.014,56
CUSTEIOS	418.361.212,00	314.621.397,02	75,20%	103.739.814,98
INVESTIMENTOS	1.694.938,00	831.196,80	49,04%	863.741,20
TOTAL GERAL	933.911.004,00	826.371.433,26	88,49%	107.539.570,74

III.c.4. Receitas X Despesas (2021)

No exercício de 2021, a receita das Fontes 1 e 2 foi de R\$ 1.126.098.069,16 e despesas no valor de R\$ 826.371.433,26 (excluídas a receita do FUNDEPE - Fonte 3 - e despesas da EDEPE, objeto de item próprio no presente relatório), resultando em superávit de R\$ 299.726.635,90.

RECEITAS					DESPESAS				
Meses	Tesouro	FAJ	FID	Total	Pessoal	Custeios	Investimentos	TOTAL	RESULTADO
Janeiro	39.050.387,37	61.383.477,17	10,00	100.433.874,54	38.984.316,57	3.681.170,19	-	42.665.486,76	
Fevereiro	38.677.465,62	65.821.803,41		104.499.269,03	38.606.045,62	10.812.702,12	-	49.418.747,74	
Março	42.407.075,18	85.368.004,52		127.775.079,70	42.312.951,98	13.538.681,22	-	55.851.633,20	
Abril	29.146.295,03	61.386.684,67		90.532.979,70	38.682.497,85	11.506.500,83	-	50.188.998,68	
Maio	41.200,80	75.728.831,93		75.770.032,73	38.753.757,94	13.026.801,83	-	51.780.559,77	
Junho	58.008,80	90.582.090,42		90.640.099,22	47.206.428,29	13.138.998,14	-	60.345.426,43	
Julho	71.226,40	78.858.624,48		78.929.850,88	39.846.758,04	16.238.725,15	19.752,00	56.105.235,19	
Agosto	79.832,80	98.556.520,33		98.636.353,13	40.271.206,97	15.105.714,20	120,00	55.377.041,17	
Setembro	89.072,80	79.213.900,90		79.302.973,70	44.534.694,75	31.396.152,77	-	75.930.847,52	
Outubro	87.752,80	80.422.809,46	568.720,43	81.079.282,69	41.282.666,87	27.654.961,02	-	68.937.627,89	
Novembro	93.892,80	95.359.842,91		95.453.735,71	40.111.046,34	29.779.934,61	-	69.890.980,95	
Dezembro	515.000,80	102.529.537,33		103.044.538,13	60.326.468,22	128.741.054,94	811.324,80	189.878.847,96	
TOTAL	150.317.211,20	975.212.127,53	568.730,43	1.126.098.069,16	510.918.839,44	314.621.397,02	831.196,80	826.371.433,26	299.726.635,90

III.c.5. Evolução da Despesa por grandes grupos: Pessoal – Custeio – Investimento

Liquidados	2019	VaR%	2020	VaR%	2021	VaR%
Pessoal	471.675.664,65	6,7%	490.728.394,17	4,0%	510.918.839,44	4,1%
Custeio	400.244.099,23	3,7%	399.804.396,94	-0,1%	314.621.397,02	-21,3%
Investimento	3.429.224,66	-40,1%	2.647.759,46	22,8%	831.196,80	68,6%
Total	875.348.988,54	5,0%	893.180.550,57	2,0%	826.371.433,26	-7,5%

Valores liquidados por tipo de despesa

Liquidados	2019	2020	2021
Pessoal	471.675.664,65	490.728.394,17	510.918.839,44
Custeio	400.244.099,23	399.804.396,94	314.621.397,02
Investimento	3.429.224,66	2.647.759,46	831.196,80
Total	875.348.988,54	893.180.550,57	826.371.433,26
TOTAL (VARIAÇÃO EM %)	5,0%	2,0%	-7,5%

III.c.6. Despesas de 2021 e evolução dos exercícios de 2019 a 2021

TIPO DE DESPESAS	2021	PARTICIPAÇÃO %
FOLHA DE PESSOAL	510.918.839,44	61,83%
CONVÊNIO OAB	147.922.468,78	17,90%
CONTRATOS EM GERAL	57.501.216,86	6,96%
DEMAIS DESPESAS	36.656.118,64	4,44%
CONVÊNIOS E PARCERIAS	29.029.801,97	3,51%
CONTRATOS TI	25.005.191,28	3,03%
AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	16.425.901,40	1,99%
REFORMAS E OBRAS	1.546.511,44	0,19%
INVESTIMENTOS	831.196,80	0,10%
TX SPPREV	415.209,60	0,05%
AQUISIÇÕES EM GERAL	118.977,05	0,01%
TOTAL	826.371.433,26	100,00%

LIQUIDADOS 2021						
TIPO DE DESPESAS	2019	VaR%	2020	VaR%	2021	VaR%
PESSOAL	471.675.664,65	6,67%	490.728.394,17	4,04%	510.918.839,44	4,11%
AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	17.102.403,42	42,16%	16.834.296,16	-1,57%	16.425.901,40	-2,43%
TX SPPREV	420.851,40	5,66%	427.168,92	1,50%	415.209,60	-2,80%
CONVÊNIO OAB	240.988.284,63	1,19%	247.954.366,68	2,89%	147.922.468,78	-40,34%
CONVÊNIOS E PARCERIAS	29.298.219,05	4,11%	29.109.631,38	-0,64%	29.029.801,97	-0,27%
CONTRATOS EM GERAL	57.092.899,53	5,57%	52.686.181,24	-7,72%	57.501.216,86	9,14%
DEMAIS DESPESAS	40.868.245,17	1,66%	34.167.383,26	-16,40%	36.656.118,64	7,28%
REFORMAS E OBRAS	1.458.681,56	-95,33%	5.422.289,21	271,73%	1.546.511,44	-71,48%
AQUISIÇÕES EM GERAL	1.322.218,10	-40,09%	717.431,28	-45,74%	118.977,05	-83,42%
DESPESAS CTI	11.692.296,37	-18,04%	12.485.648,81	6,79%	25.005.191,28	100,27%
INVESTIMENTOS	3.429.224,66	289,35%	2.647.759,46	-22,79%	831.196,80	-68,61%
TOTAL CONSOLIDADO	875.348.988,54	4,97%	893.180.550,57	2,04%	826.371.433,26	-7,48%

III.d. Atividades da Assessoria de Qualidade do Atendimento

A Assessoria de Qualidade do Atendimento auxilia a Administração Superior em todos os temas que envolvem atendimento ao público, realizando estudos, visitas, acompanhando inauguração de atendimentos, aprimorando atendimentos já implantados, buscando a solução de problemas que atrapalhem o fluxo do atendimento, dentre outros.

Em virtude da pandemia da COVID-19, houve a implementação, no ano de 2020, do atendimento virtual em todas as unidades da Defensoria, fluxo que veio a ser consolidado ao longo do ano de 2021, demandando atenção especial dessa Assessoria com relação à efetivação e monitoramento da nova metodologia de trabalho.

Além disso, em movimento já iniciado em 2020 e que foi evoluindo ao longo de 2021, com o monitoramento da evolução da pandemia, o atendimento presencial teve paulatino incremento, voltando a patamares mais robustos, pelo que a Assessoria de Qualidade do Atendimento passou a efetivar cada vez mais esforços com vistas à garantia de qualidade em ambas as formas de atendimento.

Ademais, a Assessoria é responsável por gerir o contrato de prestação de serviços de teleatendimento, realizando mensalmente o ateste da prestação de serviços, com a análise dos índices de serviços e produtividade do atendimento, averiguando o funcionamento conforme o volume de ligações recebidas e a busca por atendimento.

A Assessoria presta auxílio às Unidades de Atendimento nas demandas relacionadas ao teleatendimento, como também nas ocorrências das Subouvidorias, acerca do atendimento, geradas por usuários.

O órgão é responsável por executar a ação de aperfeiçoamento de gestão administrativa, acompanhando os indicadores: Número de acessos aos Sistemas Remotos e Automatizados; Número de acessos encerrados sem atendimento humano e Unidades da Defensoria com Integral Implantação de Ferramentas Digitais de Atendimento.

III.e. Coordenadoria de Tecnologia de Informação

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) vem atuando de forma a modernizar a infraestrutura tecnológica, promover a instalação e a melhoria do ambiente de rede de dados e servidores, e desenvolver sistemas e soluções informatizados que incorporam novas tecnologias ao sistema de atendimento ao cidadão. Várias ferramentas foram incorporadas para viabilizar o atendimento remoto ao usuário (soluções de *chatbot*, *livechat*, telefonia *voip* *Intragov*, *DaaS* *Notebooks*), dada a necessidade de cumprimento das medidas de isolamento social.

Entre as principais atividades da Coordenadoria estão o apoio técnico e a elaboração de projetos para aquisições de produtos e serviços de TI; a contratação de serviços técnicos operacionais de desenvolvimento, implantação e manutenção contínua de softwares da plataforma de sistemas Defensoria Online (DOL); contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica (com fornecimento de materiais, manutenção e suporte técnico 24x7x365); aquisição de ferramentas para serviços técnicos de manutenção de TI e atualização da estrutura de tecnologia da informação nas Unidades e salas de atendimento da Defensoria Pública em todo o Estado.

De modo a atender às necessidades tecnológicas da instituição, a CTI contrata empresas para a prestação de serviços de impressão, desenvolvimento de sistemas, suporte técnico, hospedagem de servidores e armazenamento de dados. Os valores empregados em cada uma dessas contratações se encontram descritos na tabela abaixo:

RUBRICA	EMPENHADO 2021 (R\$)	%
Prodesp - Help Desk	1.350.078,78	4,70%
PRODESP - Desenvolvimento Sistemas	5.203.795,83	18,10%
Prodesp - Cloud pública e privada	824.671,56	2,87%
Prodesp - Hospedagem Gerenciada Sistemas SPA/SPP/SGF	102.521,40	0,36%
Prodesp - Sistema de gestão de materiais (SAM)	5.977,87	0,02%
Prodesp - Assistente Virtual (Chatbot)	1.149.575,04	4,00%
Prodesp - Microsoft 365	1.280.498,92	4,45%
Prodesp - Daas Notebooks	9.230.220,88	32,10%
Links Intragov *	1.296.000,00	4,51%
Outsourcing de impressão	1.172.994,07	4,08%
Ongoing - Serviço de manutenção Data Center (antigo contrato)	525.801,50	1,83%
Ongoing - Serviço de manutenção Data Center (novo contrato)	290.289,35	1,01%
Modens 4G	119.280,00	0,41%
Certificado Digital SSL	3.742,00	0,01%
Certificado Digital A3 (antigo contrato)	13.420,50	0,05%
Certificado Digital A3 (novo contrato) *	26.136,02	0,09%
Microsoft Premier	289.112,40	1,01%
IPT - Serviço de desenvolvimento e manutenção da plataforma DOL	1.193.176,56	4,15%
Gartner (Mensal)	830.485,08	2,89%
Gartner (Eventos - sob demanda)	63.950,00	0,22%
Módulo SAJ Integração (Mensal)	1.352.063,52	4,70%
Módulo SAJ Integração (Horas de Consultoria - sob demanda)	158.112,00	0,55%
Truly-Rocketchat (Mensal + Capacitação)	822.134,84	2,86%

Truly-Rocketchat (Implantação - pgto único + Banco de Horas - sob demanda)	222.115,66	0,77%
Solução de Backup	21.664,17	0,08%
Ferramenta de BPM – Lucidchart	6.000,00	0,02%
Serviço de instalação de desktops	115.675,45	0,40%
Solução de Firewall - Banco de horas *	10.725,00	0,04%
Serviço de suporte Oracle *	13.129,59	0,05%
Switches	1.040.000,00	3,62%
Ferramenta de suporte técnico remoto (Splashtop)	19.326,00	0,07%
Total	28.752.673,99	100,00%

Cumpra registrar que as empresas marcadas com um asterisco não entregaram as faturas de novembro e/ou dezembro/2021. Por essa razão, esses valores não estão contabilizados no total faturado.

III.f. Assessoria de Convênios

A Assessoria de Convênios tem como escopo firmar parcerias com órgãos ou entidades, públicos ou privados, visando à consecução das atribuições institucionais da Defensoria Pública, bem como acompanhar a execução de seus planos de trabalho. Atualmente, a Instituição conta com 105 (cento e cinco) parcerias em vigor, seja entre convênios, termos de cooperação e outros ajustes similares. A principal parceria da instituição é com a OAB/SP.

No ano de 2021, esse convênio foi responsável por 343.653 atuações em favor de assistidos hipossuficientes em todo o Estado de São Paulo. O valor liquidado nesse convênio foi de R\$ 141.568.101,78. Em 1º de maio de 2021, foi celebrado um novo ajuste, o qual trouxe uma correção de 6% (seis por cento) na tabela de honorários, índice pactuado entre as convenientes e que englobará o período de julho de 2019 até abril de 2021. Houve um parcelamento do índice na seguinte forma: 2,88% aplicado a partir de 1º de maio, 1,56% a partir de 1º de agosto e 1,56% a partir de 1º de dezembro de 2021. Quanto à correção, insta esclarecer que, considerando a crise econômica que assolou a todos em razão da pandemia do COVID-19, o que, evidentemente, afetou também a Defensoria Pública, e considerando as obrigações legais da instituição com despesas de pessoal, custeio e a necessidade de cumprimento das metas orçamentárias, bem como de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi pactuado o índice acima em patamar inferior ao apurado no período abrangido quando considerado o IPC-FIPE.

Além da parceria com a OAB/SP, a Defensoria Pública conta com outros convênios e termos de colaboração também destinados à prestação da assistência jurídica suplementar. Alguns deles têm uma faceta multidisciplinar, dado que contam com profissionais da área da psicologia e assistência social. Além da vantagem da multidisciplinariedade, eles representam uma grande economia para a Instituição. Temos, atualmente, 29 (vinte e nove) parcerias que prestam assistência jurídica suplementar, sendo que destas, oito não possuem repasse financeiro. Em relação às parcerias com repasse, no ano de 2021 fora aplicado, como regra e paulatinamente, quando das prorrogações, o percentual de 4% (quatro por cento) de reajuste autorizado em outubro.

Além destas, vale ressaltar as parcerias técnicas de 2021, as quais visavam ao auxílio à assistência jurídica. Dentre elas, destacam-se as que propiciam a elaboração de laudos de engenharia e arquitetura, através dos convênios com o CREA/SP e o CAU/SP, respectivamente. Ainda, destacam-se outras duas parcerias que têm por finalidade subsidiar os feitos patrocinados pelos/as defensores/as públicos/as, tais como o ajuste com o IMESC, que propicia a realização de laudos extraprocessuais de erro médico, psiquiátricos, medicina legal e de investigação de vínculo genético, bem como a parceria com a UNESP, a qual visa a produção de laudos pré-processuais de investigação de vínculo genético. A Assessoria de Convênios é também responsável pela fiscalização das entidades parceiras. Em 2021, foram julgados 16 (dezesesseis) processos administrativos fiscalizatórios em face das entidades parceiras, sendo aplicadas 14 (quatorze) penas de advertência e 02 (dois) arquivamentos.

Quanto ao convênio mantido com a OAB/SP, de um total de 1.350 (mil, trezentos e cinquenta) procedimentos fiscalizatórios julgados, foram aplicadas 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) advertências, sendo 32 (trinta e duas) cumuladas com suspensão temporária, 179 (cento e setenta e nove) suspensões, sendo 20 (vinte) cumuladas com suspensão cautelar, 13 (treze) descredenciamentos, 668 (seiscentos e sessenta e oito) arquivamentos, 18 (dezoito) retirados de pauta, 02 (dois) convertidos em diligências e outros 18 (dezoito) encaminhados à recursal em razão de empate de votos.

III.f.1 Relação de parcerias do 1º setor

Relação de Aditamentos celebrados:

- 1. Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC:** 3º Aditamento ao Convênio nº 01/2017; Data de assinatura: 27/05/2021; Objeto: a oferta de laudos médico-legais, psiquiátricos, de erro médico e de investigação de vínculo genético por meio de identificação de polimorfismos de DNA “inter vivos”, aos usuários da Defensoria Pública do Estado nos procedimentos extrajudiciais; Vigência: 15 (quinze) meses a partir do dia 30 de maio de 2021; Valor global: R\$ 871.290,00 (oitocentos e setenta e um mil e duzentos e noventa reais); Fonte de recursos Estadual.
- 2. Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel – FUNAP:** 3º Aditamento ao Convênio nº 01/2019; Data de assinatura: 28/10/2021; Objeto: a inclusão de estabelecimentos prisionais para cobertura ordinária no Convênio nº 01/2019, cuja finalidade é a prestação de serviços de assistência jurídica suplementar aos presos internados condenados e provisórios, carentes de recursos, recolhidos nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo; Vigência: 12 (doze) meses a partir do dia 1º de novembro. Valor global: R\$ 21.765.292,32 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos); Fonte de recursos Estadual.
- 3. Universidade Municipal de São Caetano do Sul:** 1º Aditamento ao Convênio nº 01/2020; Data de assinatura: 09/11/2021; Objeto: a inclusão de locais de atuação para a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica gratuita aos legalmente necessitados nas áreas de Família, Cível e Criminal; Vigência: 15 (quinze) meses a partir de 10 de novembro de 2021; Valor global: R\$ 248.395,20 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos); Fonte de recursos Estadual.
- 4. Município de Tarumã:** 2º Aditamento ao Convênio nº 04/2019; Data de assinatura: 29/11/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica gratuita aos legalmente necessitados nas áreas de Família, Cível e Criminal; Vigência: 15 (quinze) meses a partir de 15 de janeiro de 2022; Valor global: R\$ 97.495,50 (noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos); Fonte de recursos Estadual. Cumpre consignar que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo não formalizou, durante o ano de 2021, novos ajustes com órgãos integrantes da Administração Pública, Direta ou Indireta, cujo objeto previsse a transferência de recursos originários desta instituição.

III.f.2 Relação de parcerias do 3º setor

Relação de Aditamentos celebrados:

- 1. Organização Educacional Barão de Mauá:** 4º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 03/2017; Data de assinatura: 13/01/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas de Cível/Família e Juizado Especial Criminal, da Comarca de Ribeirão Preto; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 20/01/2021; Valor global: R\$ 283.603,65 (duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e três reais e sessenta e cinco centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 2. ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude:** 2º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 03/2017; Data de assinatura: 26/01/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Cível e Família, na Comarca de Guarulhos; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 01/02/2021; Valor global: R\$ 314.793,15 (trezentos e quatorze mil, setecentos e noventa e três reais e quinze centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 3. Associação de Ensino de Ribeirão Preto - AERP:** 4º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 05/2017; Data de assinatura: 11/02/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas de Cível/Fazenda Pública, Família e Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Comarca de Ribeirão Preto; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 16/02/2021; Valor global: R\$ 340.051,20 (trezentos mil e cinquenta e um reais e vinte centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 4. Obras Sociais Nossa Senhora AQUIROPITA:** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 06/2017; Data de assinatura: 11/02/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Cível, Família, Infância e Juventude Cível e Juizado Especial de Violência Familiar e Contra a Mulher, na Comarca de São Paulo; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 12/02/2021; Valor global: R\$ 1.423.892,85 (um milhão, quatrocentos e vinte e três e mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 5. União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região - UNAS:** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 08/2017; Data de assinatura: 24/02/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Cível, Família e Infância e Juventude Cível, na Comarca de São Paulo; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 26/02/2021; Valor global: R\$ 317.689,80 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos); Fonte de recursos: Estadual.

- 6. Associação Educacional Toledo:** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 07/2016; Data de assinatura: 24/02/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Cível, Família, JEC, JECRIM, Criminal e VEC, na Comarca de Presidente Prudente; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 26/02/2021; Valor global: R\$ 724.436,70 (setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 7. ONG DCM – Defesa e Cidadania da Mulher:** 2º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 04/2018; Data de assinatura: 05/03/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas de Família, Cível e Curadoria Especial, da Comarca de Santos e Praia Grande; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 18/03/2021; Valor global: R\$ 321.412,50 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 8. Escritório Modelo – Fundação São Paulo (PUC):** 4º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 06/2016; Data de assinatura: 25/03/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho para a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Família, Cível, Curadorias Especiais, Juizado de Violência Doméstica e demandas coletivas, da Comarca de São Paulo; Vigência: da data de sua assinatura até 02/01/2022; Valor global: não se aplica; Fonte de recursos: Estadual.
- 9. Casa de Isabel – Centro de Apoio à Mulher à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco:** 3º aditamento ao Termo de Colaboração nº 10/2017; Data de assinatura: 25/03/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas de Família e Infância e Juventude Cível, da Comarca da Capital/SP; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 27/03/2021; Valor global: R\$ 431.168,10 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e sessenta e oito reais e dez centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 10. Fundação Toledo:** 4º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 05/2016; Data de assinatura: 19/04/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho para a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas Família, Cível e Juizados Especiais, da Comarca de Bauru; Vigência: da data de sua assinatura até 30/11/2021; Valor global: não se aplica; Fonte de recursos: Estadual.
- 11. Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Padre Ezequiel Ramin":** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 11/2017; Data de assinatura: 22/04/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente na área da Infância e Juventude Infracional, na Comarca da Capital; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 26/04/2021; Valor global: R\$ 241.364,25 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 12. Associação Beneficente Menina dos Olhos de Ouro:** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 12/2017; Data de assinatura: 30/04/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas Cível, Família, Infância e Juventude Cível e Juizado Especial de Violência Familiar e Contra a Mulher, na Comarca de São Paulo; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 01/06/2021; Valor global: R\$ 341.943,30 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais e trinta centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 13. Associação de Ensino Dom Bosco de Monte Aprazível:** 2º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 06/2018; Data de assinatura: 27/05/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas Cível e Juizado Especial Cível, na Comarca de São José do Rio Preto e Monte Aprazível; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 01/06/2021; Valor global: R\$ 65.289,75 (sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco); Fonte de recursos: Estadual.
- 14. Associação Prudentina de Ensino e Cultura - UNOESTE:** 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 14/2017; Data de assinatura: 30/07/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho e a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente da Comarca de Presidente Prudente nas áreas Família, Cível, Juizado Especial Cível, Penal e Juizado Especial Criminal; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 01/08/2020; Valor global: R\$ 64.940,85 (sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos); Fonte de recursos: Estadual.
- 15. CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos e Região:** 6º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 03/2016; Data de assinatura: 30/07/2021; Objeto: a readequação do plano de trabalho para a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, especialmente nas áreas de Família, Cível, Juizados Especiais Cível e Criminal e CEJUSC, da Comarca de São José dos Campos; Vigência de 01/08/2021 a de 15/11/2021; Valor global: R\$ 132.065,01 (cento e trinta e dois mil e sessenta e cinco reais e um centavo centavos); Fonte de recursos: Estadual.

16. Centro Oscar Romero de Defesa dos Direitos Humanos - COR: 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 02/2018; Data de assinatura: 02/12/2021; Objeto: a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, nas áreas de Família, Cível e Infância e Juventude não Infracional, dos Foros Regionais de Jabaquara, Santo Amaro e no Foro Distrital de Parelheiros; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 03/12/2021; Valor global: R\$ 609.890,85 (seiscentos e nove mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos); Fonte de recursos: Estadual.

17. Centro Espírita Caminho de Luz: 3º Aditamento ao Termo de Colaboração nº 01/2018; Data de assinatura: 09/11/2021; Objeto: readequação do plano de trabalho para a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, na área da Família, Cível e Fazenda Pública, da Comarca de Taubaté; Vigência de 15 (quinze) meses a contar de 10/11/2021; Valor global: R\$ 132.511,20 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e onze reais e vinte centavos); Fonte de recursos: Estadual. Cumpre consignar que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo não formalizou, durante o ano de 2021, novos ajustes com Organizações da Sociedade Civil cujo objeto previsse a transferência de recursos originários desta instituição.

III.f.3 Anexo RP-01 Repasses a órgãos públicos - relação dos valores transferidos decorrentes de convênio ou caracterizados como auxílios, subvenções ou contribuições

			LEI		CONVÊNIO					
TIPO	BENEFICIÁRIO/ CNPJ	ENDEREÇO	Nº	DATA	Nº	DATA	FINALIDADE	DATA DO PAGTO	FONTE	VALOR EM REAIS
Convênio	Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel – FUNAP / CNPJ nº 49.325.434/0001-50	R. Líbero Badaró, 600 - Centro, São Paulo - SP, 01008-908	8	21/06/1993	01/2019	01/05/2019	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	13/01/2021	Estadual	1.729.681,89
								09/02/2021		1.729.681,89
								05/03/2021		1.729.681,89
								09/04/2021		1.729.681,89
								11/05/2021		1.729.681,89
								15/06/2021		1.729.681,89
								12/07/2021		1.729.681,89
								11/08/2021		1.729.681,89
								16/09/2021		1.729.681,89
								15/10/2021		1.729.681,89
								11/11/2021		1.729.681,89
								13/12/2021		1.813.774,36
TOTAL									20.840.275,15	

			LEI		CONVÊNIO					
TIPO	BENEFICIÁRIO / CNPJ	ENDEREÇO	Nº	DATA	Nº	DATA	FINALIDADE	DATA DO PAGTO	FONTE	VALOR EM REAIS
Convênio	Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC/ CNPJ nº 43.054.154/0001-79	Rua Barra Funda, 824, Barra Funda, São Paulo/ SP, CEP 01152-000	8	21/06/1993	01/2017	30/08/2017	Realização de perícias médico-legais, psiquiátricas, de erro médico e de investigação de vínculo genético aos beneficiários da justiça gratuita nos procedimentos extrajudiciais dos usuários da Defensoria	04/03/2021	Estadual	5.421,36
								04/03/2021		3.872,40
								25/03/2021		2.323,44
								27/05/2021		3.872,40
								27/05/2021		6.583,08
								02/08/2021		8.132,04
								02/08/2021		1.936,20
								22/09/2021		10.455,48
								22/09/2021		2.323,44
								23/11/2021		10.455,48
								23/11/2021		7.357,56
TOTAL									62.732,88	

			LEI		CONVÊNIO					
TI PO	BENEFICIÁRIO/ CNPJ	ENDE REÇO	N º	DA TA	Nº	DA TA	FINAL IDADE	DATA DO PAGTO	FONT E	VALOR EM REAIS
Convênio	Prefeitura Municipal de Tarumã/ CNPJ nº 64.614.449/0001-22	Rua Aroeira, 482, Vila das Árvoreas, Tarumã/SP, CEP 19820-000	8666	21/06/1993	04/2019	15/07/2019	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	11/02/2021	Estadual	2.916,54
								11/02/2021		3.333,18
								11/02/2021		5.539,25
								11/02/2021		5.539,25
								15/03/2021		5.539,25
								14/06/2021		5.539,25
								14/06/2021		6.249,72
								21/07/2021		6.249,72
								26/07/2021		5.539,25
								19/08/2021		6.249,72
								31/08/2021		6.249,72
								04/11/2021		6.249,72
								04/11/2021		6.249,72
								30/11/2021		6.249,72
TOTAL									77.694,01	

			LEI		CONVÊNIO					
TIPO	BENEFICIÁRIO/ CNPJ	ENDEREÇO	Nº	DATA	Nº	DATA	FINALIDADE	DATA DO PAGTO	FONTE	VALOR EM REAIS
Convênio	Universidade estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ CNPJ nº 48.031.918/0001-24	Rua Quirino de Andrade, 215, São Paulo/SP	8666	21/06/1993	03/2020	01/12/2020	Realização de perícias de investigação de vínculo genético aos beneficiários da justiça gratuita	02/02/2021	Estadual	17.190,00
								18/02/2021		12.380,00
								25/03/2021		4.240,00
								31/03/2021		7.570,00
								10/05/2021		4.980,00
								30/07/2021		6.830,00
								31/08/2021		11.270,00
								15/10/2021		9.420,00
								10/11/2021		8.680,00
								30/11/2021		10.900,00
TOTAL									93.460,00	

			LEI		CONVÊNIO					
TIPO	BENEFICIÁRIO/ CNPJ	ENDEREÇO	Nº	DATA	Nº	DAT A	FINALIDADE	DATA DO PAGTO	FONTE	VALOR EM REAIS
Convênio	Universidade Municipal de São Caetano do Sul/ CNPJ nº 44.392.215/0001-70	Avenida Goiás, 3.400, Barcelona, São Caetano do Sul/SP, CEP 09550-051	8666	21/06/1993	01/2020	10/08/2020	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	29/01/2021	Estadual	8.913,38
								17/02/2021		8.913,38
								08/03/2021		8.913,38
								27/04/2021		8.913,38
								10/05/2021		8.913,38
								14/06/2021		8.913,38
								21/07/2021		8.913,38
								30/07/2021		8.913,38
								13/09/2021		8.913,38
								30/09/2021		8.913,38
								10/11/2021		8.913,38
								02/12/2021		8.913,38
TOTAL									106.960,56	

III.f.4 Anexo RP-04 Repasses ao terceiro setor - relação dos valores transferidos

Valores repassados durante o exercício de 2021, decorrentes de ajustes:

TERMO DE COLABORAÇÃO	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO	DAT A	VIGÊ NCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONT E (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO (R\$)
06 – 2017	OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA AQUIROPITA	62.798.699/0001-34	Rua: Treze de Maio, 478 – Bela Vista, CEP: 01327-000	12/05/2017	11/05/2022	5.593.445,25	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	1.022.211,36
10 - 2017	CASA DE ISABEL CENTRO DE APOIO À MULHER, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SITUAÇÃO DE RISCO	04.488.578/0001-90	Rua: Rua Valente de Novais, 189, Itaim Paulista, CEP 08120-420	27/06/2017	26/06/2022	2.720.565,00	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	479.941,05
11 - 2017	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS "PADRE EZEQUIEL RAMIN" - CEDECA BELÉM	56.561.889/0001-30	Rua: Heitor Maurano, 78/82 - Belém, CEP: 03058-020	26/07/2017	25/07/2022	947.990,55	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	189.442,78
6 - 2016	FUNDAÇÃO SÃO PAULO, MANTENEDORA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	60.990.751/0001-24	Rua: João Ramalho, 182, Perdizes, CEP: 05008-000	03/01/2017	02/01/2022	4.890.299,46	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	836.237,73
3 - 2016	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO	01.591.240/0001-70	Rua: Tenente Manoel Pedro de Carvalho, 36 – Cedeca São José dos Campos, CEP: 12210-250	16/11/2016	15/11/2021	2.727.441,39	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	390.293,31
2 - 2017	CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS	59.940.080/0001-08	Rua: Dom Rodó, 140, Ponte Pequena, CEP: 01109-080	04/04/2017	03/04/2022	797.402,70	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	138.963,60
4 - 2016	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL TOLEDO, MANTENEDORA DAS FACULDADES INTEGRADAS "ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO" DE PRESIDENTE PRUDENTE (PENITENCIÁRIA DE TUPI PAULISTA)	03.318.018/0001-24	Rua: Praça Raul Furquim, 09 – P. Prudente, CEP: 19030-430	21/11/2016	20/11/2021	1.851.269,10	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	371.780,44
7 - 2017	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL TOLEDO, MANTENEDORA DAS FACULDADES INTEGRADAS "ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO" DE PRESIDENTE PRUDENTE	03.318.018/0001-24	Rua: Praça Raul Furquim, 09 – P. Prudente, CEP: 019030-430	26/05/2017	25/05/2022	2.994.612,75	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	627.679,01
8 - 2017	UNIÃO DOS NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO - UNAS	38.883.732/0001-40	Rua: da Mina, 38 – Nova Heliópolis, CEP: 04235-310	26/05/2017	25/05/2021	1.237.909,80	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	237.431,60
5 - 2016	FUNDAÇÃO TOLEDO	05.106.014/0001-08	Rua Cussy Junior, 13/30, Centro, Bauru/SP, CEP: 17015-020	01/12/2016	30/11/2021	1.369.386,75	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	291.500,24

12 - 2017	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MENINA DOS OLHOS DE OURO	12.768.640/001-2593	Rua Luis Bordese, sala 7, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP	01/09/2017	31/08/2022	1.477.452,60	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	370.319,84
5 - 2017	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO - AERP	55.983.670/001-67	Avenida Costabile Romano, 2201, Ribeirânia, Ribeirão Preto/SP	16/05/2017	15/05/2022	1.260.977,55	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	238.729,54
2 - 2018	CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR	02.722.761/001-824	Avenida do Cursino, 4.305, Vila Moraes, São Paulo/SP	03/03/2018	02/03/2023	2.213.648,25	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	395.519,76
1 - 2018	CENTRO ESPÍRITA CAMINHO DE LUZ	65.057.341/001-49	Rua Bento Enéas de Souza Castro, 126, Jardim M. Augusta, Taubaté/SP	10/02/2018	09/02/2023	523.053,60	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	100.913,48
3 - 2018	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	02.450.677/001-57	Rua Vera, 60, Jardim Santa Mena, Guarulhos/SP	01/08/2018	30/04/2022	938.207,70	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	250.590,89
3 - 2017	ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL BARÃO DE MAUÁ	56.001.480/002-94	Rua: Aureliano Garcia de Oliveira, 218, Ribeirão Preto, CEP: 14.096-750	20/04/2017	19/04/2022	1.113.894,75	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	106.938,16
4 - 2018	ONG DCM – DEFESA E CIDADANIA DA MULHER	08.435.390/001-34	Rua Primeiro de Janeiro, 954/958, Praia Grande/SP	18/09/2018	17/06/2022	962.784,00	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	251.296,42
6 - 2018	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DOM BOSCO DE MONTE APRAZÍVEL	45.145.034/001-02	Rua Augusto Chiesa, 679, Monte Aprazível/SP	01/12/2018	31/08/2022	192.424,50	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	69.642,40
1 - 2019	CASA DE ISABEL CENTRO DE APOIO À MULHER, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SITUAÇÃO DE RISCO	04.488.578/001-90	Rua: Rua Valente de Novais, 189, Itaim Paulista, CEP 08120-420	01/10/2019	31/03/2022	482.727,60	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	191.225,39
1 - 2020	ASSOCIAÇÃO PROJETO D+ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	05.422.671/001-64	Rua do Rosário, 131, Ipiguá/SP CEP 15108-000	01/11/2020	31/01/2022	302.378,70	Prestação de assistência jurídica suplementar integral e gratuita	Estadual	60.475,74
TOTAL									6.621.132,74

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 27000 - Ministério Público

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	2.156.874.302,00	2.414.189.862,00	2.388.405.956,54	12.126.138,01	2.400.532.094,55	2.375.500.086,12
Pessoal e Encargos Sociais	1.766.309.191,00	2.093.892.627,00	2.092.598.991,72	0,00	2.092.598.991,72	2.076.254.698,34
Outras Despesas Correntes	390.565.111,00	320.297.235,00	295.806.964,82	12.126.138,01	307.933.102,83	299.245.387,78
Despesas de Capital	90.348.743,00	52.019.383,00	15.104.877,62	20.117.326,28	35.222.203,90	23.436.253,34
Investimentos	90.348.733,00	52.019.373,00	15.104.877,62	20.117.326,28	35.222.203,90	23.436.253,34
Inversões Financeiras	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	2.247.223.045,00	2.466.209.245,00	2.403.510.834,16	32.243.464,29	2.435.754.298,45	2.398.936.339,46

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 27000 - Ministério Público

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2701 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURIDICA	2.247.223.045,00	2.466.209.245,00	2.403.510.834,16	32.243.464,29	2.435.754.298,45	2.398.936.339,46
Despesas Correntes	2.156.874.302,00	2.414.189.862,00	2.388.405.956,54	12.126.138,01	2.400.532.094,55	2.375.500.086,12
Despesas de Capital	90.348.743,00	52.019.383,00	15.104.877,62	20.117.326,28	35.222.203,90	23.436.253,34
Despesa Total	2.247.223.045,00	2.466.209.245,00	2.403.510.834,16	32.243.464,29	2.435.754.298,45	2.398.936.339,46

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

01000 - Assembleia Legislativa

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	995.028.112,00	997.628.112,00	870.159.549,85	24.883.745,36	895.043.295,21	856.481.256,54
Pessoal e Encargos Sociais	751.841.343,00	704.341.343,00	671.682.738,70	0,00	671.682.738,70	669.927.703,26
Outras Despesas Correntes	243.186.769,00	293.286.769,00	198.476.811,15	24.883.745,36	223.360.556,51	186.553.553,28
Despesas de Capital	10,00	2.500.010,00	31.129,00	65.518,00	96.647,00	272.048,83
Investimentos	10,00	2.500.010,00	31.129,00	65.518,00	96.647,00	272.048,83
Despesa Total	995.028.122,00	1.000.128.122,00	870.190.678,85	24.949.263,36	895.139.942,21	856.753.305,37

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

01000 - Assembleia Legislativa

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0150 - Processo Legislativo	995.028.122,00	1.000.128.122,00	870.190.678,85	24.949.263,36	895.139.942,21	856.753.305,37
Despesas Correntes	995.028.112,00	997.628.112,00	870.159.549,85	24.883.745,36	895.043.295,21	856.481.256,54
Despesas de Capital	10,00	2.500.010,00	31.129,00	65.518,00	96.647,00	272.048,83
Despesa Total	995.028.122,00	1.000.128.122,00	870.190.678,85	24.949.263,36	895.139.942,21	856.753.305,37

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Tribunal de Contas do Estado

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

02000 - Tribunal de Contas do Estado

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	683.521.789,00	705.593.791,00	682.152.282,67	41.075,00	682.193.357,67	678.076.058,13
Pessoal e Encargos Sociais	591.151.912,00	605.803.914,00	599.441.238,72	0,00	599.441.238,72	601.100.457,21
Outras Despesas Correntes	92.369.877,00	99.789.877,00	82.711.043,95	41.075,00	82.752.118,95	76.975.600,92
Despesas de Capital	3.274.496,00	20.084.496,00	3.928.821,86	5.590.689,93	9.519.511,79	6.449.402,84
Investimentos	3.274.484,00	20.084.484,00	3.928.821,86	5.590.689,93	9.519.511,79	6.449.402,84
Inversões Financeiras	12,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	686.796.285,00	725.678.287,00	686.081.104,53	5.631.764,93	691.712.869,46	684.525.460,97

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

02000 - Tribunal de Contas do Estado

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0200 - Controle Externo	686.796.285,00	725.678.287,00	686.081.104,53	5.631.764,93	691.712.869,46	684.525.460,97
Despesas Correntes	683.521.789,00	705.593.791,00	682.152.282,67	41.075,00	682.193.357,67	678.076.058,13
Despesas de Capital	3.274.496,00	20.084.496,00	3.928.821,86	5.590.689,93	9.519.511,79	6.449.402,84
Despesa Total	686.796.285,00	725.678.287,00	686.081.104,53	5.631.764,93	691.712.869,46	684.525.460,97

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 03000 - Tribunal de Justiça

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	9.269.113.665,00	10.213.307.494,00	9.712.968.637,90	225.818.102,27	9.938.786.740,17	9.751.101.127,40
Pessoal e Encargos Sociais	7.036.677.403,00	7.389.425.810,00	7.254.345.737,39	0,00	7.254.345.737,39	7.185.376.431,71
Outras Despesas Correntes	2.232.436.262,00	2.823.881.684,00	2.458.622.900,51	225.818.102,27	2.684.441.002,78	2.565.724.695,69
Despesas de Capital	30.643.190,00	86.839.435,00	6.288.090,90	61.449.934,92	67.738.025,82	17.616.710,64
Investimentos	30.643.180,00	86.839.425,00	6.288.090,90	61.449.934,92	67.738.025,82	17.192.441,64
Inversões Financeiras	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	424.269,00
Despesa Total	9.299.756.855,00	10.300.146.929,00	9.719.256.728,80	287.268.037,19	10.006.524.765,99	9.768.717.838,04

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 03000 - Tribunal de Justiça

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0303 - Processo Judiciário no Tribunal de Justiça	9.299.756.855,00	10.300.146.929,00	9.719.256.728,80	287.268.037,19	10.006.524.765,99	9.768.717.838,04
Despesas Correntes	9.269.113.665,00	10.213.307.494,00	9.712.968.637,90	225.818.102,27	9.938.786.740,17	9.751.101.127,40
Despesas de Capital	30.643.190,00	86.839.435,00	6.288.090,90	61.449.934,92	67.738.025,82	17.616.710,64
Despesa Total	9.299.756.855,00	10.300.146.929,00	9.719.256.728,80	287.268.037,19	10.006.524.765,99	9.768.717.838,04

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Tribunal de Justiça Militar

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 06000 - Tribunal de Justiça Militar

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	58.988.905,00	58.295.705,00	56.633.558,12	624.046,59	57.257.604,71	57.462.247,31
Pessoal e Encargos Sociais	52.465.813,00	51.342.613,00	50.854.707,47	0,00	50.854.707,47	50.997.030,93
Outras Despesas Correntes	6.523.092,00	6.953.092,00	5.778.850,65	624.046,59	6.402.897,24	6.465.216,38
Despesas de Capital	357.610,00	816.605,00	165.456,25	44.076,30	209.532,55	298.571,25
Investimentos	357.600,00	816.595,00	165.456,25	44.076,30	209.532,55	298.571,25
Inversões Financeiras	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	59.346.515,00	59.112.310,00	56.799.014,37	668.122,89	57.467.137,26	57.760.818,56

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 06000 - Tribunal de Justiça Militar

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0600 - Processo Judiciário Militar	59.346.515,00	59.112.310,00	56.799.014,37	668.122,89	57.467.137,26	57.760.818,56
Despesas Correntes	58.988.905,00	58.295.705,00	56.633.558,12	624.046,59	57.257.604,71	57.462.247,31
Despesas de Capital	357.610,00	816.605,00	165.456,25	44.076,30	209.532,55	298.571,25
Despesa Total	59.346.515,00	59.112.310,00	56.799.014,37	668.122,89	57.467.137,26	57.760.818,56

Fonte: SIAFEM/SP

Nota:1) Valor da LOA 2021, DOE 30/12/2020, sem a alteração promovida pelo Decreto 65438/2020, DOE 31/12/2020, que instituiu o cancelamento de dotação de valores condicionados; 2) Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias.

NÚMERO DE SERVIDORES

PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO / ENTIDADE	Dezembro/2020									
	ATIVOS				INATIVOS				PENSÕES	TOTAL
	CELE TISTA	ESTATU TARIO	TEMPO RARIO	SOMA	CELE TISTA	ESTATU TARIO	TEMPO RARIO	SOMA		
AUTARQUIAS	14.583	4.161	124	18.868	-	3.823	-	3.823	9.156	31.847
AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA A		10		10						10
AGENCIA METROPOLITANA CAMPINAS-AGEMCAMP		12		12						12
AGENCIA METROPOLITANA DE SOROCABA - AGEM		12		12						12
AGENCIA METROPOLITANA VALE PARAIBA LITOR		5		5						5
CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	25	7		32		65		65	16	113
DEPARTAMENTO AEROVIARIO EST. SP-DAESP	94	27		121		26		26	100	247
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN	1.187	1.458	115	2.760						2.760
DEPARTAMENTO ESTRADA RODAGEM-DER	843	1.701	1	2.545		3.120		3.120	6.934	12.599
DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	1.240	17		1.257		211		211	1.153	2.621
H.C.FAC.MED.BOTUCATU-HCFMB	635	159		794						794
HOSPITAL DAS CLINICAS FAC.MED. RIB.PRETO	4.685	115		4.800		1		1	336	5.137
INST MEDICINA SOC E CRIMIN S.P. -IMESC	5	95		100		48		48	15	163
INST.DE PAGTOS ESPECIAIS S. PAULO-IPESP	1			1		227		227	99	327
INST.PESOS MEDIDAS EST.SAO PAULO-IPEM/SP	596			596						596
INSTIT.ASSIST.MEDICA SERV.PUBLICO-IMSPE	4.532	252	8	4.792		1		1	122	4.915
SP.CLIN.FAC.MED.MARILIA-HCFAMEMA		82		82						82
SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS	740	209		949		124		124	381	1.454
EMPRESAS	35.439	13	946	36.398	-	17	-	17	4.188	40.603
BANCO NOSSA CAIXA S.A.						17		17	456	473
CIA DE PROCESSAM.DADOS EST. SP-PRODESP	1.601			1.601					117	1.718
CIA DESENVOLVIMENTO AGRICOLA SP-CODASP									24	24
CIA PAULISTA OBRAS E SERVICOS-CPOS	92			92						92
CIA. AMBIENTAL EST. SP - CETESB	1.838			1.838					255	2.093
CIA.DESENV.HABITAC.URBANO EST. SP-CDHU	537			537					23	560
CIA.DO METROPOLITANO DE SAO PAULO-METRO	7.879			7.879						7.879
CIA.PAULISTA DE SECURITIZACAO-CPSEC	2	3		5						5
CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANO-CPTM	7.306			7.306						7.306
CIA.SANEAMENTO BASICO EST.S.PAULO-SABESP	13.520		895	14.415					2.281	16.696
CIA.SEGUROS DO EST. DE SAO PAULO-COESP	26			26					24	50
COMPANHIA DOCAS SAO SEBASTIAO	82			82						82
COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO-CESP									422	422
COMPANHIA PAULISTA DE PARCEIRAS - CPP	5	3		8						8
DESENVOLVE SP AGENCIA DE FOMENTO DO ESTA	147	7	20	174						174
DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A-DERSA	362			362					220	582
EMP.METR.TRANSP.URBANOS SP.S/A EMTU-SP	483		31	514					35	549
EMPR METROPOL AGUAS E ENERGIA S/A-EMAE	448			448					1	449
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP	454			454					140	594
INST.PESQUISAS TECN. EST.S.PAULO-IPT	657			657					190	847
FUNDAÇÕES	16.681	281	82	17.044	-	-	-	-	63	17.107
FUND.AMPARO PESQUISA S.PAULO-FAPESP		281		281						281
FUND.CONSERV.PROD.FLORESTAL S.PAULO	346			346					59	405

FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOL.FUND.CASA-SP	11.836			11.836						11.836
FUND.DESENV. DA EDUCACAO-FDE	293			293						293
FUND.INST.TERRAS JOSE G. DA SILVA-ITESP	552			552						552
FUND.MEMORIAL DA AMERICA LATINA	57			57						57
FUND.ONCOCENTRO DE S.PAULO	81			81						81
FUND.PADRE ANCHIETA-CP RAD TV EDUCATIVA	761		80	841						841
FUND.PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	766		2	768						768
FUND.PREV.COMPL.EST.SP-PREVCOM	73			73						73
FUND.PRF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	327			327						327
FUND.PRO-SANGUE-HEMOCENTRO S.PAULO	379			379						379
FUND.PROTECAO DEFESA CONSUMIDOR-PROCON	529			529						529
FUND.SIST.EST.ANAL.DADOS SEADE	243			243					2	245
FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	280			280					2	282
FUNDACAO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO	158			158						158
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		1.642		1.642		29		29	6	1.677
AUTARQUIAS ESPECIAIS	27.646	1.981	108	29.735	-	1.345	-	1.345	1.542	32.622
AGENCIA REG.SERV.PUB.DEL.TRANS.SP-ARTESP	192			192						192
AGENCIA REGUL.SANEAM. E ENERGIA-ARSESP	177	2		179						179
CENTRO EDUC. TECNOL.PAULA SOUZA-CEETEPS	16.961	1.592		18.553		993		993	370	19.916
FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA-FAMEMA	469			469						469
FACULDADE MEDICINA SAO JOSE DO RIO PRETO	441	31		472						472
HOSPITAL DAS CLINICAS FAC.MED. DA USP	8.948	343	104	9.395		352		352	1.172	10.919
JUNTA COMERC.E.S.PAULO-JUCESP	119	13	4	136						136
SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	339			339						339
POLICIA MILITAR ESTADO SAO PAULO		81.851		81.851		66.195		66.195	38.739	186.785
SECRETARIAS	5.607	241.224	103.315	350.146	423	262.738	26.555	289.716	97.207	737.069
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO									24.852	24.852
ADMINISTRACAO PENITENCIARIA		33.830	611	34.441		5.843	451	6.294	3.016	43.751
AGRICULTURA ABASTECIMENTO	42	3.002	115	3.159		5.212	478	5.690	4.120	12.969
CASA CIVIL	1	115	12	128		9		9	71	208
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	1	186	11	198		153	92	245	98	541
DESENVOLVIMENTO ECONOM. CIENCIA TECNOL.	235	230	81	546		721	342	1.063	566	2.175
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	205	254	13	472		335	59	394	151	1.017
DESENVOLVIMENTO SOCIAL		396	18	414		363	234	597	272	1.283
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA		50		50		1		1		51
EDUCACAO	1	143.498	86.524	230.023	423	195.353	17.068	212.844	28.874	471.741
EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO						1		1	34	35
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	6	338	70	414		266	108	374	191	979
ESPORTES E TURISMO						10		10		10
FAZENDA E PLANEJAMENTO	78	5.370	96	5.544		6.973	170	7.143	8.468	21.155
GABINETE DO GOVERNADOR			1	1						1
GESTAO PUBLICA						11		11	3	14
HABITACAO		73	15	88		29	12	41	23	152
JUSTICA E DEFESA DA CIDADANIA		145	9	154		537	101	638	548	1.340
LOGISTICA E TRANSPORTES		47	11	58		76	17	93	783	934
MEIO AMBIENTE	6	1.139	86	1.231		1.554	93	1.647	1.490	4.368
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5	1.243	172	1.420		938	111	1.049	379	2.848
SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS									745	745

SAUDE	4.779	21.400	14.382	40.561		23.438	6.492	29.930	10.911	81.402
SECRETARIA DE GOVERNO	63	743	147	953		687	220	907	394	2.254
SEGURANCA PUBLICA		29.066	929	29.995		20.211	507	20.718	11.040	61.753
TRANSPORTES METROPOLITANOS	177	45	3	225		9		9	158	392
TURISMO	8	54	9	71		8		8	20	99
UNIVERSIDADES	20.291	15.318	701	36.310	13	18.035	-	18.048	5.150	59.508
UNIV. EST. JULIO DE MESQUITA FILHO UNESP	3.360	4.838		8.198	1	7.140		7.141	1.593	16.932
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	13.459	5.376	701	19.536	6	5.450		5.456	2.714	27.706
UNIVERSIDADE ESTADUAL CAMPINAS - UNICAMP	3.472	5.104		8.576	6	5.445		5.451	843	14.870
TOTAL	120.247	346.471	105.276	571.994	436	352.182	26.555	379.173	156.051	1.107.218

ÓRGÃO / ENTIDADE	Dezembro/2021									
	ATIVOS				INATIVOS				PENSÕES	TOTAL
	CELE TISTA	ESTATU TARIO	TEMPO RARIO	SOMA	CELE TISTA	ESTATU TARIO	TEMPO RARIO	SOMA		
AUTARQUIAS	14.194	3.769	116	18.079	-	3.238	-	3.238	8.285	29.602
AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA A		8		8						8
AGENCIA METROPOLITANA CAMPINAS-AGEMCAMP		12		12						12
AGENCIA METROPOLITANA DE SOROCABA - AGEM		12		12						12
AGENCIA METROPOLITANA VALE PARAIBA LITOR		8		8						8
CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	27	5		32		52		52	14	98
DEPARTAMENTO AEROVIARIO EST. SP-DAESP	89	26		115		20		20	87	222
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN	1.163	1.373	107	2.643						2.643
DEPARTAMENTO ESTRADA RODAGEM-DER	982	1.433	1	2.416		2.633		2.633	6.231	11.280
DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	1.208	14		1.222		176		176	1.076	2.474
H.C.FAC.MED.BOTUCATU-HCFMB	614	154		768		1		1		769
HOSPITAL DAS CLINICAS FAC.MED. RIB.PRETO	4.537	109		4.646		1		1	314	4.961
INST.MEDICINA SOC E CRIMIN S.P. -IMESC	5	88		93		45		45	14	152
INST.DE PAGTOS ESPECIAIS S. PAULO-IPESP	1			1		193		193	89	283
INST.PESOS MEDIDAS EST.SAO PAULO-IPEM/SP	559			559						559
INSTIT.ASSIST.MEDICA SERV.PUBLICO-IAMSPE	4.282	263	8	4.553		1		1	105	4.659
SP.CLIN.FAC.MED.MARILIA-HCFAMEMA		83		83						83
SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS	727	181		908		116		116	355	1.379
EMPRESAS	32.420	10	199	32.629	1	12	-	13	3.773	36.415
BANCO NOSSA CAIXA S.A.						12		12	436	448
CIA DE PROCESSAM.DADOS EST. SP-PRODESP	1.735		1	1.736					117	1.853
CIA DESENVOLVIMENTO AGRICOLA SP-CODASP									20	20
CIA PAULISTA OBRAS E SERVICOS-CPOS										-
CIA. AMBIENTAL EST. SP - CETESB	1.786			1.786					245	2.031
CIA.DESENV.HABITAC.URBANO EST. SP-CDHU	395			395					23	418
CIA.DO METROPOLITANO DE SAO PAULO-METRO	7.449			7.449	1			1		7.450
CIA.PAULISTA DE SECURITIZACAO-CPSEC	2	2		4						4
CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANO-CPTM	6.147			6.147						6.147
CIA.SANEAMENTO BASICO EST.S.PAULO-SABESP	12.833		164	12.997					2.078	15.075
CIA.SEGUROS DO EST. DE SAO PAULO-COSES	22			22					21	43
COMPANHIA DOCAS SAO SEBASTIAO	87			87						87
COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO-CESP									409	409
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP	6	3		9						9
DESENVOLVE SP AGENCIA DE FOMENTO DO ESTA	142	5	14	161						161
DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A-DERSA	277			277					213	490

EMP.METR.TRANSP.URBANOS SP.S/A EMTU-SP	463		20	483					34	517
EMPR METROPOL AGUAS E ENERGIA S/A-EMAE	433			433					1	434
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP									137	137
INST.PESQUISAS TECN. EST.S.PAULO-IPT	643			643					39	682
FUNDAÇÕES	15.663	278	105	16.046	-	-	-	-	62	16.108
FUND.AMPARO PESQUISA S.PAULO-FAPESP		278		278						278
FUND.CONSERV.PROD.FLORESTAL S.PAULO	341			341					57	398
FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOL.FUND.CASA-SP	11.142			11.142						11.142
FUND.DESENV. DA EDUCACAO-FDE	288			288						288
FUND.INST.TERRAS JOSE G. DA SILVA-ITESP	560			560						560
FUND.MEMORIAL DA AMERICA LATINA	56			56						56
FUND.ONCOCENTRO DE S.PAULO	81			81						81
FUND.PADRE ANCHIETA-CP RAD TV EDUCATIVA	757		103	860						860
FUND.PARA O REMEDIO POPULAR-FURP	655		2	657						657
FUND.PREV.COMPL.EST.SP-PREVCOM	74			74						74
FUND.PR.F.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	312			312						312
FUND.PRO-SANGUE-HEMOCENTRO S.PAULO	372			372						372
FUND.PROTECAO DEFESA CONSUMIDOR-PROCON	527			527						527
FUND.SIST.EST.ANAL.DADOS SEADE	235			235					3	238
FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	55			55					2	57
FUNDACAO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO	208			208						208
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		1.639		1.639		29		29	4	1.672
AUTARQUIAS ESPECIAIS	27.544	1.909	120	29.573	-	1.222	-	1.222	1.454	32.249
AGENCIA REG.SERV.PUB.DEL.TRANS.SP-ARTESP	212			212						212
AGENCIA REGUL.SANEAM. E ENERGIA-ARSESP	164	1		165						165
CENTRO EDUC. TECNOL.PAULA SOUZA-CEETEPS	17.407	1.536		18.943		952		952	369	20.264
FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA-FAMEMA	433			433						433
FACULDADE MEDICINA SAO JOSE DO RIO PRETO	408	26		434		1		1		435
HOSPITAL DAS CLINICAS FAC.MED. DA USP	8.467	335	118	8.920		269		269	1.085	10.274
JUNTA COMERC.E.S.PAULO-JUCESP	120	11	2	133						133
SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	333			333						333
POLICIA MILITAR ESTADO SAO PAULO		81.959		81.959		65.222		65.222	37.549	184.730
SECRETARIAS	5.273	228.694	124.471	358.438	386	257.231	24.174	281.791	90.698	730.927
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO									22.696	22.696
ADMINISTRACAO PENITENCIARIA		32.865	458	33.323		6.704	405	7.109	3.069	43.501
AGRICULTURA ABASTECIMENTO	45	2.860	99	3.004		4.839	428	5.267	3.784	12.055
CASA CIVIL		112	11	123		10		10	77	210
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	1	190	10	201		135	83	218	91	510
DESENVOLVIMENTO ECONOM. CIENCIA TECNOL.	226	215	68	509		644	309	953	471	1.933
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	203	204	9	416		318	54	372	142	930
DESENVOLVIMENTO SOCIAL		381	17	398		333	210	543	245	1.186
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA		49		49		1		1		50
EDUCACAO	1	134.881	109.301	244.183	386	190.682	15.665	206.733	27.380	478.296
EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO						1		1	45	46
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	6	323	67	396		252	95	347	183	926
ESPORTES E TURISMO						10		10		10

FAZENDA E PLANEJAMENTO	74	5.206	86	5.366		6.513	152	6.665	7.948	19.979
GABINETE DO GOVERNADOR			1	1						1
GESTAO PUBLICA						11		11	3	14
HABITACAO		70	15	85		27	12	39	22	146
JUSTICA E DEFESA DA CIDADANIA		139	9	148		472	87	559	493	1.200
LOGISTICA E TRANSPORTES		44	7	51		74	14	88	681	820
MEIO AMBIENTE	6	1.071	74	1.151		1.417	83	1.500	1.324	3.975
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5	1.211	151	1.367		908	96	1.004	345	2.716
SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS									681	681
SAUDE	4.472	19.909	13.184	37.565		23.094	5.829	28.923	9.944	76.432
SECRETARIA DE GOVERNO	66	792	141	999		636	196	832	351	2.182
SEGURANCA PUBLICA		28.074	753	28.827		20.134	456	20.590	10.567	59.984
TRANSPORTES METROPOLITANOS	160	45	3	208		8		8	137	353
TURISMO	8	53	7	68		8		8	19	95
UNIVERSIDADES	20.161	14.938	719	35.818	66	17.679	-	17.745	4.861	58.424
UNIV. EST. JULIO DE MESQUITA FILHO UNESP	3.429	4.699		8.128	1	7.082		7.083	1.561	16.772
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	13.370	5.219	719	19.308	6	5.323		5.329	2.473	27.110
UNIVERSIDADE ESTADUAL CAMPINAS - UNICAMP	3.362	5.020		8.382	59	5.274		5.333	827	14.542
TOTAL	115.255	333.196	125.730	574.181	453	344.633	24.174	369.260	146.686	1.090.127

PRINCIPAL / ACOMPANHAMENTO / NÚMERO SERVIDORES / 2022 (2022-02-16 - 2021 X 2020 - qtde e reg contratação - TCE)

Nota Explicativa

Demonstrativo de Despesas

Os valores referem-se às despesas liquidadas, excluídas as despesas intra-orçamentárias, e foram extraídos por meio do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO, do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, utilizando o Plano de Contas do Estado de São Paulo para a demonstração deste Relatório.

As despesas da Administração Geral do Estado - AGE não foram discriminadas nos demonstrativos de despesas das Secretarias por se constituírem em valores de responsabilidade do Tesouro como um todo, como, por exemplo, os repasses da cota-parte do município.

Número de Servidores

Os dados referem-se ao número de servidores com pagamento no mês de dezembro de cada ano, ativos e inativos, por regime de contratação, e pensões. Foram extraídos do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS – Unificado, onde:

Ativos - total de servidores que estão em efetivo exercício de cargo público, função atividade ou emprego público;

Inativos - corresponde aos ex-servidores/militares que se encontram aposentados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e pelo Regime Próprio de Previdência Militar - RPPM;

Pensionistas - total de pessoas beneficiárias de servidor falecido ou as que recebem complementação de aposentadoria e pensão das empresas e fundações.

Obs: Outros Poderes não estão contabilizados, pois os dados estão indisponíveis desde 2009.

Atividades

As informações das atividades das secretarias e das respectivas vinculadas foram extraídas dos relatórios de atividades enviados pelas secretarias tutelares.



Governo do Estado de São Paulo

Administração Penitenciária

Nivaldo Cesar Restivo

Agricultura e Abastecimento

Secretário Executivo: Francisco Matturro
respondendo pelo expediente da pasta

Casa Civil

Cauê Macris

Casa Militar e Defesa Civil

Alexandre Monclus Romanek

Comunicação

Cleber de Oliveira Mata

Cultura e Economia Criativa

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Defensoria Pública do Estado

Florisvaldo Antonio Fiorentino Júnior

Desenvolvimento Econômico

Secretária Executiva: Marina Amadeu Batista Bragante
respondendo pelo expediente da pasta

Desenvolvimento Regional

Secretário Executivo: Rubens Emil Cury
respondendo pelo expediente da pasta

Desenvolvimento Social

Laura Muller Machado

Direito da Pessoa com Deficiência

Secretária Executiva: Aracélia Lucia Costa
respondendo pelo expediente da pasta

Educação

Secretária Executiva: Renilda Peres de Lima
respondendo pelo expediente da pasta

Esportes

Thiago Martins Milhim

Fazenda e Planejamento

Felipe Scudeler Salto

Governo

Marcos Rodrigues Penido

Habitação

Flavio Augusto Ayres Amary

Infraestrutura e Meio Ambiente

Fernando Barrancos Chucre

Justiça e Cidadania

Fernando José da Costa

Logística e Transportes

João Octaviano Machado Neto

Orçamento e Gestão

Nelson Baeta Neves Filho

Procuradoria Geral do Estado

Maria Lia Pinto Porto Corona

Projetos e Ações Estratégicas

Rodrigo Maia

Relações Internacionais

Julio Serson

Saúde

Jeancarlo Gorinchteyn

Segurança Pública

João Camilo Pires de Campos

Transportes Metropolitanos

Secretário Executivo: Paulo José Galli
respondendo pelo expediente da pasta

Turismo

Vinicius Rene Lummertz Silva

**Responsáveis Técnicos pela elaboração e consolidação
Secretaria da Fazenda e Planejamento****Introdução**

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado São Paulo
Área de Política Fiscal, Orçamentária e Financeira - GS

Poder Executivo

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades
Área de Relacionamento Institucional com o TCESP - GS